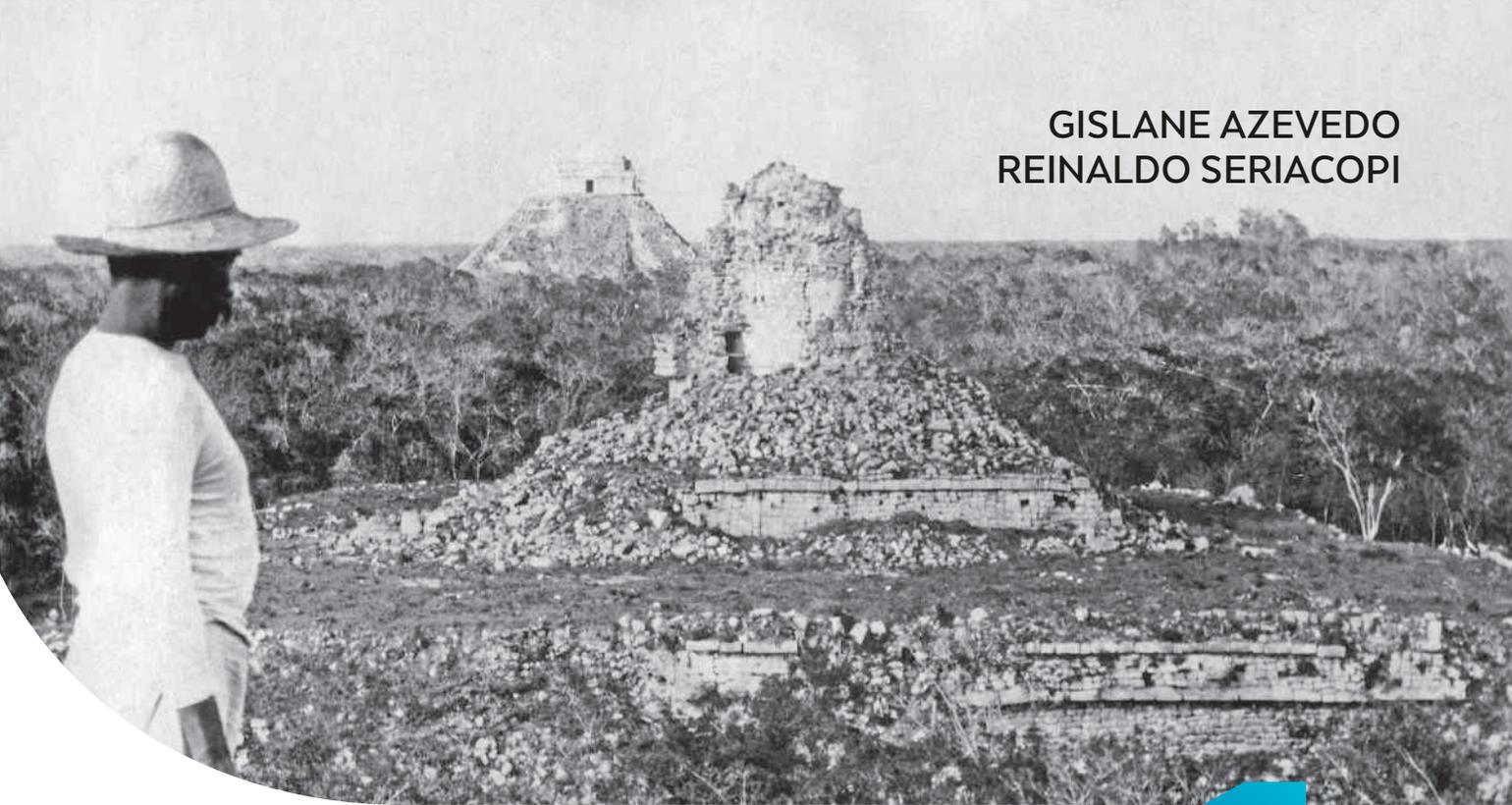


GISLANE AZEVEDO
REINALDO SERIACOPI



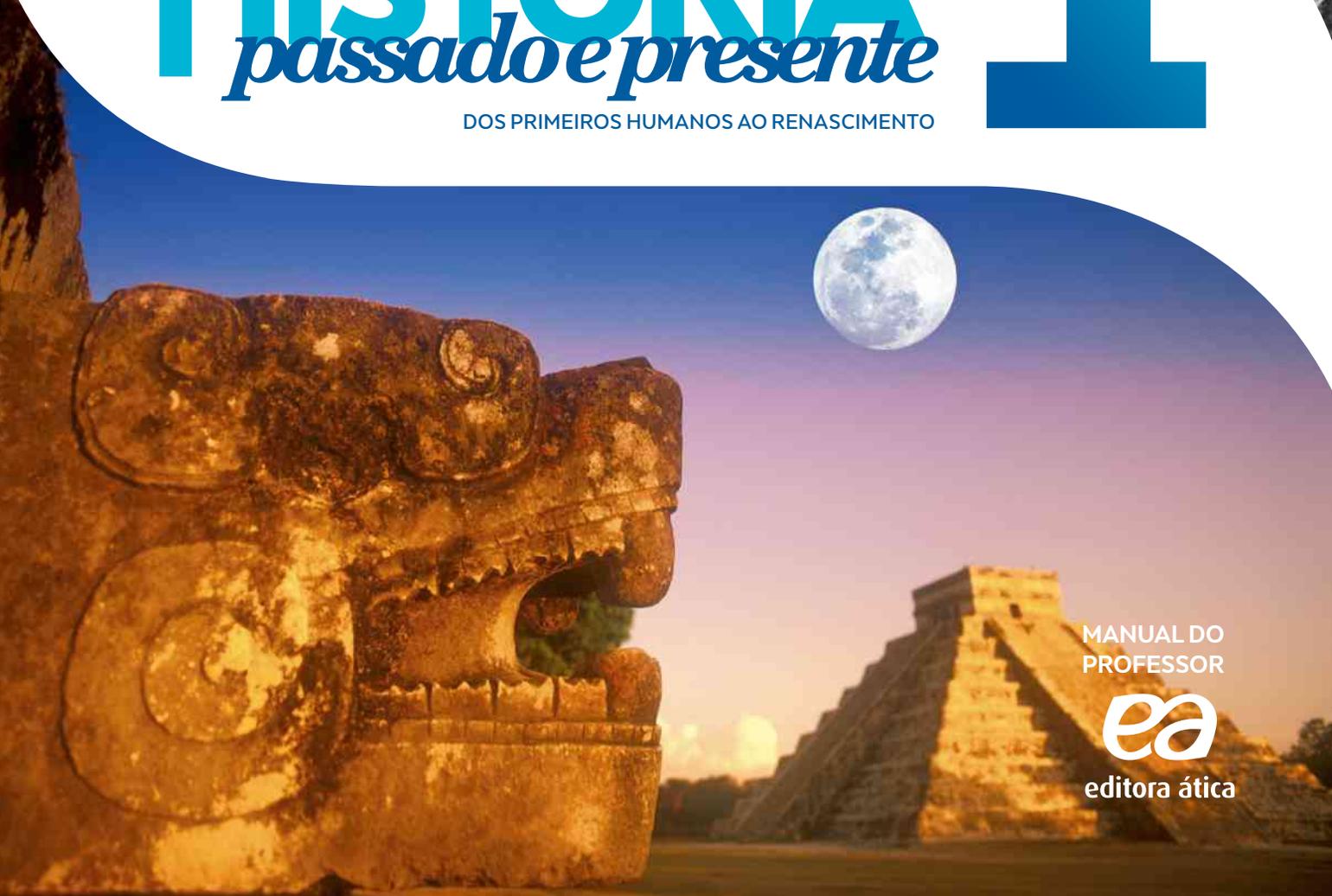
HISTÓRIA • ENSINO MÉDIO

HISTÓRIA

passado e presente

DOS PRIMEIROS HUMANOS AO RENASCIMENTO

1



MANUAL DO
PROFESSOR

ea

editora ática

HISTÓRIA • ENSINO MÉDIO

HISTÓRIA

passado e presente

DOS PRIMEIROS HUMANOS AO RENASCIMENTO

1

GISLANE AZEVEDO

- Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História dos ensinos Fundamental e Médio nas redes privada e pública.
- Coautora da coleção Teláris (Editora Ática) para alunos do Ensino Fundamental II.

REINALDO SERIACOPI

- Bacharel em Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e em Jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS-SP).
- Editor especializado na área de História.
- Coautor da coleção Teláris (Editora Ática) para alunos do Ensino Fundamental II.



editora ática

Diretoria editorial
Lidiane Vivaldini Olo

Gerência editorial
Luiz Tonolli

Editoria de Ciências Humanas
Heloisa Pimentel

Edição
Solange Mingorance,
Marina de Sena Nobre, Mariana Renó Faria (estag.)
e Thamirys Gênova da Silva (estag.)

Gerência de produção editorial
Ricardo de Gan Braga

Arte
Andréa Dellamagna (coord. de criação),
Adilson Casarotti (progr. visual de capa),
Sílvio Testa (progr. visual de miolo),
Claudio Faustino (coord.),
Yong Lee Kim (edição), Luiza Massucato (assist.)
e Dito e Feito Comunicação (diagram.)

Revisão
Hélia de Jesus Gonsaga (ger.),
Rosângela Muricy (coord.),
Gabriela Macedo de Andrade, Heloísa Schiavo,
Patrícia Travanca e Paula Teixeira de Jesus;
Brenda Moraes e Gabriela Miragaia (estagiárias)

Iconografia
Sílvio Kligin (superv.), Denise Durand Kremer (coord. e pesquisa),
Cesar Wolf e Fernanda Crevin (tratamento de imagem)

Ilustrações
Ricardo Cammarota

Cartografia
Eric Fuzii, Loide Edelweiss Iizuka
e Marcelo Seiji Hirata

Fotos da capa: Vista de sítio arqueológico na
península de Iucatã, próximo a Chichén-Itzá, México.
Foto de 1910, aproximadamente.
ullstein bild/Getty Images

Plataforma do Jaguar, no Templo de Kukulkán,
e pirâmide Chichén-Itzá, Iucatã, México, sem data.
Kord.com/Getty Images

Protótipos
Magali Prado

Direitos desta edição cedidos à Editora Ática S.A.
Avenida das Nações Unidas, 7221, 3ª andar, Setor A
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
Tel.: 4003-3061
www.atica.com.br / editora@atica.com.br

2016

ISBN 97885 08 17979 4 (AL)
ISBN 97885 08 17980 0 (PR)
Cód. da obra CL 713425
CAE 566 701 (AL) / 566 702 (PR)

1ª edição
1ª impressão

Impressão e acabamento



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Azevedo, Gislane
História : passado e presente / Gislane
Azevedo, Reinaldo Seriacopi. -- 1. ed. --
São Paulo : Ática, 2016.

Obra em 3 v.
Conteúdo: V.1 Dos primeiros humanos ao
Renascimento -- v.2 Do mundo moderno ao século
XIX -- v.3 Do século XX aos dias de hoje.

1. História (Ensino médio) I. Seriacopi,
Reinaldo. II. Título.

16-02954

CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino médio 907

*Em respeito ao meio ambiente, as folhas
deste livro foram produzidas com fibras
obtidas de árvores de florestas plantadas,
com origem certificada.*

APRESENTAÇÃO

Digo adeus à ilusão
mas não ao mundo. Mas não à vida,
meu reduto e meu reino.
Do salário injusto,
da punição injusta,
da humilhação, da tortura,
do terror,
retiramos algo e com ele construímos
[um artefato
um poema
uma bandeira.

Ferreira Gullar

Observe ao seu redor: praticamente tudo o que está à nossa volta e utilizamos na escola, em casa ou no trabalho foi construído por seres humanos. Pense também no sistema político que rege nossa sociedade, nas leis que

regulam nossas relações e em tudo o que consideramos justo ou injusto, certo ou errado: todos esses princípios e valores também foram estabelecidos por pessoas ao longo do tempo.

Estudar História não é apenas conhecer e entender os caminhos trilhados pelos seres humanos no passado. Graças ao estudo da História, podemos fazer uma leitura crítica de nosso presente e compreender como e por que nossa sociedade encontra-se hoje constituída da maneira que a conhecemos.

Com base nessa visão, procuramos elaborar um livro que, ao tratar de assuntos do passado, tivesse como ponto de partida o presente. Com essa proposta, você verá como a História está intimamente relacionada a aspectos centrais do mundo contemporâneo e de nossa vida, constituindo um assunto extremamente interessante e instigante.

O texto central do livro é complementado por boxes e seções. Na seção *Eu também posso participar*, discutimos, com base em contextos históricos específicos, quanto os atos de cada um de nós pode interferir no destino da humanidade. A seção *Olho vivo*, por sua vez, é voltada para o trabalho com imagens e oferece uma ampla leitura das informações contidas em pinturas, esculturas e outros materiais iconográficos. Já a seção *Enquanto isso...* revela que não existe uma história linear e única da humanidade.

Todos os volumes desta coleção estão permeados de imagens, mapas, documentos e diferentes tipos de atividades que vão auxiliá-lo a refletir sobre o passado e o presente.

Nossa proposta é oferecer instrumentos para interpretar e analisar criticamente a realidade de nosso mundo. Você perceberá que a História exerce um papel privilegiado no processo de consolidação da cidadania e na construção de uma sociedade mais solidária, fraterna e tolerante.

Os autores

CONHEÇA SUA COLEÇÃO

Esta coleção é composta de três volumes. A seguir mostraremos algumas das principais características da obra.

UNIDADE 3 **Direito e democracia**

União civil: em termos jurídicos, a possibilidade de união entre pessoas do mesmo sexo, mediante direitos tradicionalmente conquistados pelo casamento tradicional, como a adoção de filhos, por exemplo.

Casamento homoafetivo: é aquele realizado entre pessoas do mesmo sexo biológico ou da mesma identidade de gênero. O casamento civil homoafetivo está garantido por decisão do Superior Tribunal Federal (STF) e foi regulamentado em 13, de 14 de maio de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que obriga os cartórios a realizar tais cerimônias.

Estado de direito: é quando todos cidadãos, Estado e particulares, estão submetidos às mesmas normas, sob as premissas de sua fundamentação nas pessoas e das instituições.

Perseguição xenofóbica: é aquela que tem como objetivo atingir pessoas de determinada origem racial, étnica ou religiosa, com profundidade em relação aos estrangeiros.

Voluntários resgataram refugiados sírios na Ilha de Lesbos, no Egeu, em outubro de 2015. Mais de meio milhão de refugiados e imigrantes chegaram à ilha por mar em 2015, em busca de melhores condições de vida em seu país.

Journalista húngara agride imigrantes sírios com uma navalha que estavam emigrando para a fronteira entre Hungria e Sérvia, em setembro de 2015. A jornalista foi detida depois desse episódio.

COMEÇO DE CONVERSA

1. A Constituição brasileira, maior instrumento legal da nossa democracia, estabelece que todas as pessoas são iguais perante a lei, com direito à cidadania e à livre participação na organização da sociedade. Em sua opinião, essa afirmação prevista na Constituição se concretiza na prática cotidiana de nossa sociedade? Pense nos diferentes agentes sociais, como afro-brasileiros, indígenas, homossexuais, entre outros, e justifique sua resposta.
2. Você acredita que a plena democracia pode existir se não houver direitos iguais e garantias para o exercício da cidadania de todos os integrantes da sociedade? Discuta com os colegas e elabore uma lista de medidas que possam ampliar o exercício da cidadania no Brasil.
3. Atualmente, entende-se que a prática da democracia não se limita a eleições e a escolha de nossos representantes, mas está relacionada com as práticas cotidianas nos mais diferentes espaços públicos. Pensando nisso, discuta com os colegas o que significa exercer a democracia no espaço escolar. Sintetize as ideias discutidas em um mural e apresente à classe.

1

1 Abertura das Unidades: apresenta sempre um texto introduzindo um conceito importante para os dias de hoje – como cidadania, ética, violência – e que será trabalhado ao longo da Unidade. O texto vem acompanhado de fotos e da seção de atividades *Começo de conversa*.

2 Abertura dos capítulos: relaciona um assunto atual com algo do passado a ser visto no capítulo,

mostrando que a História está presente em nosso dia a dia. Em *Objetivos do capítulo*, você é informado sobre os principais tópicos abordados nas páginas seguintes.

3 Fechando a Unidade: de forma multidisciplinar, a seção utiliza diferentes documentos, como quadrinhos, poema, relatório, fotografia, etc. O conceito da Unidade é retomado por meio de atividades.

CAPÍTULO 5 Fenícios, persas e hebreus

O Oriente Médio ou Oriente Próximo é o nome genérico dado a uma região localizada entre África, Ásia e Europa. É um termo amplo, podendo variar conforme a fonte ou assunto abordado. Mas, de modo geral, abrange áreas onde se encontram países como Israel, Jordânia, Síria, Líbano, Iraque, Síria, entre outros.

O Oriente Médio é uma região pioneira em algumas das mais antigas experiências humanas, como a sedentarização, o domínio da agricultura e a formação das primeiras cidades.

Neste capítulo vamos conhecer a história de povos que viveram e exerceram grande influência nessa região: os persas, os fenícios e os hebreus. Os fenícios desenvolveram um dos maiores impérios da humanidade. Os hebreus desenvolveram um sistema de escrita simples que as populações sofreram algumas mudanças e se transformou no alfabeto que conhecemos hoje. Os hebreus, por sua vez, foram o primeiro povo a criar uma religião monoteísta: a fé, na vida, que defende a existência de um único deus e a religião por preceitos morais rigorosos, como a necessidade de ser justo e praticar o bem.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Explicar a origem e organização política administrativa dos fenícios.
- Conhecer a importância da descoberta para a disseminação da civilização fenícia e para a criação do alfabeto.
- Interpretar as regras da Bíblia e o processo de constituição do Império Persa.
- Abordar a diversidade étnica e cultural do Império Persa.
- Explicar o papel do alfabeto no desenvolvimento do pensamento da humanidade do pós-clássico.

2

CAPÍTULO 10 Reinos africanos

Chinamanda Adiche é uma escritora nigeriana, ganhadora de diversos prêmios literários e traduzida em mais de trinta países. Chinamanda faz parte de uma geração de autores africanos que procuram divulgar a história e a realidade do continente sob a perspectiva de seus habitantes.

Das partes da que conhecemos sobre a África foi exposta por pessoas de fora do continente, por isso, com grandes diferenças culturais em relação aos africanos. Por isso, muitos relatos e histórias são imprecisos ou preconceituosos e estereotipados. Como afirma Chinamanda: "O problema com os estereótipos é que eles são incompletos. Eles fazem uma história sobre os outros".

Neste capítulo vamos conhecer alguns aspectos da história antiga do continente africano, focando o estudo nos reinos de Gana e Mali. O primeiro reino se desenvolveu no rio Níger. O segundo possui importantes centros de estudos conhecidos como muros. Também conhecemos os bantos, povo que no passado habitaram a região da África Negra, pois onde nasceu Chinamanda.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Abordar as condições que possibilitaram o desenvolvimento dos reinos africanos entre os séculos VII e XV d.C.
- Conhecer aspectos culturais e religiosos desses reinos.
- Analisar as diferenças entre os povos africanos.
- Realizar as conexões com a cultura brasileira.

2

FECHANDO A UNIDADE

Você vai ler agora parte de um relatório elaborado em 2013 pelo Fórum das Nações Unidas para o Desenvolvimento (FNUDEP) e chamado "Cidade de Qualidade: Cidades Ativas". Analise o texto para identificar pontos-chave da tecnologia em desenvolvimento no Brasil, levando em conta o texto.

CONHEÇA O MUNDO - **Atividade**

De volta ao futuro

Imagine que você está em um futuro próximo. Você é um cientista que está trabalhando em um projeto de pesquisa que visa desenvolver um veículo capaz de viajar no tempo. Você precisa de um veículo que seja capaz de viajar no tempo e que seja capaz de suportar as condições do espaço e do tempo. Você precisa de um veículo que seja capaz de viajar no tempo e que seja capaz de suportar as condições do espaço e do tempo.

CONHEÇA O MUNDO - **Chicago**

Chicago é uma das maiores cidades do mundo e é conhecida por sua arquitetura e sua cultura. Chicago é uma das maiores cidades do mundo e é conhecida por sua arquitetura e sua cultura.

INDÍZIO INESPERADO

Um grupo de pesquisadores descobriu que os antigos egípcios usavam um sistema de escrita que era muito diferente do que conhecemos hoje. Isso significa que os egípcios tinham um sistema de comunicação muito mais complexo do que imaginamos.

3

SEÇÕES

OLHO VIVO



A cavalaria mongol
Atividade de ler e ver de valores em batalhas orientadas para as conquistas mongóis. Nos combates, os mongóis usavam uma estratégia única: não atacavam diretamente, mas sim cercavam o inimigo para o esgotar de energia. A imagem ao lado é uma ilustração do século XIV representando a cavalaria mongol.

Atividade de ler e ver de valores em batalhas orientadas para as conquistas mongóis. Nos combates, os mongóis usavam uma estratégia única: não atacavam diretamente, mas sim cercavam o inimigo para o esgotar de energia. A imagem ao lado é uma ilustração do século XIV representando a cavalaria mongol.

1. A bandeira indica a forma de organizar o ataque de cavalaria.
2. O cavaleiro, feroz de olhar, quer atacar o inimigo de frente ao cavaleiro.
3. A cavalaria mongol, no entanto, não atacava diretamente, mas sim cercava o inimigo.
4. O cavaleiro mongol não atacava diretamente, mas sim cercava o inimigo.
5. O cavaleiro mongol não atacava diretamente, mas sim cercava o inimigo.

4

5

EU VIU ALGO BOM



Os vestígios da arquitetura árabe
A arquitetura árabe é caracterizada por suas linhas curvas e ornamentação. Um exemplo disso é o arco de entrada da cidade de Damasco, no Líbano. A imagem ao lado mostra um exemplo de arquitetura árabe.

1. O arco de entrada da cidade de Damasco, no Líbano.
2. O arco de entrada da cidade de Damasco, no Líbano.
3. O arco de entrada da cidade de Damasco, no Líbano.
4. O arco de entrada da cidade de Damasco, no Líbano.
5. O arco de entrada da cidade de Damasco, no Líbano.

6

7

PASSADO-PRESENTE

A civilização romana
A civilização romana foi uma das mais importantes da história da humanidade. Ela se caracterizou por sua organização política, econômica e cultural. A imagem ao lado mostra uma escultura romana.



1. A civilização romana foi uma das mais importantes da história da humanidade.
2. A civilização romana foi uma das mais importantes da história da humanidade.
3. A civilização romana foi uma das mais importantes da história da humanidade.
4. A civilização romana foi uma das mais importantes da história da humanidade.
5. A civilização romana foi uma das mais importantes da história da humanidade.

4 **Olho vivo:** a seção oferece uma ampla leitura das informações contidas em pinturas, esculturas e outros materiais iconográficos.

5 **Passado presente:** por meio desta seção, percebemos que assuntos do passado influenciam no presente muito mais do que imaginamos.

6 **Enquanto isso...:** trabalha a simultaneidade histórica, revelando que a história da humanidade não é única nem linear.

7 **Esquema-resumo:** síntese esquemática do capítulo que auxilia na revisão do conteúdo abordado. Acompanha atividade.

Eu também posso participar: por meio de contextos históricos específicos, a seção discute quanto os atos praticados por cada um de nós podem interferir no destino da humanidade.

Você sabia?: texto complementar ao tema central, que traz alguma curiosidade a respeito dele.

Minha biblioteca: rica e diversificada seleção de sites, livros, filmes e HQs relacionados ao conteúdo do capítulo.

ESQUEMA RESUMO

Processo de Romanização e da Igreja antiga



1. O processo de Romanização e da Igreja antiga.
2. O processo de Romanização e da Igreja antiga.
3. O processo de Romanização e da Igreja antiga.
4. O processo de Romanização e da Igreja antiga.
5. O processo de Romanização e da Igreja antiga.

ATIVIDADES

Dentro dos boxes temos quatro tipos de atividade: **Sua opinião**, **Sua comunidade**, **Diálogos** e **De olho no mundo**, cada um com objetivo bem específico. Diálogos, por exemplo, trabalha a interdisciplinaridade, e Sua comunidade, a relação entre o local e o global.

Após o capítulo temos:

Organizando as ideias – retoma o conteúdo visto no capítulo.

Interpretando documentos – trabalha a capacidade de leitura e interpretação de diferentes tipos de documento, como fotografias, mapas, gráficos, tabelas, charges, textos impressos, etc.

Teste seu conhecimento – perguntas de múltipla escolha extraídas dos principais vestibulares do Brasil e do Enem.

Hora de refletir – atividade que relaciona o capítulo com o conceito da Unidade.

No decorrer dos capítulos se encontram:

Sugestões de filmes e livros: acompanhadas de breves resumos, localizam-se na margem da página em que se aborda o assunto relacionado a elas.

Glossário: as palavras marcadas no texto ganham uma explicação aprofundada no glossário.

DIALOGANDO COM... GEOGRAFIA

Esse ícone indica que o texto ou a atividade

em questão permitem desenvolver trabalho interdisciplinar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

UNIDADE 1 Conhecimento e criatividade 22

CAPÍTULO 1

Origens da humanidade e importância da agricultura	24
1. Os homínídeos do gênero <i>Homo</i>	25
Olho vivo	26
2. O domínio da agricultura	28
Esquema-resumo	32
Atividades	33
Minha biblioteca	38

CAPÍTULO 2

Origens do ser humano na América	39
1. O povoamento da América	40
2. Sítios arqueológicos no Brasil	41
Olho vivo	42
Esquema-resumo	48
Atividades	49
Minha biblioteca	52
FECHANDO A UNIDADE	53



AKG/LatinStock

UNIDADE 2 Urbanização 54

CAPÍTULO 3

Povos da Mesopotâmia e do Egito antigo	56
1. Povos da Mesopotâmia	57
2. Os egípcios na Antiguidade	60
Esquema-resumo	65
Atividades	66
Minha biblioteca	70

CAPÍTULO 4

Oriente antigo: China, Índia e Japão	71
1. Formação da China	72
Olho vivo	77
2. A Índia antiga	79

3. O Japão dos samurais	81
Esquema-resumo	84
Atividades	85
Minha biblioteca	89

CAPÍTULO 5

Fenícios, persas e hebreus	90
1. Os fenícios	91
2. Os persas	94
3. Os hebreus	97
Esquema-resumo	101
Atividades	102
Minha biblioteca	107

FECHANDO A UNIDADE

UNIDADE 3 Direito e democracia 110

CAPÍTULO 6

Grécia antiga	112
1. Origens da Grécia antiga	113
2. Pólis gregas: Esparta e Atenas	118
Olho vivo	120
3. O Império Macedônio e o helenismo ...	124
Esquema-resumo	127
Atividades	128
Minha biblioteca	132

CAPÍTULO 7

Os primeiros séculos de Roma	133
1. Formação e organização	134
2. Período monárquico	135
3. Período republicano	136
Olho vivo	138
4. Cultura greco-romana	140
5. Declínio da república	141
6. Militares no poder	144



Bridgeman/Keystone

Esquema-resumo.....	147
Atividades	148
Minha biblioteca.....	152

CAPÍTULO 8

Império Romano

e Império Bizantino..... 153

1. Primeiros tempos do Império Romano	154
--	-----

2. Invasões e divisão do império	158
3. Império Bizantino	162
Olho vivo	163
4. Declínio de um império	165
Esquema-resumo.....	166
Atividades	167
Minha biblioteca.....	170

FECHANDO A UNIDADE..... 171

UNIDADE 4 Diversidade religiosa 172

CAPÍTULO 9

Mundo árabe-muçulmano..... 174

1. A base da cultura árabe.....	175
2. O islamismo.....	175
3. Expansão islâmica	177
4. Aspectos culturais do mundo islâmico.....	180
5. Divisão do território islâmico	181

Esquema-resumo.....	183
Atividades	184
Minha biblioteca.....	188

CAPÍTULO 10

Reinos africanos..... 189

1. O continente africano	190
2. Reino de Axum	191
3. Reinos do Sahel	194
4. Civilização iorubá	195
5. Cultura banto.....	199

Esquema-resumo.....	200
Atividades	201
Minha biblioteca.....	205

CAPÍTULO 11

Reinos medievais e

fortalecimento da Igreja..... 206

1. Reinos germânicos.....	207
2. A Igreja católica se fortalece	209
3. Os francos e o Império Carolíngio.....	210
Olho vivo	211
4. A Igreja no início do século XI.....	214
5. As Cruzadas.....	215
6. A Inquisição (Tribunal do Santo Ofício)...	216

Esquema-resumo.....	218
Atividades	219
Minha biblioteca.....	222

CAPÍTULO 12

Feudalismo e formação

dos Estados Nacionais..... 223

1. O mundo feudal	224
2. Fortalecimento do poder do rei	229
3. Origens da França.....	231
4. A Inglaterra	231
5. Portugal e Espanha	233

Esquema-resumo.....	236
Atividades	237
Minha biblioteca.....	241

CAPÍTULO 13

Fim da Idade Média, Renascimento

e Reforma protestante..... 242

1. A Baixa Idade Média.....	243
Olho vivo	248
2. O Renascimento artístico, científico e intelectual	250
3. O contexto das críticas à Igreja	256
4. Teses e ideias de Lutero.....	258
5. O calvinismo e a Igreja anglicana.....	260
6. Reação da Igreja católica	261

Esquema-resumo.....	263
Atividades	264
Minha biblioteca.....	267

FECHANDO A UNIDADE..... 268

BIBLIOGRAFIA..... 270



INTRODUÇÃO

Muitos entendem que estudar História serve apenas para conhecermos fatos ocorridos no passado e sem qualquer relação com a nossa realidade. Porém, o estudo de História vai muito além disso.

Para que se possa fazer uma análise mais completa do presente, é importante saber e refletir sobre a sequência e o encadeamento de fatos históricos, as conjunturas econômicas, sociais e políticas e as visões de mundo de determinada época que se relacionam com as realidades atuais.

1 Por que estudar História?

O conhecimento da História ajuda na compreensão do ser humano como indivíduo e como coletividade que constrói seu tempo. Um dos grandes valores do estudo da História está em relacionar os fatos e perceber que as transformações de um país, grupo ou sociedade não são naturais ou espontâneas, mas sim determinadas por uma série de fatores que se desdobraram ao longo do tempo e do espaço.

Por exemplo, quem está iniciando o Ensino Médio hoje em dia, provavelmente tem entre 14 e 15 anos. Vive nas primeiras décadas do século XXI, num mundo informatizado, com comunicações instantâneas e por diferentes meios, como computadores, celulares, *tablets*, entre outros.

Há também todo um estilo que caracteriza a juventude do século XXI, estruturado em comportamentos, maneirismos, modos de falar, roupas e acessórios. Isso ocorre, sobretudo, nos países ocidentais, constituindo uma espécie de cultura jovem.

Na foto, vemos jovens vestidos em estilo informal. Nela destaca-se o uso do *jeans*, traje popular, introduzido por estudantes nas universidades americanas na segunda metade do século XX. Esses universitários procuravam uma forma de se vestir que os diferenciavam dos seus pais. Hoje o uso do *jeans* popularizou-se e é adotado por pessoas de diferentes faixas etárias.

Mas por que existe na atualidade essa cultura jovem? Como, quem, quando e onde ela foi formada? A História ajuda a responder a essas perguntas. Para o historiador britânico Eric Hobsbawm, grandes e rápidas mudanças ocorreram a partir da segunda metade do século XX, pelo menos nos países ocidentais. Entre elas, houve o desenvolvimento de uma **cultura juvenil** específica, que ampliou a distância entre as gerações. Formado por um grupo que se estendia da puberdade até os 25 anos de idade, esses jovens passaram a ter desejos, anseios, ideais e condutas – diferentes das de outras faixas etárias.

Essa cultura formou-se, primeiramente, nas sociedades urbanas dos países capitalistas desenvolvidos e tinha como marcas da sua “modernidade” o *blue jeans* e o *rock*.

Na década de 1960, muitos desses jovens participaram de movimentos políticos radicais em diversos países, como manifestações estudantis por reformas educacionais, pelo fim de guerras regionais e lutas contra regimes ditatoriais. Para além da radicalização política, essa juventude representou um novo e potente mercado consumidor para empresas ligadas à moda e para indústrias fonográficas, principalmente as ligadas ao *rock*.

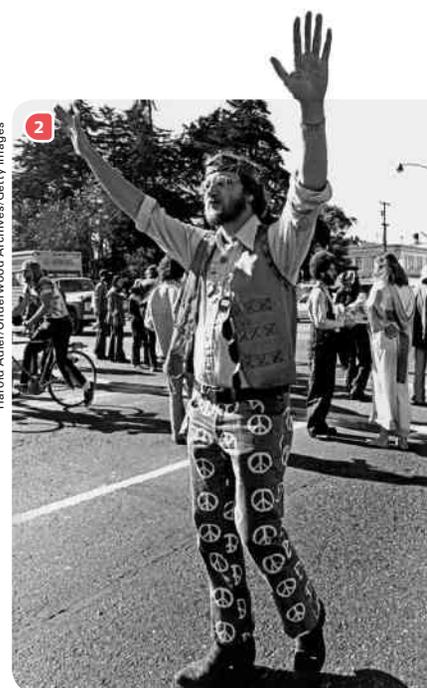
ARTIGO

Leia o artigo sobre cultura juvenil intitulado **Jovens como agentes sociais e culturais na sociedade contemporânea**.

Disponível em: <www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-40.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2016.



O mundo em efervescência no fim dos anos 1960: na França, o movimento estudantil liderado por Daniel Cohn-Bendit (com o microfone), em maio de 1968, abala os alicerces do governo de Charles de Gaulle **1**; nos Estados Unidos, os *hippies* bradam contra a guerra do Vietnã **2**; e, no Brasil, um protesto de janeiro de 1968 mostra a indignação dos estudantes com a ditadura militar **3**.



Harold Adler/Underwood Archives/Getty Images



Arquivo/Agência Estado/AE

Dessa forma, surgiu um novo perfil de jovem, que se identificava pela rebeldia contra o “sistema” e contra as gerações anteriores, que haviam produzido duas guerras mundiais. Esse processo levou a uma nova identidade, que valorizava a juventude diante da experiência da vida adulta.

Portanto, para compreendermos a noção de juventude ou qualquer outra nos dias atuais, é preciso conhecer a História. Nesse sentido, a reflexão histórica se constitui em uma das ferramentas para a compreensão da realidade, pois ela propicia um diálogo entre o presente e o passado. Como afirma o historiador francês Marc Bloch, a História é “a ciência dos homens [dos seres humanos] no tempo que tem de vincular incessantemente o estudo dos mortos ao dos vivos”.

2 Visões historiográficas

A História está presente nos mais variados aspectos de nossa realidade. Imaginemos, por exemplo, as suas origens. Provavelmente, você é brasileiro, porém, seus antepassados podem ter vindo de outros lugares do mundo. Seu bisavô paterno pode, por exemplo, ter vindo da Itália e sua bisavó materna ser afrodescendente. Nesse caso, você é brasileiro com ascendência europeia e africana. Ou seja, pesquisando a sua história você pode traçar um perfil

mais completo de quem você é, compreender melhor suas características físicas e também muitos costumes de sua família. Você pode até descobrir que muitos desses costumes são uma herança de seus antepassados. Afinal, o passado dialoga com o presente e se reflete nele.

Definir o que é História, porém, é uma questão muito mais complexa.

Na atualidade, muitos historiadores e pesquisadores que escrevem a História refletem sobre o **que é História**. As respostas dependem das linhas teóricas e metodológicas adotadas pelos historiadores, além do tipo de sociedade e dos grupos sociais que eles representam.

No século XIX, por exemplo, a narrativa histórica concentrava-se nos grandes feitos de personalidades importantes, como estadistas, generais ou autoridades eclesiásticas. A partir da primeira metade do século XX, uma renovação na historiografia ampliou os objetos e as fontes de estudo dessa ciência. Os historiadores passaram a incluir em seus estudos múltiplos **sujeitos históricos**: mulheres, trabalhadores em geral, crianças, enfim, pessoas comuns, que constroem a história no seu cotidiano.

Reprodução/Musée de l'Armée



Óleo sobre tela, criado em 1806 pelo artista francês Jean Auguste Dominique Ingres, representa Napoleão Bonaparte no trono imperial. O foco das narrativas históricas no século XIX estava nas personalidades então consideradas mais significativas, como estadistas, generais, etc.

Manifestação em São Paulo, em 2015. Os participantes protestam contra o machismo, a homofobia, a transfobia, o racismo e outras formas de opressão. Entre os objetivos da manifestação estava incentivar as mulheres que sofrem violência física e sexual a denunciarem seus agressores.



Douglas Pingituro/Brazil Photo Press/AFP

3 Passado e presente

Como vimos, o historiador Marc Bloch ressalta a importância da relação passado-presente para a pesquisa histórica, mostrando que as questões do presente dirigem o olhar do historiador para o estudo do passado. E, por outro lado, as reflexões sobre o passado ajudam a compreender os problemas atuais e influenciam as nossas ações no presente.

Uma questão atual em que a História cumpre um papel muito importante para a reflexão e tomada de posições é, por exemplo, a preservação das populações indígenas e do seu modo de vida no território brasileiro. Nativas do território, essas populações sofreram muito com a chegada dos portugueses, tendo sido vítimas de guerras, epidemias, escravidão e invasão de terras.

Assim, o estudo da História pode nos ajudar a reconhecer a diversidade de povos indígenas do país, suas necessidades e direitos à terra e à preservação de sua cultura, colaborando para que possamos ser mais críticos em relação às **políticas indigenistas** brasileiras.



Em *Aldeia de caboclos em Cantagalo*, litografia de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), está presente a visão do estrangeiro sobre nossos indígenas.



Ricardo Teles/Pulsar Imagens

Entre os povos indígenas do Brasil, há uma grande variedade de línguas, costumes e crenças. Entre os Kamayurá, a dança é presença constante, como se observa na foto da dança tawaranã, no Parque do Xingu, Mato Grosso. Foto de 2014.

Encontram-se cerca de 900 mil indígenas no Brasil, segundo dados do Censo IBGE 2010. Estima-se que, em 1500, esse número variava entre 2 milhões e 4 milhões de pessoas. A maioria das comunidades indígenas vive atualmente nas chamadas Terras Indígenas (TIs). São áreas demarcadas pelo governo, que estabeleceu como exclusividade desses povos a exploração dos recursos naturais dessas regiões.

Um dos critérios utilizados para a demarcação das TIs pela **Fundação Nacional do Índio (Funai)** é o estudo histórico e antropológico dessas populações, buscando, assim, delimitar o seu território. Todavia, um dos grandes desafios da preservação da vida e da cultura dos povos indígenas está no conflito com algumas empresas agroexportadoras e alguns mineradores, madeireiros e pecuaristas que praticam o desmatamento e atividades extrativistas ilegais, prejudicando a biodiversidade e ferindo também o tradicional modo de vida indígena.

Política indigenista:

conjunto de iniciativas adotadas pelo Estado em relação às populações indígenas que habitam seu território.

Fundação Nacional do Índio (Funai):

principal órgão público responsável pelas políticas indigenistas no Brasil.

Cronologia sobre políticas indigenistas no Brasil



ATIVIDADES

- 1916:** Código Civil brasileiro entende indígenas como “relativamente incapazes”, que devem ser mantidos sob tutela do Estado, por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), até estarem integrados à sociedade brasileira.
- 1967:** criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), principal órgão público responsável pelas políticas indigenistas. Não causou grande mudança na percepção do indígena na sociedade brasileira.
- 1973:** elaboração do Estatuto do Índio, que mantém, em linhas gerais, a relação do Estado com a população indígena.
- 1988:** nova Constituição reconhece o direito aos indígenas de manter sua própria cultura; o Estado fica responsável por sua proteção e preservação.
- 2002:** no Novo Código Civil, indígenas perdem o status de “relativamente incapazes”; reconhecida a necessidade de elaborar uma Constituição especial para essa população, por exemplo, um Estatuto das Sociedades Indígenas.

- 1 Com base no texto acima, pode-se dizer que há uma sinalização de melhora na questão indígena no Brasil? Explique.
- 2 Como o estudo da História do Brasil e dos indígenas em geral pode nos ajudar na compreensão e na tomada de posições sobre a preservação dessas populações e do seu modo de vida no território brasileiro?

4 O que é “processo histórico”?

O estudo de História é muito mais do que a apreensão de fatos históricos situados em determinado tempo e espaço. Considerar fatos isolados não permite uma análise profunda; é preciso relacioná-los e analisá-los em conjunto. Essa sequência de fatos, acontecimentos ou de mudanças ao longo do tempo (as permanências e rupturas) é conhecida como **processo histórico**. Para entender melhor o que os historiadores chamam de processo histórico, veja o exemplo a seguir.

Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, extinguindo a escravidão no Brasil. Em apenas dois artigos (veja documento), a abolição da escravatura se concretizou.

O decreto da princesa Isabel, isoladamente, revela pouco sobre o **processo** de abolição da escravidão. Pode parecer uma benevolência do Estado e dar a ideia de que, daquele dia em diante, os negros integravam a sociedade brasileira como cidadãos livres. Porém, ao considerarmos como se desenrolou o processo da abolição, podemos dar a ela outra interpretação.

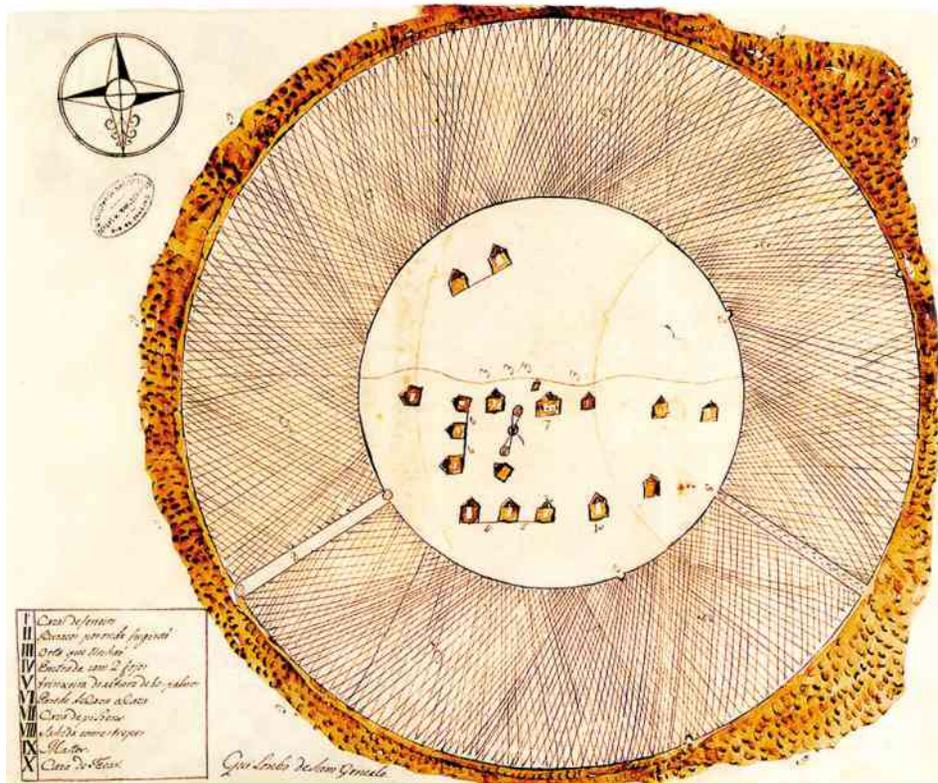
Reprodução/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.



Fac-símile da carta original da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel.

É preciso lembrar da resistência dos escravizados. Por mais de 300 anos, eles buscaram formas de chamar a atenção para sua situação e protestavam de diferentes maneiras: diminuindo o ritmo ou paralisando o trabalho, destruindo as máquinas dos engenhos, organizando fugas, rebeliões e formando comunidades de fugitivos (os mocambos ou quilombos).

Também as transformações no cenário internacional (difusão das ideias iluministas e as revoluções Industrial e Francesa) do século XVIII abriram, gradualmente, espaços institucionais para o questionamento da escravidão. Por exemplo, em 1845, o parlamento do Reino Unido aprovou a Bill Aberdeen, lei que permitia à marinha britânica aprisionar qualquer navio suspeito de tráfico negroiro.



Reprodução/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Planta do Quilombo de São Gonçalo, aquarela do século XVIII. Ao centro da planta, encontrada no relatório de Inácio Correia Pamplona, o conde de Valadares (1769), vê-se o aldeamento, com destaque para a casa do ferreiro e a casa dos pilões, onde era fabricada a farinha. Na área superior do círculo, ficavam as roças. O aldeamento era protegido por uma área de trincheira (área hachurada ao redor do círculo central) com duas saídas camufladas.

No Brasil, em setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós proibiu o atracamento de navios negreiros em portos brasileiros. Mesmo com o fim do tráfico negroiro, houve resistência do império em abolir a escravidão, optando por um processo de emancipação lento e gradual, controlado pelas elites. Em 1871 foi publicada a Lei do Ventre Livre, que tornava livres os filhos de escravizados nascidos a partir daquela data, ao completarem 21 anos. E, em 1885, veio a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravizados acima de 60 anos. Essas leis, apesar dos limites que apresentavam, apontavam para o fim da escravidão.



Reprodução/Coletânea particular

Livre!!!, litografia de Angelo Agostini, publicada originalmente na *Revista Illustrada* do Rio de Janeiro, em 1884. Parte da imprensa, sobretudo nas grandes cidades do império, participou ativamente contra a escravidão.



Foto de 1900 retrata escravizados libertos em Porto Alegre, RS.

Além disso, entre as décadas de 1870 e 1880, a campanha abolicionista começou a se difundir por todo o país e a envolver pessoas de variados grupos sociais. Em 1884, as províncias do Ceará e do Amazonas extinguíram a escravidão.

Por fim, em 1888, após muitos debates entre as elites e pressões externas e internas, aboliu-se a escravidão. Cabe lembrar que naquele ano apenas 5% da população afrodescendente que vivia no Brasil ainda era escravizada.

Quais mudanças a abolição trouxe à sociedade da época? O negro liberto não possuía dinheiro, e as terras eram muito caras devido à Lei de Terras. Sem os meios de sustento, sobrava aos libertos vender sua força de trabalho. Sem o apoio de po-

líticas públicas, muitos afrodescendentes permaneceram marginalizados na sociedade, pois eram obrigados a se submeter a um salário de subsistência e a condições de trabalho iguais ou até piores do que as anteriores.

Em resumo, para entender o fim da escravidão é preciso **conhecer e relacionar vários fatos históricos** ligados às lutas de resistência dos escravizados, às ideias iluministas, às revoluções do século XVIII, às pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro, aos interesses de parte da elite brasileira (defensora de uma emancipação gradual) e aos movimentos abolicionistas do Brasil, que pressionaram nas ruas, reunindo multidões contra a escravidão. Quer dizer, é preciso entender o que chamamos de **processo histórico**.



Jales Valquer/Fotoarena

Estudantes de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo conversam sobre um trabalho acadêmico na universidade. As políticas públicas do país têm criado condições de acesso do negro às universidades brasileiras. No entanto, o número de afro-brasileiros no Ensino Superior público ainda é bem menor comparativamente ao de jovens brancos. Foto de 2016.

5 Marcando o tempo

O tempo é uma construção humana e pode ser medido de diversas formas, conforme as necessidades de cada grupo social. Para várias sociedades indígenas, por exemplo, a noção de tempo se baseia nos ciclos da natureza, como o período da plantação e da colheita. Com base nas estações do ano, nas fases da lua, por exemplo, essas sociedades identificam o melhor momento para semear, colher, pescar, etc. Esse tipo de medição é chamado de **tempo da natureza**.

No Brasil utiliza-se o calendário gregoriano, elaborado a pedido do papa Gregório XIII em 1582. Esse calendário tem como marco inicial o ano do nascimento de Cristo (por exemplo, o ano de 2020 indica que o nascimento de Cristo ocorreu 2020 anos atrás). Trata-se também de um calendário solar: um ano se completa quando a Terra dá uma volta ao redor do Sol. Esses são exemplos de **tempo cronológico**. O tempo cronológico é a **forma mais comum de medição** em nossa sociedade.

6 O tempo histórico

Os historiadores utilizam-se muito do tempo cronológico para marcar os fatos históricos. Por exemplo, graças à marcação do tempo cronológico podemos afirmar que no dia 1º de setembro de 1939 iniciou-se a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Marc Bloch, o papel do historiador é ir além da ordenação cronológica dos acontecimentos, sendo seu dever maior pensar os acontecimentos no **tempo da duração**, que é um tempo contínuo, mas também o de mudança constante.

A colonização das terras que hoje conhecemos como Brasil, por exemplo, principiou-se em 1530 com a expedição de Martim Afonso de Souza, e teve uma **ruptura** em 1822, quando o Brasil se tornou um país independente e adotou a monarquia. Podemos, então, dizer que o tempo histórico da colonização durou de 1530 a 1822.

Porém, a manutenção da monarquia e da escravidão, o poder dos grandes proprietários de terras e a exclusão das camadas mais pobres da população da vida política por meio do voto censitário demonstravam que também houve uma continuidade das características do período colonial mesmo depois de ele ter terminado. Tudo isso são exemplos de **permanências**. Desse modo, apesar de o Brasil ter se tornado um país livre, com um governo e uma Constituição próprios, aspectos das estruturas políticas, sociais e econômicas da época colonial permaneceram quase os mesmos durante o período monárquico.

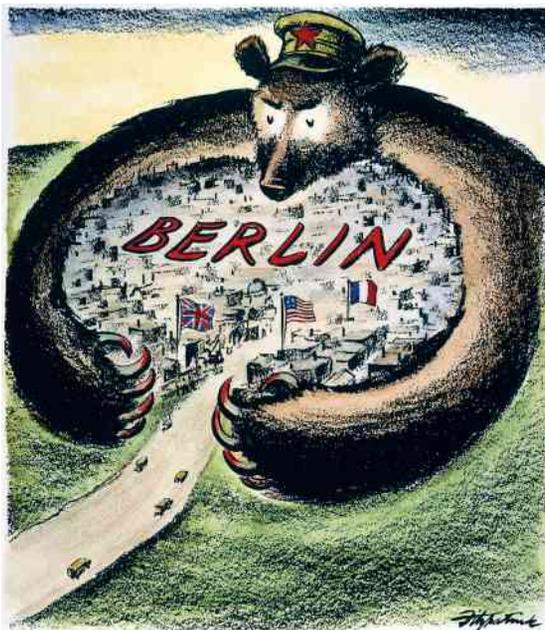
Assim, o tempo histórico está intimamente ligado à **duração** dos processos históricos de diferentes grupos, sociedades, países, etc. Esse tempo se preocupa com as permanências e as rupturas nesses processos, mas também diz respeito às cronologias, periodizações, sucessões ou simultaneidades dos fatos históricos.

7 Duração dos fatos históricos

Importante aspecto do tempo histórico relaciona-se à duração dos fatos históricos, que pode ser de curta, média ou longa duração. Segundo o historiador francês Fernand Braudel, os **fatos de curta duração** correspondem a um momento preciso, como nascimento ou morte de uma pessoa, uma greve ou a assinatura de uma lei. Estes fatos referem-se, principalmente, ao plano político, como um golpe de Estado ou a renúncia de um presidente.

Os **fatos de média duração** referem-se a conjunturas políticas ou econômicas, como a ditadura militar brasileira (1964-1985) ou a Guerra Fria (1945-1991), geralmente, situações vivenciadas por uma geração. Os **fatos de longa duração** se ocupam de comportamentos coletivos enraizados, de crenças ideológicas e religiosas, articulando-se à história cultural e das mentalidades. São exemplos desse tipo de fato a presença do cristianismo no mundo ocidental e a proibição do incesto.

Como fechar uma lacuna?, charge estadunidense de D. R. Fitzpatrick, publicada em 1948, ironizando o esforço russo de atrair as nações europeias para Berlim na tentativa de, finalmente, declarar guerra. O período da Guerra Fria (entre 1945 e 1991) foi marcado pela polarização entre os Estados Unidos e a então União Soviética.



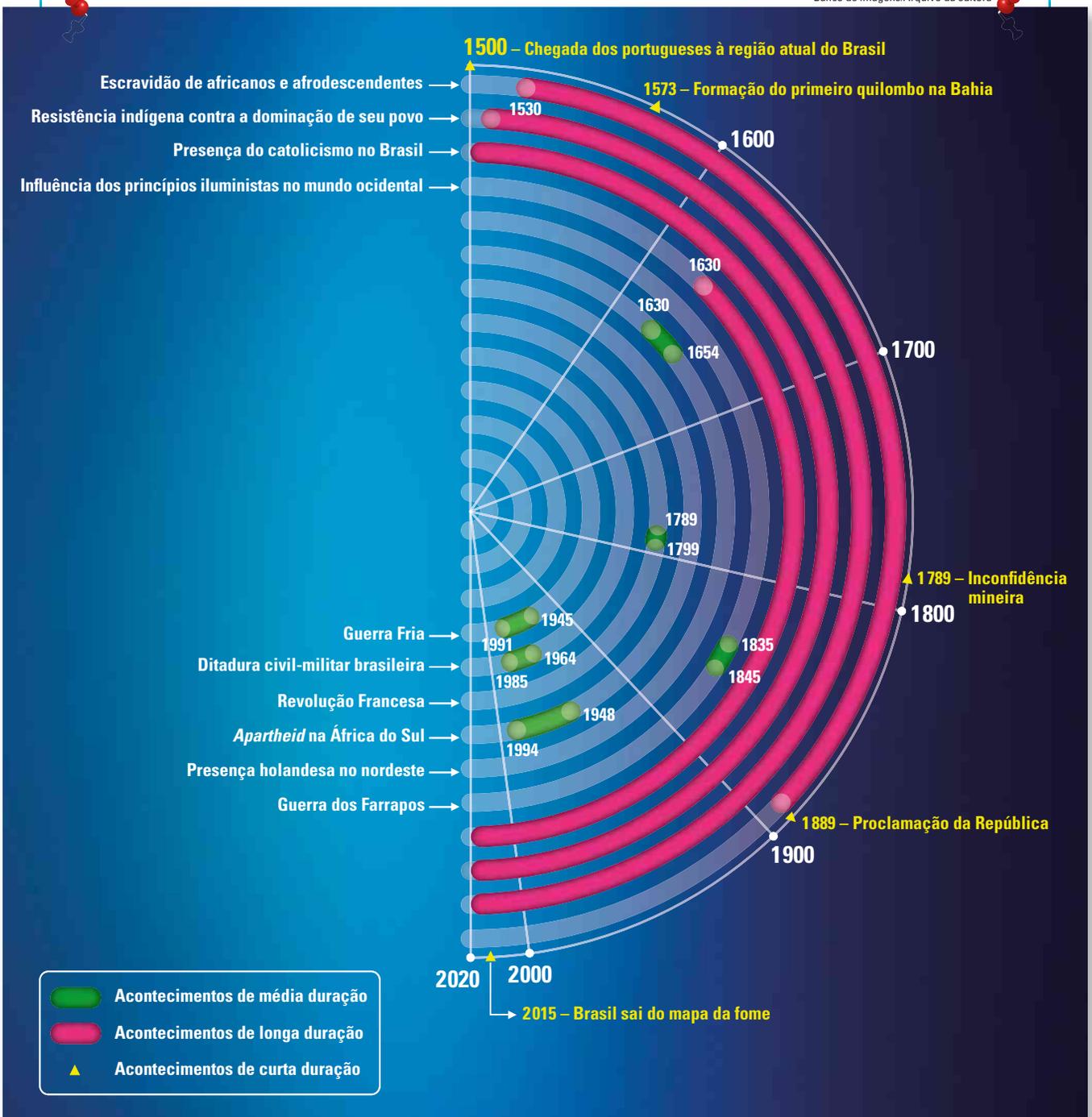
Granger, NYC/Fotograma

Linha do tempo

Muitas vezes, para localizar melhor um fato histórico no tempo, os historiadores criam uma linha do tempo. Com ela, é possível dimensionar as diferentes durações dos fatos históricos. Ela pode ter vários formatos: linha reta, semicírculo, espiral, etc. É importante que essa **linha respeite a proporcionalidade entre o número de anos repre-**

sentados e o tamanho de cada período. Veja abaixo um exemplo de uma linha do tempo. Os acontecimentos de curta duração estão na cor amarela; os de média duração estão na cor verde; e os de longa duração estão em rosa. Ao analisar essa linha do tempo, podemos observar mudanças e permanências na nossa história.

Banco de imagens/Arquivo da editora



8 Periodização da História

O *Homo sapiens* está na Terra há mais de 100 mil anos. Como é um período muito longo, historiadores o dividiram em cinco períodos, conhecidos como Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Existem muitas críticas a essa divisão, pois, de modo geral, ela usa basicamente acontecimentos da História europeia como **marcos históricos**. O marco do início da Idade Média, por exemplo, é a queda do Império Romano do Ocidente, no século V; já o que marca o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea é a Revolução Francesa de 1789. Apesar da perspectiva eurocêntrica, permite ter uma noção da História como um todo, observando-se as rupturas de grandes estruturas em processos históricos de longa duração.

Marco histórico:

acontecimento considerado relevante pelos historiadores por delimitar importantes mudanças nas estruturas políticas, sociais, econômicas e/ou culturais.



Os marcos históricos

Para organizar os estudos de História, costuma-se estabelecer marcos históricos para delimitar esses períodos. Esses marcos podem variar de acordo com as experiências culturais de quem os estabelece. Por exemplo: os Kaxarari, um povo indígena que vive no Amazonas e em Rondônia afirma que o contato de seu povo com populações não indígenas – ocorrido ao longo dos séculos XIX e XX – pode ser dividido em três tempos distintos: o das Correrias, o do Cativoiro e o dos Direitos.

O Tempo das Correrias marca o início do contato com outras sociedades, quando a maioria de sua população foi exterminada pelos **caucheiros** peruanos e seringalistas brasileiros. Após a conquista das terras dos Kaxarari, iniciou-se o Tempo do Cativoiro, fase em que os sobreviventes dessas guerras de conquista foram escravizados e passaram a trabalhar nos seringais da região.

Para os Kaxarari, o tempo dos Direitos é marcado pela instalação de uma **Ajudância** da Funai no Acre, em meados da década de 1970, e pela delimitação de sua área indígena em 1978. Dessa época em diante, os Kaxarari passaram a tomar consciência de seus direitos, inclusive aqueles relacionados à posse efetiva de suas terras e aos meios suficientes e necessários para sua sobrevivência coletiva.

Caucheiro: sinônimo de seringalista.

Essa palavra deriva de caucho (árvore produtora de látex). Esse nome é originário do vocábulo indígena *kautchu* (pau que dá leite).

Ajudância: era um órgão regional da Funai.

9 Sujeitos históricos e fontes

Como já vimos, um fato histórico pode ser de curta, média ou longa duração. Um fato de curta duração, por exemplo, é um acontecimento pontual (como a assinatura da Lei Áurea) no tempo (ocorrida em 13 de maio de 1888) e no espaço (no Brasil).

Junto com os fatos estão os sujeitos históricos, ou seja, múltiplos indivíduos, grupos, movimentos sociais, pessoas comuns, etc. envolvidos nesses acontecimentos. No caso da assinatura da Lei Áurea, por exemplo, são **sujeitos históricos**: a princesa Isabel que assinou a lei; os negros que lutaram por sua alforria; os abolicionistas; as pessoas que ajudaram os escravizados em suas fugas, etc.

Para a investigação de um fato histórico e dos papéis cumpridos pelos sujeitos, o historiador deve buscar diferentes fontes, que permitam uma visão ampla do ocorrido. As fontes podem ser pessoas que viveram naquela época (testemunhas) ou podem vir de outras **evidências**, como documentos escritos, artefatos, vídeos e qualquer produto do trabalho humano.

Existem evidências materiais (jornais, fotografias, cartas, pinturas, etc.) e imateriais, que não são tangíveis, como costumes ou a forma de contar uma história. Utilizando ainda o caso da Lei Áurea, temos o documento (a lei em si, uma fonte material escrita), que permite compreender os termos da abolição naquele momento. Uma fotografia das comemorações ocorridas

após a abolição constitui uma fonte material não escrita, uma representação iconográfica deste acontecimento.



Festa em comemoração à abolição da escravatura em frente à Câmara, em Penedo, Alagoas, 1888. Uma foto como esta constitui uma evidência material da celebração no interior de Alagoas à época.

10 O que dizem os fatos?

Os fatos não falam por si só. O historiador, mesmo encontrando diferentes fontes que tratam de determinado fato, terá de interpretar as evidências, selecionando-as, classificando-as, avaliando-as e relacionando-as a outros documentos para chegar a algumas conclusões.

Segundo o historiador britânico Edward Hallett Carr, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais fatos vêm à cena e em que ordem ou contexto”. Nesse sentido, é o historiador quem decide por suas próprias razões que a assinatura da Lei Áurea é um **fato da História**, ao passo que a assinatura de tantas outras leis antes ou depois pode não interessar àquele historiador ou a outros.

Portanto, para um fato do passado se tornar um fato da História (ou histórico) é preciso que ele seja selecionado por um historiador. Se um historiador do futuro estiver investigando sobre os meios de transportes utilizados em sua cidade e encontrar um documento que indique que você e a maioria dos estudantes de sua escola usavam bicicletas, ele pode se interessar por essa fonte e citar esse fato em sua pesquisa. Outros historiadores podem ler esse trabalho e também citar tal fato, validando a interpretação feita, por considerarem significativa para o estudo dos meios de transportes de determinada época. Dessa forma, um fato do passado vai se transformando em um fato histórico.

11 História, memória e cidadania

O estudo da História é essencial para a preservação da memória dos lugares, das pessoas, dos grupos sociais e das instituições, assim como para o exercício da cidadania.

Como afirma a historiadora brasileira Laura de Mello e Souza: “A História é fundamental para o pleno exercício da cidadania. Se conhecermos nosso passado, remoto e recente, teremos melhores condições de refletir sobre nosso destino coletivo e de tomar decisões.”

A cidadania está intimamente ligada à memória. A memória – tanto individual como coletiva – comporta uma dimensão ambivalente de lembranças e esquecimentos, que compõem as narrativas do passado de uma pessoa, de uma comunidade e dos lugares onde essas pessoas vivem. As recordações do passado são sempre as que permanecem vivas, conferindo algum sentido à experiência individual e social do grupo.

É a partir desse ato de lembrar e de esquecer acontecimentos ou personagens da história de um grupo social ou de um lugar que o indivíduo e os grupos sociais constroem paulatinamente a **memória individual e coletiva**. Assim, a importância da memória, por exemplo, para a luta contra o racismo, passa, inevitavelmente, pela memória da escravidão, responsável pela marginalização dos negros por séculos em nossa sociedade.

Os direitos das mulheres também são uma questão de cidadania que passa pela História, pois as mulheres ocuparam uma posição submissa na sociedade durante muito tempo; condição histórica que sustenta ainda muito preconceito atualmente. Foi com muita luta que as mulheres conquistaram o direito ao voto em vários países do mundo. No Brasil, esse direito foi conquistado em 1932.

O conhecimento histórico é necessário em muitas práticas sociais, como no momento do voto. Em uma democracia representativa, o indivíduo precisa ter consciência do seu poder de decisão para que ele seja um instrumento efetivo na construção de um mundo melhor.



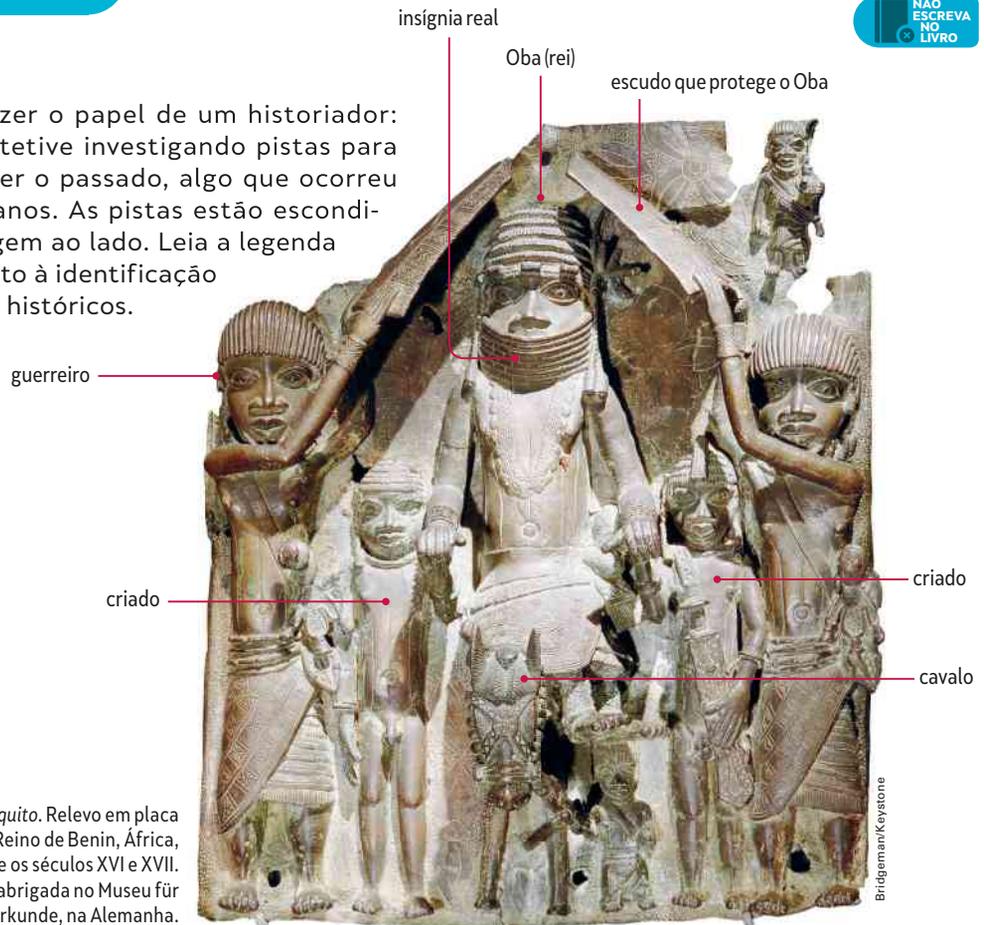
Fragmentos de pergaminhos do mar Morto, datado de aproximadamente 2 mil anos, são analisados em laboratório de Jerusalém, em 2012. Documentos históricos como esse revelam a memória coletiva de seu tempo.



ATIVIDADES

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

- 1 Você vai fazer o papel de um historiador: será um detetive investigando pistas para compreender o passado, algo que ocorreu há muitos anos. As pistas estão escondidas na imagem ao lado. Leia a legenda e fique atento à identificação dos sujeitos históricos.



Oba a cavalo com séquito. Relevo em placa de latão do Reino de Benin, África, produzido entre os séculos XVI e XVII. A peça está abrigada no Museu für Völkerkunde, na Alemanha.

Para realizar essa investigação, você deve seguir o roteiro a seguir.

• Identificação

- Que tipo de fonte histórica a imagem representa?
- Onde e quando foi produzida?

• Descrição

- Os sujeitos históricos representados (adereços usados, tamanho das figuras, posição ocupada na representação).
- Os objetos e animais presentes na cena.
- As características da imagem.

• Análise

- Identifique o tema da imagem.
- Como a cena é apresentada?
- O que a disposição das figuras e os diferentes tamanhos dos personagens revelam sobre a cena?

• Interpretação

- Quem são os sujeitos históricos retratados?
- O que eles parecem estar fazendo?
- Encontre informações na imagem que o ajudem a compreender aspectos da organização do Reino de Benin.
- Anote as dúvidas a respeito da sua investigação. Para qualquer informação que você tiver dúvida, faça uma pergunta. Fazer perguntas sobre o que se está estudando é um procedimento comum ao trabalho do historiador. Essas perguntas serão importantes para a sua investigação. Procure fazer perguntas do tipo “o quê?”, “por quê?”, “onde?” e “como?”
- Tente responder às questões elaborando hipóteses. Não se preocupe em acertar as respostas. Tente encontrá-las na própria imagem.

- **Fechamento**

Apresente para a turma as suas perguntas, as hipóteses e as dúvidas não solucionadas.

- 2 Leia os dois textos a seguir e realize as atividades propostas. O primeiro foi escrito por Heródoto entre os anos 484 a.C. e 425 a.C. (século V a.C.). Heródoto é considerado o “pai da História”. O título do seu livro é *História*, palavra de origem grega que significa pesquisa, conhecimento advindo da investigação. Portanto, o livro de Heródoto pode ser chamado de *Investigação*. O segundo texto é do historiador inglês Peter Burke. Em uma entrevista de maio de 2009, ele trata da importância do estudo da História e da relação entre passado e presente. O texto 2 é um fragmento dessa entrevista.

Texto 1

Ao escrever a sua História, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos Gregos, assim como as dos bárbaros [persas], permanecessem ignoradas; desejava ainda, sobretudo, expor os motivos que os levaram a fazer guerra uns aos outros.

HERÓDOTO. *História*. Livro I: Clío.

Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/eLibris/historiaherodoto.html>. Acesso em: 23 nov. 2015.

Texto 2

Peter Burke: o passado é um país estrangeiro

Jornalista: Em momentos de crise, como o atual, há sempre uma tentativa de se recorrer às “lições da história”. Pensando na era moderna, a que o senhor tem se dedicado, saberia dizer afinal que lições são essas?

BURKE: Nada que se possa facilmente reunir num conjunto de proposições. Mas, se você estuda o passado, desenvolve essa sensibilidade à diversidade humana. Ela pode ser útil para orientar nossa ação política. Um dos problemas de hoje é que a maioria dos líderes políticos não percebem quão diversamente as pessoas pensam e se comportam. Por isso, sua política externa é um desastre e, quando o país em questão é uma sociedade multicultural, sua política doméstica também.

Jornalista: Inversamente, de que maneira o presen-

te nos ajuda a entender a reflexão histórica? O senhor poderia falar sobre a historicidade do trabalho do historiador?

BURKE: Nos ajuda a entender algumas coisas e impede que entendamos outras. Por isso, é importante reescrever a história a cada geração. Cada geração, vivendo com os problemas do presente, interroga o passado pensando em suas próprias questões. Quando houve a grande inflação nos anos 1920, as pessoas começaram a história dos preços, quando houve ansiedade sobre explosão populacional nos anos 1950, começou a história demográfica, agora a história do meio ambiente está decolando. Mas ao mesmo tempo em que usamos o presente para formular perguntas, temos que deixar o passado dar suas próprias respostas.

BURKE, Peter. O passado é um país estrangeiro. Entrevista concedida ao jornal *O Globo* e a *o Globo Universidade* em 16 maio 2009.

- a) Segundo o texto de Heródoto, para que serve a História?
 - b) Para Peter Burke, quais seriam as atuais “lições da história”?
 - c) De acordo com Burke, como a investigação do passado se relaciona com o tempo presente?
- 3 No Brasil utilizamos o calendário gregoriano, porém, existem outras formas de tempo cronológico. Pesquise outro tipo de calendário e explique qual é o seu marco inicial, a forma como mede o ano e os meses e qual a sua duração.
 - 4 Com base no estudo do capítulo, cite um fato histórico relevante para a sua cidade. Depois classifique-o como de curta, média ou longa duração.
 - 5 A divisão tradicional da História em cinco períodos sofre vários questionamentos hoje em dia. Explique quais os argumentos utilizados para criticar essa periodização e cite uma forma alternativa de divisão da História.
 - 6 Existem fontes materiais e imateriais. Dê exemplos de cada uma delas.
 - 7 Retome o que você estudou e explique a diferença entre fato e processo histórico.

Conhecimento e criatividade

Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm, as mudanças ocorridas com a humanidade ao longo de milhares de anos foram resultado da capacidade humana de controlar os elementos da natureza. O domínio da natureza pode ocorrer por meio do trabalho manual e intelectual, da criação de tecnologias e da organização da produção, por exemplo. A visão de Hobsbawm nos permite concluir, portanto, que a base do desenvolvimento humano repousa no conhecimento e na criatividade.

Todas as pessoas detêm algum tipo de conhecimento, seja como fruto de experiências, seja por estudos diversos. Adquirir conhecimentos significa organizar as informações disponíveis para compreender a realidade e ter capacidade de utilizar essas informações, em situações diferentes, ao longo da vida.

Os povos indígenas, por exemplo, durante milênios, curaram seus doentes utilizando ervas e plantas. Saber qual a planta correta para usar em uma cura foi possível graças à capacidade humana de observar e interagir com a natureza.

Algo semelhante acontece com um cientista que inventa uma vacina. Em seu trabalho, o pesquisador adquire conhecimento dos experimentos já realizados por outros cientistas, identifica diferentes tipos de drogas medicinais e realiza muitos testes antes de obter resultados consistentes.

Nesta Unidade vamos compreender como a busca pelo conhecimento mobiliza os seres humanos desde os tempos mais remotos. O domínio do fogo e a invenção da roda são alguns exemplos de uso do conhecimento humano e do seu potencial criativo para adequar suas necessidades à realidade existente e garantir sua sobrevivência na Terra.



Phillipe Psaila/SP/Latinstock

Um paleontólogo experimental francês reconstrói a forma de fazer fogo dos homínidos pré-históricos. Na foto, o pesquisador usa pedras para iniciar uma chama.



Walltraud Grubitzsch ZB/DPA/AFP

Médico alemão durante uma aula sobre operação de nariz em um paciente na sala de cirurgia do Hospital Acqua, em Leipzig, considerado referência internacional em tecnologia cirúrgica. O sistema cirúrgico notifica o médico de potenciais colisões com vasos sanguíneos e nervos. Profissionais de medicina de todo o mundo têm vindo a assistir a essas aulas. Foto de 2016.

COMEÇO DE CONVERSA

1. Utilizamos a criatividade e o conhecimento em diversas situações, diariamente: para resolver problemas, encontrar novas maneiras de fazer alguma coisa ou para nos divertir. Relate à sala algum episódio que você presenciou ou leu em que o conhecimento e a criatividade foram fundamentais para solucionar algum problema.
2. A criatividade humana possibilitou a realização de descobertas ou invenções que possibilitaram grandes mudanças no cotidiano das pessoas. Um exemplo é o zíper, uma invenção que transformou a indústria de roupas em todo o mundo. Pense em outras invenções simples presentes em nosso dia a dia. Em seguida, explique à classe por que você considera esses exemplos importantes e qual é o impacto dessas criações na sociedade.

Origens da humanidade e importância da agricultura

Os seres humanos têm um vasto conhecimento sobre as origens da nossa espécie. Sabemos, por exemplo, que nossos ancestrais eram **hominídeos**, que habitavam a Terra há cerca de 7 milhões de anos. Centenas de cientistas, no mundo todo, participam de estudos para descobrir como eram (seus aspectos físicos) e como viviam (aspectos sociais, culturais, etc.). Para isso, analisam vestígios deixados pelos antepassados. Esses vestígios podem ser, por exemplo, **fósseis**, ferramentas, esculturas, utensílios, restos de fogueiras, entre outros.

O surgimento da espécie humana foi resultado de um longo processo, que se estendeu por centenas de milhões de anos e envolveu não só alterações físicas no corpo, mas também mudanças culturais, como o modo de viver e hábitos em geral. Entretanto, a ciência ainda não encontrou uma resposta precisa a respeito de como e quando o ser humano apareceu na Terra.

Neste capítulo estudaremos as origens da humanidade e as grandes mudanças ocorridas na vida do ser humano com o desenvolvimento da agricultura.

Hominídeo: primata que compreende o ser humano e seus ancestrais.

Fóssil: vestígio petrificado ou enrijecido de animais ou vegetais anteriores à época atual, que conservaram suas formas primitivas, permitindo que sejam determinados seu período geológico e outras características importantes para o estudo da evolução das espécies.

Arte rupestre encontrada em Tadrart Acacus, um maciço rochoso do oeste da Líbia. O local é famoso por suas pinturas e esculturas rupestres com até 14 mil anos. Foto de 2014.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Compreender os conceitos de hominídeo e fóssil.
- Discutir as limitações dos seres humanos pré-históricos e as estratégias que criaram para superá-las (o conhecimento e a criatividade).
- Apresentar as teorias sobre o povoamento da Terra pelo gênero *Homo*.
- Mostrar a importância do domínio da agricultura e da domesticação de animais para a sedentarização dos grupos humanos e para a formação dos primeiros núcleos urbanos.
- Destacar o papel da especialização de funções na organização social e política dos primeiros grupos humanos.

1 Os hominídeos do gênero *Homo*

Os fósseis são uma das principais fontes de estudo para entender a **evolução** biológica da espécie humana. A análise dessas amostras indica que os indivíduos com características tipicamente humanas apareceram há milhões de anos, e não foi um evento único e localizado.

Um dos hominídeos mais antigos que se conhece é o *Ardipithecus kadabba*, que habitou a África há 5,8 milhões de anos. Posteriormente, surgiram outros hominídeos do gênero *Australopithecus*. Eles teriam habitado a África entre 4,2 milhões e 1 milhão de anos atrás e se dividiam em várias espécies, como *Australopithecus anamensis*, *Australopithecus afarensis* e *Australopithecus sediba*.

De modo geral, os *Australopithecus* tinham braços longos, maxilares salientes e cérebro pequeno, mas sua principal característica era a capacidade de andarem eretos.

Uma das espécies de *Australopithecus* – não se sabe qual – deu origem a um grupo de hominídeos, o *Homo*. Os cientistas ainda não descobriram quando, como e onde isso aconteceu. Acredita-se que os primeiros seres do gênero *Homo* apareceram há cerca de 2 milhões de anos. Por mais de 800 mil anos, os seres do gênero *Homo* conviveram com os *Australopithecus* na África. No entanto, ao longo do processo de evolução, os *Australopithecus* extinguiram-se.

Segundo alguns especialistas, a espécie mais antiga do gênero *Homo* que se conhece é a do *Homo habilis*. Com quase 1,60 m de altura, pouco mais de 50 quilos de massa corpórea e um cérebro de até 800 cm³, o *Homo habilis* se desenvolveu graças à sua capacidade de adaptação cultural e social: os integrantes de um grupo, por exemplo, dividiam os alimentos com os outros membros, o que estabelecia vínculos mais sólidos entre eles, facilitando a defesa, a nutrição e a reprodução do grupo.

Pesquisas recentes revelaram que o *Homo habilis* conviveu por centenas de milhares de anos com outro hominídeo, o *Homo erectus*, que apareceu na África por volta de 1,8 milhão de anos atrás. Para os cientistas, essas duas espécies podem ter tido um ancestral comum, ainda desconhecido.

O *Homo erectus* chegava a medir 1,80 m de altura. Seu cérebro tinha um volume médio de 950 cm³, mas podia chegar a 1 250 cm³ de altura. Seu rosto era largo, e sua arcada dentária, saliente. Essa espécie tinha grande capacidade intelectual: andava em grupos de vinte a trinta indivíduos que dividiam tarefas, fabricavam utensílios, construíam cabanas, aprenderam a dominar o **fogo** e a organizar caçadas.

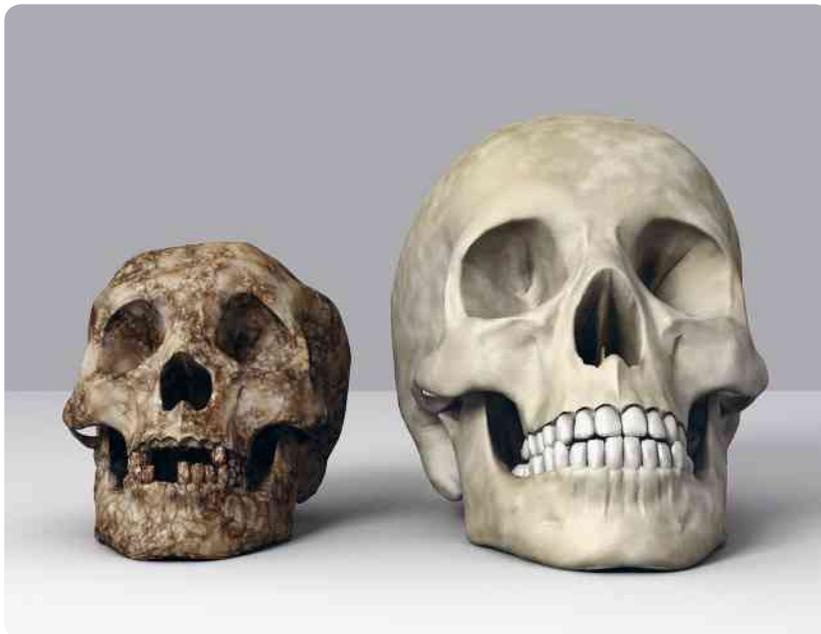


Ilustração computadorizada de dois crânios: o do *Homo floresiensis* (à esquerda) e do *Homo sapiens sapiens* (à direita). O *Homo floresiensis* foi um hominídeo de pouco mais de um metro de altura e cérebro muito pequeno. Acredita-se que foi extinto há 12 mil anos e coexistiu com os seres humanos da espécie *Homo sapiens*. Em 2003, restos de crânio do *Homo floresiensis* foram encontrados na caverna Liang Bua, localizada na Ilha das Flores, Indonésia.

FILME

Veja o filme ***A guerra do fogo***, de Jean-Jacques Annaud, 1981.

O filme retrata dois grupos de hominídeos pré-históricos – um que cultuava o fogo como algo sobrenatural e outro que sabia como produzi-lo.

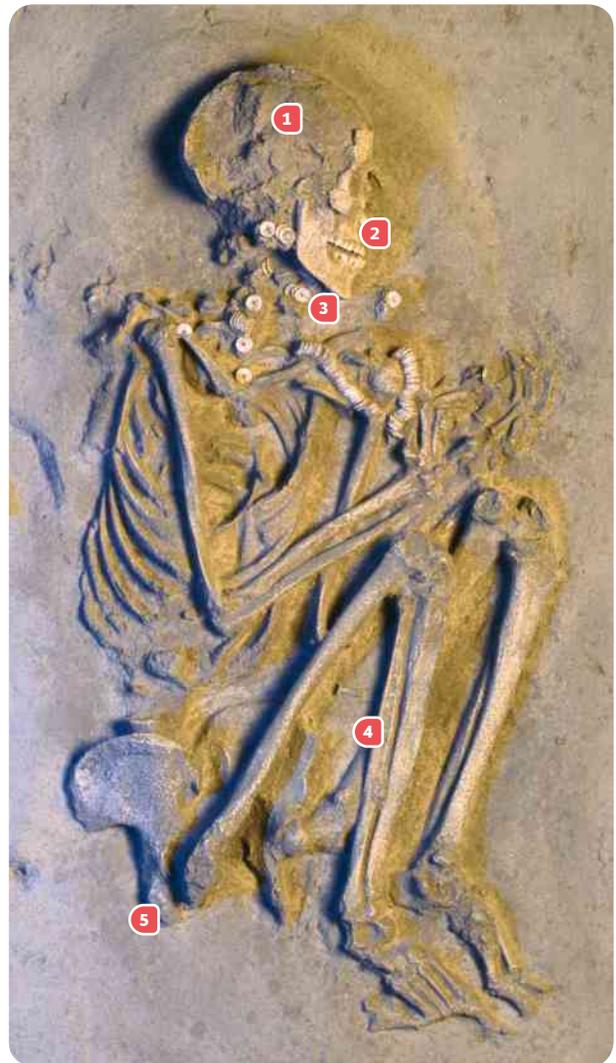


O que os fósseis revelam

A análise de fósseis de esqueletos pode conter informações valiosas para os cientistas. Por exemplo: o sexo, a idade (uma criança, um adulto ou um adolescente) e, em certos casos, as circunstâncias de sua morte. O estudo das fezes humanas fossilizadas – conhecidas como coprólitos – pode revelar os hábitos alimentares daquela espécie (ou de um grupo), a incidência de parasitas em seu intestino e até os deslocamentos que realizou. Supondo, por exemplo, que esses parasitas sejam comuns em zonas tropicais e que os coprólitos tenham sido encontrados em uma região de clima frio, isso mostraria que o grupo humano estudado teria migrado de um lugar para outro.

- 1 O tamanho do crânio pode identificar a espécie.
- 2 Riscos microscópicos e buracos no esmalte dos dentes podem indicar o tipo de alimentação. Molares grandes e mandíbulas grossas sugerem a mastigação de alimentos mais duros.
- 3 Os dentes e o tamanho dos ossos revelam se o esqueleto era de um adulto ou de uma criança. Também podem mostrar problemas como anemia e outras deficiências alimentares.
- 4 Os ossos podem reter evidências de infecções por tumores, bactérias, parasitas e fungos, ou revelar traumas, como fraturas, amputações e golpes na cabeça.
- 5 O formato da pélvis identifica o sexo.

Texto elaborado com base em: INSTITUTE OF HUMAN ORIGINS. Disponível em: <www.becominghuman.org>. Acesso em: 9 jul. 2015.



Pascal Goetgheluck/SP/Stock Photos/Latinstock

Fóssil do esqueleto de uma mulher do Período Neolítico, encontrado na França. Ela morreu há aproximadamente 5 mil anos.

Entre 1 milhão e 700 mil anos atrás, o *Homo erectus* foi o primeiro homínido a emigrar da África, onde surgiu. Seguindo o curso do rio Nilo, alcançou a Ásia e depois a Europa. Extinguiu-se há cerca de 300 mil anos, quando espécies arcaicas de *Homo sapiens* já tinham surgido.

Há indícios de que essas espécies passaram por um longo processo de evolução, até que, por volta de 195 mil anos atrás, apareceu o *Homo sapiens* (ou *Homo sapiens moderno*), subespécie da qual somos representantes. Por ter uma faringe mais longa e uma língua mais flexível, desenvolveu a capacidade da fala, por meio da qual passou a expressar pensamentos e conceitos abstratos (sobre a espécie humana, veja o texto *Somos todos iguais*, na página a seguir).

FILME

Veja o filme *A origem do homem*, Discovery Channel, 2002.

Documentário que, com fatos científicos, comprova ser a África o berço da humanidade.

Foi o *Homo sapiens sapiens* quem conseguiu ocupar – até por volta de 12000 a.C. – todos os continentes do planeta, com exceção da Antártida. Segundo os especialistas, ele chegou ao Oriente Próximo e à Ásia entre 90000 a.C. e 45000 a.C. Do continente asiático ele teria alcançado – há cerca de 40 mil anos – a Oceania por meio de embarcações. Na América, o *Homo sapiens sapiens* teria chegado entre 15 mil e 11 mil anos atrás, mas há também teorias que indicam vestígios da presença humana no continente americano datados de 50 mil anos atrás. Enquanto isso, outros grupos ocupavam a Europa e a Ásia central. Lá, levavam uma **vida nômade**, ou seja, deslocavam-se constantemente em busca de alimentos. Viviam da coleta de frutos e raízes e caçavam animais, como mamutes e bisões, hoje ambos extintos.

Representação artística de um grupo de ancestrais e precursores do *Homo sapiens* moderno. Da esquerda para a direita e da frente para trás: *Homo erectus*, *Australopithecus africanus*, *Kenyathropus rudolfensis*, *Australopithecus afarensis*, *Homo habilis*, *Australopithecus boisei*, *Homo neanderthalensis* e *Australopithecus anamensis*.



Hess, Landemuseum/akg-images/Latinstock



PASSADO PRESENTE

Somos todos iguais

Pele negra, branca ou parda; olhos arredondados ou puxados; cabelos lisos, crespos ou encaracolados. As variações físicas entre os seres humanos são grandes, porém a ciência já comprovou: apesar das diferenças observadas entre os indivíduos e entre grupos de indivíduos, a espécie humana é única e unívoca. Isso significa que não há outra espécie igual à nossa e que ela é uniforme em si mesma. Por isso, os seres humanos não podem ser separados em raças.

Ao analisarem os genes formadores das características físicas humanas, os cientistas observaram que as variações encontradas não passam de 1% e são resultado do processo evolutivo do ser humano diante da necessidade de adaptação às condições ambientais.

Texto elaborado com base em: ESCOBAR, Herton. Evolução do *Homo sapiens* continua, cem vezes mais rápida. *O Estado de S.Paulo*, 11 dez. 2007. Disponível em: <<http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/geral,evolucao-do-homo-sapiens-continua-cem-vezes-mais-rapida,93872>>. Acesso em: 9 jul. 2015; HUMAN Genome Project Information Archive 1990-2003. Disponível em: <www.ornl.gov/sci/techresources/Human_Genome/home.shtml>. Acesso em: 9 jul. 2015.

DIALOGANDO
COM... **BIOLOGIA**

Segundo os cientistas, o cabelo crespo dos negros, por exemplo, surgiu como uma forma de proteger o couro cabeludo dos indivíduos que viviam em regiões de clima quente. Esse tipo de cabelo forma uma camada de ar entre o couro cabeludo e o ambiente, protegendo a cabeça da grande incidência dos raios solares.

Ainda de acordo com os cientistas, a necessidade de adaptação ao clima também seria um dos fatores determinantes da cor da pele mais clara dos indivíduos que viviam em regiões de clima frio. Durante o processo de seleção natural ocorrido ao longo de milhares de anos, em algumas regiões da Europa – onde os dias eram mais curtos e frios – prevaleceram indivíduos de pele mais clara, que absorvia melhor a luz solar.

ORGANIZANDO AS IDEIAS

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ATIVIDADES

- 1 Nossos conhecimentos sobre a origem da humanidade são vastos, mas não respondem a todas as nossas dúvidas.
 - a) Com base na leitura do capítulo até aqui, descreva o que a ciência já descobriu sobre a origem e o desenvolvimento dos hominídeos.
 - b) As pesquisas para esclarecer as origens do ser humano são importantes? Explique.
- 2 Para a maioria dos especialistas, nossa espécie se originou na África e, posteriormente, ocupou outros continentes. Descreva de que modo o *Homo sapiens sapiens* povoou o planeta.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM

- 1 O *Homo erectus* desenvolveu diferentes ferramentas para melhor se adaptar ao meio em que vivia. Esses instrumentos tinham as mais diversas finalidades, como auxiliá-lo na alimentação, na proteção contra o frio ou contra a chuva, entre outras. Observe a imagem ao lado: trata-se de uma ferramenta desenvolvida entre 1,65 milhão e 100 mil anos atrás. Com base na observação da imagem, responda às questões a seguir.

- a) Identifique o material utilizado para a produção dessa ferramenta e aponte que tipo de informação essa característica nos fornece sobre os hominídeos que a produziram.
- b) Formule uma hipótese sobre a finalidade de uma ferramenta como essa.



ATIVIDADE

Esta machadinha de mão tem ambas as faces cortantes e foi encontrada na região de Suffolk, Inglaterra.

2 O domínio da agricultura

Período Interglacial:

período em que as temperaturas do planeta (ou de parte dele) se elevam e as calotas de gelo sobre o solo diminuem. É chamado **Período Glacial** quando ocorre a expansão das calotas polares, devido ao resfriamento da temperatura do ar, ou seja, as temperaturas ficam muito baixas. Um Período Glacial ou Interglacial dura aproximadamente mil anos e é relativamente curto, quando comparado à **Era**, que pode durar alguns milhões de anos.

Entre 12 mil e 15 mil anos atrás, com o fim do último **Período Interglacial**, o clima na Terra tornou-se mais ameno, e o solo, mais fértil. Grupos nômades começaram a construir abrigos junto a rios e lagos, onde pescavam, abasteciam-se de água, caçavam e coletavam cereais silvestres.

Levados para os acampamentos, onde eram moídos e cozidos, muitos desses grãos de cereais caíam acidentalmente no solo, e é possível que as pessoas tenham percebido que, com o tempo, eles germinavam, dando origem a novas plantas. Segundo alguns estudiosos, foi dessa maneira que o ser humano aprendeu a cultivar a terra.

As evidências indicam que o **domínio da agricultura** ocorreu de **forma independente em diferentes lugares do mundo**. Na região de Jericó, no Oriente Médio, a agricultura teria surgido há cerca de 10 mil anos. Nessa mesma época, na América, grupos humanos já cultivavam abóboras na atual região do Equador.



Erich Lessing/Album/Latinstock

Faca de colheita com pequenos denticulos, feita em sílex marrom e com cabo. O objeto foi criado entre os séculos VII a.C. e IV a.C.

A sedentarização e os primeiros núcleos humanos

O domínio da agricultura provocou uma grande transformação na vida dessas populações – a ponto de ser chamado de **Revolução Agrícola**. Diversos povos, que antes levavam uma vida nômade em busca de alimentos, se fixaram (sedentarizaram) em determinada região e começaram também a cultivar verduras e legumes. Dessa maneira, conseguiam ter mais controle sobre seu estoque de alimentos. A tomada de consciência dessa nova capacidade resultou em um aprimoramento das técnicas agrícolas e da produção de instrumentos e utensílios, além de ter provocado inúmeras mudanças nos hábitos dos grupos humanos.

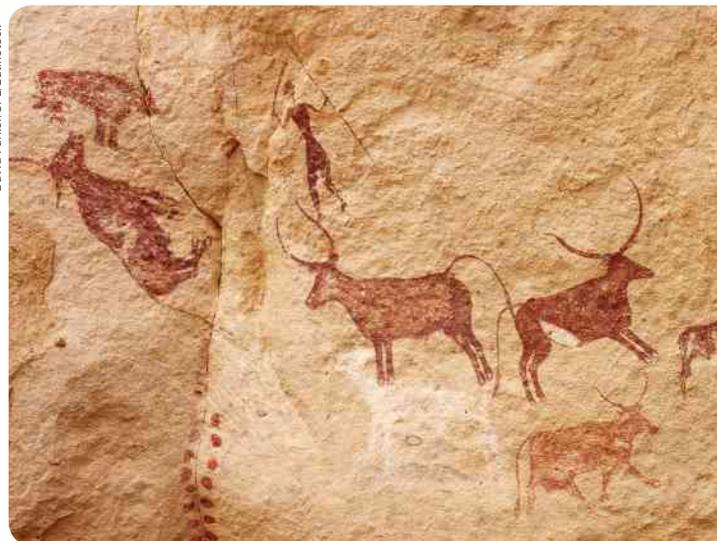
Também ocorreu, a partir de 11 mil anos atrás, a domesticação de animais – cabras, ovelhas, galinhas, porcos, cavalos e bois –, que passaram a ser utilizados como meio de transporte, fonte de leite, lã e esterco, além de carne para os períodos de fome (leia, na página a seguir, o texto *Dos potes de cerâmica às garrafas PET*).

Em quase todos os lugares, a vida sedentária, o cultivo do solo e a possibilidade de estocar alimentos levaram ao crescimento demográfico e à formação de aglomerações humanas. Pouco a pouco, algumas dessas aglomerações se transformaram nas primeiras vilas e cidades (veja o mapa *Primeiros núcleos urbanos (séculos X a.C. a III a.C.)*, na página 32).

Com o crescimento da população nos agrupamentos, surgiram alguns problemas. Nas regiões áridas, por exemplo, a população precisava construir reservatórios para garantir abastecimento de água nos períodos de seca; já as pessoas dos agrupamentos instalados próximos a rios precisavam erguer diques, para controlar as cheias, e abrir canais para irrigar as plantações.

Pintura rupestre, encontrada no sudoeste da Líbia e datada de cerca de 9 mil anos atrás, representa um pastor empunhando bastões para proteger seu rebanho do ataque de outros animais.

David Parker/SP/Latinstock





Dos potes de cerâmica às garrafas PET

A invenção da cerâmica – técnica que consiste em modelar o barro e levá-lo ao fogo para secar e tornar-se mais resistente –, há milhares de anos, desempenhou papel fundamental para a sobrevivência das primeiras comunidades sedentárias.

Vasos e potes de cerâmica, com cerca de 20 mil anos, foram encontrados onde hoje ficam o Japão e a China, mas o uso da cerâmica tornou-se mais comum por volta de 4000 a.C. Nessa época, a invenção da roda de oleiro e dos fornos de alta temperatura permitiram produzir utensílios de cerâmica (panelas, jarros e potes) mais resistentes e em maior quantidade.

Com esses objetos, era possível cozinhar os alimentos de modo mais adequado, facilitando sua ingestão, armazenamento e transporte (especialmente os líquidos, como azeite e água). A cerâmica também era usada em rituais.

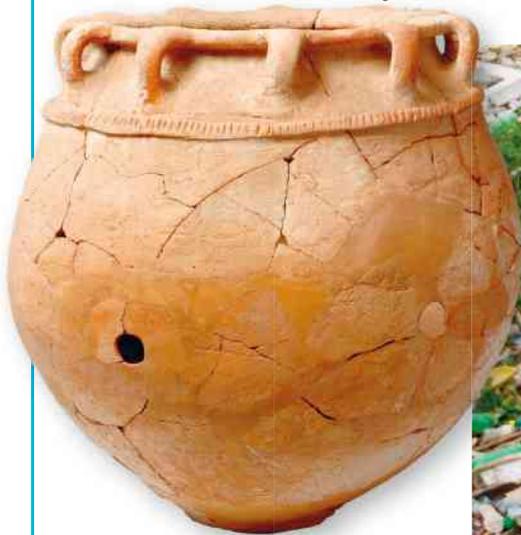
Passados milhares de anos desde a invenção dos primeiros recipientes de cerâmica, um dos produtos mais utilizados atualmente para o armazenamento e transporte de líquidos são as garrafas plásticas.

Lançadas nas ruas ou espalhadas pelos lixões a céu aberto, essas embalagens entopem esgotos, poluem rios e mares e causam a morte de animais marinhos – como baleias, leões-marinhos e tartarugas –, que as confundem com alimentos e morrem asfixiados ao ingeri-las. Além disso, as garrafas plásticas são de difícil decomposição, levando em média cerca de cem anos para se desfazerem naturalmente.

A adoção de procedimentos simples em relação ao uso e descarte dessas embalagens no dia a dia ajuda a minimizar seus efeitos nocivos. Veja o que pode ser feito.

- Usar mais frequentemente embalagens retornáveis ajuda a reduzir a quantidade de lixo produzido.
- Reutilizar as embalagens para armazenar líquidos ou outros alimentos ajuda a reduzir sua produção.
- Reciclar as embalagens e usá-las na fabricação de garrafas novas diminui o uso da matéria-prima. Isso é possível porque já existe tecnologia capaz de limpar e descontaminar esses materiais.

Akg/Latinstock



Recipiente grande de cerâmica com 11 alças, usado para armazenamento. O objeto foi criado entre os séculos IX a.C. e VIII a.C. e encontrado na região onde hoje se localiza Israel.

Vista do rio Tietê, em São Paulo, em foto de 2014. Em uma jangada improvisada, criança recolhe garrafas PET para revenda.



Apu Gomes/Folhapress

Era preciso também cuidar da construção e da manutenção dos abrigos, da produção de equipamentos para plantio e armazenamento e da defesa contra animais e grupos inimigos. Tudo isso exigia uma organização na **divisão das tarefas**: por exemplo, enquanto algumas pessoas se incumbiam da construção dos canais de irrigação, outras cuidavam da agricultura e da fabricação de ferramentas e utensílios. Com isso, houve um gradual avanço tecnológico, que culminou na invenção da roda, do arado de tração animal e do barco à vela. Esse progresso tecnológico foi o responsável também pelo desenvolvimento da metalurgia (fundição de metais), por volta de 5000 a.C., que permitiu a fabricação de ferramentas, armas e outros utensílios com tamanho, formato e aplicação mais específicos.

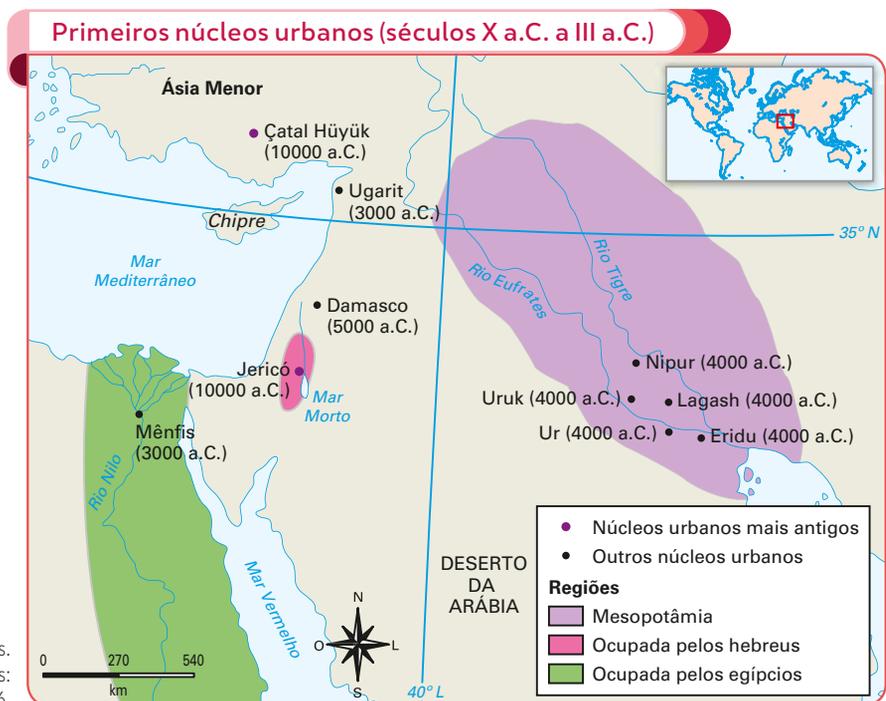
O primeiro metal a ser fundido foi o cobre, encontrado na forma de veios no meio das rochas. Por volta de 3000 a.C., os sumérios descobriram que, ao misturar cobre com estanho, obtinha-se uma liga mais resistente e mais facilmente moldável: o bronze. O ferro só veio a ser descoberto por volta de 2000 a.C. pelos chineses. Com ele foi possível fazer ferramentas e armas ainda mais rígidas.

À medida que algumas atividades exigiam um conhecimento mais específico e assumiram maior importância, os aglomerados humanos começaram a criar os primeiros sistemas de hierarquia. Algumas pessoas organizavam as atividades e o trabalho das outras, que executavam e obedeciam às ordens. Teve início assim a **estratificação social**.

Alguns indivíduos, graças à autoridade moral, à capacidade de liderança ou à riqueza material, passaram a ser consultados e obedecidos em relação a determinadas questões. Outros se destacavam como chefes guerreiros, ou seja, por sua capacidade de conduzir o grupo nos conflitos com grupos rivais. Em vários casos, essas pessoas (e os grupos sociais a que estavam ligadas) passaram a deter privilégios e poder sobre as demais, tornando-se governantes e reis.

Com o crescimento das comunidades, aumentou a procura por alimentos e utensílios, intensificando-se o comércio com outros grupos. Um dos resultados desse processo foi o surgimento, há cerca de 10 mil anos, dos primeiros núcleos urbanos, como Çatal Hüyük e Jericó, na região que hoje corresponde ao Oriente Médio (veja mapa ao lado).

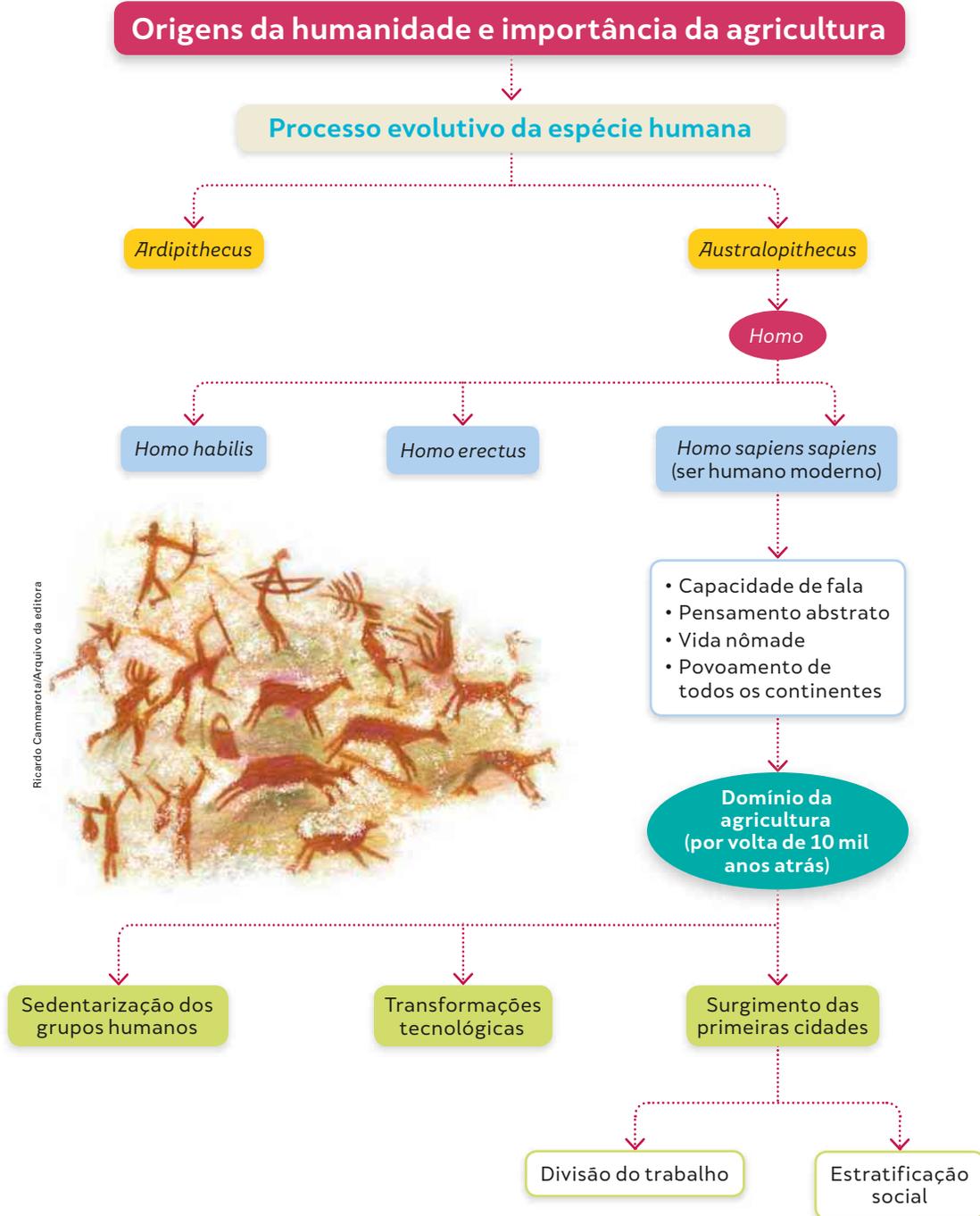
Adaptado de: DUBY, Georges.
Grand atlas historique. Paris:
Larousse, 2006.



Banco de imagens/Arquivo da editora



ESQUEMA-RESUMO



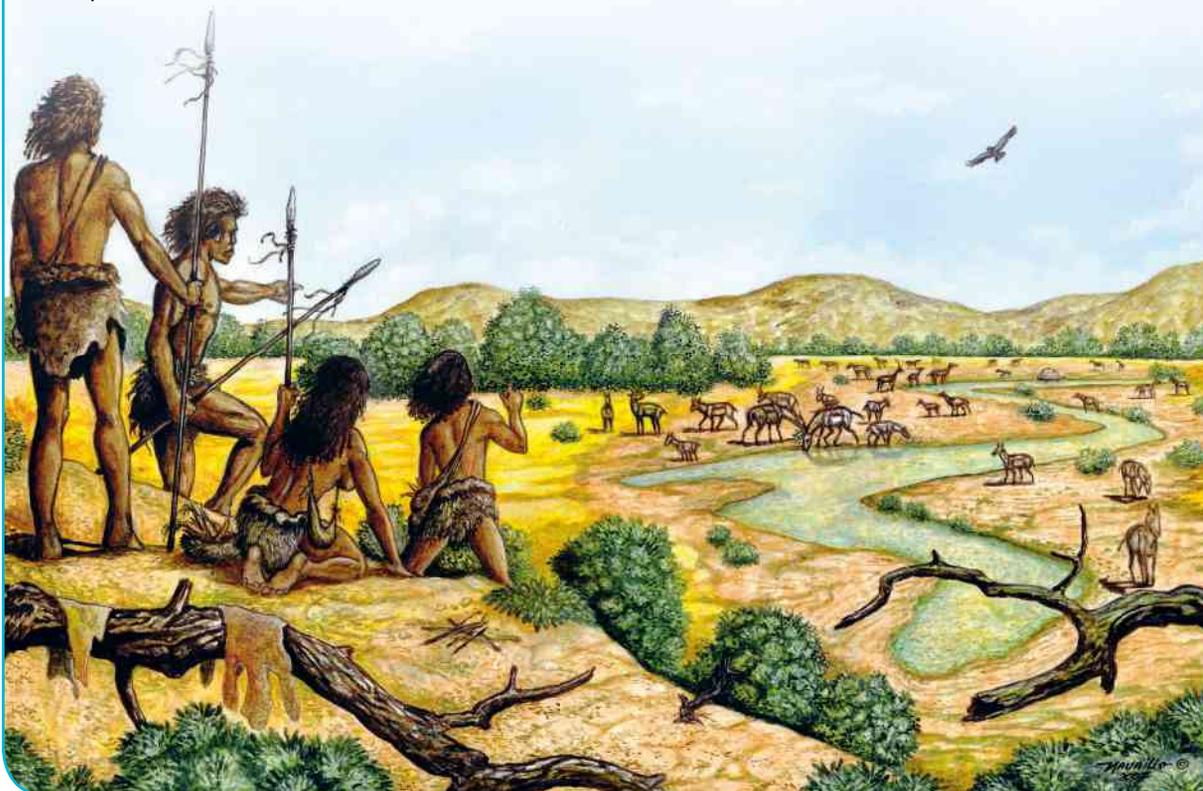
- A evolução da espécie humana percorreu um longo processo até que surgissem as primeiras cidades. Com base na observação do esquema-resumo, identifique e explique quais foram as principais etapas da evolução biológica e social dos grupos humanos até que fosse alcançado o modo de vida sedentário a partir de 10 mil anos atrás.



ORGANIZANDO AS IDEIAS

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

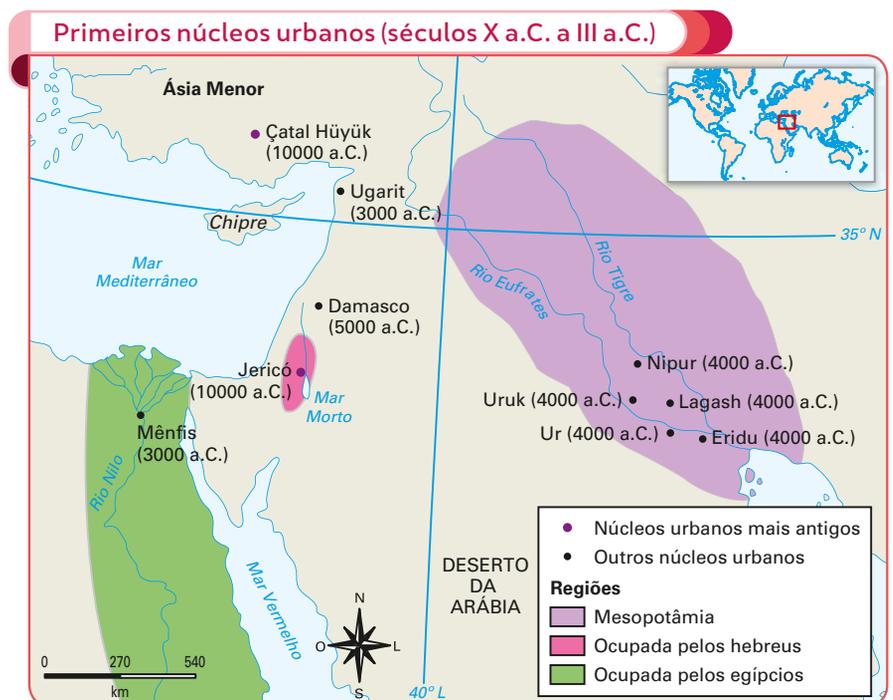
- 1 Além do *Homo sapiens*, o *Homo habilis* e o *Homo erectus* povoaram a Terra nos últimos milhões de anos. Descreva as características fundamentais dessas três espécies indicando a época de sua existência.
- 2 Atualmente, as atividades agrícolas estão separadas da vida urbana. No entanto, a agricultura teve papel fundamental na origem das primeiras vilas e cidades. Explique as relações entre as primeiras atividades agrícolas e a formação de vilas e cidades.
- 3 A passagem da vida nômade para a sedentária trouxe vantagens, mas também causou diversos problemas para os primeiros grupos humanos. Mencione aspectos positivos e negativos do sedentarismo para essas populações.
- 4 A sobrevivência nas aglomerações humanas exigia um esforço coletivo das pessoas.
 - a) Explique como ocorria a organização dos grupos humanos no que se refere à realização das tarefas.
 - b) Tal forma de organização representou um avanço na vida desses agrupamentos? Explique.
 - c) Esse modo de organização seria válido nos dias de hoje? Mencione exemplos que justifiquem sua resposta.
- 5 Cite algumas transformações provocadas pela agricultura no modo de vida dos seres humanos, considerando: a organização em grupos; a formação das primeiras vilas e cidades; os hábitos alimentares e as formas de moradia.
- 6 O advento da agricultura também influenciou a organização social e política dos grupos humanos sedentarizados. Com base nessa afirmação, explique como surgiram os governantes (chefes tribais, reis, etc.).



Maurílio Oliveira/Museu Nacional - UFRJ, RJ.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: MAPA E IMAGENS

- 1 Vimos ao longo do capítulo que o crescimento das comunidades humanas, possibilitado pelo domínio da agricultura, provocou inúmeras mudanças no modo de organização dos seres humanos. Uma dessas mudanças foi o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no século X a.C. Com base nisso, observe atentamente o mapa abaixo e responda ao que se pede.



- a) O mapa destaca apenas uma região do mundo onde surgiram núcleos humanos nesse período. Indique que região é essa.
- b) De acordo com as informações presentes no mapa, é possível dizer que todos os agrupamentos humanos surgiram no mesmo período?
- c) Formule uma hipótese para justificar as diferentes cores utilizadas para destacar as regiões onde surgiram núcleos urbanos nesse período.

- 2 O desenvolvimento da agricultura possibilitou diversas mudanças nos hábitos dos grupos humanos, inclusive a passagem do nomadismo para o sedentarismo. Esse processo foi acompanhado pelo desenvolvimento de ferramentas e instrumentos variados. Observe a imagem ao lado e a da página seguinte. São objetos de uso cotidiano localizados na cidade de Jericó, na atual Palestina (Oriente Médio). Os pesquisadores acreditam que eles foram produzidos entre 7000 a.C. e 6000 a.C. Com base nisso e na leitura do capítulo, responda ao que se pede.



Artefato feito em osso.

- a) Esses objetos podem ser considerados exemplos do processo de desenvolvimento de novas ferramentas após o domínio da agricultura. Descreva esses objetos (quanto a formato, possibilidades de uso e materiais de que são feitos) e justifique por que eles evidenciam esse processo.
- b) Pela análise desses objetos, é possível afirmar que os grupos humanos de Jericó tinham domínio do metal no período em que essas peças foram produzidas? Justifique sua resposta.



Artefatos feitos em osso e produzidos entre os milênios VII a.C. e VI a.C.



Nathan Benn/Ottochrome/Corbis/Latinstock

TESTE SEU CONHECIMENTO



1 (UPE)

O período mais longo considerado a mais antiga Era da Pré-História é chamado de Paleolítico. Ele iniciou-se há pelo menos 2,5 milhões de anos, como atestam os instrumentos simples de pedra encontrados no sítio de Hadar, Etiópia, e se estendeu até 10 mil anos aproximadamente. O modo de produção de sua população hominídea pode ser descrito como o de carniceiros, caçadores, coletores e pescadores.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. *A Pré-História: uma abordagem ecológica*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 35. (Adaptado.)

Sobre o período descrito no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Não havia a domesticação de plantas ou animais, com exceção dos cães e, talvez, cavalos, que surgiram só mais para o fim do período.
- b) Os grupos humanos se organizavam socialmente em tribos, dado o recente processo de sedentarização.





- c) A economia não se limitava às atividades predatórias, considerando uma larga experiência com a agricultura.
- d) O *Homo sapiens sapiens* não pertence a esse período, tendo surgido só no Neolítico.
- e) Os instrumentos de pedra confeccionados pelos hominídeos desse período já passavam por um processo manual de polimento.

2 Vimos no boxe *Passado presente* que o estudo da genética dos seres humanos ajudou a demonstrar que a espécie humana é única e unívoca, e que não existem diferentes raças humanas. Com base nisso, leia as alternativas a seguir e escolha a opção correta. Depois, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

I. As pesquisas com a genética dos seres vivos demonstraram que a espécie humana é única, porém ainda existem diferentes espécies do gênero *Homo* vivendo no planeta, como os casos do *Homo erectus* e do *Homo habilis*.

II. As diferenças físicas observadas entre os seres humanos, como o cabelo crespo ou liso, são resultado de muitos fatores e podem ser explicadas de acordo com o processo de seleção natural ocorrido ao longo de milhares de anos, em diferentes regiões do planeta.

III. As pesquisas biológicas pouco contribuíram para o estudo da História e da evolução dos seres humanos, já que os historiadores estabeleceram um diálogo muito limitado com esse campo do conhecimento. Mesmo o estudo da genética dos seres vivos pouco ajudou na compreensão da evolução dos seres humanos.

IV. O estudo da genética dos seres vivos já demonstrou que o clima e o meio ambiente não possuem grande influência na evolução dos seres humanos, e suas características físicas não têm qualquer relação com o clima no processo de seleção natural.

- a) Apenas a afirmativa IV está correta.
- b) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) As afirmativas II e III estão corretas.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.
- e) Apenas a alternativa II está correta.

3 O trecho do texto a seguir é do historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva. Ele descreve como o *Homo habilis* utilizava ferramentas para caçar suas presas. Com base na leitura do trecho, bem como em seus conhecimentos históricos, escolha a única alternativa correta.

Como não possuía garras nem caninos grandes, aguçados e fortes, capazes de romper com facilidade a pele e cortar os tendões e os músculos dos restos de animais que, abatidos pelos grandes carnívoros, recolhia para consumo de seu bando, descobriu que podia valer-se das lascas pontiagudas ou afiadas, que obtinha ao bater com força uma pedra contra outra. Tomava a pequena lasca entre o polegar e o indicador e a utilizava como se fora uma faca — para esfolar um lagarto ou um antílope, para extrair a cortiça de uma árvore, para limpar um galho e transformá-lo em bastão, **maça** ou vara, e para aguçar a ponta do que viria a ser um pau de cavar ou uma lança.

SILVA, Alberto da Costa e. *Ænxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 61.



Maça: o mesmo que clava; arma parecida com um bastão.

- a) De acordo com o historiador, o *Homo habilis* demonstrava grande destreza para o desenvolvimento de ferramentas complexas, que eram utilizadas na caça de grandes animais carnívoros.
- b) O *Homo habilis* é o hominídeo mais próximo do ser humano moderno, por isso já tinha grande capacidade criativa e conseguia criar ferramentas como as descritas pelo historiador.
- c) As ferramentas de pedra desenvolvidas pelos grupos de *Homo habilis* eram utilizadas para a caça de animais vivos. Essa característica ofereceu grande vantagem adaptativa a esse hominídeo e possibilitou seu deslocamento para diversas regiões do planeta.
- d) Segundo o historiador, o *Homo habilis* utilizava suas ferramentas para cortar os restos de animais que eram mortos por grandes carnívoros. Isso demonstra a capacidade adaptativa desse grupo de hominídeos, mas também ressalta a limitação de suas ferramentas, já que não permitiam a caça de grandes animais carnívoros.

e) Como o *Homo habilis* só utilizava materiais simples, como pedras e cortiças, os pesquisadores não consideraram correto chamar esses objetos de ferramentas. Para os estudiosos, as ferramentas só surgiram com o *Homo erectus*, que conseguia transformar materiais naturais em objetos complexos e variados.

4 Como visto na seção *Eu também posso participar*, os seres humanos desenvolveram diferentes técnicas para armazenar alimentos e líquidos. Leia as afirmativas abaixo sobre esse tema e escolha a opção correta. Depois, explique o erro das afirmativas falsas (se houver) no caderno.

I. Os objetos de cerâmica eram utilizados pelos seres humanos há milhares de anos para armazenar alimentos e líquidos, e seu uso se disseminou largamente por volta de 20 mil anos atrás.

II. A invenção do plástico fez com que os seres humanos deixassem de utilizar objetos de cerâmica para armazenar alimentos e líquidos. Atualmente, existem apenas restos arqueológicos de objetos produzidos com técnicas de cerâmica.

III. Os objetos de cerâmica contribuíram para o processo de sedentarização dos grupos humanos porque possibilitaram maior controle na produção e no armazenamento de alimentos.

IV. Uma das vantagens do plástico em relação aos objetos de cerâmica é que ele não prejudica o meio ambiente e pode ser facilmente descartado, enquanto a produção da cerâmica cria resíduos de difícil descarte e grande poluição ambiental.

- a) As alternativas I e IV estão corretas.
- b) As alternativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a alternativa I está correta.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Apenas a alternativa III está correta.

5 (UFMS-RS) No período Neolítico, os caçadores e coletores já haviam adquirido razoável experiência cultural a fim de identificar animais para a caça e plantas para usos diversos. Nesse tempo, por volta de 10000 a.C., além de caçar e coletar frutos e sementes, nossos antepassados passaram a ter condição de interferir ainda mais na natureza, domesticando animais e cultivando plantas. Pelos registros existentes, isso teria acontecido primeiramente nas regiões atualmente chamadas de China, América Central, Peru e Oriente Próximo. Essa transformação nas formas de vida no planeta é chamada de revolução

- a) ecológica, por ser o primeiro momento de contato entre os seres humanos e a natureza.
- b) urbana, por haver permitido a fixação e a sedentarização dos humanos.
- c) suméria, por ter sido realizada pelos sumérios antes de qualquer outro povo.
- d) agrícola, por ter permitido maior domínio sobre a natureza e o surgimento das aldeias.
- e) iluminista, por ter se difundido rapidamente em todo o mundo como uma luz.

6 (UFRGS-RS) A denominação “Revolução Neolítica”, cunhada nos anos 1960 pelo arqueólogo Gordon Childe, refere-se a uma série de intensas transformações. Entre essas mudanças, é correto citar:

- a) a criação do poder político centralizado, associado ao domínio do poder religioso.
- b) o desenvolvimento de conglomerados urbanos baseados no trabalho escravo.
- c) a instituição privada das terras, com o cultivo de cereais e a criação de animais.
- d) o surgimento da divisão natural do trabalho, com a atribuição de papel produtivo relevante à mulher.
- e) a transição da economia de subsistência para uma economia industrial.

HORA DE REFLETIR



- Nos primeiros agrupamentos urbanos, a divisão de tarefas tornou-se mais definida e as invenções tecnológicas ficaram mais especializadas. Essas mudanças contribuíram para a hierarquização dos grupos sociais e a especialização dos conhecimentos. E hoje, essa especialização profissional ainda existe? Reúnam-se em grupos para discutir essa questão, com base em situações cotidianas, como a forma de produção e comercialização do “pãozinho”, de outros alimentos ou mesmo de objetos de uso cotidiano. Para terminar, montem painéis com fotos, ilustrações e esquemas para explicar à classe as etapas e os profissionais envolvidos na fabricação, na venda e no consumo desse e de outros produtos.



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Caverna de Lascaux. Um passeio virtual pelo interior da caverna de Lascaux, na França, famosa por suas pinturas rupestres. O site está em francês, mas basta clicar na página inicial para começar o passeio. Disponível em: <www.lascaux.culture.fr/#/fr/00.xml>. Acesso em: 9 set. 2015.

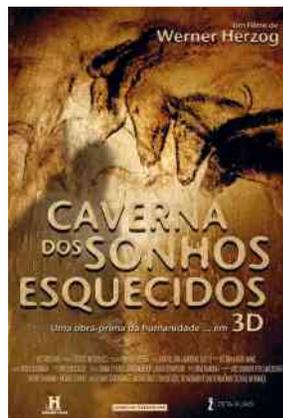
Evolução humana. Uma linha do tempo interativa sobre a evolução da espécie humana. Está em inglês, mas é de fácil navegação. Disponível em: <<http://tinyurl.com/32ztp4l>>. Acesso em: 9 set. 2015.

Museu de Arqueologia e Etnologia (USP). Página do museu da Universidade de São Paulo, que contém um rico e diversificado acervo arqueológico e etnológico. Além de navegar pelo acervo, é possível se informar sobre ações educativas. Disponível em: <www.nptbr.mae.usp.br>. Acesso em: 9 set. 2015.

Archnet. Coleção de links (em inglês) de sites de arqueologia do mundo todo. Permite a busca a partir do período histórico, de nomes de coleção, etc. Disponível em: <<http://archnet.org>>. Acesso em: 9 set. 2015.

PARA ASSISTIR

Caverna dos sonhos esquecidos. (Werner Herzog, 2010). Documentário com imagens exclusivas do interior da caverna Chauvet, na França, onde estão algumas das mais antigas expressões de pintura rupestre da humanidade.



Reprodução/Zeta Filmes



Christophe Lepetit/Only France/AFP

Origens do ser humano na América

Observe as imagens desta página. Elas retratam diversos artefatos encontrados durante as escavações para a construção de uma nova linha de metrô no centro do Rio de Janeiro. A descoberta arqueológica, anunciada em 2015, revelou vestígios de uma ocupação humana que floresceu entre 3 mil e 4 mil anos atrás, onde hoje se situa a atual capital carioca.

São cerca de quinhentos artefatos – pontas de lanças, raspadores usados para cortar carne, machadinhas, etc. – feitos de pedras e conchas. Esses objetos pertenceram a povos nômades que viviam da caça, pesca e coleta de alimentos. Essas populações são ancestrais dos antigos povos indígenas brasileiros. O estudo dessas e de outras evidências encontradas no país é fundamental para compreender o processo de povoamento do continente que hoje conhecemos como América.

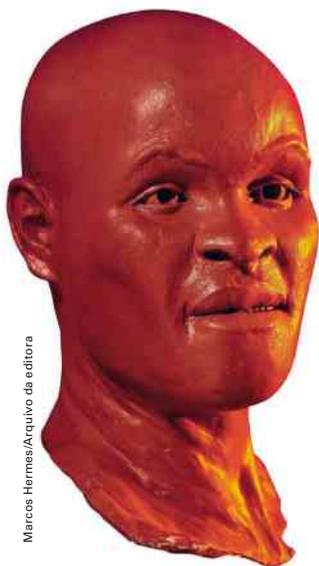
Neste capítulo apresentaremos algumas teorias sobre a ocupação do continente americano e também a respeito das culturas indígenas que se desenvolveram em regiões que hoje integram o território brasileiro.

O sítio arqueológico do Matadouro Imperial, no centro do Rio de Janeiro (RJ), possui tesouros indígenas pré-históricos, como os artefatos de pedra desta página, que têm entre 3 mil e 4 mil anos.



OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Discutir as principais teorias sobre as origens do ser humano na América atual.
- Apresentar algumas culturas que se desenvolveram em regiões do atual território brasileiro antes da chegada dos portugueses.
- Ampliar a noção de sítio arqueológico, conhecendo vestígios, descobertas e pesquisas recentes.



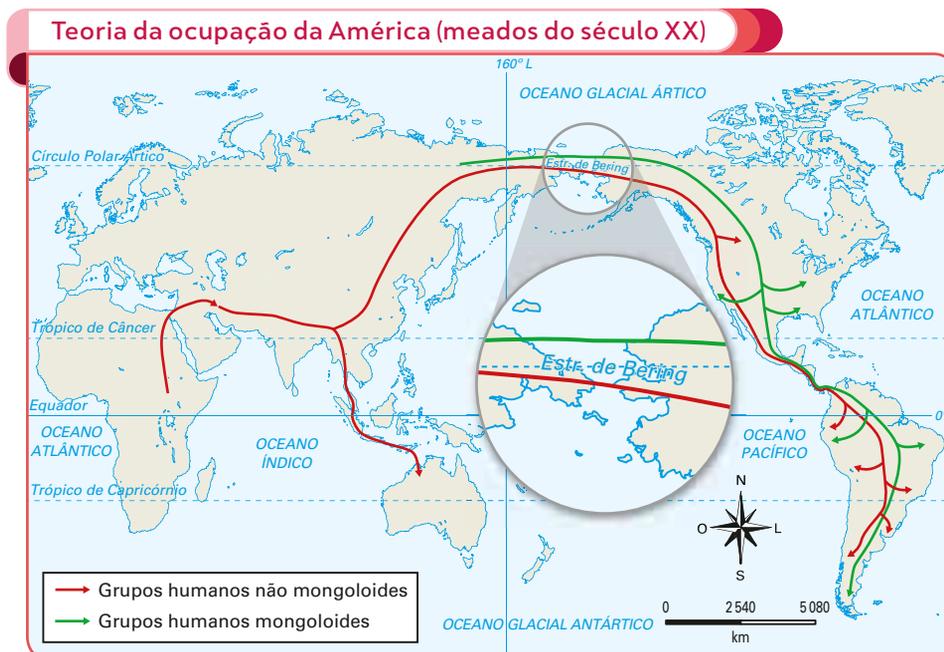
Marcos Hermes/Arquivo da editora

Reconstituição da cabeça de Luzia, feita na Universidade de Manchester, Inglaterra, com a ajuda de tomografias computadorizadas. Ela teria vivido entre 10 mil e 12 mil anos atrás, e a reconstrução de sua face permitiu confirmar as características morfológicas de traços africanos.

1 O povoamento da América

A teoria Clóvis, formulada na primeira metade do século XX, é uma das explicações para a ocupação do atual continente americano pelos primeiros seres humanos. De acordo com essa teoria, há cerca de 15 mil anos, durante o mais recente Período Interglacial, as águas dos oceanos baixaram drasticamente e grupos de caçadores-coletores teriam saído da Ásia, atravessado o estreito de Bering e chegado ao atual Alasca, na América do Norte. Do Alasca, os seres humanos teriam alcançado a América do Sul entre 10 mil e 12 mil anos atrás.

O pesquisador brasileiro Walter Neves afirma que uma onda de migração humana pelo estreito de Bering pode ter tido origem na África (veja o mapa abaixo), além de outra de origem asiática. Sua teoria baseia-se em estudos arqueológicos posteriormente confirmados pelo exame de um crânio feminino encontrado em 1975, em Lagoa Santa (MG), ao qual foi dado o nome de Luzia.



Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: NEVES, W.; PILÓ, L. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.

Entretanto, descobertas arqueológicas do final do século XX identificaram **vestígios** de presença humana no continente americano de até 50 mil anos atrás. Esses estudos são resultantes, principalmente, das pesquisas coordenadas pela arqueóloga brasileira Niède Guidon na região de São Raimundo Nonato (PI). Ela defende que a ocupação do continente americano se deu por diversas levas de grupos humanos e por diferentes caminhos, inclusive pelos oceanos. No entanto, nem todas as premissas levantadas pela arqueóloga são aceitas pela comunidade científica. Alguns estudiosos afirmam, por exemplo, que os carvões com 18 mil anos encontrados pela arqueóloga seriam resultado de combustão natural, e não um indício de uso do ser humano. Essas divergências indicam que o conhecimento humano é transitório, pois muda conforme se desenvolvem novos estudos e pesquisas.

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 A teoria Clóvis é uma das principais teorias elaboradas pelos pesquisadores para explicar o povoamento da América. Porém, ela não é a única teoria. Sobre esse tema, responda às questões a seguir.
 - a) De que forma a teoria Clóvis explica a ocupação humana da América?
 - b) Walter Neves contestou a teoria Clóvis. Explique qual aspecto ele contestou dessa teoria.
- 2 O trabalho de Niède Guidon forneceu evidências para questionar as teorias sobre o povoamento da América. Explique de que modo Niède Guidon questiona essas teorias e como ela explica o povoamento do continente.

TESTE SEU CONHECIMENTO

ATIVIDADE

- Existem várias teorias que explicam a chegada dos seres humanos à América. As pesquisas mais recentes em sítios arqueológicos permitiram a **elaboração de hipóteses** que contestaram teorias anteriores e criaram novas explicações para esse processo. Leia as seguintes afirmativas sobre esse tema e escolha a opção correta. Depois, justifique o erro das afirmativas falsas no caderno.
- I. A teoria Clóvis é uma das principais explicações para o povoamento da América. Ela defende que os seres humanos atravessaram o estreito de Bering há cerca de 15 mil anos, saindo da Ásia, e depois povoaram todo o continente americano.
 - II. A teoria Clóvis foi questionada por outros pesquisadores, como é o caso de Walter Neves. Ele defende que uma onda migratória que povoou a América pode ter sua origem na África.
 - III. A descoberta do crânio de Luzia ajudou a demonstrar a validade da teoria Clóvis, já que as características morfológicas do crânio indicaram a existência de traços asiáticos no povo de Lagoa Santa.
 - IV. As pesquisas coordenadas por Niède Guidon também questionaram a validade da teoria Clóvis, defendendo a existência de diversas levas migratórias de grupos humanos para o continente americano.
- a) As afirmativas I e II estão corretas.
 - b) As afirmativas II e III estão corretas.
 - c) Apenas a afirmativa IV está correta.
 - d) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - e) As afirmativas I, II e IV estão corretas.

2 Sítios arqueológicos no Brasil

Entre 1834 e 1844, o naturalista dinamarquês Peter Lund se dedicou a estudar as cavernas da região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, onde encontrou milhares de fragmentos de ossos fossilizados de animais, além de alguns fósseis humanos.

Um século depois, os pesquisadores já identificaram cerca de 20 mil sítios arqueológicos pré-históricos no Brasil, nos quais foram encontrados objetos de pedra e cerâmica, esculturas e restos de alimentos de milhares de anos. Esses vestígios ajudam a reconstituir hábitos e costumes dos primeiros ocupantes de nosso território (uma das mais importantes fontes desses estudos são as pinturas rupestres, como veremos na seção *Olho vivo*, nas páginas 42 e 43).

Entre os sítios arqueológicos, os pesquisadores já localizaram também, em trechos do litoral brasileiro, muitos sambaquis.





Niède Guidon/Acervo da fotografia

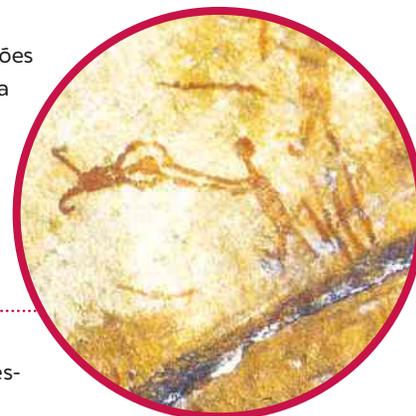


Luta gravada na rocha

As inscrições rupestres, encontradas em superfícies rochosas, são representações muito diversas (podem conter animais, cenas de caça, de luta ou de dança, grafismos, figuras geométricas, símbolos, etc.), cujos significados são desconhecidos.

No Brasil, as pinturas rupestres mais antigas são as da serra da Capivara, no Piauí, produzidas por volta de 23 mil anos atrás, segundo alguns estudiosos. A foto dessa seção foi feita na Toca da Extrema II, na serra da Capivara, e registra desenhos produzidos ao longo de milhares de anos.

- 1 Esses dois arcos não fazem parte da cena da luta. Os arqueólogos os chamam de intrusão: em um mesmo espaço pictórico, outro autor, com características culturais diferentes, alterou uma pintura já existente. Repare que a pintura dos arcos tem características diferentes da dos guerreiros: o traço é mais grosso e a cor, mais escura. ■
- 2 A cena de luta central foi desenhada em um estilo chamado, pelos arqueólogos, de **tradição Nordeste**, que vigorou, nessa região, entre 12 mil e 6 mil anos atrás. Como nem todos os desenhos fazem parte da cena da luta nem pertencem à tradição Nordeste, deduz-se que foram produzidos em diferentes momentos e por grupos humanos distintos.
- 3 Esse espaço não pintado pode ser dividido por uma linha oblíqua imaginária. Ele separa os adversários em dois grupos e transmite uma noção de profundidade ao desenho. Por isso, supõe-se que quem fez o desenho tinha algum domínio técnico para representar o espaço e a posição dos elementos na cena.
- 4 Muitas vezes, nas cenas de luta, as armas são desenhadas como atributos dos guerreiros, identificando-os, e por isso estão próximas deles.
- 5 Esse animal é um cervídeo (cervo, veado), muito representado nas inscrições rupestres do Brasil. O cervo desenhado, contudo, não faz parte da cena da luta e provavelmente foi pintado em outro momento.
- 6 Guerreiros atingidos por lanças.
- 7 Lança arremessada em direção a um inimigo.
- 8 Guerreiros em confronto corpo a corpo. ■
- 9 Esses grafismos não fazem parte da cena da luta. Seu significado é desconhecido.
- 10 Essa figura antropomórfica, com traços essenciais humanos, não tem relação com a cena da luta. Pode representar um espírito, uma divindade ou mesmo um animal que assumiu aparência humana.



Texto elaborado com base em: Entrevista com a livre-docente em arte rupestre Anne-Marie Pessis, concedida aos autores em 10 dez. 2008; PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da Pré-História*. Parque Nacional Serra da Capivara: Fumdam/Petrobras, 2003; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana; JORGE, Marcos. *Brasil rupestre*. Arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane Livros, 2007.

Os sambaquis

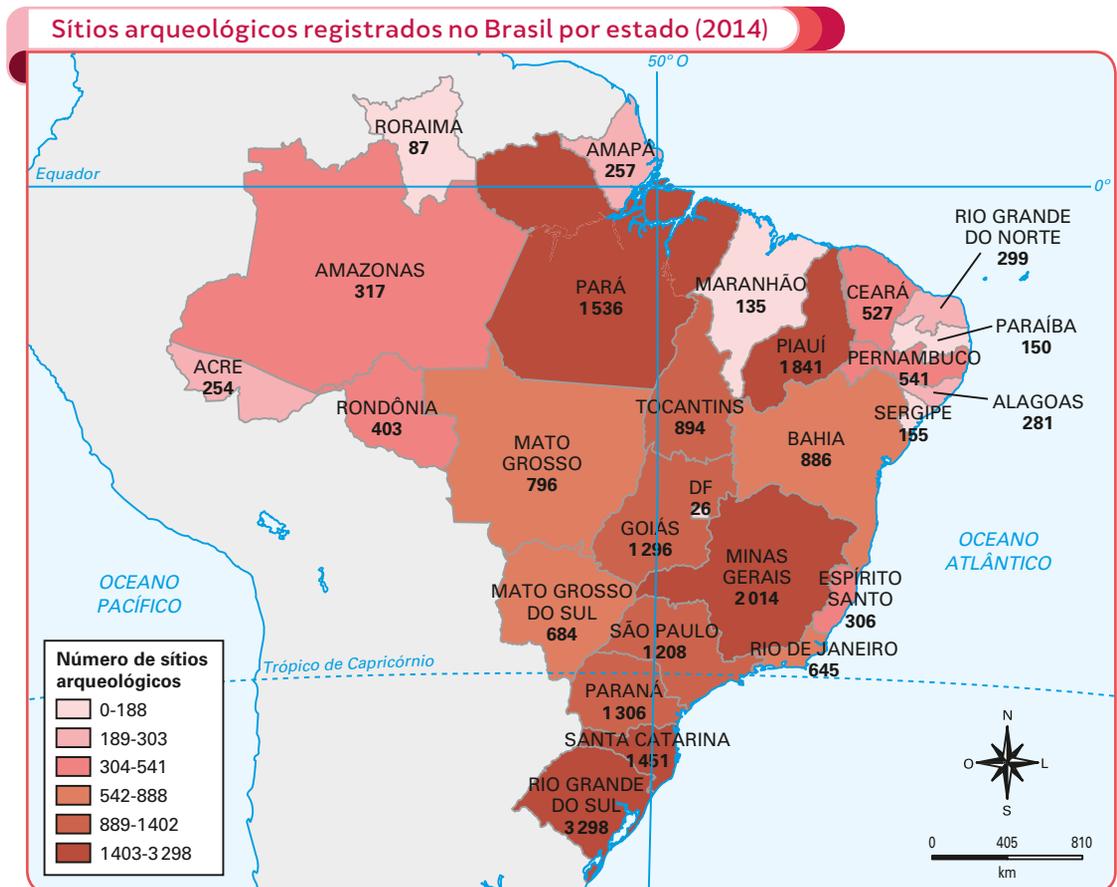
Acredita-se que, entre 7 mil e 6 mil anos atrás, estabeleceram-se no litoral brasileiro povos que viviam da caça, de recursos marinhos e da coleta de frutas e raízes. Esses povos, entre outras características, adquiriram o costume de empilhar as conchas dos moluscos coletados junto com restos de comida, ossos de animais e ferramentas. Aos poucos, essas pilhas se transformaram em grandes elevações, algumas com mais de 20 metros de altura, chamadas concheiros ou sambaquis (palavra tupi que quer dizer ‘amontoado de mariscos’). Nessas elevações, as pessoas construía suas moradias e enterravam seus mortos.

Os sambaquis são encontrados em vários trechos do litoral brasileiro. Os povos dos sambaquis desapareceram por volta de 1500.

São Raimundo Nonato (PI)

Uma grande concentração de sítios arqueológicos no Brasil encontra-se no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí. Com mais de setecentos sítios, o local é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Nessa região, o sítio arqueológico de Boqueirão da Pedra Furada é o mais antigo e importante. Nele foram encontrados vestígios de presença humana com cerca de 50 mil anos.



Adaptado de: SOUSA, Rodrigo Almeida de. *Gestão da geoinformação e o patrimônio brasileiro: a experiência do Centro Nacional de Arqueologia-Iphan*. Disponível em: <www.ggp.uerj.br/2014/downloads/palestras/dia09/Apresentacao_GGP_09_12_ISP.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

Lagoa Santa (MG)

A região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, é outro sítio arqueológico muito importante do país, onde foi encontrado o crânio de Luzia, indicando haver presença humana na atual América do Sul desde 11 mil anos atrás. Dessa época também são os vestígios humanos no Vale do Peruaçu, no alto São Francisco (MG).



Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

Fósseis humanos encontrados em Lagoa Santa (MG), pertencentes à mesma população que Luzia, ou seja, têm entre 10 mil e 12 mil anos de idade. Os fósseis são mantidos no Museu Arqueológico da Lapinha, em Lagoa Santa.

As tradições Umbu e Humaitá

Entre 9500 a.C. e 1500 d.C., os campos da região Sul do atual território brasileiro e partes do estado de São Paulo foram ocupados por grupos da tradição Umbu, considerados os difusores de armas de caça: o arco e flecha e as **boleadeiras**.

Os povos da tradição Humaitá viveram na mesma região e chegaram a dividir espaço com os povos da tradição Umbu, passando, apenas posteriormente, a ocupar as áreas de matas e as partes altas ou encostas. Fabricavam instrumentos de pedra e alimentavam-se de caça e pesca e de **pinhão**, que era consumido assado, cozido ou em farinha.

Povos tapajônicos e marajoaras

Pesquisas arqueológicas comprovam a ocupação da região amazônica por povos caçadores-coletores desde 12 mil anos atrás. Por volta de 2000 a.C., alguns desses povos começaram a praticar a agricultura e a arte da cerâmica. E, entre os anos 1000 a.C. e 1000 d.C., surgiram sociedades com uma organização social hierárquica e uma cultura mais complexa.

A **cultura tapajônica** desenvolveu-se em uma dessas sociedades, às margens do rio Tapajós, próximo da atual cidade de Santarém, no Pará, e se caracterizou pelo uso de urnas e outros objetos de cerâmica decorados com representações de animais ou pessoas.

Boleadeira: arma de caça formada por duas ou três bolas de pedra amarradas em tiras de couro, que eram arremessadas contra as pernas do animal durante a caça, de modo a derrubá-lo e imobilizá-lo. Nos Pampas gaúchos, atualmente, um instrumento que se vale do mesmo princípio é utilizado para campear gado.

Pinhão: semente das árvores da espécie das pinácias e das araucárias, como o pinheiro. Nessas árvores, as sementes ficam dentro de uma pinha, que não é considerada fruto.

Há cerca de 3,5 mil anos, também na atual região amazônica, grupos de agricultores começaram a colonizar a ilha de Marajó, na foz do rio Amazonas. Ali, por volta do ano 200, surgiu a mais notável cultura amazônica do período anterior à chegada dos europeus no Brasil: a **civilização marajoara**.



Recipiente de cerâmica em forma de jacaré da cultura tapajônica (datado entre os anos 900 e 1700). Os pesquisadores acreditam que objetos como esse eram utilizados em cultos e cerimoniais religiosos.

Renato Soares/Acrvo do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA.

Paleoíndios do Sul e do Sudeste

Por volta de 3500 a.C., desenvolveu-se no Sul e no Sudeste do atual território brasileiro uma cultura de agricultores e ceramistas conhecida como **povo de Itararé**. Esses paleoíndios se instalaram em regiões de altas altitudes e de clima frio. Para se abrigar, eles construíam suas habitações abaixo do solo, em buracos de até 8 metros de profundidade e 20 metros de diâmetro que, depois, eram cobertos com um teto feito provavelmente de madeira, argila e gramíneas. As habitações se comunicavam entre si por meio de túneis, onde também eram armazenados os alimentos.



Zig Koch/Natureza Brasileira

Mó e mão de mó encontrados por agricultores no município de Tibagi (PR) e doado ao Museu Paranaense. Por estar associado à tradição Itararé-Taquara do Paraná, o objeto teve sua idade estimada entre 4 mil anos e 300 anos.

População sedentária do alto Xingu

Estudos recentes revelam que, entre os anos 1200 e 1600, a região do alto Xingu foi habitada por uma sociedade sofisticada, que construía aldeias de formato circular, com praças, pontes e represas. As maiores aldeias eram protegidas por fossas profundas e paliçadas. Ao redor delas, havia um cinturão agrícola com produtos cultivados na fértil terra preta (sobre a terra preta, veja o boxe na página a seguir).

As aldeias eram interligadas umas às outras por meio de estradas retilíneas de terra batida, com 3 a 5 quilômetros de extensão e 10 a 50 metros de largura. Há indícios de que a região chegou a abrigar 19 aldeias. De acordo com os cientistas, a população dessas aldeias variava de 2,5 mil a 5 mil pessoas. Essa concentração populacional é, segundo os especialistas, típica de uma sociedade sedentária com algum grau de divisão social hierárquica.



Renato Soares/Pulsar Imagens

Indígenas da etnia Waurá dançando durante a cerimônia da Quebra da Castanha de Pequi, em Gaúcha do Norte (MT). Foto de 2013.

Terra preta

A terra preta é um solo de coloração escura que, em sítios arqueológicos, pode aparecer misturada a restos de material arqueológico, como cerâmicas, carvão e artefatos líticos (ou seja, de pedra). Ela é encontrada na Amazônia, normalmente em terra firme, próxima às margens dos rios. As áreas de terra preta geralmente têm de dois a seis hectares de extensão e profundidade de 30 cm a 60 cm. Mas há casos em que chegam até a 280 hectares com profundidade de até 2 m.

A população que vive às margens dos rios utiliza a terra preta para a agricultura. Trata-se de um solo extremamente fértil por conter substâncias fundamentais para o crescimento das plantas — fósforo, cálcio, enxofre, carbono, magnésio e nitrogênio — e em maior

quantidade do que a maior parte dos solos das florestas tropicais.

Até a década de 1980, acreditava-se que a terra preta teria se formado naturalmente ao longo do tempo. Hoje, cada vez mais os pesquisadores se convencem de que a terra preta teria surgido como resultado do manejo do solo praticado pelas populações humanas que viveram na região amazônica cerca de mil anos atrás.

Com esse manejo, os paleoíndios da região pretendiam melhorar a qualidade da terra para cultivar seus alimentos. Entretanto, embora os cientistas estejam estudando a terra preta há décadas, até hoje não se sabe como ela era produzida.

Texto elaborado com base em: PIVETA, Marcos. *A luz que o homem branco apagou*. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2003/10/01/a-luz-que-o-homem-branco-apagou/>>. Acesso em: 7 out. 2015; SOLOS de terra preta podem ser solução para a agricultura na Amazônia. Disponível em: <<http://historia-ancestral.blogspot.com.br/2013/03/terra-preta.html>>. Acesso em: 13 out. 2015; MANN, Charles. *1491: novas revelações das Américas antes de Colombo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

DIALOGANDO
COM...

GEOLOGIA E QUÍMICA



ESQUEMA-RESUMO

Origens do ser humano na América

Teorias sobre o povoamento

Teoria Clóvis

- Migração pelo estreito de Bering
- Populações de origem asiática
- Migração iniciou há cerca de 15 mil anos

Teoria de Walter Neves

- Ondas migratórias saindo da África e da Ásia

Teoria de Niède Guidon

- Diversas ondas migratórias
- Presença humana no continente datada de até 50 mil anos atrás

Primeiros habitantes do atual território brasileiro (estudo de evidências arqueológicas)

Principais sítios arqueológicos

Sambaquis (Vários trechos do litoral brasileiro)

- Viviam de recursos marinhos, caça e coleta
- Construíam sambaquis

Lagoa Santa (Minas Gerais)

- Encontrado o crânio de Luzia

Povos tapajônicos e marajoaras (Região amazônica)

- Sociedade complexa
- Domínio da agricultura

População sedentária do alto Xingu (Região do alto Xingu)

- Sociedade complexa
- Domínio da agricultura

São Raimundo Nonato (Piauí)

- Grande concentração de sítios arqueológicos

Tradições Umbu e Humaitá (Região Sul e partes do estado de São Paulo)

- Tradição Umbu: difundiu o uso de armas de caça
- Tradição Humaitá: fabricava instrumentos de pedra e se alimentava de caça e pesca

Povo de Itararé (Regiões Sul e Sudeste)

- Construíam habitações abaixo do solo

A ocupação do atual território brasileiro por diferentes povos originou variadas formas de organização social e tradições culturais. Com base na observação do esquema-resumo e na leitura do capítulo, compare as principais formas de organização social que se desenvolveram a partir da ocupação do território. Descreva também as semelhanças e as diferenças existentes entre os povos que ocuparam a região.



ATIVIDADES

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ORGANIZANDO AS IDEIAS

- 1 O passado dos povos que viviam no atual território brasileiro antes da chegada dos europeus pode ser conhecido por meio de **vestígios** encontrados pelos arqueólogos. Quais são os tipos de vestígios mais importantes para esse tipo de pesquisa?
- 2 Os grupos humanos que, segundo as pesquisas atuais, chegaram ao litoral brasileiro entre 7 mil e 6 mil anos atrás são denominados de “povos dos sambaquis”. O que são os sambaquis e para que serviam?
- 3 Aponte as principais características e a importância dos sítios arqueológicos da serra da Capivara e da região de Lagoa Santa.
- 4 Aponte e compare as principais características dos povos de tradição Umu, Humaitá e Itararé.
- 5 A região amazônica já era habitada há cerca de 12 mil anos por povos caçadores-coletores. Por que podemos afirmar que esses povos constituíram sociedades complexas?
- 6 Vimos no boxe *Terra preta* que, segundo os pesquisadores, esse tipo de terra surgiu a partir das ações das populações humanas que viveram na região amazônica. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) O que é a terra preta e qual é sua importância para o desenvolvimento da agricultura na região?
 - b) De que forma os pesquisadores explicam atualmente o surgimento da terra preta na região?

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGENS

- 1 Um dos locais tombados como patrimônio arqueológico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) situa-se no município de Ingá, na Paraíba, a cerca de 100 quilômetros da capital, João Pessoa, onde está a Pedra do Ingá, um bloco de pedra com 24 m de comprimento e 4 m de altura, repleto de gravuras em baixo-relevo, chamadas **itaquatiaras**. Essas inscrições foram feitas pelos paleoíndios que viveram na região milhares de anos atrás.

Observe a foto com as inscrições produzidas na pedra e resolva as atividades.

- a) Procure identificar o significado das figuras representadas na pedra.
- b) Levante hipóteses sobre os motivos que teriam levado os habitantes da região a inscrever essas figuras na pedra.



Andre Dib/Pulsar Imagens

Itaquatiaras (inscrições rupestres) na Pedra do Ingá, no sítio arqueológico de Ingá, na Paraíba, em foto de 2014.



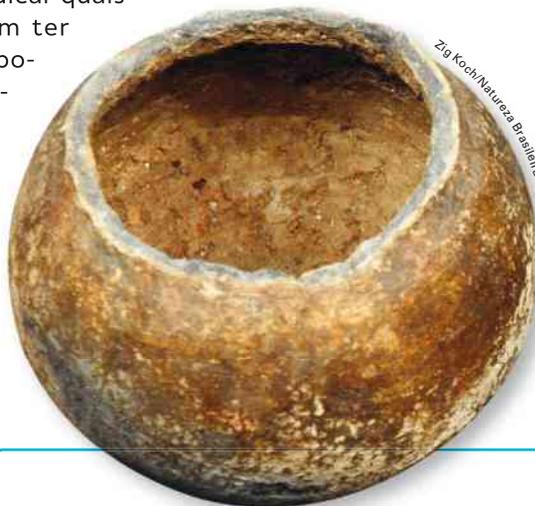
2 Nos sítios arqueológicos brasileiros, os pesquisadores encontraram diversos exemplos de artefatos produzidos pelas sociedades que povoaram a América ao longo do tempo. As imagens ao lado são representações de dois objetos produzidos por diferentes culturas. Observe-as atentamente e responda ao que se pede no caderno.

- Descreva os dois objetos. Em seguida, formule hipóteses para indicar quais tradições culturais podem ter sido responsáveis pela elaboração desses objetos. Justifique sua resposta.
- De que maneira o estudo dos objetos e artefatos produzidos pelos paleoíndios pode ajudar os pesquisadores a entender como esses povos viviam e se organizavam?



Reprodução/Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul

Bola de boleadeira, datada de aproximadamente 9 mil anos atrás. As bolas de boleadeira são peças finamente trabalhadas em pedra, possuindo em sua porção média um sulco que permite amarrar uma tira de couro ou de fibra vegetal.



Zig Koch/Natureza Brasileira

Objeto de cerâmica que possui entre 300 anos e 2 mil anos de idade. O artefato encontra-se no Museu Paranaense, em Curitiba (PR).

TESTE SEU CONHECIMENTO

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

1 (UEPB)

As itaquatiaras são gravuras feitas em rochas, pintadas ou não, que circundam leitos de rios. Há exemplares desta técnica em Pernambuco, tanto às margens do São Francisco como nos limites com a Paraíba.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de;
SOUZA, Fábio Gutemberg R. B. *História da Paraíba*.
EDUFCG. p. 19

Identifique a alternativa correta.

- O sítio arqueológico do Ingá de Bacamarte abrange uma área de aproximadamente 82 hectares, sendo considerado o maior do Brasil.
- As itaquatiaras do Ingá são formadas por um só bloco de gnaiss medindo aproximadamente 52 m de comprimento por 10 m de largura.
- As gravuras do painel (itaquatiaras do Ingá) representam exclusivamente figuras zoomorfas, não existindo presença de fitomorfos e antropomorfos.

d) As itaquatiaras mais famosas do Brasil são as do Ingá, na Paraíba, por serem únicas no mundo em sua forma, constituindo um enigma e um desafio para os estudiosos da Pré-História.

e) A importância do sítio arqueológico do Ingá de Bacamarte se dá devido a ser o único do estado da Paraíba e por estar situado na região do Piemonte da Borborema, a 84 quilômetros de João Pessoa e 30 quilômetros de Campina Grande.

2 (Fuvest-SP)

Há cerca de 2 mil anos, os sítios superficiais e sem cerâmica dos caçadores antigos foram substituídos por conjuntos que evidenciam uma forte mudança na tecnologia e nos hábitos. Ao mesmo tempo em que aparecem a cerâmica chamada itararé (no Paraná) ou taquara (no Rio Grande do Sul) e o consumo de vegetais cultivados, encontram-se novas estruturas de habitações.

André Prous. *O Brasil antes dos brasileiros: a Pré-História do nosso país*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 49. (Adaptado.)

O texto associa o desenvolvimento da agricultura com o da cerâmica entre os habitantes do atual território do Brasil, há 2 mil anos. Isso se deve ao fato de que a agricultura:

- a) favoreceu a ampliação das trocas comerciais com povos andinos, que dominavam as técnicas de produção de cerâmica e as transmitiram aos povos Guarani.
 - b) possibilitou que os povos que a praticavam se tornassem sedentários e pudessem armazenar alimentos, criando a necessidade de fabricação de recipientes para guardá-los.
 - c) proliferou, sobretudo, entre os povos dos sambaquis, que conciliaram a produção de objetos de cerâmica com a utilização de conchas e ossos na elaboração de armas e ferramentas.
 - d) difundiu-se, originalmente, na ilha de Fernando de Noronha, região de caça e coleta restritas, o que forçava as populações locais a desenvolver o cultivo de alimentos.
 - e) era praticada, prioritariamente, por grupos que viviam nas áreas litorâneas e que estavam, portanto, mais sujeitos a influências culturais de povos residentes fora da América.
- 3** (UPE) Entre os nômades, o trabalho não tem o mesmo valor que nas sociedades agrárias. Os índios lanomâmi, da Amazônia, desenvolvem suas atividades, em média, três horas por dia e não valorizam o trabalho nem o progresso tecnológico. Os Guaiaqui, caçadores nômades da floresta paraguaia, passam, pelo menos, metade do dia em completa ociosidade. Quanto ao desenvolvimento social, do pensar e do fazer dos primeiros humanos, é correto afirmar que:
- a) a produção de novas ferramentas de pedra polida foi a transformação mais importante ocorrida nesse período.
 - b) a fabricação de ferramentas e a utilização do fogo evidenciam que a sobrevivência humana não está diretamente relacionada à adaptação cultural do homem.

- c) a abundância de recursos animais e vegetais promoveu a sedentarização do homem.
- d) a capacidade de conseguir mais alimentos deu ao homem menor controle sobre o meio ambiente.
- e) a troca da caça e da coleta pela agricultura ocorreu de maneira súbita.

4 Os primeiros ocupantes do atual território brasileiro se organizaram em diferentes sociedades com tradições culturais próprias. Os pesquisadores estudam essas sociedades com a ajuda de evidências encontradas nos sítios arqueológicos do território brasileiro. Leia as seguintes afirmativas e escolha a opção correta. Depois, justifique os erros das afirmativas falsas no caderno.

- I. Existem inúmeros sambaquis no litoral brasileiro, grandes elevações construídas com o acúmulo de conchas, restos de comida, ossos de animais e ferramentas. Os pesquisadores ainda não sabem qual era o uso dos sambaquis e como viviam as sociedades que os construíam.
 - II. Os pesquisadores descobriram que os campos da região Sul do atual território brasileiro e do estado de São Paulo foram ocupados por povos de diferentes tradições culturais, como os povos da tradição Umbu e da Humaitá.
 - III. A região do Parque Nacional da Serra da Capivara, no atual estado do Piauí, é uma região com grande concentração de sítios arqueológicos no Brasil, tendo mais de setecentos sítios diferentes.
 - IV. As pesquisas arqueológicas indicam que a região amazônica só começou a ser ocupada a partir de 2000 a.C., quando povos coletores se instalaram na região e logo dominaram a agricultura.
- a) As afirmativas II e III estão corretas.
 - b) As afirmativas I e IV estão corretas.
 - c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
 - d) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - e) Apenas a afirmativa IV está correta.

HORA DE REFLETIR



- A aldeia dos povos Kuikuro, situada no alto Xingu, está numa área próxima aos sítios arqueológicos de uma sociedade que se desenvolveu na região entre os anos de 1200 e 1600. Por isso, os **pesquisadores trabalham com a hipótese** de que essa aldeia seja herdeira cultural de antigos habitantes do alto Xingu. Com base nisso, reflita sobre a importância de conhecer as tradições culturais indígenas que se desenvolveram nessa região ao longo do tempo. Que tipo de informação esse estudo pode fornecer aos pesquisadores? Como a análise das técnicas agrícolas e de outras formas de relacionamento com a natureza, desenvolvidas pelos povos indígenas, podem contribuir para um melhor conhecimento da dinâmica ambiental da região? De que modo a comparação entre as evidências dos sítios arqueológicos e os hábitos atualmente existentes nas aldeias que vivem na região pode ajudar os pesquisadores a compreender melhor as tradições culturais desses povos?

Considerando essas reflexões, escreva um texto em seu caderno sintetizando suas opiniões sobre o tema.



Renato Soares/Pulsar Imagens

Festa do Kuarup (de 2012) dos índios Kuikuro na aldeia Afukuri, no Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte (MT).



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Fundação e Museu do Homem Americano.

O site traz informações sobre as pesquisas arqueológicas na serra da Capivara. Disponível em: <www.fumdham.org.br>. Acesso em: 29 out. 2015.

Arqueologia Brasileira. Site do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), com diferentes informações sobre as descobertas arqueológicas no país. Disponível em: <www.nptbr.mae.usp.br/acervo/arqueologia-brasileira>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Dentro do site do Iphan, no Centro Nacional de Arqueologia, é possível obter várias informações sobre os sítios e as coleções arqueológicas tombadas pelo instituto. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>>. Acesso em: 9 out. 2015.

PARA LER

Walter Neves

Entrevistas com explicações e detalhes sobre os estudos desse importante arqueólogo brasileiro.

- **Revista Pesquisa Fapesp**
Edição 195, de maio de 2012.
Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/05/11/walter-neves-o-pai-de-luzia/>>.
Acesso em: 9 out. 2015.
- **Revista de História**
Edição 71, de agosto de 2011. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/walter-neves-luzia-e-apanas-a-ponta-do-iceberg>.
Acesso em: 9 out. 2015.

FECHANDO A UNIDADE

No curso da história da humanidade, as pessoas têm produzido objetos com as mais variadas intenções: armas para caça e defesa, roupas para proteção, moradias para abrigo, obras de arte para a expressão de ideias e sentimentos, documentos para registro e organização, etc. Nas mãos do historiador, os dados da atividade humana se transformam em evidências de como determinada sociedade, ou grupo de pessoas, vivia e se organizava. Por isso, eles são chamados de documentos ou evidências históricas. Observe os objetos a seguir e responda ao que se pede.

DOCUMENTO 1



Fragmento de uma roupa de lã usada por trabalhadores de uma mina de sal de Hallstatt, Áustria, entre os séculos VIII a.C. e III a.C.

DOCUMENTO 2



Rodrigo Lopes/Museu Bispo do Rosário
Arte Contemporânea/Prefeitura da
Cidade do Rio de Janeiro

Manto da Apresentação, do artista plástico Arthur Bispo do Rosário. Foto de 2014.

DOCUMENTO 3



Casaco de frio usado nos dias de hoje.

REFLITA E RESPONDA

1. Os artefatos que aparecem nos documentos 1 e 2 foram produzidos com uma diferença de milhares de anos. Que aspectos em comum e que diferenças existem entre eles? O conhecimento que os produziu é o mesmo? Justifique sua resposta.
2. Criada há milhares de anos, a primeira vestimenta (documento 1) foi produzida com a finalidade de aquecer os indivíduos e protegê-los do frio e da chuva. Hoje, podemos considerá-la um “utensílio” ou “artefato” arqueológico. Os casacos modernos também podem ser considerados artefatos arqueológicos? De que modo o conhecimento histórico pode se interessar por esse tipo de objeto? Justifique sua resposta.
3. Em relação à obra *Manto da Apresentação*, de que maneira a criatividade do artista plástico sergipano Arthur Bispo do Rosário transformou o significado e a função das vestimentas tradicionais? Qual é o sentido novo atribuído ao objeto criado pelo artista?
4. Em sua opinião, o conhecimento e a criatividade do ser humano têm sido utilizados para melhorar as condições de vida nas sociedades modernas? Ou eles também contribuem para trazer novos problemas? Justifique sua resposta e cite exemplos para fundamentá-la.

Vivemos em um mundo cada vez mais urbanizado. Hoje, mais da metade dos 7,1 bilhões de habitantes do planeta vive em cidades, algo bem diferente de meio século atrás, quando somente um terço da população do mundo era urbana. Em 1950, apenas 86 cidades no mundo tinham mais de 1 milhão de habitantes. Hoje são quatrocentas e, de acordo com as previsões da Organização das Nações Unidas (ONU), até 2025 serão quinhentas. A maioria encontra-se em países considerados pobres ou em desenvolvimento, como Índia, China, Bangladesh e Brasil (veja as tabelas).

A concentração demográfica nesses países acentua as desigualdades econômicas e sociais. Isso se manifesta das mais diversas formas: falta de moradias e de saneamento básico para a população pobre, marginalidade, desemprego, prostituição infantil, violência, poluição, etc.

Entretanto, os problemas das cidades têm solução, e muitas delas podem estar em nossas mãos. Quando escolhermos vereadores e prefeitos honestos e competentes, por exemplo, colaboramos para a melhoria de nossa cidade. Além disso, no nosso dia a dia podemos discutir os problemas da comunidade e apresentar propostas para sua solução em associações de bairro e outras organizações populares.

Morar em cidades significa, antes de tudo, saber viver em coletividade, ter respeito pelos outros e pelas regras de convivência. Como veremos nesta Unidade, foi graças à preocupação com o coletivo que, há milhares de anos, surgiram as primeiras cidades e as primeiras grandes civilizações.

Regiões metropolitanas mais populosas do mundo

2014			
Posição	Região metropolitana	País	População*
1 ^o	Tóquio	Japão	37,8
2 ^o	Nova Délhi	Índia	24,9
3 ^o	Xangai	China	22,9
4 ^o	Cidade do México	México	20,8
5 ^o	São Paulo	Brasil	20,8

2030			
Posição	Região metropolitana	País	População*
1 ^o	Tóquio	Japão	37,2
2 ^o	Nova Délhi	Índia	36,1
3 ^o	Xangai	China	30,7
4 ^o	Mumbai	Índia	27,7
5 ^o	Beijing (Pequim)	China	27,7

(* em milhões de habitantes - números arredondados)

Adaptado de: UNITED NATIONS. Department of Economical and Social Affairs. *World Urbanization Prospects. The 2007 Revision: Highlights*. Disponível em: <www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP_Highlights_web.pdf>; UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *World Urbanization Prospects. The 2014 Revision: Highlights*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

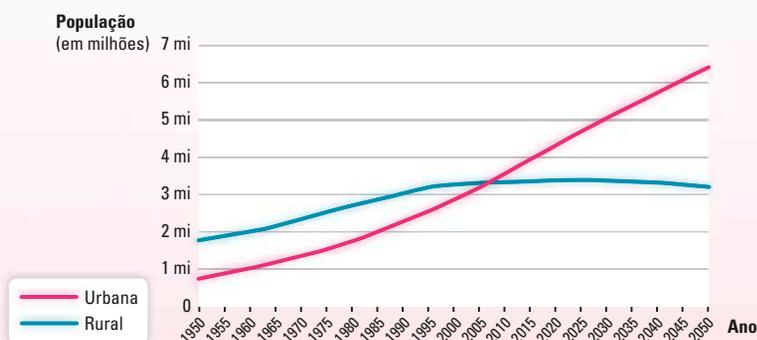


Professor(a), veja no Procedimento Pedagógico deste capítulo uma proposta de **Atividade Alternativa**, que também pode ser uma **Atividade de Inclusão**, sobre o eixo conceitual da urbanização.

Micro-ônibus aglomeram-se em frente à estação de trem, em Nova Délhi, na Índia. Foto de 2014.

saiko3p/Shutterstock

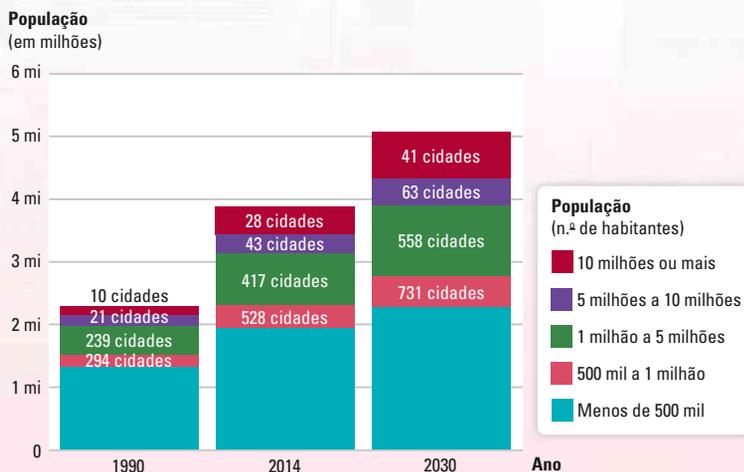
População rural e urbana no mundo (1950-2050 – projeção)



Gráficos: Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *World Urbanization Prospects. The 2014 Revision: Highlights*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

Número de cidades com população entre 500 mil e mais de 10 milhões de habitantes (1990-2030 – projeção)



Adaptado de: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *World Urbanization Prospects. The 2014 Revision: Highlights*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

COMEÇO DE CONVERSA

1. A vida nas cidades proporciona espaços sociais e momentos de participação coletiva bastante diversificados. De que maneira você participa desses espaços sociais da sua cidade? Que atividades realizam os outros moradores da cidade em que você se encontra?
2. Em sua opinião, quais são as cinco maiores qualidades da sua cidade? E os cinco grandes problemas? Aponte possíveis soluções para eles.

Povos da Mesopotâmia e do Egito antigo

A água é uma substância essencial para a vida na Terra. Nos seres humanos, 71% da massa do corpo é formada por água. Em alguns vegetais, essa porcentagem é ainda maior: 90% da couve e 95% do tomate, por exemplo, são constituídos por água. A falta de água no organismo acarreta adoecimento e até morte.

Por causa da importância da água, nada mais natural que as primeiras civilizações tenham surgido e se desenvolvido em torno de grandes rios. A civilização chinesa, por exemplo, floresceu em torno do rio Amarelo. Já os sumérios surgiram em torno dos rios Tigre e Eufrates, e os egípcios construíram um império às margens do rio Nilo.

Neste capítulo, vamos entender alguns processos históricos envolvendo povos que viveram na região da Mesopotâmia. Os sumérios, por exemplo, criaram um sistema de escrita próprio. Veremos também alguns aspectos da história dos egípcios, povo que realizou obras surpreendentes, como as pirâmides.

DIALOGANDO
COM... **BIOLOGIA**

Vista de Bagdá, capital do Iraque, banhada pelo rio Tigre, em foto de 2015. Na Antiguidade, o rio contribuiu fortemente para o florescimento da civilização suméria.

rasoulali/Shutterstock

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Explicitar o conceito de cidade-Estado nas sociedades mesopotâmicas.
- Explicar o surgimento da escrita em diferentes lugares, com destaque para a escrita cuneiforme.
- Apresentar alguns aspectos que caracterizaram os povos mesopotâmicos e os egípcios e conhecer algumas técnicas e invenções desenvolvidas por eles.

1 Povos da Mesopotâmia

Mesopotâmia é uma palavra de origem grega, que significa “entre rios”. A região assim chamada localizava-se em um vale entre os rios Tigre e Eufrates, onde hoje se encontram o Iraque, o Kuwait, a Síria e o sul da Turquia, no Oriente Médio (veja o mapa abaixo). Ao longo dos séculos, o regime de cheias das águas desses dois rios deixou o solo dessa região ideal para a prática da agricultura (veja a seção *Eu também posso participar* na página seguinte).

Há milhares de anos, povos como os sumérios, acadianos, hititas, babilônios, assírios e caldeus se fixaram em aldeias na Mesopotâmia e passaram a viver da agricultura. Por volta de 4000 a.C., as aldeias já haviam se transformado em cidades autossuficientes, nas quais os governantes possuíam poderes políticos e religiosos. Como a autoridade desses governantes era restrita à sua cidade, os historiadores as caracterizam como **cidades-Estado**, ou seja, com autonomia, independência e governo próprio. Algumas das cidades mais antigas do mundo foram erguidas nessa região.

VOCÊ SABIA?

Por que o nome Crescente Fértil?

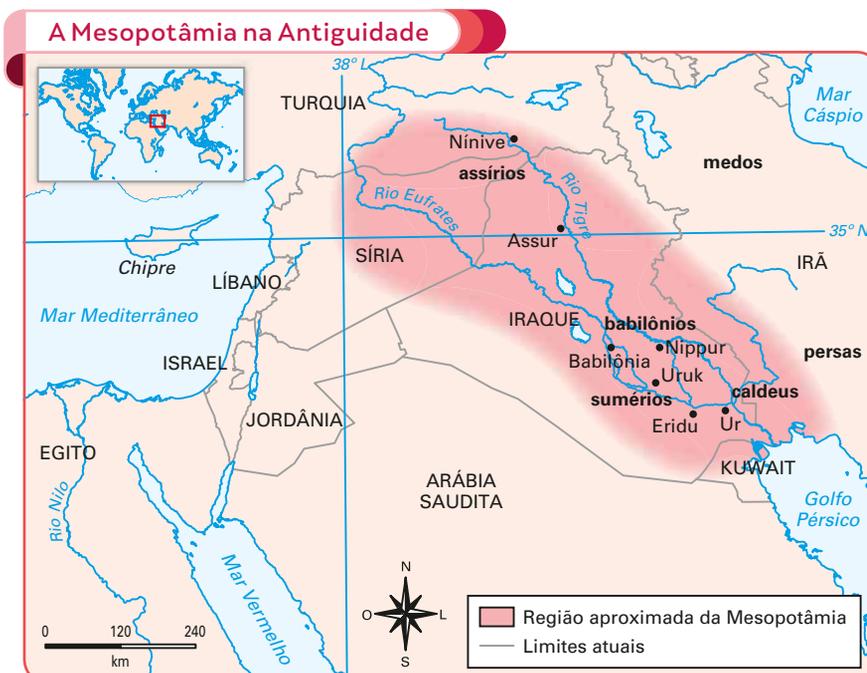
No passado, a Mesopotâmia formava com o Egito um arco semelhante à lua na fase de quarto crescente. Devido a isso, e também à qualidade de suas terras, ótimas para a agricultura, esse arco ficou conhecido como Crescente Fértil.

Civilização suméria

Os sumérios foram os primeiros povos a se estabelecer na região ao sul da Mesopotâmia, por volta de 4000 a.C., vindos da Ásia centro-ocidental. Já a partir do ano 3000 a.C., diversas cidades estavam constituídas, entre elas Eridu, Ur, Nippur e Uruk (veja o mapa abaixo). Todas eram pequenas unidades urbanas autônomas, governadas pelo *patesi*, líder político, religioso e militar.

Com o crescimento da população e a diversificação das atividades além da agricultura, surgiram novos ofícios: comerciante, cesteiro, pastor, marceneiro, etc. Essas atividades eram administradas por funcionários a serviço do governante; eles controlavam as operações comerciais e os tributos. Por volta de 4000 a.C., esses funcionários criaram sistemas de anotações que levaram à invenção da **escrita cuneiforme**.

Além de terem inventado esse tipo de escrita, os sumérios foram responsáveis por importantes conquistas da humanidade, como a invenção do arado de cobre, o uso da força animal na agricultura e a construção de diques e canais para levar água a regiões distantes dos rios.



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

Eles estabeleceram também a divisão do ano em 12 meses, da hora em 60 minutos e do círculo em 360 graus; criaram o mais antigo sistema numérico da História, com base em sessenta símbolos, e um calendário formado por meses lunares de 28 dias, que lhes permitia prever com bastante exatidão o melhor momento de semear e colher. Atribui-se a eles, ainda, a invenção do vidro e da roda.



EU TAMBÉM POSSO PARTICIPAR

Água: fonte da vida em perigo

Os rios desempenharam papel fundamental no surgimento das primeiras civilizações, pois asseguravam a sobrevivência da população ao garantir o abastecimento de água potável. Na região da Mesopotâmia e do Egito, quando as águas dos rios transbordavam, as margens eram fertilizadas, e o solo tornava-se muito aproveitável para a agricultura.

As enchentes, porém, podiam também alagar as moradias e destruir as plantações. Para evitar e resolver esse tipo de problema, a população construía diques (para conter as inundações) e canais para irrigar as terras cultiváveis.

Passados muitos séculos, a água continua sendo essencial para a vida na Terra. Porém, fatores como a poluição, a urbanização e a industrialização descontroladas, o desperdício e a distribuição desigual transformaram a água potável e tratada, própria para uso, em recurso escasso e não renovável. Hoje, de cada cinco pessoas no mundo, uma sofre algum tipo de problema resultante da escassez de água potável.

Reverter esse processo é um dos grandes desafios da atualidade. Evitar uma crise mun-

dial de abastecimento e assegurar o acesso à água tanto para as gerações do presente quanto para as do futuro são ações que não dependem apenas do poder público, mas também das empresas e dos indivíduos. Para evitar essa crise anunciada, algumas medidas simples podem ser adotadas no dia a dia para economizar água:

- No jardim e na lavagem do carro: use regadores ou baldes, no lugar de uma mangueira, para regar plantas ou lavar o carro.
- No vaso sanitário: não usá-lo como lixeira nem acionar a descarga sem necessidade. Os vazamentos também produzem grande desperdício de água.
- Na pia do banheiro: escove os dentes ou ensaboe as mãos com a torneira fechada.
- No banho: ligue o chuveiro apenas quando estiver sem roupa, desligue-o enquanto se ensaboia e evite banhos de mais de 10 minutos.
- Na máquina de lavar roupas: reutilize a água para lavar o chão ou o quintal. Também varra o quintal e a calçada antes de lavá-los.

Fotos: Maacyr Lopes Junior/Folhapress



Represa Jaguari/Jacareí, do Sistema Cantareira, em Piracaia (SP), em dois momentos: à esquerda, durante a seca que castigou a região, em setembro de 2015. E, à direita, o mesmo local já se mostra em níveis normais, em dezembro de 2015.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que cada habitante consuma no máximo 110 litros de água por dia. Faça uma pesquisa sobre a média de consumo de água em sua casa. Analise a conta de água mais recente e calcule o consumo médio diário de sua família. Depois, em grupo, comparem com o consumo das famílias de seus colegas e elaborem um quadro com os seguintes dados: média de consumo das famílias; quantidade de residências que estão de acordo com a recomendação da ONU; economia (em porcentagem) que deve ser feita para que as famílias consumam de acordo com as recomendações. Para sintetizar e concluir o exercício, façam um resumo oral da situação do grupo para a classe, comparando com os resumos dos outros grupos. Com isso, vocês terão uma conclusão única sobre o consumo de água nas famílias dos alunos dessa classe.

DIALOGANDO
COM... MATEMÁTICA

A escrita na Mesopotâmia

Vários povos, em lugares e em épocas diferentes, desenvolveram sistemas de escrita. A suméria foi talvez uma das primeiras, embora os chineses já tivessem rudimentos de escrita por volta de 7000 a.C. Na América, os pioneiros foram os olmecas, cuja escrita data de 900 a.C.

Na sociedade suméria, a escrita começou a surgir durante o quarto milênio antes de Cristo, quando os templos e palácios eram o centro da sociedade, onde se armazenava a produção agrícola e se pagavam os tributos. Tudo isso exigia registros e controles contábeis, feitos por um funcionário que, sobre placas de argila úmida e com uma haste de bambu, imprimia desenhos daquilo que precisava ser registrado: a cabeça de um boi, porcos, jumentos, etc. Cozidas ao sol, as placas de barro endureciam e podiam ser guardadas.

Cerca de quinhentos anos depois, já havia sido desenvolvido outro sistema de notação baseado em marcas na forma de cunha – daí a expressão “escrita cuneiforme” – feitas com um tipo de estilete sobre argila úmida. Ao mesmo tempo, os desenhos – logogramas, termo que significa “sinais representativos de palavras” – tornaram-se cada vez mais abstratos, passando a representar os sons da fala.



Peter Horree/Alamy/Other Images

Réplica de placa cuneiforme em língua semítica da região de Ebla, na atual Síria, de cerca de 1650 a.C.

De cidades-Estado a impérios

As constantes guerras levaram as cidades-Estado sumérias ao enfraquecimento e, por volta de 2350 a.C., elas foram dominadas pelos acadianos. Sargão, um rei desse povo, unificou as diversas cidades sob um único governo. Nasceu, assim, o **Primeiro Império Babilônico**. Essa foi uma das primeiras experiências da humanidade em que **vários territórios**, ocupados por **povos diferentes**, estiveram sob o domínio de **um único soberano**.

Nos séculos seguintes, a Mesopotâmia esteve sob o domínio de diversos povos até que, aproximadamente em 1950 a.C., os amoritas dominaram a região e instalaram sua capital na cidade de Babilônia. Hamurábi foi um dos reis amoritas e governou a região entre 1792 a.C. e 1750 a.C. Conhecido por sua grande habilidade política e militar, Hamurábi registrou e regulamentou, pela primeira vez, as práticas sociais da população dessa região em um código de leis, o Código de Hamurábi. E, para que as leis fossem de conhecimento de todos, ele ordenou que fossem gravadas em uma pedra.

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 As primeiras cidades da Mesopotâmia formaram-se por volta de 4000 a.C. e foram chamadas pelos historiadores de “cidades-Estado”. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) Por que os historiadores costumam chamá-las de “cidades-Estado”?
 - b) Que tipo de organização política substituiu as cidades-Estado na região mesopotâmica?
- 2 Os sumérios foram os primeiros povos a se estabelecer no extremo sul da Mesopotâmia por volta de 4000 a.C. Com os conhecimentos que você já tem, escreva um texto relatando como essa sociedade se desenvolveu. Destaque aspectos sociais, políticos, econômicos e explique qual era a função da escrita cuneiforme nessa sociedade.

O Código de Hamurábi registrou, pela primeira vez, as práticas sociais de um povo em um regulamento que poderia ser aplicado a todo tipo de disputa legal. Foi assim chamado por ter sido criado por Hamurábi, rei amorita, que governava a cidade de Babilônia. O documento a seguir é o prólogo desse código. Nele, o governante faz menção aos deuses Anu, Bel e Marduk, bem como às cidades de Nippur, Durilu e Uruk, Borsippa e Urash. Leia atentamente o documento e, em seguida, responda ao que se pede.

Quando o alto Anu, Rei de Anunaki e Bel, Senhor da Terra e dos Céus, determinador dos destinos do mundo, entregou o governo de toda a humanidade a Marduk... quando foi pronunciado o alto nome da Babilônia; quando ele a fez famosa no mundo e nela estabeleceu um duradouro reino cujos alicerces tinham a firmeza do céu e da terra – por esse tempo de Anu e Bel me chamaram, a mim, Hamurábi, o excelso príncipe, o adorador dos deuses, para implantar a justiça na terra, para destruir os maus e o mal, para prevenir a opressão do fraco pelo forte... para iluminar o mundo e propiciar o bem-estar do povo. Hamurábi,

governador escolhido por Bel, sou eu, eu o que trouxe a abundância à terra; o que fez obra completa para Nippur e Durilu; o que deu vida à cidade de Uruk; o que supriu água com abundância aos seus habitantes; ... o que tornou bela a cidade de Borsippa; ... o que enceleirou grãos para a poderosa Urash; ... o que ajudou o povo em tempo de necessidade; o que estabeleceu a segurança na Babilônia; o governador do povo [...]

CÓDIGO de Hamurábi.

Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>. Acesso em: 16 out. 2015.

- De que maneira o documento justifica a criação do Código de Hamurábi? Esse conjunto de leis é uma decisão puramente humana ou teve influência dos deuses em sua criação?
- O prólogo do código apresenta uma definição de justiça. Leia atentamente e explique essa definição.
- Hamurábi apresenta uma lista de suas realizações como governante dos amoritas. Quais são as realizações apresentadas no documento?

2 Os egípcios na Antiguidade

O Egito atual é um país cujo território é quase todo ocupado pelo deserto do Saara. Por isso, a maior parte de sua população encontra-se nas margens e no delta do rio Nilo, que atravessa o país do sul (onde nasce) ao norte. Essa ocupação é basicamente a mesma há quase 8 mil anos.

Por causa das chuvas tropicais na nascente do rio, todos os anos as águas do Nilo – ricas em húmus – transbordam de seu leito e tornam o solo inundado excelente para a agricultura. Durante milhares de anos, a população aprendeu a utilizar esses terrenos, drenando as áreas alagadas ou construindo diques e canais. Com o tempo, essa organização propiciou excedentes agrícolas que eram comercializados com outros núcleos humanos mais distantes. Assim, os núcleos humanos próximos do rio tornaram-se povoados com maior estrutura, conhecidos como **nomos**, cujo chefe era o nomarca.



Mohamed El-Shahed/AFP

Trabalhadores rurais egípcios colhem algodão nos arredores da capital, Cairo. Foto de 2015.

Grande parte da população dos nomos era formada por agricultores – os **felás**. O rio era o principal sistema de comunicação e de transporte. Para essa população, somente a ação dos deuses explicava o privilégio de morar em uma terra de abundância rodeada por áreas de seca e fome.

Os nomarcas mais eficientes na tarefa de garantir a alimentação de suas comunidades passaram a personificar os deuses protetores dos nomos. Assim, gradativamente, o poder político e administrativo dos nomos se fundiu ao poder religioso.

Por volta de 3500 a.C., os nomos foram unificados em dois reinos: o do delta e o do vale do Nilo – chamados de **Baixo Egito** e **Alto Egito**, respectivamente, cada um com sua própria capital, Sais e Tebas (veja o mapa abaixo). Cerca de trezentos anos depois, o rei Menés (também conhecido como Narmer, Men ou Meni), do vale do Nilo, conquistou a região do delta. Pela primeira vez, houve a coroação de um faraó do Egito, ou seja, um misto de rei e chefe religioso. O símbolo de seu poder era uma coroa dupla nas cores branca e vermelha, que representava a união das duas regiões em um único e centralizado império. A capital era Mênfis.

O poder do faraó

Para os egípcios da Antiguidade, o faraó era um deus e personificava a sabedoria. Ele determinava o que era bom e justo, condenava o que era mal, fazia a ligação entre as pessoas e os deuses. Existiam sacerdotes e sacerdotisas, mas era o faraó quem deveria conduzir os rituais nos templos. Para governar, recebia a ajuda dos nomarcas e dos **escribas** (funcionários) e também liderava a defesa do território com a ajuda de chefes militares.

Os faraós governaram o Egito por mais de 3 mil anos, em uma sucessão de dinastias.

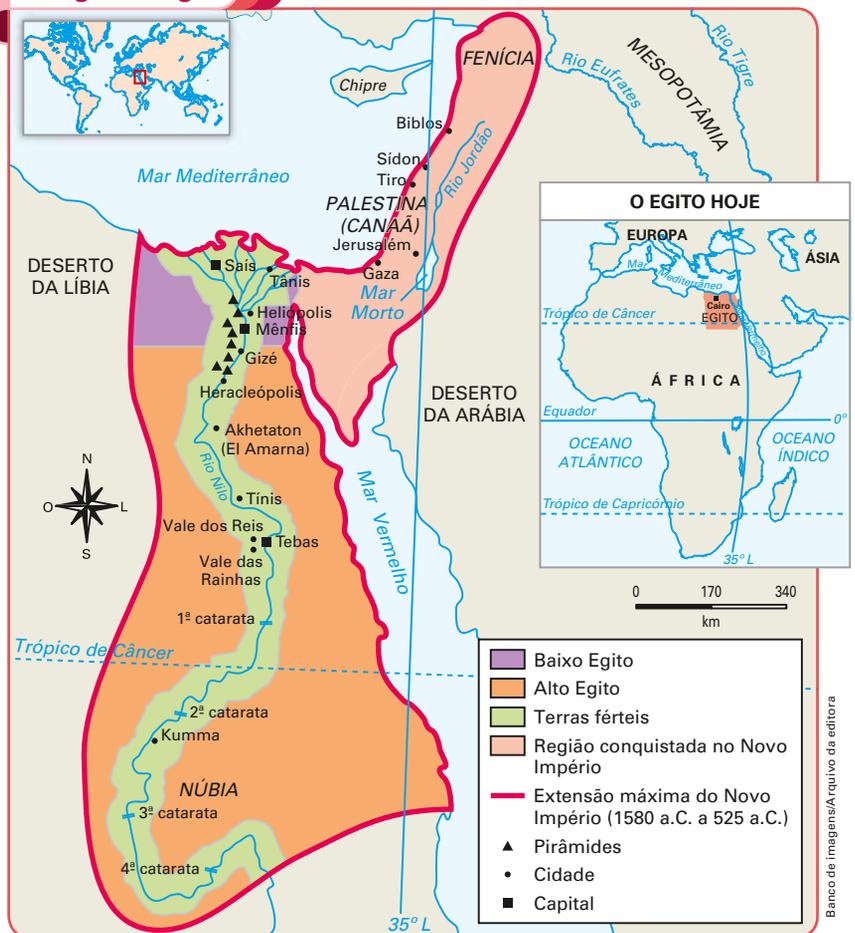
VOCÊ SABIA?

Norte e Sul

Ao observar um mapa político, temos a tendência de relacionar “baixo” com o Sul e “alto” com o Norte. No entanto, a indicação de alto e baixo nos mapas físicos refere-se à altitude. O rio Nilo nasce ao sul do Egito, numa área de maior altitude (o Alto Nilo), e corre para o norte, para uma área de menor altitude (o Baixo Nilo), que é onde deságua, no delta, no mar Mediterrâneo.

DIALOGANDO COM... GEOGRAFIA

O Egito antigo



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005; ATLANTE Storico 2010 – Zanichelli 150 (1859-2009). Bologna: Zanichelli Editore S.p.A., 2009.

As três escritas egípcias

A escrita egípcia teria surgido, segundo os estudiosos, na época da unificação do território. Consistia no uso de símbolos para representar palavras: os hieróglifos,



Exemplo de escrita hieroglífica, encontrada na tumba do general Horemheb, que se tornou faraó egípcio no século XIV a.C.

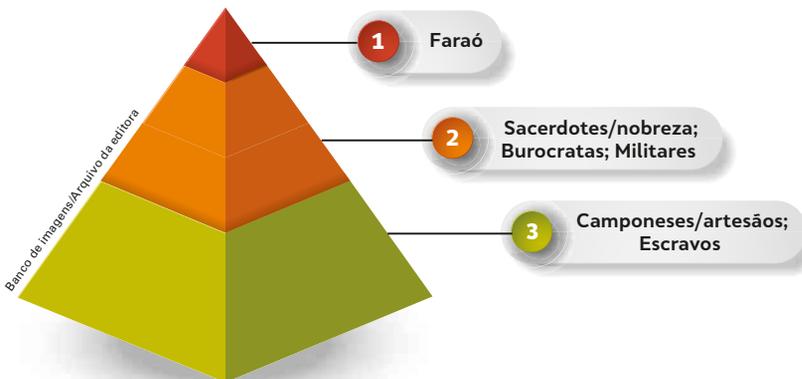
palavra de origem grega que significa “entalhe sagrado”. Com o tempo, os hieróglifos passaram a designar também os sons das palavras, os fonogramas. Por exemplo, para escrever o nome do deus Osíris – Wosiri, em egípcio antigo –, eles desenhavam um trono, Wos em egípcio, e um olho, que era iri. E, em geral, desenhavam também uma pequena bandeira, que designava um deus. Quase simultaneamente ao desenvolvimento dos hieróglifos, foi criada também uma escrita cursiva, mais simples, chamada hierática. Por meio dela, grande parte dos textos literários, jurídicos e administrativos do Egito chegou até nós. Posteriormente, a escrita foi simplificada ainda mais, surgindo assim a escrita demótica.

Texto elaborado com base em: GOMBRICH, Ernst. *Breve história do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 31; VERCOUTTER, Jean. *O Egito antigo*. São Paulo: Difel, 1974. p. 27-29.

A organização social e o modo de vida egípcio

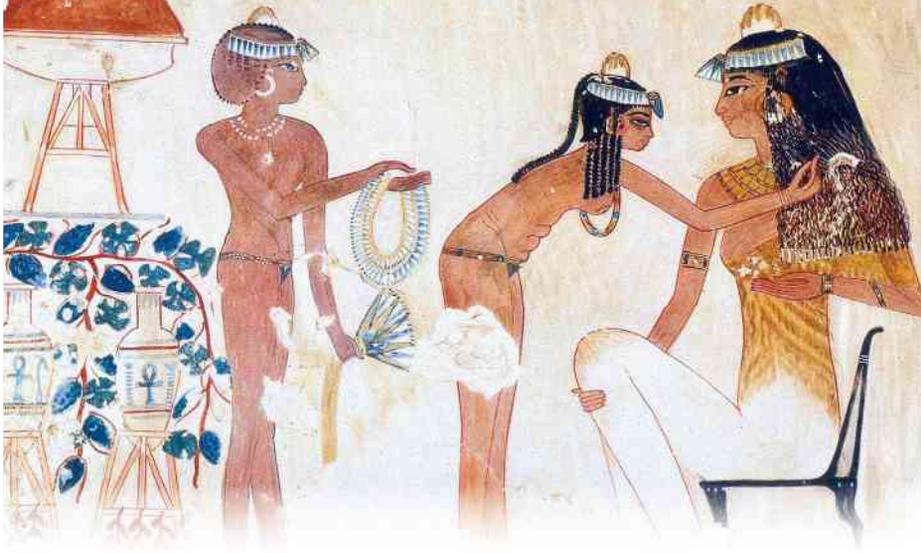
A sociedade egípcia era rigidamente estratificada, ou seja, estava dividida em grupos sociais fortemente separados entre si. No topo da pirâmide social estavam o faraó e seus familiares. A seguir, vinham sucessivamente os sacerdotes, a nobreza, os escribas e os soldados. Na base estavam os camponeses e os artesãos e, abaixo deles, só os escravos (veja ilustração a seguir).

Pirâmide social do Egito antigo



Se fossem organizados em camadas relativamente proporcionais ao número de elementos, os grupos sociais do Egito antigo formariam uma figura na forma de pirâmide. No topo, os elementos em menor número e com mais prestígio e autoridade; na base, os elementos mais numerosos e com menor importância social. Essa representação da organização da sociedade não foi uma exclusividade da sociedade egípcia; pelo contrário, foi muito frequente em várias sociedades, ao longo da história da humanidade.

Poucas cidades do antigo Egito sobreviveram ao tempo e às cheias do Nilo. Mas sabe-se que as moradias mais modestas eram de junco ou madeira e geralmente contavam com pouco mobiliário. Um pequeno recinto funcionava como sala e dava diretamente para a rua. Havia também banheiro com lavatório separado, uma sala principal com um pequeno altar, onde eram recebidas as visitas, quarto, cozinha e uma escada que levava ao telhado, sempre plano, onde à noite os moradores se refugiavam do calor. Algumas pessoas com melhor situação social viviam em casas de tijolos de adobe, uma mistura de barro, areia e palha.



Embora os pequenos artesãos estivessem na base da pirâmide social do antigo Egito, junto com camponeses e escravos, aqueles que se sobressaíam por suas qualidades artísticas assumiam um status superior. Representação de mulher egípcia sendo vestida por suas criadas em mural de Tebas (1420 a.C.).

As crenças e os deuses egípcios

A religiosidade foi um dos aspectos mais marcantes da sociedade egípcia. Havia muitas divindades e a mais importante era Amon (ou Amon-Rá), rei dos deuses e criador de todas as coisas, identificado com o Sol, fonte de energia e de vida.

Os egípcios acreditavam que, após a morte, a vida poderia continuar eternamente se a pessoa fosse considerada digna pelos deuses. Tal crença fez com que os egípcios encarassem a morte como um grande acontecimento. As tumbas dos faraós continham pinturas que retratavam passagens de sua vida e de seu governo, com a intenção de mostrar aos deuses suas boas ações. Era comum um faraó ser enterrado com familiares e funcionários, que iriam acompanhá-lo e servi-lo na vida eterna. No túmulo do faraó Uadji, por exemplo, que viveu há cerca de 5 mil anos, foram encontrados outros 335 corpos.

Para os egípcios, o conceito de “viver após a morte” implicava a permanência física do corpo. Por essa razão, eles desenvolveram e aperfeiçoaram a prática da mumificação (sobre a organização política e as crenças dos egípcios atuais, veja o box *Passado presente*, a seguir).



PASSADO PRESENTE

Durante quase 3 mil anos, o Egito foi governado por sucessivas dinastias de faraós. Ao longo desse período, a sociedade egípcia passou por muitas mudanças (as “**rupturas** históricas”). As pirâmides, por exemplo, foram construídas principalmente entre 3200 a.C. e 2300 a.C., ou seja, em um período de cerca de 900 anos apenas, e não ao longo de toda a história do Egito antigo. No entanto, nessa sociedade milenar também houve muitas **permanências**. Uma das mais significativas foi o poder inquestionável do faraó.

Atualmente, porém, o Egito é muito diferente daquele da época dos faraós. A população egípcia é majoritariamente muçulmana e a língua oficial é o árabe. Em 2011, uma revolta popular derrubou o presidente que estava no poder há 30 anos. Desde então, o país vem passando por uma convulsão social com manifestações populares, prisões dos participantes, assassinatos de opositores e muita instabilidade política.



Manifestantes no Egito, que se autodenominam “antigo golpe”, reúnem-se durante comício contra o governo em março de 2015, no Cairo.



Pessoa da nobreza egípcia trajando um vestido de pele de leopardo que deixa um ombro e um braço descobertos. Na imagem, o tronco é mostrado de frente, enquanto a cabeça e as pernas são representadas de perfil.

A serviço dos deuses e do faraó: a arte e a ciência

Impregnada de religiosidade e de sentimento hierárquico, a arte servia aos deuses e aos faraós. Assim, as obras mais importantes da arquitetura egípcia foram os templos e as pirâmides que eram, de fato, os túmulos dos faraós. No que se refere à pintura e à escultura, havia normas rígidas para representar os deuses e os faraós, os sacerdotes e a nobreza: as cenas eram retratadas sem perspectiva; as figuras apareciam com a cabeça, as pernas e os pés de perfil, enquanto os olhos e o tronco eram mostrados de frente (veja a imagem ao lado). Na representação de funcionários (os escribas) e de pessoas dos grupos sociais mais baixos, essa rigidez estética era menor e essas pessoas eram retratadas de modo mais realista (veja a imagem da página 63).

Assim como a questão religiosa levou a um conhecimento bastante amplo sobre métodos de mumificação, a prática na construção de diques e represas levou os egípcios a alcançarem grande desenvolvimento em engenharia hidráulica. Também na área de transporte, devido à proximidade do rio, construíram embarcações de variados tipos e tamanhos, tanto fluviais como marítimas.

Conhecedores da anatomia humana, os egípcios obtiveram grandes avanços na Medicina, usando até mesmo anestesia em operações cirúrgicas. Seus astrônomos criaram diferentes calendários, como o que conferiu ao ano a duração de 365 dias e seis horas.



ENQUANTO ISSO...

Centros urbanos da América

Na época em que os sumérios erguiam cidades como Ur e Uruk na Mesopotâmia, começava a se desenvolver no continente hoje conhecido como América uma sociedade igualmente complexa. Ela se estabeleceu nos vales do Norte Chico, região do Peru atual, a cerca de 200 quilômetros de Lima, cidade construída 5500 anos mais tarde e hoje capital peruana.



Caral (Peru), com cerca de 4,5 mil anos de idade, é uma das mais antigas cidades da América e recebeu da Unesco o título de Patrimônio Mundial da Humanidade. Foto de 2013.

Nos arredores de quatro rios existentes na região surgiram pelo menos 25 cidades, algumas situadas no interior do continente, outras, nas proximidades do oceano Pacífico. A mais antiga delas é Huaricanga, fundada por volta de 3500 a.C. e considerada o primeiro centro urbano da América. Outras cidades de Norte Chico estão também entre as mais antigas do mundo: Caballete (fundada por volta de 3100 a.C.), Porvenir e Upaca (2700 a.C.) e Caral (2600 a.C.).

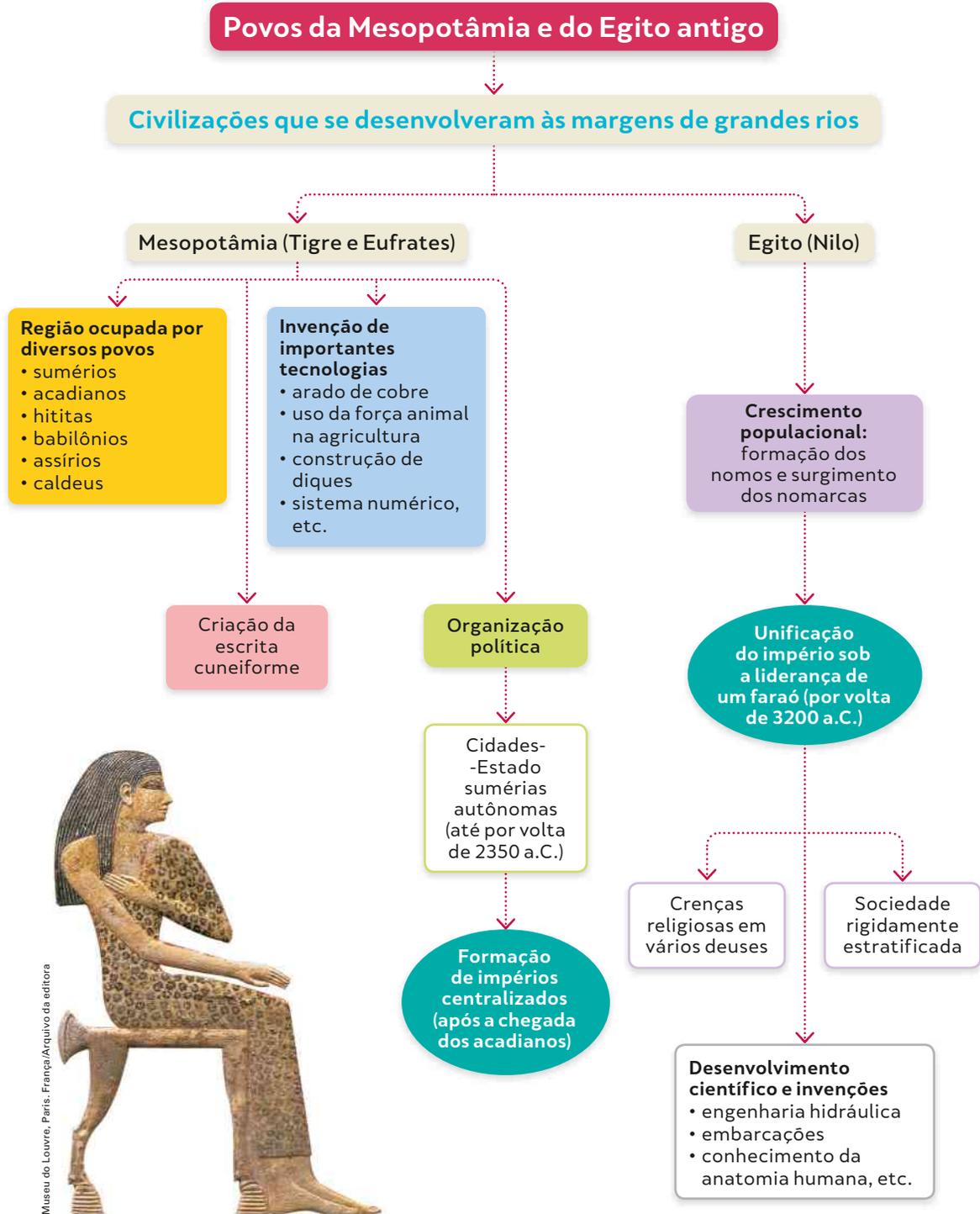
A população de Norte Chico contava com um sistema de irrigação usado para o cultivo de frutas e legumes. Entre outros produtos cultivados estava o algodão, usado na fabricação de tecidos e de redes empregadas nas atividades pesqueiras. Os moradores de Norte Chico também fizeram grandes construções, como prédios de até 26 metros de altura, praças circulares e pirâmides. A partir de 1800 a.C. essa civilização entrou em decadência.

SUA OPINIÃO

- Algumas sociedades organizaram-se em torno da vida urbana e outras, não. Em sua opinião, quais as principais vantagens e desvantagens das sociedades urbanizadas?



ESQUEMA-RESUMO



O desenvolvimento das civilizações na Mesopotâmia e no Egito, durante a Antiguidade, foi acompanhado pelo **processo de centralização política** e formação de impérios unificados que, nessas regiões, teve características próprias. Analise o esquema-resumo e, considerando também seus conhecimentos, explique como ocorreu esse processo.



ATIVIDADES

ORGANIZANDO AS IDEIAS



- 1 Tendo em vista o que você já estudou sobre a formação dos primeiros núcleos humanos no Egito antigo, explique a relação entre: o trabalho organizado, o excedente da produção agrícola e a formação de povoados e vilas.
- 2 O desenvolvimento das atividades agrícolas e a organização do trabalho no Egito deram origem aos nomos e aos nomarcas. Sobre isso, responda ao que se pede.
 - a) O que eram os nomos e os nomarcas?
 - b) Qual a relação entre o surgimento dos nomos e dos nomarcas e a formação de um único império egípcio, sob a liderança do faraó?
- 3 Com base na ilustração da pirâmide social da página 62, descreva como estava organizada a sociedade egípcia antiga.
- 4 Por que podemos afirmar que a estrutura social e a base alimentar da sociedade egípcia dependiam do rio Nilo?
- 5 No Egito antigo, o faraó era um líder praticamente incontestável. Admirado e respeitado por todos, ele deveria ser obedecido sem questionamentos. Quais eram as fontes de poder do faraó?
- 6 Faça um resumo das mais importantes descobertas egípcias no campo intelectual e da produção artesanal.
- 7 Com base nas informações dos mapas das páginas 57 e 61, responda ao que se pede.
 - a) Onde se localizavam a Mesopotâmia e o Egito na Antiguidade?
 - b) Atualmente, quais países se localizam nessas áreas?
 - c) A Mesopotâmia e o Egito apresentam um ponto em comum em termos geográficos. Explique que ponto é esse e por que essas regiões permitiram a ocupação humana há milhares de anos.
 - d) Observando o mapa do Egito, é possível perceber que a associação entre Baixo/Sul e Alto/Norte não é uma característica natural, e sim uma **convenção** dos estudiosos. Por que, no caso do mapa do Egito, o “baixo” fica na parte norte do território e o “alto” fica na parte sul?

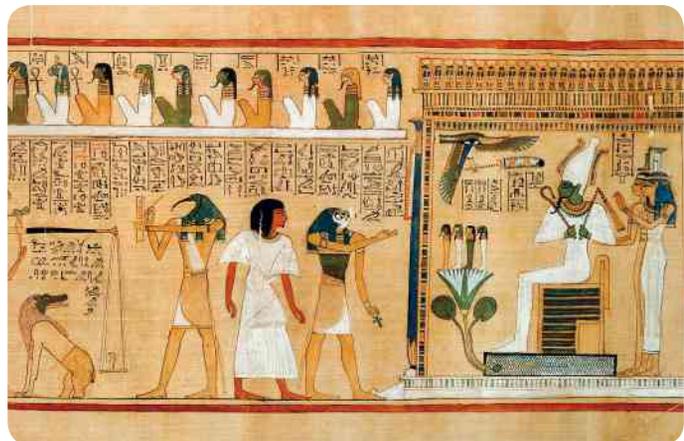
DIALOGANDO COM...

GEOGRAFIA

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM

- 1 A imagem ao lado é um trecho do *Livro dos mortos*, produzido durante a décima nona dinastia de imperadores do Egito, e é uma representação de uma das crenças religiosas dos egípcios, que trata da possibilidade de vida após a morte. Observe atentamente a imagem e responda ao que se pede.

Trecho do *Livro dos mortos* (1069 a.C.-945 a.C.), um conjunto de ensinamentos que buscava ajudar o morto em sua viagem rumo à ressurreição.



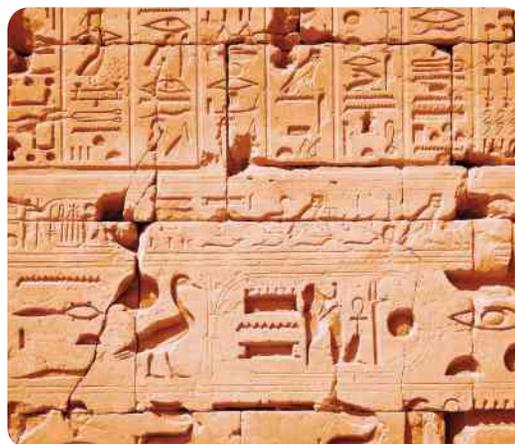
Album Art/Latinstock

- a) A imagem representa uma narrativa dividida em três momentos distintos. O primeiro é representado na parte superior; o segundo na parte inferior, na extremidade esquerda; e o terceiro na parte central e na extremidade direita. Descreva os três momentos e elabore uma hipótese sobre o que está sendo narrado em cada momento.
- b) Os egípcios acreditavam na possibilidade de vida após a morte. Quais elementos nessa imagem evidenciam essa crença? Justifique sua resposta.

- 2 Observe as duas imagens a seguir. A primeira é um exemplo de documento produzido com a escrita cuneiforme dos povos que habitaram a região da Mesopotâmia. A segunda é um exemplo de documento elaborado com a escrita hieróglifa dos egípcios na Antiguidade. Com base na análise das imagens e em seus conhecimentos, responda ao que se pede.



Placa de barro suméria (3100 a.C.-2900 a.C.) com escrita cuneiforme.



Hieróglifos em uma parede de Karnak. Construído na época do faraó Ramsés II (cerca de 1391 a.C.-1351 a.C.), Karnak é um complexo que abriga vários templos.

- a) Os dois sistemas de escrita seguem uma lógica semelhante, utilizando símbolos para representar palavras. Descreva os documentos de modo a justificar essa afirmação.
- b) É possível comparar esses documentos com o sistema de escrita fonética que utilizamos atualmente? Justifique sua resposta.
- c) Em sua opinião, os sistemas de escrita (por exemplo, a cuneiforme, a hieroglífica ou a fonética) são os únicos meios criados pelos seres humanos para transmitir suas ideias e se comunicar com outros indivíduos? Justifique sua resposta.

TESTE SEU CONHECIMENTO

- 1 (Unesp)

A maior parte das regiões vizinhas [da antiga Mesopotâmia] caracteriza-se pela aridez e pela falta de água, o que desestimulou o povoamento e fez com que fosse ocupada por populações organizadas em pequenos grupos que circulavam pelo deserto. Já a Mesopotâmia apresenta uma grande diferença: embora marcada pela paisagem desértica, possui uma planície cortada por dois grandes rios e diversos afluentes e córregos.

REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. 2002.

A partir do texto, é correto afirmar que:

- a) os povos mesopotâmicos dependiam apenas da caça e do extrativismo vegetal para a obtenção de alimentos.
- b) a ocupação da planície mesopotâmica e das áreas vizinhas a ela, durante a Antiguidade, teve caráter sedentário e ininterrupto.
- c) a ocupação das áreas vizinhas da Mesopotâmia tinha características nômades e os povos mesopotâmicos praticavam a agricultura irrigada.



- d) a ocupação sedentária das regiões de-
sérticas representava uma ameaça mili-
tar aos habitantes da Mesopotâmia.
- e) os povos mesopotâmicos jamais pu-
deram se sedentarizar, devido às difi-
culdades de obtenção de alimentos na
região.

2 (Fuvest-SP) Examine essas imagens produ-
zidas no antigo Egito.

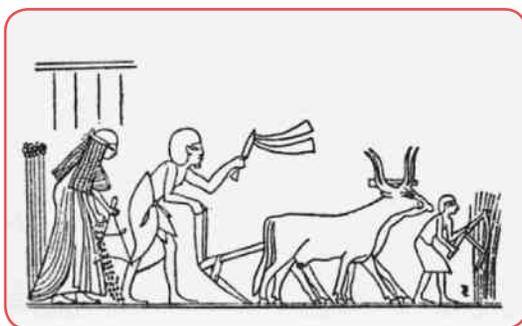


Fotos: Reprodução/FUVEST 2015

Reino Antigo (2575-2134 a.C.)



Reino Novo (1550-1070 a.C.)



Reino Novo (1550-1070 a.C.)

As imagens revelam:

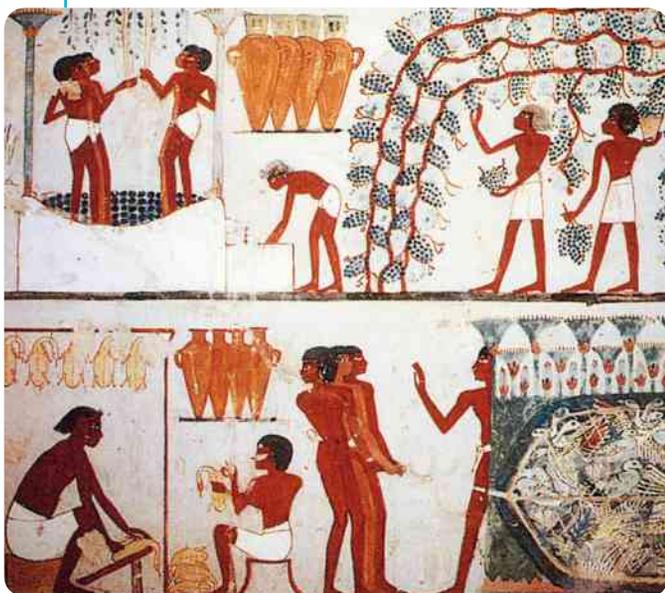
- a) o caráter familiar do cultivo agrícola no Oriente Próximo, dadas a escassez de mão de obra e a proibição, no antigo Egito, do trabalho compulsório.
- b) a inexistência de qualquer conhecimento tecnológico que permitisse o aprimoramento da produção de alimentos, o que provocava longas temporadas de fome.
- c) o prevalecimento da agricultura como única atividade econômica, dada a impossibilidade de caça ou pesca nas regiões ocupadas pelo antigo Egito.
- d) a dificuldade de acesso à água em todo o Egito, o que limitava as atividades de plantio e inviabilizava a criação de gado de maior porte.
- e) a importância das atividades agrícolas no antigo Egito, que ocupavam os trabalhadores durante aproximadamente metade do ano.
- 3** (UEL-PR) O ser humano, no decorrer de seu processo histórico, desenvolveu noções de justiça em detrimento da prática da vingança. O primeiro código de leis, denominado de Código de Hamurábi, pouco rompia com a valorização da vingança, mantendo o princípio da Lei de Talião expresso na máxima “Olho por olho, dente por dente”. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o povo que elaborou na Antiguidade o referido código e em que tipo de escrita ele foi impresso.
- a) Assírios – escrita árabe.
- b) Babilônios – escrita cuneiforme.
- c) Mesopotâmicos – escrita alfabética.
- d) Persas – escrita farsi.
- e) Sumérios – escrita hieroglífica.
- 4** A civilização suméria foi a primeira a se estabelecer na região conhecida como Mesopotâmia, localizada entre os rios Tigre e Eufrates. Leia as seguintes afirmativas sobre essa civilização e escolha a opção correta. Em seguida, reescreva em seu caderno as afirmativas falsas, corrigindo-as.
- I. Os sumérios conseguiram se estabelecer na região da Mesopotâmia após conquistar os acadianos, povo que vivia na região desde aproximadamente 4000 a.C.
- II. Os sumérios viviam em cidades-Estado autônomas e independentes, que tinham seus próprios governos.

III. Os sumérios foram responsáveis por importantes invenções da humanidade, entre outras: a escrita, o arado de cobre, o uso da força animal na agricultura e a construção de diques para melhor controlar as águas dos rios.

IV. A civilização suméria dominou a região da Mesopotâmia até por volta de 1950 a.C., quando os amoritas a derrotaram e criaram um novo império, com a capital na cidade de Babilônia.

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) As afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, II e IV estão corretas.

5 (UEA-AM) Os egípcios da Antiguidade acreditavam que a vida continuava no além-túmulo e que, para isso, era preciso que o ambiente social, em que os donos dos túmulos viveram, fosse representado nas suas paredes. Essas pinturas da tumba de Nakht, escriba do império, representam:



Tumba de Nakht, 1400 a.C.

- a) as intervenções e modificações realizadas pelos antigos egípcios no mundo natural, por meio de técnicas e conhecimentos adquiridos.

b) as secas periódicas, que afligiam os antigos egípcios e resultavam do baixo índice pluviométrico nas cabeceiras do rio Nilo.

c) os conflitos sociais presentes na antiga sociedade egípcia, que opunham a nobreza aos altos funcionários públicos.

d) o poder teocrático dos faraós, considerados filhos do deus Sol, e, devido a isso, justos e infalíveis.

e) a falta de habilidade dos antigos pintores egípcios, incapazes de retratar a vida cotidiana da população.

6 Os egípcios desenvolveram várias crenças religiosas, que afetaram profundamente a organização da sociedade e contribuíram para o desenvolvimento de diversos saberes e conhecimentos. Leia as seguintes afirmações sobre esse tema e escolha a opção correta.

I. Os egípcios acreditavam em diversos deuses, sendo que o mais importante deles era Amon. Ele era considerado o rei dos deuses e o criador de todas as coisas, por isso era identificado com o Sol.

II. Os egípcios antigos acreditavam que a morte era apenas um processo de transformação para outro tipo de existência. Segundo essas crenças, após a morte teria início uma nova vida, mais importante que a anterior.

III. Os egípcios acreditavam na separação entre o corpo e a alma. Esta era eterna e continuaria existindo mesmo após a destruição do corpo físico do indivíduo.

IV. Muitos dos conhecimentos sobre anatomia e medicina dos egípcios estavam relacionados com as crenças religiosas e com o desenvolvimento das técnicas de mumificação.

- a) As afirmativas I e IV estão corretas.
- b) As afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) As afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, II e IV estão corretas.

HORA DE REFLETIR

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

O Código de Hamurábi, criado durante o governo do rei amorita Hamurábi, entre 1792 a.C. e 1750 a.C., reuniu as leis e práticas sociais dos povos que viviam na região da Mesopotâmia num documento que poderia ser de conhecimento de todos. Esse código foi importante por criar uma ordem legal que não poderia ser alterada de acordo com o interesse de quem aplicava a lei, mas que tinha validade para todos. Esse princípio se tornou o modelo de lei ao longo da História, já que os mais diversos povos adotaram o princípio de registrar por escrito suas regras, de modo que pudessem ser aplicadas a todos os membros da sociedade, criando uma série de direitos e deveres. E, como estão registradas por escrito, é possível verificar quando os direitos ou deveres não estão sendo respeitados, identificando situações de injustiça que precisam ser reparadas.

Isso vale para as leis existentes no Brasil, já que qualquer cidadão pode conhecê-las e lutar para que sejam aplicadas igualmente a todos. Porém, isso nem sempre ocorre. Um exemplo disso é o desrespeito aos direitos à cidade e ao uso dos espaços públicos, ocorrido

com frequência nas cidades brasileiras. Sob orientação do professor, pesquise situações em que esses direitos não foram respeitados de forma igualitária em nossa sociedade. Registrem o resultado da pesquisa valendo-se de fotos, desenhos, documentos e textos. Em seguida, montem um painel com as situações pesquisadas e apresentem-no à classe.



Fernando Nascimento/Fotografia

Para evitar os chamados "rolezinhos" (encontros de jovens em shoppings marcados pela internet), um shopping de São Paulo começou a proibir a entrada de adolescentes menores de idade desacompanhados de um responsável maior de 18 anos. Especialistas criticaram a medida afirmando que a atitude é discriminatória, fere o direito constitucional de ir e vir e abre espaço para o preconceito racial e social. Na foto, segurança em shopping paulistano, em 2014.



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Museu do Louvre. Páginas com fotos dos objetos da Mesopotâmia e do antigo Egito existentes no acervo do museu localizado em Paris, França (*site em inglês*). Disponíveis em: <www.louvre.fr/en/departments/near-eastern-antiquities> e <www.louvre.fr/en/departments/egyptian-antiquities>. Acesso em: 16 out. 2015.

Museu Calouste Gulbenkian. Página do site do museu português, sediado em Lisboa, sobre o antigo Egito. Disponível em: <www.gulbenkian.pt/museu/pt/Colecao/Antiguidade/ArteEgipcia>. Acesso em: 16 out. 2015.

PARA ASSISTIR

Ramsés, o maior faraó do Egito. Direção: Tom Pollock. Discovery Channel, 2004, 100 min. Documentário conduzido por Kent Weeks, especialista em história do Egito antigo, examina em detalhes uma das maiores tumbas do vale dos Reis, no Egito, que teria sido o sepulcro de Ramsés, o Grande. Esse faraó egípcio reinou entre 1270 a.C. e 1210 a.C. e deixou como legado muitos monumentos, construídos em homenagem às suas vitórias.

Oriente antigo: China, Índia e Japão

Ao longo da História, várias convenções foram utilizadas para dividir e nomear o planeta, os povos e as civilizações. Uma dessas convenções é a que criou os termos Ocidente e Oriente. Em geral, por esse princípio, tudo o que se encontra a leste do mar Mediterrâneo é pensado como mundo oriental. Já a parte que vai da Europa à América é conhecida como mundo ocidental.

Muitos pensadores discordam dessa **categorização**. Afirmam que, por ter sido criada pelos europeus, essa divisão é um elemento cultural que visa consolidar estereótipos e preconceitos contra os chamados povos orientais, quase sempre apresentados como um “todo homogêneo, misterioso, romantizado, exótico, inferior e incapaz”, como afirma o pensador palestino Edward Said.

Além de possuírem inúmeros idiomas diferentes, os povos orientais/asiáticos criaram diversas religiões (cristianismo, islamismo, budismo, etc.) e invenções notáveis (papel, bússola, seda, etc.).

Neste capítulo, vamos conhecer aspectos de algumas culturas do Oriente, particularmente da Índia, China e Japão.

DIALOGANDO
COM... GEOGRAFIA

junrong/Shutterstock



Operária chinesa trabalha com fusos elétricos em fábrica têxtil na cidade de Luannan, China. Foto de 2013.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Compreender o processo de urbanização no Extremo Oriente e refletir sobre a diversidade dessa região do planeta.
- Reconhecer o legado chinês, tanto cultural quanto científico, para a história da humanidade.
- Apresentar o processo de formação da Índia antiga.
- Explicar a organização e o funcionamento da sociedade de castas na Índia.
- Conhecer a formação do Japão antigo.
- Identificar a importância dos chefes guerreiros (samurais) para a manutenção do poder político do imperador.

1 Formação da China

As primeiras dinastias chinesas

Segundo pesquisadores, os primeiros grupos humanos a se fixarem em áreas que hoje fazem parte do território da China teriam chegado à região há cerca de 30 mil anos. Por volta de 7000 a.C., surgiram os primeiros povoados à margem dos rios, especialmente no vale do rio Amarelo, no norte da China, onde a agricultura mais se desenvolveu.

Aos poucos, esses povoados se transformaram em pequenos Estados governados por chefes cujo poder era transmitido por meio de laços familiares. Por volta de 2200 a.C., um dos chefes, Yü, o Grande, unificou os pequenos Estados, dando início à dinastia Xia, a primeira da história da China.

Os governantes Xia construíram muralhas ao redor das cidades e organizaram um exército equipado com armas de bronze. Dominando uma área de aproximadamente 1,6 mil quilômetros quadrados, os Xia reinaram até o século XVIII a.C., quando foram derrubados pelos Shang, que fundaram uma nova dinastia.

Os Shang governaram por cerca de 700 anos, até o final do século XI a.C. Nesse período, o território chinês passou a ter 100 mil quilômetros quadrados de área. Durante a dinastia Shang, surgiu uma escrita primitiva – conhecida como *Yinxu* – que originou a atual escrita chinesa, feita com ideogramas.

Os chineses da Era Shang desenvolveram um calendário com 365 dias, passaram a utilizar conchas como dinheiro, criaram instrumentos musicais (tambores e sinos) e inventaram a técnica de fabricar tecidos utilizando-se de casulos do bicho-da-seda. Eles acreditavam em vários deuses, consultavam oráculos e faziam sacrifícios humanos e de animais em nome dessas divindades.

Em 1122 a.C., teve início a dinastia Zhou e um período de duzentos anos de tranquilidade. A partir do século IX a.C., os grandes proprietários de terra e os pequenos Estados sob seu controle tornam-se mais poderosos, enfraquecendo gradativamente o poder real. Entre 475 a.C. e 221 a.C., os reinos de Chu, Yan, Qi, Zhao, Han, Wei e Qin travaram violentas lutas pela hegemonia da China. Esse período de batalhas ficou conhecido como **Período dos Reinos Combatentes**.

Em 221 a.C., o reino de Qin conseguiu anexar os territórios dos reinos adversários e **unificou a China em um único Estado**. Seu rei, Ying Zheng, pertencente à dinastia Qin, proclamou-se imperador. Era o começo da fase imperial da história chinesa.



Pintura sobre seda representando o imperador chinês Yü, da dinastia Xia, iniciada em 2205 a.C. A obra foi produzida milênios depois por Ma Lin (c. 1180-1256), um pintor da Corte chinesa na dinastia Song.

Confucionismo: ideias de paz em meio às guerras

O Período dos Reinos Combatentes – pelas alterações violentas provocadas no modo de organização política e social da China – provocou diversas reflexões a respeito do papel do Estado, das leis e dos governantes, e do modo de vida da sociedade. Desse processo nasceram teorias filosóficas ainda hoje muito presentes na China, como o taoísmo e o confucionismo.

O confucionismo é um sistema filosófico elaborado pelo pensador chinês Kung-Fu-Tzu (551 a.C.-479 a.C.), chamado entre os ocidentais de Confúcio, que se dedicou a pensar como o Estado, os governantes e os indivíduos poderiam viver em uma sociedade harmônica e mais feliz. Para ele, uma sociedade amparada na ordem e na justiça só seria possível por meio da capacidade de amar, ser bondoso, praticar o bem, ter respeito e interesse para com os outros. Os conceitos de Confúcio foram mesclados a diversas religiões e aspectos da vida chinesa ao longo dos séculos.

O primeiro império chinês: centralização

Durante seu governo, o imperador Qin Ying Zheng (221 a.C.-210 a.C.) transformou a China em um império fortemente centralizado. Padronizou o sistema de pesos e medidas e os tipos de escrita, criou um rígido conjunto de leis e construiu diversas estradas.

Para defender o território chinês de invasões, determinou que as muralhas que protegiam as cidades fossem interligadas. Mais de 1 milhão de trabalhadores foram mobilizados nessa tarefa, que resultou na construção dos 4,2 mil quilômetros da **Grande Muralha**, no norte da China.

Com a morte de Ying Zheng, o império entrou em crise. Em 206 a.C., um líder chamado Liu Bang venceu seus adversários e assumiu o governo. Era o início da dinastia Han, que terminaria apenas no século III d.C.



Bridgeman/Keystone

Vaso de bronze pertencente à dinastia Qin, produzido no século III.

A dinastia Han: desenvolvimento econômico e cultural

Grande parte das medidas adotadas pela dinastia Han (entre os séculos III a.C e III d.C.) levou a China a um notável desenvolvimento econômico e cultural. A produção agrícola, por exemplo, teve um grande avanço devido à introdução de arados puxados por bois, à utilização de instrumentos de ferro e à construção de canais de irrigação.



Granger/Glow Images

Durante séculos, apenas a China detinha os conhecimentos da produção da seda. Pintura chinesa atribuída ao imperador Hui Tsung, do século XII, representando mulheres fabricando seda.

O desenvolvimento agrícola e comercial permitiu que a China estabelecesse importantes laços comerciais com povos vizinhos e até mesmo com o Ocidente, por meio das **Rotas da Seda**, como ficaram conhecidos os diversos caminhos entre a China e a Europa (observe o mapa a seguir).

A Rota da Seda e as rotas marítimas árabes (entre os séculos VIII e XIV)



Adaptado de:
RODRIGUE, Jean-Paul.
*The Geography of
Transport Systems*. New
York: Routledge, 2013.
Disponível em: <[http://
people.hofstra.edu/
geotrans/eng/gallery/
Map_Silkroad.pdf](http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/gallery/Map_Silkroad.pdf)>.
Acesso em: 3 nov. 2015.

Apesar do nome – Rota da Seda –, por esses trajetos comercializaram-se muitos produtos: madeiras, joias, especiarias (cravo, canela e pimenta, principalmente), sal, gengibre, óleos, etc. Também havia trajetos que passavam pelo oceano Índico (golfo de Bengala, mar da Arábia e golfo Pérsico) e envolviam comércio com vários povos da Malásia e da Índia, por exemplo.

Na área da medicina, os chineses fizeram experiências de dissecação de cadáveres e cirurgias com anestésias. Difundiram-se ainda o uso de ervas e a prática da acupuntura para o tratamento de doenças. Os cientistas chineses desenvolveram também avançados conceitos matemáticos, como as quatro operações com frações e o cálculo com números positivos e negativos.

Sob essa dinastia também se consolidaram várias invenções dos chineses, como a técnica de fabricação de papel com cascas de árvores e outras fibras ricas em celulose (veja, na seção *Eu também posso participar*, as origens do papel e a importância de sua reciclagem nos dias de hoje), um instrumento que indicava a direção dos ventos, o sismógrafo (aparelho que mede tremores de terra), a bússola, a pólvora e os relógios de sol e de água.



Espelho astronômico (espécie de antigo telescópio) feito em bronze, no século I, durante a dinastia Han.



A invenção do papel

A técnica de produção de papel criada pelos chineses consistia em dispor materiais, como folhas, cascas de árvores e restos de tecidos de linho ou algodão, em uma tina de água. Esse material, rico em celulose, era prensado e então originava as folhas de papel.



Catadora que faz parte do coletivo Dulcineia Catadora. Na foto ela está fazendo um livro com capa de papelão. Foto de 2013.

As tecnologias desenvolvidas pela indústria papelreira hoje em dia permitem transformar praticamente todos os tipos de árvores em celulose. Além disso, o papel pode ser reciclado até dez vezes, dando origem a novas folhas. No Brasil, apenas 50% do papel descartado é reciclado.

Reduzir o desperdício e reciclar papel são atitudes que contribuem para melhorar as condições ambientais, pois cada tonelada de papel reciclado poupa a derrubada de sessenta eucaliptos, economiza 2,5 barris de petróleo e 300 mil litros de água.

Veja algumas ações importantes para diminuir o consumo de papel e aumentar a reciclagem.

- Utilizar os dois lados dos papéis para impressão e anotações.
- Imprimir e copiar somente o necessário.
- Reaproveitar sacolas, envelopes, embrulhos e embalagens de papel.
- Separar o papel usado e depois encaminhá-lo à reciclagem. São recicláveis: jornal, papelão, papel impresso, fotocópias, revistas, embalagens de papel, embalagem longa-vida, papéis brancos e mistos.

As dinastias Tang e Song

Após o fim da dinastia Han no século III d.C., a China viveu períodos de unificação e fragmentação do poder imperial, sofrendo ataques de povos como os tibetanos e os turcos. A partir de 618, uma rebelião colocou no poder a **dinastia Tang** e teve início um período que se estendeu até 907, conhecido como **Idade de Ouro**.

A economia expandiu-se, a agricultura prosperou de modo notável e a metalurgia desenvolveu-se com o incremento de oficinas de fundição de cobre, ferro e prata. O comércio com os povos vizinhos se dinamizou e surgiram diversas cidades.

Em 907, uma rebelião camponesa provocou a queda da dinastia Tang e a China voltou a ser dividida em vários reinos.

FILME

Veja o filme **A maldição da flor dourada**, de Zhang Yimou, 2006. História de poder e traição na família real da dinastia Tang (séc. X).



Espelho circular de bronze com aplicação em ouro e prata, produzido por escola chinesa da dinastia Tang (618-907).



Somente no ano 960, com a ascensão da dinastia Song, o território chinês foi novamente unificado. Durante o período Song, os chineses criaram o dinheiro de papel e aperfeiçoaram a impressão xilográfica: o artesão Bi Sheng inventou, entre 1041 e 1048, uma forma de impressão com tipos móveis de argila cozida, que permitiam a produção de livros com grande facilidade. A dinastia Song terminou em 1279, quando o território chinês foi conquistado pelos mongóis.

Representação do chinês Bi Sheng (909-1050), um vendedor de tecidos que inventou a imprensa de tipos móveis usando blocos de argila.

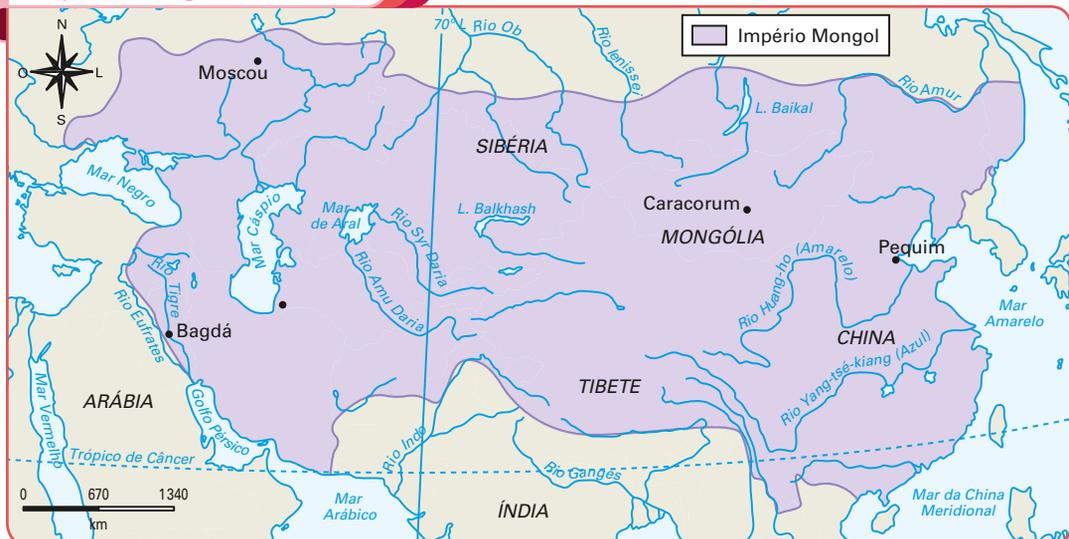
O domínio mongol

Clã: grupo de pessoas com um ancestral comum. Grupo não muito numeroso, fortemente unido por laços sanguíneos. Relativamente comum não só entre alguns povos europeus (Gália e Escócia, por exemplo), mas também entre orientais, como os mongóis e os japoneses.

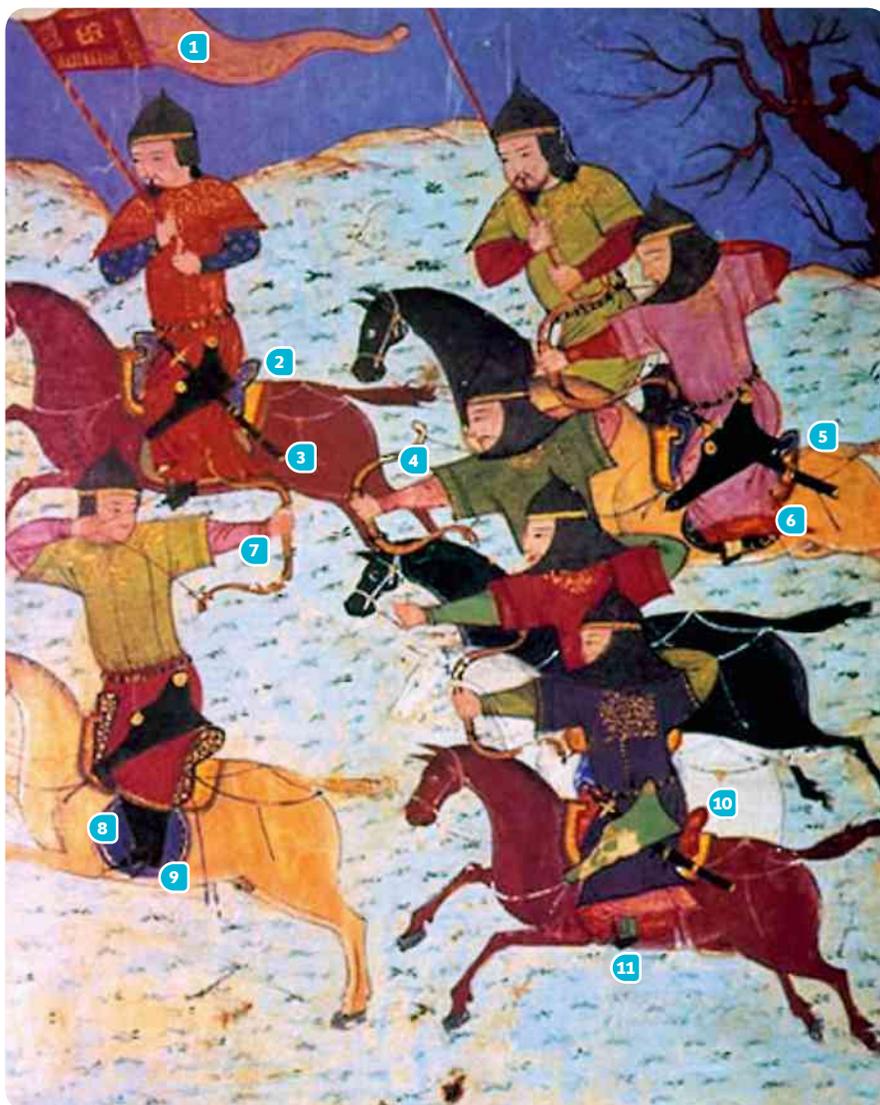
Os mongóis eram formados por diversas tribos de pastores nômades que viviam nas estepes asiáticas, em uma região delimitada ao norte pela Sibéria e ao sul pelo deserto de Gobi. Cada tribo reunia vários **clãs**, e o líder da tribo recebia o título de **khan**.

Em 1206, diversas tribos se unificaram e aclamaram o líder guerreiro Temudjin como chefe de todos os mongóis, com o título de **Gêngis Khan**. Com esse novo líder, iniciou-se a expansão territorial que levaria os mongóis a conquistar a China (veja na seção **Olho vivo** informações sobre os guerreiros mongóis), formando um império que se estenderia do mar Cáspio, limite do atual Oriente Médio, até Pequim (Beijing), no Extremo Oriente.

Império Mongol (século XIII)



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.



A cavalaria mongol

A habilidade militar e o uso de cavalos nas batalhas contribuíram para as conquistas mongólicas. Nos combates, os mongóis cavalgavam próximos uns dos outros, evitando abrir espaço para o avanço do inimigo. A imagem ao lado é uma ilustração do século XIV representando a cavalaria mongol em ação.

A cavalaria mongol em combate, gravura do século XIV que se encontra atualmente na Biblioteca Nacional da França.

Texto elaborado com base em: *História Viva*, n. 21, jul. 2005, p. 22-23; As hordas mongólicas. In: *Conquistas mongólicas*. Rio de Janeiro: Time-Life Livros/Abril Coleções, 1996; *THE ADVANTAGE of bow and horse*. Disponível em: <http://afe.easia.columbia.edu/mongols/conquests/khans_horses.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

- 1 A bandeira indica a forma de organizar o avanço da cavalaria.
- 2 O selim, feito de couro e madeira, garantia a firmeza do guerreiro ao cavalgar.
- 3 A espada era presa à cintura, no lado esquerdo do corpo.
- 4 As flechas com ponta de ferro alcançavam 320 metros de distância.
- 5 O cavalo era o bem mais valioso de um guerreiro mongol.
- 6 As roupas eram acolchoadas com uma camada interior, justa ao corpo, e outra exterior, que descia até os tornozelos.
- 7 Os arcos eram feitos de osso e tendão, numa armação de madeira.
- 8 O tecido acolchoado protegia o cavalo do atrito com o estribo.
- 9 As botas de couro eram forradas com tecido e placas de metal protegiam pés e tornozelos.
- 10 A bolsa de couro presa à cintura guardava o arco.
- 11 O estribo de metal tinha base resistente para os movimentos de ataque e defesa do cavaleiro.

Poluição na China

DIALOGANDO
COM...
GEOGRAFIA

Mesmo com o título de país com maior volume de reservas em moeda estrangeira e ouro do planeta, a China não tem sido capaz de reduzir o uso de combustíveis fósseis. Juntos, China e Estados Unidos são responsáveis por cerca de 45% do dióxido de carbono emitido em escala global. De olho nas pressões de órgãos internacionais, os chineses se comprometeram, em 2014, a atingir o ápice de suas emissões de CO₂ no máximo até 2030, quando então deverão começar a cair. Para isso, o país pretende criar investimentos para que 20% de sua energia tenha origem em fontes não poluentes.

Adaptado de: NINIO, Marcelo. EUA e China anunciam acordo para reduzir emissão de gases poluentes. *Folha de S.Paulo*, 12 nov. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ambiente/2014/11/1546843-eua-e-china-anunciam-acordo-para-reduzir-emissao-de-gases-poluentes.shtml>. Acesso em: 22 out. 2015.



Habitantes de Beijing (Pequim) – capital da China – usam máscaras para enfrentar a forte poluição da cidade. Foto de 2015.

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 O atual território chinês começou a ser ocupado há mais de 30 mil anos. Descreva, em linhas gerais, como se desenvolveram as primeiras aglomerações até o momento de centralização do Estado e o surgimento da dinastia Xia.
- 2 Os historiadores costumam denominar de Idade de Ouro os longos períodos de prosperidade e desenvolvimento de determinadas civilizações. No caso da China, a Idade de Ouro ocorreu entre os séculos VI e X, durante a dinastia Tang. O que justifica essa afirmação?
- 3 Nos itens anteriores, foram feitas diversas referências aos conhecimentos culturais e científicos da civilização chinesa. Escreva um texto recuperando as principais heranças deixadas pelos chineses para a história da humanidade.
- 4 No século XIII, o Império Mongol tornou-se o mais poderoso reino de toda a Ásia, dominando um extenso território, que ia do mar Negro ao mar da China. Como se formou esse império?

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO

ATIVIDADE

- Os chineses criaram várias teorias filosóficas ao longo de sua história. Uma delas foi o confucionismo, elaborado pelo pensador chinês Kung-Fu-Tzu (551 a.C.-479 a.C.), também conhecido como Confúcio. Suas ideias e conceitos se disseminaram pela sociedade chinesa e conquistaram inúmeros seguidores. O trecho a seguir é de um dos livros que registraram as principais ideias do confucionismo. Pesquisadores e estudiosos atribuem a autoria da obra, intitulada *A conduta da vida*, a K'ung Chi, neto de Confúcio. Leia atentamente os trechos selecionados e, em seguida, responda no caderno ao que se pede.

O homem moral adapta-se às circunstâncias de sua vida; não deseja nada que esteja fora de sua situação.

Ao se encontrar em uma situação de riqueza e honraria, ele se porta como alguém rico e honrado. Ao se encontrar em uma situação de pobreza e simplicidade, ele se porta como alguém em circunstâncias pobres e humildes. Ao se encontrar em países incivilizados, ele se porta como alguém que vive em países incivilizados. Ao se encontrar em circunstâncias de perigo e dificuldade, ele age de acordo com o que se exige de um homem em tais circunstâncias. Em suma, não há situação na vida em que o homem moral se encontre em que ele não seja senhor de si mesmo.

Quando em um alto posto, não tiraniza os subordinados. Quando em um cargo subordinado, não corteja favores dos superiores. Ele ajusta sua conduta pessoal e não busca nada dos outros; logo, não se queixa. Não se queixa de Deus e tampouco se lamenta dos homens.

Portanto, o homem moral vive o curso regular de sua vida, aguardando calmamente pelo desígnio de Deus, enquanto a pessoa vulgar opta por caminhos perigosos, esperando por golpes incertos da sorte.

WILHELM, Richard; QIAN, Sima; MING, Ku Hung. *Introdução a Confúcio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. p. 121-122.

a) Aqueles que defendiam e praticavam os princípios do confucionismo buscavam atingir um modo de vida, chamado “Homem moral”. De acordo com o texto, qual

era o comportamento esperado do homem moral diante das diversas situações da vida?

b) Para se atingir a vida do homem moral, o confucionismo também defendia que seus praticantes adotassem certos modelos de conduta diante dos outros. Como o homem moral deveria se comportar com os outros, segundo o texto?

c) As ideias do confucionismo se desenvolveram durante um período muito turbulento da história do território chinês, o Período dos Reinos Combatentes. Relacione a turbulência desse período com os ideais defendidos no trecho acima e justifique sua resposta.

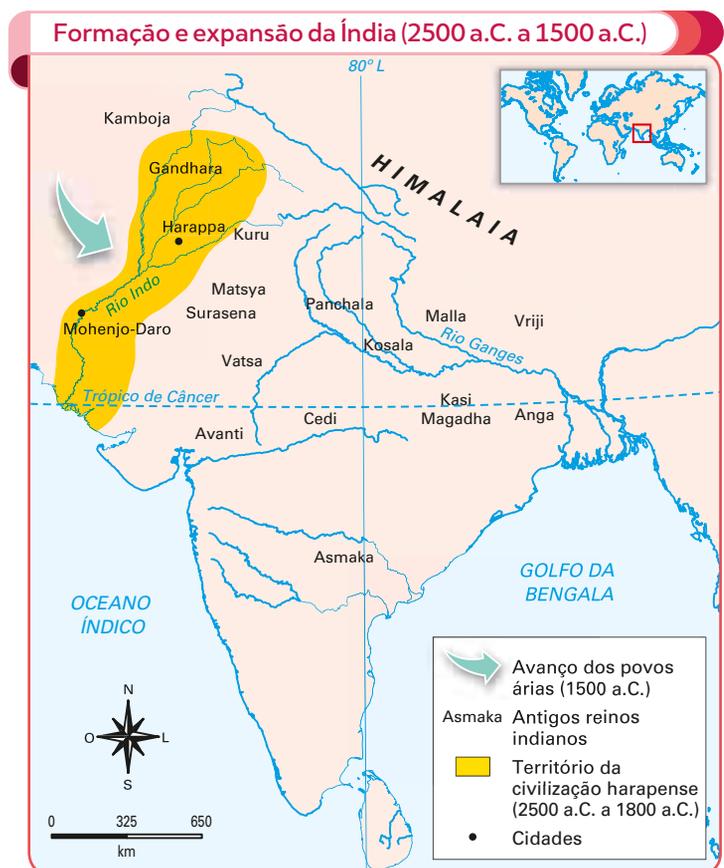
2 A Índia antiga

Por volta de 3000 a.C., os povos que habitavam o noroeste do subcontinente indiano começaram a erguer cidades ao longo do rio Indo (onde hoje se localiza o atual Paquistão; veja o mapa ao lado). Eram núcleos urbanos bem estruturados, com avenidas largas; seus habitantes eram os **dravidianos**, cujas casas de tijolos de barro cozido contavam com eficientes sistemas de água e esgoto.

Os dravidianos criaram a técnica de confeccionar roupas de algodão que comercializavam com outros povos. Além de parte dessa produção têxtil, eles vendiam também joias, pedras semipreciosas, utensílios domésticos, brinquedos, etc.

Os arianos e o hinduísmo

Por volta de 1800 a.C., os dravidianos começaram a abandonar as cidades em direção ao vale do rio Ganges e ao sul da Índia atual. As razões para esse deslocamento são desconhecidas. No entanto, alguns estudiosos apontam como causa a invasão do vale do Indo pelos **arianos** por volta de 2000 a.C. Nômades, provenientes da Ásia Central, os arianos subjugaram os dravidianos e dominaram a região. Alguns desses grupos (também conhecidos como **indo-europeus**), depois de se instalarem no vale do rio Indo, avançaram em direção ao vale do Ganges.



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Ariano: forma genérica pela qual são chamadas as pessoas de pele clara originárias de algumas das cerca de cinquenta tribos nômades que habitavam a região do Cáucaso (área que abrange parte dos territórios atuais da Rússia, Geórgia, Azerbaijão e Armênia).

FILME

Veja o filme **O Mahabharata**, de Peter Brook, 1989. Dois clãs rivais lutam pelo domínio do mundo.

Depois da invasão, os árias (como se autodenominavam essas tribos) passaram a viver como sedentários e incorporaram muitos elementos das línguas dravidianas a seu idioma, o sânscrito. As **crenças religiosas** também se misturaram, dando origem ao **hinduísmo**, conjunto de doutrinas e práticas religiosas que passou a reger quase todos os aspectos da vida cotidiana e da organização social dessa população. Muitas dessas crenças persistem até hoje na Índia.

Os fundamentos do hinduísmo estão registrados no *Rig Veda*, ou *Livro do conhecimento*, coletânea de 1028 hinos que acabaria por denominar todo o período em que a Índia antiga esteve sob o domínio dos árias: **época védica** (de 1500 a.C a 500 a.C.).

Sociedade de castas

Casta: grupo social fechado, que determina uma estratificação em várias camadas sociais rígidas, compostas de pessoas que exercem a mesma profissão, religião, hábitos ou origem étnica. Nesse sistema, não há mobilidade, ou seja, não se pode passar de uma casta para a outra.

Inicialmente, os árias organizavam-se em comunidades subordinadas a um chefe, o *rajá*, e a um sacerdote, o *purohita*. Os sacerdotes criaram complexos rituais religiosos que originaram uma corrente dentro do hinduísmo, o **bramanismo**, que lhes conferiu enorme poder junto à população e perante o próprio *rajá*.

Eles criaram diversos preceitos que passaram a ser adotados por grande parte da sociedade hindu, como a ideia de reencarnações sucessivas e a instauração de um rígido sistema de **castas**.

As castas consideradas mais importantes eram formadas pelos árias. Os sacerdotes encontravam-se no topo da hierarquia social, na casta dos **brâmanes**. A seguir, vinham sucessivamente os **xátrias** (nobres, guerreiros e administradores), os **vaixás** (comerciantes) e os **sudras** (artesãos e trabalhadores manuais não arianos). Os últimos no sistema de castas eram os **párias**, pessoas excluídas da sociedade, sem direito de estudar, ouvir os hinos védicos nem viver nas cidades.

Entre os séculos VII a.C. e VI a.C., já no final da época védica, governantes, comerciantes e a população pobre passaram a questionar os privilégios dos sacerdotes. Como resultado desse movimento, surgiram duas correntes reformistas no hinduísmo: o **budismo** e o **jainismo**.



Afresco representando o deus hindu Brahma, criador do Universo, em mural na cidade de Nawagarh, Índia. Foto de 2015.



Tanto o budismo como o jainismo afirmavam que cabia ao ser humano realizar seu próprio destino, sem necessidade da adoração de deuses. Também condenavam o sistema de castas e as regalias dos brâmanes. Com sua doutrina, o budismo conquistou um grande número de seguidores, contribuindo para o enfraquecimento dos sacerdotes védicos.

Foi também nessa época que a junção de tribos árias resultou na formação de pequenos reinos. Os dezesseis estados mais poderosos lutaram pelo controle da região. O reino de Magadha saiu vencedor e, por séculos, dominou o vale do Ganges e as rotas de comércio ao longo do rio.



Parivartan Sharma/Reuters/Latinstock

Um trabalhador limpa um esgoto subterrâneo na cidade de Noida, na Índia, em 2010. Pessoas como ele pertencem à casta dos *dalits*, que atuam em áreas de limpeza, como aterros, coleta de lixo, varrição de ruas, etc.

3 O Japão dos samurais

O Japão é um arquipélago formado por quatro ilhas principais e cerca de quatro mil ilhotas. A região foi ocupada, há cerca de 30 mil anos, por povos caçadores e coletores originários das atuais regiões da Sibéria, na Rússia, e Coreia. Nesse território formaram-se diversos reinos independentes até que, por volta de 660 a.C., eles foram unificados por um líder chamado Jimu, que recebeu o título de imperador.

O primeiro grande período de desenvolvimento se deu entre 300 a.C. e 300 d.C., na **Era Yayoi**, quando os japoneses, influenciados pelos chineses, aprenderam a cultivar e irrigar o arroz, a fabricar objetos de bronze e de ferro, a tecer e a utilizar a **escrita ideográfica**.

A proteção do imperador e de seus cortesãos era garantida pelos samurais, guerreiros que lideravam poderosos clãs provinciais. Os samurais tinham um rigoroso código de ética pautado pela coragem, honra e lealdade e contavam com diversos privilégios, entre os quais o de receber grandes extensões de terra como presente do imperador.

Durante a dinastia Heian (794-1185), o poder imperial enfraqueceu-se gradativamente. Em 1185, o imperador concedeu a um dos chefes **guerreiros**, o samurai Minamoto Yoritomo, o título de xogum, que significa “grande general, supremo conquistador dos bárbaros”. A partir de então, o verdadeiro governante passou a ser o xogum, escolhido sempre entre os chefes guerreiros, tornando-se o imperador uma figura praticamente decorativa. O xogunato vigorou no Japão até 1867.

FILME

Veja o filme **Ran**, de Akira Kurosawa, 1985. Chefe de um poderoso clã divide a herança entre os filhos, perde seu poder e cai na insanidade.



O sino japonês de bronze, chamado **dotaku**, era usado em rituais por boas colheitas na Era Yayoi, entre 300 a.C. e 300 d.C.



Pintura sobre papel representando o ataque noturno ao Palácio de Sanjo, ocorrido em 1159, do Livro *Ilustrado dos Eventos da Era Heiji*, período Kamakura, da segunda metade do século XIII.

Ilustração atribuída a Fujiwara Takayoshi presente na obra *O conto de Genji*, um clássico da literatura japonesa escrito no século XI.

A autora, Murasaki Shikibu, pertencia à aristocracia japonesa do período Heian e buscou na literatura uma forma de expressão. Hoje sua obra faz parte do acervo do Museu Gotoh, em Tóquio, Japão, e é considerada um importante legado literário da história japonesa.



Bridgeman/Keystone



ENQUANTO ISSO...

Os chavín e a agricultura

Enquanto os dravidianos se estabeleciam às margens dos rios Indo e Ganges na atual Índia, os chavín começavam a abandonar seus hábitos nômades e se instalavam na região onde hoje é o Peru. Um dos primeiros povos a praticar a agricultura sedentária na América do Sul, os chavín desenvolveram uma produção artística muito variada. Algumas de suas esculturas representam guerreiros com suas vítimas decapitadas, cenas de sacrifícios ou animais ferozes. Seus artesãos também trabalhavam com couro e tecidos e fabricavam joias e objetos de cobre, ouro e prata.

Seu centro religioso era Chavín de Huántar, com uma grande praça e um templo, atualmente um sítio arqueológico classificado como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que ocupa 15 hectares ao norte de Lima, capital do Peru. Entre 700 a.C. e o início da Era Cristã, os chavín controlaram a costa central do atual Peru e as montanhas adjacentes, dominando os diversos povos que ali viviam. Apesar de seu colapso, deixaram muitas marcas nas civilizações andinas que surgiram depois.

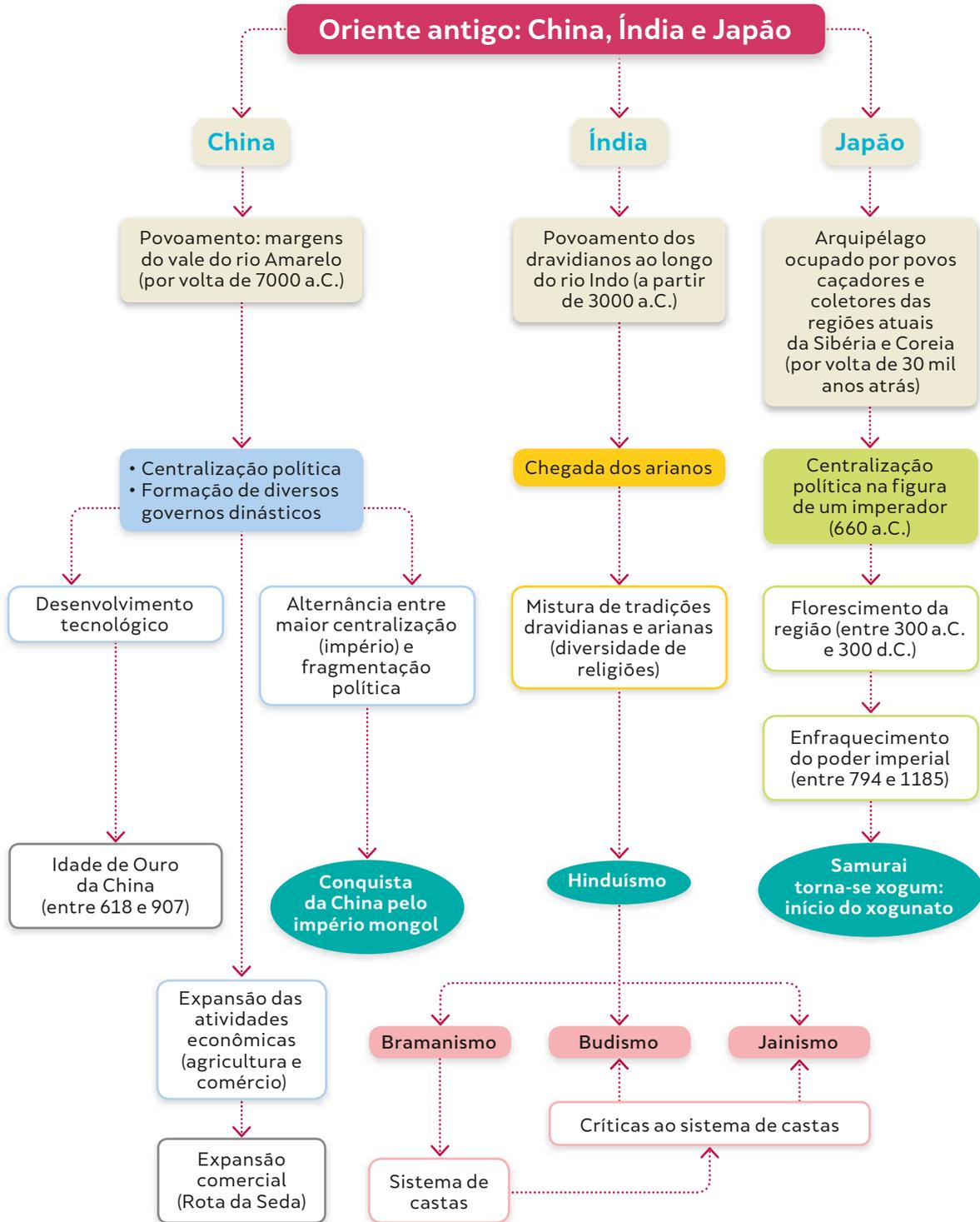
Pátio das ruínas históricas de Chavín de Huántar, no Peru, em foto de 2014.



Jesse Kraft/Alamy/Latinstock



ESQUEMA-RESUMO



As sociedades que se desenvolveram na região do Oriente, durante a Antiguidade, foram marcadas por grande **diversidade de características**, mas também por **elementos em comum**. Observe atentamente o esquema do capítulo e compare o desenvolvimento da China, Índia e Japão, apresentando os pontos em comum e as diferenças entre eles.



ATIVIDADES

ORGANIZANDO AS IDEIAS



- 1 O território chinês foi governado por diversas dinastias durante a Antiguidade, como a dinastia Xia, a Shang e a de Ying Zheng, entre outras. Explique como essas dinastias alcançaram o poder e como a dinastia de Ying Zheng conseguiu transformar o governo do território chinês em um governo imperial.
- 2 Na origem da sociedade indiana, os primeiros centros urbanos surgiram em torno do rio Indo, onde atualmente se localiza o Paquistão. Descreva como eram essas cidades e seu povo, os dravidianos.
- 3 Os arianos dominaram a região do rio Indo, o que teria provocado a migração dos dravidianos para o vale do rio Ganges e para o sul da Índia atual. Quais eram as características fundamentais dos povos arianos?
- 4 A Índia é habitada atualmente por diversos povos que professam religiões distintas. Uma das mais antigas é o hinduísmo. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) Explique o que é o hinduísmo e como ele se originou.
 - b) O bramanismo é uma corrente religiosa que se formou no interior do hinduísmo há milhares de anos. Explique a importância dos sacerdotes brâmanes na sociedade védica e como se organizava a divisão da sociedade em castas.
- 5 Os fundamentos do bramanismo foram questionados entre diversos setores sociais durante os séculos VIII a.C. e VII a.C. Desses movimentos de contestação surgiram duas correntes religiosas distintas: o budismo e o jainismo. Qual era o aspecto fundamental que diferenciava essas novas religiões do bramanismo?
- 6 Explique quem eram os samurais e como se deu a transferência de poder do imperador para eles durante o século XII, no Japão.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 Os trechos a seguir fazem parte da obra *Cakkavatti-Sihanada Sutta*, um dos textos importantes da tradição religiosa budista e que trazem o ensinamento de Buda. Produzido entre o século V a.C. e o início da Era Cristã, esse texto permite a identificação de algumas características das ideias budistas. Trata-se de uma narrativa de Buda sobre um reino mitológico perfeito, mas que entrou em declínio. O termo *cakkavatti*, que aparece diversas vezes no texto, era utilizado para denominar o monarca ideal de acordo com os princípios budistas. Leia atentamente o texto e responda ao que se pede.

26.9. [...] Então os ministros, conselheiros [...] foram ao rei e lhe disseram: Senhor, enquanto você governar o povo de acordo com as suas próprias ideias e diferentemente do modo como foi governado anteriormente pelos *cakkavatti* antecessores, o povo não prosperará. Senhor, há ministros em seu reino, incluindo nós mesmos, que preservaram o conhecimento de como um *cakkavatti* deve governar. Questione-nos, majestade, e nós lhe diremos!

26.10. Então o rei ordenou que todos os ministros se reunissem e ele os consultou. E eles lhe explicaram as obrigações de um *cakkavatti*. E, tendo ouvido, estabeleceu guarda e proteção, mas não deu propriedades aos necessitados [...]

26.14. Então, por não se dar propriedade aos necessitados, a pobreza cresceu; do aumento da pobreza, o roubo cresceu; do aumento do roubo, o uso de armas aumentou; do aumento do uso de armas, os assassinatos aumentaram; e do aumento dos assassinatos o tempo de vida das pessoas diminuiu, sua beleza diminuiu, e, como resultado da diminuição do tempo de vida e da beleza, os filhos daqueles que viveram por oitenta mil anos, viveram por apenas quarenta mil.

GOMEDIANO, Lucas Torrisi. Análise semiótica do dharma. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 6, n. 2, nov. 2010, p. 119. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse/article/view/49277/53359>. Acesso em: 21 out. 2015.

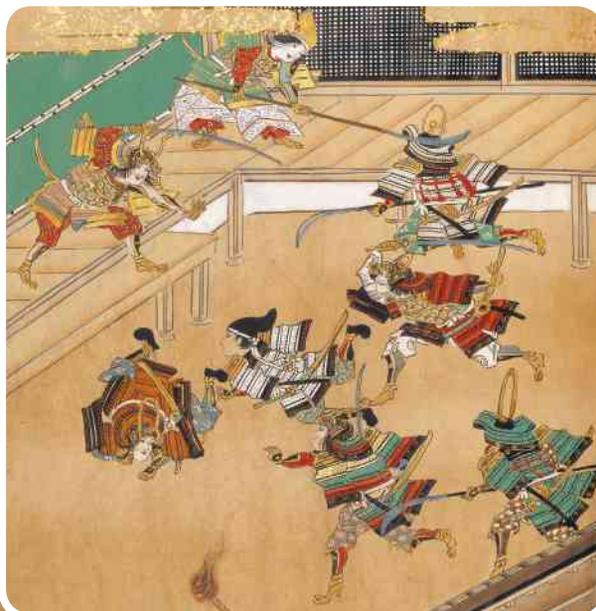




- a) De acordo com o texto, para que um rei realizasse um bom governo, ele poderia tomar suas decisões sozinho? Justifique sua resposta.
- b) O texto destaca o processo de decadência dessa sociedade perfeita, o que provocou a diminuição do tempo de vida das pessoas, entre outras consequências negativas. Por que ocorreu esse processo de decadência?
- c) O budismo foi uma corrente reformista e crítica dos ideais do hinduísmo. É possível indicar, nos trechos selecionados, elementos que demonstrem críticas dos budistas aos princípios do hinduísmo? Justifique sua resposta.

2 Observe as duas imagens a seguir. São representações dos samurais elaboradas entre 1640 e 1680. Os samurais desempenharam um papel muito importante na história do Japão e nas disputas políticas que culminaram no fortalecimento da figura do xogum. A partir da análise das imagens, responda no caderno ao que se pede.

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO



Manuscritos japoneses do século XVII contendo ilustrações de samurais.

- a) Descreva e compare as duas imagens. Elas representam samurais desempenhando ações semelhantes?
- b) Uma das características dos samurais era o respeito a um rígido código de conduta, com base em valores como a coragem, a honra e a lealdade. As imagens expressam esses valores no modo como representam as ações dos samurais? Justifique sua resposta.

TESTE SEU CONHECIMENTO



- 1 (Ufal) Considere o desenho.



Reprodução/UFAL, 2006/2007

In: TAO, Wang. *Explorando a China*. São Paulo: Ática, 1996. p. 25.

O desenho mostra dois soldados chineses usando flechas incendiárias. No século X, os chineses descobriram que, aplicando pólvora às flechas, podiam criar uma nova arma explosiva visando destruir seus inimigos. No entanto, mesmo com essas armas, os chineses não conseguiram impedir, três séculos depois, que os:

- hunos dominassem completamente seu território e lhes impusessem o confucianismo.
 - européus invadissem as regiões produtoras de seda e monopolizassem o comércio desse produto.
 - japoneses invadissem as regiões agrícolas do vale do rio Amarelo, visando à exploração do arroz.
 - persas e os tártaros exercessem o domínio sobre seu território e controlassem as rotas da seda.
 - mongóis impusessem a dominação sobre seu território, aproveitando os conflitos internos entre chineses.
- 2 (UTFPR) Leia o texto e assinale a alternativa correta.

A história de nossa civilização ocidental tem origem no Oriente, por volta de 3 mil anos a.C. Certos povos já haviam descoberto a escrita e tinham chegado a um sistema complexo de vida. Desenvolviam diversas atividades organizadas de trabalho, no campo e nas cidades.

Tinham uma forma definida de governos e leis [...] tinham, enfim, uma cultura. É o que chamamos civilizações.

HOLLANDA, S. B. de. *História da civilização*. São Paulo, 1975. p. 11.

- As primeiras civilizações surgiram às margens dos grandes rios, como o Nilo, o Tigre, o Eufrates e o rio Amarelo, entre outros.
 - A escrita foi inventada na China.
 - Na Índia surgiu o sistema de escravidão.
 - A antiga Pérsia corresponde hoje ao território de Israel.
 - A religião monoteísta é uma criação do antigo Egito.
- 3 Durante as dinastias Han, Tang e Song, a China passou por grandes transformações políticas e culturais, inclusive com o desenvolvimento de tecnologias e invenções. Leia as seguintes afirmações sobre esse tema e escolha a opção correta. Em seguida, justifique o erro das afirmativas falsas no caderno.
- Foi durante a dinastia Han que os chineses aperfeiçoaram suas técnicas de impressão xilográfica com a invenção dos tipos móveis de argila de Bi Sheng. Isso permitia a impressão de livros com rapidez e facilidade.
 - A introdução dos arados puxados por bois foi um dos fatores que possibilitaram a grande expansão da produção agrícola durante a dinastia Han. Isso ajudou no desenvolvimento econômico do período.
 - Os chineses inventaram a técnica de fabricação de papel com cascas de árvores e outras fibras, o sismógrafo, a bússola e a pólvora durante a dinastia Han.
 - A dinastia Tang governou a China durante um período de grande turbulência política. Por isso, não conseguiu manter unificado o território e viu a formação de inúmeros reinos independentes e autônomos. Isso só mudou em 907, quando o poder imperial da dinastia foi restabelecido, garantindo a reunificação do território.

- a) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) As afirmativas I e IV estão corretas.
- d) As afirmativas III e IV estão corretas
- e) Apenas a afirmativa IV está correta.

4 O território atual da Índia foi marcado pelo desenvolvimento de diversas crenças religiosas durante a Antiguidade, como o hinduísmo, o bramanismo, o budismo e o jainismo. Leia as seguintes afirmações sobre esse tema e escolha a opção correta. Em seguida, justifique o erro das afirmativas falsas no caderno.

- I. O hinduísmo surgiu a partir da mescla de crenças religiosas dos arianos e dos dravidianos e passou a regular os principais aspectos da vida da população na região da Índia.
- II. O fortalecimento dos sacerdotes hindus

deu origem ao bramanismo, uma corrente do próprio hinduísmo. Isso ajudou a fortalecer ainda mais o papel dos sacerdotes na sociedade do período.

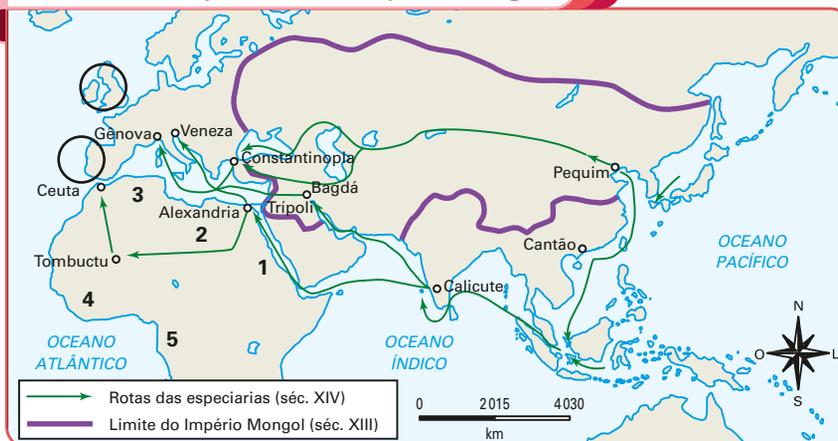
III. As crenças bramânicas ajudaram a legitimar um rígido sistema de castas na sociedade indiana, o que provocava a exclusão de uma parcela da população de qualquer direito ou participação social.

IV. O budismo e o jainismo eram correntes reformistas do hinduísmo que criticavam os privilégios dos sacerdotes e o rígido sistema de castas que marcava aquela sociedade.

- a) As afirmativas I, III e IV estão corretas.
- b) As afirmativas I e II estão corretas.
- c) As afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa IV está correta.

5 (PUC-Campinas) É correto afirmar que, para o Império Mongol assinalado no mapa, o comércio de especiarias:

As rotas das especiarias e o Império Mongol



Banco de imagens/Arquivo da editora

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

CAMPOS, Flávio de. *Oficina de história: história do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 17.

- a) alavancou a expansão do império, que se fortaleceu militar e economicamente, dominando por séculos a península Ibérica.
- b) impediu o avanço militar mongol, uma vez que as rotas eram dominadas por povos muçulmanos que resistiram e derrotaram o líder Gêngis Khan.
- c) contribuiu para a derrocada econômica do império, em função da pouca valorização

do preço desses produtos no mercado europeu.

d) obrigou a população mongol a abandonar o nomadismo, em virtude da necessidade da sedentarização para o cultivo das especiarias.

e) intensificou o comércio entre esse império e a Europa, principalmente após o domínio mongol da China e o controle de sua “rota da seda”.

HORA DE REFLETIR

- Os dravidianos construíram cidades bem organizadas e estruturadas, que contavam, inclusive, com eficiente sistema de água e esgoto. No Brasil, atualmente, muitas cidades apresentam problemas estruturais.

Um dos projetos para resolver alguns desses problemas propõe transformar os centros urbanos em “cidades educadoras”. Segundo essa proposta, os lugares públicos das cidades (praças, ruas, praias, etc.) ou outros espaços que carecem de um olhar mais cuidadoso ou mais coletivo – favelas e *shopping centers*, por exemplo – seriam transformados em locais educativos para a população.

- 1 Em grupos, e sob a orientação do professor, discutam de que maneira os espaços públicos podem ser transformados em espaços educativos. Como a comunidade pode participar no processo de melhoria da cidade? Vocês conhecem trabalhos semelhantes desenvolvidos em sua cidade?
- 2 Ao final da discussão em grupo, façam um resumo com três aspectos importantes debatidos e preparem uma exposição oral sobre eles para o restante da classe.



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Museu Nacional de Nova Délhi. Site do museu na Índia, contendo imagens de peças da Índia antiga (site em inglês). Disponível em: <www.nationalmuseumindia.gov.in>. Acesso em: 22 out. 2015.

Museu Nacional da China. Site do museu na China, com uma coleção sobre a China antiga. Site em vários idiomas, inclusive inglês e espanhol. Disponível em: <www.chnmuseum.cn>. Acesso em: 22 out. 2015.

Museu Nacional de Tóquio. Site do museu na cidade de Tóquio com peças do Japão, mas também de outros países da Ásia, incluindo China, Índia e Coreia (site em inglês e espanhol). Disponível em: <www.tnm.jp/?lang=en>. Acesso em: 22 out. 2015.

PARA ASSISTIR

O guerreiro Gêngis Khan. Direção: Serguei Bodrov. Rússia/Mongólia/Cazaquistão. Europa Filmes, 2007, 126 min. O filme épico conta a história do menino Temudjin, que se torna líder tribal após a morte de seu pai e posteriormente Gêngis Khan, o imperador mongol.

Em busca da vida. Direção: Jia Zhang-Ke. China/Hong Kong. California Filmes, 2006, 108 min. Dois casais tentam se reencontrar e se reconciliar antes que a cidade de Fengjie seja coberta pelas águas da represa de Três Gargantas.

Quem quer ser um milionário. Direção: Danny Boyle e Leveleen Tandan. Reino Unido. Europa Filmes, 2008, 120 min. O jovem Jamal está prestes a ganhar um prêmio milionário em um programa de TV, pois baseia suas respostas em situações reais pelas quais passou durante sua vida.

Um casamento à indiana. Direção: Mira Nair. Índia/EUA. Europa Filmes, 2001, 114 min. História do casamento arranjado entre uma moça indiana e um rapaz texano, que mostra algumas características da sociedade indiana.

Nascidos em bordéis. Direção: Zana Briski e Ross Kauffman. EUA. Focus Filmes, 2004, 85 min. Documentário em que as diretoras dão voz a meninos e meninas que nasceram e são criados dentro de bordéis na zona de prostituição de Calcutá, na Índia.

PARA LER

Buda, de Osamu Tezuka, Conrad, 14 volumes. Mangá sobre a história de Sidarta Gautama, príncipe dos *sakyas* que nasceu entre a Índia e o Nepal, e, após perambular durante anos, tornou-se o Buda (“desperto, iluminado”). Seus ensinamentos deram origem ao budismo.

Vagabond, de Takehiro Inoue, Conrad. HQ (em coleção) cuja história se passa durante a Era Meiji. Após uma grande batalha, Musashi se torna um dos muitos *ronins*, samurais sem mestres.

O Oriente Médio (ou Oriente Próximo) é o nome genérico dado a uma região localizada entre África, Ásia e Europa. É um termo amplo, podendo variar conforme a fonte ou assunto abordado. Mas, de modo geral, abrange áreas onde se encontram países como Israel, Jordânia, Irã, Iraque, Síria, entre outros.

O Oriente Médio é uma região pioneira em algumas das mais antigas experiências humanas, como a sedentarização, o domínio da agricultura e a formação das primeiras cidades.

Neste capítulo vamos conhecer a história de povos que viveram e exerceram grande influência nessa região: os persas, os fenícios e os hebreus. Os persas formaram um dos maiores impérios da humanidade. Os fenícios desenvolveram um sistema de escrita simples que se popularizou, sofreu algumas mudanças e se transformou no alfabeto que conhecemos hoje. Os hebreus, por sua vez, foram o primeiro povo a criar uma religião **monoteísta ética**, ou seja, que defende a existência de um único deus e é regida por preceitos morais rígidos, como a necessidade de ser justo e praticar o bem.

DIALOGANDO
COM... GEOGRAFIA

Bazar de Kashan, Irã, construído no século XIX. A estrutura arquitetônica visa promover a ventilação interna. Para a cultura persa, um bazar é uma espécie de mercado. Foto de 2015.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Explicar a origem e a organização político-administrativa dos fenícios.
- Conhecer a importância do comércio para o desenvolvimento da sociedade fenícia e para a criação do alfabeto.
- Apresentar as origens da Pérsia e o processo de constituição do Império Persa.
- Abordar a diversidade étnica e cultural do Império Persa.
- Explicar o papel do judaísmo no desenvolvimento do sentimento de identidade do povo hebreu.

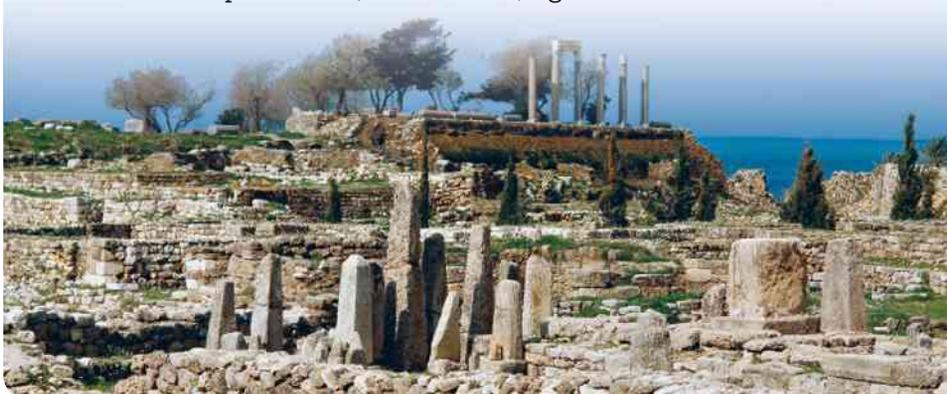


1 Os fenícios

Origens da Fenícia

Por volta de 3000 a.C., a região onde atualmente localiza-se o Líbano – um país do Oriente Médio situado entre a Síria, Israel e o mar Mediterrâneo – foi ocupada por um povo de origem **semita** que se autodenominava cananeus, uma vez que a região era conhecida pelo nome de **Canaã**.

Os cananeus construíram seus aldeamentos principalmente às margens do Mediterrâneo onde, devido à intensa atividade comercial, formaram-se diversas cidades portuárias, como Biblos, Ugarit e Tiro.



Localizados no sítio arqueológico da cidade de Biblos, no atual Líbano, estão remanescentes fenícios do Templo dos Obeliscos, uma edificação religiosa construída entre os séculos XIX a.C. e XVI a.C. Foto de 2015.

As cidades cananeias tinham idioma e hábitos culturais semelhantes, mas **não estavam unificadas** em um único reino. Eram **cidades-Estado**, ou seja, detinham autonomia política e administrativa. Eram geralmente governadas por monarcas, em torno dos quais se encontravam a **aristocracia** (comerciantes e proprietários de terras) e uma elite religiosa muito influente. Boa parte da população dessas cidades era formada por marinheiros e trabalhadores especializados na fabricação de joias, vidros, tecidos e outros produtos.

Entrepósitos comerciais

Como a comunicação entre as cidades-Estado era feita principalmente pelo mar, com o tempo, os cananeus passaram também a estabelecer relações mercantis com outras populações mediterrâneas. Por volta de 2500 a.C., algumas cidades cananeias haviam se transformado em verdadeiros entrepostos comerciais, onde se encontravam mercadores vindos de diferentes regiões. Esse foi, por exemplo, o caso da cidade de Biblos, que se tornou o principal centro distribuidor do papiro fabricado no Egito.

VOCÊ SABIA?

Por que o nome Fenícia?

Os cananeus desenvolveram uma sofisticada técnica de produção de corantes para tingir tecido: utilizavam um líquido na cor púrpura, extraído de um pequeno molusco. Os gregos chamavam Canaã de *Phoenicia* (púrpura), palavra da qual derivam Fenícia e fenícios.

Semita: designa um conjunto de línguas que tiveram uma origem comum, como o hebraico, o árabe e o fenício. A palavra semita refere-se à linhagem de descendentes de Sem, um dos filhos de Noé, segundo a Bíblia. As três grandes religiões do mundo (judaísmo, cristianismo e islamismo) possuem raízes semitas.

Aristocracia: palavra de origem grega (*aristokratía*) que pode ser traduzida para o português como “governo do melhor”. Em sentido amplo, refere-se ao conjunto de pessoas que, por possuir riquezas, prestígio político ou qualquer qualidade de excelência, forma uma elite que se destaca na sociedade. Por exemplo, entre os produtores rurais de um lugar, a aristocracia rural seria formada pelos proprietários de terra mais ricos ou que detêm mais recursos.

Luisa Ricciarini/Leemage/AFP

Expandindo as fronteiras

Os fenícios eram um povo preponderantemente comerciante. Para crescer e prosperar, optaram pela expansão marítima, através do mar Mediterrâneo.

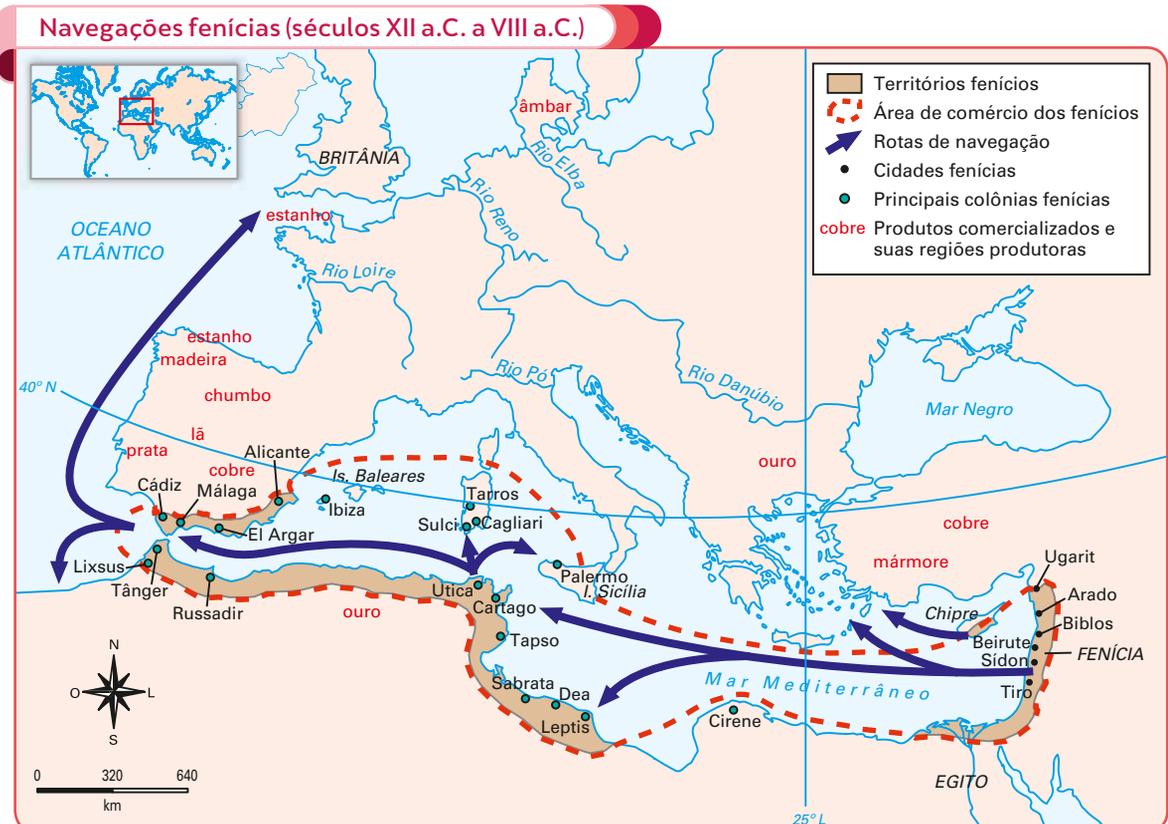
Entre os fatores que permitiram a expansão marítima desse povo destaca-se seu grande conhecimento náutico. Os fenícios conheciam as correntes marítimas, o voo das aves marinhas, as rotas de migração de várias espécies de peixes e os ventos de cada região. Com essas informações, podiam afastar-se do litoral e atingir regiões longínquas (veja o mapa a seguir, com as navegações fenícias).

Com as intensas atividades comerciais dos fenícios, vários lugares em que paravam para descansar ou se abastecer acabaram se transformando em cidades fenícias. Exemplos são as cidades de Cirene, Lepsis, Oea (Trípoli) e principalmente Cartago, fundada no século VIII a.C., no norte da África.

Graças às relações comerciais mantidas com outros povos, os fenícios passaram por um crescente processo de **miscigenação étnica e cultural**, por meio do qual assimilaram aspectos culturais, artísticos e religiosos dos habitantes de outras regiões, como os egípcios e os **egeus**.

A partir do século IX a.C., a Fenícia entrou em decadência, sofrendo invasões de vários povos: os assírios foram os primeiros. Depois, babilônios, persas e gregos dominaram sucessivamente a região entre os séculos VII a.C. e IV a.C. Em 64 a.C., Roma incorporou as cidades fenícias aos seus domínios, transformando-as em parte da província da Síria. A civilização fenícia chegava ao fim, mas sua herança iria se perpetuar graças, sobretudo, a uma das maiores invenções da humanidade: o alfabeto.

Egeu: habitante da Egeia, região às margens do mar de mesmo nome, onde iria se desenvolver posteriormente a Grécia atual.



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

O alfabeto

Como a base da sua economia estava no comércio, os fenícios tinham necessidade de registrar as transações mercantis. Assim, por volta de 1500 a.C., na cidade de Ugarit, começou a tomar forma e a se desenvolver um sistema de escrita com essa finalidade. Esse sistema utilizava apenas 29 caracteres cuneiformes. A cada um era atribuído um valor fonético, ou seja, cada sinal gráfico representava um som específico. As infinitas possibilidades de combinação dos sinais permitiam a formação das palavras escritas.

Mais tarde, os fenícios reduziram esse alfabeto para 22 símbolos, que indicavam apenas os sons das consoantes. As vogais não eram escritas e cabia ao leitor completar e formar as palavras de acordo com seu sentido. Assim, o nome da cidade de Ugarit era grafado simplesmente com as letras g, r, t. Posteriormente, os fenícios passaram a usar rolos de papiro (mais fáceis de transportar e guardar) no lugar de placas de argila para registrar suas anotações. Aos poucos, um grande número de pessoas sabia decifrar o sistema gráfico; e saber ler e escrever deixou de ser habilidade restrita aos escribas.

Como o alfabeto fenício usava sinais gráficos – chamados letras – para representar os sons da fala – conhecidos por **fonemas** –, ele sofreu adaptações e deu origem a outros alfabetos. Por exemplo, no decorrer do século IX a.C., os gregos acrescentaram-lhe vogais; mais tarde, os romanos usaram o alfabeto greco-fenício para formar o alfabeto latino, que é utilizado até hoje em todo o mundo ocidental.

Pedra de calcário negro com inscrições no alfabeto fenício. Encontrada em Cartago, Tunísia. As gravações foram produzidas entre os séculos IV a.C. e II a.C.



Erich Lessing/Albun/Latinstock

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 A sociedade fenícia não formou um reino centralizado com um governo único, mas suas cidades tinham uma organização própria. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) Como se originaram as primeiras cidades fenícias?
 - b) De que modo as cidades fenícias estavam politicamente organizadas?
- 2 Uma característica importante dos fenícios foi o intenso desenvolvimento de suas atividades comerciais. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) Cite alguns fatores que permitiram a expansão comercial fenícia na Antiguidade.
 - b) Mencione algumas consequências das relações comerciais intensas dos fenícios com povos de outras localidades.
- 3 Outros povos, além dos fenícios, também desenvolveram sistemas de escrita. Por exemplo, os egípcios usavam a escrita hieroglífica, e os mesopotâmios, a cuneiforme. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) Explique por que o sistema alfabético é mais universal do que os sistemas hieroglífico e cuneiforme.
 - b) De que modo a escrita alfabética fenícia se difundiu e se transformou na base da escrita ocidental?

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ATIVIDADE

Observe a imagem ao lado. Trata-se de uma moeda fenícia feita de prata. Utilizado nas cidades de Biblos e Tiro, o objeto foi produzido no século IV a.C. Ao analisá-lo, é possível destacar alguns aspectos importantes da sociedade fenícia. Com base nisso, responda ao que se pede.

- Descreva o objeto e **formule uma hipótese** sobre a finalidade que ele poderia ter entre os fenícios.
- No centro da moeda é possível observar a representação de uma embarcação fenícia. Elabore uma hipótese para explicar a razão dessa representação.
- A partir da análise do objeto, quais características poderiam ser destacadas sobre a organização social dos fenícios na Antiguidade? Justifique sua resposta.



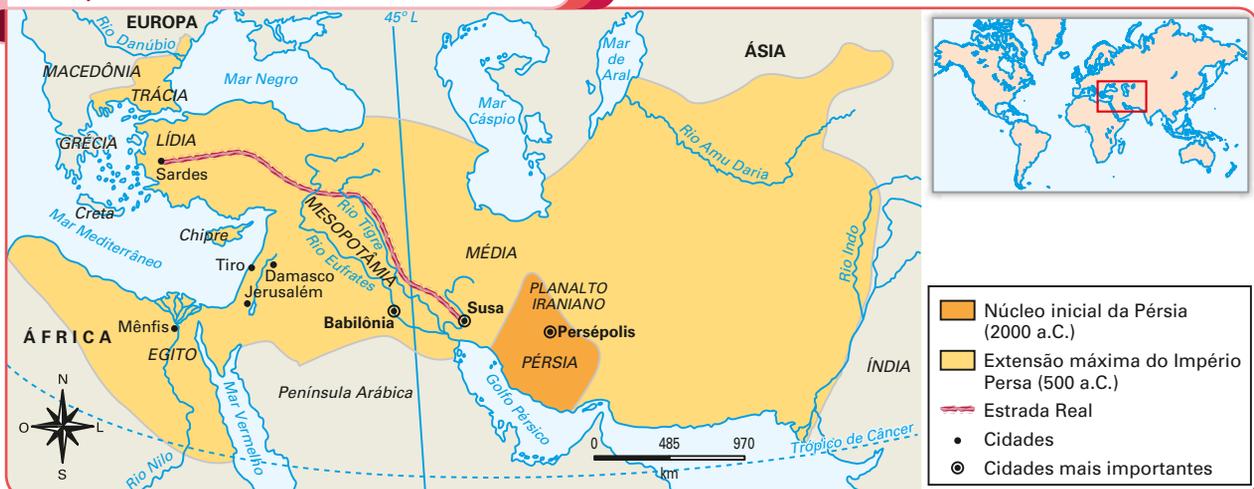
Moeda fenícia de prata, do século IV a.C., com ilustração de uma galé fenícia e do mar.

2 Os persas

Formação do Império Persa

As origens da antiga Pérsia remontam a 2000 a.C., quando grupos nômades – entre eles, os persas – vindos do centro e do norte da Ásia instalaram-se no planalto iraniano. Em 559 a.C., os persas unificaram-se em torno da figura de um líder e exímio estrategista militar, que ficou conhecido como Ciro, o Grande, por causa das suas conquistas: a submissão de outros povos, a ampliação do território e a formação do Império Persa.

O Império Persa (entre 2000 a.C. e 500 a.C.)



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

Após a morte de Ciro e algumas disputas internas, um líder de nome Dario assumiu o poder em 522 a.C. Além de recuperar domínios perdidos, Dario expandiu ainda mais o Império Persa, sob o qual passaram a viver cerca de 10 milhões de pessoas com línguas, costumes e religiões diferentes (veja o mapa da página anterior).

Para controlar toda essa população, Dario estabeleceu um sistema unificado de impostos, um código de leis, um sistema monetário único e uma excelente rede de estradas e correios que interligava as várias regiões do império, facilitando os deslocamentos pelo território. A principal estrada ficou conhecida como Estrada Real, entre as cidades de Susa e Sardes.

Mas Dario conheceu também derrotas, principalmente a partir de 514 a.C., quando tentou expandir seus domínios para a Grécia. Nessa empreitada, os persas foram vencidos pelas cidades-Estado gregas nas **Guerras Médicas**, ou **Greco-Pérsicas**. Com a derrota persa, as cidades gregas tornaram-se por certo tempo a principal força do Mediterrâneo oriental. Em 331 a.C., Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, que já dominava a Grécia, derrotou Dario III e conquistou o Império Persa.

Entre o bem e o mal

Um dos legados dos persas aos diversos povos posteriores está relacionado às ideias religiosas de Juízo Final, de existência do Paraíso e de oposição entre o bem e o mal, que têm como origem o zoroastrismo, a religião persa. Os fundamentos dessa doutrina estão registrados no *Zend-Avesta*, obra escrita por Zoroastro (628 a.C.-551 a.C.), também conhecido como Zaratustra.

Oficialmente, apenas o deus Ahura-Mazdâ, simbolizado pela luz e pela pureza do fogo, era adorado. A população, porém, cultuava divindades que personificavam as forças do bem em permanente luta contra as trevas e os demônios. Os persas acreditavam que quem combatesse as forças do mal alcançaria a felicidade e a vida eterna.

Estatueta em bronze de um guerreiro hoplita persa, datada de aproximadamente 490 a.C.



Intercâmbio de culturas

O Império Persa foi uma das primeiras experiências em que povos de origem, história e culturas diferentes conviveram no mesmo território. A proximidade entre esses grupos variados fez com que costumes, crenças e experiências fossem difundidos de um lugar para o outro. A calça comprida persa, por exemplo, disseminou-se; técnicas agrícolas egípcias foram assimiladas por diversos povos; a experiência hidráulica dos mesopotâmicos permitiu que águas das montanhas persas fossem levadas para o deserto. O arroz da Índia passou a ser plantado no Oriente Médio.

Robert Harding/AFP



No Irã, observam-se relevos esculpidos na escadaria do Palácio de Persépolis. A construção começou no reinado de Dario, o Grande, que governou de 522 a.C. a 483 a.C. Foto de 2015. O palácio é considerado Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco.

O sistema hidráulico de Shushtar (atual Irã), construído entre os séculos V a.C. e III a.C., é considerado uma obra de valor universal. A estrutura da construção envolveu a criação de dois canais que desviam águas do rio Karun, atravessam diversos túneis e alimentam as usinas, que então abastecem a cidade de Shushtar. Um dos canais ainda é usado para o abastecimento da cidade.

JTB Photo/UIG/Getty Images



3 Os hebreus

Origens dos hebreus

Os hebreus eram um povo nômade, pastores organizados em pequenos clãs ou tribos que, há milhares de anos, disputavam poços de água e terras de pastagem com outros povos do Oriente Médio. O hebraico falado por eles era uma língua semita, com origem na Mesopotâmia.

O primeiro registro não bíblico da existência dos hebreus é de cerca de 1220 a.C. e trata-se de um relato egípcio sobre a dominação do faraó Mineptah sobre eles. Documentos arqueológicos comprovam sua presença na região da **Palestina** somente a partir de 1230 a.C.

Palestina: região do Oriente Médio que atualmente abrange os territórios de Israel, Líbano, Jordânia, Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Veja o mapa ao lado.

Adaptado de: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 6. ed. Rio de Janeiro, 2012.



A Bíblia como fonte

Uma das principais fontes de estudo do povo hebreu é o Velho Testamento, um dos livros da Bíblia. Segundo a primeira parte desse texto, os hebreus descendem de Abraão, líder patriarca que vivia na cidade mesopotâmica de Ur e que teria recebido uma ordem de Deus para conduzir seu povo até a Terra Prometida, também chamada de Canaã ou Palestina (identifique a cidade de Ur e a Palestina no mapa da página 99).

Mais tarde, no decorrer do século XX a.C., um longo período de seca e fome teria obrigado os hebreus a deixar Canaã para se fixar no Egito, onde foram escravizados pelos faraós. No século XV a.C., eles teriam fugido do Egito liderados por Moisés, profeta escolhido por Deus para conduzir o povo hebreu de volta a Canaã. Depois de quarenta anos de travessia no deserto, os hebreus teriam chegado à Palestina.

Apesar das **divergências de datas entre a historiografia e o Velho Testamento**, a Bíblia pode ser usada como referência nos estudos de História. Junto com outras fontes, ela nos permite reconstruir a história dos hebreus e recuperar costumes de civilizações antigas, padrões de comportamento, mitos das regiões, etc.

Texto elaborado com base em: PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 108-109; MAN, John. *A história do alfabeto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 116-129; JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 17-25.

SUA OPINIÃO

Cite três fontes para o estudo de História e justifique suas escolhas.

Tipo de sinete (timbre) em quartzo marrom com inscrição em hebraico que diz "Lidnihu, filho de Nadnihu". O artefato é datado entre 800 a.C. e 700 a.C. e foi descoberto próximo a Jerusalém.



Os juízes e o monoteísmo

Quando os hebreus se estabeleceram na Palestina, sua organização social baseava-se em um sistema comunitário, sem forma de governo definida. Os líderes surgiam apenas em momentos de maior necessidade, por exemplo, durante as guerras.

Na falta de uma centralização política e administrativa, cabia a um conselho de anciões, liderado por um juiz, o papel de orientar e aconselhar a população em questões específicas. Os juízes eram também chefes militares em momento de necessidade e tinham autoridade religiosa. Na tentativa de unificar as tribos hebraicas e reforçar o **sentimento de identidade**, os juízes passaram a resgatar uma aliança que teria sido feita entre Iavé (seu deus) e Abraão – aquele que, segundo a Bíblia, teria conduzido os hebreus de Ur, na Mesopotâmia, à Palestina.

Segundo os juízes, os hebreus teriam sido escolhidos por Iavé para habitar a região da Palestina. Mas para isso eles deveriam se unir e abandonar as antigas práticas politeístas. Essa busca pelo sentimento de identidade e pela união foi mais uma etapa para o nascimento do judaísmo, que é como a religião hebraica também se tornou conhecida.

Sentimento de identidade: em geral, um povo, país ou nação possui símbolos, crenças e valores semelhantes que fazem com que as pessoas se sintam identificadas umas com as outras (possuidoras da mesma história ou cultura) em oposição a valores e crenças de outros grupos.



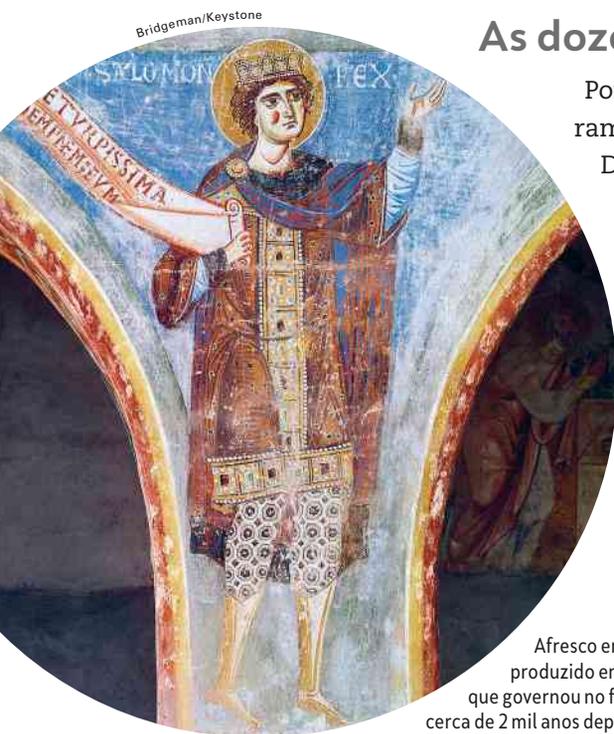
Iluminura ilustra um livro litúrgico judaico, datado de 1739. O desenho mostra 12 homens representando as 12 tribos de Israel.

As doze tribos

Por volta de 1010 a.C., os hebreus unificaram suas tribos e formaram o reino de Israel, cujo primeiro rei foi Saul. Coube a seu sucessor, Davi (1006 a.C.-966 a.C.), a tarefa de expulsar da Palestina um dos povos rivais: os filisteus. Após escolher Jerusalém – cidade que teria sido fundada por povos semitas em cerca de 2600 a.C. – para capital do reino, Davi dividiu Israel em doze províncias (ou tribos, como eram denominadas tradicionalmente).

Com Salomão (966 a.C.-926 a.C.), filho de Davi, o reino de Israel conheceu sua fase de esplendor. É dessa época a construção do Templo de Jerusalém, também conhecido como Templo de Salomão. Com a morte de Salomão, eclodiram diversos conflitos, e o reino foi dividido em dois: o reino de Israel, reunindo as dez tribos do norte; e o reino de Judá, formado pelas duas tribos do sul (veja o mapa da página seguinte).

Afresco em mural da Igreja de Santo Ângelo, em Cápua, Itália, produzido entre 1075 e 1100. Embora represente o rei Salomão, que governou no final do século IX a.C., a pintura foi criada cerca de 2 mil anos depois do falecimento do rei.

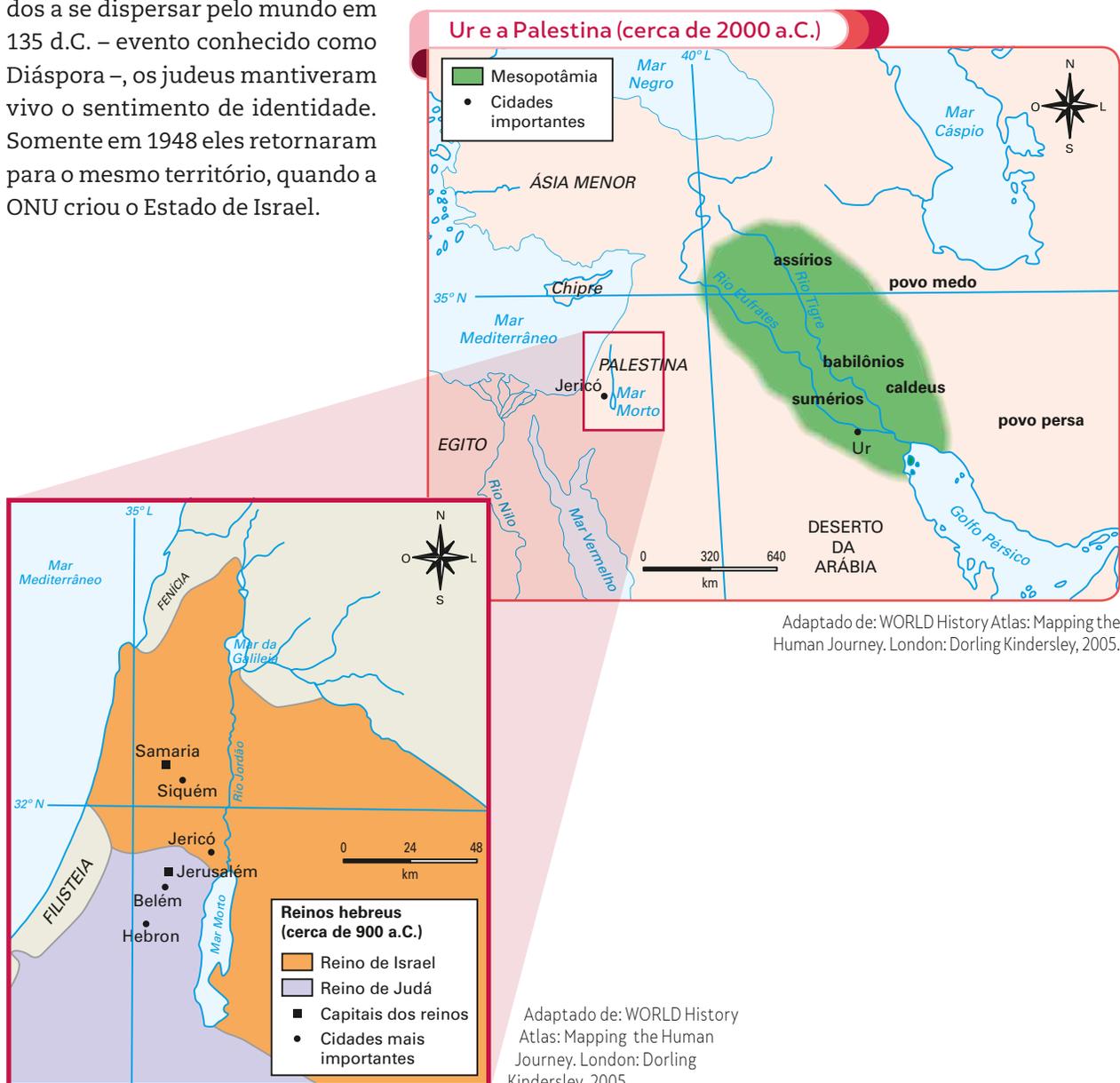


O judaísmo e o nascimento do monoteísmo ético

A crise social que se alastrou na sociedade hebraica após a morte de Salomão fez com que, no século VIII a.C., os **profetas** tivessem uma ação intensa na sociedade. Profetas eram as pessoas às quais eram atribuídos os dons de revelar os sonhos, prever o futuro, falar em nome de Deus, etc. Bastante respeitados pelo povo, eles criticavam principalmente a atitude dos hebreus ricos e poderosos. Argumentavam que, mais do que oferendas, cultos e adorações, lavé desejava que as pessoas praticassem a justiça, fossem boas, ajudassem os pobres, os órfãos e os necessitados.

Foram esses ensinamentos, princípios e crenças que, de fato, consolidaram o **judaísmo como a primeira religião monoteísta ética da história**. Ou seja, além de defender a existência de um único deus, essa religião também passou a defender preceitos morais e éticos, algo que influenciou boa parte das religiões que vieram posteriormente, como o cristianismo e o islamismo.

Mesmo tendo seu território ocupado por outros povos e sendo obrigados a se dispersar pelo mundo em 135 d.C. – evento conhecido como Diáspora –, os judeus mantiveram vivo o sentimento de identidade. Somente em 1948 eles retornaram para o mesmo território, quando a ONU criou o Estado de Israel.





Os etruscos na península Itálica

No século VII a.C., antes de os persas conseguirem se impor no Oriente Médio como um império de grande força, os etruscos se lançaram à conquista de novos territórios na península Itálica. Eles se organizaram em cidades-Estado e ocuparam uma região às margens do mar Tirreno, a oeste do rio Tibre e ao norte da cidade de Roma.

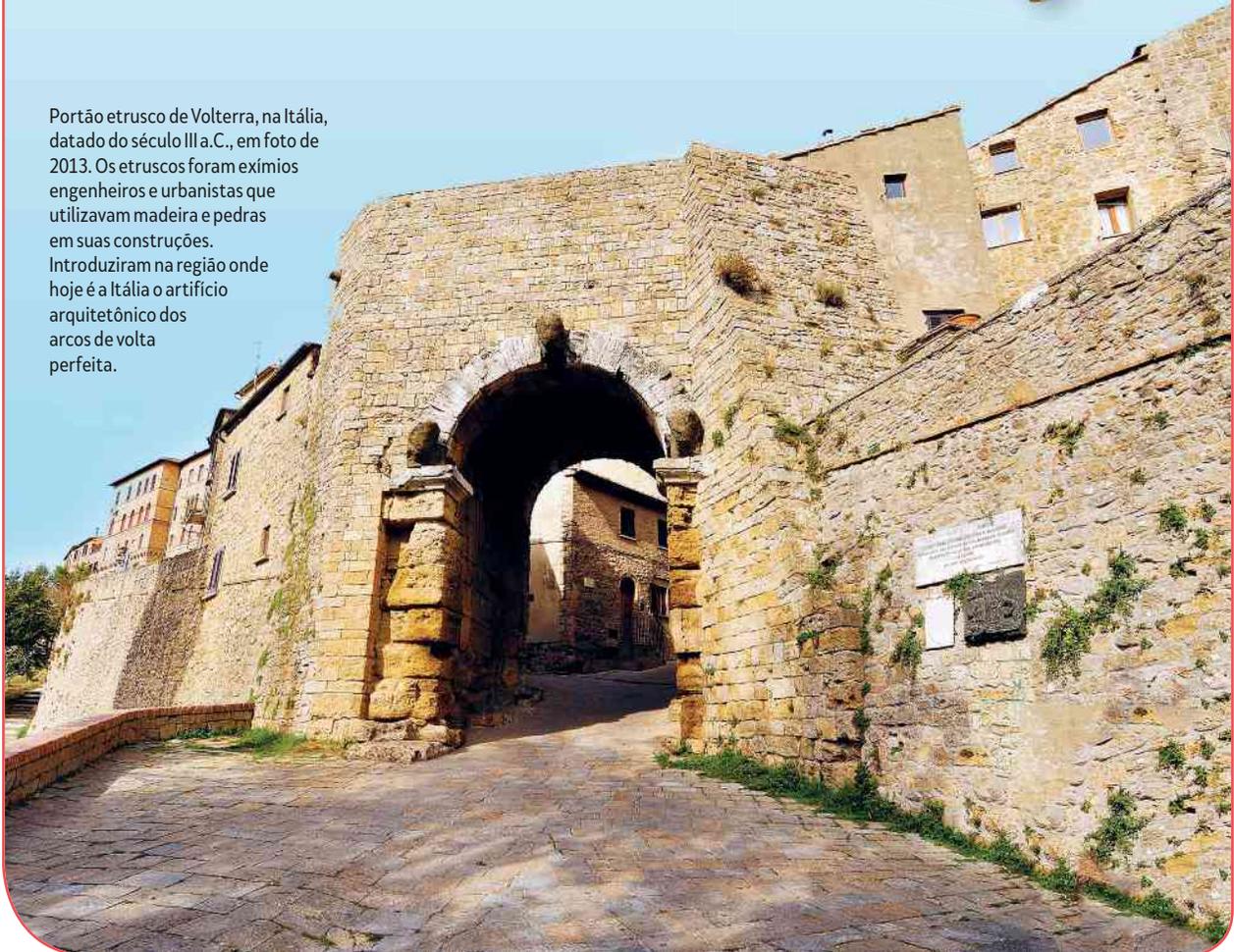
Além de serem agricultores, os etruscos produziam objetos de metal (ouro, prata, bronze, ferro) e marfim, que comercializavam com outros povos da região e com mercadores gregos e fenícios, no Mediterrâneo.

Por acreditarem na vida após a morte, os etruscos construíam túmulos suntuosos para seus mortos, com salas, corredores e pinturas nas paredes. Os etruscos tiveram papel importante na formação de Roma.

Adornos de ouro para prender os cabelos, provenientes da região do Lácio, Itália. Os enfeites, do século VII a.C., são uma criação do povo etrusco.



Portão etrusco de Volterra, na Itália, datado do século III a.C., em foto de 2013. Os etruscos foram exímios engenheiros e urbanistas que utilizavam madeira e pedras em suas construções. Introduziram na região onde hoje é a Itália o artifício arquitetônico dos arcos de volta perfeita.





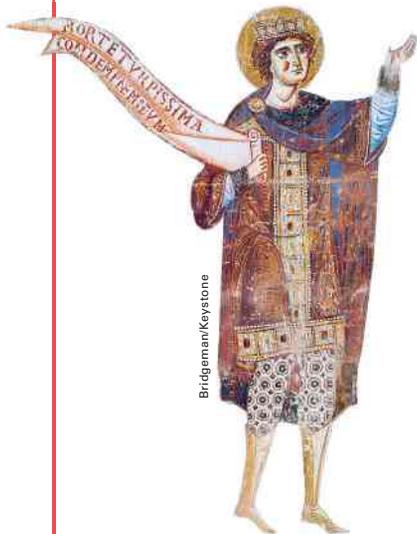
ESQUEMA-RESUMO

Fenícios, persas e hebreus

Fenícios

Ocupação da atual região do Líbano por volta de 3000 a.C.

- Formação de cidades-Estado portuárias
- Expansão marítima e comercial
- Invenção do alfabeto



Bridgeman/Keystone

Persas

Ocupação da região da antiga Pérsia por volta de 2000 a.C.

- Formação de grande império territorial
- Sistema unificado de impostos, moeda única e rede de estradas
- Desenvolvimento do zoroastrismo



Robert Harding/AP

Hebreus

Ocupação da atual região da Palestina por volta de 1220 a.C.

- Papel político dos juízes
- Desenvolvimento do judaísmo, religião monoteísta ética
- Formação do reino de Israel (por volta de 1010 a.C.)



Erich Lessing/Album/LatinStock

Os fenícios, persas e hebreus deixaram importantes legados para outras sociedades. Eles foram povos que se desenvolveram na região do Oriente Médio e da Pérsia na Antiguidade e formaram sociedades com características particulares. Com base na observação do esquema e em seus conhecimentos, caracterize esses povos e explique quais foram os principais legados deixados por eles para outros povos e sociedades.



ATIVIDADES



ORGANIZANDO AS IDEIAS

- 1 A Pérsia, região do atual planalto iraniano, foi ocupada originalmente por volta de 2000 a.C. Descreva como ocorreu essa ocupação e de que forma Ciro unificou o território persa em 559 a.C.
- 2 Após a morte de Ciro, Dario assumiu o governo e adotou medidas para manter unificado um império com cerca de 10 milhões de habitantes, cujas línguas e costumes eram bastante diversos. Quais medidas de Dario garantiram a unidade do império?
- 3 A base da religião persa era o zoroastrismo, doutrina fundada por Zoroastro (628 a.C.-551 a.C.). Quais ideias dessa doutrina foram legadas a outras religiões?
- 4 A origem dos hebreus tem aspectos comuns e divergentes entre a descrição feita pela Bíblia e as descobertas históricas e arqueológicas. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) Aponte um exemplo de divergência entre os relatos bíblicos e as pesquisas históricas e arqueológicas sobre os hebreus.
 - b) Apesar das diferenças entre a historiografia e o Velho Testamento, é possível resgatar a história dos hebreus utilizando a Bíblia como documento? Justifique sua resposta.
- 5 As religiões são construídas com elementos culturais e sociais de determinada região, em uma dada época. Elas são fruto do desenvolvimento da sociedade. Sobre esse tema, responda ao que se pede.
 - a) De que forma a organização política dos hebreus colaborou para a adoção do monoteísmo?
 - b) O monoteísmo influenciou a estrutura social dos hebreus e colaborou para a unificação do seu reino em torno de uma monarquia. Explique como se deu esse processo.
- 6 Os hebreus viveram a chamada Diáspora, um longo processo de dispersão imposta pelos romanos em 135 a.C., para diversas partes do mundo. Como explicar que, quase 2 mil anos depois, os judeus se reorganizariam no Estado de Israel, fundado em 1948?
- 7 Observe o mapa da página 94, que traz informações sobre o Império Persa. Em seguida, responda ao que se pede.
 - a) Compare esse mapa com os de capítulos anteriores e identifique os povos que sofreram dominação do Império Persa.
 - b) O mapa indica a extensão de uma das principais vias do Império Persa, a Estrada Real. Com base na observação do mapa, por que se pode dizer que a Estrada Real era importante para a administração do Império Persa?

DIALOGANDO COM... GEOGRAFIA

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 O texto a seguir narra as conquistas do imperador persa Ciro, o Grande (cerca de 590 a.C.-530 a.C.). Ele faz parte do livro *Ciropédia*, escrito pelo grego Xenofonte (cerca de 430 a.C.-355 a.C.), discípulo do filósofo grego Sócrates (cerca de 470 a.C.-399 a.C.). Após a leitura, responda às questões.

Sabendo que na Ásia havia nações autônomas, Ciro pôs-se em marcha com um pequeno exército de persas, dominou os medos e hircanos, que espontaneamente receberam o jugo, venceu a Síria, a Assíria, a Arábia, a Capadócia, ambas as Frígias, a Lídia, a Cária, a Fenícia, a Babilônia e outras regiões.

Todas essas nações falavam línguas diferentes entre si, e diferentes da do conquistador; e contudo pene-

trouo Ciru tanto além com suas armas, e com o terror de seu nome, que a todos encheu de medo, nenhuma ou-sou sublevar-se. E de tal maneira soube captar o amor dos povos, que todos queriam viver sujeitos às suas leis. Finalmente, fez dependentes de seu império tão grande número de reinos, que é dificultoso percorrê-los, partindo da capital para qualquer dos pontos cardeais, para leste ou para oeste, para o norte ou para o sul.

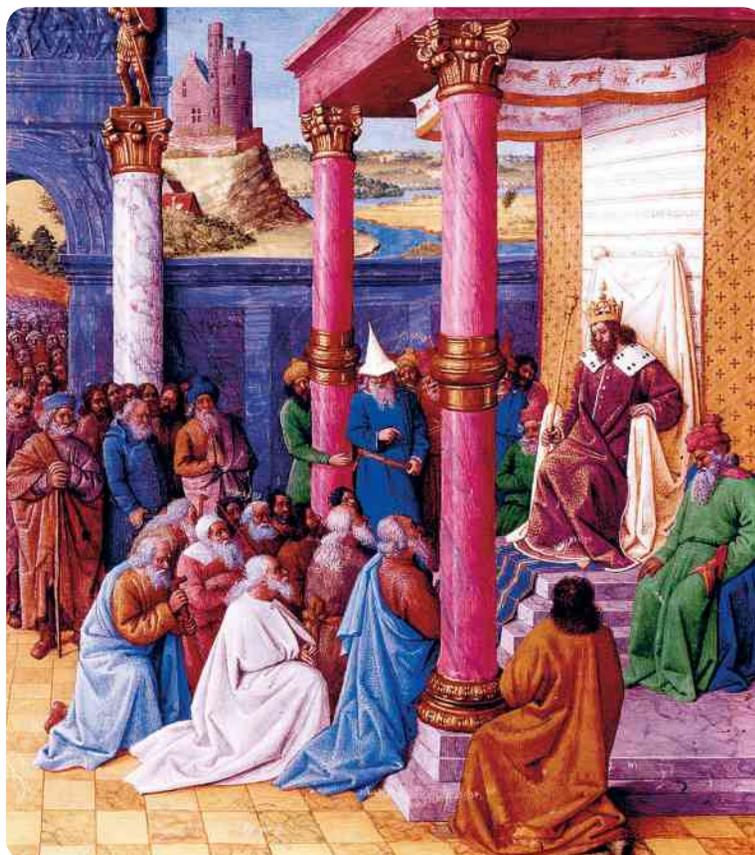
XENOFONTE. *Ciropédia: a educação de Ciru*. São Paulo: Edições Cultura, [s.d.], p. 24.

- a) Segundo o relato de Xenofonte, quais foram as principais ações atribuídas a Ciru?
- b) Ainda segundo o texto, descreva a reação mais comum dos povos submetidos ao domínio de Ciru.
- c) Por que podemos considerar que o relato de Xenofonte é parcial e constrói uma imagem positiva de Ciru? Cite trechos do relato que justifiquem sua resposta.
- d) Ciru morreu em 530 a.C. e Xenofonte nasceu aproximadamente em 430 a.C., ou seja, o filósofo não testemunhou as ações de Ciru. Com base nisso, é possível dizer que ele consultou e interpretou fontes históricas para construir seu relato. Isso justifica o relato parcial que ele construiu em sua narrativa? Justifique sua resposta.

- 2 Observe a imagem ao lado. Trata-se de uma imagem judaica do século XV d.C. representando um episódio da história dos persas e dos hebreus. Trata-se da libertação dos hebreus da dominação babilônica, após a conquista da Mesopotâmia pelos persas durante o governo do imperador Ciru, o Grande. Segundo a tradição hebraica, esse episódio marcou o

retorno dos hebreus à Palestina, tornou-se parte das tradições culturais e religiosas desse povo e foi narrado no Antigo Testamento bíblico, no livro de Esdras. Com base nessas informações e pela análise da imagem, responda ao que se pede.

- a) Qual a data de produção da imagem?
- b) Na imagem, o rei persa está cercado de hebreus. De que modo a imagem representa a relação entre os hebreus e Ciru, o Grande?
- c) A imagem propõe uma representação positiva ou negativa de Ciru? Justifique sua resposta e compare essa representação com aquela proposta por Xenofonte, presente no texto da primeira atividade do *Interpretando documentos* (página 102).



Iluminura do artista francês Jean Fouquet, intitulada *Ciru, o Grande, concede clemência aos judeus*, datada de aproximadamente 1470.

TESTE SEU CONHECIMENTO



1 (UFSM-RS)

A migração dos hebreus para a Palestina



MELLO & COSTA. *História Antiga e Medieval: da comunidade primitiva ao Estado Moderno*. São Paulo: Scipione, 1993. p. 67. (Adaptado.)

O mapa acima indica os diversos caminhos do povo hebreu na Antiguidade, destacando a migração de Ur para a Palestina (por volta de 1900 a.C.), a ida ao Egito (1700 a.C.), o Êxodo (1200 a.C.), a deportação para a Babilônia e o regresso à Palestina (século VI a.C.). A partir desses dados, pode-se inferir que:

- o povo hebreu realizou trocas comerciais e culturais com o Egito e a Mesopotâmia, e essas trocas influenciaram na sua formação cultural e religiosa.
- como se consideravam “povo eleito por Deus”, os hebreus recusavam qualquer influência das culturas e das religiões dos povos do Oriente Médio.
- a força política e militar dos hebreus se impôs sobre os reinos do Oriente Médio, originando uma cultura e uma religião dominantes na região.
- as migrações dos povos da Antiguidade eram raras, devido às péssimas condições das estradas e à precariedade dos meios de transporte.

e) a migração de vários povos foi possível graças às facilidades criadas pelas sociedades estatais no Egito e na Mesopotâmia.

2 (UFRGS-RS) Na Antiguidade, os fenícios dominaram o Mediterrâneo, possibilitando um intercâmbio econômico e cultural entre o Oriente e o Ocidente. Esse intercâmbio intensificou-se especialmente com a:

- criação de um alfabeto, composto por 22 sinais, que facilitou a comunicação entre os povos da região.
- invenção da roda, que teve um papel fundamental no desenvolvimento dos transportes.
- proposição de cargos administrativos, destinados a fiscalizar as atividades econômicas em geral.
- adoção do calendário e do relógio de sol, que serviam para organizar a cultura dos cereais e a pecuária.
- instituição de grandes festas religiosas, entre as quais a Páscoa, o Pentecostes e os Tabernáculos.

3 (UCS-RS) Heródoto, um dos primeiros historiadores, narrou a luta entre gregos e persas e, em uma de suas afirmações, relatou que o Egito foi uma “dádiva do Nilo”. Considerando a Antiguidade Oriental, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Mesopotâmia desenvolveu-se entre os rios Tigre e Eufrates. O controle das marés e as obras de irrigação permitiram o nascimento de grande número de tecnologias subsidiárias de tratamento de águas, como a construção de canais, o armazenamento de água e a drenagem.
- b) Os fenícios foram grandes comerciantes e navegadores. Fundaram inúmeras cidades-Estado no litoral do Mediterrâneo, a mais famosa foi Cartago. Entre suas principais contribuições encontra-se o desenvolvimento do alfabeto fonético e das técnicas de navegação.
- c) Os hebreus acreditavam ser o povo eleito de Deus, a quem chamavam de laweh ou Jeová. A sociedade hebraica era patriarcal e diferenciava-se dos demais povos do Oriente por se opor à escravidão.
- d) Os persas realizaram grandes obras públicas, como canais de irrigação e redes de estradas. Em relação à cultura, mostraram sua originalidade na religião, basicamente devido à influência reformadora do profeta Zoroastro.
- e) A técnica de mumificação foi tão desenvolvida no Egito que permitiu apurado conhecimento da anatomia humana, favorecendo o desenvolvimento da medicina e o surgimento de especialistas em várias áreas, como em doenças do estômago, do coração e fraturas.

4 (IFTM-MG)

Os persas construíram o maior império da Antiguidade Oriental, que se estendeu do rio Nilo ao rio Indo. Para administrar esse vasto império, os soberanos persas criaram instituições originais, como a divisão do território em satrapias, governadas pelos sátrapas (altos funcionários, encarregados, por exemplo, da cobrança de tributos e da aplicação da justiça), e a nomeação de milhares de inspetores (“olhos e ouvidos do rei”) reais responsáveis pela fiscalização do desempenho dos sátrapas. Além disso, possuíam um sistema eficiente de

correios, com inúmeros entrepostos ao longo das centenas de quilômetros de estradas que construíram em seu território.

Adaptado de: MARQUES, Adhemar. *Pelos caminhos da História: ensino médio*. Curitiba: Positivo, 2006.

Considerando as informações apresentadas e o contexto do Brasil atual, pode-se concluir que:

- a) nos dois casos, a forma de governo é democrática, pois há uma preocupação em investir em infraestrutura, como estradas e sistemas de correios, para atender à população.
- b) no passado, a construção de estradas e o serviço de correios dependiam da iniciativa de particulares. Atualmente, cabe ao governo implementar e manter os serviços de transportes (estradas) e comunicações (correios) do Brasil.
- c) entre os persas, assim como no Brasil, já existia a divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, o que é atestado pela existência dos sátrapas e dos “olhos e ouvidos do rei”.
- d) nos dois casos, o poder é descentralizado, pois cada divisão territorial – satrapias, na Pérsia, e estados, no Brasil – possui autonomia para escolher seu próprio governo, para cobrar impostos e votar leis específicas.
- e) em ambos os casos, a vastidão territorial impõe a necessidade de se criarem estratégias para melhor administração, como a divisão do território em várias partes e um serviço eficiente de transportes e comunicações.

5 Estabelecidos na Palestina, os hebreus tinham uma estrutura política baseada no conselho de anciões liderados por um juiz. Leia as afirmações sobre esse tema e escolha a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

- I. Os juízes desempenhavam o papel de julgar os conflitos e punir aqueles que quebrassem as leis. Para governar, o conselho de anciões contava com a ajuda de outras autoridades, como o líder militar e o líder religioso.



II. Os juízes tinham originalmente o papel de orientar e aconselhar a população em questões específicas que afetavam as comunidades hebraicas.

III. Com o surgimento da religião mono-teísta, os juízes perderam seu poder e influência, porque defendiam a continuidade das antigas práticas politeístas dos hebreus.

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

6 Os fenícios e os persas estabeleceram modelos bastante diferentes de organização política dos territórios em que viviam. Leia as afirmações sobre esse tema e escolha a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

I. Os fenícios não criaram um reino unificado, mas se organizaram em cidades com autonomia política e administrativa.

II. O território persa foi unificado em 559 a.C. pelo líder Ciro, o Grande. Isso resultou na criação de um grande império comandado pelos reis persas.

III. O território persa ficou marcado pela existência apenas de cidades próximas dos mares, já que a maior parte do deslocamento de pessoas e mercadorias nesse território era feita por meio de embarcações que navegavam o mar Mediterrâneo.

IV. Os fenícios eram um povo conquistador e militar, que conseguiu dominar grande parte dos povos que viviam nas regiões próximas ao mar Mediterrâneo, como os egípcios, os gregos, os povos da região da Palestina, entre outros.

- a) As afirmativas III e IV estão corretas.
- b) As afirmativas I e II estão corretas.
- c) As afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

HORA DE REFLETIR



1 Uma das características do império Persa foi a criação de um sistema que garantia a interligação de pessoas, produtos e ideias por suas diversas regiões. Atualmente, também existem diversos recursos que garantem essa circulação.

1 Em grupos, e sob a orientação do professor, discutam alguns dos principais meios pelos quais as pessoas e ideias circulam em nosso mundo e como é possível ampliar essa circulação de modo a promover trocas culturais e sociais mais intensas. Para isso, reflitam sobre a comunidade em que vivem e as seguintes questões:

- a) Quais são os principais recursos de comunicação e circulação de ideias?
- b) Qual o papel de instituições e espaços públicos nesse processo?
- c) Como é possível ampliar as trocas culturais e promover a circulação de novas ideias?

2 Ao final da discussão em grupo, registrem as principais ideias debatidas e montem um mural sobre o tema. Para isso, pesquisem fotos, desenhos, documentos e outros materiais que possam completar as informações que serão apresentadas no mural.



Sodacan/Wikimedia

Reconstrução da bandeira militar de Ciro, o Grande, que governou a Pérsia durante parte do século VI a.C. O estandarte foi recriado com base em uma placa encontrada durante escavações em Persépolis, Irã, em 1948, e traz a figura do deus egípcio Hórus (o falcão).



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Fundação Oswaldo Cruz.

Site com informações sobre diferentes tipos de alfabeto. Disponível em: <<http://tinyurl.com/7wczdug>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Museu de Israel. Visita virtual pelo museu, que fica em Jerusalém, onde é possível ver várias peças de seu acervo (site em inglês). Disponível em: <www.googleartproject.com/collection/the-israel-museum-jerusalem>. O site do museu pode ser acessado diretamente também (informações em inglês e em espanhol). Disponível em: <www.imj.org.il>. Acesso em: 29 out. 2015.

Domo do Santuário do Livro, no Museu de Israel. Foto de 2015.



Middle East/Alamy/FotoArena

PARA ASSISTIR

Os Dez Mandamentos. Direção: Cecil B. DeMille. EUA, Paramount Pictures, 1956, 220 min. Uma superprodução cinematográfica, filmada no Egito e no Sinai, o filme conta a história de Moisés, o profeta que teria reunido e libertado os hebreus escravizados no Egito, liderando-os na volta à Palestina.

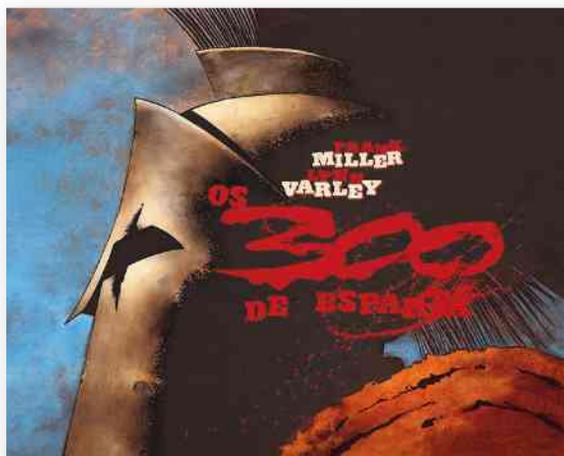
O príncipe do Egito. Direção: Brenda Chapman, Steve Hickner e Simon Wells. EUA, Paramount Pictures, 1998, 99 min (animação). Essa animação conta outra versão da

história de Moisés que, tendo sido adotado pelo faraó, descobre-se, já adulto, hebreu de nascimento e resolve liderar a libertação de seu povo e o seu retorno à Palestina.

300. Direção: Zack Snyder. EUA, Warner Bros., 2006, 117 min. Essa é a versão cinematográfica da história em quadrinhos escrita por Frank Miller. Narra a mesma batalha das Termópilas em que 300 guerreiros espartanos resistiram e impediram o avanço do exército persa.

PARA LER

Os 300 de Esparta, de Frank Miller. 4. ed. São Paulo: Devir. 88 p. *Graphic novel* que mostra a batalha das Termópilas e tornou-se muito conhecida pela desproporção de forças militares entre dois povos: 300 guerreiros espartanos, sob o comando de Leônidas, teriam conseguido impedir o avanço de todo o exército persa, liderado por Xerxes.



Reprodução/Ed. Devir

FECHANDO A UNIDADE

O crescente processo de urbanização verificado no mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, pode ser analisado com base nos três documentos que você lerá a seguir. O primeiro consiste em um artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* tratando do impacto social do crescimento urbano mundial. O segundo é um relato de uma experiência de uma cidade educadora no Ceará; finalmente, o terceiro documento é a letra de um rap do músico Emicida. Leia os três documentos e responda ao que se pede.

DOCUMENTO 1 – Texto

Um quarto da população urbana vive em favelas, segundo ONU

Uma em cada quatro pessoas que vivem nas cidades mora em alguma favela do planeta. A informação é do coordenador do setor de política habitacional do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Claudio Acioly [...]. Dados de 2012 mostram que existiam 1 bilhão de pessoas neste tipo de moradia. Segundo ele, é preciso usar o conceito de “cidades inteligentes”, para encontrar soluções para problemas como esses, mesmo com o apertado orçamento das prefeituras. Acioly afirmou que alguns problemas econômicos podem ser resolvidos com a gestão municipal. O simples controle da ocupação do espaço pode fazer a construção de um metrô ficar mais barata e ainda atender a um número de pessoas muito maior.

[...]

De acordo com o coordenador da ONU, a população das cidades no mundo aumentou, a riqueza também, mas a desigualdade veio junto. “Essa situação não é sustentável para um futuro de prosperidade. As cidades são divididas entre os que têm e os que não têm”, afirmou Acioly. Hoje, 50% do planeta não vive mais na zona rural. Em 2030, serão 60%. O fenômeno é relativamente recente, porque, em 1800, a taxa de urbanização mundial era de apenas 3%.

Nas Américas, os 10% mais ricos são donos de 40% da renda nacional. Ao contrário, os 10% mais pobres, de apenas 2%. Apesar disso, a pobreza no mundo caiu de 43% para 21% nos últimos vinte anos. Hoje, há 750 milhões de pessoas na classe média, segundo Acioly. “Isso é bom para os negócios, cidades, economia, para muita gente.” [...]

MILITÃO, Eduardo. Um quarto da população urbana vive em favelas, segundo ONU. *Correio Braziliense*, Brasília, 19 maio 2015. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/05/19/internas_polbraeco,483690/um-quarto-da-populacao-urbana-vive-em-favelas-segundo-onu.shtml>. Acesso em: 26 out. 2015.

DOCUMENTO 2 – Relato de experiência

5 cidades transformadas pela educação integral

[...] Perto de Fortaleza, o município de Cachoeira abriga o distrito de Maranguape, e nele, seu Ecomuseu comunitário, sediado num antigo casarão que hoje faz parte de uma terra coletiva. A comunidade rural tem cerca de 1500 habitantes, dos quais 400 têm até 18 anos e, desde 2010, eles vêm experimentando como podem aprender juntos em diálogo com o território.

“Com o Ecomuseu a comunidade interage mais com o global. Vamos abrindo horizontes maiores, e as pessoas vão mudando seu sistema de crenças, ao mesmo tempo em que fortalecem o que há de cultural, popular e tradicional”, reflete Nádia Helena, da coordenação dos projetos de educação do Ecomuseu. O acervo do projeto é preparado continuamente pelos moradores e estudantes, através de pesquisas escolares.

A cidade aprendeu, com seu passado de cooperação para garantir as colheitas e a posse da terra, a trabalhar em conjunto e resolveu também levar esforço para a educação de suas crianças, jovens e adolescentes. A Escola Municipal José de Moura, localizada em Cachoeira, entrou de cabeça na jogada; afinal, ao lado da cultura e do meio ambiente, a educação é um dos pilares do Ecomuseu.

“O projeto entrou em definitivo na vida escolar. Todo o público da escola, educadores, estudantes e funcionários, passa a integrar as atividades de educação integral. O Ecomuseu se estende para a escola e a escola para eles, misturando o espaço físico, os tempos e ativos de aprendizado”, afirma Nádia.

5 CIDADES transformadas pela educação integral. *Portal Aprendiz*. [S.l.], 7 maio 2015. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/05/07/5-cidades-educadoras-que-transformaram-suas-realidades-locais-pelo-aprendizado>>. Acesso em: 26 out. 2015.

DOCUMENTO 3 – Letra de música

Sorriso favela

Emicida

Eu vim devolver o seu sorriso, favela
Leve e solta pra cantar
Nunca esquecer como sua paz é bela
Dá força pra continuar

Eu vim devolver o seu sorriso, favela
Leve e solta pra cantar
Nunca esquecer como sua paz é bela
Dá força pra continuar

Eles tentam te convencer
Que sua sina é sofrer vendo seus filhos morrer
Não, não, não, não é, eu posso entender
E pelas esquinas ver suas lágrimas correr
E acabar sua fé
Vendo homens, barracos e morros sem socorro
Num lugar, sem esperança, nada
Sem luz que possa inspirar
Resta buscar o melhor pra construir seu lar
E esse sorriso lindo é o que vai libertar

Eu vim devolver o seu sorriso, favela
Leve e solta pra cantar
Nunca esquecer como sua paz é bela
Dá força pra continuar

Eu vim devolver o seu sorriso, favela
Leve e solta pra cantar
Nunca esquecer como sua paz é bela
Dá força pra continuar

E eles querem te ver chorar
E desacreditar que pode conquistar
Ao pensar, jamais, sua cara é lutar
Vencer e prosperar, correr e alcançar
Mostrar que é capaz
Pois *nóis tem* o sol, o calor
Tem os gritos na feira
O futebol, as *mina* e os *banheiro* de mangueira
As *criança feliz*, só o dinheiro é pouco
Mas lembre-se: nada como um dia após o outro!

Eu vim devolver o seu sorriso, favela
Leve e solta pra cantar
Nunca esquecer como sua paz é bela
Dá força pra continuar

Eu vim devolver o seu sorriso, favela
Leve e solta pra cantar
Nunca esquecer como sua paz é bela
Dá força pra continuar



O rapper Emicida em foto de 2015.

EMICIDA. Sorriso favela. In: Rockstar Games et al. *Max Payne 3*. [S.l.]: Rockstar Games et al., 2012. *Game*.

REFLITA E RESPONDA



1. Leia atentamente o artigo do jornal *Correio Braziliense* e responda ao que se pede.
 - a) Quais são as ideias principais do texto?
 - b) Reflita sobre os principais problemas urbanos apontados no relatório. Cite os três problemas que, em sua opinião, mais afetam as populações urbanas atualmente. Aponte algumas medidas possíveis para solucionar tais problemas. Ao final, elabore um texto sintetizando as principais ideias levantadas.
2. Propostas para a criação de cidades educadoras estão sendo experimentadas em diversos lugares do mundo, como na cidade de Cachoeira. A ideia da cidade educadora é criar formas de articular diferentes espaços para a educação e para o desenvolvimento integral das pessoas, a fim de que o aprendizado não se limite aos espaços escolares. Reúna-se com alguns colegas e elabore um roteiro com cinco sugestões que poderiam transformar o município ou o bairro em que vocês vivem numa localidade educadora. Apresentem as sugestões no formato de seminário aos colegas, em sala de aula.
3. No rap *Sorriso favela*, o autor entende que a sociedade tenta convencer os moradores das favelas/comunidades que eles levam uma vida sem esperança e defende que é importante devolver a eles o sorriso. Essa ideia pode ser entendida como a adoção de ações e políticas que contribuam para melhorar a vida nas favelas. Pense em algumas medidas que podem ser adotadas nesses casos. Em seguida, elabore um texto, uma letra de uma música, uma charge ou uma HQ com suas ideias.

União civil: em termos jurídicos, é a possibilidade de união entre pessoas do mesmo sexo, mas sem os direitos tradicionalmente conquistados pelo casamento tradicional, como a adoção de filhos, por exemplo.

Casamento

homoafetivo: é aquele realizado entre pessoas do mesmo sexo biológico ou da mesma identidade de gênero. O casamento civil homoafetivo está garantido por decisão do Superior Tribunal Federal (STF) e pela Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, do Conselho da Justiça, que obriga os cartórios a realizarem a cerimônia.

Estado de direito: é quando todos (cidadãos, Estado) respeitam as normas, as leis promulgadas e os direitos fundamentais das pessoas e das instituições.

Perseguição

xenofóbica: é aquela que tem como origem o medo, a aversão ou a profunda antipatia em relação aos estrangeiros.

O fim do autoritarismo no Leste Europeu e em outras regiões, no final do século XX, e o direito à **união civil** ou ao **casamento homoafetivo** em diversas partes do mundo muitas vezes nos levam a pensar que, finalmente, a democracia e o **estado de direito** triunfaram. Entretanto, as más condições de vida de grandes contingentes da população mundial, as guerras travadas em nome das religiões e as **perseguições xenofóbicas**, entre outras situações, nos fazem duvidar de que vivemos, de fato, uma onda democrática.

De acordo com o moderno conceito de democracia, ter liberdade de opinião, poder manifestar descontentamento e participar da vida política por meio de eleições não são suficientes para caracterizar um regime democrático. A democracia também tem por função garantir o exercício dos direitos humanos, assegurando a todos os cidadãos o acesso à educação, ao trabalho e a condições de vida dignas, devendo ainda promover o respeito pelas diferenças étnicas, de gênero, etc.

Esse conceito de democracia é resultado de um longo processo, que teve início na Grécia antiga, onde nasceu o regime democrático, entendido em seu sentido restrito como o “governo da maioria”, na célebre definição do pensador grego Aristóteles.

Os temas desta Unidade são as sociedades grega e romana na Antiguidade clássica. Uma nos legou a democracia. A outra, o Direito Romano, que até hoje inspira o corpo jurídico de nações democráticas. Ambas, porém, tinham por base o trabalho escravo.

DIALOGANDO
COM...

FILOSOFIA

Voluntários resgatam refugiados sírios na ilha de Lesbos, na Grécia, em outubro de 2015. Mais de meio milhão de refugiados e imigrantes chegaram à Grécia por via marítima em 2015, em busca de melhores condições de vida em outro país.

Yannis Behrakis/Reuters/Latinstock



Jornalista húngara agride imigrantes sírios (com uma rasteira) que tentavam ultrapassar uma barreira policial perto da fronteira entre Hungria e Sérvia, em setembro de 2015. A jornalista foi demitida depois desse episódio.

Professora de História e Pedagogia deste capítulo, autora de Atividade de Inclusão, sobre o tema de Direitos e da Democracia.

Index.HU/AFP



COMEÇO DE CONVERSA

1. A Constituição brasileira, maior instrumento legal da nossa democracia, estabelece que todas as pessoas são iguais perante a lei, com direito à cidadania e à livre participação na organização da sociedade. Em sua opinião, essa afirmação prevista na Constituição se concretiza na prática cotidiana de nossa sociedade? Pense nos diferentes agentes sociais, como afro-brasileiros, indígenas, homossexuais, entre outros, e justifique sua resposta.
2. Você acredita que a plena democracia pode existir se não houver direitos igualitários e garantias para o exercício da cidadania de todos os integrantes da sociedade? Discuta com os colegas e elabore uma lista de medidas que possam ampliar o exercício da cidadania no Brasil.
3. Atualmente, entende-se que a prática da democracia não se limita a eleições e à escolha de nossos representantes, mas está relacionada com as práticas cotidianas nos mais diferentes espaços públicos. Pensando nisso, discuta com os colegas o que significaria exercer a democracia no espaço escolar, sintetize as ideias discutidas em um mural e o apresente à classe.

Com 8,3 mil quilômetros quadrados, Creta é uma das maiores ilhas do Mediterrâneo. Pertencente à Grécia, atrai todos os anos turistas do mundo inteiro que vão conhecer os vestígios de sua civilização milenar. As ruínas do palácio de Minos, erguido na antiga cidade de Cnossos, por exemplo, são muito procuradas pelos visitantes.

Rico em afrescos, o palácio foi construído por volta de 2000 a.C. e era uma enorme edificação de 20 mil metros quadrados. Os historiadores acreditam que ele teria servido não apenas de morada real, mas também de centro administrativo e comercial dos cretenses.

Com seus cômodos e corredores, o palácio lembrava um labirinto. Segundo pesquisadores, ele teria servido de inspiração para a figura do Minotauro, ser mitológico metade touro, metade homem, que vivia encerrado em um labirinto na ilha de Creta e se alimentava de carne humana.

A civilização que construiu o palácio de Minos ficou conhecida como **minoica**. Os minoicos e outros povos tiveram forte influência no processo de formação da civilização grega, como veremos neste capítulo.

Vista aérea do mar Egeu, na costa da ilha de Santorini, na Grécia. Foto de 2015. A ilha é um dos locais que mantêm o turismo aquecido, mesmo durante períodos de crise.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Conhecer os processos migratórios e a formação étnica e cultural da civilização grega.
- Compreender as origens e a organização da pólis, a cidade-Estado grega.
- Apresentar as características da sociedade espartana e da sociedade ateniense.
- Identificar aspectos da conquista da Grécia pelos macedônios e da expansão greco-macedônia para o Oriente.
- Destacar a difusão da cultura grega pelo mundo oriental e a formação do helenismo.
- Abordar sinteticamente a mitologia grega.

1 Origens da Grécia antiga

Atualmente, a Grécia é um país europeu, localizado na península Balcânica (veja o mapa a seguir). Seu território é formado pela parte continental e pela insular, composta de mais de 2 mil ilhas, espalhadas pelos mares Egeu, Mediterrâneo e Jônico.

Nas origens da civilização grega, esse território foi ocupado por diferentes povos indo-europeus que, entre 5 mil e 3 mil anos atrás, ali se estabeleceram e se miscigenaram: aqueus, eólios, jônios e dórios. A miscigenação étnico-cultural entre eles e a aquisição de hábitos e costumes de outros povos, como dos fenícios e dos egípcios, estão na base da formação da civilização grega. Além disso, os gregos também receberam forte influência da civilização minoica, também conhecida como cretense, por ter se desenvolvido em torno da ilha de Creta.

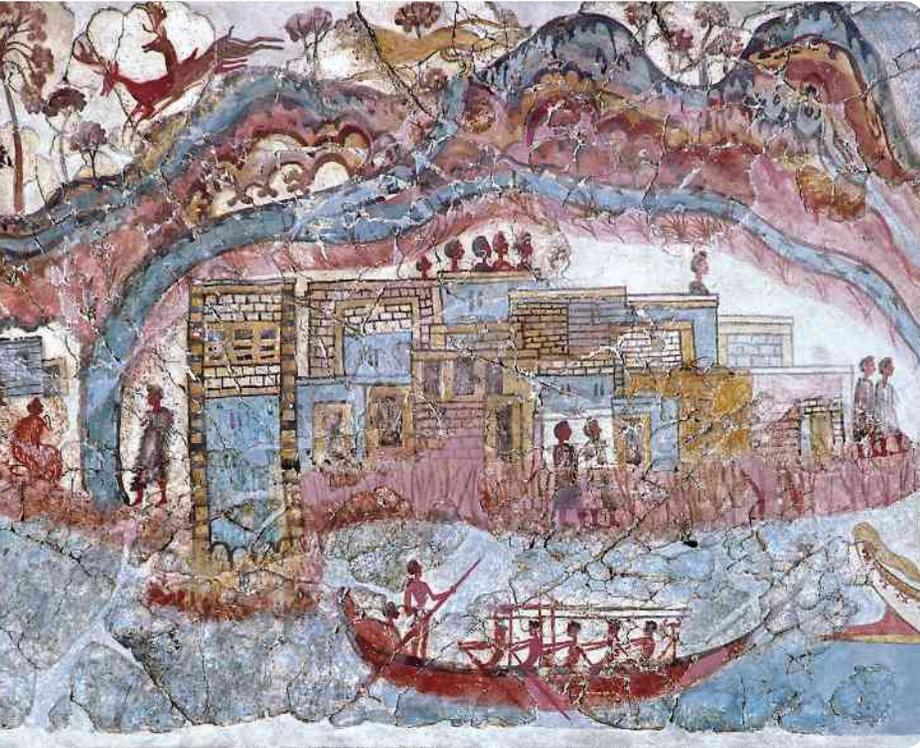
A formação da Grécia antiga (3000 a.C.-800 a.C.)



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

Cretenses

Sobre as origens da civilização minoica, sabe-se que, por volta de 2500 a.C., já podiam ser encontradas em Creta importantes cidades. Os cretenses eram artesãos hábeis no fabrico de joias e outros artefatos de metal. Por viverem em ilhas, desenvolveram a produção de embarcações sofisticadas, com as quais, por volta de 2000 a.C., expandiram e dominaram o comércio pelo Mediterrâneo.



Afresco minoico do século XIII a.C., encontrado na ilha de Thera (atual Santorini), representando embarcações em um porto.

Devido às atividades comerciais intensas, inclusive com mesopotâmicos e egípcios, os cretenses assimilaram traços de diversas culturas. A prosperidade advinda com o comércio possibilitou um grande desenvolvimento urbano, propiciando a construção de portos, aquedutos e palácios.

Por volta de 1450 a.C., a sociedade minoica estava dividida em vários principados independentes, submetidos ao controle do rei de Cnossos. Sua pirâmide social apresentava, no topo, uma aristocracia formada pelo rei e por nobres, mercadores e sacerdotes; seguia-se o grupo dos artesãos, artistas e funcionários; abaixo dele, vinham os agricultores e pastores; e, na base da pirâmide, encontravam-se os escravos.

No início do século XV a.C., Creta sofreu vários ataques dos aqueus, que dominaram diversas colônias cretenses no mar Egeu. Por volta de 1400 a.C., atacaram a cidade de Cnossos, cuja destruição marcou o colapso da sociedade minoica.

Aqueus (micênicos)

Os aqueus tinham origem indo-europeia e, desde 3000 a.C., ocupavam a península Balcânica. Nessa região, fundaram cidadelas fortificadas, como Pilo, Tirinto e Micenas, sendo esta última a mais importante (veja novamente o mapa da formação da Grécia antiga). Por isso, essa civilização também é conhecida como micênica. Graças ao intercâmbio comercial com os cretenses, os micênicos assimilaram, por exemplo, o processo de fabricação de armas e objetos de metal em geral, e incorporaram práticas agrícolas e técnicas de navegação.

Quando dominaram Creta, por volta de 1400 a.C., os aqueus assumiram o controle das rotas comerciais do Mediterrâneo, e a economia micênica desenvolveu-se enormemente. Aproximadamente em 1200 a.C., a sociedade aqueia entrou em declínio. Fragilizada, seu território foi ocupado pelos dórios, outro povo indo-europeu.

Dórios

Entre os séculos XII a.C. e VIII a.C., os dórios exerceram a supremacia na península do Peloponeso e em outras regiões da Grécia, por meio da força. Como resultado, as cidades foram destruídas; os palácios, saqueados; e as técnicas artesanais, praticamente abandonadas. As populações que reagiram à invasão foram escravizadas ou fizeram alianças, ocupando posições sociais subalternas. Algumas poucas áreas permaneceram sob o domínio de outros povos, por exemplo, a Ática, povoada pelos jônios.

Essa fase da história de formação da Grécia antiga ficou conhecida como **Período Homérico**, pois os poemas atribuídos a Homero, *Iliada* e *Odisseia*, são uma das principais fontes de informação dessa época (veja o box).

Ruínas de um palácio micênico construído por volta de 1600 a.C., no centro da ilha de Creta. No local foram encontradas esculturas, jarras de cerâmica, espadas de bronze, etc. A pequena casa, ao centro, é contemporânea; não pertence ao sítio arqueológico.



Angelos Delivorias/Stavros Vlivos/Greek Ministry of Culture

Os poemas homéricos

DIALOGANDO
COM... LITERATURA

Os poemas épicos *Iliada* e *Odisseia*, atribuídos a Homero, são considerados as mais antigas obras da literatura grega.

O primeiro poema narra a Guerra de Troia (ou *Ílion*), entre gregos e troianos, que teria sido motivada pela sedução de Helena, esposa de Menelau (rei de Esparta) pelo filho do rei de Troia, Páris. O príncipe de Troia fugiu para sua terra, levando Helena.

O segundo poema conta as aventuras enfrentadas por Ulisses, um dos guerreiros gregos que participaram da guerra, em sua longa viagem de retorno para casa.

Iliada e *Odisseia* são um marco da literatura grega. Embora tratem de um acontecimento ocorrido por volta do século XII a.C., essas obras são importantes fontes sobre os hábitos e costumes dos gregos do século VIII a.C., pois foi nessa época que esses poemas – de longa tradição oral – foram escritos.

Museu Britânico, Londres/Werner Forman Archive/Glow Images



Pintura em ânfora grega (480 a.C.), representando uma cena da *Odisseia*, na qual Ulisses é tentado pelo canto das sereias.

A civilização grega

Nos séculos que se seguiram às invasões dórias, o **processo de formação da civilização grega** ganhou impulso, resultado do intercâmbio ou do contato entre os diferentes povos que ocupavam a península Balcânica (veja o mapa da página 113).

Nesse período, os gregos organizavam-se em tribos que se subdividiam em clãs (grupos de pessoas ligadas por laços sanguíneos e com um mesmo ancestral), os **genoi** (plural de **genos**). Cada **genos** era constituído de um senhor ou patriarca, seus familiares e escravos, parentes próximos e hóspedes. A posse da terra era coletiva. O chefe tribal que mais se destacava nas guerras tornava-se rei. Formaram-se assim diversos pequenos reinos.

Com o crescimento da população, a escassez de terras férteis e o uso de técnicas rudimentares, a produção agrícola se tornou insuficiente. A falta de alimentos acirrou a disputa pelo controle da terra, o que levou à extinção da posse coletiva das propriedades agrícolas e ao aparecimento de desigualdades entre os grupos.

O domínio da aristocracia

As maiores e melhores propriedades ficaram nas mãos de um pequeno grupo, os **eupátridas** (bem-nascidos), que compunham uma espécie de nobreza. O restante da população ou ficou sem terra ou obteve pequenos lotes, pouco férteis.

Em muitas regiões da Grécia, devido à sua alta posição, os eupátridas afastaram o rei e assumiram o poder. Esse grupo constituía uma **aristocracia**, palavra grega que pode ser traduzida como “governo dos melhores”.

Vista da acrópole de Atenas, na Grécia, em foto de 2015. Observe que o Partenon, templo em homenagem à deusa da Sabedoria, Atena, encontra-se em local elevado em relação ao restante do terreno.

Kotsovolos Panagiotis/Shutterstock



As primeiras pólis

As mudanças na organização social grega contribuíram para o enfraquecimento dos *genoi*, exigindo que a região se defendesse de inimigos externos, o que incentivou o agrupamento de vários *genoi* em cidades com um governo autônomo. Começavam a surgir, assim, as **pólis**, como eram chamadas as **cidades-Estado gregas**. Esse processo ocorreu de forma quase simultânea em toda a Grécia (veja item mais adiante sobre as cidades-Estado gregas).

Em sua maioria, as pólis eram cidades fortificadas. Na parte mais alta das pólis ficavam uma espécie de fortaleza e um santuário. Essa parte da cidade era chamada de **acrópole**. Na região central da parte baixa, havia uma praça central, a **ágora**, onde os **cidadãos** se reuniam. Na periferia, viviam os trabalhadores agrícolas e os pequenos proprietários rurais. A pólis, portanto, englobava a cidade e as terras próximas a ela.

Assim, aos poucos, a sociedade grega deixava de ser primordialmente camponesa e guerreira e se transformava em uma civilização centrada em torno das pólis. No início do século VIII a.C., o mundo grego estava politicamente dividido em várias cidades-Estado, cujos habitantes encontravam-se unidos por laços de parentesco.

Cidadão: na Grécia antiga, esse termo referia-se ao habitante da cidade (pólis), que podia se expressar e participar das assembleias na ágora, praça onde eram discutidas as questões políticas. Modernamente o termo refere-se a toda pessoa, habitante de um país, nação ou Estado, que, como tal, tem direitos e deveres, comuns a seus pares. Assim, a expressão “cidadão brasileiro” identifica uma pessoa que nasceu no país Brasil.

VOCÊ SABIA?

As mulheres nas pólis

As mulheres eram desprovidas de direitos políticos nas pólis gregas e, portanto, não eram consideradas cidadãs. Mas havia áreas na vida cívica e comunitária em que elas desempenhavam papéis importantes. Em algumas festas, as mulheres tinham grande participação, como nas Panateneias (em homenagem à deusa grega da Sabedoria, Atena), pro-

movidas em Atenas. Também era comum encontrar mulheres trabalhadoras e negociantes nas camadas mais baixas da sociedade. Muitas trabalhavam na ágora ou nos arredores. Algumas se dedicavam ao pequeno comércio, vendendo gêneros alimentícios ou itens como perfumes e grinaldas; outras dirigiam tabernas ou trabalhavam com lã.

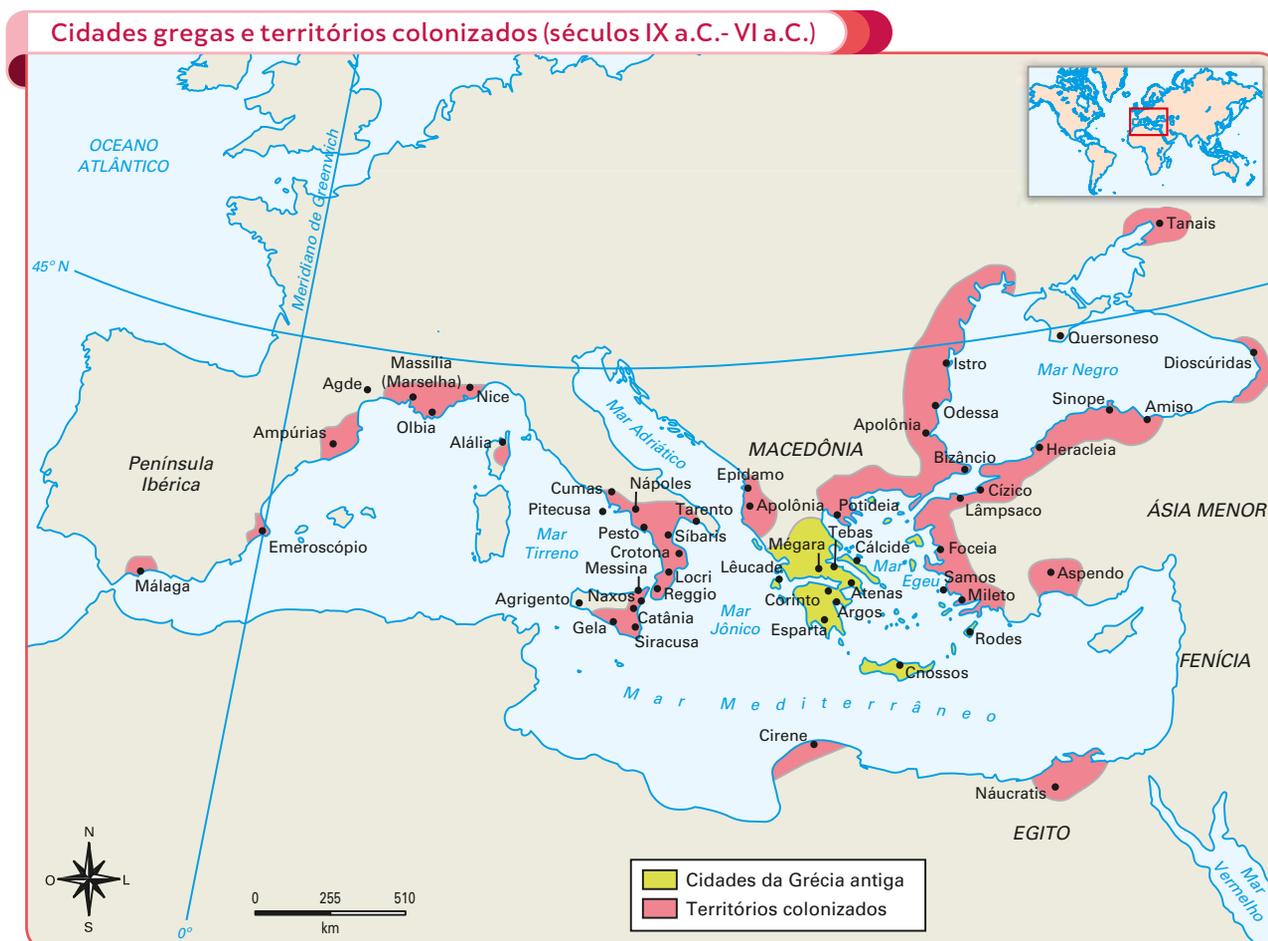
Texto elaborado com base em: CARTLEDGE, Paul (Org.). *História ilustrada da Grécia antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 160-182.



Reconstrução de frisos em mármore do Partenon, em Atenas, com diversos momentos de uma procissão durante as festas em homenagem à deusa Atena. Originalmente os frisos foram produzidos entre 447 a.C. e 422 a.C. As Panateneias eram um espaço importante de ativa participação feminina na Grécia antiga.

2 Pólis gregas: Esparta e Atenas

A pólis era a unidade política básica da Grécia antiga, com autonomia e independência. Não havia um Estado centralizado que unificasse toda a sociedade grega. Por falta de documentação, não se sabe a data exata em que surgiram as primeiras pólis. Historiadores acreditam que apareceram entre os séculos VIII a.C. e VII a.C. – ou seja, no Período Arcaico (séculos VIII a.C.-VI a.C.) – e se localizavam na Ásia Menor, onde se refugiaram grupos populacionais que fugiam dos dórios.



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

Em algumas pólis, o poder político era exercido diretamente pelos cidadãos por meio de assembleias realizadas na ágora. Discutiam-se aí questões de interesse público, tomavam-se decisões e elaboravam-se as leis. Nesse processo, alguns cidadãos se destacavam, dando origem à figura do político, ou seja, aqueles que se dedicavam ao governo da pólis.

Entretanto, poucos habitantes das pólis eram considerados cidadãos. Apenas os homens livres – proprietários de terra, artesãos, comerciantes e pequenos proprietários – detinham os direitos de cidadania, ou seja, direitos de cidadãos. Estavam excluídos da vida política das pólis: os escravos, os estrangeiros livres (**metecos**) e as mulheres.

Entre as diversas cidades-Estado gregas, duas se destacaram: Esparta e Atenas (veja o mapa acima).

A sociedade espartana

Esparta foi fundada pelos dórios no sudeste do Peloponeso, por volta do século IX a.C. Depois de um período de expansão, no final do século VII a.C., Esparta já dominava um terço de todo o Peloponeso.

Seus governantes mantiveram a cidade isolada das outras pólis e criaram um exército permanente, com uma rígida disciplina militar (sobre a infantaria grega, veja a seção *Olho vivo* na página 120). Paralelamente, estabeleceram-se na cidade relações sociais e econômicas fundamentadas na total subordinação do indivíduo ao **Estado**.

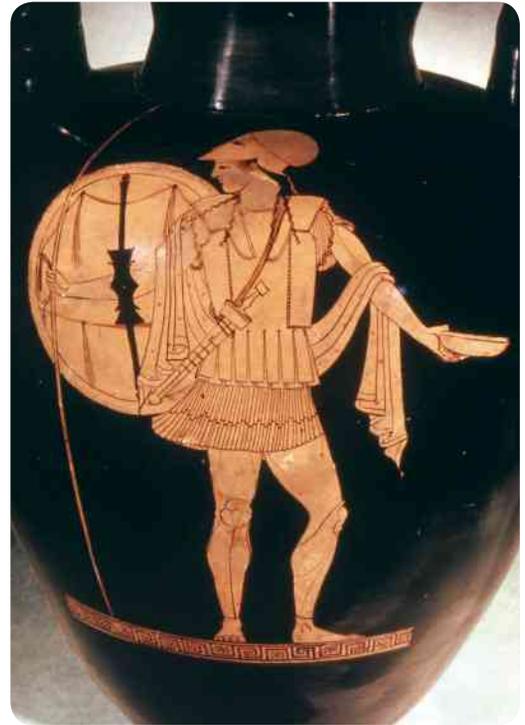
Estado: conjunto de instituições (como as Forças Armadas, funcionalismo público, Poder Judiciário, etc.) que formam um governo, controlam e administram uma nação.

A sociedade espartana dividia-se em três grupos.

- **Espartanos (ou espartíatas):** descendentes dos conquistadores dórios, eram os únicos a ter direitos de cidadania. Possuíam as melhores terras e deviam dedicar todo o seu tempo à política e ao Exército.
- **Periecos:** antigos habitantes das regiões conquistadas pelos dórios e não resistiram à ocupação. Embora livres, eram submissos aos espartanos. Sem direitos políticos, viviam na periferia da cidade.
- **Hilotas:** grupo formado pelos antigos habitantes do Peloponeso que resistiram à invasão dos dórios e foram transformados em escravos. Todos os anos, deviam dar metade do que colhiam aos seus proprietários espartanos.

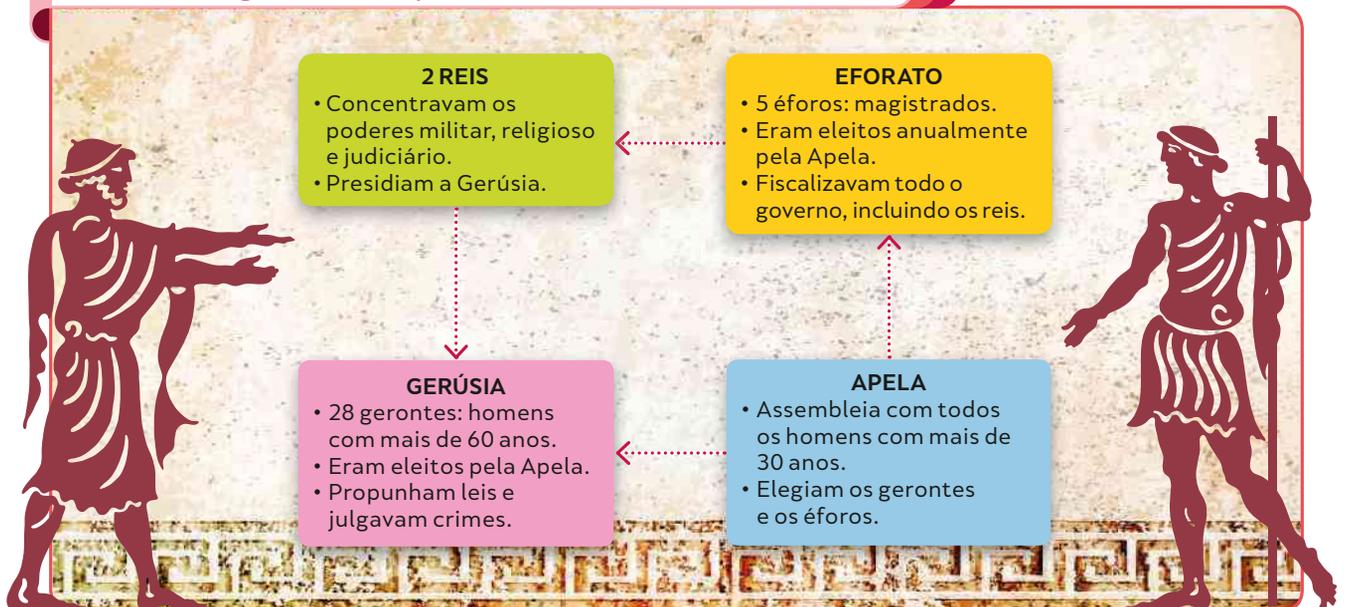
A estrutura de governo em Esparta era bastante subdividida em reis, gerontes, éforos e em três assembleias – a **Gerúsia**, a **Apela** e o **Eforato** (veja o esquema).

Representação de guerreiro espartano em vaso grego de 480 a.C. A permanente preparação para a guerra e a preocupação em fazer do soldado um guerreiro insensível à dor eram características centrais na educação de meninos e rapazes de Esparta.



The Granger Collection, New York/Other Images

Estrutura de governo em Esparta (entre os séculos IX a.C. e VII a.C.)



Fundo: Irina-PITTORE/Shutterstock; Ilustrações: Thumbelina/Shutterstock



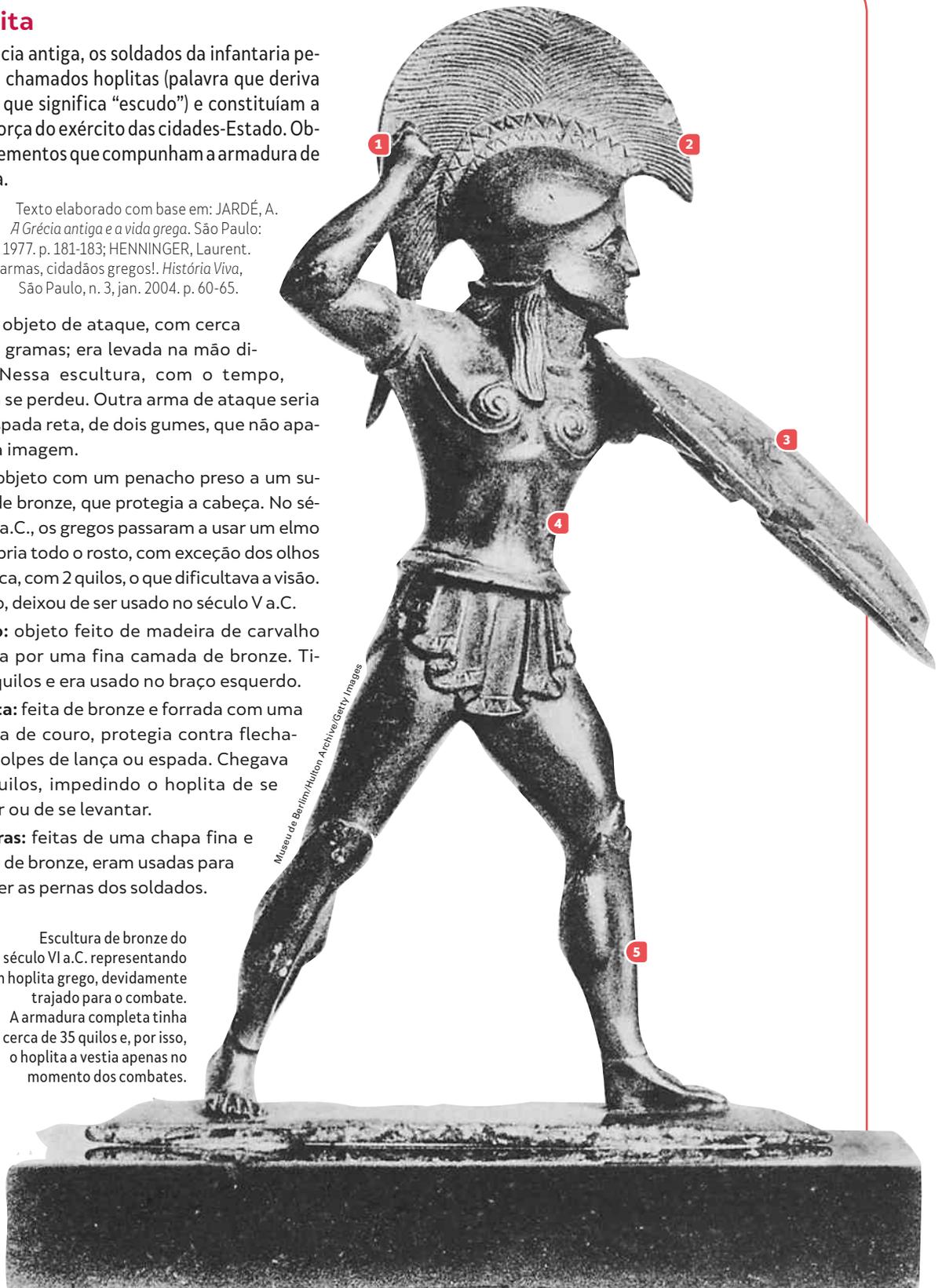
O hoplita

Na Grécia antiga, os soldados da infantaria pesada eram chamados hoplitas (palavra que deriva de *hóplon*, que significa “escudo”) e constituíam a principal força do exército das cidades-Estado. Observe os elementos que compunham a armadura de um hoplita.

Texto elaborado com base em: JARDÉ, A. *A Grécia antiga e a vida grega*. São Paulo: Edusp, 1977. p. 181-183; HENNINGER, Laurent. *Às armas, cidadãos gregos!*. *História Viva*, São Paulo, n. 3, jan. 2004. p. 60-65.

- 1 Lança:** objeto de ataque, com cerca de 700 gramas; era levada na mão direita. Nessa escultura, com o tempo, a lança se perdeu. Outra arma de ataque seria uma espada reta, de dois gumes, que não aparece na imagem.
- 2 Elmo:** objeto com um penacho preso a um suporte de bronze, que protegia a cabeça. No século VI a.C., os gregos passaram a usar um elmo que cobria todo o rosto, com exceção dos olhos e da boca, com 2 quilos, o que dificultava a visão. Por isso, deixou de ser usado no século V a.C.
- 3 Escudo:** objeto feito de madeira de carvalho coberta por uma fina camada de bronze. Tinha 9 quilos e era usado no braço esquerdo.
- 4 Couraça:** feita de bronze e forrada com uma camada de couro, protegia contra flechadas e golpes de lança ou espada. Chegava a 14 quilos, impedindo o hoplita de se abaixar ou de se levantar.
- 5 Perneiras:** feitas de uma chapa fina e flexível de bronze, eram usadas para proteger as pernas dos soldados.

Escultura de bronze do século VI a.C. representando um hoplita grego, devidamente trajado para o combate. A armadura completa tinha cerca de 35 quilos e, por isso, o hoplita a vestia apenas no momento dos combates.



Democracia em Atenas

Situada na Ática, Atenas (reveja o mapa da página 118) foi fundada pelos jônios por volta do século IX a.C. A forma como a cidade era governada foi mudando ao longo do tempo. No início, havia um rei que assumia funções também de sacerdote, comandante militar (**polemarca**) e chefe civil (**arconte**). Os aristocratas atenienses (**eupátridas**) escolhiam esses governantes.

Depois, com a extinção da realeza, polemarcas e arcontes concentraram o poder político, militar e religioso, com o apoio do conselho de anciãos, o **Areópago**, formado por eupátridas. Ao lado desse órgão, havia a **Eclésia**, composta de homens livres que integravam o exército e elegiam os governantes, aprovavam leis e decidiam questões relativas à paz e à guerra.

Desigualdades e reformas

Apesar do aparente equilíbrio na estrutura de governo, as desigualdades em Atenas eram grandes: comerciantes enriqueciam, pequenos camponeses e artesãos viviam na miséria e muitos se tornavam escravos pela impossibilidade de pagar suas dívidas. Entre os séculos VII a.C. e VI a.C., eclodiram conflitos sociais que obrigaram os legisladores a promover reformas.

As mais importantes mudanças ocorreram no século VI a.C., promovidas por dois governantes que não eram aristocratas: Sólon, um arconte, e Pisístrato, um **tirano**. Entre outras, eles adotaram as seguintes medidas: perdoaram dívidas, devolveram aos antigos donos as propriedades confiscadas, proibiram a escravidão por dívidas, confiscaram grandes propriedades dos nobres e promoveram reforma agrária. Na política, a Eclésia assumiu maiores poderes e foi instituído um tribunal popular, a **Bulé**, cujos juízes eram escolhidos por sorteio entre os cidadãos. As artes e o comércio foram incentivados, transformando Atenas em importante centro comercial, artístico e cultural da Grécia.

Arconte: magistrado da antiga Grécia, originalmente com poder de legislar e dignidade vitalícia próxima à realeza.

Tirano: na Grécia antiga, era o líder político que tomava o poder com o apoio da população. Os tiranos foram importantes para os gregos por introduzirem reformas na legislação agrária em benefício das classes populares. No mundo atual, tirano é aquele que usurpa o poder de um Estado, usando a força, não respeita as liberdades individuais nem as leis, sendo assim autoritário e opressivo. Modernamente, o termo “tirania” designa um tipo de ditadura opressiva.

The Ancient Art and Architecture Collection Ltd., Londres/Topfoto/Keystone



A invasão do território grego pelos persas, liderados pelo imperador Dario, deu origem às *Guerras Médicas* ou *Greco-Pérsicas*. Unidas, Atenas e Esparta expulsaram os invasores, consolidando a supremacia grega no Mediterrâneo oriental. Na imagem, vaso grego (do século V a.C.) com pintura que representa uma cena de batalha.

O declínio da aristocracia ateniense se consumou pouco depois, quando o arconte Clístenes (508 a.C.-507 a.C.) dividiu a Ática em cem unidades políticas e territoriais, os **demos**, cada um com seu chefe, o **demiarca**, escolhido por voto. O principal órgão legislativo era a Assembleia, em que qualquer cidadão poderia expor sua opinião ou votar em alguma questão colocada em pauta. Em Atenas e em outras cidades, também tais reformas deram origem à democracia: em grego, o “governo dos demos” (“governo do povo” ou “governo da maioria”).

Detalhe da acrópole de Atenas, Grécia. Foto de 2015.



Embora mulheres, escravos, ex-escravos e estrangeiros representassem a maior parte da população (cerca de 360 mil pessoas numa população de 400 mil no século V a.C.), não eram considerados cidadãos e por isso estavam impedidos de participar das assembleias.

A democracia grega assegurava aos cidadãos três direitos essenciais: liberdade individual, igualdade perante a lei e direito de expressar suas opiniões nas assembleias, mas não beneficiava 100% da população.

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 Observe atentamente o mapa sobre a formação da Grécia antiga (página 113). Com base nele, responda no caderno ao que se pede.
 - a) Considerando as informações do mapa, é possível dizer que a sociedade grega originou-se de um processo migratório único? Justifique sua resposta.
 - b) Descreva a geografia da península Balcânica a partir de 3000 a.C. apresentando o processo de ocupação do território da Grécia antiga.
 - c) O mapa indica a localização de algumas cidades minoicas, como Creta e Cnossos. É possível estabelecer uma relação entre a localização geográfica dessas cidades e a principal atividade econômica que nelas se desenvolveu? Justifique sua resposta.
 - d) Compare as informações desse mapa com as do mapa que mostra as cidades gregas e os territórios colonizados pelos gregos entre os séculos IX a.C. e VI a.C. O que mudou no território ocupado pelos gregos entre os dois períodos?
- 2 Descreva e relacione os principais aspectos das sociedades cretenses, micênica e dórica que se estabeleceram na região da península Balcânica entre 3000 a.C. e 800 a.C.
- 3 Ao longo do processo de formação da Grécia antiga, a organização política dos gregos sofreu várias transformações. Sobre esse tema, faça no caderno o que se pede.
 - a) Explique o que eram os *genoi* e como se formaram os governos aristocráticos nessas comunidades.
 - b) Compare os *genoi* com a forma de organização social e política da pólis grega. Para tanto, destaque quais eram as características fundamentais da pólis.
 - c) Explique o que significava ser cidadão na pólis grega.
- 4 Esparta e Atenas foram as pólis que mais se destacaram na história política da Grécia antiga. Cite e compare as principais características dessas duas pólis.

DIALOGANDO COM... GEOGRAFIA

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO

ATIVIDADE

- As mulheres eram impedidas de participar das *discussões* das assembleias e de decidir o rumo das ações das pólis. O texto a seguir é um fragmento da peça *Lisístrata*, escrita pelo dramaturgo grego Aristófanes (aproximadamente 455 a.C.-375 a.C.). A peça é uma comédia que imagina como seria o governo da pólis, caso as mulheres tomassem o poder. Leia atentamente o trecho selecionado e, em seguida, responda no caderno ao que se pede.

DIALOGANDO
COM... LITERATURA

VALENTINA

— Então vão sentando nesses bancos da praça. Agora que estamos todas juntas, quero ver se as resoluções de nossa última reunião foram executadas devidamente.

3ª MULHER

— De minha parte, sim.

Levantando lateralmente um braço.

— Estou com as axilas mais peludas que um espanador, conforme combinamos. Além disso, toda vez que meu marido saía para vir discutir política eu tomava um pouco de sol, para parecer mais máscula.

2ª MULHER

— Eu também! A primeira coisa que fiz foi deixar de me depilar com o aparelho de barba de meu marido, para ficar toda peluda, como um homem!

VALENTINA

— E todas estão com as barbas que combinamos trazer?

1ª MULHER

Mostrando a barba postiça que traz na mão.

— Veja que barba linda!

[...]

— Muito bem. Quanto ao resto, vejo que fizeram tudo como havíamos combinado. Estão com as roupas, com o calçado, com tudo dos maridos.

[...]

VALENTINA

— Então vamos traçar já os nossos planos, enquanto há estrelas no céu, pois a assembleia de que iremos tomar conta deverá estar reunida quando o sol nascer.

1ª MULHER

— É isso mesmo; e também temos de garantir um lugar na tribuna mais bem colocada.

2ª MULHER

Mostrando uma bolsa com lã e agulhas de tricô.

— Eu ando sempre com isto; fico fazendo tricô enquanto a assembleia enche.

VALENTINA

— Enche, sua errada?

2ª MULHER

— Sim. Mesmo fazendo tricô, estarei ouvindo. Minhas crianças estão nuas!

VALENTINA

— Vocês estão vendo? Fazer tricô!... Não esqueçam nossa combinação: não devemos deixar os homens verem nada de feminino em nós, principalmente qualquer parte de nosso corpo! Estaríamos fritas se, no meio de tanto homem, alguma de nós cruzasse graciosamente as pernas, mostrando a... diferença! Mas se ocuparmos logo os lugares, ninguém notará que estamos disfarçadas. E quando nos virem com as barbas que trouxemos, todos nos tomarão por homens de verdade. [...]

ARISTÓFANES; *Lisístrata*. A greve do sexo. A revolução das mulheres. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. Edição digital sem paginação.

- No trecho da peça, Valentina, uma das líderes do movimento de mulheres que pretende tomar conta do governo de Atenas, questiona as demais mulheres se todas estão bem disfarçadas de homem. Quais estratégias elas utilizaram para se disfarçar?
- O fragmento da peça de Aristófanes indica de forma muito clara que a cidadania ateniense era exclusividade dos homens. Indique de que modo isso fica claro no texto.
- Em Atenas, as mulheres estavam, por lei, excluídas da cidadania. Hoje em dia, as leis de nosso país estabelecem direitos iguais para homens e mulheres. Você acredita que, na prática cotidiana, as mulheres possuem direitos políticos e sociais iguais aos dos homens? Justifique sua resposta.



3 O Império Macedônio e o helenismo

Formação do Império Macedônio

De origem desconhecida, os macedônios viviam em uma região ao norte da Grécia. Em 359 a.C., o rei Filipe II organizou um poderoso exército e iniciou a expansão territorial da Macedônia. Sabendo que as cidades-Estado gregas não possuíam um governo único, Filipe fez uso da diplomacia e das armas para conquistar poder e influência sobre as cidades da Grécia. Em 338 a.C., foi aclamado governante de todo o território grego.

Assassinado dois anos mais tarde, Filipe foi sucedido no trono por seu filho, Alexandre, jovem de 20 anos que mudaria os rumos da história de diversas regiões do Mediterrâneo oriental e da Ásia.

No início de seu reinado, Alexandre enfrentou levantes na Grécia contra o domínio macedônio. Após a pacificação dos territórios gregos e com um imenso exército, partiu em direção ao Oriente, em 334 a.C., decidido a dominar a Pérsia, governada por Dario III. Além da Pérsia, as tropas de Alexandre conquistaram a Síria, a Fenícia e a Palestina, que também estavam sob o governo de Dario III.

A última possessão persa no Mediterrâneo era o Egito. Recebido como libertador, Alexandre foi adorado pelos egípcios como encarnação do deus Amon e aclamado sucessor dos faraós.

Conforme expandia seu império, Alexandre criava centros de irradiação cultural para divulgar a ciência, as artes e a literatura da Grécia. No delta do rio Nilo, o jovem rei fundou, em 332 a.C., a cidade de Alexandria, que viria a ser uma das mais importantes de todo o Mediterrâneo antes da ascensão de Roma.



Moeda de ouro cunhada com o rosto de Filipe II, rei da Macedônia, durante seu governo, entre 359 a.C. e 336 a.C. O artefato está em exposição no Museu da Universidade de Cambridge, Inglaterra.



Templo de Trajano (construído no século II), em Pérgamo, na Turquia, possui arquitetura típica do Período Helenístico. Foto de 2015.

Assim, a religião, a cultura e os costumes gregos se difundiram por outras regiões. A língua grega se transformou no principal idioma das pessoas instruídas. Nesse processo, ocorreu uma fusão entre o conhecimento grego e a cultura dos povos conquistados, que teve como resultado uma cultura única: o **helenismo** (termo que vem de *Hélade*, que é a forma como os antigos gregos denominavam a região em que viviam e significa “terra dos helenos”).

Mitologia grega

A religião era extremamente importante para os gregos. Tal qual a maioria dos povos da Antiguidade, os gregos eram politeístas, acreditavam na existência de diversos deuses e consideravam que as divindades interferiam diretamente na vida dos seres humanos. Inicialmente, as histórias que contavam a origem e a vida desses deuses eram transmitidas oralmente de pais para filhos.

No século VIII a.C., o poeta Hesíodo reuniu essas histórias em seu poema *Teogonia*. Graças a elas, conhecemos hoje um pouco mais o pensamento e os cultos religiosos da Grécia antiga. Essas histórias são conhecidas como mitos, e a reunião de todos os mitos forma a mitologia grega. Segundo essa mitologia, a maioria dos deuses habitava o alto do monte Olimpo, maior montanha da Grécia. Cada deus tinha um atributo especial. Embora imortais, os deuses gregos tinham sentimentos tipicamente humanos: raiva, ciúme, amor, inveja, ódio, etc. Havia 12 divindades principais: Zeus, deus do trovão, o mais importante de todos, casado com Hera (deusa do casamento); Poseidon, irmão de Zeus e senhor dos mares; Apolo, deus da música; Hefesto, do fogo; Ares, da guerra; Hermes, deus-mensageiro; Deméter, deusa da fertilidade; Atena, da sabedoria; Afrodite, do amor; Ártemis, da caça; e Héstia, deusa dos lares.

Havia ainda outras entidades, como faunos, ninfas e musas. Também se destacavam heróis humanos, como Odisseu (também chamado de Ulisses, herói dos poemas *Iliada* e *Odisseia*), e semideuses, filhos de um deus, ou deusa, com um ser humano. Um dos mais conhecidos era Hércules (Hércules), filho de Zeus com a tebana Alcmena.

Estátua em mármore do deus grego Hermes (mensageiro), amarrando suas sandálias aladas. Escultura do francês Jean-Baptiste Pigalle, produzida no século XVIII.



Bridgeman/Keystone

Declínio do Império Macedônio

Depois do Egito, as tropas de Alexandre venceram o exército de Dario III, em 331 a.C., na Mesopotâmia. Ele então rumou para o Oriente, alcançando o rio Indo, na Índia, em 326 a.C.

De volta à Mesopotâmia, Alexandre morreu de uma febre desconhecida em 323 a.C., aos 32 anos de idade. Por seus feitos militares, passaria à posteridade como Alexandre, o Grande, ou ainda Alexandre Magno. Sem deixar filhos nem herdeiros para o trono após sua morte, seus generais travaram uma sangrenta disputa pelo poder.

No início do século III a.C., o Império Macedônio encontrava-se dividido em três grandes reinos, que sobreviveram por mais de um século graças a laços de língua, comércio e cultura. Pouco a pouco, no entanto, os reinos se enfraqueceram devido a lutas internas e ao aumento da pobreza. Ao mesmo tempo, Roma despontava como uma nova potência no Mediterrâneo. Em 148 a.C., os romanos dominaram a Macedônia e, dois anos depois, conquistaram a Grécia, anexando-a a seus domínios. Um novo império estava nascendo.



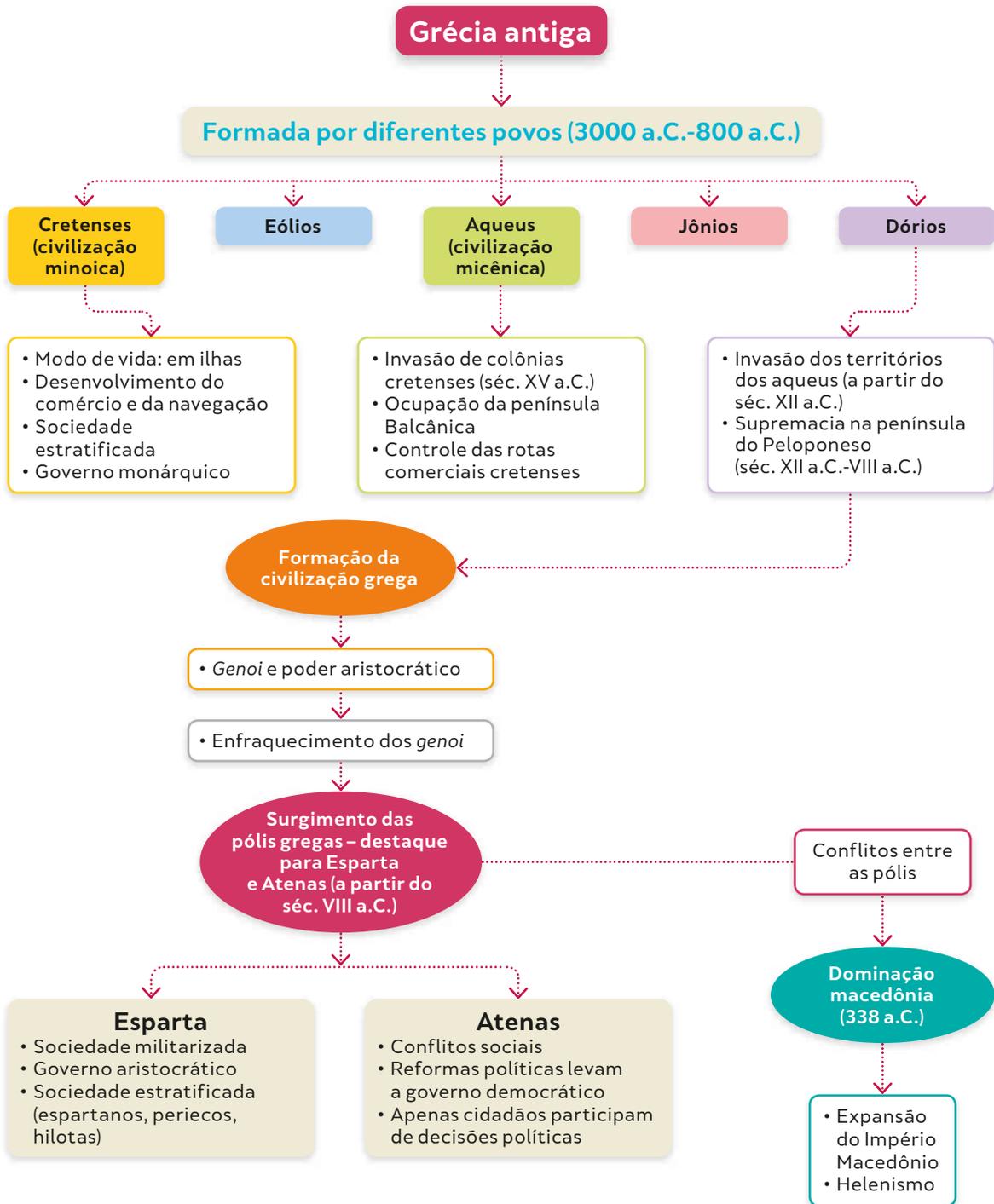
Moedas chamadas tetradracmas na época de Alexandre, o Grande, século IV a.C. Cada tetradracma equivalia a 4 dracmas na economia greco-macedônia.



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006. p. 18.



ESQUEMA-RESUMO



- A história da civilização grega foi marcada por interação e conflito entre diferentes povos, como os cretenses, aqueus, eólios, jônios, dórios, macedônios, entre outros. Com base na observação do esquema-resumo, explique no caderno de que forma esses conflitos provocaram mudanças que levaram ao desenvolvimento da civilização e da cultura gregas e culminaram no processo denominado helenismo.



ATIVIDADES

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ORGANIZANDO AS IDEIAS

- 1 A democracia ateniense foi um dos mais importantes legados da Grécia antiga para a humanidade. Entretanto, a democracia em Atenas foi fruto de um longo amadurecimento político. Explique como se deu o processo de construção da democracia ateniense.
- 2 O Império Macedônio começou a se formar a partir da conquista da Grécia no século IV a.C. Descreva, em linhas gerais, como ocorreu a conquista do território grego e como se constituiu, a partir de então, o Império Macedônio.
- 3 A expansão do Império Macedônio foi acompanhada pela difusão da cultura helenística. Explique esse processo.
- 4 Alexandre assumiu o trono da Macedônia aos 20 anos de idade e faleceu, vítima de uma febre misteriosa, em 323 a.C., aos 32 anos. Todo o Império Macedônio foi formado nesse período. O que ocorreu com esse território após a morte de Alexandre?
- 5 O helenismo significou a disseminação de valores, padrões de comportamento e traços culturais gregos para amplos territórios na Antiguidade. Essa fusão de valores gregos com as diferentes culturas tornou a língua grega o principal idioma das pessoas instruídas. Atualmente, você acredita que existe no mundo a disseminação de valores e padrões de comportamento de uma sociedade sobre as demais? Escreva três argumentos que justifiquem sua opinião. Compartilhe suas ideias oralmente com os colegas.
- 6 Nosso conhecimento sobre a formação e a história da civilização grega e do Império Macedônio foi possível graças a um conjunto numeroso de documentos e outros vestígios pesquisados por historiadores e arqueólogos. Com base na leitura do capítulo, identifique alguns desses **documentos** e **vestígios históricos**.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 A dominação do território grego por Filipe II da Macedônia ocorreu com grande resistência. As diversas pólis lutaram contra o avanço macedônio, tanto pelas armas quanto pela diplomacia. Um exemplo dessa resistência são os discursos de Demóstenes. Nascido por volta de 384 a.C., ele era um importante político ateniense e escreveu muitos textos contra o avanço macedônio. O trecho a seguir é de um discurso intitulado *Terceira filípica*, escrito em 341 a.C. Leia atentamente o fragmento e responda ao que se pede.

Atenienses! [...] Quero dizer-vos por que a situação me preocupa tanto: se minhas considerações forem corretas, adotai-as e pensai ao menos em vós mesmos, se não nos demais; se vos parecer que estou tresvariando, não me deis ouvidos, nem agora nem depois.

É desnecessário repetir que, de início, Filipe era um anãozinho e agora é um gigante; que os gregos lutam entre si e se olham com suspeita; que naquele então ninguém julgaria possível um crescimento desses, ao passo que agora — com as posições que ele adquiriu — é mais fácil pensar que também submeterá os demais: é desnecessário que eu vos apresente estas e outras considerações do gênero. Ao contrário: vejo que todos, a começar por vós, concederam a ele aquele privilégio que, no passado, sempre esteve na origem de todos os conflitos na Grécia. Qual? O de fazer o que quiser, depredar os gregos um a um, atacar e submeter as cidades.

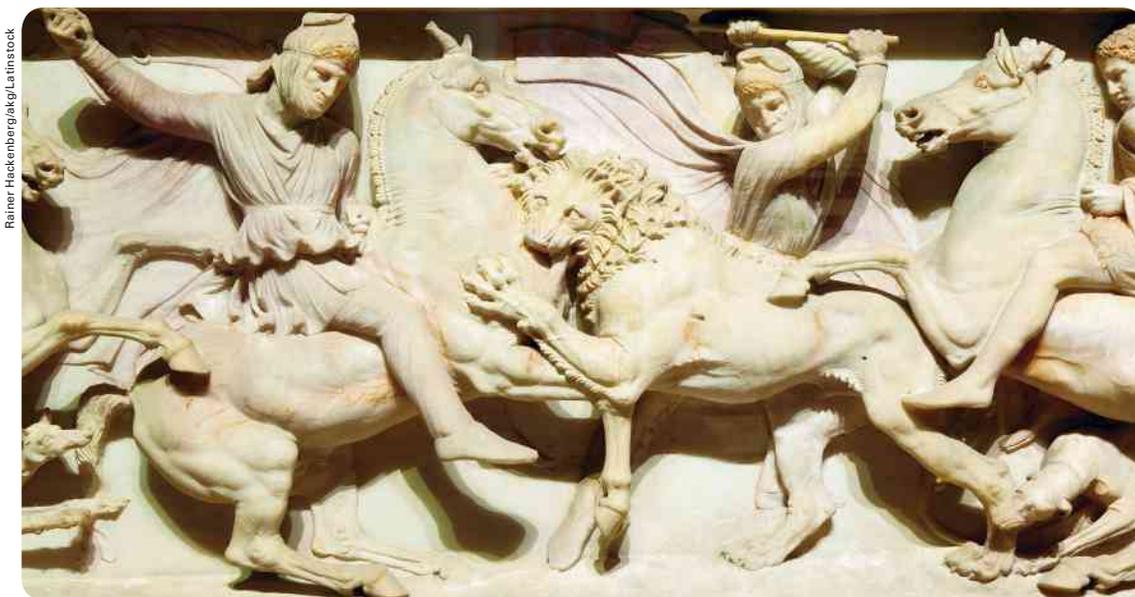
CANFORA, Luciano. *O mundo de Atenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 37-38.

- a) De que forma Demóstenes caracteriza o rei Filipe II?
- b) Como o autor do discurso explica o avanço e o fortalecimento dos macedônios?
- c) Tendo em vista que o discurso foi escrito em 341 a.C., formule uma **hipótese** para justificar o objetivo político do seu autor com esse documento.

- 2 Observe a imagem a seguir. Trata-se do detalhe de uma construção conhecida como o sarcófago de Alexandre, encontrado na Necrópole de Sidon (atual território do Líbano). Na imagem é possível observar o adorno da construção, que mostra Alexandre e seus soldados caçando leões em companhia de soldados persas. Com base nisso, responda ao que se pede.

DIALOGANDO
COM...

ARTE



Relevo em mármore decora o sarcófago de Alexandre, o Grande, no Museu Arqueológico de Istambul, Turquia.

- Descreva a cena e a forma como os personagens estão representados no adorno do sarcófago.
- Os adornos do túmulo são uma manifestação da cultura helenística. Observe-os e explique o que revelam sobre essa cultura.
- Pode-se considerar que a decoração do sarcófago reforça o caráter guerreiro e conquistador de Alexandre? Justifique sua resposta utilizando os elementos da imagem em seu argumento.

TESTE SEU CONHECIMENTO

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

- 1 (UFPR) Considere o texto abaixo.

O surgimento das moedas liga-se [...] a três transformações culturais notáveis da Grécia nos idos do século VII a.C. [...]: o desenvolvimento da pólis [...] e da vida política [...], a complexificação crescente das trocas comerciais [...] [e] a alfabetização.

FUNARI, Pedro Paulo. *Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 50.

A partir do excerto acima e dos conhecimentos sobre a Grécia antiga, identifique a alternativa que relaciona corretamente

a pólis, a expansão grega e o desenvolvimento das moedas.

- A pólis desenvolveu-se como uma cidade fortificada, caracterizando a ocupação da Magna Grécia por Esparta. A expansão grega ocorre devido à insuficiência de escravos nas cidades-Estado. Nas guerras realizadas no Mediterrâneo, milhares de prisioneiros foram feitos escravos e vendidos nas colônias gregas, o que intensificou a circulação de moedas.



- b) A pólis era um tipo específico de organização social encontrada em Atenas e Esparta. No período em questão, essas duas cidades-Estado rivalizaram-se na expansão territorial, gerando a Guerra do Peloponeso. Ao final deste conflito, os atenienses derrotados fundaram colônias em regiões do Mediterrâneo e do mar Negro, aumentando a circulação de moedas.
- c) A pólis foi a principal forma de organização social na Grécia, constituindo-se em cidades autônomas com governos e leis próprias. No século VII a.C., com o aumento demográfico e a concentração latifundiária, houve a expansão grega para regiões do Mediterrâneo e do mar Negro, causando intensa circulação de moedas para o comércio marítimo e terrestre.
- d) A pólis surgiu como solução para os conflitos entre Esparta e Atenas pelo domínio do restante da Grécia, constituindo-se como cidade autônoma fortificada, cujo isolamento a protegia de agressões. Isso permitiu a expansão comercial marítima de Atenas pelo Mediterrâneo, levando à formação de colônias e ao aumento da circulação de moedas nas trocas comerciais.
- e) A pólis era um tipo de cidade-Estado que se desenvolveu em decorrência da expansão comercial grega, ocasionando a fundação de colônias na Magna Grécia. Por conta de seu caráter autônomo, algumas cidades-Estado uniram-se na Liga de Delos para conquistar territórios no Mediterrâneo, gerando aumento na atividade comercial grega e o uso de moedas.

2 (Ceeteps-SP)

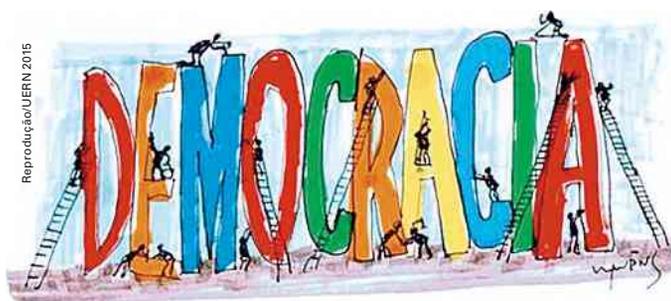
O teatro é uma das expressões artísticas criadas na Antiguidade, tendo desempenhado um importante papel na sociedade da Grécia. De fato, tanto na Tragédia como em especial na Comédia Antiga, isto é, na comédia ateniense do século V a.C., observa-se a presença de intenção e reflexos políticos. O dramaturgo equacionava nas suas peças os problemas fundamentais da pólis, procurando oferecer possibilidades de solução e, dessa forma, atuar pedagogicamente sobre os cidadãos reunidos no teatro.

Disponível em: <<http://tinyurl.com/pk2ryye>>. Acesso em: 23 fev. 2016. (Adaptado.)

De acordo com as informações apresentadas, é correto concluir que o teatro grego da Antiguidade:

- a) legitimava o exercício do poder centralizado dos reis absolutistas.
- b) contribuía para o exercício da cidadania no regime democrático.
- c) priorizava a abordagem de temas que favoreciam a aristocracia.
- d) excluía as discussões de temas reais, enfatizando temas mitológicos.
- e) evitava se utilizar de elementos cômicos para tratar de assuntos sérios.

3 (Uern) Observe a charge e leia o trecho.



Disponível em <<http://montanhasrn.wordpress.com/2014/07/13/o-brasil-tem-uma-democracia-que-se-nega-a-participacao-social>>.

A ágora ou praça central era o espaço onde se reuniam os cidadãos para discutir a vida política e decidir sobre as ações a serem tomadas.

VAINFAS, 2010.

Ao analisarmos a charge e o texto, e tendo em vista o contexto da Grécia antiga e o do Brasil atual em relação à participação política, é possível inferir que:

- a) em ambos os casos, apesar da ideia de democracia preconizar a participação de todos, existiam (e existem) limites para o exercício pleno desse direito.
- b) na Grécia, cidadão era apenas aquele que participava das Gerúsias, por ser considerado *homo politicus*. No Brasil, só se considera cidadão o indivíduo com mais de 18 anos.
- c) tanto na Grécia quanto no Brasil, a democracia era (e é) caracterizada pela participação universal, ou seja, de toda a população votante e em dia com suas obrigações eleitorais.
- d) como no Brasil o voto atual é direto e secreto, o processo democrático tornou-se mais transparente e incorruptível, o

que não era possível na Grécia, devido ao controle de poder dos generais.

4 (UFRGS-RS) Com relação à vida social e política na Grécia clássica, assinale a alternativa correta.

- a) A democracia grega foi instituída no século VI a.C. por Clístenes, colocando fim a um período de governo tirânico e criando os princípios da República.
- b) A decadência da pólis grega no período arcaico, entre os séculos VIII a.C. e VI a.C., e o surgimento do Império Ateniense permitiram o florescimento cultural nas cidades antigas.
- c) O desenvolvimento de uma filosofia fundada na razão ocorreu com o fim do período micênico na Grécia, o que implicou a passagem do politeísmo para o monoteísmo.
- d) Os habitantes tinham direitos políticos e eram considerados cidadãos nas cidades-Estado, com exceção das mulheres e dos escravos.
- e) A união política entre atenienses e espartanos contra os avanços do exército persa ocorreu no contexto da Guerra do Peloponeso.

5 A sociedade grega se formou a partir dos contatos e das relações de diferentes povos, como os cretenses, os aqueus e os dórios. Leia as seguintes afirmações sobre esse tema e escolha a opção correta. Depois, justifique os erros das afirmativas falsas no caderno.

- I. Os aqueus e os dórios disputaram a hegemonia da península do Peloponeso por séculos, enquanto os cretenses ocuparam as ilhas do mar Mediterrâneo e controlaram o comércio dos mares. Esse equilíbrio só foi rompido com a chegada dos persas na região.
- II. A sociedade minoica se desenvolveu por séculos com o comércio pelo Mediterrâneo e só entrou em declínio a partir do século XV a.C. Os ataques dos aqueus, que conquistaram a cidade de Cnossos em 1400 a.C., marcaram o colapso dessa sociedade.

III. Após as invasões dóricas, os povos que ocupavam a península Balcânica passaram a se organizar em tribos chamadas de *genoi*. Nessas tribos, a posse da terra era coletiva, e o chefe tribal que mais se destacava se tornava o rei do *genos*.

IV. Os aqueus ocuparam a península Balcânica vindos do Egito. Por isso, a sociedade micênica dominava o processo de fabricação de armas e conhecia técnicas de navegação e práticas agrícolas.

- a) Apenas a afirmativa IV está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I e II estão corretas.
- d) As afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I e IV estão corretas.

6 A sociedade grega se organizou em torno das pólis, que eram muito variadas e com características próprias. Porém, existiam alguns traços comuns entre elas. Leia as seguintes afirmativas sobre o tema e escolha a opção correta. Depois, justifique os erros das afirmativas falsas no caderno.

- I. A maioria das pólis era formada por cidades fortificadas, e na parte mais alta do seu espaço se localizavam uma fortaleza e um santuário.
- II. A região central das pólis era chamada de *ágora*, espaço no qual os trabalhadores agrícolas produziam os alimentos que sustentavam os habitantes da pólis.
- III. As duas pólis que mais se destacaram foram Esparta e Atenas. Em ambas, o regime aristocrático de governo foi substituído por um regime democrático, após conflitos sociais internos.
- IV. Algumas pólis gregas adotaram um regime que permitia aos cidadãos controlarem as decisões políticas por meio da atuação na *ágora*, a praça central da cidade.

- a) Apenas a afirmativa III está correta.
- b) Todas as afirmativas estão corretas.
- c) As afirmativas I e II estão corretas.
- d) As afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I e IV estão corretas.

HORA DE REFLETIR

Na pólis de Esparta, uma das principais instituições políticas era a Gerúsia, formada por 28 gerontes, homens com mais de 60 anos. Isso evidencia a importância que a sociedade espartana atribuía aos direitos de seus membros mais idosos. Você acredita que, em nossa sociedade, as pessoas idosas têm seus direitos à cidadania plenamente assegurados? Em grupo, reflita sobre o papel desempenhado pelas pessoas idosas em nossa sociedade. Levem em conta diferentes aspectos da vida em sociedade, como a participação política, econômica, cultural, a comunitário-religiosa e a profissional. Com os colegas do grupo, organize as informações em cartazes e prepare uma pequena apresentação para a classe.



Ed Ferreira / Folhapress

Manifestação de idosos na entrada do plenário do Senado, em Brasília, em 2015. Eles reivindicavam que a aposentadoria fosse corrigida usando o mesmo índice do reajuste do salário mínimo.



MINHA BIBLIOTECA



PARA NAVEGAR

Museu Benaki. Site do Museu Benaki, com uma coleção permanente sobre Grécia clássica e helenística (site em inglês e espanhol). Disponível em: <www.benaki.gr>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Museu da Acrópole. Site do Museu da Acrópole, de Atenas, com informações detalhadas sobre os objetos (site em grego e inglês). Disponível em: <www.theacropolismuseum.gr>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PARA ASSISTIR

Troia. Direção: Wolfgang Petersen. Estados Unidos/Malta/Reino Unido, Warner Bros., 2004, 163 min. Inspirado no poema atribuído a Homero, o filme conta o desfecho da guerra entre gregos e troianos, com a participação fundamental de Aquiles e de um misterioso presente na forma de um cavalo de madeira.

A odisseia. Direção: Andrei Kochalovsky. Estados Unidos/Grécia/Turquia, Alpha Filmes, 1997, 176 min. O filme, assim como o poema de mesmo nome atribuído a Homero, narra os dez anos da viagem de Ulisses (Odisseu, em grego) até sua volta a Ítaca, seu reino, depois de ter combatido em Troia. Teria sido dele a ideia da construção do cavalo de madeira.

Alexandre. Direção: Oliver Stone. Alemanha/Estados Unidos/Itália/Reino Unido, Warner Bros., 2004, 175 min. O filme conta a vida épica e venturosa de Alexandre, o Grande, imperador macedônio que em poucos anos conquistou a maior parte dos povos e das nações conhecidas do mundo em sua época, desde a Grécia até a Índia.

Ágora. Direção: Alejandro Amenábar. Espanha, Mod Producciones, 2009, 127 min. História de Hipátia, filósofa e professora em Alexandria, no Egito, no período entre 355 d.C. e 415 d.C. Hipátia ensina Filosofia, Matemática e Astronomia na Escola de Alexandria, quando a cidade é agitada por ideais religiosos diversos: o cristianismo, o judaísmo e a cultura greco-romana.

PARA LER

Percy Jackson e os Olimpianos, de Rick Riordan, Intrínseca. A coleção, em cinco volumes, narra as aventuras de Percy, adolescente que descobre ser filho de Poseidon, o deus grego dos mares, e de uma mulher mortal. Ele deve impedir uma guerra entre os deuses, o que seria o fim do mundo.

Contos e lendas da mitologia grega, de Claude Pouzadoux, Companhia das Letras. O livro reconta algumas histórias da mitologia grega de forma clara e divertida. Ótimo caminho para conhecer detalhes das crenças dos gregos na Antiguidade.

Os primeiros séculos de Roma

A escultura de bronze da imagem desta página faz referência às origens míticas da cidade de Roma, na Itália atual. Segundo esse mito, os fundadores da cidade seriam os gêmeos Rômulo e Remo, que, depois de serem abandonados nas águas do rio Tibre, foram salvos por uma loba, que os amamentou.

Durante muito tempo, acreditou-se que essa escultura fora produzida por volta de 500 a.C. Porém, pesquisas recentes de laboratório revelaram que a peça foi criada por volta de 1300. O fato de ser mais recente do que se pensava não afetou o *status* da escultura, que continua sendo o grande símbolo da Cidade Eterna.

A notícia nos comprova, no entanto, que o **conhecimento histórico pode mudar** a cada **nova pesquisa** ou **descoberta**.

Neste capítulo, estudaremos os primeiros tempos de Roma, cidade que se tornou o centro de um dos maiores impérios da Antiguidade.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Explicar a fundação da cidade de Roma em termos históricos e mitológicos.
- Analisar as estruturas política, econômica e social de Roma, tanto na monarquia quanto na república.
- Entender o processo de luta da plebe romana por direitos políticos e sociais.
- Identificar as transformações sociais e econômicas ocorridas após a etapa inicial das conquistas romanas.
- Compreender a “política do pão e circo”.
- Conhecer as propostas dos irmãos Graco e entender os mecanismos das conquistas relativas ao direito e à democracia.
- Explicar a desestruturação da República Romana e a implantação do império.



Escultura em bronze que representa o mito romano segundo o qual os irmãos Rômulo e Remo teriam sido amamentados por uma loba quando eram bebês. A peça encontra-se no complexo dos Museus Capitolinos, em Roma, Itália.

DEA/Album/Latinstock

1 Formação e organização

Antes de 2000 a.C., a península Itálica era ocupada por povos nativos. Depois, até o ano 1000 a.C., povos conhecidos como **italiotas**, de origem indo-europeia, instalaram-se na região central da península: eram os **sabinos**, **úmbrios**, **équos**, **oscos**, **volscos**, **samnitas** e **latinos**. A partir de 1000 a.C., os etruscos se fixaram na margem direita do rio Tibre. Veja no mapa abaixo como estavam distribuídos esses povos.

Por essa época, os latinos começaram a ocupar a região do Lácio, fundando uma vila em um entroncamento de rotas comerciais, por onde passavam, entre outros, mercadores sabinos comerciando sal e etruscos negociando produtos manufaturados. Por volta do século VII a.C., já existiam nessa região outras vilas latinas independentes, que abrigavam cerca de 80 mil pessoas, entre agricultores, escravos, comerciantes e artesãos. Provavelmente nesse período, os etruscos invadiram o Lácio: impuseram seus costumes e unificaram todos os vilarejos em torno de uma única e grande cidade: Roma (veja a seção *Interpretando documentos* na página 141).



A sociedade romana

Com a unificação das vilas, Roma deixou de ser um povoado e se transformou em uma cidade fortificada, na qual foram aplicadas várias técnicas etruscas de pavimentação de estradas, drenagem de pântanos, construção de pontes e redes de esgoto. Outros aspectos da cultura etrusca também foram incorporados à sociedade romana em formação. Por exemplo, na religião e na escrita, houve adaptação dos alfabetos etrusco e grego, originando o alfabeto latino, que utilizamos até hoje.

Aproximadamente no século VII a.C., a sociedade romana era composta majoritariamente de indivíduos livres – divididos entre patrícios, plebeus e clientes – e de uma parcela menor de escravos.

- **Patrícios:** grandes proprietários de terras, que tinham o comando exclusivo da política.
- **Plebeus:** mercadores, artesãos e pequenos proprietários; não podiam se casar com patrícios nem ocupar cargos públicos ou religiosos, mas eram obrigados a integrar o Exército.
- **Clientes:** ex-escravos ou filhos de escravos nascidos livres; eram dependentes dos patrícios, dos quais recebiam proteção e terras para cultivar; em troca, eram obrigados a substituí-los nas guerras.
- **Escravos:** pessoas capturadas em guerras ou plebeus que não conseguiam quitar suas dívidas; eram designados para trabalhos pesados e seus donos tinham poder de vida e morte sobre eles.

2 Período monárquico

Após ter sido unificada, Roma passou a ser governada por um *rex* (rei), do grupo dos patrícios ou etruscos, que tinha múltiplas funções: governar a cidade, comandar o Exército, desempenhar funções de juiz e conduzir as cerimônias religiosas. A monarquia não era hereditária e, quando um rei morria, um substituto era indicado pelo *Senado* (do latim *senex*, que significa “ancião”), composto apenas de patrícios idosos.

Havia também a *Comitia Curiata*, formada por representantes das famílias livres de Roma, que tinha a função de aprovar ou rejeitar a indicação do Senado para a posição de rei.

Em 509 a.C., durante o governo do rei etrusco Tarquínio II, os patrícios se rebelaram e, com o apoio da plebe, expulsaram os etruscos do Lácio. Como resultado, a monarquia foi extinta e substituída por um sistema de governo conhecido como **república** – do latim *res publica* (“coisa pública”) –, que se caracteriza pela escolha dos governantes para mandatos com tempo limitado.

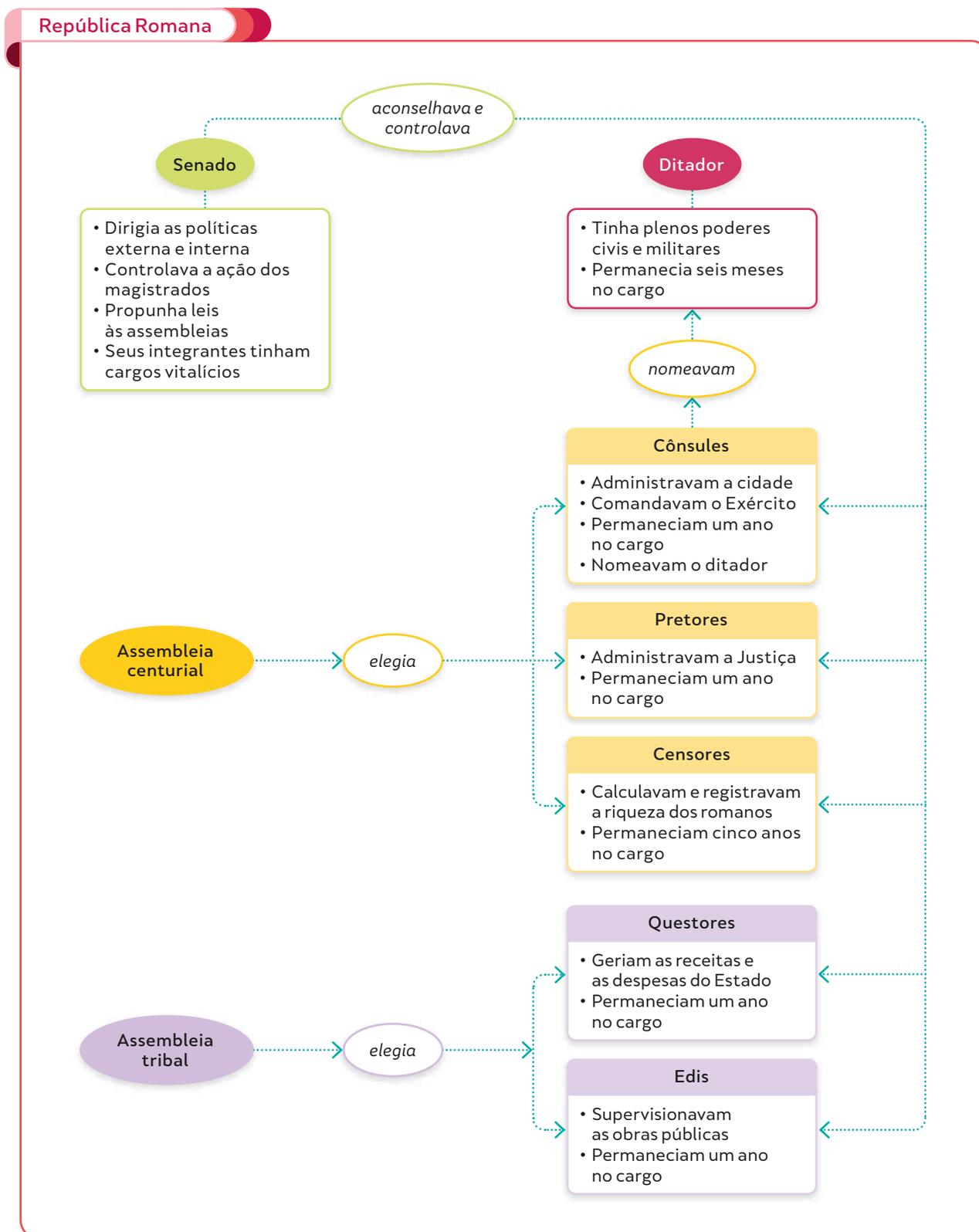


Mostra Augustea, Roma/Alinari Archives/Other Images

Escultura de soldado romano produzida entre os séculos VIII a.C. e VII a.C., durante o período monárquico de Roma.

3 Período republicano

A república criada pelos romanos apoiava-se em uma complexa estrutura político-administrativa formada por três grandes áreas: o *Senado*, a *Magistratura* e as *Assembleias*.



O Senado concentrava a maior parte do poder político da república. Os **senadores** – homens originários de famílias patrícias – faziam as leis e tomavam as decisões políticas mais importantes.

A Magistratura estava organizada em diversas assembleias e era responsável pela administração. As assembleias mais importantes eram a **Centuriar**, que elegia os **cônsules**, **pretores** e **censores** e decidia sobre a guerra e a paz, e a **Tribal**, que elegia os **questores** e os **edis**. Os cônsules, eleitos em pares, podiam indicar um ditador, se preciso, e os edis cuidavam da segurança. Os censores eram encarregados de realizar o **censo**.

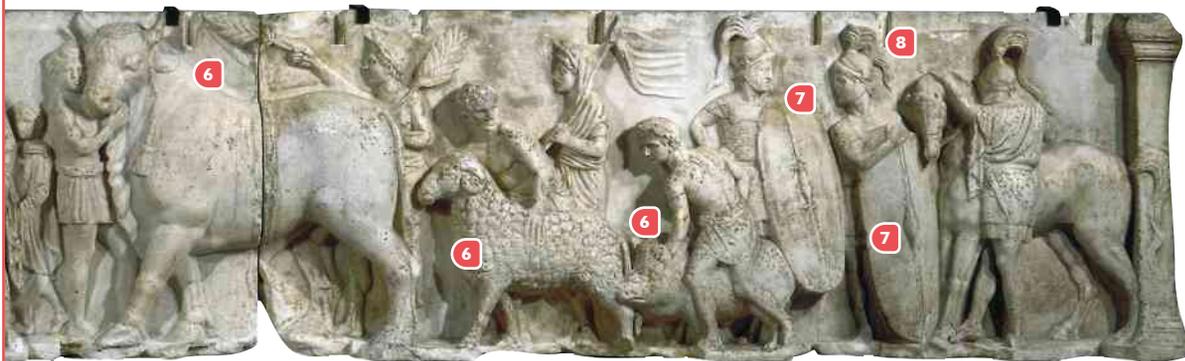
Com essa nova estrutura política, Roma iniciou um lento e contínuo processo de expansão amparado em alianças com povos que aceitavam sua liderança e em uma poderosa força militar (veja a seção *Olho vivo* na página 138, sobre o recrutamento dos soldados). A expansão pela península Itálica foi concluída entre 272 a.C. e 265 a.C., quando o território dos etruscos, ao norte de Roma, e a região ocupada por colônias gregas, ao sul, foram subjugados. Conquistada a península, Roma deu início à sua expansão pelo Mediterrâneo.

A expansão territorial de Roma alcançaria as cidades-Estado da Grécia, na península Balcânica, e a cidade-Estado fenícia de Cartago, na costa norte da África. Aproximadamente entre 260 a.C. e 140 a.C., Roma e Cartago travaram vários confrontos até que a supremacia romana se impôs, e Cartago passou a ser uma província de Roma. As conquistas territoriais na região do Mediterrâneo ocidental e, depois, na península Ibérica foram decisivas para a consolidação do poderio romano.

Ruínas do Fórum Romano, em imagem de 2014. O fórum foi o centro da vida pública romana durante séculos. No local realizavam-se eleições, discursos públicos, processos criminais, cerimônias diversas, etc.

Matt Horne/Arquivo do fotógrafo





Museu do Louvre, Paris/Les Frères Chuzeville/RMN -
Reunião de Museus Nacionais/Other Images

Relevo em mármore de 100 a.C. representando cenas do censo militar romano e do ritual religioso em homenagem a Marte, o deus da guerra.

O censo romano

O relevo desta página, datado do final do século II a.C., representa cenas do censo militar de jovens recrutados para o Exército. O censo ocorria a cada cinco anos e terminava com um ritual religioso (que incluía sacrifício de animais), conhecido como *suovetaurilia*, em homenagem a Marte (deus romano da guerra), a quem se pediam saúde, sorte e boas colheitas.

- 1 Censor responsável por fazer o alistamento dos jovens.
- 2 Os jovens alistados eram divididos de acordo com seus bens: os mais ricos integravam a cavalaria; os demais, a infantaria.
- 3 Soldados romanos acompanhavam o censo.
- 4 O deus Marte, representado com uma couraça e um capacete, presidia a cerimônia do sacrifício dos animais. Em sua mão, segurava uma *hasta*, lança de madeira com ponta metálica.
- 5 O sacerdote do ritual trazia à cabeça um véu e uma coroa de louros.
- 6 No ritual, os animais sacrificados eram um boi, um carneiro e um porco.
- 7 Os soldados romanos acompanhavam o sacrifício. Vestiam uma *lorica*, couraça de metal e couro que protegia a parte superior do tronco.
- 8 Outros equipamentos dos soldados eram a *galea*, capacete de metal com uma pluma de pelo de cavalo, que não era usada durante as batalhas; e o *scutum*, um escudo de madeira em formato de elipse.

Revoltas da plebe

Para os patrícios, a expansão territorial romana significou mais riqueza e privilégios – com ela, cresceu o número de escravos em virtude do não pagamento das dívidas. Contudo, não houve vantagens para os plebeus, que só viram aumentar as desigualdades em relação aos patrícios, o que desencadeou diversas revoltas.

No começo do século V a.C., os plebeus se recusaram a participar das campanhas militares e passaram a exigir em assembleias diversas alterações na política e na sociedade romana, como a criação de cargos de magistrados para defender seus interesses. Sob pressão, os patrícios concordaram em criar o **Tribunato da Plebe** (493 a.C.).

Os integrantes do Tribunato da Plebe (tribunos) eram escolhidos anualmente pelos plebeus. Os tribunos podiam vetar decisões de senadores e magistrados, mas não tinham o direito de criar novas leis. Os plebeus também conquistaram o fim da escravidão por dívidas, o direito ao casamento com patrícios e a elaboração de um código de leis (veja o boxe *Lei das Doze Tábuas*).

Depois, já no século IV a.C., os plebeus obtiveram acesso às magistraturas, direito ao ingresso de seus representantes no Senado e à transformação em lei dos **plebiscitos** aprovados em suas assembleias.

Plebiscito: na Roma antiga, era um decreto aprovado por resolução popular. Hoje em dia, plebiscito é a manifestação da vontade ou da opinião do povo, por meio de votação, acerca de algum assunto político ou social.

Lei das Doze Tábuas

Durante a monarquia e nos primeiros tempos republicanos de Roma, não havia registro escrito das leis, que eram transmitidas oralmente de uma geração à outra. Em 451 a.C., os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decênviros – para escrever as leis e, assim, evitar que fossem manipuladas pelos patrícios, conforme seus próprios interesses.

O resultado foi a Lei das Doze Tábuas, uma compilação dos costumes da população de Roma, que regulamentava o modo de vida dos romanos e continha as principais questões relativas ao Direito Penal, Público, Privado, etc.

Com a instituição da Lei das Doze Tábuas, surgiu em Roma a figura do advogado, que conhecia as leis, acompanhava os processos e defendia seus clientes no tribunal.

Na legislação romana dessa época, as penas variavam conforme o *status* social e jurídico do condenado. Para um senador, por exemplo, a penalidade costumava ser o pagamento de uma multa ou o confisco dos bens. Entretanto, por questões de honra, os senadores condenados preferiam se matar a ter de cumprir a sentença. Já as punições de plebeu iam do pagamento de uma multa até a pena de morte.

A pena de morte recaía com mais frequência sobre os escravos e as pessoas que não tinham cidadania romana. Um dos modos mais comuns de execução era a crucificação.

Texto elaborado com base em: COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 348-359; GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 257-265; *HISTÓRIA VIVA: Grandes Temas*. Edição Especial Temática. São Paulo: Duetto Editorial, n. 1, [s.d.], p. 89.



Reconstrução de uma das Doze Tábuas, exposta no Museu da Civilização Romana, em Roma. A Lei das Doze Tábuas, criada em 451 a.C., era um documento contendo as leis que regulavam a convivência do povo romano.

Reprodução/Museu da Civilização Romana, Roma, Itália

4 Cultura greco-romana

Com a expansão territorial, os romanos entraram em contato com a cultura dos povos dominados, exercendo influência sobre ela, mas também sofrendo seu influxo. Desses povos, o que mais profundamente imprimiu sua marca na cultura romana foi o povo grego. Paulatinamente, a partir do século III a.C., valores da civilização grega se infiltraram no cotidiano dos romanos em vários aspectos.

Nas artes plásticas, escultores e pintores se inspiravam diretamente na Grécia, enquanto os arquitetos aderiam ao uso do mármore – produto-símbolo da sociedade grega – em suas construções. Na religião, os romanos passaram a venerar os deuses gregos (embora os romanos tenham imposto nomes latinos para eles) e, na língua, o latim incorporava palavras gregas. No âmbito da educação, tornou-se comum deixar a instrução dos filhos a cargo de cidadãos ou escravos gregos.

Esse processo de helenização foi tão amplo que famílias ricas de Roma decidiram adotar sobrenomes gregos. Setores mais conservadores da sociedade romana, contudo, eram contrários a essa penetração da cultura grega em prejuízo das tradições romanas.

Réplica romana (do século I d.C.) de escultura grega representando a deusa Atena Promacos (em armas). A peça original é datada do século V a.C. Entre os romanos, era comum a profissão de “copista”, artesão encarregado de produzir cópias de obras gregas.



ORGANIZANDO AS IDEIAS

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ATIVIDADES

- 1 A fundação de Roma está diretamente relacionada ao avanço dos etruscos e de sua cultura. Esse movimento provocou mudanças importantes nas sociedades que ocupavam a península Itálica. De que modo o avanço dos etruscos e a fundação de Roma modificaram a organização social da região do Lácio?
- 2 Em 509 a.C., uma revolta dos patrícios, com o apoio dos plebeus, pôs fim à monarquia e expulsou os etruscos do Lácio, criando uma nova forma de organização política: a república. Explique como funcionava a República Romana.
- 3 Durante o período republicano, houve um grande avanço territorial dos romanos, com o domínio de toda a península Itálica. Sobre esse tema, faça o que se pede.
 - a) Descreva como se deu o processo de conquista da península Itálica e aponte quais foram seus desdobramentos para o equilíbrio político do Mediterrâneo no período.
 - b) O avanço territorial provocou o agravamento das contradições sociais existentes em Roma. Relacione os conflitos entre plebeus e patrícios com esse processo.

- O texto a seguir, sobre a fundação de Roma, foi escrito pelo poeta Públio Virgílio Marão (70 a.C.-19 a.C.), mais conhecido como Virgílio. Trata-se da introdução de seu poema épico sobre as origens de Roma a partir da saga do herói troiano Eneias, que foge da Guerra de Troia com o objetivo de fundar uma nova pátria. O poema foi escrito no fim do século I a.C., na fase de consolidação do Império Romano. Leia o excerto selecionado e responda às questões.

DIALOGANDO
COM...
LITERATURA

Eu canto os combates e o herói que, primeiro, ugingdo do destino veio das plagas de Troia para a Itália e para as praias de Lavínio. Longo tempo foi juguete, sobre o mar, do poder dos deuses superiores, por causa da ira da cruel Juno; durante muito tempo, também, sofreu os males da guerra, antes de fundar uma cidade e de transportar seus deuses para o Lácio: daí surgiu a raça latina e os pais albanos e as muralhas da soberba Roma.

VIRGÍLIO. *Eneida*. São Paulo: Cultrix, 1996. p. 11. Apud ROSÁRIO, Nilcileia da Silva. Entre a literatura e a arte: o mito de fundação de Roma no olhar de Virgílio e Bernini. In: ATAS do IV Encontro de História da Arte – A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão. Disponível em: <www.unicamp.br/chaa/eha/atasIveha.html>. Acesso em: 11 nov. 2015.

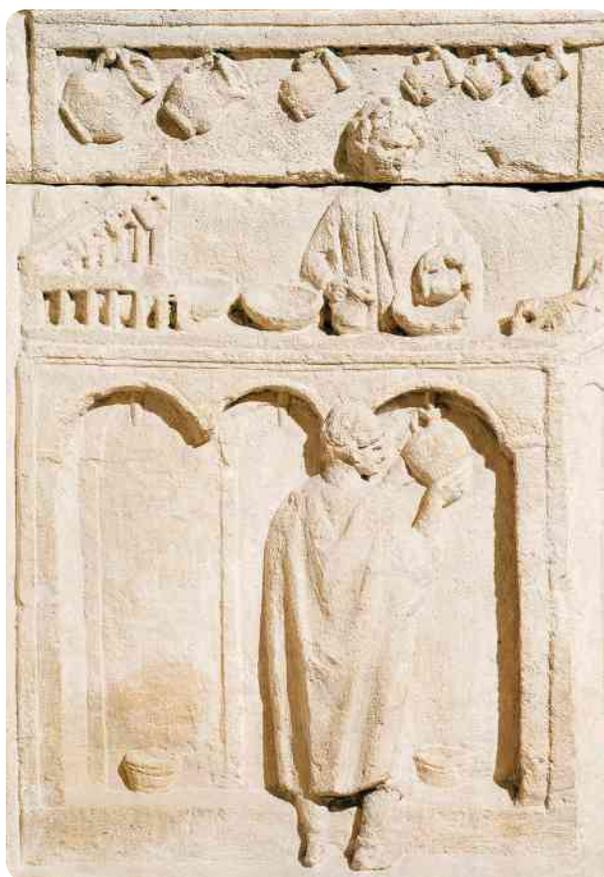
- O poema épico de Virgílio associa a origem de Roma às ações de um herói troiano. Dessa forma, ele criava uma espécie de legitimidade quase mitológica para a origem da cidade, o que poderia justificar seu destino grandioso no período. Elabore uma hipótese para explicar por que era um troiano quem simbolizava essa grandiosidade.
- Na narrativa de Virgílio, pode-se dizer que a fundação de Roma foi uma ação puramente humana, desprovida de qualquer participação divina?
- É possível comparar a narrativa de Virgílio com a explicação dos historiadores para a fundação de Roma? Elas explicam esse processo da mesma maneira?

5 Declínio da república

Em meados do século II a.C., as conquistas territoriais transformaram Roma em uma cidade rica e efervescente. Circulavam pela cidade pessoas e produtos oriundos de diversas regiões, o que contribuiu para modificar a realidade social e política vigente na República Romana.

Com a expansão das atividades comerciais, algumas famílias plebeias enriqueceram e constituíram um novo grupo social, a **nobreza**, cujos membros – os nobres – começaram a ocupar cargos na magistratura e a influenciar toda a sociedade. A ascensão de setores da plebe coincidiu com a perda de poder dos patrícios, enfraquecidos numericamente por ser um grupo muito fechado.

Relevo criado entre os séculos II e III, com representação de um comerciante de vinhos em sua loja. A peça está abrigada no Museu Arqueológico de Dijon, na França.



Bridgeman/Keystone



Relevo datado do século I a.C. representando as vitórias de um gladiador em várias lutas. A peça foi descoberta na via Ápia, estrada da Roma antiga.

Para conquistar o apoio dos plebeus mais pobres, que tinham direito a voto nas assembleias, os nobres distribuíam esmolas, alimentos (trigo, por exemplo) e organizavam festas e espetáculos públicos. Assim, surgiram, por exemplo, as lutas de gladiadores, que alcançaram grande sucesso nos séculos seguintes, durante o período imperial. Essa estratégia (que mais tarde seria conhecida como “política do pão e circo”) contribuiu para que a nobreza controlasse o Senado e os principais cargos da magistratura.

Outro grupo surgido durante a república foi o dos **cavaleiros** (ou **classe equestre**). Era composto de indivíduos ricos que se dedicavam ao grande comércio e a atividades públicas rentáveis, como a cobrança de impostos e a coordenação de grandes obras (construção de estradas, exploração de minas, etc.).

Enquanto nobres e cavaleiros enriqueciam, o restante da população (a maioria) tornava-se ainda mais pobre. Muitos camponeses, ao voltarem das guerras, preferiam morar nas cidades. O mesmo ocorria com diversos pequenos proprietários, que haviam perdido suas terras por causa de dívidas.

Nas cidades, esses antigos lavradores juntavam-se à massa dos habitantes urbanos que já não tinham mais trabalho, pois a maior parte dos serviços era feita por escravos e estrangeiros livres. Desse modo, as **guerras de expansão** contribuíram fortemente para a **desintegração das camadas médias rurais** que, por séculos, foram a base militar e social do Estado romano.

Com o afluxo constante de pobres, escravos e imigrantes, as cidades passaram a enfrentar problemas: falta de moradia, de saneamento básico, de alimentação e de limpeza pública, além de desemprego (veja a seguir a seção *Eu também posso participar*).

Essa desigualdade entre ricos e pobres provocou conflitos sociais que começaram a abalar a república. Algumas pessoas – entre elas, os irmãos Tibério e Caio Graco, tribunos da plebe – defendiam mudanças na sociedade para reduzir a desigualdade social.



EU TAMBÉM POSSO PARTICIPAR

Problemas urbanos no passado e hoje

O crescimento populacional de Roma a partir do século II a.C. fez com que a cidade convivesse com muitos e variados problemas urbanos.

As estreitas ruas da cidade tornaram-se quase intransitáveis devido ao comércio intenso e à presença de vendedores ambulantes, saltimbancos e adestradores de animais, que disputavam espaço com carruagens e liteiras usadas pelos mais ricos. A maior parte das pessoas vivia em construções de até seis andares, com habitações pequenas, sem cozinha nem banheiro. Por causa disso, as ruas recebiam todo tipo de dejetos, ocasionando mau cheiro e doenças diversas.

Esses problemas urbanos da antiga Roma não são exclusivos daquela sociedade. Qualquer comunidade que viva em condições precárias de higiene ou em contato com lixo está sujeita a doenças como cólera, peste bubônica ou leptospirose.

Nas cidades brasileiras foram geradas, em 2014, 78,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos. Especialistas afirmam que nem todo esse lixo é coletado. E o que não é coletado vai para rios, córregos, terrenos baldios e ruas.

Dejetos rejeitados inadequadamente causam poluição, podem entupir bueiros e provocar enchentes em dias de chuva. Além disso, colaboram para a proliferação de animais transmissores de doenças, como ratos, baratas e pombos. Daí a importância de o lixo ser descartado apenas no lugar a ele destinado.

Veja de que forma podem ser evitados os problemas decorrentes de descarte inadequado de dejetos e como é possível diminuir o volume do lixo que criamos:

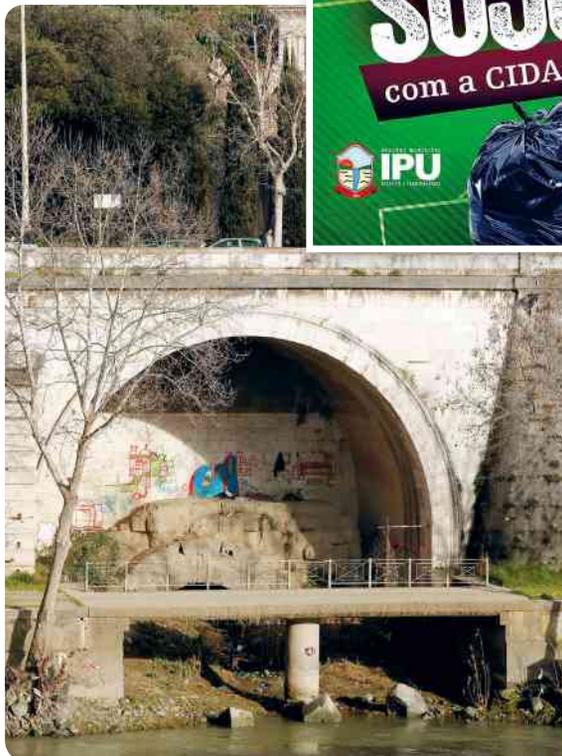
- Quando estiver fora de casa, utilizar um saquinho ou similar para guardar os detritos até encontrar uma lixeira. Assim, evita-se jogar o lixo na rua.

Prefeitura cearense de Ipu promove campanha visando ao correto descarte do lixo. Foto de 2015.

Reprodução/Governo de Ipu



Samantha Zucchi/Insiderfoto/Keystone



Em Roma todos os esgotos eram captados e lançados sem nenhum tratamento no rio Tibre pela tubulação chamada Cloaca Máxima (na foto em 2016) construída na antiga Roma nos finais do século VI a.C. Sem uma rede de esgoto que atendesse toda a cidade, grande parte da população lançava seus dejetos diretamente na rua, provocando várias doenças.

- Colocar o lixo para ser recolhido apenas nos dias e horários em que há coleta na rua. Dessa forma, o lixo não fica muito tempo aguardando o recolhimento nem depositado nas lixeiras públicas.
- Sempre que possível, preferir o consumo de produtos a granel, com refil ou com embalagens retornáveis. Assim, é possível reduzir a quantidade de embalagens descartadas.

SUA COMUNIDADE

Como é feita a coleta de lixo onde você mora? Existe coleta seletiva ou usinas de tratamento? Os rios e as ruas estão sujos e poluídos? Em grupo, elaborem uma pesquisa sobre o caminho percorrido pelo lixo em sua cidade. Reúnam essas informações e, com a ajuda do professor, façam uma roda de conversa para discutir os problemas que sua comunidade enfrenta em relação ao lixo e quem são os mais afetados por eles. Lembrem-se de apresentar propostas de solução ou melhora para a situação.

Êxodo rural: migração em massa do campo para a cidade. No Império Romano, esse movimento ocorreu depois das guerras de expansão territorial, quando muitos camponeses buscaram trabalho nas cidades e deixaram a vida agrícola. Em outros momentos da história da humanidade, o êxodo rural ocorreu por causa da industrialização, da mecanização da agricultura, da falta de incentivo ao trabalhador rural, etc.

Lutas entre Senado e plebe

Eleito tribuno da plebe em 133 a.C., Tibério Graco lutava por uma distribuição de terras mais justa, que pusesse fim ao **êxodo rural** e estabelecesse limites à propriedade da terra. Inconformados com a ideia, os senadores – donos da maior parte das propriedades rurais de Roma – tramaram o assassinato de Tibério e de trezentos de seus seguidores (veja a seção *Interpretando documentos* na página 148).

As propostas de Tibério seriam retomadas alguns anos depois por seu irmão Caio Graco, eleito tribuno da plebe em 124 a.C. Com base no modelo da democracia ateniense e buscando minar o poder dos ricos, Caio Graco propôs que as principais decisões da república fossem transferidas do Senado para uma assembleia popular. Também defendia a divisão das terras públicas e sua distribuição entre os mais pobres.

Sentindo seus interesses ameaçados, a aristocracia senatorial se mobilizou contra Caio Graco, que, em 121 a.C., foi morto em uma emboscada. A morte do tribuno agravou as diferenças entre os segmentos populares e a aristocracia. Algum tempo depois, teve início uma guerra civil, que se estenderia por quase um século. Permeado por alguns momentos de paz, o conflito corroeu o sistema republicano.

6 Militares no poder

Procurando desviar a atenção da crise que se abatia sobre a república, a partir do final do século II a.C., o Senado de Roma passou a estimular campanhas militares em lugares distantes do território romano. Graças às vitórias, o prestígio dos militares cresceu (veja a seguir o boxe *Revolta dos escravos*). Entre 107 a.C. e 100 a.C., por exemplo, o general Caio Mário foi eleito cônsul por seis vezes consecutivas.



Relevo de um sarcófago do século II d.C. mostrando a submissão de um estrangeiro a um general romano. Museu Nacional de Roma.

Museu Nacional Romano, Roma, Itália/The Bridgeman/Keystone

Revolta dos escravos

Com as conquistas territoriais, os escravos se tornaram a principal mão de obra da República Romana. Eles eram responsáveis pelas atividades agrícolas, pela produção artesanal nas cidades, pelo trabalho doméstico e até pelas atividades educacionais. Ou seja, desempenhavam importante papel no processo que culminou na ascensão e na riqueza da sociedade romana. Submetidos a precárias condições de vida e de trabalho, não eram raras suas manifestações de revolta. Alguns desses movimentos foram reprimidos rapidamente; outros, contudo, reuniram grande número de escravos e duraram mais tempo.

Uma das maiores revoltas ocorreu entre 73 a.C. e 71 a.C. Seu líder era um gladiador chamado **Espártaco**. Após ter fugido com outros 73 gladiadores de seu cativeiro em Cápuia, Espártaco reuniu um exército de mais de 60 mil escravos.

À frente dessa tropa, percorreu quase toda a península Itálica, vencendo várias vezes as legiões romanas. Ao se dirigirem a Roma, porém, foram derrotados por tropas comandadas pelo general Crasso. Cerca de 6 mil escravos revoltosos foram condenados à morte na cruz.

Texto elaborado com base em: MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravismo antigo*. São Paulo/Campinas: Atual/Editora da Unicamp, 1985. p. 52-55.

Monumento a Espártaco, escravo romano que liderou uma revolta entre 73 a.C. e 71 a.C. A estátua está exposta no Memorial Espártaco em Sandanski, na Bulgária, e foi construída em 1978 pelo escultor búlgaro Velichko Minekov.



Jürgen Sorges/Agf/Latinstock

Mais tarde, entre 60 a.C. e 46 a.C, Roma foi governada pelo Triunvirato (“governo de três varões”) dos generais Sila, Júlio César e Marco Licínio Crasso, sem depender do Senado. Depois desse período, o poder concentrou-se nas mãos do general **Júlio César**, a quem os senadores de Roma concederam o título de **ditador vitalício**.

Sob o governo de César, teve início a fase da **personificação do poder**. Sem comprometimento com plebeus, senadores, cavaleiros, nem mesmo com a instituição republicana, ele assumiu para si vários cargos e funções: cônsul, Pontífice Máximo (sumo sacerdote) e supremo comandante militar.

Durante seu governo, César distribuiu terras a cerca de 80 mil pessoas em colônias além-mar, visando diminuir o desemprego; exigiu que pecuaristas tivessem pelo menos um terço de homens livres entre seus empregados; e estendeu a cidadania romana a praticamente toda a população da península Itálica. (O texto da seção *Passado presente* a seguir analisa a importância da cidadania para as populações conquistadas por Roma.)

Para seus inimigos, as atitudes de César comprovavam que ele pretendia acabar com a república e se proclamar rei. Desde a deposição do rei Tarquínio II, o Soberbo, em 509 a.C., os romanos rejeitavam qualquer tentativa de retorno da monarquia. Assim, em 44 a.C., durante uma sessão do Senado, um grupo de 60 senadores cercou Júlio César e o assassinou a punhaladas.

Após a morte de César, Roma passou a ser governada por um novo triunvirato, dessa vez formado pelo cônsul Marco Antônio, o general Lépido e o sobrinho e filho adotivo de Júlio César, Caio Otávio. As divergências entre eles, contudo, transformaram o território romano em palco de uma guerra que só terminou em 27 a.C., quando Caio Otávio se tornou senhor absoluto de Roma, dando início a um dos maiores impérios já vistos.

FILME

Veja o filme **Spartacus**, de Stanley Kubrick, 1960. História de um gladiador que lidera uma revolta de escravos contra o Império Romano.

A cidadania romana

A palavra *cidadania* vem do latim *civitas*, que quer dizer “cidade”. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Segundo o jurista Dalmo Dallari, “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

Na Roma antiga, contudo, a cidadania era privilégio apenas de uma parte da população. Durante a monarquia, somente os patrícios gozavam de direitos políticos. Com a república, os plebeus conquistaram alguns direitos de cida-

dania. Entretanto, a população da maior parte das regiões conquistadas pelos romanos nunca teve acesso a esses direitos (concedidos apenas à população da península Itálica).

Nas regiões conquistadas, cerca de 80 milhões de pessoas viviam sob as ordens dos cavaleiros ou dos nobres romanos. Como não tinham cidadania, esses indivíduos eram considerados estrangeiros em sua própria terra: sem direitos civis, religiosos ou políticos.

Também não existiam leis ou regras orientando a conduta dos administradores romanos que ali se encontravam. Assim, cada um governava e aplicava a justiça conforme seus interesses.

Ter a cidadania significava ter uma lei e uma justiça igual para todos.

Texto elaborado com base em: COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 428-432; O QUE É cidadania. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/o_que_e_cidadania.html>. Acesso em: 12 nov. 2015.

Bridgeman/Keystone



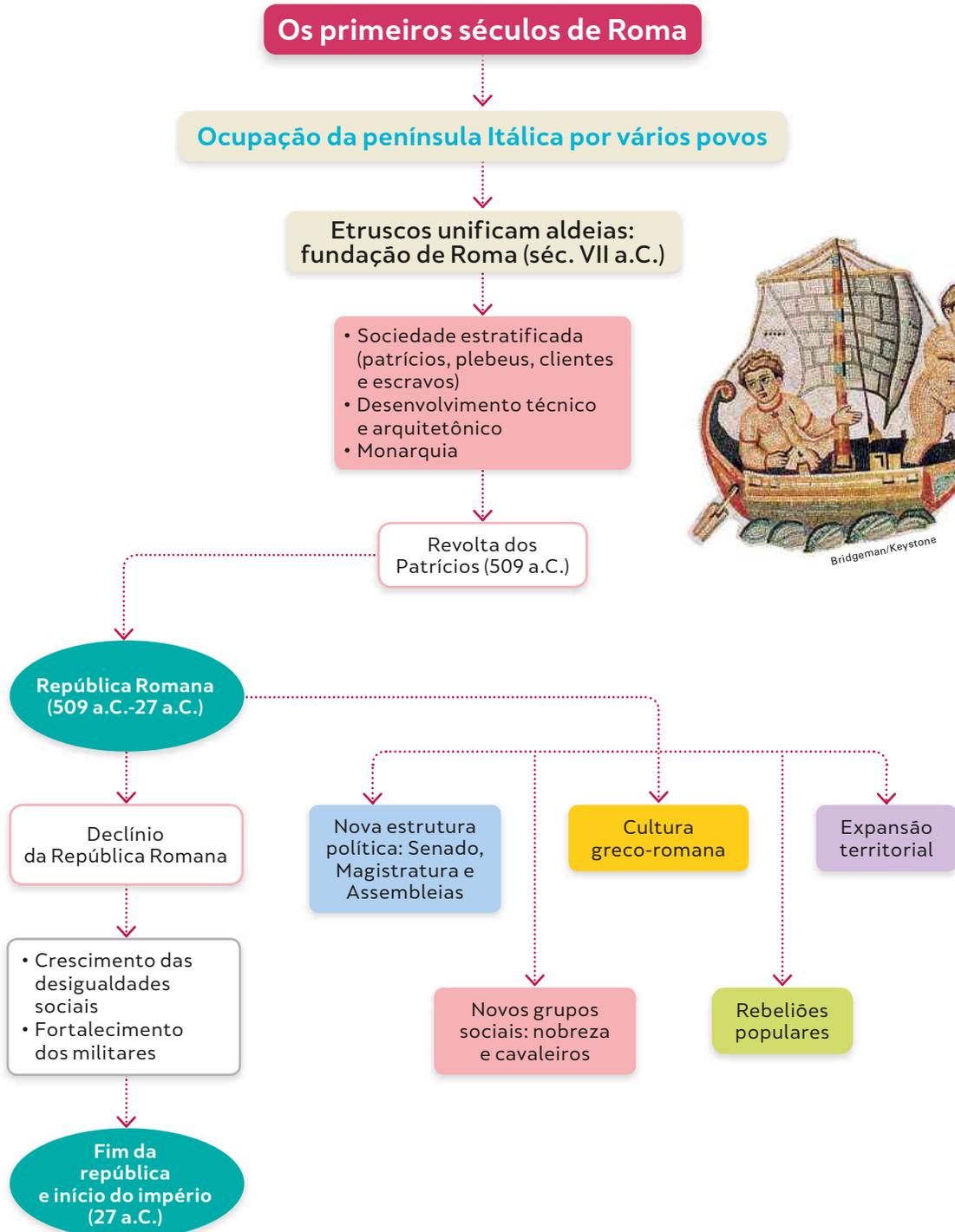
Alto-relevo em pedra, do século II a.C., representando um vendedor romano de frutas e vegetais.

SUA COMUNIDADE

Atualmente, a cidadania no Brasil é um direito de todos os nascidos em território brasileiro ou que nasceram em outro país e se naturalizaram brasileiros. Por isso, qualquer pessoa pode participar da vida política do país. Em virtude do crescimento dos fluxos migratórios em diversas partes do mundo (provocados por conflitos, problemas ambientais e desigualdade social), muitos imigrantes buscam refúgio em outros países, incluindo o Brasil. Em sua comunidade, há grupos ou pessoas que se encontram nessa condição? Em grupo, façam uma pesquisa sobre essas pessoas e descubram como são tratadas pelo governo e pela comunidade que as receberam. Relatem oralmente os resultados da pesquisa para a classe.



ESQUEMA-RESUMO



- A história de Roma, desde sua fundação até a criação do império, foi marcada por duas grandes fases: a monarquia e a república. Com base na observação do esquema e em seus conhecimentos sobre o tema, compare os dois períodos, destacando as principais diferenças políticas e sociais entre ambos e apontando como se encerraram.



ATIVIDADES

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ORGANIZANDO AS IDEIAS

- 1 Explique de que modo o agravamento das desigualdades sociais no período da República Romana resultou na criação da estratégia conhecida posteriormente como “política do pão e circo”.
- 2 Os irmãos Tibério e Caio Graco, tribunos da plebe, propuseram algumas reformas visando reduzir as tensões sociais em Roma. Quais eram as propostas defendidas por eles e que destino tiveram os irmãos?
- 3 Os últimos séculos do período republicano foram marcados por grande turbulência social e política, provocada, entre outros motivos, pelo fortalecimento dos militares romanos. Explique como ocorreu esse processo e quais foram as consequências.
- 4 Qual foi o papel de Júlio César na transformação das tradições políticas de Roma?
- 5 Nem todos os moradores de Roma tinham direito à cidadania, ou seja, à participação nas decisões políticas da cidade. Sobre esse tema, responda no caderno ao que se pede.
 - a) Quais eram os critérios para que um habitante de Roma fosse considerado ou não um cidadão?
 - b) A desigualdade de tratamento entre os diversos segmentos sociais de Roma gerou várias revoltas na população. Redija um resumo sobre as rebeliões na sociedade romana, especialmente as organizadas por escravos.
 - c) A ideia de cidadania em Roma está de acordo com a noção que temos de cidadania em um ambiente democrático hoje em dia? Justifique sua resposta.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 Leia os dois trechos a seguir sobre a revolta de Espártaco. O primeiro é do filósofo grego Plutarco (46-120) e o segundo é do historiador romano Apiano (95-165). Em seguida, responda no caderno ao que se pede.

Trecho de Plutarco

Este sucesso [a vitória numa importante batalha contra os romanos] foi a perdição de Espártaco, por tornar arrogantes os escravos fugitivos, já que não procuravam oferecer o combate frontal e deixaram de obedecer aos chefes. Pior ainda: já tendo encetado a marcha, eles cercaram tais chefes em armas e forçaram-nos a dar marcha a ré, a conduzi-los, através da Lucânia, ao encontro dos romanos.

Trecho de Apiano

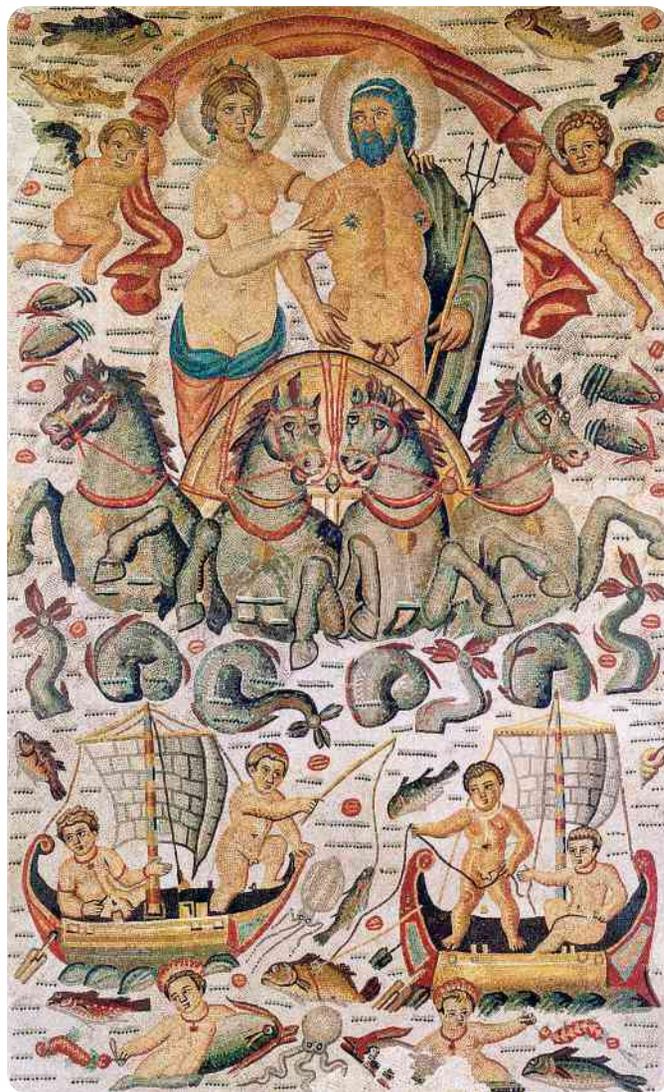
A batalha foi longa e sangrenta, como era de se esperar de tantos milhares de homens desesperados. Espártaco foi ferido na coxa por uma lança e ajoelhou-se, segurando seu escudo à sua frente e lutando assim contra seus atacantes até que ele e a grande massa dos que com ele estavam foram cercados e mortos. O resto de seu exército entrou em pânico e foi massacrado maciçamente. Tão grande foi a matança que se tornou impossível contar os mortos. Os romanos perderam mais ou menos mil homens. [...]

ROSSI, Rafael Alves. *As revoltas de escravos na Roma antiga e o seu impacto sobre a ideologia e a política da classe dominante nos séculos II a.C. a I d.C.* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2011. p. 151-152.

- a) Segundo o texto de Plutarco, o que explica a derrota de Espártaco?

- b) Como Apiano descreve a batalha final de Espártaco e seus homens contra as forças romanas?
c) Os dois excertos expressam visões antagônicas dos episódios finais da revolta de Espártaco. Justifique essa ideia utilizando elementos dos textos.

- 2 A imagem a seguir é um mosaico criado no século IV representando Netuno (deus romano do mar) e sua esposa, Anfitrite (uma ninfa dos mares). A peça foi descoberta no século XIX, na cidade de Constantina, na atual Argélia (antiga Cirta, província de Roma). A obra nos permite refletir sobre alguns aspectos da cultura romana. Com base nisso, responda no caderno ao que se pede.



Brüggeman/Keystone

O Triunfo de Netuno e Anfitrite. Parte de um mosaico em estilo romano, criado no século IV, encontrado na Argélia e conservado no Museu do Louvre, França.

- a) Descreva a imagem e indique de que forma os deuses estão representados na cena.
b) Netuno e Anfitrite são divindades do panteão romano, mas também do grego. Pesquise esses deuses e elabore um texto-resumo sobre eles.
c) Pelos elementos da imagem, podemos observar o fenômeno de helenização da cultura romana. Explique o que significou esse fenômeno.



TESTE SEU CONHECIMENTO



1 (ESPM-SP)

Cada vez mais conscientes de seus direitos, os plebeus solicitaram ter por escrito as leis que regulavam os conflitos entre as pessoas. Até então existia o costume como lei, que era conhecida e interpretada somente pelos patrícios. Nas leis escritas viam os plebeus, e com razão, a única garantia para a segurança e a estabilidade. Assim foi elaborado este primeiro código legal escrito.

Bárbara Pastor. *Breve História de Roma: Monarquia e República*.

Grande parcela da sociedade romana, durante a república, era constituída pelos plebeus, que viviam marginalizados politicamente. A marginalização e o descontentamento levaram às lutas de classe em Roma. Assim, o texto deve ser relacionado com:

- a) o *Corpus Juris Civilis*.
- b) a Lei das XII Tábuas.
- c) a Lei Frumentária.
- d) o Edito do Máximo.
- e) o Edito de Tessalônica.

2 (UEPG-PR, adaptada) A respeito do sistema de escravidão estruturado em Roma, identifique verdadeiro (V) ou falso (F) em cada afirmativa.

- a) O número de escravos cresceu consideravelmente na medida em que aumentaram as conquistas territoriais romanas, o que tornou sua estrutura socioeconômica cada vez mais dependente do escravismo.
- b) Era comum entre os romanos mais ricos a não utilização de escravos. Esse grupo preferia pagar pelo trabalho em suas terras ou nas atividades urbanas a ter escravos. O medo das revoltas escravas explica tal postura.
- c) Espártaco ficou conhecido por liderar a maior rebelião de escravos contra o Estado romano. Ao final do movimento que reuniu milhares de escravos, ele acabou executado.
- d) A escravidão foi um fenômeno restrito ao Império Romano, não sendo registrado nas fases da monarquia e da república.

3 (Mackenzie-SP)

Os generais os enganam quando os exortam a combater pelos templos de seus deuses, pelas sepulturas de seus pais. Isto porque de um grande número de romanos não há um só que tenha o seu altar doméstico, o seu jazigo familiar. Eles combatem e morrem para alimentar a opulência e o luxo de outros. Dizem que são senhores do universo, mas eles não são donos sequer de um pedaço de terra.

Apud Plutarco. *Vidas paralelas*. Barcelona: Ibéria, 1951. v. 4. p. 150.

Segundo Plutarco, essas foram palavras proferidas por Tibério Graco, político romano, em um discurso público. A respeito da iniciativa promovida tanto por ele como por seu irmão Caio, durante o período da República Romana (VI a.C.-I a.C.), podemos afirmar que:

- a) reafirmou o poder da aristocracia romana, confirmando o direito a terras e indenização em caso de expropriação nos períodos de guerra.
- b) os irmãos Graco reconheciam que a distribuição de terras seria a solução para atender às necessidades de uma plebe marginalizada.
- c) defendiam uma maior participação política da classe de comerciantes para promover o desenvolvimento e a expansão da economia romana.
- d) incitavam o povo a apoiar as ditaduras militares, sendo os generais do exército os únicos capazes de assumir o governo em época de crise.
- e) os irmãos Graco, com o apoio do Senado e da aristocracia romana, puderam promover uma reforma social que aplacou o clima de tensão vivido na época.

4 (Fuvest-SP)

César não saía de sua província para fazer mal algum, mas para se defender dos agravos dos inimigos, para restabelecer em seus poderes os tribunos da plebe que tinham sido, naquela ocasião, expulsos da Cidade, para devolver a liberdade a si e ao povo romano oprimido pela facção minoritária.

Caio Júlio César. *A Guerra Civil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. p. 67.

O texto, do século I a.C., retrata o cenário romano de:

- a) implantação da monarquia, quando a aristocracia perseguia seus opositores e os forçava ao ostracismo, para sufocar revoltas oligárquicas e populares.
 - b) transição da república ao império, período de reformulações provocadas pela expansão mediterrânea e pelo aumento da insatisfação da plebe.
 - c) consolidação da república, marcado pela participação política de pequenos proprietários rurais e pela implementação de amplo programa de reforma agrária.
 - d) passagem da monarquia à república, período de consolidação oligárquica, que provocou a ampliação do poder e da influência política dos militares.
 - e) decadência do império, então sujeito a invasões estrangeiras e à fragmentação política gerada pelas rebeliões populares e pela ação dos bárbaros.
- 5** A estrutura política de Roma começou a se desenvolver sob a forma de uma monarquia, porém se transformou, a partir do século VI a.C., em uma república. Leia as seguintes afirmações sobre o tema e identifique a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas incorretas.
- I. Durante a monarquia, o rei de Roma governava sozinho e autoritariamente. Seu poder era hereditário, o cargo passava de pai para filho.
 - II. O Senado só foi criado durante a república, modificando profundamente a organização política de Roma.
 - III. A passagem da monarquia para a república foi marcada tanto por rupturas institucionais quanto por permanências. O Senado romano é um exemplo de permanência, porque já existia durante a monarquia e se manteve como instituição importante durante a república.
 - IV. A república funcionava segundo uma complexa estrutura político-administrativa, envolvendo o Senado, a Magistratura e as Assembleias.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa II está correta.
 - c) As afirmativas I e II estão corretas.
 - d) As afirmativas II e III estão corretas.
 - e) As afirmativas III e IV estão corretas.
- 6** A República Romana foi marcada por diferentes conflitos sociais, que provocaram sua queda em 27 a.C. Sobre esses conflitos, leia as afirmativas e identifique a opção correta. Depois, justifique no caderno o erro das afirmativas incorretas.
- I. O crescimento das desigualdades sociais e do empobrecimento de grande parcela da população romana, provocado pela expansão territorial, estava entre as principais causas das revoltas populares em Roma.
 - II. Alguns políticos tentaram criar medidas para diminuir as desigualdades sociais e aliviar os conflitos em Roma. Exemplo disso foram as propostas de Tibério e Caio Graco. Porém, ambos foram assassinados e suas propostas não se concretizaram.
 - III. As tensões sociais em Roma sempre envolveram patrícios e plebeus, já que essas eram as duas classes sociais mais importantes da sociedade.
 - IV. Para controlar os plebeus, os patrícios concordaram em ceder seus poderes políticos aos generais romanos, resultando na coroação de Júlio César como imperador de Roma. A partir de então, apenas os generais ocuparam o poder político em Roma.
- a) Apenas a afirmativa II está correta.
 - b) Apenas a afirmativa III está correta.
 - c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
 - d) As afirmativas I e II estão corretas.
 - e) As afirmativas III e IV estão corretas.



HORA DE REFLETIR



- 1 Um dos principais exemplos das rebeliões de escravos contra as injustiças do governo romano foi a revolta de Espártaco, que enfrentou o Exército romano e conseguiu importantes vitórias. Roma presenciou também várias outras revoltas que provocaram mudanças importantes na sociedade.

Hoje em dia, os grupos sociais que enfrentam discriminação e desigualdade social também reivindicam mudanças na sociedade. Pesquise em livros e na internet sobre o tema e redija um texto indicando algumas estratégias usadas em lutas populares em nossa sociedade atualmente.

- 2 O Estado romano se valia da “política do pão e circo” para manter a população pobre urbana distraída e minimamente alimentada. A estratégia reduzia os riscos de manifestações de descontentamento que poderiam abalar o poder das elites romanas. No Brasil, é comum a ideia de que o futebol e a televisão funcionam como diversão para que a população não se interesse por assuntos políticos. Você concorda com essa opinião?

Em grupos, apresentem suas ideias sobre o tema e escutem as opiniões dos colegas. Façam, depois, uma lista com os argumentos e apresentem oralmente para a classe. Com a ajuda do professor, aprofundem as várias opiniões apresentadas.



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Antiga Roma. Vídeo que reconstituiu digitalmente a cidade de Roma no ano 320 (em inglês). Disponível em: <<https://vimeo.com/32038695>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

PARA ASSISTIR

Gladiator. Direção: Ridley Scott. Estados Unidos/Reino Unido, Paramount/Universal, 2000, 155 min. História de um general romano que, perseguido pelo filho do imperador, é vendido como escravo e torna-se gladiador nas arenas de Roma, onde consegue vencer seus oponentes utilizando táticas militares.

Júlio César. Direção: Joseph Mankiewicz. EUA, Warner Home Video, 1953, 120 min. História da traição dos senadores de Roma contra Júlio César, o imperador romano, da qual teria participado até mesmo seu filho adotivo Brutus.

Nascidos em bordéis. Direção: Zana Briski e Ross Kauffman. EUA, Focus Filmes, 2004, 85 min. Documentário em que os diretores dão voz a meninos e meninas que nasceram e são criados dentro de bordéis na zona de prostituição de Calcutá, na Índia.

PARA LER

Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. Pequeno artigo do professor de História antiga da USP, Norberto Luiz Guarinello, sobre violência na Roma antiga e seus paralelos com a violência nos dias de hoje. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000100010>>. Acesso em: 23 nov. 2015.



Império Romano e Império Bizantino

Em pleno século XXI, mesmo com a farta produção de alimentos e o elevado desenvolvimento tecnológico-científico, milhares de imigrantes deixam sua terra natal, em alguns lugares da África e do Oriente Médio, para buscar refúgio na Europa. As cenas de fuga desses grupos, divulgadas amplamente na mídia e nas redes sociais, são chocantes: pessoas morrem afogadas, de fome, frio, etc.

O que fazer para ajudar esses imigrantes e refugiados e ainda garantir uma vida digna à população dos países que os recebem?

O governo da Finlândia, por exemplo, decidiu aumentar o imposto dos mais ricos para poder abrigar um número maior de refugiados. O Brasil e outros países também decidiram acolher parte dessas pessoas.

A História nos mostra que migrações em massa sempre ocorreram e, às vezes, provocaram mudanças profundas na sociedade. Por exemplo, uma das causas da desintegração do Império Romano foi a migração contínua de povos que vieram do interior da Europa e da Ásia.

Neste capítulo, vamos conhecer o esplendor e a desintegração do Império Romano e a resistência às invasões do Império Bizantino, que se manteve até o século XIV.

Visão geral de um abrigo para migrantes, localizado em um hangar de um antigo aeroporto de Berlim, na Alemanha. Foto de 2015.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Conhecer a organização do Império Romano.
- Abordar aspectos da vida cotidiana dos romanos.
- Explicar o surgimento e a difusão do cristianismo no Império Romano.
- Compreender o papel das invasões externas na divisão do Império Romano.
- Refletir sobre o papel do Direito no passado e no presente.
- Analisar aspectos da organização social e política do Império Bizantino.
- Conhecer algumas características da cultura bizantina.

1 Primeiros tempos do Império Romano

No começo da Era Cristã, os domínios do Império Romano abrangiam grande parte da Europa, o norte da África e as terras asiáticas próximas ao Mediterrâneo. Esse imenso território teve muitos governantes.

Em 27 a.C., Caio Otávio assumiu, sozinho, o comando do império, depois de derrotar Marco Antônio num confronto militar e exilar Lépido que, como ele, eram os senadores que compunham o Segundo Triunvirato.

Otávio manteve o Senado e a figura dos cônsules, dois fortes símbolos republicanos. O Senado concedeu-lhe os títulos de *Augusto* (até então reservado apenas para os deuses), *Príncipe* (ou seja, chefe do Senado) e *Sumo Pontífice* (o cargo religioso mais alto) em 27 a.C. Assim, Otávio passou a ser chamado de Augusto, e o exército o aclamou *Imperator* (imperador).

Durante as quatro décadas de seu governo, Augusto promoveu diversas reformas na sociedade romana. Destituíu senadores acusados de corrupção; perdoou dívidas dos camponeses para com o governo; criou um tribunal que julgava casos corriqueiros para dar maior agilidade à Justiça; distribuiu alimentos e dinheiro ao povo em momentos de crise; e incentivou os espetáculos públicos (veja o boxe *Os romanos se divertem*).

Os romanos se divertem

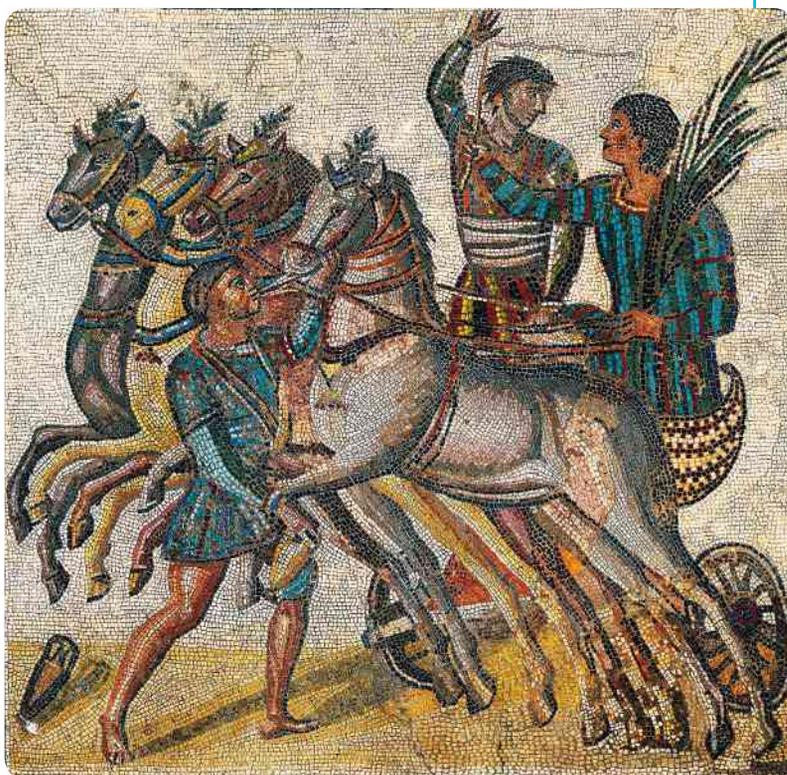
Durante o governo de Augusto, viviam em Roma cerca de 1 milhão de pessoas. Como muitos não tinham trabalho, o imperador procurava manter essa população ocupada por meio de diversões, festas e espetáculos variados.

As lutas de gladiadores, iniciadas durante a república, tornaram-se ainda mais populares. Diversos anfiteatros, como o Coliseu, em Roma, foram construídos em todo o império para a realização desses espetáculos. Destinadas a divertir a população, essas lutas tinham também uma dinâmica religiosa. Ao entrar na arena, os gladiadores desfilavam e saudavam o imperador com a frase *Ave, Caesar, morituri te salutant* (“Salve, César, os que vão morrer te saúdam”).

Outra grande diversão eram os circos, nos quais se realizavam corridas a pé, a cavalo e de bigas (pequenos carros puxados por cavalos). O Circo Máximo era um dos maiores e comportava cerca de 150 mil espectadores. Os romanos também podiam se divertir com o teatro, com os jogos de azar e com os triunfos, festas grandiosas oferecidas aos militares vencedores de batalhas importantes.

Havia ainda as termas, luxuosos edifícios com serviços de banho e massagens que atendiam milhares de pessoas por dia.

Mosaico da época do Império Romano (especificamente do século III) representando uma corrida de bigas. A obra está abrigada no Museu Arqueológico Nacional, na Espanha.



Sucessão de imperadores: conspirações e assassinatos

Com a morte de Augusto, em 14 d.C., assumiu o poder seu genro, Tibério (14-37). Depois, até o ano 68 d.C., apenas pessoas das dinastias Júlia (de Augusto) e Cláudia (de Tibério) governaram o império: todos foram envolvidos em episódios de perseguições, assassinatos e conspirações.

Calígula (37-41), sucessor de Tibério, por exemplo, condenou à morte inúmeras pessoas; confiscou bens e concedeu honrarias reais a seu cavalo Incitatus. Assassinado em 41, foi sucedido por seu tio Cláudio (41-54), que morreu envenenado pela própria esposa para que Nero, filho dela de um casamento anterior, assumisse o poder.

Com Nero (54-68), chegou ao fim a dinastia iniciada com Tibério. Nero assassinou a própria mãe e reprimiu pesadamente os cristãos (o boxe *Difusão do cristianismo*, abaixo, aborda a relação entre o cristianismo e a religião romana).

Difusão do cristianismo

A religião sempre desempenhou um papel importante entre os romanos. Com Otávio, os cultos religiosos ganharam importância, pois o imperador era venerado como um deus.

Entretanto, já no final do período republicano, parte da população passou a seguir doutrinas que pregavam o aperfeiçoamento interior e a crença na vida após a morte. Particularmente importante foi o cristianismo, religião monoteísta originária do judaísmo.

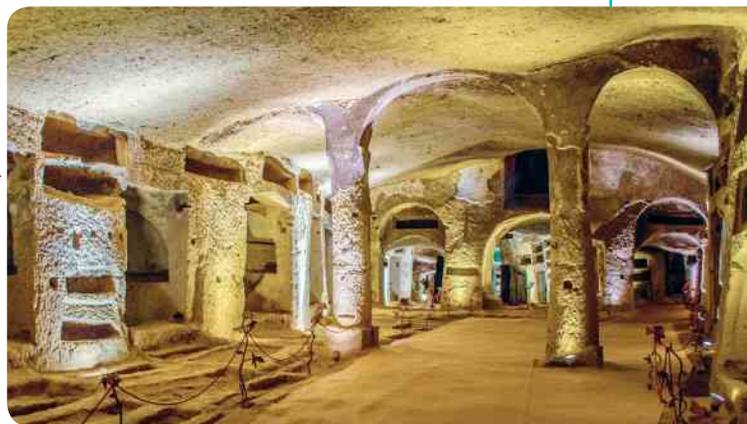
O cristianismo baseia-se nos ensinamentos de Jesus, que teria vivido na Palestina no século I de nossa era, época em que a região era dominada pelos romanos. Seus seguidores – os cristãos – acreditam ser Jesus o filho de Deus, enviado à Terra como o Messias para redimir a humanidade de seus pecados e, assim, trazer paz ao mundo.

Com sua doutrina, Jesus entrou em conflito com os sacerdotes judeus – que não o reconheciam como o Messias enviado por Deus – e com as autoridades romanas, para as quais apenas o imperador tinha caráter divino. Considerado perigoso pelos grupos dominantes, Jesus foi condenado a morrer na cruz.

Após sua morte, seguidores de Jesus (chamado de Cristo, que traduzido do grego significa “ungido”) se espalharam por diversas regiões e passaram a divulgar

seus ensinamentos. A partir de então, o cristianismo alcançou uma rápida difusão. Durante certo tempo, os imperadores romanos viram na nova religião uma ameaça a seu poder e perseguiram as comunidades cristãs.

Texto elaborado com base em: BOWKER, John. *Para entender as religiões*. São Paulo: Ática, 1997. p. 15, 144-146; HOORNAERT, Eduardo. *Memória do povo cristão*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 41-75.



Perseguidos pelos romanos, os cristãos eram obrigados a realizar seus cultos às escondidas. Os locais mais usados eram as catacumbas (sepulcros subterrâneos). Na foto, catacumba de São Genaro, em Nápoles, existente desde aproximadamente o século III e hoje local turístico na Itália. Foto de 2014.

SUA OPINIÃO

A população brasileira é bem diversa quanto à religião, e a **liberdade de culto é assegurada pela Constituição**. Em sua opinião, existem respeito e aceitação pela diversidade religiosa no Brasil ou há preconceito e intolerância contra algumas religiões? Reflita sobre esse assunto e expresse sua opinião em uma conversa com seus colegas de classe.

Pax romana

Depois de Nero, o general Vespasiano assumiu o governo. Iniciou-se o período de maior esplendor do Império Romano (veja o mapa da página 157), que se estendeu pelas dinastias dos Flávios (69-96) e dos Antoninos (96-192). Veja o boxe *A arte, a cultura e o Direito Romano*, na página 157.)

Novas cidades surgiram. O modo de vida romano passou a ser adotado nas mais distantes províncias, acentuando o **processo de romanização** dessas regiões. Nesse período, as condições de vida nas províncias melhoraram sensivelmente, atraindo muitos romanos. Tudo isso fez com que o império vivesse um período de calmaria, razão pela qual essa época ficou conhecida como a *pax romana* (paz romana). Para os povos dominados, no entanto, essa era uma paz imposta pela força.

Apesar da fase de esplendor, o império enfrentou problemas como epidemias, incêndios e até a destruição das cidades de Pompeia, Herculano e Estábria pela erupção do vulcão Vesúvio no ano 79.

Afresco datado de aproximadamente 70 a.C-60 a.C. e encontrado na Vila dos Mistérios, entre as ruínas de Pompeia, na Itália. A pintura foi restaurada e representa um ritual de iniciação das mulheres no casamento. Foto de 2015.

Ciro de Luca/Reuters/Latinstock



O Império Romano (114 d.C.)



Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

A arte, a cultura e o Direito Romano

O surgimento de uma produção artística e cultural tipicamente romana verificou-se principalmente durante o império. Uma das primeiras pessoas a produzir uma obra com características romanas foi Cícero (106 a.C.-43 a.C.), considerado o maior prosador da língua latina e autor de diversos textos de Filosofia, Direito e Política.

Entre os poetas, um dos mais importantes foi Virgílio (70 a.C.-19 a.C.), autor de *Eneida*, poema épico que descreve as origens de Roma, mesclando lendas e fatos históricos. Outro destaque é Petrônio, cuja obra *Satyricon*, escrita em prosa e verso, contém informações sobre a sociedade romana da época imperial.

Na arquitetura romana, bastante influenciada por gregos e etruscos, o desenvolvimento de arcos sustentados por pilares foi uma das invenções mais originais dos romanos nessa área e permitiu a construção de pontes, arcos do triunfo e aquedutos. Já a invenção do concreto – feito de uma mistura de pedra, areia, água e cinza vulcânica – impulsionou a construção de edifícios mais altos.

Um dos importantes legados dessa sociedade ao mundo moderno foi o Direito Romano, que definiu os primeiros regulamentos das relações públicas e privadas e se constituiu em um elaborado conjunto de leis. Ainda hoje, ele serve de referência para a Justiça em diversos países.

DIALOGANDO COM...

FÍSICA, LITERATURA E SOCIOLOGIA

SUA OPINIÃO

- No Brasil, um conjunto de instituições legais organiza a vida social com base em leis criadas e aprovadas pelo Poder Legislativo. Em sua opinião, o acesso ao Direito e às leis é igualitário em nossa sociedade? De que modo o acesso igualitário ao Direito pode contribuir para diminuir as desigualdades sociais?

2 Invasões e divisão do império

No final do século II, o Império Romano começou a sofrer as primeiras invasões de povos vindos inicialmente do interior da Europa e posteriormente da Ásia. Os romanos os chamavam depreciativamente de **bárbaros**, porque **não falavam o latim** e tinham **costumes diferentes dos seus**.

A *pax romana*, portanto, não era uma garantia de estabilidade duradoura. A partir da dinastia Severa (193-235), os sinais de crise tornaram-se cada vez mais frequentes. Entre 235 e 284, por exemplo, somente um entre 26 imperadores teve morte natural. Além disso, nessa época a população sofria com os altos impostos e com uma crise econômica e agrícola sem precedentes.

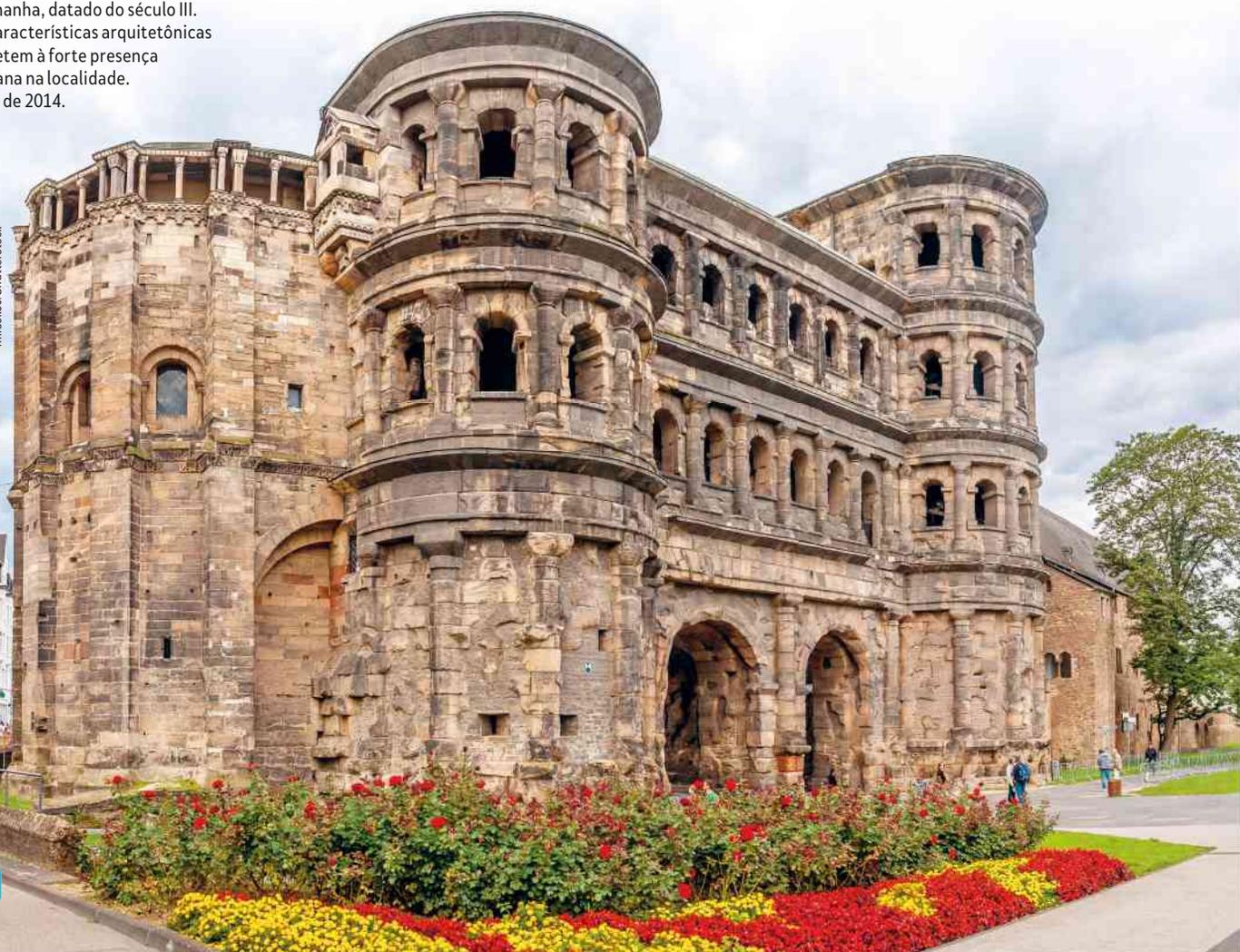
Preocupado em tornar o império mais governável, o imperador Diocleciano (284-305) resolveu dividi-lo em duas partes: uma oriental, sob seus cuidados; a outra, ocidental, entregue ao general Maximiano.

Mais tarde, Diocleciano dividiu o poder do império entre quatro governantes, a chamada **tetrarquia**. Por esse sistema, o império continuou dividido em dois territórios governados por dois imperadores, ambos com o título de “Augusto”. Cada um nomeava um sucessor que o auxiliava na administração de um dos territórios. Essa fragmentação enfraqueceu particularmente ainda mais o Senado, que vinha perdendo poder desde o governo de Otávio.

O Senado continuou a funcionar em Roma, mas a cidade deixou de ser sede do império, que passou a contar com quatro capitais: Trier (na atual Alemanha), Milão (na península Itálica), Sirmio (hoje chamada Sremska Mitroviciana, na atual Bósnia-Herzegovina) e Nicomédia (hoje Izmit, na atual Turquia).

Portal da antiga cidade de Tréveris (atual Trier), na Alemanha, datado do século III. As características arquitetônicas remetem à forte presença romana na localidade. Foto de 2014.

milos150/Shutterstock



Em 395, o imperador Teodósio dividiu o império em duas partes novamente, criando o **Império Romano do Oriente**, sediado em Constantinopla (hoje Istambul), sob o governo de um de seus filhos, Arcádio. Essa parte do império também ficou conhecida como **Império Bizantino**, pois sua capital havia sido erguida no lugar da antiga cidade grega de Bizâncio. (Esse será o assunto do próximo item, na página 162.)

A outra parte formou o **Império Romano do Ocidente**, com capital em Milão, sob o governo de seu outro filho, Honório. Essa parte do império continuou a ser assediada pelos povos provenientes da Europa central e oriental e, aos poucos, foi se esfacelando sob a ação dos invasores.

No início do século V, as legiões romanas foram expulsas da Bretanha pelos saxões, um dos **povos invasores**. Por volta de 400, os visigodos devastaram a Gália, invadiram a península Itálica e, em 410, saquearam Roma. Em 452, os hunos, comandados pelo rei Átila, invadiram a península Itálica e arrasaram as cidades de Pádua e Milão. A derrocada final ocorreu em 476, quando o último imperador romano do Ocidente, Rômulo Augústulo, foi destronado por Odoacro, rei dos hérulos.

FILME

Veja o documentário **Os bárbaros**, The History Channel, 2007, seis episódios de 45 min.

Documentário sobre vários povos considerados bárbaros que, no início da Era Cristã, invadiram territórios romanos.

VOCÊ SABIA?

Início da Idade Média

Alguns historiadores consideram que a partir da conquista de Roma, em 476, teve início o período histórico conhecido como Idade Média. Mas a divisão da História em períodos (como na linha do tempo abaixo) deve ser vista apenas como forma de facilitar a localização de grandes

períodos históricos no tempo. Mais importante é entender que as mudanças estão relacionadas a processos históricos, o que significa dizer que nenhuma sociedade muda radicalmente de um dia para o outro apenas por causa de um nome que os historiadores lhe deram.



anshar/Shutterstock



Escultura *Os tetrarcas*. Localizada em Veneza, Itália, a escultura foi criada a pedido de Diocleciano (governo entre 284 e 305), para simbolizar a igualdade entre os quatro imperadores romanos – Maximiano, Galério, Constâncio e Diocleciano.

Invasões ao Império Romano

À medida que a crise interna aumentava, a partir do século III, os territórios conquistados pelo Império Romano tornaram-se alvos constantes de invasões de diversos povos.

A maioria desses povos tinha origem germânica, exceto principalmente os hunos, que, por sua vez, tinham invadido as planícies da Rússia e da Europa oriental, impulsionando os povos germânicos para os territórios romanos.

Diferentes uns dos outros, não havia nenhuma unidade política ou cultural entre os germânicos. Observe no quadro a seguir a origem de alguns deles e as regiões do império onde se fixaram.

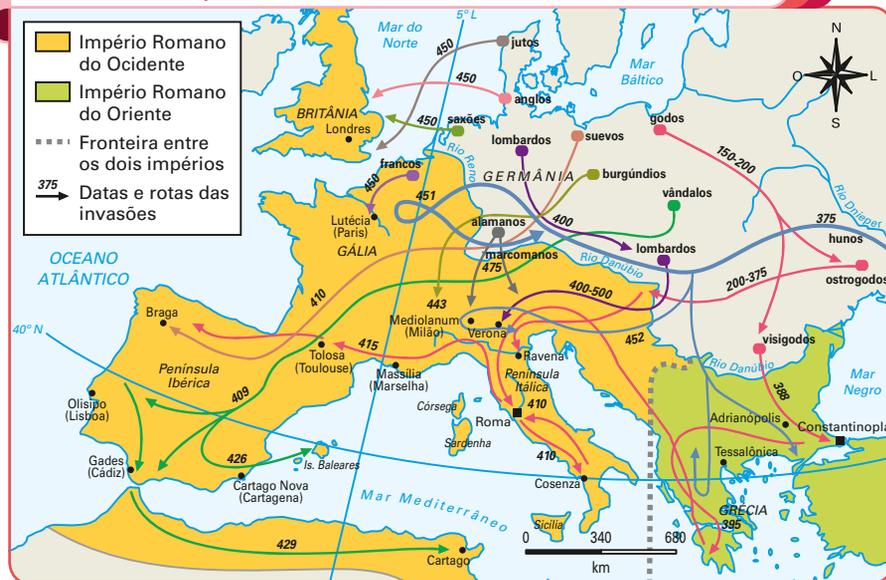
Povo	Origem*	Território/região invadida*
Anglos e saxões	Dinamarca e Alemanha	Inglaterra
Ostrogodos	Ucrânia	Península Itálica
Visigodos	Romênia	Penínsulas Balcânica, Itálica e Ibérica
Franco	Região do rio Reno	França
Burgúndios	Escandinávia	Sudeste da França
Lombardos	Escandinávia	Península Itálica
Vândalos	Alemanha, Polônia e Eslováquia	Península Ibérica e norte da África (região da antiga Cartago)

* Nesse quadro, estão sendo usados os nomes atuais de países e regiões.

Globalização:

processo de integração econômica mundial, tendo por base o crescimento das empresas transnacionais, a quebra das fronteiras e a interdependência entre os mercados de diversos países. Segundo pesquisas, a globalização favorece os países ricos em detrimento das nações pobres e em desenvolvimento. Para alguns pensadores, esse processo remonta aos séculos XV e XVI, com a expansão ultramarina das potências europeias.

Invasões ao Império Romano (entre os anos 100 d.C. e 500 d.C.)



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

DE OLHO NO MUNDO

Os processos de **globalização**, desemprego, transformações climáticas, guerras e conflitos variados, junto com a pobreza e a insegurança, são fatores que impulsionam a migração entre as populações. Reúna-se em grupo e façam uma pesquisa sobre essas **migrações contemporâneas**. Escolham três grupos étnicos ou culturais e os países de destino (por exemplo, mexicanos em direção aos Estados Unidos, sírios ou afegãos para países europeus como a Alemanha ou a França, etc.). Comparem as causas e as motivações dos grupos que estão migrando; montem um painel com textos e fotos e organizem uma exposição para a classe.

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 No início da Era Cristã, o território do Império Romano abrangia grande parte da Europa e porções da Ásia e da África. Otávio governou essas terras por quatro décadas, a partir de 27 a.C., assegurando prosperidade e desenvolvimento. Mas os imperadores seguintes não garantiram a mesma estabilidade política. Compare o governo de Otávio com o de seus sucessores, até a morte de Nero, apontando as principais medidas adotadas por Otávio e os problemas políticos enfrentados pelos demais imperadores.
- 2 O Império Romano foi marcado por inúmeras transformações culturais e religiosas. Explique as principais mudanças ocorridas no período.
- 3 Observe e compare atentamente os mapas *O Império Romano* (p. 157) e *Invasões ao Império Romano* (p. 160) e responda no caderno ao que se pede.
 - a) Os dois mapas representam situações bastante diferentes em termos militares e políticos. Compare esses contextos e justifique sua resposta com elementos presentes nos mapas.
 - b) Considerando o mapa *Invasões ao Império Romano*, aponte quais povos invadiram o território romano. Em seguida, explique os motivos desses avanços.

DIALOGANDO COM... GEOGRAFIA

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM

ATIVIDADE

- 1 Observe a imagem a seguir. Trata-se de um detalhe da Coluna de Trajano, obra construída no começo do século II d.C. O objetivo dessa coluna era comemorar as vitórias militares do imperador Trajano contra os dárcios, povo considerado bárbaro pelos romanos. A obra pode ser vista como exemplo do esplendor romano durante o período da *pax romana*. No detalhe da imagem, é possível observar o imperador romano recebendo cabeças de guerreiros dárcios mortos pelos soldados romanos. Com base nessas informações e na análise da imagem, responda em seu caderno ao que se pede.
 - a) De que forma o detalhe da coluna representa a relação entre os povos germânicos e os romanos?
 - b) A construção da Coluna de Trajano representa o poder político dos romanos. Formule uma hipótese para descrever o tipo de representação do poder de Roma proposto pelo detalhe da imagem.



Detalhe da Coluna de Trajano, concluída no início do século II, no Fórum de Trajano, em Roma (Itália). Foto de 2015.

3 Império Bizantino

No final do século IV, os dois impérios romanos tiveram destinos completamente diferentes. Enquanto o Império Romano do Ocidente se esfacelava sob o impacto das invasões externas, o Império Romano do Oriente (Império Bizantino) se consolidava como uma das principais potências da Ásia e do mundo mediterrâneo.

Do ponto de vista da organização política, o Império Bizantino assumiu uma forma de governo chamada **autocracia absoluta**. O imperador, chamado **basileu** (rei), controlava a legislação, comandava as forças militares e podia nomear ou exonerar quem quisesse. O **basileu** era também o chefe da Igreja e, como tal, convocava concílios, nomeava bispos e promulgava regras e disposições religiosas.

Considerado pessoa sagrada e vice-rei de Deus na Terra, o poder do basileu era tão grande que até a arte estava a serviço de sua autoridade. Assim, ao exaltar o Estado, os artistas glorificavam também o Deus cristão (veja abaixo o boxe *A arte bizantina*).

A sociedade bizantina era fortemente hierarquizada (veja a seção *Olho vivo* na próxima página). No topo, estavam o imperador e sua família. Em torno deles, encontravam-se a nobreza urbana (comerciantes, banqueiros, altos funcionários públicos) e a rural (grandes proprietários de terras). Na base da sociedade, ficavam os trabalhadores livres, abaixo dos quais estavam os servos presos à terra e os escravos.

Autocracia absoluta: sistema político em que o poder está nas mãos de uma só pessoa, que o exerce de modo absoluto e despótico. As monarquias absolutistas são regimes autocratas.

A arte bizantina

A arte bizantina é uma síntese do cristianismo, do helenismo e do orientalismo. Sua imponência pode ser observada tanto na arquitetura como nas pinturas e nos mosaicos que decoram o interior das igrejas.



A Basílica de Santa Sofia, inaugurada em Constantinopla (atual Istambul) em 537 d.C., é considerada o monumento arquitetônico mais famoso do Império Bizantino. Com a queda da cidade em 1453, foi convertida em mesquita. Por essa época, foram-lhe acrescentadas torres pontiagudas, conhecidas como minaretes. Em 1934, foi transformada em museu. Foto de 2015.

DIALOGANDO
COM... ARTE

O mosaico (técnica de criação de uma imagem ou padrão visual por meio da incrustação de pequenas peças coloridas sobre uma superfície de gesso ou argamassa) foi a forma de expressão preferida dos artistas do Império Bizantino.

Paralelamente, monges bizantinos inventavam os ícones, pinturas que representavam figuras sagradas do cristianismo. Veneradas nas igrejas e oratórios familiares, tais pinturas frequentemente eram decoradas com joias e pedras preciosas.

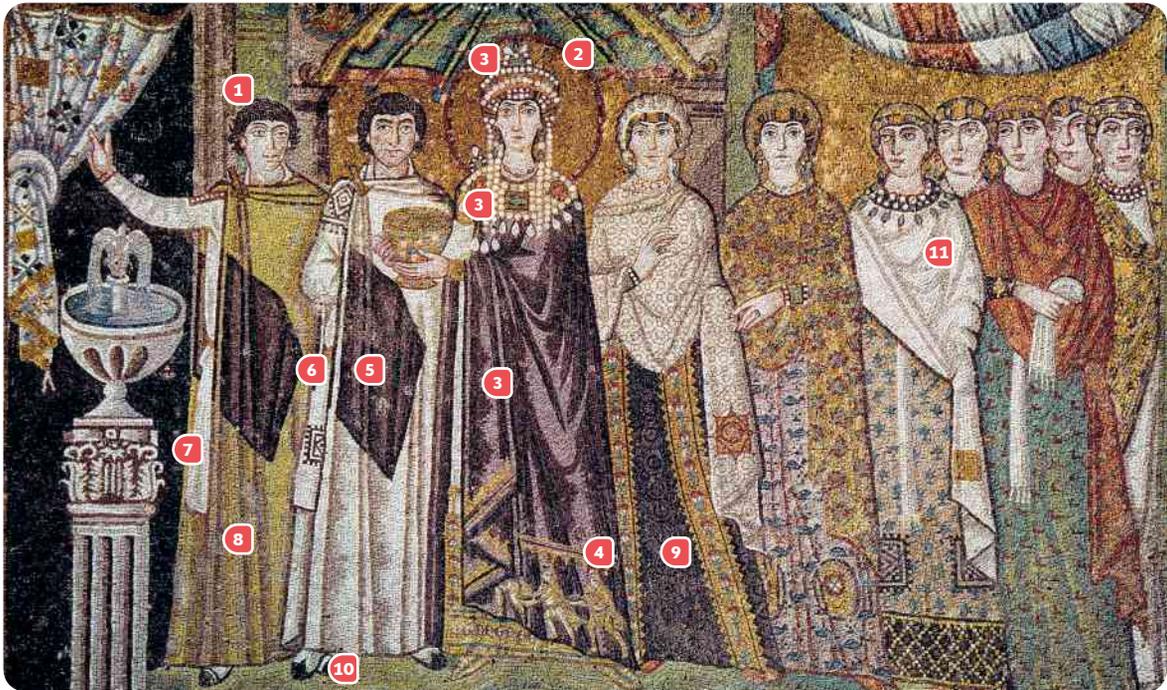
Na arquitetura, uma obra de grande destaque é a Basílica de Santa Sofia. Inaugurado no ano de 537, o templo foi construído em cinco anos por 10 mil trabalhadores (veja a foto ao lado). Após a tomada de Constantinopla, em 1453, os turcos otomanos a transformaram em mesquita (templo muçulmano).



A imperatriz Teodora

O mosaico aqui apresentado, *A imperatriz Teodora e seu séquito*, de autor anônimo, encontra-se na Igreja de São Vitale, em Ravena, na Itália. A peça foi concluída em 547, um ano antes da morte de Teodora, que foi casada com o imperador Justiniano por mais de vinte anos.

Teodora fora atriz e dançarina de circo. Ao se tornar imperatriz, em 527, sofreu preconceito por parte da aristocracia bizantina. Ao retratá-la no mosaico, contudo, o artista imprimiu grande respeito e certa conotação sagrada a sua imagem, como veremos a seguir.



Mosaico *A imperatriz Teodora e seu séquito*, que retrata a imperatriz, dois ministros e sete mulheres de sua corte.

- 1 As pessoas representadas no mosaico são (da esquerda para a direita): um dignatário (alto funcionário do império); o eunuco Narsés, funcionário de confiança da imperatriz; a imperatriz Teodora; a amiga da imperatriz e administradora do palácio, Antonina; a filha de Antonina, Joanina; cinco mulheres da corte.
- 2 A auréola em torno da cabeça da imperatriz denota um caráter sagrado concedido a ela.
- 3 A rainha veste as insígnias reais: o diadema de pedras preciosas; o toucado (arranjo de cabelos) com joias; e o manto de seda cor púrpura sobre os ombros. O uso da cor púrpura era reservado a seletas pessoas do império.
- 4 Aqui estão bordados os três reis magos com suas oferendas.
- 5 O *tablion* (pedaço de pano em forma de losango preso à roupa) na cor púrpura é outro sinal de que essa pessoa era um alto funcionário do império.
- 6 O cinturão indica que ambos são dignitários, ou seja, altos funcionários do império.
- 7 As túnicas curtas foram introduzidas no Império Bizantino durante o governo de Justiniano.
- 8 A dalmática (tipo de manto) era usada sobre as túnicas pelos representantes das camadas mais elevadas da sociedade bizantina. As demais pessoas as usavam apenas em ocasiões especiais.
- 9 A cor púrpura do manto indica a proximidade de Antonina com a realeza.
- 10 Os sapatos brancos e pretos compunham o uniforme dos dignitários. Eram entregues pelo próprio imperador, junto com o certificado de nomeação para o cargo.
- 11 As estolas eram uma peça comum do vestuário feminino da época.

Texto elaborado com base em: HAGEN, Rose Marie; HAGEN, Rainer. *Los secretos de las obras de arte*. Tomo I. Madrid: Taschen, 2005.



Detalhe do mosaico *A imperatriz Teodora e seu séquito*, obra concluída no século VI.

O governo de Justiniano

Desde a queda do último imperador romano do Ocidente, em 476, pela ação dos povos germânicos, os bizantinos acalentavam o desejo de reconstruir o Império Romano. Essa aspiração ganhou força a partir de 527, com a chegada ao trono do imperador Justiniano e de sua mulher, a imperatriz Teodora (veja a seção *Olho vivo*, na página 163).

Em 533, depois de fortificar as fronteiras e reequipar o exército, Justiniano se lançou à conquista do norte da África. Vitoriosas na África, suas tropas ocuparam então a península Itálica. Em 550, o exército bizantino invadiu a península Ibérica, conquistando o sul da região, após quatro anos de batalhas (veja o mapa abaixo).

O governo de Justiniano dedicou-se a restaurar o antigo Império Romano e a sistematizar, em um código, os principais preceitos legais do Direito Romano que regulavam a vida na sociedade bizantina. Em 529, com o nome de **Código de Justiniano**, o conjunto de leis tornou-se público. Posteriormente, outras leis foram reunidas no *Digesto* (palavra latina que significa “pôr em ordem”), publicado em 533.

Justiniano ainda reformou as escolas de Direito e produziu um manual para estudantes sobre a legislação bizantina. Esse trabalho constituiu por séculos a base do Direito europeu e é, ainda hoje, o fundamento de muitas leis no mundo ocidental, considerado o maior legado do império de Justiniano.

O Império Bizantino sob Justiniano (527-565)



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

4 Declínio de um império

Após a morte de Justiniano em 565, seus sucessores não conseguiram manter a unidade do império. Entre os séculos VII e VIII, o Império Bizantino perdeu territórios para outros povos. Em seguida, a Palestina, a Pérsia, o Egito – e, em 711, a península Ibérica – passaram do domínio bizantino para o controle do islã (veja mais detalhes sobre o islamismo no capítulo 9).

Nos séculos seguintes, o império sofreu crises internas, revoltas e conflitos religiosos. Em 1204, uma cruzada organizada por venezianos que seguia em direção a Jerusalém mudou de rumo e invadiu Constantinopla (sobre as Cruzadas, veja o capítulo 11). Tesouros, obras de arte e livros, preservados por séculos, foram destruídos ou saqueados. A capital bizantina foi incendiada e não conseguiu mais se recuperar.

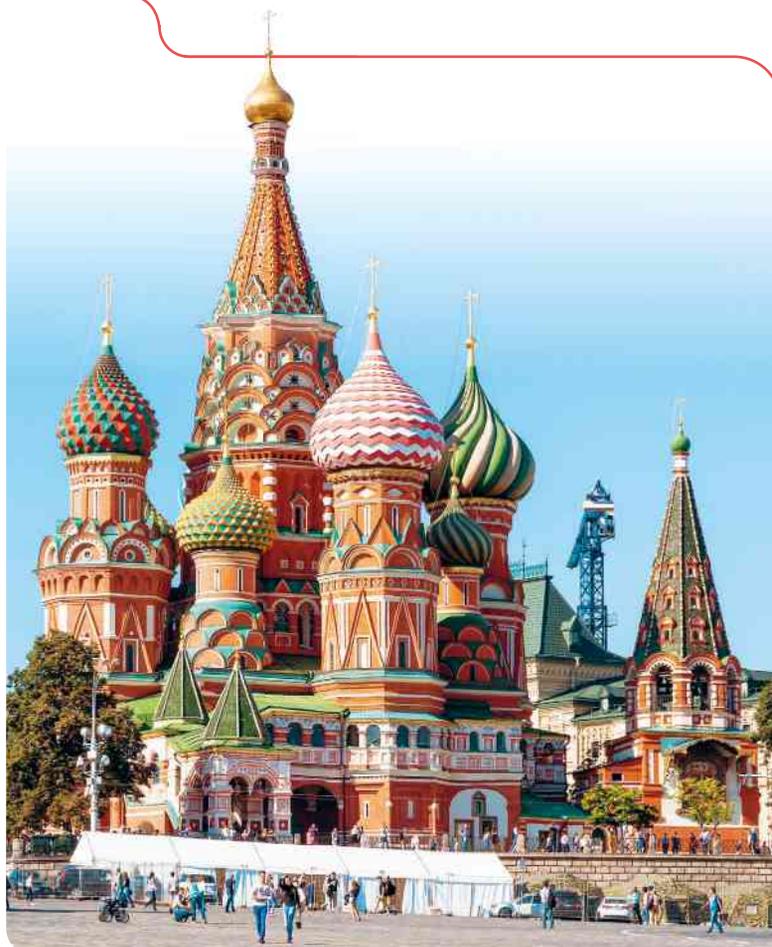
Em 1453, após sete semanas de resistência, Constantinopla sucumbiu ao ataque dos turcos otomanos chefiados por Maomé II. O episódio marcou não apenas a **queda do Império Bizantino**, mas também o **término** do período que a historiografia convencionou chamar de **Idade Média**.



ENQUANTO ISSO...

A Rússia e o cristianismo

No século IX, os *rus*, povo originário da região da atual Escandinávia, estabeleceram-se no território que hoje corresponde à Federação Russa, onde fundaram diversos povoados. Em 882, os dois povoados mais importantes, Kiev e Novgorod, passaram a ser governados por um único líder, Oleg, que consolidou assim o reino dos *rus*. Pouco mais de cem anos depois, em 989, Vladimir, soberano desse povo, casou-se com a princesa Ana, irmã de Basílio II, imperador do Império Bizantino, e se converteu ao cristianismo. Vladimir mandou destruir estátuas e templos não cristãos em seu território e ordenou a construção de igrejas. A partir dessa época, a religião cristã se constituiu em fator importante no processo de unificação da Rússia (nome derivado de *rus*). Kiev (atual capital da Ucrânia) se tornou então o grande centro cristão do Leste Europeu.



Catedral de São Basílio em Moscou, na Rússia, erguida na praça Vermelha, entre 1555 e 1561. O desenho do prédio, um templo da Igreja ortodoxa, reflete a influência da arte bizantina na Rússia. Foto de 2015.



ESQUEMA-RESUMO

Império Romano e Império Bizantino

Início do Império Romano (27 a.C.-68 d.C.)

- Primeiro imperador: Caio Otávio (27 a.C.-14 d.C.)
- Reformas políticas e administrativas
- Difusão do cristianismo no território romano
- Expansão das lutas de gladiadores para diversão popular
- Período turbulento: sucessão de diversos imperadores (14 d.C.-68 d.C.)

Pax romana (69 d.C.-séc. II d.C.)

- Esplendor cultural e econômico
- Expansão territorial
- Dominação dos povos germânicos



Broche visigodo do século VI.

Bridgeman/Keystone

Invasões germânicas e enfraquecimento do império (séc. II d.C.-séc. V d.C.)

Divisão do império (395 d.C.)

Império Romano do Ocidente (476 d.C.)

Último imperador: deposto pelos germânicos



Escudo ornamental anglo-saxão do século VII.

Bridgeman/Keystone

Império Romano do Oriente – Império Bizantino

- Autocracia absoluta (imperador com poderes políticos e religiosos)
- Sociedade fortemente hierarquizada
- Expansão territorial no governo de Justiniano (527 d.C.-565 d.C.)
- Desenvolvimento cultural, artístico e arquitetônico

Processo de declínio do Império Bizantino até a invasão dos turcos otomanos (1453 d.C.)

A partir da observação do esquema, é possível perceber que tanto o Império Romano do Ocidente quanto o Império Romano do Oriente (Império Bizantino) passaram por um período de expansão territorial e esplendor cultural e depois por um lento período de declínio e perda territorial. Explique como esses processos ocorreram nas duas sociedades.



ATIVIDADES

ORGANIZANDO AS IDEIAS



- 1 O cristianismo desempenhou uma função muito importante, tanto no Império Romano do Ocidente quanto no Bizantino. Explique como se deu a difusão dessa doutrina no mundo romano e aponte o papel da religião cristã na sociedade bizantina.
- 2 O Império Romano do Oriente foi resultado de uma divisão em duas partes do Império Romano, estabelecida em 395, pelo imperador Teodósio. Explique os motivos do imperador para essa decisão e compare a situação dos dois impérios entre os séculos IV e V.
- 3 O Império Bizantino assumiu uma organização política diferente da que existia no Império Romano do Ocidente. De que forma se estruturou o governo bizantino e por que essa estrutura era diversa daquela que existiu no Império Romano do Ocidente?
- 4 Faça um esquema mostrando como era organizada a sociedade bizantina.
- 5 A morte de Justiniano marca uma transformação no Império Bizantino. Explique o que foi essa mudança e qual o papel de Justiniano na história do Império Romano do Oriente.
- 6 Aponte as características fundamentais da arte bizantina, levando em conta seu caráter de arte a serviço da Igreja e do Estado.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 O trecho a seguir é da obra *Da clemência*, escrita pelo filósofo romano, Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.-65 d.C.). Tal obra tinha a intenção de ajudar a educar o imperador Nero (que reinou entre 54 d.C e 68 d.C); por isso trata da conduta virtuosa que esse governante deveria ter para construir um bom governo. Esse tipo de obra ganhou tanta importância ao longo da História, que se transformou em um **gênero filosófico**, serviu de modelo para muitos escritores e manteve relevância até o fim da Idade Média. Leia atentamente o trecho e responda no caderno ao que se pede.

DIALOGANDO COM... FILOSOFIA

Empreendi este tratado sobre a clemência, Nero César, para que ele tenha, de algum modo, a função de um espelho e te encaminhar, oferecendo-te tua imagem, ao maior prazer que existe no mundo. Com efeito, o proveito maior de nossas boas ações é tê-las feito [...] e não é menor a fruição de olhar para a alma e vê-la sem reprovação. [...] Se é verdade que tu és a alma da república e que ela é teu corpo, compreendes, espero, a que ponto a clemência é necessária [...]. A clemência é conforme a natureza de todos os homens, mas ela convém particularmente aos imperadores. [...] Embora as virtudes formem um coro harmonioso e nenhuma é melhor ou mais bela do que as outras, entretanto algumas vão melhor para cada tipo de homem. [...] A clemência, em qualquer parte em que apareça, aí fará reinar a felicidade e a paz, porém, numa casa régia, quanto mais é rara, mais é admirada. Para o rei, não existe nenhuma glória vinda de uma condenação brutal; ao contrário, sua glória será imensa se contiver a cólera sua e alheia, se não aplicou a sua a ninguém.

CHAUI, Marilena. *Introdução à História da Filosofia*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 296-297.

- a) De acordo com o trecho selecionado, qual a função da obra de Sêneca para o imperador romano?
- b) Sêneca atribui grande importância às virtudes morais na condução da vida individual e também nas ações políticas. Segundo essa ideia, o que ele entende por clemência e por que ela é importante para um governante?

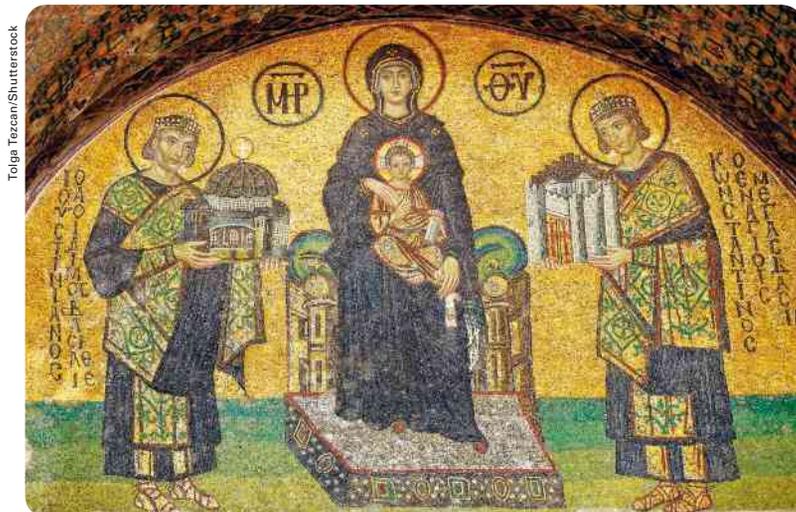


c) O tratado de Sêneca foi escrito num período conturbado da política imperial romana. Nesse período, os imperadores que governaram Roma seguiam o modelo de virtude moral que Sêneca recomendava para bem governar o império?

2 O mosaico reproduzido a seguir faz parte da decoração da Igreja de Santa Sofia, construída durante o Império Bizantino em 537, em Constantinopla (atual Istambul, na Turquia). Na imagem, é possível observar os imperadores Constantino e Justiniano; ao centro, Maria com Jesus no colo. Observe atentamente a imagem e responda no caderno ao que se pede.

a) Os dois imperadores trazem objetos nas mãos. Descreva esses objetos e formule uma hipótese para explicar a mensagem que a representação constrói sobre o Império Bizantino.

b) Como vimos neste capítulo, o imperador bizantino era considerado sagrado, detentor do poder político e religioso atribuído a ele por Deus. Que aspecto do mosaico representa essa divindade do imperador?



O mosaico é um exemplo de arte bizantina.

TESTE SEU CONHECIMENTO

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

1 (PUC-SP) Leia o texto para responder a questão.

O apóstolo Paulo era cidadão de Tarso, uma pequena cidade, muito antiga, que era a capital provincial da Cilícia. Mas Paulo era também judeu, membro de uma etnia que se reproduzia por laços familiares e pela aderência a uma religião, cujo templo se encontrava distante, em Jerusalém. Era um judeu da diáspora. Numa viagem para Damasco, Paulo se tornou cristão e, entre os cristãos, apóstolo. Nessa condição, assumiu a identidade de apóstolo dos não judeus e viajou, por terra e por mar, por boa parte do Mediterrâneo oriental. Foi a Chipre, à Panfília, passou pela Capadócia, pelo centro da Anatólia, e morou em Éfeso, onde foi confrontado pelos artesãos locais, escapando apenas pelo medo geral de uma intervenção do poder romano. Muitas vezes estabeleceu-se com o apoio das comunidades judaicas locais. Morou na cidade de Felipe, visitou a Macedônia e a Acaia e, segundo os Atos, passou por Corinto, capital provincial, onde exerceu outra de suas identidades — a de artesão. Chegou a Atenas e discutiu com os filósofos da cidade. Passou também por Mileto, Rodas,

Tiro, Cesareia, Jerusalém e outras cidades. Ao ser perseguido em Jerusalém, refugiou-se em Cesareia, onde foi preso. Fez, então, uso de sua identidade de cidadão romano, que também possuía, e de seu conhecimento da língua grega, para não ser espancado e executado. Para ser julgado, atravessou todo o Mediterrâneo, com uma escala em Malta, após um naufrágio, tendo vivido em Roma com amigos e fiéis. Suas cartas mostram um amplo círculo de relações e de influências em Roma e no Mediterrâneo oriental. O ponto central é: teria sido a carreira de Paulo possível ou verossímil 500 anos antes?

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 157-158.

A trajetória do apóstolo Paulo, descrita no texto, revela que:

- o intercâmbio cultural na Antiguidade era regular e sistemático desde a globalização da filosofia grega e da hegemonia dos valores helenísticos no Oriente Extremo.
- os povos da Antiguidade mantinham-se firmemente fechados em suas comunidades,



- II. O imperador bizantino era chamado de basileu e comandava uma autocracia absoluta, com poderes políticos e religiosos.
- III. Durante o governo de Justiniano, os bizantinos conseguiram expandir seus territórios, dominando regiões na Ásia, África e Europa.
- IV. O Império Bizantino perdeu grandes territórios entre os séculos VII e VIII, especialmente a partir da expansão

do islã. Esse processo de decadência continuou nos séculos seguintes até que, no século XV, a cidade de Constantinopla foi tomada pelos turcos otomanos, marcando o fim do Império Bizantino.

- a) As afirmativas II e III estão corretas.
- b) As afirmativas III e IV estão corretas.
- c) As afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

HORA DE REFLETIR



Na batalha que provocou a queda de Constantinopla, o imperador bizantino receava cair nas mãos dos “infiéis”, isto é, dos turcos otomanos, que não eram cristãos. Os muçulmanos também denominavam de “infiéis” todos os não adeptos de sua religião. Esse modo de tratar outras religiões é um sinal de **intolerância: desqualifica a fé dos outros povos e considera apenas a sua própria religião como verdadeira.**

Um exemplo de intolerância religiosa foi a perseguição aos primeiros cristãos, no início de nossa era. Hoje em dia a intolerância religiosa se manifesta por ataques armados a grupos ou locais considerados

sagrados para certa religião, discriminação social ou agressões a praticantes de determinada crença, etc.

Reflitam sobre a relação entre tolerância e democracia. Em seguida, pesquisem reportagens em jornais, revistas ou na internet que relatem exemplos de situações de intolerância religiosa no Brasil e no mundo. A partir dessa pesquisa, montem um cartaz destacando de que modo os conflitos religiosos oferecem riscos à democracia. Destaquem também ideias e ações que possam ser implantadas para evitar esse tipo de violência. Para encerrar, com os demais grupos, elaborem um mural com as pesquisas de todos.



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Death in Rome. Jogo (em inglês) ambientado na Roma antiga. Disponível em: <<http://tinyurl.com/7hv49b3>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

Museu Nacional de Arqueologia. Exposição virtual de mosaicos romanos. Disponível em: <<http://tinyurl.com/opwj4ju>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PARA ASSISTIR

Ben-Hur. Direção: William Wyler. Estados Unidos, Warner Home Video, 1959, 212 min. História de Judah Ben-Hur, um judeu de família nobre da Palestina, quando ainda era província de Roma. Após um acidente, Ben-Hur é acusado de tentar matar o governador romano.

FECHANDO A UNIDADE

Você vai ler agora parte de um relatório elaborado em 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e observar uma charge do cartunista Carlos Amorim. Ambos abordam questões pertinentes à democracia e aos direitos de cidadania. Feita a leitura, responda ao que se pede.

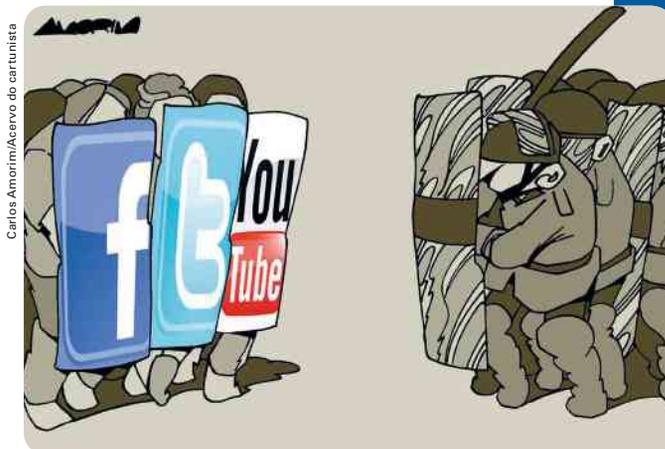
DOCUMENTO 1 – Relatório

De eleitor a cidadão

O potencial da sociedade civil global para influenciar a tomada de decisões sobre questões globais cruciais foi em larga medida ampliado pela revolução da internet. Esta possibilita a hiperconectividade de grupos diversificados e oferece plataformas para a rápida divulgação de ideias e preocupações entre os cidadãos por todo o globo. Permite a comunicação entre as pessoas e a partilha de ideias entre as comunidades de cientistas e outros profissionais, sem a mediação do poder do Estado ou dos mercados. Esta nova facilidade de comunicação global alimenta parcerias criativas, capacitando indivíduos e organizações sociais, conduzindo a novas formas de solidariedade e permitindo que as pessoas interajam e expressem os seus valores à escala internacional. As revoltas ocorridas recentemente em vários países árabes e o culminar de desenvolvimentos históricos complexos mostraram que as redes sociais constituem uma força que os líderes mundiais e as instituições globais ignoram por sua conta e risco. A rápida divulgação do vídeo Kony 2012, sobre Joseph Kony, membro do Exército de Resistência do Senhor acusado de crimes de guerra, e a ampla resposta ao mesmo mostram que as redes sociais conseguem, no espaço de alguns dias, envolver muitos milhões de pessoas em discussões sobre assuntos importantes. [...] Na verdade, uma das ferramentas mais valiosas da sociedade civil global reside na capacidade de difundir novas normas que transformam o comportamento dos atores estatais e privados. Acolhendo e enquadrando problemas e pressionando os Estados, as redes da sociedade civil conseguem pôr sobre a mesa novas questões e influenciar a ação governamental e internacional com vista a novos tratados, mecanismos de execução mais fortes e até mesmo intervenção direta.

PNUD. *A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado*. Disponível em: <www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2013_portuguese.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

DOCUMENTO 2 – Charge



As redes sociais servem de tema para a charge de junho de 2013.

REFLITA E RESPONDA

1. Com base no texto de abertura desta unidade e no documento 1, pode-se afirmar que os mecanismos de funcionamento da democracia são mais amplos do que apenas o direito de votar e escolher os representantes políticos de um país. Qual é o sentido mais amplo de democracia?
2. A charge de Carlos Amorim constrói uma reflexão sobre o papel das redes sociais no mundo contemporâneo. Considerando a imagem, qual a reflexão proposta pelo cartunista sobre essas tecnologias?
3. Com base no relatório do documento 1 e na charge do cartunista Carlos Amorim, redija uma dissertação relacionando o conceito de democracia e cidadania com o desenvolvimento de novas formas de participação social de indivíduos em diferentes partes do planeta.
4. Como você e seus colegas de classe podem contribuir para ampliar o processo democrático no Brasil?

Diversidade religiosa

As crenças religiosas estão entre as mais antigas experiências do ser humano em busca de proteção para a vida e de segurança espiritual diante do fenômeno da morte. A religião está estreitamente relacionada à história e às formas de organização das sociedades que lhes deram origem.

Devido a essa historicidade, as religiões costumam ter preceitos, valores e ritos quase sempre incompreensíveis para quem não conhece a cultura da qual fazem parte. Assim, para algumas religiões, os sábados são dedicados aos ritos religiosos; para outras, os domingos é que são considerados sagrados (algumas religiões proíbem o corte de cabelos, outras determinam que seus seguidores fiquem carecas).

De modo geral, as religiões pregam a paz, o bem e o amor ao próximo. Apesar disso, a intolerância em relação aos preceitos religiosos alheios já provocou muitas guerras em diversos períodos da História. Ainda hoje, conflitos como a guerra entre judeus e muçulmanos na Palestina; entre budistas e hindus no Sri Lanka; e entre muçulmanos e cristãos no Sudão e na Nigéria, por exemplo, têm componentes religiosos.

No Brasil, depois dos adeptos das religiões de matriz africana, os seguidores do islamismo são os que mais sofrem com a intolerância religiosa. Em ambos os casos, as pessoas dessas religiões costumam sofrer com insultos, cusparadas, pedradas, ameaças de morte.

Nesta Unidade estudaremos o mundo medieval europeu e o Império Islâmico – contextos históricos nos quais se desenvolveram o cristianismo e o islamismo, duas das religiões com mais seguidores no mundo moderno. Conheceremos também alguns dos reinos mais antigos da África, um pouco de sua cultura e de suas manifestações religiosas.

Celso Pupo/Fotorena



Peter Hermes Furian/Shutterstock

Ilustração do artista austríaco Peter Hermes Furian, criada em 2015, que representa a harmonia e a tolerância entre as várias religiões.



Imagem do encontro ecumênico no estádio do Maracanã, promovido pela Pastoral do Esporte da Arquidiocese do Rio de Janeiro em 2014, com o lema “Por um mundo sem armas, drogas, violência e racismo”.

COMEÇO DE CONVERSA

1. Um passo importante para o exercício da **tolerância religiosa** é conhecer a diversidade de crenças da comunidade em que vivemos. Pense nas religiões praticadas pelos moradores da sua comunidade ou bairro e anote o nome e as características delas. Tente identificar o maior número de crenças possível, incluindo as praticadas por um pequeno número de indivíduos. Depois, reúna-se em grupo e apresentem o resultado para os colegas em sala de aula.
2. Leia atentamente: A pluralidade religiosa é um elemento fundamental para o desenvolvimento cultural de uma sociedade, estimulando o aprendizado ético da convivência com a diferença, uma vez que essa multiplicidade permite aos indivíduos observar que existem variados modos de vida, crenças e práticas cotidianas e que isso não significa existência de hierarquia de valores, mas sim evidencia que **todas as crenças e culturas merecem respeito e aceitação**. Justifique essa afirmação e apresente exemplos que fundamentem seus argumentos.

O islamismo é hoje a segunda maior religião do mundo e existe uma grande diversidade entre aqueles que professam a religião. Com cerca de 1,3 bilhão de adeptos, essa doutrina defende a justiça e a prática da generosidade entre as pessoas. Seus seguidores são conhecidos como muçulmanos, que em árabe significa “aqueles que se subordinam a Deus”.

Fundado no século VII, na atual Arábia Saudita, pelo profeta Muhamad (Maomé), o islamismo desempenhou importante papel no processo de unificação dos diversos povos árabes em torno de um governo centralizado.

Neste capítulo estudaremos o processo da unificação dos povos árabes, cujo desdobramento mais significativo foi a formação de um império, que, por volta do século VIII, se estendia da península Ibérica, na Europa, até o rio Indo, na Ásia. Veremos também alguns aspectos que envolvem o islamismo nos dias de hoje.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Conhecer as origens do Império Muçulmano.
- Compreender a formação e alguns fundamentos do islamismo.
- Identificar o papel do islamismo no processo de unificação e expansão da cultura árabe.
- Analisar a formação do Império Islâmico e seus desdobramentos.
- Refletir sobre o legado do mundo islâmico.

A paquistanesa Malala Yousafzai recebeu o prêmio Nobel da Paz em 2014 aos 17 anos. A jovem é ativista pelo direito à educação feminina em seu país e sobreviveu a uma tentativa de assassinato organizada pelo Talibã. Foto de 2013.

Foto publicada em uma rede social no Irã, em que mulheres protestam sem véu contra as restrições sociais e legais a que são submetidas no país. Foto de 2014.

Reprodução: www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/iranianas-fazem-selfies-sem-veu-em-protesto-por-mais-liberdade.html



Mary Altaffer, FILE/AP Photo/Glow Images

1 A base da cultura árabe

Por volta de 1200 a.C., os habitantes da península Arábica, cujo território é formado em sua maior parte por desertos, encontravam-se divididos em pequenas tribos, os árabes, de origem semita, que se dedicavam principalmente ao pastoreio e ao comércio.

Ao longo dos séculos seguintes, as atividades comerciais desenvolveram-se. Tornaram-se frequentes as caravanas em direção à Palestina e à Síria atuais, mais ao norte, onde eram vendidas mercadorias do Oriente que chegavam pelo oceano Índico. Na travessia das áreas desérticas, alguns núcleos urbanos se formaram em torno de oásis, como os de Qurayya e Tayma, onde era possível obter água potável.

De modo geral, esses pequenos núcleos se configuravam como **cidades-Estado**, pois contavam com leis e governos próprios, não tendo a Península Arábica um governo único. Pouco a pouco, alguns desses núcleos se enriqueceram com o comércio e se transformaram em reinos, como os de Magan e A'ad.

Inicialmente, os árabes cultuavam diversos deuses relacionados aos astros e a fenômenos naturais e eram **animistas**, ou seja, cultuavam objetos inanimados por acreditarem que também tinham alma.

Meca, cidade situada em um oásis no lado ocidental da península Arábica e ponto de encontro das caravanas (veja o mapa *A expansão islâmica (622-750)*, da página 178), com intenso comércio, contava com um santuário construído em formato de cubo (*ka'ba*, em árabe), conhecido como Caaba. Ali, as pessoas reverenciavam 360 deuses e deusas e prestavam homenagens a uma pedra negra considerada sagrada.



Ídolos antropomórficos árabes, produzidos entre 3000 a.C. e 1000 a.C. Feitas de granito, as peças foram encontradas no lîmen.

Philippe Maillard/akg/Latinstock

2 O islamismo

O governo de Meca era exercido por um conselho e um clã. A partir de 613, contudo, um condutor de caravanas chamado **Maomé** passou a proclamar a existência de um único Deus, que chamou de **Alá**, e denominava sua religião de **islã**, que quer dizer “submissão a Deus”.

Para os grandes comerciantes de Meca, o monoteísmo de Maomé podia afastar os peregrinos e afetar o comércio. Hostilizado por eles, em setembro de 622 (pelo calendário cristão) Maomé fugiu para a cidade de Yatrebe.

Essa viagem, conhecida como **hégira** (emigração), marca o início do calendário da nova religião difundida por Maomé. Os seguidores do islamismo passaram a ser chamados de muçulmanos (*muslim*, em árabe, cujo radical linguístico é o mesmo da palavra islã).

FILME

Veja o filme **Maomé, o mensageiro de Alá**, de Moustapha Akkad, 1977, 220 min. Filme sobre o início do islamismo, os conflitos de Maomé com os poderosos de Meca e sua peregrinação para Medina.



Reprodução/Museu Topkapı, Istambul.

Gravura turca do século XV representando uma aparição do anjo Gabriel a Maomé. Na imagem, o anjo ordena a Maomé que anuncie a mensagem de Deus às pessoas. Note que, na figura, não está retratado o rosto de Maomé.

O islã e o *jihad*

Em Yatrebe, que posteriormente passou a se chamar Medina (Cidade do Profeta), surgiu a primeira comunidade regida por princípios islâmicos. Sob a liderança de Maomé, o governo da cidade se tornou **teocrático**: como representante de Alá na Terra, o profeta assumiu as funções de juiz, líder espiritual, militar e administrativo.

Como chefe militar, Maomé organizou ataques às tribos vizinhas e às caravanas que cruzavam o deserto. Ele afirmava que a luta contra as pessoas que não seguiam o islã era um “esforço em favor de Deus”, ou seja, um **jihad** (veja a seção *Passado presente* a seguir). Aqueles que morressem em prol da fé muçulmana seriam considerados mártires e, como recompensa, conquistariam a salvação eterna no paraíso.

Essa valorização da morte por meio do *jihad* provocou um aumento no número de pessoas dispostas a combater em nome de Alá. Os líderes tribais da região, percebendo a força militar conquistada por Maomé, uniram-se a ele, convertendo-se ao islamismo. Em janeiro de 630, Maomé, acompanhado de aproximadamente 10 mil seguidores, invadiu a cidade de Meca e mandou destruir todos os ídolos existentes na Caaba, declarando-a um lugar sagrado para os muçulmanos e centro de suas peregrinações.

Com esses fundamentos religiosos, Maomé unificou as tribos da península Arábica e criou um **forte sentimento de identidade entre os árabes**, fazendo surgir um **Estado árabe-muçulmano**. Quando morreu, em 632, praticamente toda a região ocidental da península Arábica estava sob domínio da teocracia islâmica.



PASSADO PRESENTE

Os princípios do islamismo

O islamismo conta atualmente com mais de 1 bilhão de fiéis no mundo; a maioria deles concentrada na Ásia (70%) e na África (26%).

Maomé é o principal profeta da crença islâmica. Segundo a tradição, quando tinha 40 anos ele recebeu uma missão do anjo Gabriel, que lhe ordenou pregar a existência de um Deus único: Alá, em árabe.

Entre 610 e 632, ano de sua morte, Maomé teria recebido revelações divinas reunidas no **Corão**, ou Alcorão, livro sagrado do islamismo, que guarda todos os preceitos econômicos, jurídicos, políticos e religiosos dos muçulmanos. Nele estão definidos os cinco pilares

da religião muçulmana: aceitar que há um só Deus e que seu profeta é Maomé; rezar cinco vezes por dia voltado para Meca; ajudar os pobres; jejuar no mês sagrado do Ramadã; e peregrinar ao menos uma vez na vida a Meca.

Para os muçulmanos, abraçar o islã significa assumir o total compromisso de viver nos moldes prescritos no Alcorão. Trata-se de um *jihad*, ou seja, de um esforço físico, moral, espiritual e intelectual em favor de Deus. De acordo com o historiador Peter Demant, o termo *jihad* pode significar tanto essa disciplina de transformação interior (grande *jihad*) como também o empenho na guerra de conversão dos não muçulmanos ao islamismo (pequeno *jihad*).

Texto elaborado com base em: DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 24-28; BURGIERMAN, Denis Russo; CAVALCANTE, Rodrigo; VERGARA, Rodrigo. *A palavra de Deus. Superinteressante*. São Paulo: Abril, n. 170, nov. 2001; ARMSTRONG, Karen. *Maomé: uma biografia do profeta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DE OLHO NO MUNDO

Atualmente, existem muitos países cuja maioria da população é praticante do islamismo. Em grupos, pesquisem aspectos variados desses países islâmicos: características do funcionamento da democracia; questões de gênero (relações entre homens e mulheres); aspectos econômicos; distribuição de renda entre os habitantes; aspectos culturais relevantes; e a tolerância à diversidade religiosa nesses países. Cada equipe deverá escolher um país diferente. Ao final, apresentem um seminário sobre o assunto.

ORGANIZANDO AS IDEIAS

ATIVIDADES

- 1 No século XII a.C., a população da península Arábica era formada por pequenas tribos independentes. Descreva a organização social e econômica dessas tribos.
- 2 Em linhas gerais, relate o processo de surgimento do islamismo e suas principais características.
- 3 Aponte as características das crenças religiosas dos habitantes da península Arábica antes do surgimento do islamismo e destaque a(s) diferença(s) entre o islamismo e as crenças até então vigentes.



INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO

ATIVIDADE

- 1 Leia a seguir o trecho da obra *Al-Muqaddimah*, do historiador árabe Ibn Khaldun (1332-1406). O historiador, importante intelectual do mundo islâmico, nasceu em Túnis e morreu no Cairo. Sua obra consiste em um estudo metodológico sobre a escrita da história dos povos muçulmanos. A partir da leitura, responda ao que se pede.

Habitados à simplicidade da vida nômade, [os árabes] jamais tinham dirigido a sua atenção para as artes. Mas, uma vez afirmada a sua dominação, assim como o seu império, quando adotaram a vida sedentária, alcançaram um alto grau de civilização jamais alcançado por povo algum; quando começaram a cultivar as ciências e as artes em todas as suas ramificações,

sentiram vontade de estudar as ciências filosóficas, das quais tinham ouvido falar, aos bispos e sacerdotes que administravam os povos tributários e também porque o espírito do homem aspira naturalmente ao conhecimento dessas matérias.

BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico (século XIV)*. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2008, p. 49.

- a) De que modo o historiador descreve a vida nômade dos árabes antes do surgimento da religião islâmica?
- b) Segundo o historiador, qual fator permitiu aos povos árabes modificar sua relação com a cultura e a civilização?

3 Expansão islâmica

Após a morte de Maomé, os islamitas se dividiram em duas **facções** para definir seu sucessor: os **sunitas** acreditavam que deveria ser escolhida a pessoa mais capacitada (a palavra árabe *sunni* significa “aqueles que seguem os costumes”) e os **xiitas** defendiam que o sucessor de Maomé deveria ser seu parente mais próximo por consanguinidade, no caso, seu primo e genro, Ali (xiita vem do árabe *shi’at* Ali, ou seja, “partido de Ali”).

Ainda hoje os muçulmanos se dividem entre sunitas (84%) e xiitas (16%). Os sunitas acreditam que a autoridade espiritual pertence à comunidade islâmica como um todo; os xiitas afirmam que o líder da comunidade, o *imã*, é quem deve centralizar o poder (veja o box na página 179 *Os fundamentalistas islâmicos*).

Os sunitas saíram vitoriosos. Abu-Bakr, sogro de Maomé, foi o escolhido com o título de *halifa* (em português, califa), palavra árabe que quer dizer “sucessor”. No entanto, enquanto Maomé era considerado profeta pelos muçulmanos, os califas eram encarados apenas como líderes políticos e religiosos. Quando Abu-Bakr morreu, em 634, praticamente todas as tribos da península Arábica já haviam se convertido ao islamismo. Seu sucessor, Omar ibn al-Khattab, deu início à **expansão externa da península Arábica**, que resultou na formação de um grande império (veja o mapa a seguir).



A expansão islâmica (622-750)



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

Dinastia dos Omíadas (661-749)

Em 661, o governo do império passou para a família Omíada e tornou-se uma **monarquia laica**, ou seja, os cargos administrativos não eram mais ocupados de acordo com a importância religiosa, mas seguiam critérios de competência e conhecimento.

Os arcos árabes que decoram essa catedral em Córdoba, na Espanha, denotam a dominação árabe na região durante a Idade Média. Foto de 2015.



A capital do império foi transferida de Medina para Damasco, na Síria, e o árabe passou a ser o idioma oficial, obrigatório para todas as pessoas convertidas ao islamismo.

A **expansão do islamismo continuou**. Em 711, os árabes conquistaram, a leste, a região dos atuais países Paquistão e Afeganistão e, a oeste, a península Ibérica, onde ficam atualmente Portugal e Espanha. Entre 749 e 750, o império passou para as mãos da dinastia dos Abássidas. Os Omíadas ficaram na península Ibérica, onde criaram um califado independente em 756.



Os fundamentalistas islâmicos

A liberdade religiosa é um dos direitos básicos do ser humano. Essa premissa, encontrada na Constituição de diferentes países, garante que cada um possa expressar sua fé ou até mesmo não seguir/acreditar em religião alguma – situação essa que deve ser vista com naturalidade e respeito por todos nós.

Ainda assim existem aqueles que tendem a ser intolerantes com a religião dos outros e até com pessoas de seu próprio grupo religioso que pensam diferente. Em geral esses indivíduos são chamados de fanáticos religiosos: eles acreditam ser portadores de uma determinada verdade e não aceitam nem respeitam a opinião alheia. Infelizmente **existem fanáticos em quase todas as religiões**, inclusive na religião islâmica.

Nas últimas décadas, surgiram diversos grupos radicais islâmicos que defendem ações violentas contra todos os que interpretam a religião de modo diferente do que eles acreditam. Exemplos são os grupos do Estado Islâmico (EI, originário do Iraque), da Al-Qaeda (Arábia Saudita), do Talibã (Paquistão e Afeganistão), do *Boko Haram* (Nigéria) e do *Hezbollah* (Líbano). Esses grupos, chamados de fundamentalistas, veem nos fundamentos da religião a base para a organização da vida social e política. Assim, estão empenhados na criação de uma sociedade regida pelo Alcorão.



Anwar Amrou/AFP

Defensores do movimento xiita libanês Hezbollah agitam bandeiras durante um discurso do líder do movimento, Hassan Nasrallah, transmitido em praça pública a partir de um local não revelado. Promovida em Beirute, em 2016, a manifestação marcou o aniversário dos assassinatos ocorridos em diferentes momentos da história do movimento.

Analistas que acompanham a trajetória dessas organizações alertam, no entanto, que, **muitas vezes, mais do que as questões religiosas, está em jogo o controle do petróleo e as disputas geopolíticas** envolvendo sunitas e xiitas.

A Al-Qaeda, por exemplo, organização responsável pelos ataques terroristas aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, surgiu na Arábia Saudita (país de maioria sunita), que vê o Irã (país xiita) como sua principal ameaça. O Irã, por sua vez, é acusado por muitos de patrocinar, com o dinheiro do petróleo, o *Hezbollah*, grupo que age principalmente no Líbano. Também o Iraque tornou-se palco de explosões e atentados envolvendo disputas “aparentemente” religiosas, mas também de cunho geopolítico.

Além dos ataques perpetrados aos próprios países de maioria muçulmana, alguns desses grupos passaram a promover também ações em países ocidentais. Essas ações visam protestar contra a intervenção militar do Ocidente no Oriente Médio e, ao mesmo tempo, mostrar a força dessas organizações. É o caso, por exemplo, do Estado Islâmico, grupo formado no Iraque, em 2004, como um braço da Al-Qaeda (com a qual rompeu posteriormente).

Em 2015, o Estado Islâmico controlava regiões do Iraque e da Síria (onde formou um califado), e orquestrou um ataque terrorista em Paris, na França, que matou mais de 100 pessoas e feriu cerca de 350. Em um vídeo divulgado após os atentados, o grupo afirmou que a ação deveu-se ao fato de a França ter participado de bombardeios aéreos na Síria. (Em 2011, teve início uma guerra civil na Síria, que, em quatro anos, matou mais de 210 mil pessoas.)

Por causa dessas ações, muitos seguidores da religião islâmica têm sido erroneamente associados a terroristas e sofrido perseguições em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil.

No entanto, o que precisa ser considerado é que não podemos responsabilizar todos os muçulmanos do mundo (mais de 1 bilhão) pelas atrocidades promovidas por pequenos grupos. Outro ponto importante é que, em geral, os muçulmanos também são vítimas desses extremistas. Basta considerar que boa parte das migrações mundiais de hoje em dia são promovidas por islamitas fugindo dessas regiões de conflitos.



Miniatura de pintura persa representando o jovem califa abássida do Império Muçulmano, Harun al-Rashid (imagem sem data).

Dinastia dos Abássidas (749-1258)

O governo da dinastia dos Abássidas consolidou o islamismo nas regiões conquistadas. Muçulmanos não árabes passaram a ter permissão para ocupar cargos públicos e o império deixou de ser unicamente árabe para se transformar em um **Império Muçulmano**.

O califa tornou-se um autocrata com poderes absolutos, de origem divina, e foi criado o cargo de **vizir**, uma espécie de primeiro-ministro, responsável pela administração do império. Em 762, os Abássidas transferiram a capital de Damasco para a então recém-construída Bagdá, atual capital do Iraque.



Peça de xadrez do século X, feita de bronze, representando o califa (já maduro) Harun al-Rashid, que governou o Império Muçulmano entre os anos de 786 e 809. Al-Rashid nasceu nas terras que hoje pertencem ao Irã e foi o quinto califa abássida do Iraque.

4 Aspectos culturais do mundo islâmico

Nas bibliotecas públicas de Bagdá, centenas de copistas se dedicavam a traduzir, para o árabe, tratados de Filosofia, Ciências, Matemática e Medicina, escritos em grego, latim, hindu, persa e outras línguas. Para abrigar todo esse material, foi construído um complexo de museus e bibliotecas conhecido como *Bait al-hikma*, que quer dizer “A casa da sabedoria”.

Nessas condições, Bagdá passou a atrair intelectuais de diversas regiões. A revitalização cultural e científica se propagou pelo mundo muçulmano. Muitos mercadores ricos e governantes passaram a atuar como protetores das artes e das ciências e houve a invenção de novas técnicas de agricultura e de construção de canais de irrigação. O contato com outras culturas permitiu o avanço dos muçulmanos em outras áreas de conhecimento.

- **Astronomia:** criaram um calendário, fundaram observatórios astronômicos e incorporaram instrumentos de navegação, como quadrantes e astrolábios.
- **Matemática:** criaram a álgebra e a trigonometria e inventaram o sistema numérico arábico, com base no sistema dos hindus.
- **Física:** construíram balanças de grande precisão e moinhos movidos a água.
- **Química:** com excelentes laboratórios, descobriram novos produtos químicos (por exemplo: o bórax, a amônia, o sal amoníaco, o ácido nítrico, o ácido sulfúrico e o nitrato de prata), inventaram o alambique e desenvolveram tintas para colorir tecidos.
- **Medicina:** seus médicos foram pioneiros na percepção de que certas doenças, como o sarampo, são contagiosas e na elaboração de diagnósticos que levavam em consideração o estado emocional dos pacientes.
- **Arquitetura:** destacam-se as mesquitas, sustentadas por grandes colunas, com arcos em forma de ferradura e enormes cúpulas. Como a religião islâmica não permite a reprodução de seres naturais, a decoração desses locais era rica em motivos geométricos, conhecidos como arabescos.



Pintura em pergaminho do século XV que representa um médico muçulmano realizando uma punção em um paciente com hidropisia.

5 Divisão do território islâmico

No século VIII e nos seguintes, o **território islâmico foi dividido em diversos califados independentes**. Dessa forma, a expressão Império Muçulmano passou a ter uma conotação mais religiosa do que política, pois designava um conjunto de reinos e países ligados pelo islamismo, mas que não formavam um Estado único e centralizado.

Em 1095, a Igreja católica deu início a uma série de campanhas bélico-religiosas contra os muçulmanos, com o principal objetivo de reconquistar Jerusalém. Na época, toda a região da Palestina e Jerusalém, cidade sagrada para os cristãos, estavam sob domínio muçulmano. As campanhas foram chamadas de **Cruzadas** e se estenderam até o século XIII (esse tema será tratado mais detalhadamente no capítulo 11).

Em 1258, os mongóis invadiram e saquearam Bagdá. A partir de então, o imenso território sob domínio muçulmano se fragmentou por completo, dando origem a diversos Estados muçulmanos independentes. Apesar disso, a **unidade cultural e religiosa dos muçulmanos foi mantida e permanece até os dias atuais**.

VOCÊ SABIA?

A burca, hoje usada para ocultar o corpo das mulheres, no princípio não tinha relação com o islã, era apenas sinal de *status* social em algumas culturas. Foi a partir dos séculos XVIII e XIX que seu uso se disseminou. Com a chegada de grupos fundamentalistas ao poder (como o Talibã, no Afeganistão), no final do século XX, é que a vestimenta se tornou obrigatória em alguns países. Ainda assim, em muitos deles as mulheres têm o direito de escolha sobre seu uso.



A ref Karimi/AFP

Mulheres afegãs vestidas com burcas, símbolo do Talibã, e uma criança. Em fila, elas esperam alimento distribuído na cidade de Herat, no Afeganistão, durante o Ramadã (jejum praticado entre o nascer e o pôr do sol, por um mês, uma vez por ano, obedecendo à crença muçulmana). Foto de 2015.

Jerusalém, uma cidade sagrada

DIALOGANDO
COM... GEOGRAFIA E RELIGIÃO

Fundada há mais de 4 mil anos por povos semitas, Jerusalém é considerada sagrada por três das maiores religiões monoteístas do mundo: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.

No século XI a.C., os hebreus a conquistaram; ela foi escolhida como capital do reino de Israel e ali o rei Salomão teria construído o Templo de Jerusalém. Para os cristãos, que a dominaram entre 300 e 628, a cidade guarda a memória dos últimos dias de Jesus Cristo, pois lá ele teria sido julgado, crucificado e sepultado.

Já os muçulmanos, que conquistaram a cidade em 638, acreditam que foi em Jerusalém que Maomé ascendeu aos céus. Esse fato teria ocorrido em 620 e é conhecido como *Jornada Noturna*.



Bridgeman/Keystone

De acordo com os islamitas, Maomé encontrava-se dormindo em Medina quando o anjo Gabriel o acordou e o levou pelos ares até Jerusalém. Ali, após se encontrar com vários profetas – entre eles Moisés e Jesus –, Maomé atravessou sete céus e recebeu os ensinamentos divinos.

Iluminura do século XV representando o saque de Jerusalém durante a Primeira Cruzada, em 1099. Criada em pergaminho, a obra é do artista francês Jean de Courcy.

DIÁLOGOS

Junto com seu grupo de colegas e com a ajuda do professor de Geografia, façam uma pesquisa sobre a atual Jerusalém, identificando as tensões nascidas do convívio entre judeus e palestinos. Com os dados da pesquisa, montem um painel, destacando as diferenças de concepção entre os dois povos. Num debate sobre o tema com a classe, apresentem o resultado do trabalho.



ESQUEMA-RESUMO

Mundo árabe-muçulmano

Península Arábica (até o séc. VII)

- Dividida em diversas tribos árabes
- Organizada em cidades-Estado
- População com crenças animistas
- Local importante para as rotas comerciais

Maomé e o surgimento do islamismo (ano 613)

Centralização política e formação da identidade islâmica

Entre os séculos VII e XIII

Expansão do mundo islâmico (península Arábica, partes da África, Ásia e Europa)

Desenvolvimento cultural e científico do mundo islâmico



De acordo com as informações do esquema, os povos árabes não tinham uma unidade identitária até o século VII. Explique como se deu a formação da identidade árabe e de que forma os valores dessa identidade se disseminaram para outras regiões do mundo nos séculos seguintes.



ATIVIDADES

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ORGANIZANDO AS IDEIAS

- 1 Explique por que as três maiores religiões monoteístas do mundo consideram sagrada a cidade de Jerusalém.
- 2 Depois de conquistar Medina, Maomé liderou a ocupação da cidade de Meca, de onde havia fugido para escapar das represálias dos grandes comerciantes. Quais foram as medidas tomadas por Maomé depois de assumir o poder em Meca?
- 3 O que significa o termo *jihad* e qual foi sua importância para a ampliação do Império Islâmico?
- 4 De que modo a religião islâmica e a cultura árabe se fundiram num Estado árabe-muçulmano?
- 5 Após a morte de Maomé, os islamitas se dividiram em dois grupos, os sunitas e os xiitas. Apesar disso, constituíram um grande império. Descreva resumidamente o processo de expansão do Império Islâmico entre os séculos VII e XIII.
- 6 O mundo islâmico passou por um grande desenvolvimento cultural e intelectual durante a expansão de seus territórios. Aponte as principais causas desse florescimento e os mais importantes avanços nas diversas áreas do conhecimento nesse período.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 O relato a seguir é uma descrição feita pelo médico e sábio árabe Abd-al-Latif (cerca de 1162-1231). Ele viveu em Bagdá e visitou muitos territórios islâmicos, como a Síria e o Egito. Seu texto explica como um estudioso árabe deveria se comportar para atingir o conhecimento. Com base na leitura, responda ao que se pede.

Recomendo que não aprendas tuas ciências em livros sem ajuda, mesmo que possas confiar em tua capacidade de compreensão. Recorre a mestres para cada ciência que busques adquirir; e se teu professor for de conhecimento limitado, toma tudo que ele tem a oferecer, até encontrares outro mais consumado. Deves venerá-lo e respeitá-lo [...]. Quando leres um livro, faz todo esforço para aprendê-lo de cor e dominar o seu sentido. Imagina que o livro desapareceu e podes passar sem ele, não sendo afetado pela perda [...]. A pessoa deve ler histórias, estudar biografias e as experiências das nações. Fazendo isso, será como se, em seu curto espaço de vida, tivesse vivido contemporaneamente com pessoas do passado, privado com elas e conhecido os bons e os maus entre elas [...]. Deves modelar tua conduta na dos primeiros muçulmanos. Assim, lê a biografia do Profeta, estuda seus feitos e preocupações, segue suas pegadas, e tenta ao máximo imitá-lo. Deves desconfiar frequentemente de tua natureza, em vez de fazer boa opinião dela, submetendo teus pensamentos aos homens de saber e suas obras, avançando com cautela e evitando a pressa [...]. Aquele que não suportou a tensão do estudo não provará o prazer do saber [...] quando acabares teu estudo e reflexão, ocupa tua língua com a menção do nome de Deus, e canta louvores a Ele [...]. Não te queixes se o mundo te virar as costas, ele te distrairia da aquisição de excelentes qualidades [...] sabe que o conhecimento deixa uma esteira e um cheiro que proclamam seu possuidor; um raio de luz e claridade brilhando sobre ele, apontando-o e distinguindo-o [...]

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 223-224.

- a) Segundo o autor, é possível que um estudioso aprenda e estude sozinho, apenas com a ajuda de livros?
- b) Qual é a finalidade do estudo da História e de biografias, de acordo com o documento?
- c) O estudioso pode se dedicar apenas ao conhecimento sem se preocupar com questões da religião, na perspectiva de Abd-al-Latif?

- 2 Observe a imagem a seguir. Trata-se de uma representação do século XIII, na qual aparecem um muçulmano e um cristão. Reflita sobre a representação do relacionamento entre cristãos e muçulmanos proposta pela imagem. Depois, responda ao que se pede.



Ilustração em pergaminho do século XIII, que representa um muçulmano e um cristão jogando xadrez em uma tenda. O desenho pertence ao *Livro dos jogos*, abrigado na Biblioteca Real de San Lorenzo de El Escorial, na Espanha.

- Descreva a cena e a atividade que as duas figuras realizam.
- Considerando a postura dos indivíduos e sua atividade na imagem, o que é possível deduzir da relação entre o muçulmano e o cristão?
- Ao longo da Idade Média, inúmeras representações transmitiram a ideia de que cristãos e muçulmanos eram civilizações opostas, em constante conflito. A imagem reproduz esse pensamento? Justifique sua resposta.

TESTE SEU CONHECIMENTO

1 (UFRGS-RS) Considere as seguintes afirmativas acerca das relações entre o Oriente e o Ocidente no mundo medieval.

- I. Uma das causas da queda do Império Romano do Ocidente foi a expansão do islamismo pelo território da Europa ocidental.
- II. A cultura árabe legou para as sociedades europeias estudos sobre autores, como Platão e Aristóteles, estabelecendo um elo de ligação entre o mundo antigo pagão e o mundo moderno cristão.
- III. A península Ibérica foi profundamente marcada pela presença muçulmana, que se estendeu entre os séculos VIII e XV, produzindo reflexos na cultura lusitana e hispânica.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

2 (UPF-RS) O islamismo é a religião que mais cresce no mundo contemporâneo. Suas origens remontam ao século VII d.C. e sua expansão foi baseada na *jihad*, guerra santa contra outros povos, especialmente os cristãos. Entre os séculos VII e VIII, foi constituído o Império Árabe-Muçulmano – que dominou a península Arábica –, os territórios dos atuais Irã e Iraque, todo o norte da África e a península Ibérica (atuais Portugal e Espanha). Nesse processo de expansão, os árabes assimilaram muitos legados culturais de outros povos com os quais conviveram, como as tradições da cultura clássica e oriental. Além disso, fizeram com que valores culturais da Antiguidade Clássica chegassem ao mundo moderno. Isso foi possível porque os árabes:

- a) difundiram, por intermédio da literatura, a obra mais conhecida dos chineses, que é *Mil e uma Noites*, reunião de histórias registradas entre os séculos VIII e IX, e lidas ainda hoje no mundo ocidental.
- b) levaram para a Europa, por meio da ocupação da península Ibérica, antigas técnicas romanas de cultivo, habilidades de arte na representação humana e a perspectiva linear na pintura.

c) traduziram e difundiram muitos textos, concretizando importantes realizações, a partir do pensamento grego.

d) inventaram o papel, a pólvora, a bússola, o astrolábio, os algarismos árabes e a álgebra.

e) conseguiram profetizar os destinos da humanidade por meio dos signos do zodíaco.

3 (UPE)

Maomé pertenceu a um ramo menor do clã dos *Quraysh* (coraixitas), um dos mais poderosos de Meca. Foi criado como mercador e casou-se aos 25 anos com uma rica viúva bem mais velha que ele, chamada *Khadija*. Supõe-se que, nas suas viagens de negócios, Maomé teria entrado em contato com árabes judaicos e cristãos e sido influenciado por eles.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 25. Adaptado.

Sobre a realidade apresentada no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A principal influência que Maomé sofreu do judaísmo e do cristianismo foi a crença no monoteísmo.
- b) Maomé não obteve sucesso na tentativa de unificar a península Arábica em nome do Islã.
- c) O profeta Maomé não obteve resistência para empreender a conquista de Meca.
- d) O comércio, atividade desenvolvida por Maomé, não era comum entre os povos árabes do século VII.
- e) Os árabes, no século VII, não tinham contato com cristãos, só com judeus.

4 (UCS-RS)

Atualmente, o islamismo é a religião com maior número de seguidores no mundo. Seus preceitos pregam a paz, a justiça e a generosidade entre as pessoas. No entanto, os jornais veiculam com frequência notícias sobre muçulmanos, como também são chamados os adeptos do islamismo, envolvidos em conflitos e situações relacionadas à violência e à intolerância religiosa.

PELLEGRINI, Marco Cesar (Org.). *Novo olhar história*. São Paulo: FTD, 2010. p. 169.

Sobre o islamismo, é correto afirmar que:

- a) surgiu na Arábia e, hoje, é possível afirmar que todos os árabes são muçulmanos,

seguindo os valores e os ideais pregados por Maomé.

- b) muitas pessoas, com a expansão islâmica, foram convertidas ao islamismo; desse modo, nem todos os árabes são muçulmanos e nem todos os muçulmanos são árabes.
- c) a conversão ao islamismo foi um fenômeno ligado à expansão muçulmana nos séculos VII e VIII, pois os árabes impunham sua religião aos povos dominados, inclusive de forma violenta.
- d) o movimento islâmico não teve como se expandir para a África subsaariana, uma vez que sua doutrina prega a superioridade racial árabe sobre as demais.
- e) a tomada de lugares santos do islamismo, localizados na Palestina, deu aos califas motivos suficientes para a pregação da guerra santa, a hégira.

5 O historiador Peter Demant afirma que:

A Arábia vivia então [no século VII] à margem das duas superpotências do Oriente Médio da época: a Pérsia e o Império Bizantino.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2013. Edição digital sem paginação.

Com base no trecho acima e em seus conhecimentos históricos, leia as seguintes afirmações e escolha a opção correta. Depois, justifique no caderno o erro das afirmações falsas.

- I. Apesar de localizada entre duas potências imperiais, a península Arábica também se tornou o centro de um grande império desde o século VI. Foi no interior desse império que Maomé começou a disseminar os princípios da religião islâmica.
- II. O Império Bizantino impediu o desenvolvimento do islamismo por séculos; eles perseguiram e massacraram todos os praticantes da nova religião. Mas, depois que os turcos dominaram o território bizantino, a religião islâmica começou a se disseminar para territórios além da península Arábica.
- III. O território da península Arábica começou a ser unificado por Maomé e seus seguidores, formando um poderoso

império. Nos séculos seguintes, o império islâmico se tornou a principal força na região do Oriente Médio.

IV. O Império Bizantino perdeu grandes territórios por causa da expansão islâmica. Em 1453, a própria capital do império (Constantinopla) foi capturada pelos turcos otomanos, que também eram islamitas.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I e III estão corretas.
- d) As afirmativas II e IV estão corretas.
- e) As afirmativas III e IV estão corretas.

6 A religião islâmica provocou inúmeras mudanças no modo de vida dos povos da península Arábica, a partir do século VII. Leia as seguintes afirmativas sobre esse tema e escolha a opção correta. Depois, justifique no caderno o erro das afirmações falsas.

- I. Os povos que viviam na península Arábica tinham crenças animistas, que foram substituídas pela religião monoteísta disseminada por Maomé.
 - II. A região da península Arábica era povoada por uma civilização urbana, com grandes cidades. Isso se modificou com o surgimento do islamismo, já que um dos princípios mais importantes dessa religião era a defesa de um modo de vida nômade.
 - III. Uma das principais transformações provocadas pelo surgimento do islamismo foi a unificação das tribos que viviam na região da península Arábica em um Estado.
 - IV. Até o século VII não existiam reinos na península Arábica, e todos os povos da região se organizavam em pequenas tribos. Isso se alterou com o surgimento do islamismo e com o processo de centralização política que acompanhou o desenvolvimento dessa religião.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa III está correta.
 - c) As afirmativas I e III estão corretas.
 - d) As afirmativas II e III estão corretas.
 - e) As afirmativas I, III e IV estão corretas.

HORA DE REFLETIR

Em 11 de setembro de 2001, extremistas muçulmanos destruíram as torres gêmeas do World Trade Center de Nova York, nos Estados Unidos. Devido a esse atentado, muitos ocidentais passaram a associar os muçulmanos ao terrorismo. Em tópicos, redija argumentos comprovando ser injusto associar o terrorismo a todo e qualquer praticante da religião islâmica. Depois prepare-se para expor suas ideias em uma roda de conversa com os colegas de classe.



Spencer Platt/Getty Images

A organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda coordenou a ação de 19 terroristas, que sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros. Dois desses aviões colidiram contra as torres gêmeas do complexo empresarial World Trade Center (Nova York), como se vê na foto, que desmoronaram. Os atentados, ocorridos em 11 de setembro 2001, foram responsáveis pela morte de milhares de pessoas.

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Museu Nacional do Iraque. Passeio virtual pelo museu, com destaque também para a arte islâmica (site em inglês e italiano). Disponível em: <www.virtualmuseumiraq.cnr.it/prehome.htm>. Acesso em: 26 nov. 2015.

Museu de Arte e Arquitetura Islâmicas. Site rico em imagens e documentos históricos sobre arte e arquitetura islâmicas, com vídeos, fotos, manuscritos, mobília, etc. (em inglês). Disponível em: <<http://islamic-arts.org>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

PARA ASSISTIR

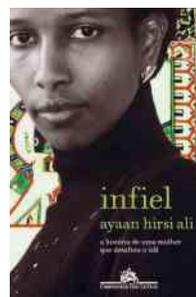
A grande viagem. Direção: Ismaël Ferroukhi. França/Marrocos/Bulgária/Turquia, Califórnia Filmes, 2004, 110 min. O filme narra a peregrinação de Reda, jovem estudante que vive na França com seu pai, rumo a Meca. Os dois viajantes não têm nada em comum, e a viagem, do sul da Jordânia até a Arábia Saudita, é longa.

Osama. Direção: Siddiq Barmak. Afeganistão/Irlanda/Japão, Imagem Filmes, 2003, 85 min. O filme conta a história de uma menina que, para poder trabalhar e sustentar sua família, é disfarçada de menino e passa a ser chamada de Osama. A trama se complica quando ela é recrutada pelo Exército.

PARA LER

Infie!l, a história de uma mulher que desafiou o islã, de Ayaan Hirsi Ali. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Autobiografia em que a autora relata desde sua infância, como muçulmana na Somália, até a fuga de um casamento forçado e o exílio na Holanda. A obra foca na luta contra o islamismo ortodoxo e na violência contra as mulheres na sociedade muçulmana.

Eu sou Malala, a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã, de Malala Yousafzai e Christina Lamb. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Biografia de uma jovem paquistanesa que luta pelo direito à educação feminina e se vê diante de uma sociedade que valoriza apenas filhos do sexo masculino.



Reprodução/Companhia das Letras

Chimamanda Adichie é uma escritora nigeriana, ganhadora de diversos prêmios literários e traduzida em mais de trinta países. Chimamanda faz parte de uma geração de autores africanos que procuram divulgar a história e a realidade do continente sob a perspectiva de seus habitantes.

Boa parte do que conhecemos sobre a África foi exposta por pessoas de fora do continente, quer dizer, com grandes diferenças culturais em relação aos africanos. Por isso, muitos relatos e histórias são impregnados de preconceitos e estereótipos. Como afirma Chimamanda: “O problema com os estereótipos é que eles são incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história”.

Neste capítulo vamos conhecer alguns aspectos da história antiga do continente africano, focando o estudo nos reinos de Gana e Mali. O primeiro reino era extremamente rico em ouro. O segundo possuía imponentes centros de estudos conhecidos como *madrasas*. Também conheceremos os bantos, povos que no passado habitaram a região da antiga Nigéria, país onde nasceu Chimamanda.

A escritora Chimamanda Ngozi Adichie em visita à Biblioteca Real de Copenhague, na Dinamarca, em 2014. Ela discursou sobre um dos seus livros a uma plateia que lotou o espaço.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Abordar as sociedades que se desenvolveram na **África subsaariana** entre os séculos VII a.C. e XV d.C.
- Conhecer aspectos culturais e religiosos dessas sociedades.
- Analisar as diferenças entre os povos africanos.
- Relacionar as raízes africanas com a cultura brasileira.

África subsaariana: inicialmente, esse termo tinha uma conotação geográfica; referia-se aos países da África localizados ao sul do deserto do Saara. No entanto, como vários desses países apresentam posições político-econômica e social muito parecidas, a expressão passou a identificar países localizados ao sul do deserto do Saara, que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, sofrem conflitos sociais frequentes e vivem instabilidade política.

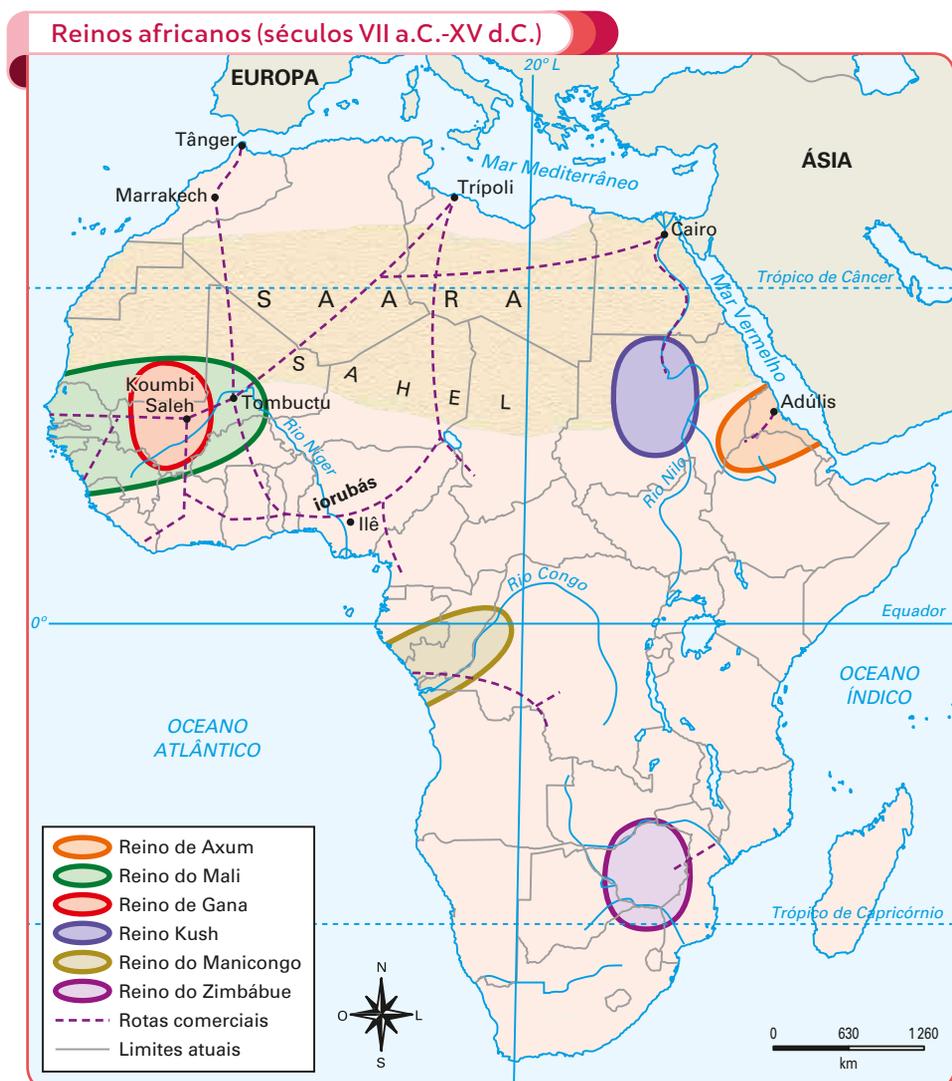


1 O continente africano

A África está dividida pelo deserto do Saara em duas regiões. Considerado o maior deserto quente do mundo, o Saara atravessa dez países na direção leste-oeste (veja o mapa a seguir). A **África setentrional** é assim conhecida por se localizar ao norte do deserto. A **África subsaariana** é a região localizada ao sul do Saara.

Na África setentrional, surgiram e desenvolveram-se civilizações bem diversas, como a dos egípcios e a dos cartagineses (releia os capítulos 3 e 5). A ocupação da África subsaariana, por sua vez, foi afetada por fatores de ordem geográfica e ambiental: solo pouco fértil para o cultivo agrícola e grandes áreas cobertas por florestas, por exemplo.

A abundância de terras, aliada à baixa densidade demográfica, contribuiu para que, até o século XV da Era Cristã, prevalecessem na África subsaariana povos dedicados à caça e à coleta de alimentos. Paralelamente, algumas populações se sedentarizaram, constituindo sociedades que exerceriam grande influência na história do continente. O boxe da página seguinte explica as diferentes formas de organização das antigas sociedades africanas.



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Organização política e social

Algumas sociedades africanas antigas formaram grandes reinos. Outras eram agrupamentos muito pequenos de caçadores e coletores, que plantavam visando apenas ao sustento do grupo. No entanto, todas se organizavam com base na fidelidade ao chefe e nas relações de parentesco.

Os casamentos tinham a função de garantir e consolidar as alianças entre os grupos. Quanto mais mulheres os homens tivessem, mais amplos seriam os laços de solidariedade e fidelidade. Quanto mais pessoas um chefe tivesse sob sua dependência e proteção, mais sólida seria sua posição e maiores o seu poder e o seu prestígio.

A forma mais comum de organização das sociedades eram as aldeias. Todos os integrantes eram subordinados ao chefe da aldeia, ainda que cada família do povoado tivesse seu próprio líder. O chefe era o responsável pelo bem-estar de todos os que viviam na aldeia. Para isso, recebia parte do que os habitantes produziam. Ele era auxiliado por um conselho composto pelos líderes de cada família. Várias aldeias podiam estar articuladas umas às outras, formando uma espécie de confederação, que prestava obediência a um conselho de chefes.

Além das confederações de aldeias, havia reinos, que eram sociedades com uma capital, na qual morava um chefe ainda mais poderoso, com autoridade sobre todos os outros chefes. Nas capitais havia concentração de riqueza e poder, de pessoas, de oferta de alimentos e serviços.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006. p. 31-32. (Adaptado.)



O Central Park, em Nairóbi, no Quênia, é um importante ponto de recreação da população da capital. Foto de 2015.

E existiam ainda sociedades organizadas em cidades, mas não chegavam a formar um reino. Por trás de seus muros, funcionavam os mercados, moravam os comerciantes e os vários chefes, que tinham diferentes atribuições e viviam em torno do rei.

2 Reino de Axum

Os primeiros habitantes do reino de Axum, no território da atual Etiópia, eram originários do sul da península Arábica. No século VII a.C., já dominavam a agricultura e a criação de bois, ovelhas, cabras e cavalos. Provavelmente conheciam o arado e tinham uma escrita de caracteres **semíticos**.

Com o passar dos séculos, seus primeiros acampamentos e aldeias cresceram e se transformaram em centros comerciais. A cidade de Adúlis, no litoral do mar Vermelho, por exemplo, tornou-se um movimentado porto.

Mas foi na cidade de Axum, no planalto etíope, onde se desenvolveu um intenso comércio de marfim, plumagens variadas, obsidiana, ouro e sal no início da Era Cristã. A atividade comercial levou a cidade a enriquecer e a se expandir, conquistando territórios vizinhos. Inicialmente, ao se constituir como reino, ocupava cerca de 48 mil quilômetros quadrados. Com o processo de expansão, Axum dominou territórios na península Arábica: logo passou a controlar o tráfico de mercadorias do interior para o litoral do mar Vermelho e o comércio entre o vale do rio Nilo e a cidade de Adúlis. Sua prosperidade cresceu a tal ponto que, na segunda metade do século III, os axumitas começaram a cunhar moedas de ouro, prata e cobre.

Semítico: relativo a semita. Semita é um grupo étnico e linguístico originário da Ásia ocidental, que compreende os hebreus, assírios, aramaicos, fenícios e árabes. O termo semita é também usado como sinônimo de judeu. Daí vem a expressão antissemita para designar o preconceito contra os judeus.



Moeda de Axum, do século IV, com o reverso mostrando o perfil do rei da época, Aphilas.

A característica religiosa dominante do reino de Axum era o politeísmo (veja o boxe *Crenças africanas*) até o século IV, quando o rei Ezana foi o primeiro a se converter ao cristianismo. A partir de então, a população de Axum tornou-se predominantemente cristã.

Alguns séculos depois, os muçulmanos (em processo de expansão), a pretexto de combater a pirataria no mar Vermelho, dominaram e destruíram o porto de Adúlis. Gradativamente, o reino de Axum se enfraqueceu até desaparecer, devido a novas invasões muçulmanas.

Crenças africanas

Embora diferentes entre si, as crenças dos povos africanos, desde tempos remotos, tinham em comum o culto a muitos deuses. Para eles, o ser humano era parte integrante da natureza. Animais, plantas e minerais tinham, quase sempre, caráter sagrado.

Mesmo politeístas, os povos africanos acreditavam na existência de um ser supremo, cujo nome variava de uma região para outra: Amma, Nyamê, Nzambe, Nyambê. Abaixo dele existiam deuses menores.

O culto às divindades era realizado nos templos, nas casas das famílias ou ao ar livre. O essencial dos ritos era o sacrifício, que transferia forças em benefício do sacrificante e do “espírito” a que se dirigia.

Eram muito comuns ações de magia benéfica ou maléfica. A benéfica era praticada por adivinhos-curandeiros, que procuravam obter, por exemplo, cura para alguma doença ou conselhos para uma decisão. A magia maléfica era obra de feiticeiros, marcada por rituais que incluíam sacrifícios humanos e antropofagia. Sua prática era severamente punida: depois de torturado, o feiticeiro era entregue às formigas ou queimado e lançado como pasto às hienas.

Muito da arte africana está relacionada à religião. Certas esculturas eram consideradas o suporte material de antepassados, já falecidos, que ajudavam seus parentes vivos a resolver problemas do cotidiano. Usadas por dançarinos que podiam ser possuídos pelos espíritos que invocavam, as máscaras também eram objetos ritualísticos.

Texto elaborado com base em: GIORDANI, Mário Curtis. *História da África anterior aos descobrimentos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997; PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIÁLOGOS

- As culturas iorubá e banto influenciaram bastante a cultura brasileira, seja pelo legado de importantes elementos artísticos e alimentares, seja por meio de práticas religiosas diversas. Nesse sentido, pode-se falar na **existência** de uma **cultura afro-brasileira**. Atualmente, existem muitos praticantes das religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda. No candomblé, por exemplo, cultuam-se os orixás, que são de origem iorubá. Em grupos, pesquisem as principais características das religiões afro-brasileiras praticadas em nosso país hoje em dia. Apresentem a pesquisa aos colegas e montem um mural com as informações encontradas.

Escultura em madeira de um Nommo, figura mitológica africana que representa o filho do deus supremo Amma. A estátua de madeira patinada tem cerca de 25 cm e foi encontrada no Mali. A peça foi criada entre os séculos XVI e XX.



Werner Forman/Glow Images

ORGANIZANDO AS IDEIAS

ATIVIDADES

- 1 O continente africano pode ser dividido em duas regiões com características distintas. Explique quais são essas regiões e como se deu a formação de sociedades humanas diversas nesses espaços.
- 2 Os povos africanos criaram formas próprias de organização sociopolítica ao longo de sua história. Aponte as principais diferenças

e semelhanças entre as formas de organização social e política desenvolvidas pelos grupos que habitavam o continente.

- 3 O reino de Axum surgiu na costa oriental do continente africano. Explique como se deu a expansão axumita ao longo dos séculos e descreva o seu processo posterior de desaparecimento.



INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO

ATIVIDADE

- 1 O texto a seguir é um trecho da palestra “O perigo de uma única história”, feita em 2009 pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie. Na sua fala, a escritora tratou das formas de narrarmos nossas histórias e como isso afeta a maneira de culturas diferentes relatarem suas próprias experiências. Leia atentamente o texto e, em seguida, responda ao que se pede.

Eu sou uma contadora de histórias e gostaria de contar a vocês algumas histórias pessoais sobre o que eu gosto de chamar “o perigo de uma história única.” Eu cresci num *campus* universitário no leste da Nigéria. Minha mãe diz que eu comecei a ler com 2 anos, mas eu acho que 4 é provavelmente mais próximo da verdade. Então, eu fui uma leitora precoce. E o que eu lia eram livros infantis britânicos e americanos.

Eu fui também uma escritora precoce. E quando comecei a escrever, por volta dos 7 anos, histórias com ilustrações em giz de cera, que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na neve. Comiam maçãs. [Risos] E eles falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido, [risos] apesar do fato de que eu morava na Nigéria (eu nunca havia estado fora da Nigéria), nós não tínhamos neve, nós comíamos mangas. E nós nunca falávamos sobre o tempo porque não era necessário.

Meus personagens também bebiam muita cerveja de gengibre porque as personagens dos livros britânicos que eu lia bebiam cerveja de gengibre. Não importava que eu não tinha a mínima ideia do que era cerveja de gengibre. [...]

A meu ver, o que isso demonstra é como nós somos impressionáveis e vulneráveis diante de uma história, prin-

cipalmente quando somos crianças. Porque tudo o que eu havia lido eram livros nos quais as personagens eram estrangeiras, eu convenci-me de que os livros, por sua própria natureza, tinham de ter estrangeiros e tinham de ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Bem, as coisas mudaram quando eu descobri os livros africanos. Não havia muitos disponíveis, e eles não eram tão fáceis de encontrar quanto os livros estrangeiros. Mas, devido a escritores como Chinua Achebe e Camara Laye, eu passei por uma mudança mental em minha percepção da literatura. Eu percebi que pessoas como eu, meninas com a pele da cor de chocolate, cujos cabelos crespos não poderiam formar rabos de cavalo, também podiam existir na literatura. Eu comecei a escrever sobre coisas que eu reconhecia.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gswkbec>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

- a) Com base na leitura do texto, o que você entende pela expressão “o perigo de uma história única”?
- b) Por que a escritora afirma que quando escrevia seus textos infantis todos os seus personagens eram brancos e de cultura estrangeira àquela em que vivia?
- c) De acordo com a palestrante, por que escritores africanos são importantes para combater a “história única” sobre a África?
- d) A literatura africana está presente nas aulas de literatura de sua escola? Discuta essa questão com seus colegas e redija uma pequena dissertação tratando da importância de a população brasileira ler literatura africana nas escolas.

3 Reinos do Sahel

O Sahel é a faixa de terra na África entre o deserto do Saara, ao norte, e a floresta tropical úmida, ao sul. Os primeiros assentamentos ali ocorreram entre 600 a.C. e 200 a.C., junto a oásis e rios. Surgiram depois aldeias, cidades, e o comércio se expandiu. Essas comunidades se tornaram mais complexas com o tempo e se transformaram em Estados governados por um rei. O desenvolvimento comercial permitiu que alguns desses Estados se tornassem mais ricos e poderosos e passassem a dominar seus vizinhos mais fracos, dando origem a reinos como Gana e Mali.

Máscara de ouro do século XVIII, provavelmente afixada no trono do chefe de um dos Estados que formavam a Confederação Ashanti. Essa confederação, também conhecida como Império Ashanti ou Império Asante, começou a ser formada no início do século XVI. Ocupava regiões centrais de Gana e estendia-se até o Togo e a Costa do Marfim atuais. Seu território era rico em ouro.

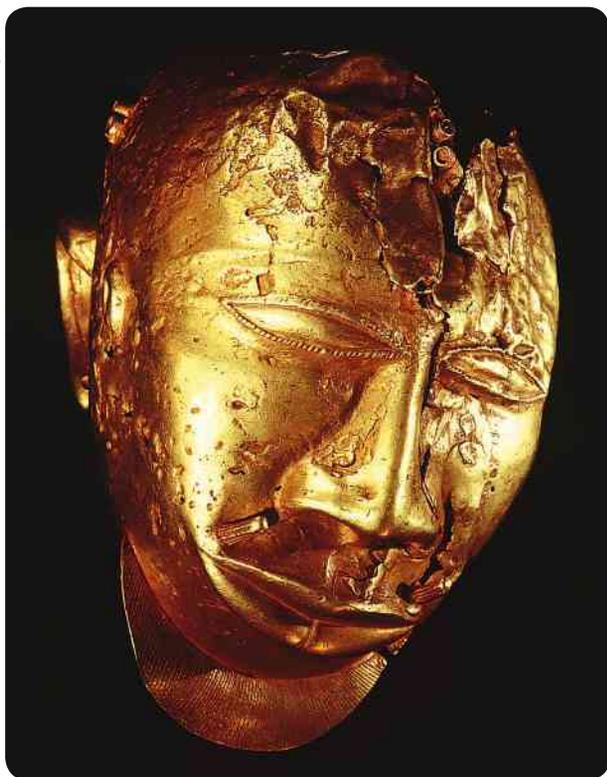
O ouro de Gana

Localizado onde hoje se situa a Mauritânia, o reino de Gana surgiu por volta do século IV e ficou conhecido em razão de sua produção de ouro. Nessa região, a extração aurífera era tão grande que, ao longo da Idade Média, Gana se tornou o principal fornecedor do metal ao mundo mediterrâneo. Esse posto só foi perdido no século XVIII, quando começou a chegar à Europa o ouro do Brasil.

Ao contrário de outros impérios, o Reino de Gana não tinha fronteiras delimitadas. A força de um reino não era estabelecida pela extensão de seu território, mas pela quantidade de pessoas, grupos humanos, aldeias e cidades que estivessem sob seu controle, que pagassem tributos ao soberano e fornecessem soldados e funcionários à corte.

O reino dispunha de duas capitais. Em Koumbi Saleh, no sudeste da Mauritânia, ficavam os mercadores muçulmanos do norte da África; na outra – ainda não encontrada pelos arqueólogos –, viviam o rei e sua corte. Segundo relatos de viajantes do século XI, o ouro aparecia com abundância nas pulseiras e colares do *gana* (o soberano), nas espadas e escudos dos soldados e até nas coleiras dos cães de guarda do palácio real.

No início do século XII, fatores como a desertificação do Sahel, consequência da prática intensiva do pastoreio, e o surgimento de novas zonas auríferas fora do domínio de Gana contribuíram para o enfraquecimento do reino, que acabou conquistado por outros povos africanos.



Wallace Collection, Londres/Werner Forman Archive/Imageplus

LIVRO

Leia o livro *Amkoullel, o menino fula*, de Amadou Hampâté Bá. Editora Casa das Áfricas/ Palas Athena. Compilação de recordações de infância e juventude do autor malinês, que se especializou em narrativas orais.

Mali: um reino muçulmano

Na época em que Gana perdia sua influência sobre os povos da África ocidental, começava a ganhar importância o reino de **Mali**. Até o século XII, o povo mandinga que habitava a região permaneceu vassalo do Reino de Gana. Por volta de 1230, um guerreiro conhecido como Sundiata Keita reuniu sob seu comando diversos clãs vizinhos e se estabeleceu como soberano do Mali, adotando o título de **mansa** (rei).

Ao expandir seu território, o Mali passou a dominar áreas que iam desde o Atlântico (onde hoje ficam Senegal e Gâmbia) até o rio Níger. Controlava, assim, grandes jazidas de ouro e importantes rotas transaarianas de comércio.

Seguidores do islamismo, os soberanos do Mali faziam peregrinações a Meca, cidade sagrada dos muçulmanos. Por causa dessas viagens, houve várias trocas culturais entre o povo de Mali e os do Oriente Próximo. Aproximadamente em 1320, no governo do mansa Kankan Musa, a cidade de Tombuctu era considerada um centro de estudos islâmicos e muitos estrangeiros se mudaram para lá (veja o mapa dos reinos africanos, da página 190).

Após a morte do mansa Musa, em 1337, o reino sofreu invasões e entrou em declínio. Quando os portugueses ali chegaram, no final do século XV, o Mali em nada lembrava a importância que tivera no passado.



Malineses fazem as orações de sexta-feira na mesquita Djinguereber, no centro de Tombuctu, Mali. Foto de 2013.

Representação, em bronze, de três funcionários do tribunal. A peça foi produzida no Benin, entre os séculos XVI e XVII.



4 Civilização iorubá

O termo **iorubá** refere-se a vários povos subaarianos unidos por laços linguísticos e culturais – efãs, ijexás, egbás, entre outros. De acordo com evidências arqueológicas, os ancestrais iorubás ocupavam, desde a Pré-História, a confluência entre a zona da floresta e a bacia do rio Níger, onde hoje fica o sudoeste da Nigéria e a divisa entre Benin e Togo (veja a seção *Passado presente* na página seguinte).

Nessa região, os iorubás criaram uma civilização caracterizada pela articulação de diversas cidades e aldeias, que formavam reinos independentes, com seu próprio **oba** (chefe) e suas tradições religiosas. O aspecto comum a todos os iorubás era a crença de que tinham a mesma origem divina. Segundo a tradição oral, o deus supremo era Olorum (ou Olodumaré).



A diversidade da África

O continente africano é hoje composto por 56 países com diferentes hábitos, fenótipos e línguas distintas, mas, para muita gente, Nigéria, Níger e Moçambique são a mesma coisa, ou seja, a África é um país. Para combater essa ideia, um grupo de estudantes afro-descendentes que moram nos Estados Unidos lançou, em 2013, a campanha “A verdadeira África: combata o estereótipo”. São fotos que trazem estudantes ou ex-estudantes afrodescendentes do Ithaca College (uma universidade do estado de Nova York, nos Estados Unidos) apresentando bandeiras de países africanos. Para cada foto, os jovens produziram uma frase que respondesse aos comentários estereotipados e ofensivos que estão acostumados a escutar sobre o continente. Veja algumas frases e imagens a seguir.

Fotos: Thiri Mariah Boucher/Ithaca College



“AFRICANS DO NOT ALL LOOK ALIKE.”

“Os africanos não são todos parecidos.” – Bandeira do Mali.

A África possui maior diversidade genética do que todos os habitantes do resto do mundo juntos.

Fact: Africans are more genetically diverse than the inhabitants of the rest of the world combined.



“AFRICAN LEADERS ARE NOT ALL DICTATORS, FOR DEMOCRACY IS NOT NEW TO AFRICA.”

“Os líderes africanos não são todos ditadores. A democracia não é nova na África.” – Bandeira de Botswana.

Foi graças a grandes líderes, como o sul-africano Nelson Mandela e o ganês Kwame Nkrumah, que a África se libertou do domínio colonial.

Fact: It was because of great leaders like Nelson Mandela and Kwame Nkrumah that Africans liberated themselves from colonial rule.



"AFRICA IS NOT A COUNTRY."

Fact: Africa is a continent made up of 56 countries.



"AFRICA IS NOT HOPELESS."

Fact: Africa's economy is growing faster than any other continent in the world.



"África não é um país."
- Bandeira de Uganda.
A África é um continente formado por 56 países.

"Eu não falo 'africano' porque 'africano' não é uma língua." - Bandeira do Zimbábue.
Estima-se que na África sejam falados mais de dois mil idiomas, entre línguas oficiais e dialetos.



"I DON'T SPEAK 'AFRICAN' BECAUSE 'AFRICAN' IS NOT A LANGUAGE"

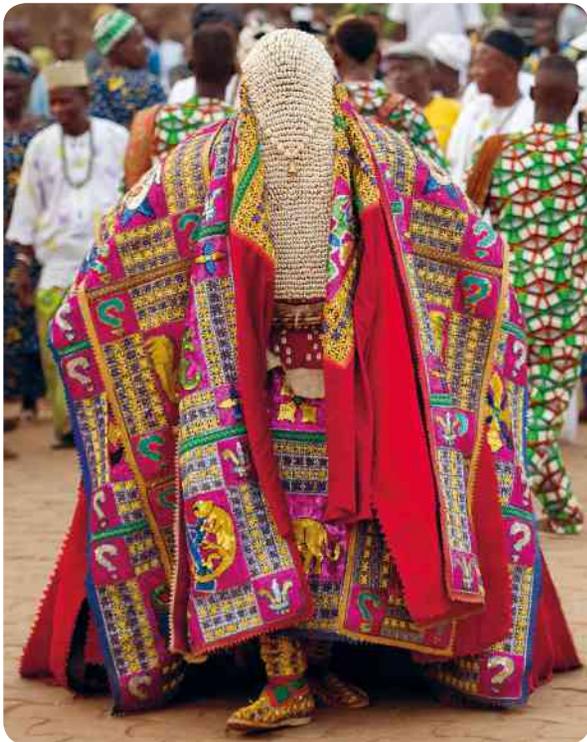
Fact: There are an estimated 2000 languages spoken in Africa.

"A África não está desesperada."
- Bandeira da Nigéria.
A economia africana está crescendo mais rapidamente do que a de qualquer outro continente do mundo.

Textos elaborados com base em: A ÁFRICA não é um país, diz slogan de campanha. Disponível em: <<http://tinyurl.com/huwj6rq>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

Egungun se apresenta durante uma cerimônia vodu em 2014, na cidade de Ouidah, no Benin. Os egunguns são dançarinos mascarados que representam os espíritos ancestrais iorubás.

Francois Galland/Godong/Godong/Corbis/Lainstock



As cidades iorubás contavam com grandes centros de artesanato, onde trabalhavam tecelões, marceneiros, oleiros, ferreiros, etc. Conhecedores da metalurgia, os iorubás utilizavam metais para fabricar ferramentas e instrumentos de uso diário. Por séculos, seus habitantes controlaram importantes rotas de comércio entre o litoral e o interior do continente africano.

O centro da civilização iorubá era Ilê Ifé, cujas origens remontam ao século VI, onde vivia o **oni**, o **obá mais poderoso da região**, que era chefe religioso e governante. Os obás eram considerados descendentes de Oduduá, filho de Olorum, e por isso tinham uma origem divina. De modo geral, os obás governavam com o auxílio de um conselho composto por chefes das principais famílias e por representantes de mercadores.

Escolhida por Olorum para ser o berço da humanidade, segundo a mitologia iorubá, Ilê Ifé era reconhecida por esses povos como a cidade mais sagrada e a mais elevada na hierarquia. Outras importantes cidades iorubás eram Oyó e Benin.

No final do século XVIII, depois de conflitos, guerras e derrotas, muitos iorubás foram escravizados e levados para as Américas, principalmente para a Bahia (onde eram chamados **nagôs**) e para Cuba. Em ambos os lugares, sua cultura e religião, mescladas a outras influências, mantêm-se vivas até hoje (veja a seção *Você sabia?* a seguir).

VOCÊ SABIA?

A África no Brasil

Escravizados e trazidos para o Brasil durante vários séculos, os iorubás e os bantos são povos que ajudaram a formar a cultura e a sociedade do Brasil.

Devido aos iorubás, hoje se pratica o culto aos orixás do candomblé, como Xangô (deus dos Trovões e dos Raios) e Iemanjá (deusa do Mar). Deles, herdamos instrumentos musicais, como o atabaque e o agogô; na culinária, introduziram pratos como o vatapá e o acarajé.

Os bantos também nos legaram inúmeras manifestações culturais. Por exemplo: congadas, maracatus, jongos, sambas de umbigada, lundus, simpatias, mezinhas, rezas, diversas palavras e ritmos.



Hans Von Manteuffel/Pulsar Imagens

Desfile de grupos de Maracatu Rural, durante o Carnaval de 2015 em Olinda, Pernambuco.

5 Cultura banto

O termo **banto** tem conotação linguística, não étnica, pois designa diversos povos africanos cujas línguas têm uma origem comum.

Segundo especialistas, eles seriam originários das terras da atual fronteira entre Camarões e Nigéria. No fim do século XIII, os bantos ocupavam cerca de dois terços do continente africano, distribuindo-se por áreas que vão da atual África do Sul até um pouco acima da linha do equador.

Viviam da caça, da pesca e da coleta de alimentos; domesticavam animais e praticavam a chamada agricultura de coivara (técnica que consiste em limpar o terreno por meio do fogo). Quando se esgotavam os recursos do lugar onde se encontravam, os bantos se mudavam para outra região.

Em certos lugares, os bantos permaneceram organizados em comunidades independentes e, em outros, estabeleceram Estados. Com essas andanças, os bantos povoaram áreas muito extensas do continente africano. Um Estado banto que se destacou foi o **Grande Zimbábue**, surgido por volta de 1300, no atual Zimbábue. Ali, os bantos se tornaram artesãos, pastores, agricultores e comerciantes, que levavam ouro e marfim da região para vender na costa oriental do continente. Outro reino de destaque surgiu no início do século XV, na atual região do Congo: o **Manicongo**. Era organizado em províncias e chegou a controlar outros povos.

Entre 1500 e 1889 (período da colônia e do império no Brasil), milhões de bantos foram escravizados e trazidos para nosso país. Assim como ocorreu com a cultura iorubá, muitas características da cultura banta encontram-se na base da cultura brasileira (veja a seção *Você sabia?* na página 198).



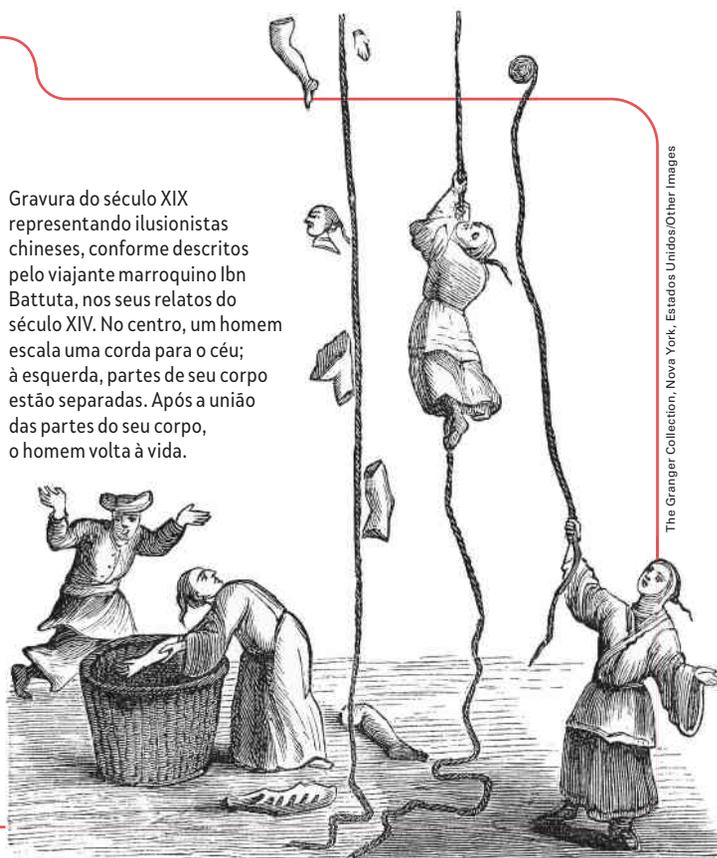
ENQUANTO ISSO...

Ibn Battuta, um andarilho

No século XIV, na mesma época em que alguns reinos se estabeleciam na África, um viajante percorria o continente disposto a conhecer terras novas. Era o marroquino Ibn Battuta, considerado o maior viajante árabe de seu tempo. Nascido em 1304, aos 25 anos ele fez uma peregrinação a Meca. De lá, iniciou um périplo pelo mundo que só terminou 29 anos mais tarde.

Em suas viagens, Battuta passou pelo Oriente Médio, China, Índia e África, tendo percorrido mais de 180 mil quilômetros. Ao morrer, em 1369, deixou como legado relatos de viagem ditados a um jovem escritor. Hoje, essas narrativas tornaram-se uma importante fonte de informações a respeito dos povos e lugares que conheceu. Em sua homenagem, uma das crateras da Lua recebeu o nome de Ibn Battuta.

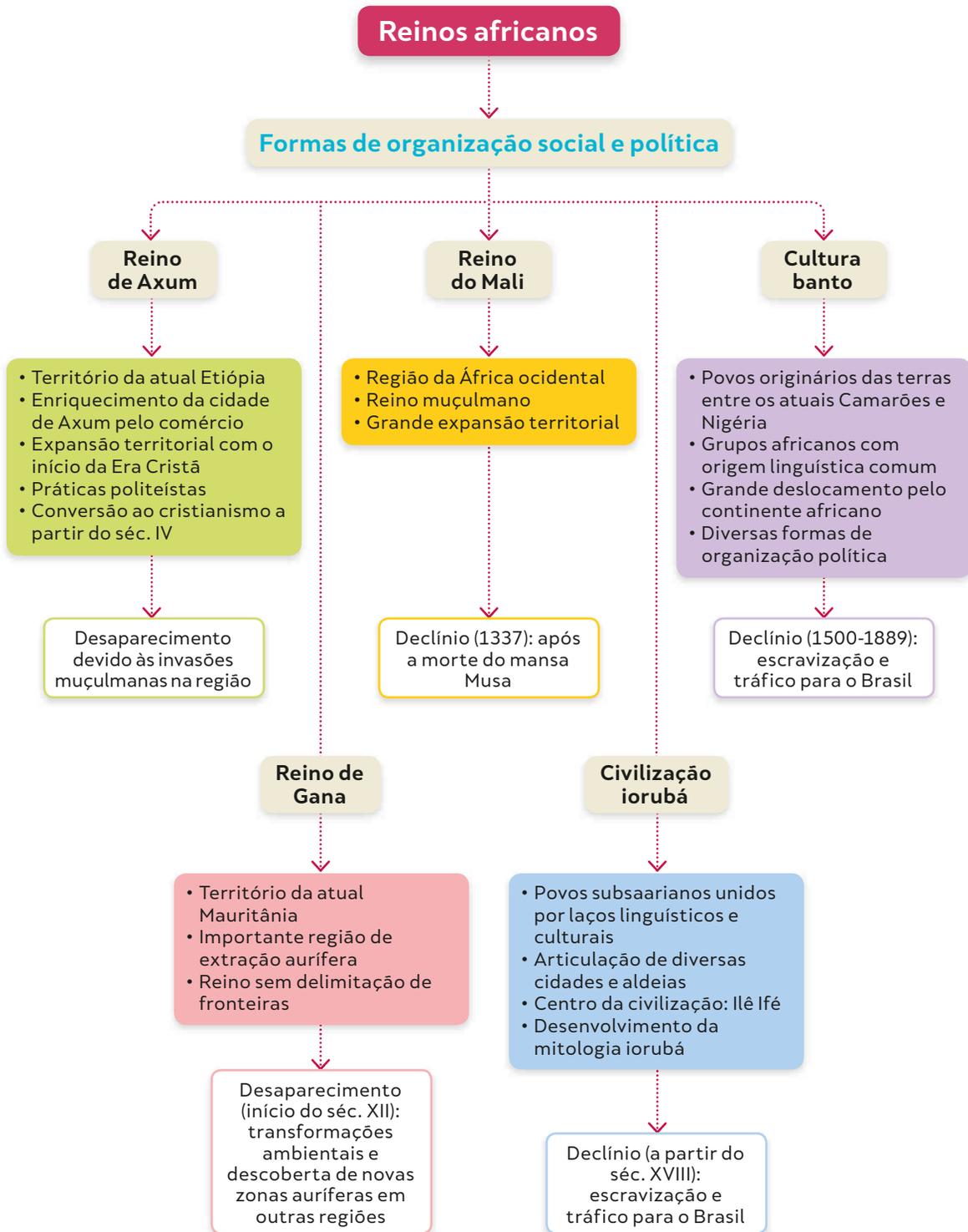
Gravura do século XIX representando ilusionistas chineses, conforme descritos pelo viajante marroquino Ibn Battuta, nos seus relatos do século XIV. No centro, um homem escala uma corda para o céu; à esquerda, partes de seu corpo estão separadas. Após a união das partes do seu corpo, o homem volta à vida.



The Granger Collection, Nova York, Estados Unidos/Other Images



ESQUEMA-RESUMO



Uma das características da história do continente africano é a **diversidade de experiências e formas de organização política e social**. Com base na observação do esquema e em seus conhecimentos, indique as principais diferenças e semelhanças entre as sociedades africanas estudadas neste capítulo.



ATIVIDADES

ORGANIZANDO AS IDEIAS



- 1 As crenças africanas eram variadas, mas também apresentavam importantes características comuns. Descreva as principais características dessas crenças.
- 2 Conforme o que você estudou neste capítulo, descreva a relação entre a arte e as práticas religiosas de diferentes povos no continente africano.
- 3 Aponte as características do Reino de Gana e do Reino do Mali.
- 4 As religiões monoteístas, como o cristianismo e o islamismo, também se disseminaram entre os povos do continente africano. Com exemplos dos reinos de Axum e do Mali, descreva como ocorreu esse processo.
- 5 Os iorubás contribuíram para formar a cultura brasileira. Deles herdamos, por exemplo, elementos religiosos, musicais e culinários, entre outros. Redija uma pequena síntese da história da civilização iorubá.
- 6 Quem eram os bantos e como se realizou a expansão desse povo pelo continente africano?

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM



- 1 As narrativas transmitidas oralmente são fortes tradições culturais na África. Mitos, lendas, acontecimentos históricos e costumes milenares são repassados de uma geração à outra pela **história oral**. Os contadores de histórias estão entre as figuras mais prestigiadas em diversas regiões do continente. Chamados **griôs** na África ocidental, eles percorrem as comunidades contando e cantando poemas épicos, fatos da história de seu povo, batalhas, genealogias, etc. As histórias que você vai ler agora são contos tradicionais de Angola reunidos em livros pelo estudioso da literatura oral africana, o suíço Héli Chatelain. Leia os textos e responda ao que se pede.

O esquilo e a realeza

Uma vez prometeram ao esquilo a realeza e ele respondeu:

- Que seja hoje mesmo.
 - Estamos à procura da insígnia.
 - De qualquer forma, desde que seja imediatamente.
- Como represália, as pessoas decidiram:

– Quem não pode esperar pela insígnia para ser proclamado rei, também não será capaz de governar condignamente o povo. Portanto, não o queremos!

Pelo que ficou dito, prova-se que a expressão imediatamente privou o esquilo de ser rei.

O cão e a realeza

Uma vez resolveram dar ao cão o privilégio da realeza e pensaram em todas as insígnias: a coroa, o bastão, os anéis, a pele de mukaka, etc. Quando já estava tudo pronto, marcaram o dia da coroação. Não faltaram as festas com tocadores de tambor e marimba e uma infinidade de pessoas de categoria. Para o soberano se sentar ofereceram-lhe amavelmente tapetes e esteiras.

Depois, principiaram a distribuir as insígnias. Nessa altura, o cão avistou um peito de galinha. Com sofreguidão agarrou-o e correu para o mato. A multidão comentou o fato e se dispersou. O roubo praticado pelo cão fê-lo perder a realeza.

CHATELAIN, Héli (Org.). *Contos populares de Angola*. Lisboa: Edição Agência-Geral Ultramar, 1964. p. 401-403.

- a) Os dois contos revelam algumas diretrizes que deveriam nortear os procedimentos de um bom rei africano. Quais diretrizes seriam essas?
- b) Em sua opinião, quais valores são necessários para caracterizar um bom governante? Faça uma lista desses valores, junto com argumentos que justifiquem



a escolha. Depois, compare a sua lista com a de seus colegas e debatam o assunto.

c) Crie um pequeno conto, no qual um ou mais valores que você escolheu fiquem evidentes. Use como modelo as histórias que você leu nesta atividade.

2 Leia o texto a seguir sobre Ossain, uma das divindades cultuadas pela civilização iorubá na África. A narrativa de Ossain foi compilada pelo etnógrafo francês Pierre Verger, que dedicou grande parte da sua vida a pesquisar as tradições religiosas africanas, especialmente o culto aos orixás, no livro *Lendas africanas dos orixás*, publicado em 1985. Com base na leitura, responda ao que se pede.

Ossain recebera de Olodumaré o segredo das folhas. Ele sabia que algumas delas traziam a calma ou o vigor. Outras, a sorte, as glórias, as honras, ou, ainda, a miséria, as doenças e os acidentes. Os outros orixás não tinham poder sobre nenhuma planta. Eles dependiam de Ossain para manter a saúde ou para o sucesso de suas iniciativas.

Xangô, cujo temperamento é impaciente, guerreiro e imperioso, irritado com esta desvantagem, usou de um ardil para tentar usurpar, de Ossain, a propriedade das folhas. Falou do plano à sua esposa Iansã, a senhora dos ventos. Explicou-lhe que, em certos dias, Ossain pendurava, num galho de Iroko, uma cabaça contendo suas folhas mais poderosas. “Desencadeie uma tempestade bem forte num desses dias”, disse-lhe Xangô.

Iansã aceitou a missão com muito gosto. O vento soprou a grandes rajadas, levando o telhado das casas, arrancando as árvores, quebrando tudo por onde passava e, o fim desejado, soltando a cabaça do galho onde estava pendurada. A cabaça rolou para longe e todas as folhas voaram. Os orixás se apoderaram de todas. Cada um tornou-se dono de algumas delas, mas Ossain permaneceu senhor do segredo de suas virtudes e das palavras que devem ser pronunciadas para provocar sua ação. E, assim, continuou a reinar sobre as plantas, como senhor absoluto. Graças ao poder (axé) que possui sobre elas.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Lendas africanas dos orixás*. Salvador: Corrupio, 1997. p. 24.

a) De acordo com a narrativa, quem era Ossain e quais eram seus poderes?

b) Como se dá a relação entre os deuses na narrativa compilada por Verger?

c) O culto aos orixás se tornou um elemento muito importante da religião afro-brasileira. Além de Ossain, a narrativa apresenta outros elementos importantes para a compreensão do culto aos orixás. Em grupo, pesquise outras divindades e aspectos do culto. Apresente um seminário, aos colegas da classe, com o resultado da pesquisa.

3 Observe a imagem a seguir. Trata-se de uma pintura feita no século VI no mosteiro de Abba Pantelewon, que fazia parte do território do reino de Axum. Observe atentamente a imagem e responda ao que se pede.



Pintura do mosteiro de Abba Pantelewon, na região de Axum, na Etiópia. As ruínas de Axum são Patrimônio Mundial da Humanidade segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

- a) Descreva a imagem e formule uma hipótese para explicar quais personagens estão representados na cena.
- b) Esse tipo de representação indica uma importante transformação nas práticas religiosas do povo de Axum quando comparadas com os primeiros séculos desse reino. Explique qual transformação é essa.

- c) A partir da análise desse documento, é possível dizer que as práticas religiosas, ao longo da história, podem ser vistas como relações históricas e, portanto, marcadas por **permanências e rupturas**? Justifique sua resposta.

TESTE SEU CONHECIMENTO



- 1 Leia o trecho a seguir do historiador Alberto da Costa e Silva sobre o Reino de Mali. Identifique a opção correta entre as afirmativas que tratam do texto. Depois, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

O islão já tinha, havia mais de cem anos, boas raízes entre os mandingas. Mas, embora Sundiata pertencesse a uma linhagem que adotara o **maometanismo** e comandasse muitos **moslins**, a imagem que dele nos dão os **bardos malinques** é a de um rei mágico, que retirava sua força da natureza e dos antepassados, um homem estreitamente ligado à religião de seu povo.

SILVA, Alberto da Costa. *A enxada e a lança*. São Paulo: Nova Fronteira, 2014. Edição digital sem paginação.

Maometanismo: o mesmo que islamismo.

Moslim: o mesmo que muçulmano.

Bardo: na Europa antiga, eram as pessoas encarregadas de transmitir histórias, mitos, lendas e poemas de forma oral.

Malinque: da região do Mali.

Mani: título do governante, equivalente ao título de rei.

- I. Não é possível afirmar que o mansa Sundiata fosse um verdadeiro adepto do islamismo, já que essa religião não aceita práticas nem crenças mágicas. Assim, ele era apenas um líder pagão que se dizia muçulmano.
- II. Entre o povo mandinga, não existia um histórico de crenças monoteístas, por isso o **mani** precisava fingir ter poderes mágicos para conquistar a liderança de seu povo.

- III. A imagem construída pelos bardos malinques do mani Sundiata indica a possível existência de práticas sincréticas e destaca que a disseminação das religiões monoteístas não significou o completo abandono das crenças politeístas existentes na África.

- IV. De acordo com o texto, é possível dizer que as crenças islâmicas já existiam entre as populações mandingas antes do reinado do mani Sundiata.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
b) As afirmativas II e III estão corretas.
c) As afirmativas I e IV estão corretas.
d) As afirmativas III e IV estão corretas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

- 2 A cultura africana teve influência não apenas na população do continente africano, mas também na América, especialmente no Brasil. Leia as afirmativas sobre esse tema e identifique a opção correta. Depois, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

- I. Povos iorubás e bantos migraram para o Brasil, desde o século XVIII, com o objetivo de fugir da seca e da fome que se alastravam pelo continente africano no período.
- II. A escravidão de povos africanos provocou o deslocamento forçado de muitos iorubás e bantos para a América. A maior parte desses povos foi enviada para Cuba, mas alguns foram vendidos no Brasil.



III. A cultura axumita se disseminou na América, a partir do século XVI, devido às práticas escravistas europeias. Isso fez com que a religião cristã, praticada entre os axumitas, se espalhasse pelo Brasil e por Cuba.

IV. Apesar de muitos iorubás e bantos terem sido enviados para a América, pouco da cultura africana se disseminou entre as populações das colônias europeias no continente porque existia um forte preconceito contra as culturas africanas no período, e seus praticantes foram duramente reprimidos pelas autoridades coloniais.

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) As afirmativas III e IV estão corretas.
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

3 O mapa da página 190 sobre os reinos africanos traz informações sobre os reinos da África antiga entre os séculos VII a.C. a XV d.C. Após a observação atenta do mapa, leia as seguintes alternativas e identifique a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

DIALOGANDO COM... GEOGRAFIA

- I. O continente africano, entre os séculos VII a.C. e XV d.C., estava dividido em grandes reinos territoriais centralizados, que disputavam o controle dos recursos e dos territórios africanos. Exemplo disso foi o Reino de Gana, que incorporou os territórios do Reino de Mali.
- II. De acordo com o mapa, é possível afirmar que o continente africano passou por uma grande transformação em sua dinâmica política ao longo dos séculos, com o surgimento e a dissolução de vários reinos e de grupos culturais diferentes e com características próprias.
- III. As rotas comerciais indicadas no mapa evidenciam as relações estabelecidas entre diferentes regiões da África, inclusive cruzando o deserto do Saara e ligando a África setentrional com a África subsaariana.
- IV. Os reinos africanos criaram diferentes formas de organização política. Um exemplo

disso é o Reino de Gana, que não tinha fronteiras delimitadas, porque a força desse reino era determinada pela quantidade de pessoas que estivessem sob o controle de seu soberano. Assim, pode-se dizer que a representação no mapa indica muito mais a zona de influência de Gana do que as fronteiras de seu território.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- c) As afirmativas I e II estão corretas.
- d) As afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

4 A civilização iorubá e os bantos formavam dois grupos linguísticos diferentes que se desenvolveram no continente africano ao longo dos séculos. Leia as seguintes afirmações sobre esse tema e identifique a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

- I. Os ancestrais da cultura iorubá começaram a se desenvolver desde a Pré-História. Essa cultura continua viva até o presente, tendo inclusive se mesclado com outras influências e se disseminado no Brasil e em Cuba.
 - II. Os bantos ocupavam cerca de dois terços do continente africano no fim do século XIII. Porém, as guerras e a escravidão provocaram o fim dessa cultura no século XVIII.
 - III. Um dos estados bantos que ganhou destaque e importância foi o Grande Zimbábue, surgido por volta de 1300, no atual Zimbábue. Na região, os bantos se tornaram artesãos, pastores, agricultores e comerciantes, que levavam ouro e marfim para vender na costa oriental do continente.
 - IV. A civilização iorubá não tinha um centro importante, mas se organizava em tribos nômades que se deslocavam pelo continente africano em busca de recursos e meios de sobrevivência.
- a) As afirmativas I e III estão corretas.
 - b) As afirmativas II e IV estão corretas.
 - c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
 - d) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

HORA DE REFLETIR

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

DIALOGANDO
COM... LÍNGUA PORTUGUESA

- A história do continente africano tem profundas ligações com a história do Brasil. Considerando a ideia proposta pela escritora Chimamanda Adichie (sobre o perigo de se contar uma história única) e o que foi discutido sobre as religiões afro-brasileiras neste capítulo, reflita sobre a maneira como a imprensa e outros meios de comunicação descrevem e abordam as religiões afro-brasileiras. Para isso, em pequenos grupos:
- 1 Pesquise três reportagens sobre religiões afro-brasileiras publicadas em diferentes meios de comunicação, como jornais, revistas, portais jornalísticos.
 - 2 Discutam como essas religiões foram representadas nos textos, refletindo principalmente se elas foram abordadas de forma respeitosa nos artigos.
 - 3 Apresentem as conclusões do grupo aos colegas em sala de aula.

Dança de máscaras do povo dogon, no Mali, em foto de 2014. Realizada principalmente para os turistas hoje em dia, a dança de máscaras é um dos aspectos mais famosos da cultura dogon malinesa.



Jean-Pierre Degas/Prismapix/AFP



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Casa das Áfricas. Site da biblioteca/midiateca do instituto cultural, voltado para o estudo das sociedades africanas, com vídeos, áudios, dissertações, etc. Disponível em: <<http://africas.org.br/>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

Centro Cultural Africano. Site do centro cultural, criado para manter vivas as tradições culturais africanas. Há fotos, notícias da África e dados sobre as atividades da ONG. Disponível em: <www.centroculturalafricano.org.br/>. Acesso em: 1º dez. 2015.

Museu Nacional de Belas Artes. O site do museu possui uma coleção com mais de cem fotos de objetos de arte africana, com a cultura a que pertencem. Disponível em: <<http://mnba.gov.br/portal/colecoes/arte-africana.html>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

PARA LER

Contos e Lendas Afro-Brasileiros – A Criação do Mundo, de Reginaldo Prandi, Editora Companhia das Letras. O livro traz contos e lendas da tradição iorubá que foram trazidos e preservados no Brasil. A obra destaca a riqueza dos mitos dos orixás e deuses africanos por meio do percurso de Adetutu, um iorubá que foi trazido para o Brasil como escravo.



Reprodução/Companhia das Letras

Reinos medievais e fortalecimento da Igreja

A cavalhada é um folguedo de origem cristã bastante popular no Brasil. Nessa encenação, dois grupos de cavaleiros simulam um combate: os cavaleiros de azul representam os cristãos e os de vermelho, os muçulmanos, também chamados de mouros.

O enredo da cavalhada baseia-se nas histórias e lendas em torno da figura do rei cristão Carlos Magno. No século IX, ele controlava o Império Carolíngio, que se formou quando uma parte da Europa – especialmente a península Ibérica – estava sob o domínio muçulmano (veja o mapa sobre a expansão islâmica, no Capítulo 9).

Neste capítulo estudaremos a transformação do Reino Franco em Império Carolíngio e os novos reinos que surgiram na Europa após a queda do Império Romano do Ocidente. Também abordaremos o processo de fortalecimento do poder da Igreja católica durante a Idade Média e o impacto desse processo na sociedade europeia daquela época.

Cavalhada de Santo Amaro, em Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Foto de 2014.



OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Explicar a formação dos reinos germânicos na Europa após as invasões.
- Conhecer o processo de integração de tradições germânicas e romanas que definiu algumas características das sociedades feudais.
- Abordar as origens e a organização do Império Carolíngio.
- Entender o processo de fortalecimento da Igreja católica durante a Idade Média.
- Identificar as motivações que levaram à organização das Cruzadas.

1 Reinos germânicos

No início do século V, o território que compunha o Império Romano do Ocidente – onde hoje se localizam vários países europeus – foi invadido por diversos povos, principalmente pelos germânicos (também chamados de germanos): visigodos, ostrogodos, burgúndios, anglos, saxões, francos, hérulos, vândalos e outros. Esses povos tinham crenças, idiomas, valores culturais e formas variadas de organização política. Eles criaram diversos reinos, a maioria teve curta duração. O mapa a seguir, com os reinos germânicos, mostra os mais duradouros.

Segundo o historiador inglês Perry Anderson, em termos político-administrativos ocorreu nesses novos reinos um lento processo de **integração de elementos romanos e germânicos**. Em termos sociais, o resultado desse processo foi a formação de dois grupos distintos e sobre os quais se estruturou a sociedade: a aristocracia rural (composta de grandes proprietários) e o campesinato (completamente dependente dos donos de terra). Devido à miscigenação cultural entre romanos e germânicos, nasceu um novo tipo de sociedade, que se tornaria a base dos atuais povos europeus.

Relações de dependência

Os soberanos germânicos consideravam que seus reinos eram propriedade pessoal. Por isso, entendiam que tinham direito de reparti-los entre os filhos ou de doar extensões de terras a pessoas que lhes prestavam serviços importantes.

Os reinos germânicos e o Império Romano do Oriente/Império Bizantino (séc. IV ao séc. VI)



Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

Para manter seus povos unidos em torno de sua autoridade, procuravam mobilizá-los em constantes campanhas militares. As guerras permitiam que os nobres mais poderosos organizassem seus próprios exércitos, recrutando guerreiros aos quais ofereciam um soldo ou a garantia de subsistência.

Em troca de proteção, muitos guerreiros doavam suas pequenas propriedades a um chefe poderoso, que lhes assegurava o direito de continuar trabalhando em suas antigas terras. Embora livres, essas pessoas tornavam-se dependentes dos senhores aos quais se ligavam, de modo que a linha que separava a servidão da liberdade passou a ser muito tênue. Aos poucos, o poder desses nobres cresceu em detrimento do poder real.

Fuga para o campo

No século VI, um surto de peste bubônica assolou a Europa, reduzindo drasticamente sua população (veja abaixo a seção *Você sabia?*). Assustadas, muitas pessoas abandonaram as cidades, onde a mortalidade era maior, e foram para o campo. Em ruínas, embora nunca totalmente despovoadas, as cidades passaram a ganhar ocasionalmente comerciantes e peregrinos durante festas religiosas. Com a **ruralização**, o comércio declinou.

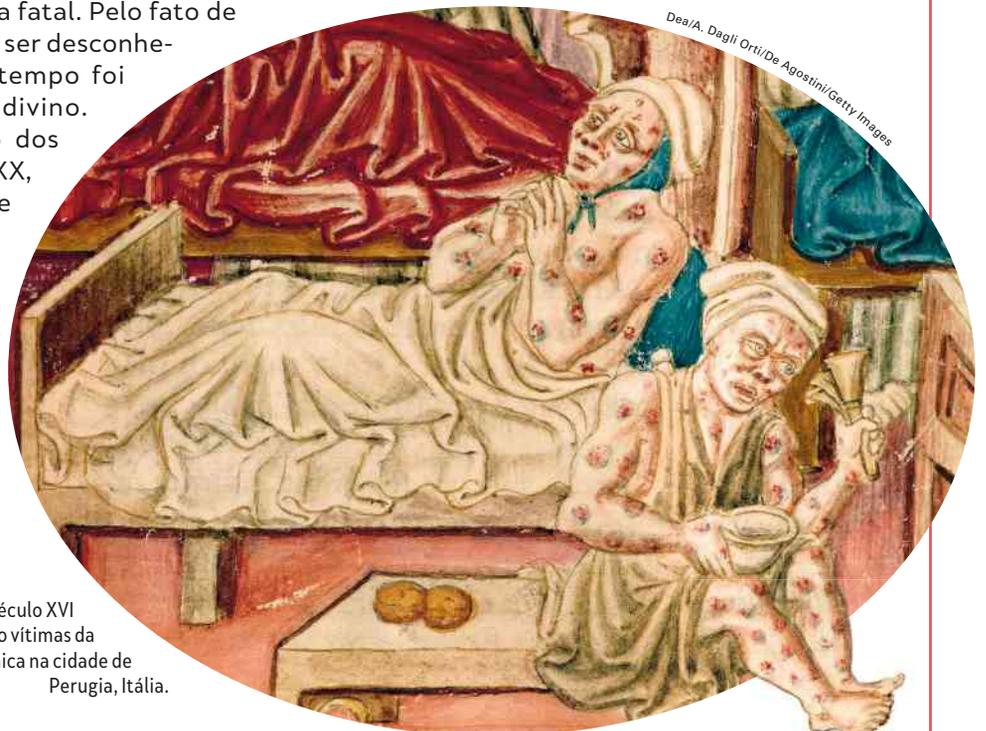
VOCÊ SABIA?

Peste bubônica ou peste negra

Hoje em dia, sabe-se que a peste negra é causada por uma bactéria e transmitida ao ser humano pela picada da pulga de ratos contaminados. Era assim chamada porque provocava várias manchas negras na pele e um inchaço exacerbado (os bulbos) das glândulas linfáticas localizadas nas axilas, virilhas e pescoço.

Na Idade Média, era fatal. Pelo fato de a causa real da doença ser desconhecida, durante muito tempo foi considerada castigo divino. Com o aparecimento dos antibióticos, no século XX, o tratamento da peste tornou a doença controlável.

DIALOGANDO
COM... **BIOLOGIA**



Iluminura do século XVI representando vítimas da peste bubônica na cidade de Perugia, Itália.

2 A Igreja católica se fortalece

Com o processo de enfraquecimento do poder real, de fortalecimento da nobreza rural, de desaparecimento e surgimento de reinos, uma instituição conseguiu superar as adversidades, permanecer unida e se fortalecer: a Igreja católica.

Religião oficial do Império Romano do Ocidente desde o ano 380, o cristianismo foi pouco a pouco adotado pelos reinos germânicos surgidos na Europa ocidental a partir do século V. Com o tempo, a Igreja acumulou vastas extensões de terra e outros bens materiais transformando-se na **mais rica e poderosa instituição da Europa ocidental**. As propriedades da Igreja – diferente do que ocorria com os nobres, cujos bens eram repartidos após a morte devido ao direito de herança – não podiam ser divididas, pois não pertenciam a seus membros, mas à própria instituição. Dessa forma, além do poder espiritual, a Igreja passou a deter um amplo e sólido patrimônio material.

O poder terreno (também chamado de poder temporal) e o poder ideológico da instituição religiosa na sociedade começaram a se firmar quando alguns reis germânicos se converteram ao cristianismo. Foi o caso de Clóvis, rei dos francos, cuja conversão em 496 abriu caminho para uma **sólida aliança** entre a Igreja católica e o **poder real**. A união mostrou-se vantajosa para ambas as partes. De um lado, a Igreja obtinha apoio de uma força política e militar capaz de garantir sua sobrevivência; de outro, o rei amparava-se na Igreja como forma de legitimar seu poder e usufruía da organização administrativa do clero para governar.

Muitos séculos depois do evento, o vitral da Igreja de São Boaventura, em Lion, França, ilustra o batismo do rei Clóvis, convertido em 496. A igreja foi concluída no século XIV. Foto de 2013.



Pierre-Jean Durieu/Shutterstock

3 Os francos e o Império Carolíngio

No início do século V os francos invadiram a região da Gália (atual França). No final do século, já dominavam grande parte da Europa central. Essa política expansionista era muito bem vista pela hierarquia eclesial, pois o crescimento do Reino Franco significava também a difusão da fé cristã (como vimos, em 496, Clóvis, o rei dos francos, havia se convertido ao cristianismo).

Em 732, já governados pela dinastia Carolíngia, um forte exército de cavaleiros couraçados francos impediu o avanço dos muçulmanos na Europa, na batalha de Poitiers (sobre os cavaleiros couraçados, veja a seção *Olho vivo* na página ao lado). Após essa vitória, os carolíngios passaram a ser vistos como os grandes defensores do mundo cristão. Posteriormente, os laços entre a Igreja e os reis francos iriam se fortalecer ainda mais.

Carlos assumiu o reino Franco em 771 e iniciou um período de conquistas territoriais e de expansão do cristianismo. Em dezembro do ano 800, durante as celebrações do Natal, o papa Leão III coroou Carlos como imperador dos romanos, com o título de **Carlos Magno**. O episódio representava o fortalecimento da união entre o reino e a Igreja e uma tentativa de restaurar o antigo Império Romano do Ocidente, tornando o rei um representante de Deus na Terra.



Coroação de Carlos Magno, em representação do manuscrito medieval *Flor de Crônicas* (também conhecido como *Flor da História*), do artista Jean Mansel (século XV).

No plano político-administrativo e jurídico, Carlos Magno assumiu o controle dos tribunais, padronizou o sistema de cunhagem de moedas e passou a fazer uso crescente de documentos escritos.

O vasto **território carolíngio** foi organizado e dividido em partes. Cada segmento ficou sob o governo de um nobre. Foi criada uma **estrutura hierárquica** que seria, posteriormente, utilizada na **formação de outros reinos** e perpetuada: os **condados** eram governados por condes; as **marcas** eram administradas pelos marqueses; e vários condados reunidos formavam um **ducado**, sob o comando dos duques.



A tropa de choque dos cavaleiros couraçados

Os cavaleiros couraçados eram guerreiros que, para proteger o corpo, utilizavam uma túnica curta de couro recoberta por placas de metal ou por pequenos anéis de ferro entrelaçados.

Com o número crescente de cavaleiros couraçados, a sociedade medieval europeia tornou-se mais militarizada.

Com isso, vilas e abadias tiveram de fornecer não só feno, carroças e roupas para os exércitos, mas também recrutar escudeiros (aprendizes de cavaleiro que afiavam as armas, cuidavam dos cavalos e auxiliavam os cavaleiros nos combates); desenvolver forjas e ferrarias para a produção de armas e armaduras; melhorar a criação de cavalos; e construir estábulos e silos para garantir abrigo e alimentos para os animais.

A imagem ao lado representa um desses cavaleiros.



Cavaleiro medieval representado em manuscrito do século XIV. Na Idade Média, a coragem e o devotamento aos companheiros de armas estavam entre as virtudes mais valorizadas em um cavaleiro.

- 1 Inicialmente, o elmo de metal em forma de cone não protegia a face. A partir do século XIII, a peça ganhou uma proteção nasal que podia ser abaixada e levantada.
- 2 A lança era de ferro com lâmina triangular. Até o século X, media cerca de 2,5 metros. Com o tempo, chegou a medir 4 metros.
- 3 O escudo de metal, de formato triangular, era usado como proteção.
- 4 A espada de ferro era longa, larga e com duplo gume. Era empunhada quando a lança se partia ou nos combates corpo a corpo.
- 5 Para maior equilíbrio durante o galope, o cavaleiro usava uma sela funda, solidamente presa ao cavalo.
- 6 O estribo dava apoio para os pés e contribuía para o equilíbrio. De origem oriental, tornou-se popular na Europa a partir do século VIII.

Texto elaborado com base em: REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *Guerra e poder na sociedade feudal*. São Paulo: Ática, 2002; LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Florianópolis/São Paulo: Edusc/Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 1; VISSIÈRE, Laurent. O poder no fio da espada. *História Viva*, São Paulo, n. 34. p. 51-55.

Renascimento carolíngio

O governo de Carlos Magno também estimulou a criação de instituições de ensino conhecidas como **escolas palatinas**. O objetivo dessas escolas era instruir jovens da nobreza e preparar interessados em seguir carreira religiosa. Além do estudo da Bíblia, nessas escolas havia ensino de Gramática, Retórica, Dialética, Matemática, Astronomia, Música e, mais tarde, Medicina.

Nessa fase, foi feita a transcrição de vários textos clássicos por meio de cópias cuidadosamente elaboradas por monges copistas, o que garantia sua preservação para a posteridade (leia o boxe abaixo, que descreve o trabalho dos monges copistas). Em todo o império, houve uma intensa renovação cultural, frequentemente chamada de **renascimento carolíngio**.



Manuscrito de Fulda, produzido no século IX, retrata Rábano Mauro, acompanhado por Alcuíno de York, apresentando seu trabalho para Otgar, bispo de Mainz. Rábano Mauro Magnentius (c. 780-856) foi um monge beneditino franco, o arcebispo de Mainz, na Alemanha, teólogo e um autor prolífico; Alcuíno de York (c. 735-804) era um erudito, poeta, eclesiástico e professor de York, Inglaterra.

Monges copistas

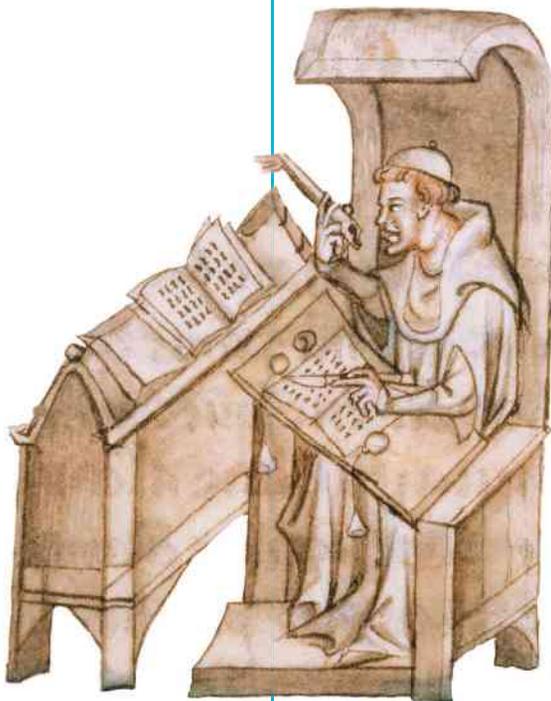
Nos mosteiros beneditinos, durante a Idade Média, os monges copistas copiavam, restauravam ou traduziam textos clássicos que sobreviveram às invasões germânicas dos séculos anteriores.

Os monges faziam as cópias em folhas de pergaminho que, fornecidas pelo abade do mosteiro, eram previamente preparadas com couro de vitela ou de carneiro. Nas cópias manuscritas, os monges usavam escrita carolíngia, que facilitava a leitura, pois empregava letras pequenas e arredondadas.

A duração da execução de um livro variava, naturalmente, do tamanho do original, mas também segundo a habilidade dos copistas: os mais hábeis copiavam até trinta folhas por dia e, em geral, eram necessários de dois a três meses para copiar um manuscrito de dimensão média. Terminado o trabalho, o texto era revisado e, dependendo da obra, ilustrado com desenhos em miniatura chamados iluminuras. Essas pinturas retratavam cenas do cotidiano e imagens religiosas. Em seguida, os pergaminhos eram costurados e encadernados e, para a capa, geralmente, usava-se pele de cervo.

Em uma época na qual a maior parte da população era analfabeta, mosteiros e abadias funcionavam como um dos poucos centros da cultura letrada. Suas bibliotecas reuniam os maiores acervos da Europa medieval.

Texto elaborado com base em: FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 429-436; RICHÉ, Pierre. Quando copiar era um estímulo intelectual. *História Viva*, São Paulo, n. 28, p. 54-60.



Iluminura do século XV que representa o frade dominicano Vicente de Beauvais, copista e autor da *Speculum historiale*, principal enciclopédia usada na Idade Média. O desenho encontra-se na Biblioteca Britânica, em Londres.

Fim do Império Carolíngio

O processo de renascimento cultural do Império Carolíngio entrou em crise após a morte de Carlos Magno, em 814. Uma geração depois, a unidade do reino se desfez e o império foi dividido entre seus três netos.

Posteriormente, disputas internas e invasões estrangeiras, como a dos normandos (também chamados de *vikings*) provenientes da Escandinávia, levaram ao enfraquecimento do poder central. A falência da centralização político-administrativa desses reinos deu origem à sociedade feudal (sobre o feudalismo, veja o próximo capítulo).

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 As invasões germânicas provocaram mudanças significativas na organização de diversas regiões da Europa. Explique as principais transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nessas regiões, a partir do século V.
- 2 A Igreja católica alcançou um intenso fortalecimento institucional a partir do século V. Explique como se deu esse fortalecimento e qual a participação do reinado carolíngio nesse processo.
- 3 O Império Carolíngio atravessou um período de importante transformação cultural. O que foi o renascimento carolíngio e qual o papel dos monges copistas nessa fase?
- 4 A estrutura política do Império Carolíngio teve curta duração na história europeia. Como essa estrutura se organizou e por que ela entrou em declínio rapidamente?

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO

ATIVIDADE

- Leia o texto a seguir. Trata-se de um fragmento do *Regimento para preservar-se da peste*, escrito pelo médico catalão Jacme d'Agramont, em 1348, no qual ele descreve as principais causas da peste negra. Em seguida, observe a fotografia contemporânea do bacilo *Yersinia pestis*. Considerando seus conhecimentos sobre História e Biologia e a análise dos dois documentos, responda ao que se pede.

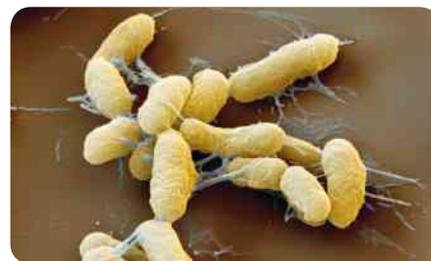
DIALOGANDO COM... **BIOLOGIA**

Aqueles que têm o corpo cheio de **humores**, especialmente humores pútridos e corruptos. E também aqueles que durante o ano todo deleitam-se em comer e beber muito. E aqueles que têm frequentes intercursos com mulheres. E aqueles que têm as porosidades de seus corpos naturalmente ou artificialmente abertas, assim como aqueles que se banham frequentemente. Naturalmente, aqueles que são hipersensíveis ao calor ou ao frio. E aqueles que suam sem muita razão. E aqueles cujos corpos são cabeludos, porque abundância de cabelos denota porosidades amplas do corpo.

CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. IV, mar.-jun. 1997. p. 78.

Humores: fluidos corporais.

- a) De acordo com o médico Jacme d'Agramont, quais são as principais causas que provocam o contágio da peste?
- b) Como a ciência contemporânea explica o contágio da peste? Justifique sua resposta (depois de observar a imagem), explicando o que é um bacilo e como a sua descoberta influenciou a compreensão da comunidade médica a respeito do contágio de algumas doenças.
- c) A medicina medieval e a medicina contemporânea explicam o contágio da peste pelos mesmos critérios? Justifique.



Bacilo *Yersinia pestis*, causador da peste negra, visto por microscopia eletrônica com ampliação de 19 mil vezes.

SPL/Latinstock

4 A Igreja no início do século XI

No período medieval, a Igreja católica estava organizada em províncias e dioceses comandadas, respectivamente, por um arcebispo ou por um patriarca, de acordo com o lugar, e por um bispo. Abaixo deles vinham os diáconos, que lhes davam assistência e também socorriam os doentes. As comunidades rurais de cada diocese eram assistidas por padres.

Os membros da Igreja (também chamados de **eclesiásticos**) junto com o patriarca de Roma (chamado de **papa** a partir do século V) formavam o **clero**. Segundo a doutrina da Igreja, o patriarca de Roma, instalado no palácio de Latrão (no atual Vaticano), era sucessor direto de São Pedro, apóstolo a quem Cristo teria confiado a missão de edificar sua Igreja na Terra.

FILME

Veja o filme **O nome da rosa**, de Jean-Jacques Annaud, 1986.

A atuação do Tribunal da Inquisição serve de pano de fundo para uma série de assassinatos ocorridos em um mosteiro medieval.

Beneditino: clérigo pertencente à Ordem de São Bento. Nascido em Núrsia, na península Itálica, São Bento teria vivido entre 480 e 570. Em Monte Cassino, fundou um mosteiro que se tornou a base de todo o sistema monástico católico.

Status social e poder

No início do século XI, a Igreja era uma instituição da sociedade medieval e, em seu interior, reproduziam-se características desse sistema. O **alto clero**, por exemplo, tinha o mesmo status da nobreza, com acesso à terra e a outros bens materiais. Com isso, estava sujeito aos mesmos defeitos que outros membros da sociedade, inclusive, vulnerável à corrupção.

A fim de corrigir esses desvios, alguns clérigos decidiram realizar uma profunda **reforma moral e religiosa** na instituição. Em 910, foi aberto um mosteiro **beneditino** em Cluny, cidade da França atual, cujos monges reformaram radicalmente o modo de vida monástica. Outros mosteiros beneditinos foram criados então por quase toda a Europa, todos eles submetidos à autoridade do abade de Cluny.

Posteriormente, em 1059, durante o concílio de Latrão, o papa Nicolau II estabeleceu outras mudanças: confirmou o celibato dos padres, proibiu a indicação de bispos por reis sem autorização papal (prática conhecida como **investidura**) e definiu que os papas seriam eleitos por cardeais. Até então, eram reis e imperadores que selecionavam os papas. Essas mudanças contribuíram para restaurar durante algum tempo a dignidade da Igreja, do papado e do clero.

Outro importante momento de ampliação do poder eclesiástico ocorreu em 1075. Naquele ano, o papa Gregório VII publicou uma **bula** (documento com ordens do papa), na qual assegurava o direito papal de derrubar imperadores, reafirmava a infalibilidade da Igreja e estabelecia a pena de excomunhão (que, segundo a Igreja, privava o penitente da salvação divina após sua morte) para quem desobedecesse às determinações da instituição.

Iluminura do século XIII com representação do papa Honório III. Ele iniciou a prática da elevação da hóstia durante a liturgia. Eleito papa já com idade avançada, cuidou especialmente de aspectos disciplinares e jurídicos da eleição do papa e dos bispos, fixando as regras e a cerimônia.



Roger Viollet, Paris/The Bridgeman/Keystone

5 As Cruzadas

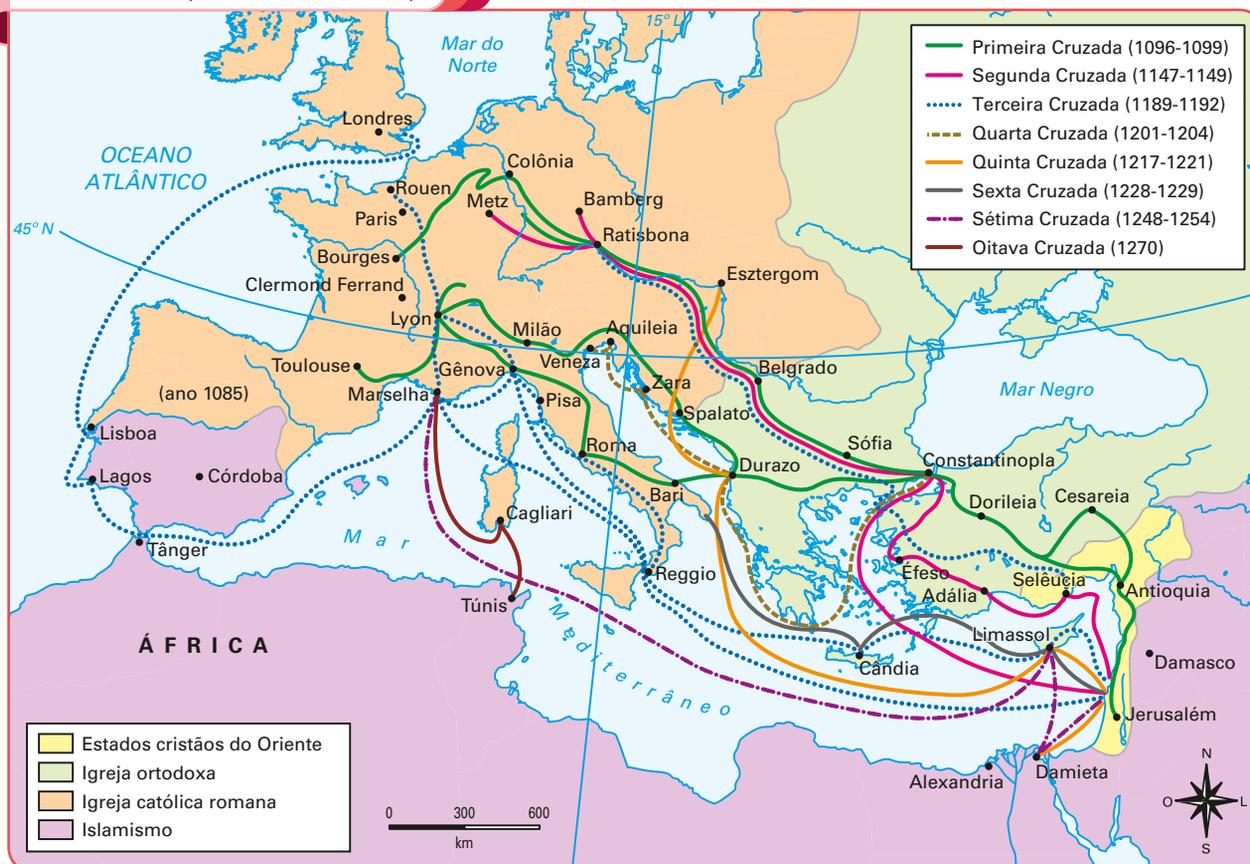
O movimento das Cruzadas – expedições de caráter religioso e militar organizadas com o objetivo de retomar Jerusalém do domínio muçulmano – teve início em 1095, quando o papa Urbano II convocou os cristãos prometendo a salvação da alma a todos que participassem do movimento.

O aspecto religioso foi apenas um pretexto; muitos outros interesses estavam em jogo. Com as Cruzadas, o papa pretendia recuperar o prestígio e a unidade da Igreja, abalados pela corrupção e pelo **Cisma do Oriente**, em 1054. Os nobres estavam interessados em pilhar riquezas e conquistar novas terras; já os mercadores da península Itálica esperavam que as Cruzadas promovessem a reabertura do comércio no Mediterrâneo, dominado pelos muçulmanos. Os camponeses, por sua vez, ingressaram nas Cruzadas sonhando com a conquista da liberdade.

Entre os séculos XI e XIII, foram organizadas oito dessas expedições militares, algumas sob o comando de reis e da alta nobreza. Embora o ponto de chegada fosse Jerusalém, na região da Palestina, o lugar de origem de cada Cruzada era bem variado, assim como as rotas traçadas, passando por toda a Europa (veja o mapa a seguir).

Cisma do Oriente: nome dado a uma disputa pelo domínio da Igreja católica. A Igreja católica, sediada em Roma, buscava impor a liderança do papa em todo o mundo, o que não era aceito por Justiniano, imperador do Império Bizantino e chefe da Igreja católica de Constantinopla. A tensão culminou em 1054, com a separação entre Igreja Católica Apostólica Romana (sediada em Roma e controlada pelo papa) e a Igreja Cristã do Oriente (sediada em Constantinopla e subordinada ao imperador bizantino).

As Cruzadas (entre 1096 e 1270)



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Antes mesmo da Primeira Cruzada (oficial), um número expressivo de pobres e miseráveis marchou para Jerusalém; essa expedição ficou conhecida como “Cruzada dos Mendigos” e foi destruída antes de chegar a Jerusalém.

A **Primeira Cruzada (1095-1099)**, composta principalmente por grande contingente de cavaleiros, foi a única que conquistou Jerusalém, o que ocorreu em 1099. Os muçulmanos, porém, reconquistaram a cidade, sob a liderança do sultão Saladino, em 1187. Depois dessa primeira expedição, nenhuma das outras Cruzadas alcançou o objetivo de recuperar a Terra Santa definitivamente. No entanto, elas contribuíram para estimular o comércio entre o Oriente e o Ocidente, trazendo riqueza para muitas cidades da península Itálica, como Veneza e Gênova. Outra consequência foi o fortalecimento da figura do cavaleiro (veja o box a seguir).

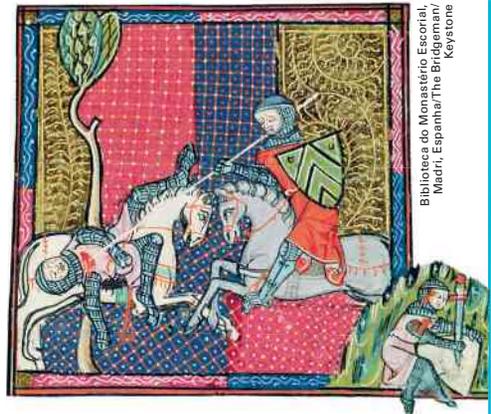
As ordens de cavalaria

A participação dos **cavaleiros** nas Cruzadas fez com que a cavalaria assumisse um caráter quase sagrado na sociedade medieval. Conscientes da importância conquistada, os cavaleiros passaram a se organizar em torno de confrarias chamadas ordens.

O cavaleiro tinha de obedecer fielmente às regras da cavalaria: proteger a Igreja, os órfãos, as viúvas; não matar um adversário indefeso nem mentir; e seguir valores como fidelidade, lealdade e dedicação.

Por causa disso, a cavalaria deu origem a narrativas em prosa, chamadas *romances de cavalaria*.

DIALOGANDO
COM... LITERATURA



Biblioteca do Monastério Escorial,
Madri, Espanha/The Bridgeman/
Keystone

Iluminura intitulada *Justiniani em Fortiatum*, do século XIV, representando um cavaleiro atacando outro com uma espada, e um cavaleiro escrevendo seu testamento com uma espada manchada de sangue.

DIÁLOGOS

Dom Quixote de La Mancha é uma narrativa do escritor espanhol Miguel de Cervantes (1547-1616) que satiriza os romances de cavalaria e a própria cavalaria medieval.

Reúna-se com colegas de grupo e, sob a orientação do professor de Língua Portuguesa ou Literatura, selecionem um trecho da obra que expresse o tratamento satírico dado ao tema da cavalaria. Preparem uma leitura em voz alta do trecho para apresentar à classe, acrescentando seus próprios comentários sobre o trecho selecionado.

FILME

Veja o filme *O incrível exército de Brancaleone*, de Mário Monicelli, 1965. No ano 1000, o atrapalhado Brancaleone se faz passar por cavaleiro e, com seu "exército", passa por várias aventuras.

6 A Inquisição (Tribunal do Santo Ofício)

A Igreja católica levou vários séculos para consolidar sua doutrina religiosa como um credo único e universal. Durante o período de estabilização, ideias divergentes sobre questões dogmáticas suscitaram diversas polêmicas entre os dirigentes da Igreja e até entre os fiéis.

A partir do século XII, todos os que divergissem ou levantassem dúvidas sobre os dogmas (os chamados **hereges**) passaram a sofrer forte repressão. Em 1184, uma bula papal determinou que os bispos excomungassem não apenas os hereges, mas também as autoridades que se omitissem ou que se negassem a puni-los. A opressão tornou-se mais rigorosa a partir de 1233, quando o papa Gregório IX criou o **Tribunal do Santo Ofício**, também conhecido como **Inquisição** para investigar, perseguir e punir os hereges.

Durante sua vigência, a Inquisição aterrorizou a Europa, pois qualquer pessoa podia ser acusada de heresia e condenada à morte na fogueira. Em 1252, o papa Inocêncio IV autorizou os inquisidores a utilizarem a tortura como método de extrair confissões dos acusados.

Crise do poder religioso

O renascimento do comércio e das cidades europeias a partir do século XI favoreceria aos poucos a centralização do poder político nas mãos dos reis (ver próximo capítulo), provocando o enfraquecimento da autoridade religiosa e do poder temporal do papa.

Para esse declínio contribuiriam também as denúncias cada vez mais frequentes contra o luxo e a corrupção do alto clero. A crise chegaria a tal ponto que, no início do século XV, a Igreja seria comandada por três papas ao mesmo tempo. A reação a tudo isso viria no início do século XVI com a **Reforma protestante** (como veremos no Capítulo 13).



Bridgeman/Keystone

Assassinato do arcebispo Thomas Becket, pintura em pergaminho do século XV, presente na obra Crônicas de São Albans. Por causa de um conflito com o rei Henrique II, da Inglaterra (que governou de 1154 até 1189), pelos direitos e privilégios da Igreja, o arcebispo foi assassinado por seguidores do rei na Catedral de Canterbury. A pintura pertence ao acervo da Biblioteca do Palácio de Lambeth, em Londres.



ENQUANTO ISSO...

Os judeus e a Igreja católica

Durante a Idade Média, a atitude da Igreja católica em relação à comunidade judaica da Europa foi marcada pela intolerância. Enquanto tentava retomar Jerusalém por meio das Cruzadas, a Igreja promovia sistemáticas perseguições aos judeus, confiscando seus bens e obrigando-os a deixarem suas profissões. Em 1096, cerca de mil judeus foram mortos por cruzados na atual região da Alemanha.

Em 1215, o papa Inocêncio III determinou

que, para distinguirem-se dos cristãos, os judeus deveriam exibir uma insígnia sobre as roupas. As razões para isso eram tanto doutrinárias quanto de ordem econômica. A Igreja alegava que os judeus não só negavam a divindade de Jesus Cristo, mas também haviam sido responsáveis por sua crucificação. Além disso, como muitos judeus eram comerciantes e banqueiros, a Igreja os condenava pela prática de usura (empréstimo de dinheiro com cobrança de juros).

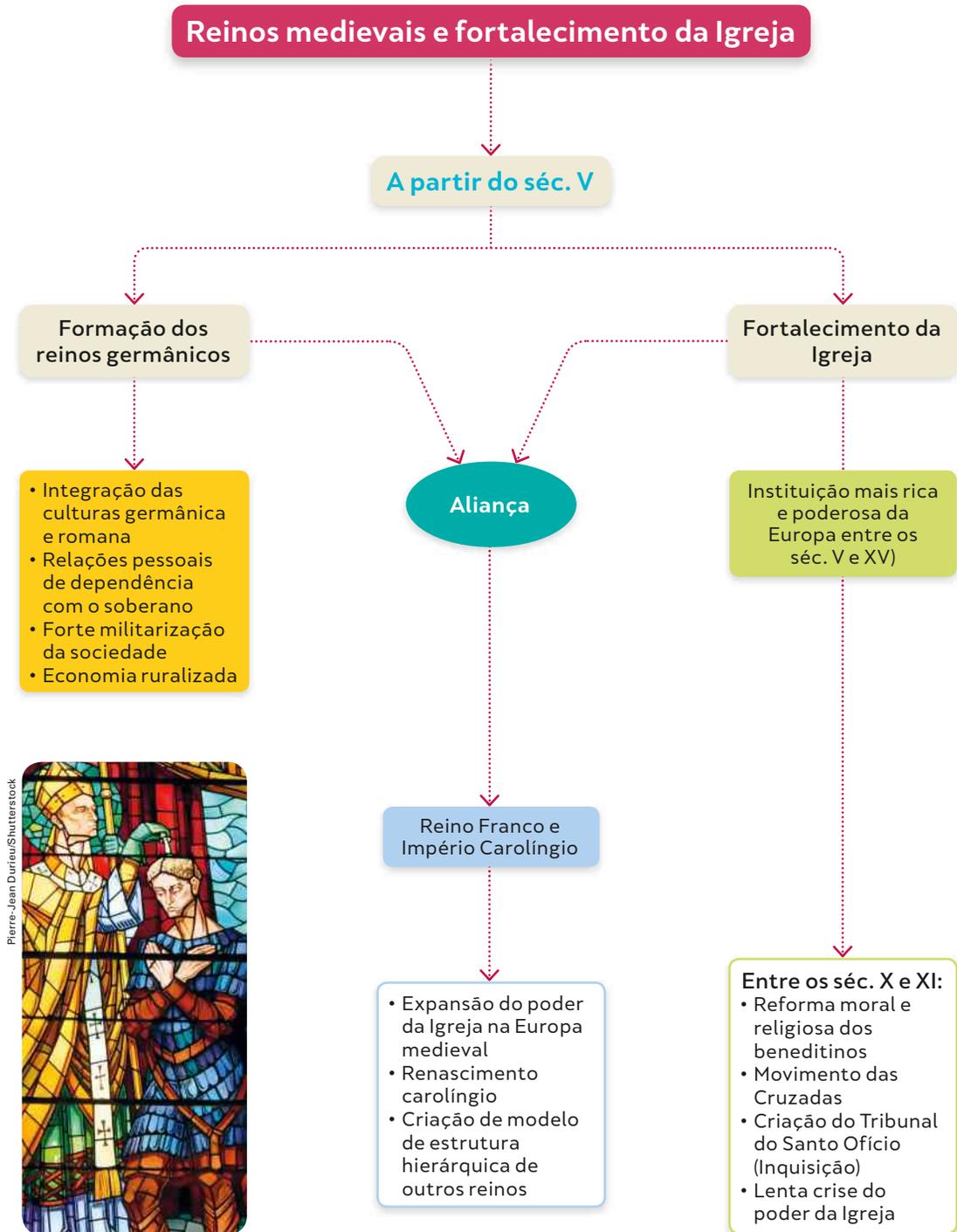
Nesta iluminura de fins da Idade Média, alguns judeus são queimados vivos durante o período em que a peste negra assolou Tournai, na Bélgica atual. Alvo da intolerância religiosa, muitos cristãos responsabilizaram os judeus pela disseminação da doença, que dizimou boa parte da população europeia no século XIV.



Biblioteca Real Alberto I, Bruxelas/Arquivo da editora



ESQUEMA-RESUMO



Observe atentamente o esquema. Com base nele, explique qual o impacto da formação dos reinos germânicos e do fortalecimento da Igreja católica na organização social da Europa a partir do século V.



ATIVIDADES



ORGANIZANDO AS IDEIAS

- 1 No período medieval, existia uma profunda articulação entre questões políticas, econômicas e religiosas. Explique a relação entre as Cruzadas e a articulação desses diferentes aspectos da sociedade medieval.
- 2 A Igreja católica detinha simultaneamente, na Idade Média, poderes espirituais e poderes materiais. De que modo esses dois poderes transformaram a Igreja na instituição mais forte e influente daquele período?
- 3 Como estava organizada a estrutura hierárquica da Igreja e de que modo essa estrutura reproduzia a divisão da sociedade feudal?
- 4 No século X, em reação à grave crise moral que atingiu a Igreja, alguns clérigos fundaram um mosteiro beneditino na cidade de Cluny (atual França). O objetivo principal era reformar a Igreja internamente. Qual foi a importância da reforma promovida por esses monges?
- 5 O que foi o Tribunal do Santo Ofício e com que finalidade a Igreja católica decidiu criar essa instituição no século XII?
- 6 A partir do século XI, o poder da Igreja católica começou a declinar. Aponte dois fatores que contribuíram para esse processo.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 Leia o texto a seguir. Trata-se de um fragmento da obra *Decameron*, do italiano Giovanni Boccaccio. Escrita no século XIV, a obra é marcada pela experiência da peste negra e traça um grande painel da sociedade medieval. Com base na leitura, responda ao que se pede.

DIALOGANDO COM... LITERATURA

O povo costuma dizer o seguinte provérbio: “O mau tido por bom pode fazer o mal sem ser notado”. Esta máxima me dá ampla matéria para o que lhes pretendo contar hoje e, de resto, demonstra quanto é grande a hipocrisia dos religiosos, que, com panos largos e longos, rostos artificialmente pálidos, vozes humildes e mansas ao pedir, mas duras e ferozes ao condenar nos outros seus próprios vícios, querem fazer crer que a salvação consiste em que lhes doemos tudo sem que eles nada nos deem; além disso, não acham que precisam conquistar o Paraíso como nós, mas, quase como se fossem seu dono e senhor, dão a cada um que morre um lugar melhor ou pior, a depender da quantidade de dinheiro que lhes é deixada, e com isso creem favorecer primeiro a si mesmos e, depois, àqueles que prestam fé a suas palavras e são por eles enganados. De modo que, se me fosse permitido revelar o que sei a seu respeito, diria a muita gente simples o que eles levam escondido sob suas capas larguíssimas. Mas quisera Deus que suas mentiras fossem desmascaradas, tal como aconteceu a um frade menor, homem já maduro, considerado em Veneza um dos maiores sacerdotes, cuja história terei enorme prazer em contar-lhes e, quem sabe, aliviar com risos e alegria suas almas cheias de compaixão pela morte de Ghismunda.

BOCCACCIO, Giovanni. *Decameron*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 71-72.

- a) Essa narrativa inicia com um provérbio. Qual é o sentido do provérbio narrado por Boccaccio?
- b) Os religiosos são representados de forma positiva ou negativa no texto do autor? Justifique sua resposta.
- c) É possível relacionar a imagem dos religiosos medievais, proposta por Boccaccio, com as transformações na autoridade religiosa e no poder temporal da Igreja a partir do século XI? Justifique sua resposta.





- 2 Observe a imagem a seguir. Trata-se de um detalhe de uma representação do século XII, criada pelo frade francês Vincent de Beauvais, em sua obra *Le miroir historial*, na qual aborda o milagre de São Domingos. No episódio do milagre, um grupo de hereges tentou queimar os originais que ele escrevera sobre a fé católica, mas os textos não se queimaram no fogo. Considerando essas informações e a análise da imagem, responda ao que se pede.

DIALOGANDO

COM...

ARTE



Universal Images Group/SuperStock/Glow Images

Pergaminho do século XV representando o milagre de São Domingos.

- Descreva a imagem e indique de que forma os hereges e o santo são representados no trabalho de Vincent de Beauvais.
- A imagem está relacionada com a perseguição aos hereges, prática da Igreja católica amplamente disseminada na sociedade medieval. Porém, esse episódio provoca uma inversão da lógica dessas perseguições. Justifique essa ideia.

TESTE SEU CONHECIMENTO



1 (Uece)

A primeira maneira de integrar-se é tornar-se cristão. Assim, no início do século X, o chefe normando Rollon aceita ser batizado. Ele muda de nome, adotando o de seu padrinho, Robert. Com ele, todos os guerreiros que o cercam mergulham nas águas do batismo. Por volta do ano 1000, o duque da Normandia chama um homem que sabia escrever bem o latim, formado nas melhores escolas – o portador da cultura carolíngia mais pura. Encomenda-lhe uma história dos normandos. Nela vemos como se deu a integração, ao menos, entre os aristocratas. Eles firmaram, com as famílias dos países francos, casamentos que foram, com o cristianismo, o fator essencial do enfraquecimento das disparidades étnicas

e culturais. Tornavam-se realmente participantes da comunidade do povo de Deus assim que começassem a compreender alguns rudimentos de latim e se pusessem a construir igrejas na tradição carolíngia.

DUBY, G. *Ano 1000, ano 2000*. Na pista de nossos medos. Trad. Eugênio Michel da Silva e Maria Regina L. Borges-Osório. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

Segundo o texto de G. Duby, o batismo de Rollon é nitidamente:

- uma necessidade para o casamento.
- uma reivindicação de nacionalidade.
- um aprendizado da língua latina.
- um ato político.

2 (Mackenzie)

Aquilo que dominava a mentalidade e a sensibilidade dos homens da Idade Média era o seu sentimento de insegurança [...] que era, no fim das contas, a insegurança quanto à vida futura, que a ninguém estava assegurada [...]. Os riscos da danação, com o concurso do Diabo, eram tão grandes, e as probabilidades de salvação, tão fracas que, forçosamente, o medo vencida a esperança.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*.

O mundo medieval configurou-se a partir do medo, da insegurança, como retratado no texto acima. Encontre a alternativa que melhor condiz com o assunto.

- a) A crise econômica decorrente do final do Império Romano, a guerra constante, as invasões bárbaras, a baixa demográfica, as pestes, tudo isso aliado a um forte conteúdo religioso, de punição divina aos pecados, contribuiu para o clima de insegurança medieval.
- b) A peste bubônica provocou redução drástica na demografia medieval, levando a crenças milenaristas e apocalípticas, sufocadas, por sua vez, pela rápida ação da Igreja, disponibilizando recursos médicos e financeiros para a erradicação das várias doenças que afetavam seus fiéis.
- c) O clima de insegurança que predominou em toda a Idade Média decorreu das guerras constantes entre nobres – suseranos – e servos – vassallos, contribuindo para a emergência de teorias milenaristas no continente.
- d) As enfermidades que afetavam a população em geral contribuíram para a demonização de algumas práticas sociais, como o hábito de usar talheres nas refeições, adquirido, por sua vez, no contato com povos bizantinos.
- e) A certeza da punição divina a pecados cometidos pelos humanos predominava na mentalidade medieval; por isso, nos vários séculos do período, eram constantes os autos de fé da Inquisição, incentivando a confissão em massa, sempre com tolerância e diálogo.

3 (Enem)

Sou uma pobre velha mulher,
Muito ignorante, que nem sabe ler.

Mostraram-me na igreja da minha terra
Um Paraíso com harpas pintado
E o inferno onde fervem almas danadas,
Um enche-me de júbilo, o outro me aterra.

Os versos do poeta francês François Villon fazem referência às imagens presentes nos templos católicos medievais. Nesse contexto, as imagens eram usadas com o objetivo de:

- a) Refinar o gosto dos cristãos.
- b) Incorporar ideais heréticos.
- c) Educar os fiéis através do olhar.
- d) Divulgar a genialidade dos artistas católicos.
- e) Valorizar esteticamente os templos religiosos.

4 A Igreja católica passou por grandes transformações a partir do século X. Leia as seguintes afirmativas sobre o tema e identifique a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

- I. Durante o Concílio de Latrão, o papa Nicolau II tomou medidas reformadoras da Igreja, visando restaurar a dignidade da instituição e ampliar o poder da Igreja.
- II. As Cruzadas foram movimentos de caráter religioso-militar apoiadas pela Igreja católica e que tinham a retomada de Jerusalém entre seus objetivos.
- III. A criação do Tribunal do Santo Ofício, a partir de 1233, visava combater as heresias e fortalecer os dogmas da Igreja católica.
- IV. Apesar das reformas e medidas tomadas pela Igreja católica a partir do século XI, o poder da Igreja católica entrou em um lento declínio. Esse movimento culminou na Reforma protestante no século XVI.

- a) As afirmativas I e III estão corretas.
- b) As afirmativas II e IV estão corretas.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

5 Com as invasões germânicas, teve início um processo de intensa transformação das estruturas políticas da Europa a partir do século V. Sobre esse tema, leia as



seguintes afirmativas e identifique a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

- I. As invasões germânicas provocaram a total dissolução das estruturas políticas da Europa, o que provocou o completo abandono das cidades e a formação de pequenas comunidades rurais em todo o continente.
- II. O Império Carolíngio se formou após a queda do Império Romano e conseguiu manter a unidade da Europa até a morte de Carlos Magno, em 814.
- III. Os reinos germânicos se formaram a

partir do lento processo de integração de elementos romanos e germânicos, dando origem a uma nova estrutura política em regiões da Europa.

- IV. Uma das características do reino franco foi a aliança estabelecida entre seus reis e a Igreja católica, especialmente a partir do governo de Clóvis.
- a) As afirmativas I e II estão corretas.
 - b) As afirmativas II e IV estão corretas.
 - c) As afirmativas III e IV estão corretas.
 - d) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

HORA DE REFLETIR



- 1 Na formação do Reino Franco, a Igreja católica tornou-se uma instituição fundamental, participando ativamente da organização administrativa dos governos e definindo a orientação religiosa dos súditos do reino. Discuta com seus colegas quais são os aspectos positivos da atual separação entre Estado e Igreja observada em muitos países, entre eles o Brasil. Registrem as respostas do grupo num texto escrito para ser discutido pela classe.



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Biblioteca Digital Mundial. Site com documentos de diferentes períodos históricos (em inglês). Disponível em: <www.wdl.org/pt/time/>. Acesso em: 7 dez. 2015.

Museu do Vaticano. Exposições virtuais sobre o Vaticano (em inglês). Disponível em: <http://mv.vatican.va/3_EN/pages/MV_Visite.html>. Acesso em: 7 dez. 2015.

PARA ASSISTIR

Rei Arthur. Direção: Antoine Fuqua. EUA/Reino Unido/Irlanda, Walt Disney Pictures, 2004, 126 min. História lendária de Arthur, o rei que teria formado, em parceria com Lancelot, a confraria dos Cavaleiros da Távola Redonda, dando origem à Inglaterra, que lutam com ele pela liberdade.

Excalibur. Direção: John Boorman. EUA/Reino Unido, Warner Home Vídeo, 1981, 140 min. O filme conta as aventuras do lendário rei Arthur e seus Cavaleiros da Távola Redonda, desde o momento em que ele remove da pedra a espada mágica, Excalibur, em sua busca pelo Santo Graal.

PARA LER

As Cruzadas vistas pelos árabes, de Amin Maalouf. São Paulo: Brasiliense. O autor franco-libanês Maalouf descreve a visão que os muçulmanos tinham dos cruzados, os europeus cristãos – culturalmente atrasados e mesquinhos, sem nenhuma ética – que invadiam suas terras com o objetivo de conquistar Jerusalém.

A demanda do Santo Graal, de autoria anônima. São Paulo: Hedra. Há várias versões escritas dessa coleção de histórias, originalmente orais, sobre a busca do Santo Graal, como ficou conhecido o cálice que Cristo teria usado na Santa Ceia.

As brumas de Avalon, de Marion Zimmer Bradley. Rio de Janeiro: Imago (4 volumes). A lenda do rei Arthur e de seus cavaleiros da Távola Redonda contada pelo ponto de vista das mulheres – feiticeiras, fadas, mães, esposas e amantes – que determinaram os rumos dessa história.

Feudalismo e formação dos Estados Nacionais

Segundo a Organização das Nações Unidas, existem atualmente 196 Estados soberanos no mundo. Todos contam com território, sistemas jurídico e econômico próprios e mecanismos de arrecadação de impostos para custear as despesas com saúde, educação, forças armadas, funcionalismo público, etc.

Tal forma de organização é um fenômeno relativamente recente na História. Durante a Idade Média, na Europa ocidental, por exemplo, muitas das responsabilidades hoje atribuídas ao Estado, como a cobrança de impostos, a defesa territorial e a aplicação da justiça, estavam sob a responsabilidade dos senhores feudais, que concentravam um enorme poder dentro dos limites de suas terras.

Essa situação começou a mudar a partir do século XI, quando teve início um lento processo de centralização do poder nas mãos dos reis. A formação das primeiras monarquias nacionais europeias é o tema deste capítulo.

Ellen Johnson Sirleaf, presidenta da Libéria, discursa durante encontro anual em comemoração ao 50º aniversário do Banco de Desenvolvimento Africano, em Abidjan, Costa do Marfim. Foto de 2015.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Conhecer a sociedade da Europa ocidental no período da Idade Média.
- Identificar as origens e analisar as características do feudalismo.
- Entender as relações de suserania e vassalagem.
- Analisar a organização socioeconômica dos feudos.
- Perceber métodos e estratégias empreendidas pelos reis para a centralização do poder.
- Identificar o papel e as reações dos diferentes grupos sociais – burguesia, nobreza, clero e as camadas baixas (camponeses pobres) – durante esse processo.
- Conhecer os principais acontecimentos e interesses envolvidos na fase de formação das primeiras monarquias nacionais europeias.



Luc Gnago/Reuters/Latinstock

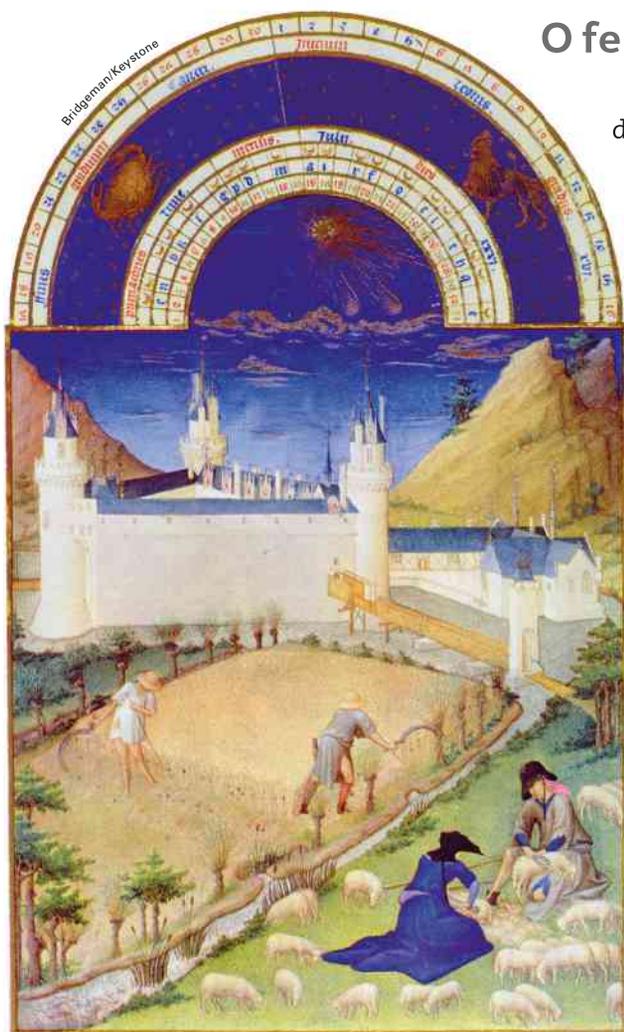
1 O mundo feudal

O feudalismo foi a forma de organização política, social e econômica dominante na Europa ocidental durante boa parte da Idade Média (do século V ao século XV). Mesmo não tendo se manifestado de maneira idêntica em todas as regiões do continente, de modo geral, o feudalismo teve algumas características fundamentais. Veja abaixo.

- Agricultura como principal atividade produtiva;
- Sociedade rigidamente hierarquizada, com indivíduos subordinados uns aos outros por laços de dependência pessoal;
- Pequena elite, no topo da sociedade, formada por grandes senhores de terra e pelo alto clero;
- Poder político fragmentado entre os senhores feudais e o rei;
- Grande quantidade de **servos da gleba**, ou seja, camponeses que viviam nas terras dos senhores feudais, sob o domínio deles, garantindo-lhes o sustento.

O feudalismo começou a se estruturar por volta do século VIII no Reino Franco, propagando-se depois para outras regiões da Europa ocidental. Uma das razões para o início ter ocorrido entre os francos foi o fato de os governantes carolíngios terem colocado em prática, com modificações, um antigo costume dos povos germânicos: a vassalagem.

Ilustração em pergaminho do século XV de um feudo medieval: a colheita à esquerda e a tosquia de ovelhas à direita. A imagem é uma das diversas existentes no *Les très riches heures du duc de Berry* (As muito ricas horas do duque de Berry, em português), elaborado aproximadamente em 1410. O desenho faz parte do acervo do museu Victoria e Albert, em Londres.



O feudo

A **vassalagem** era o juramento de fidelidade e obediência em troca de proteção. Nessa relação, uma pessoa prestava o juramento a um chefe guerreiro, comprometendo-se a viver sob suas ordens durante certo tempo. Inicialmente, seu caráter era claramente militar: enquanto vigorasse o acordo, aquele que prestava o juramento tornava-se vassalo de seu chefe, chamado de **su-serano**.

No período carolíngio, a vassalagem assumiu novo significado. Nessa época, os reis passaram a conceder aos nobres o direito de uso e as garantias de poder (mas não de propriedade) sobre algum bem, chamado **feudo**. Geralmente, o feudo era uma extensão de terra (valorizada e símbolo de poder) ou o direito de cobrar impostos, de controlar a justiça ou de administrar um castelo.

O rei devia garantir a proteção de seus vassallos, agora transformados em **senhores feudais**. Além disso, ele costumava ceder-lhes parte das pilhagens obtidas nas expedições guerreiras. Em troca, os senhores feudais juravam fidelidade política e militar ao rei, prestavam serviços administrativos e arcavam com as despesas de seus exércitos, que deviam socorrer o soberano quando necessário.

Os castelos medievais

Construídos geralmente em elevações de difícil acesso, os castelos eram fortalezas que protegiam os senhores feudais, suas famílias e dependentes dos ataques inimigos. Cercados por altas muralhas, os castelos possuíam frequentemente ao seu redor um fosso com (ou sem) água, destinado a impedir invasões. Na parte interna, havia uma torre elevada, onde ficavam as dependências dos moradores, o forno, o armazém, o curral, a estrebaria, um poço para coleta de água e, às vezes, mais de uma capela.

Do castelo, o senhor feudal exercia seu domínio sobre um vasto território, ocupado por vassallos e servos que lhe prestavam serviços e obrigações. Quanto maior o castelo, maior o prestígio e o poder do senhor feudal.

Geralmente, era a esposa do senhor do castelo quem se encarregava do suprimento de alimentos e roupas e da administração dos empregados domésticos. Nos momentos em que o senhor precisava se afastar de suas terras, fosse para uma viagem, fosse para a guerra – e isso poderia durar muito tempo –, cabia a ela a responsabilidade pela administração do castelo.

Castelos de pedra como o desta foto só se tornaram comuns durante a **Baixa Idade Média**. Antes disso, eram construções mais simples, feitas de madeira. Por ser a madeira um material mais frágil e perecível que a pedra, hoje praticamente não existem mais castelos da Alta Idade Média na Europa.



Baixa Idade Média: fase da Idade Média entre os séculos XI e XV. O período denominado Idade Média é considerado muito longo pelos historiadores (do século V ao XV). Por isso, convencionou-se dividir essa época em dois momentos: Alta Idade Média (do século V ao X) e Baixa Idade Média (do século XI ao XV).

Ramificações dos feudos

Como as guerras eram constantes e aumentar o número de cavaleiros e soldados não era tarefa simples, os senhores feudais passaram a ceder parte de seus feudos – terras ou outro bem – a cavaleiros. Assim, os cavaleiros tornavam-se também senhores feudais, assumindo a responsabilidade de cuidar da defesa do território e formar seus exércitos.

Com isso, **um grande senhor feudal era ao mesmo tempo vassallo do rei e suserano dos cavaleiros aos quais concedia feudos**. Às vezes, até mesmo um rei podia ser vassallo de outro rei, e uma mesma pessoa chegava a receber feudos de mais de um suserano, o que a tornava vassallo de mais de um senhor feudal.

O castelo de Segóvia, construído no século XII, foi por muito tempo a residência dos reis de Castela. Os salões e os aposentos foram decorados luxuosamente por artistas mudéjares, ou seja, que utilizaram elementos e materiais de estilo ibero-muçulmano. Foto de 2014.

Senhores feudais

As transformações nas relações entre os feudos se estenderam pelos séculos VIII a XI e contribuíram para o fortalecimento dos grandes senhores feudais. Eles detinham grande poder em seus feudos: cobravam impostos e aplicavam

a justiça, sem nenhuma interferência de um Estado centralizado, que nem chegou a existir. Dessa forma, o rei exercia um papel secundário, tornando-se apenas um entre muitos senhores feudais.

Gradativamente, a partir do século X, os vassalos conseguiram que os feudos deixassem de ser uma concessão temporária e passassem a ser hereditários. Para aumentar ainda mais seus bens ou seu poder político e econômico, os grandes senhores feudais procuravam dominar territórios vizinhos (o que fez as guerras aumentarem) ou arranjavam o casamento dos filhos (veja o boxe a seguir).

Cerimônia de investidura (posse de um cargo) de um cavaleiro na Idade Média. Pintura sobre pergaminho de aproximadamente 1290, reproduzida da obra *Metz Codes*. O objetivo da ordenação era iniciar o candidato à dignidade de cavaleiro.



Casamentos arranjados

Ao suceder o pai, o filho mais velho passava a controlar a propriedade comum deixada pelos antepassados [...]. A família permitia só a um filho, o mais velho, ou no máximo a dois, contrair casamento legítimo; tanto quanto possível, aos outros era assegurada posição de alto nível no clero superior ou em mosteiros; em outras

palavras, confiava-se nos recursos da Igreja para evitar as divisões do patrimônio familiar. Esse mesmo desejo levou à prática de entregar um dote em bens móveis às filhas casadoiras, privando-as de qualquer pretensão à herança em terras. [...] Assim, a nobreza ficou mais firmemente enraizada nas suas propriedades.

DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses*. Lisboa: Stampa, 1980. p. 187.

DE OLHO NO MUNDO

- Em 2003, entrou em vigor no Brasil o novo Código Civil, que substituiu o anterior, de 1916. O Código Civil regulamenta uma série de aspectos da vida social, inclusive os relacionados com a vida conjugal e matrimonial. O novo Código trouxe conquistas sociais importantes, como a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres numa relação matrimonial. Porém, outras legislações relacionadas com a temática matrimonial e com o direito familiar criaram situações inversas, provocando perda de direitos sociais para muitos indivíduos, como no caso de casais homossexuais.
- 1 Faça uma pesquisa sobre as transformações na legislação brasileira que regulamenta a temática do matrimônio e das relações familiares.
- 2 Redija um texto descrevendo o cenário atual e respondendo à questão: a legislação brasileira garante direitos igualitários para todos os indivíduos que desejam se casar e constituir família?

Os camponeses

Embora representassem a maioria da população na sociedade feudal (mais de 80%), o volume de informações que chegou até nós sobre os **camponeses** é bem inferior ao que temos sobre a nobreza. Isso ocorre porque os camponeses medievais eram majoritariamente analfabetos e, por isso, os poucos dados sobre eles foram escritos por pessoas de outros grupos sociais.

Diante disso, os historiadores utilizam fontes de informação não escritas sobre os camponeses, como os achados arqueológicos, que revelam sua **cultura material** (objetos de uso pessoal, utensílios domésticos, ferramentas, roupas, etc.), e suas práticas religiosas.

Graças a essas pesquisas, sabemos que o sustento econômico da sociedade feudal era proveniente do trabalho dos camponeses e dos impostos que pagavam. Na maior parte das vezes, as terras em que trabalhavam eram cedidas aos camponeses por um senhor feudal em troca de parte da colheita ou da prestação de serviços.

As mulheres camponesas eram responsáveis por todas as tarefas da casa, que incluíam os cuidados com o gado e com a produção leiteira. Além disso, cabia a elas a fabricação do pão e da cerveja para uso diário, além da confecção das roupas. Os homens passavam o dia no campo, lavrando e semeando a terra, ou colhendo seus frutos.

Calendário dos doze meses do ano com ilustrações das atividades rurais apropriadas a cada mês, criado pelo italiano Pietro de Crescenzi (1230-1320). A primeira cópia impressa do calendário foi feita no século XV.



René-Gabriel Ojeda/Rmn-Réunion des Musées Nationaux/Other Images

Servos e vilões

Os camponeses se dividiam em dois grupos. Os **servos**, que não tinham liberdade plena, viviam como arrendatários dos grandes senhores de terras, que lhes garantiam sustento e proteção. Estavam presos à terra na qual trabalhavam, devendo permanecer nela e cultivá-la junto com seus familiares.

Os **vilões**, por sua vez, eram camponeses livres. No passado, foram proprietários que entregaram suas terras a um senhor feudal em troca de proteção. Tinham permissão para continuar trabalhando nas terras, mas na qualidade de arrendatários.

Obrigações e impostos

Para continuar vivendo nas terras do senhor feudal, servos e vilões tinham diversas obrigações, como as abaixo.

- **Corveia:** execução de diversos serviços nas terras exclusivas do senhor durante alguns dias da semana.
- **Banalidade:** pagamento de uma taxa pelo uso de certas instalações do senhor feudal, como moinhos e fornos.

Além disso, o camponês só podia reter para si (de tudo o que produzia) a quantidade de alimentos necessária à sua subsistência. O excedente deveria ser entregue ao senhor feudal. Caso vendesse uma parte da produção, era obrigado a dividir com o senhor feudal o valor obtido na transação.

Além dessas obrigações, sobre os servos incidiam impostos e taxas que não eram cobrados dos vilões. Por exemplo, os senhores feudais cobravam uma taxa quando a mulher de um servo engravidava ou quando se descobria que ela havia cometido adultério. Quando um servo se casava, alguns senhores feudais exigiam o direito de passar a noite de núpcias com a noiva (privilégio conhecido como **direito de pernada**) ou cobravam, do marido, o pagamento de uma indenização.

Em decorrência da peste negra e da Guerra dos Cem Anos (veja o box da página 232), durante o século XIV, houve uma grande crise na Europa. Assim, os senhores feudais passaram a aumentar os tributos dos camponeses, o que levou a diversas revoltas, conhecidas como *Jacqueries*, em referência à expressão *Jacques Bonhomme* (Jacques, o simples), apelido pejorativo dado aos camponeses pela nobreza. Iluminura do século XIV representando uma revolta camponesa conhecida como Massacre em Meaux, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional de Paris.



ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 A vassalagem teve origem em um antigo costume germânico. Esse costume se modificou e se constituiu na base da sociedade feudal. Sobre o tema, responda às questões abaixo.
 - a) O que era a vassalagem entre os povos germânicos?
 - b) De que modo os carolíngios modificaram as práticas germânicas de vassalagem?
 - c) Por que um senhor feudal podia ser, ao mesmo tempo, vassalo de outro senhor e suserano de outros vassalos?
- 2 Uma das características da sociedade feudal era a fragmentação do poder político. Como ocorreu essa fragmentação e como era constituída a autoridade política nessa sociedade?
- 3 Os camponeses representavam cerca de 80% da população europeia durante a Idade Média e se dividiam em dois conjuntos principais: os servos e os vilões. Explique quem eram os servos e os vilões e descreva suas relações com os senhores feudais e com a propriedade da terra.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM

ATIVIDADE

- 1 A imagem desta seção representa um grupo de caçadores que descansam e alimentam-se na clareira de uma floresta. Trata-se de uma iluminura de *O livro da caça*, escrito no século XIV, por Gaston Phoebus (1343-1391), conde de Foix. Observe a imagem e responda às questões.
 - a) Faça uma descrição da cena representada na iluminura. Como a hierarquia da sociedade se reflete na imagem?
 - b) Com base na iluminura e no que você aprendeu sobre a sociedade medieval europeia, **levante hipóteses** sobre o papel da caça para os homens daquele período.



Iluminura de *O livro da caça*, escrito por Gaston Phoebus entre 1387 e 1389.

Alg-Images/Latinstock

2 Fortalecimento do poder do rei

Na Europa medieval do final do século X, eram muitas as limitações para o comércio. As trocas comerciais eram feitas basicamente em regiões próximas umas das outras.

Com as Cruzadas iniciadas no final do século XI (veja Capítulo 11), a possibilidade de compra e venda de produtos provenientes de regiões longínquas deu origem a diversos tipos de comerciantes ambulantes: mascates, vendedores de feira, grandes mercadores, etc. Com isso, aumentou a possibilidade também de lucros maiores, e os comerciantes passaram a percorrer toda a Europa.

Na mesma época, alguns pequenos centros urbanos – vilas, aldeias, cidades – surgiram como resultado da expansão dos **burgos**, como eram chamadas as aglomerações que se formavam em torno de abadias ou de castelos. Os moradores dos burgos eram conhecidos como **burgueses**. Muitos eram mercadores e artesãos sem vínculo ou obrigação com o senhor feudal. Por isso, o termo burguês – inicialmente – era sinônimo de pessoa livre. Posteriormente, o termo passou a designar indivíduos detentores de dinheiro e dos **meios de produção**, como comerciantes, banqueiros e empresários (esse aspecto será retomado no Capítulo 13).

Essa pequena “explosão” comercial e urbana foi responsável pelo surgimento da **burguesia**. Entretanto, a fragmentação política e econômica dos reinos em feudos dificultava a expansão dos negócios. Como poderiam os comerciantes calcular o preço de seus produtos se os senhores feudais dos lugares pelos quais eram obrigados a passar com suas mercadorias utilizavam moedas, pesos e medidas diferentes?

Para amenizar essa situação, os burgueses procuraram se aproximar dos reis, em busca de ajuda. Alguns monarcas, por sua vez, interessados em ter acesso ao dinheiro da burguesia, passaram a adotar medidas que favoreciam as práticas comerciais ou os burgueses.

A partir do século XI, devido a uma série de circunstâncias, os reis foram deixando a condição de apenas mais um senhor feudal entre muitos. Em algumas regiões, os reis forneciam apoio militar aos senhores para conter rebeliões camponesas em suas terras e até intermediavam disputas entre feudos. Ao mesmo tempo, as camadas baixas da sociedade começaram a ver no rei um defensor contra a opressão dos senhores feudais.



Maquete de madeira e gesso representando um burgo da Idade Média. Os burgos eram aglomerações que se formavam em torno de abadias ou de castelos.

Dessa forma, o **poder real tornou-se cada vez maior**. Essa mudança foi acompanhada de alterações importantes no sistema de lealdades. No auge do feudalismo, as pessoas deviam prestar lealdade em primeiro lugar ao senhor feudal ao qual estavam ligadas. Mas, aos poucos, começaram a se voltar para o rei, que passava a ser o principal destinatário de sua lealdade.

Por meio de um **processo lento e gradual**, usando a ação política ou a força, os monarcas submeteram os poderes locais à sua autoridade, centralizaram o comando do exército, estabeleceram fronteiras para seus territórios e colocaram os habitantes dessas regiões sob seu domínio. Assim, surgiram as **monarquias nacionais europeias**, também chamadas por alguns historiadores de **monarquias feudais**.

A seguir veremos como esse processo se manifestou em algumas regiões da Europa.

3 Origens da França

A gradativa unificação dos diversos feudos em um único Estado na França começou por volta de 987, ano em que a dinastia dos Capetíngios chegou ao poder.

Na França, o rei Filipe II (1180-1223) contribuiu fortemente para o processo de centralização política. Entre outras medidas, ele convidou representantes da burguesia para trabalhar em seu governo e delegou aos **bailios** – uma espécie de magistrado real – a tarefa de fiscalizar o comércio, cobrar impostos e intermediar disputas entre senhores feudais. Antes, eram os senhores feudais os responsáveis por cobrar impostos.

O rei Luís IX (1226-1270), mais tarde canonizado como São Luís, instituiu uma moeda única para todo o reino (até então, cada senhor feudal podia cunhar sua própria moeda) e ampliou o poder dos tribunais do rei, em detrimento dos tribunais controlados pelos senhores feudais.

No entanto, particularmente importante nesse processo foi o reinado de Filipe IV, o Belo (1285-1314), que obrigou o clero a pagar impostos, obrigação antes não existente para os eclesiásticos. Devido à oposição do papa Bonifácio VIII à medida, Filipe convocou os **Estados Gerais**, uma assembleia de representantes da nobreza, do clero e da burguesia, que acabou aprovando a cobrança do imposto em 1302. Nos embates políticos com a Igreja, primeiro Filipe IV proibiu que a renda das propriedades da Igreja na França fosse enviada a Roma; depois conseguiu transferir, em 1309, a sede do papado para a cidade francesa de Avignon, onde permaneceria até 1377.

A concentração de poderes nas mãos do rei não se restringiu a medidas contra a nobreza e o clero, mas implicou também a mobilização dos **sentimentos de identidade nacional** do povo francês, sobretudo a partir da **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453), travada contra a Inglaterra (veja boxe na página seguinte).

(1180-1223): as datas entre parênteses após o nome dos reis referem-se ao período em que eles estiveram no poder.

Sentimento de identidade nacional:

sentimento de ligação, de pertencimento, a um grupo ou povo, existente quando determinadas pessoas compartilham valores, costumes e crenças em contraste com os de outro povo ou grupo.

FILME

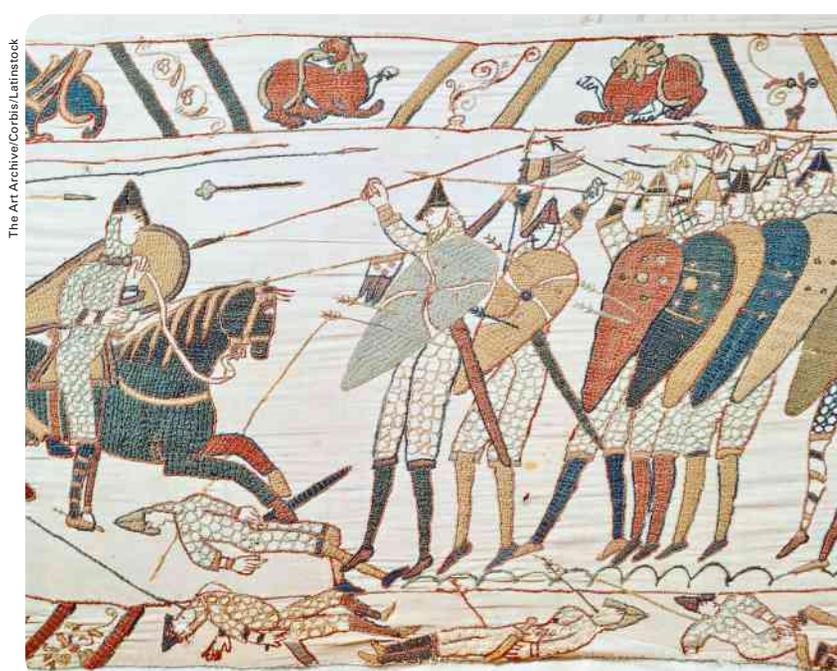
Veja o filme *O leão no inverno*, de Anthony Harvey, 1968.

O rei Henrique II (Inglaterra) reúne os filhos em 1183 para decidir sua sucessão, e a família real se digladiou pelo trono.

4 A Inglaterra

Em 1066, a Inglaterra foi invadida por um exército normando comandado por Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia (região que atualmente faz parte da França). Depois de vencer os saxões na Batalha de Hastings, Guilherme tornou-se rei da Inglaterra. Diferente do que ocorria em outras regiões da Europa, o novo monarca centralizou o poder, obrigou os homens livres a lhe prestarem juramento de vassalagem e aprimorou o sistema de cobrança de impostos.

Após a morte de Guilherme, em 1087, o fortalecimento do poder real iniciado por ele prosseguiu, sobretudo no reinado de **Henrique II** (1154-1189), que adotou um conjunto de leis a ser aplicado em toda a Inglaterra, a *Common Law*, enfraquecendo ainda mais a nobreza.



Detalhe da Tapeçaria Bayeux (do século XI), representando um momento da Batalha de Hastings, travada em 1066 e na qual o duque normando Guilherme, o Conquistador, derrotou as forças do rei saxão Haroldo II e conquistou a Inglaterra.

A Carta Magna e o Parlamento inglês

Cada vez mais afastados do centro de decisões, os senhores feudais procuraram reagir contra a política centralizadora dos sucessivos reinados. Foram vários os embates entre reis e nobres. Uma situação que passou para a História como um marco importante desse processo ocorreu em 1215: um grupo de nobres, chamados genericamente de “barões”, cercou o rei João Sem-Terra (1199-1216) e suas tropas às margens do rio Tâmsa e, após alguns dias de luta, conseguiu que o monarca atendesse às exigências de seus adversários contidas em um documento que passou à História com o título de **Carta Magna**.

Embrião das futuras garantias gerais do povo inglês, a Carta Magna tinha por objetivo assegurar apenas os direitos dos grupos sociais mais ricos, estabelecendo **limites para o poder real**. Impedia o rei, por exemplo, de aumentar impostos e criar leis sem a aprovação do Grande Conselho – assembleia formada por representantes da nobreza e do alto clero – e assegurava proteção contra arbitrariedades do poder monárquico.

No século XIII, o Grande Conselho passou a ser chamado de **Parlamento**. Em 1350, ele foi dividido em duas **Câmaras**: a **dos Lordes** – formada por nobres e clérigos – e a **dos Comuns** – composta de ricos comerciantes e cavaleiros, que até então não contavam com uma forma de expressão de seus interesses.

A Guerra dos Cem Anos

Guerra dos Cem Anos é o nome pelo qual ficaram conhecidos os conflitos entre a Inglaterra e a França ocorridos entre 1337 e 1453. Entre os fatores que a desencadearam destacam-se as disputas entre dinastias pelo controle da coroa da França e o desejo da Inglaterra de dominar a região de Flandres, na Bélgica atual, produtora de tecidos e sob controle francês.

O conflito começou quando tropas inglesas invadiram a França visando unir as duas coroas. Eduardo III, rei da Inglaterra e neto de Filipe, considerava-se herdeiro legítimo do trono francês, que passara a ser disputado por vários pretendentes desde a morte de Filipe, em 1314. Durante o conflito, os dois reinos alternaram períodos de vitórias e derrotas, mas a França acabou favorecida no final, pois conseguiu expulsar os ingleses de seu território e consolidou a monarquia.

Joana d’Arc acreditava ser enviada por Deus para salvar a França na Guerra dos Cem Anos. Com essa mensagem, ela animou o exército francês, lutou com as tropas e estimulou a formação de um forte sentimento de identidade nacional na França. Ao lado, a heroína representada em um manuscrito de Antoine Dufour, de aproximadamente 1505.

DEA/G. Dagli Orti/De Agostini/Getty Images



DE OLHO NO MUNDO

- 1 Ainda hoje, muitos povos lutam pelo direito de constituir o próprio Estado: curdos na Turquia e no Iraque, bascos na Espanha, palestinos no Oriente Médio, entre outros.
- 2 Com seu grupo de colegas, escolha um desses povos e faça uma pesquisa sobre ele.
- 3 Depois, explique à classe a situação em que tal povo se encontra hoje, procurando identificar os fatores que o impedem de formar seu próprio Estado.
- 3 Monte um cartaz informativo, com mapas e dados da sua pesquisa a ser apresentado à classe e afixado nos murais (ou paredes) da escola, após a autorização do professor.

5 Portugal e Espanha

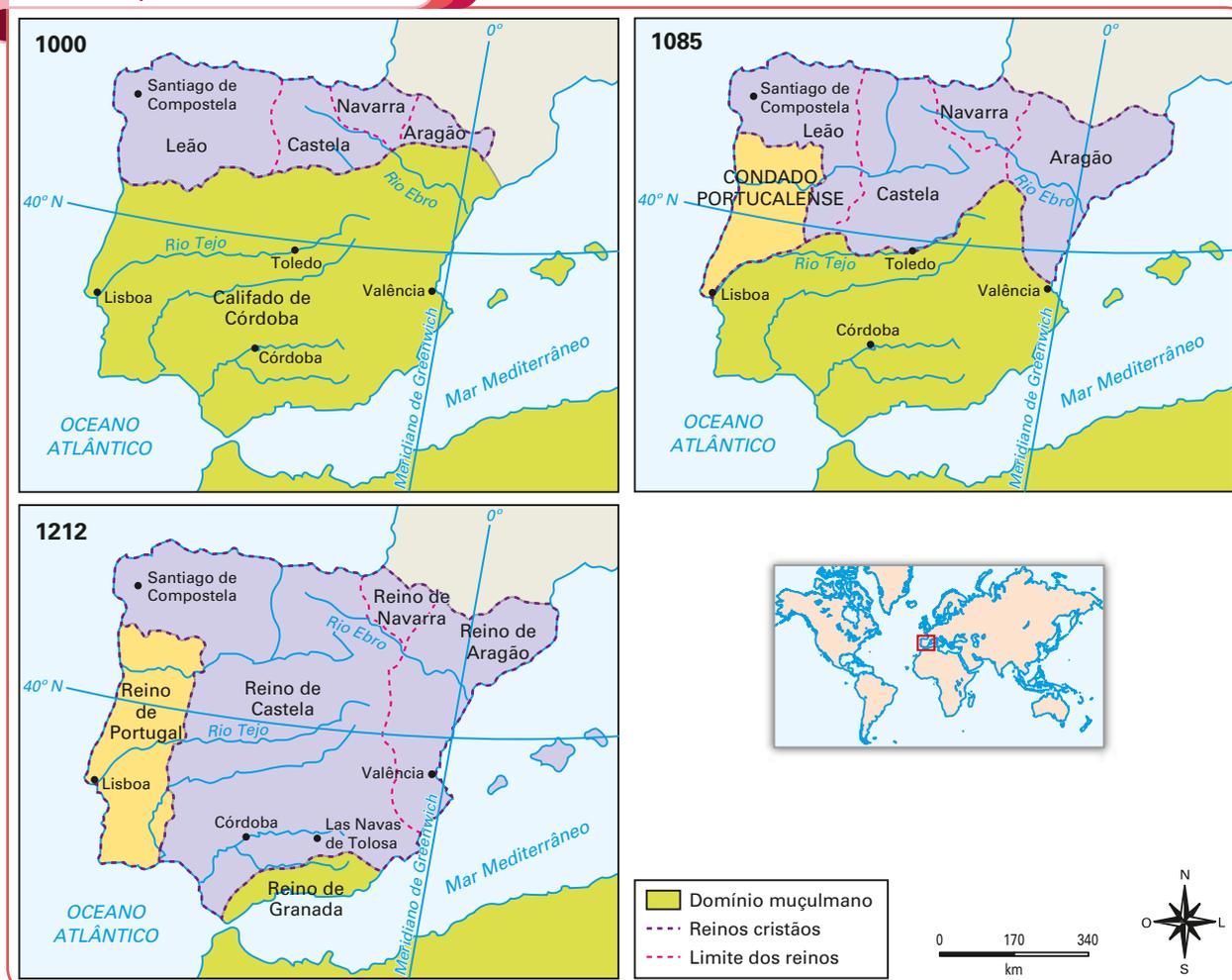
Desde 711, a península Ibérica estava sob domínio dos árabes muçulmanos, também chamados de mouros pelos cristãos (veja o boxe na página a seguir). A partir do século XI, houve uma ofensiva sistemática contra os muçulmanos – chamada de **Reconquista** – por meio de um conjunto de lutas empreendidas pelos cristãos com o objetivo de recuperar as terras invadidas e expulsar os muçulmanos da península. Pouco a pouco, ao longo de quase quatro séculos, os centros da cultura árabe na península caíram, um após outro: Toledo (1085), Córdoba (1236), Sevilha (1248), Cádiz (1262). O último reduto foi Granada, retomada pelos cristãos em 1492 (veja os mapas abaixo).

À medida que os muçulmanos eram expulsos, reinos e condados cristãos expandiam seus territórios. Lentamente, esse processo levaria à formação de dois Estados independentes: Portugal e Espanha.



Vista do Pátio das Donzelas, um espaço no interior do Palácio Real de Sevilha, na Espanha, em foto de 2014. O palácio de Sevilha é o mais antigo ainda em uso na Europa; começou a tomar o seu aspecto atual depois da conquista da cidade, em 713, pelos árabes. Daí a forte influência da arquitetura turco-otomana na construção.

A Reconquista (séculos IX a XIII)



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Os muçulmanos na península Ibérica

Os árabes influenciaram fortemente a cultura e a sociedade da península Ibérica, especialmente o artesanato e a agricultura. Após a conquista, surgiram pomares e hortas e foram introduzidos alimentos até então desconhecidos na região, como o arroz, a cana-de-açúcar e a amoreira.

A confecção de tecidos de algodão, de lã e de seda e o trabalho em couro também prosperaram. Os árabes foram os iniciadores do fabrico de papel em Toledo.

Entre as tantas inovações trazidas pelos muçulmanos, talvez a mais significativa tenha sido a arte da navegação. O contato com os muçulmanos influenciou o aprimoramento da indústria naval e de diversos instrumentos náuticos, que se fariam essenciais às Grandes Navegações iniciadas no século XV.

Texto elaborado com base em: ABRANSON, M.; GUREVITCH, A.; KOLESNITSKI, N. *História da Idade Média: do século XI ao século XV*. Lisboa: Estampa, 1978; RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

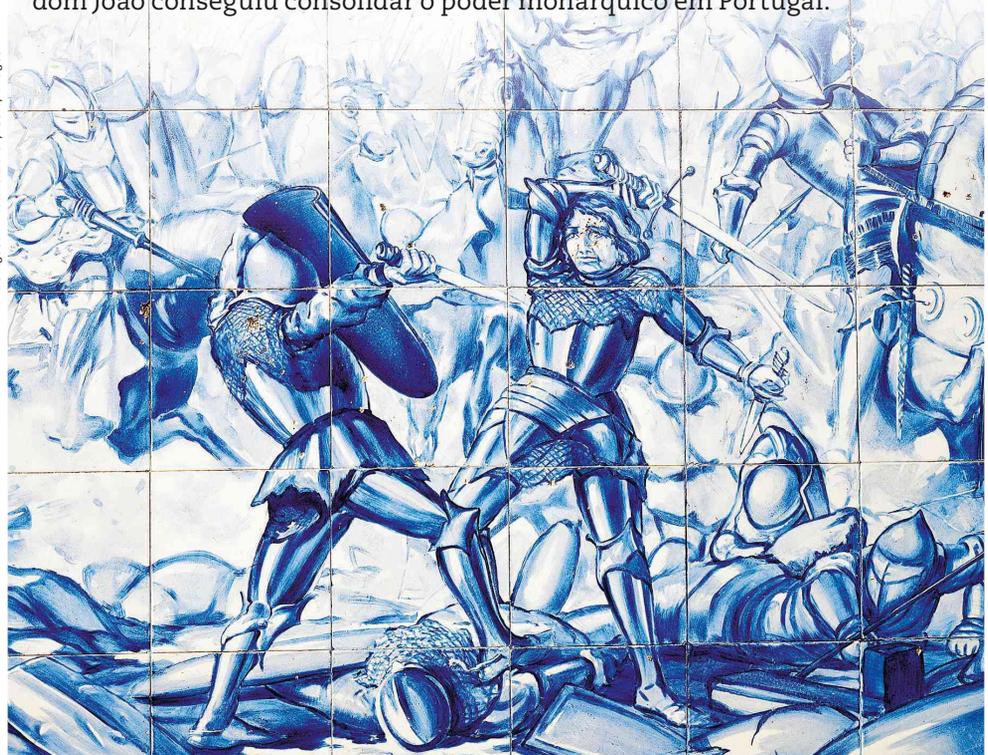
A formação de Portugal

No final do século XI, o rei Afonso VI, de Leão e Castela (reinos que junto com outros formariam mais tarde a moderna Espanha), concedeu ao nobre francês Henrique de Borgonha o **Condado Portucalense**, feudo situado no oeste da península.

Em 1142, Afonso Henriques, filho do conde Henrique de Borgonha, declarou-se rei e proclamou a independência do condado, que passou a se chamar Portugal. Por 240 anos, os reis da dinastia de Borgonha, fundada por Afonso Henriques, viveram em constante conflito com o reino de Castela. Nesse período, expandiram o território português em direção ao sul e fizeram de Lisboa capital do novo reino (reveja os mapas sobre a Reconquista na página 233).

Em 1383, morreu o último rei da dinastia de Borgonha e seguiu-se um período no qual Castela tentou anexar Portugal a seus domínios até que, em 1385, dom João, mestre da ordem militar da cidade de Avis, assumiu o trono português. Em um episódio que ficou conhecido como **Revolução de Avis**, dom João conseguiu consolidar o poder monárquico em Portugal.

De Agostini Picture Library/Getty Images



Azulejo português do século XVIII representando a vitória de Aljubarrota contra os castelhanos, ocorrida em 14 de agosto de 1385. O episódio demarca o fim da Revolução de Avis e o início da dinastia de Avis.

A Espanha e a Inquisição

Depois das guerras de Reconquista, no início do século XIII, o atual território da Espanha encontrava-se dividido nos reinos de Aragão, Castela e Navarra. Havia ainda, ao sul, o reino de Granada, último reduto muçulmano na península Ibérica.

Em 1469, Fernando, rei de Aragão, casou-se com Isabel, filha do rei de Castela. Com a morte do pai, Isabel tornou-se rainha de Castela. Ela e Fernando decidiram então unir as duas coroas, dando origem ao reino de Aragão e Castela. Era o primeiro passo para a formação da Espanha moderna.

Logo depois, Fernando e Isabel – conhecidos como reis católicos – firmaram uma aliança com a Igreja para expulsar muçulmanos e judeus da Espanha. Para isso, o papa Sisto IV criou na Espanha, em 1478, o **Tribunal do Santo Ofício** (ou Inquisição), subordinado aos reis católicos.

Teve início, então, um período de intolerância e perseguições a dissidentes e opositores por razões políticas e, sobretudo, religiosas. Qualquer acusação anônima podia levar o acusado ao cárcere, onde as confissões eram extraídas sob tortura. Os bens dos perseguidos capturados eram confiscados e divididos entre o Estado e a Igreja.

O Tribunal do Santo Ofício era um instrumento inquestionável de poder: sob o terror da Inquisição, era reprimida qualquer reação, mesmo frágil, de antigos senhores feudais ou de representantes da burguesia contra a centralização do Estado nas mãos dos reis Fernando e Isabel.

O período da Inquisição foi marcado por diversos tipos de tortura aos chamados hereges. Essa ilustração do século XVIII apresenta um método de tortura usado pela Inquisição espanhola nos anos 1500. Embaixo da roda de estiramento, uma fogueira é atizada com um fole, enquanto monges aguardam a confissão munidos de pena e papel.



Hulton Archive/Getty Images



ENQUANTO ISSO...

Os algarismos indo-arábicos

Em 1202, na península Itálica, o matemático Leonardo Fibonacci (1170?-1240) tornava-se o primeiro europeu a usar os algarismos indo-arábicos. Até então, apenas os algarismos romanos eram empregados na Europa.

O sistema de numeração decimal surgiu na Índia, por volta do século VI. Em 810, ele era citado em um texto do matemático árabe Muhammad ibn al-Khwarizmi, responsável pela criação dos símbolos de 0 a 9 que hoje conhecemos. De seu nome veio a palavra algarismo. Em pouco tempo, os algarismos indo-arábicos eram ensinados nas universidades europeias.



Rex Features/AP Images/Glow Images

O japonês Kota Morinishi (ao centro) venceu o Campeonato Mundial de Sudoku em 2014. A foto mostra a final da competição, ocorrida em Londres, Inglaterra. O sudoku é um jogo de lógica baseado em números arábicos, os mesmos que usamos em nosso dia a dia.



ESQUEMA-RESUMO

Feudalismo e formação dos Estados Nacionais

Feudalismo: forma predominante de organização socioeconômica da Europa ocidental na Idade Média

- Base econômica: agricultura
- Poder político fragmentado
- Sociedade hierarquizada
- Elite: senhores de terras e alto clero
- População: maioria camponesa
- Relações de vassalagem

Transformações:
a partir do séc. XI

- Desenvolvimento comercial
- Surgimento da burguesia
- Fortalecimento dos reis: processo lento e gradual

Surgimento
das Monarquias
Nacionais

França

- Poder centralizado nas mãos dos reis
- Mobilização do sentimento de identidade nacional

Guerra dos Cem Anos: vitória dos franceses sobre os ingleses

Inglaterra

- Processo de centralização do poder nas mãos dos reis: reação dos nobres

Surgimento do Parlamento e da Carta Magna

Península Ibérica

- Processo de reconquista cristã do território

Criação do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição)

O feudalismo foi a forma predominante de organização social da Europa durante a Idade Média. Com base na observação do esquema, explique como se organizava a sociedade feudal e de que forma essa sociedade deu origem às monarquias nacionais posteriormente.



ATIVIDADES

ORGANIZANDO AS IDEIAS



- 1 O feudalismo foi a forma de organização política, social e econômica dominante na Europa ocidental entre os séculos VIII e XIV. Descreva suas características fundamentais.
- 2 A centralização do poder real na Europa foi resultado de uma longa luta política alimentada por interesses de diversos grupos sociais. Defina quais eram esses interesses e aponte os grupos sociais envolvidos.
- 3 Compare os processos de unificação das monarquias francesas e inglesas durante a Idade Média.
- 4 A monarquia inglesa centralizou o poder e dominou a nobreza desde o século XII, no reinado de Guilherme, o Conquistador. Porém, isso não significou poderes ilimitados ao rei inglês, porque foi promulgada, no século XIII, a Carta Magna. Explique o impacto da Carta Magna na organização política da Inglaterra.
- 5 A formação das monarquias ibéricas foi bastante afetada pela ocupação da região desde o século VIII. Explique o processo de formação das monarquias portuguesas e espanholas com base na história da ocupação da península Ibérica.
- 6 Observe os mapas *A Reconquista (séculos IX a XIII)* na página 233 e responda às questões abaixo.

 - a) Em que mapa aparece pela primeira vez o Condado Portucalense, origem do reino de Portugal?
 - b) Em que mapa a extensão dos domínios muçulmanos é claramente menor do que os territórios controlados pelas monarquias ibéricas cristãs?
 - c) Qual é a relação entre a diminuição dos territórios muçulmanos e a centralização do poder monárquico dos reinos ibéricos?

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 Leia atentamente o trecho do texto a seguir. Trata-se de um fragmento da obra do filósofo catalão Ramon Llull, chamada *Félix* ou *O livro das Maravilhas*, uma novela medieval escrita entre 1288 e 1289 com propósito moralista, já que visava apresentar modelos de bom comportamento para os leitores. Com base na leitura, responda ao que se pede.



– Filho, – disse o eremita – um cavaleiro tinha uma mulher que muito amava, e sua mulher também o amava muito, mas ela tinha tal natureza, que nunca ficava satisfeita quando seu marido se deitava com ela. Muito se maravilhava a senhora de onde vinha aquele descontentamento e aquela tristeza, pois seu marido muito a amava. A boa senhora considerou tanto a natureza que tinha que lembrou como antes de ter marido havia longamente amado sua virgindade, mas seu pai e sua mãe a forçaram a aceitar um marido. Após ter considerado isso, a senhora percebeu como a virgindade que longamente amara fora a causa da insatisfação com seu marido, enquanto que com ela estava satisfeita.

LLULL, Ramon. *O livro das Maravilhas (1288-1289)* apud AMARAL, Jéssica Fortunata do. *O casamento na Idade Média: a concepção de matrimônio no Livro da Intenção* (c. 1283) e nos exemplos do *Livro das Maravilhas* (1288-1289), do filósofo Ramon Llull. Disponível em: <www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Romanico_Mais%20Informacao/Artigos/Sociedade/O_Casamento_na_Idade_Media.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

- a) De acordo com o texto, qual era a razão da infelicidade da mulher do cavaleiro?
- b) Pode-se dizer que o cavaleiro e sua mulher se casaram por amor recíproco ou devido a um compromisso social?



c) Os motivos que levaram ao casamento do cavaleiro e de sua mulher podem ser considerados exceção ou eram um exemplo típico das relações matrimoniais na Idade Média? Justifique sua resposta.

- 2 Observe a imagem a seguir. Trata-se de uma representação da prisão de Joana d’Arc durante a Guerra dos Cem Anos. A imagem foi produzida no século XV e evidencia a importância de Joana d’Arc, que liderou as forças francesas no conflito contra a Inglaterra, para a **construção da identidade nacional dos franceses**. Leia o fragmento do texto do historiador Georges Duby, no qual ele descreve a visão e o pensamento que os homens tinham sobre a mulher durante a Idade Média. Depois, responda ao que se pede.



Miniatura representando o aprisionamento de Joana d’Arc, que então foi vendida aos ingleses em 1430. A figura é de um manuscrito de Martial d’Auvergne, elaborado entre 1477-1483 sobre a Guerra dos Cem Anos.

Os padres deduzem daí que a mulher deve permanecer constantemente sob tutela masculina. Não é conveniente que ela própria exerça o poder público. Se, por acidente, ela for obrigada a tomar nas mãos as rédeas do poder, seja porque seu homem está longe em campanha, seja porque deixou este mundo [...], a dama deve dominar sua natureza, transformar-se, dolorosamente, tornar-se um homem. Uma conversão: mudar de sexo. É assim que os prelados a exortam: “Na mulher, deves mostrar o homem, realizar a tarefa em um espírito de conselho e de força”, conselho e força dos quais, estão convencidos, o sexo feminino é normalmente desprovido.

DUBY, Georges. *Damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, edição digital sem paginação.

- a) De que forma Joana d’Arc é representada na imagem?
- b) É possível dizer, com base na representação da prisão de Joana d’Arc, que ela seguia o modelo de comportamento que os padres esperavam de uma mulher na sociedade medieval, conforme descrito no excerto de Duby?
- c) Fica evidente, de acordo com o texto do historiador, que muitos homens viam as mulheres de forma preconceituosa e negativa na Idade Média. Esse tipo de visão é considerada **misógina** e machista. Atualmente ainda existem muitas pessoas que enxergam as mulheres de forma misógina e machista? Justifique sua resposta, no caderno, utilizando exemplos do cotidiano.

Misoginia: conceito relacionado a desprezo, ódio ou repulsa às mulheres.

TESTE SEU CONHECIMENTO



1 (Uern)

Na Idade Média, um mesmo cavaleiro podia ser vassalo de um suserano e suserano de outro cavaleiro. O vassalo de um vassalo de determinado cavaleiro também era vassalo do mesmo cavaleiro. E se um cavaleiro fosse vassalo de dois suseranos que entravam em guerra? Nesse caso, prevalecia o princípio da “homenagem lígia”.

VAINFAS, 2010.

Nesse contexto medieval de suserania e vassalagem, é correto afirmar que “homenagem” era:

- a) a cerimônia de entrega, lealdade e submissão de um vassalo a outro nobre que seria, então, seu suserano.
- b) o contrato estabelecido entre as partes, em que constavam os valores, prazos, direitos e deveres de suseranos e vassalos.
- c) o juramento feito diante de toda a comunidade medieval, que tornava suseranos e vassalos “irmãos na vida e na morte”.
- d) o feudo, na forma de terra, pensão, ou rendimento agrícola, recebido pelo suserano, devido à gratidão do vassalo à sua pessoa.

2 (Unesp)

Observemos apenas que o sistema dos feudos, a feudalidade, não é, como se tem dito frequentemente, um fermento de destruição do poder. A feudalidade surge, ao contrário, para responder aos poderes vacantes. Forma a unidade de base de uma profunda reorganização dos sistemas de autoridade [...].

Jacques Le Goff. *Em busca da Idade Média*, 2008.

Segundo o texto, o sistema de feudos:

- a) representa a unificação nacional e assegura a imediata centralização do poder político.
- b) deriva da falência dos grandes impérios da Antiguidade e oferece uma alternativa viável para a destruição dos poderes políticos.
- c) impede a manifestação do poder real e elimina os resquícios autoritários herdados das monarquias antigas.

d) constitui um novo quadro de alianças e jogos políticos e assegura a formação de Estados unificados.

e) ocupa o espaço aberto pela ausência de poderes centralizados e permite a construção de uma nova ordem política.

3 (Fuvest-SP)

A cidade é [desde o ano 1000] o principal lugar das trocas econômicas que recorrem sempre mais a um meio de troca essencial: a moeda. [...] Centro econômico, a cidade é também um centro de poder. Ao lado do e, às vezes, contra o poder tradicional do bispo e do senhor, frequentemente confundidos numa única pessoa, um grupo de homens novos, os cidadãos ou burgueses, conquista “liberdades”, privilégios cada vez mais amplos.

Jacques Le Goff. *São Francisco de Assis*.
Rio de Janeiro: Record, 2010.
Adaptado.

O texto trata de um período em que:

- a) os fundamentos do sistema feudal coexistiam com novas formas de organização política e econômica, que produziam alterações na hierarquia social e nas relações de poder.
- b) o excesso de metais nobres na Europa provocava abundância de moedas, que circulavam apenas pelas mãos dos grandes banqueiros e dos comerciantes internacionais.
- c) o anseio popular por liberdade e igualdade social mobilizava e unificava os trabalhadores urbanos e rurais e envolvia ativa participação de membros do baixo clero.
- d) a Igreja romana, que se opunha ao acúmulo de bens materiais, enfrentava forte oposição da burguesia ascendente e dos grandes proprietários de terras.
- e) as principais características do feudalismo, sobretudo a valorização da terra, haviam sido completamente superadas e substituídas pela busca incessante do lucro e pela valorização do livre comércio.



4 (UFG-GO) Leia o fragmento a seguir.

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 25.

Nessa passagem, o historiador Jacques Le Goff compara a cidade medieval com a contemporânea, estabelecendo uma aproximação entre ambas. A característica da cidade medieval que permite tal relação é a:

- a) exaltação da vida cívica, associada aos jogos e aos espetáculos promovidos por seus governantes.
 - b) laicização da cultura, expressa na arquitetura dos edifícios públicos em contraste com o domínio religioso.
 - c) afirmação da autonomia política, revelada pela oposição dos cidadãos ao poder dos senhores feudais.
 - d) valorização das atividades de produção e de trocas comerciais, alimentadas por uma economia monetária.
 - e) segregação social, manifestada na criação de bairros periféricos pobres e violentos.
- 5 Um dos elementos centrais da sociedade feudal era a relação de exploração dos camponeses pelos senhores feudais. Leia as seguintes afirmativas sobre os camponeses e o trabalho na Idade Média e escolha a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.
- I. Os camponeses se dividiam em dois grupos principais: os servos e os vilões. Os servos dependiam dos senhores feudais e não tinham liberdade plena, enquanto os vilões eram camponeses livres.
 - II. As mulheres camponesas eram responsáveis por tarefas domésticas, que incluíam o cuidado com o gado e a produção leiteira. Elas também fabricavam pão e cerveja.
 - III. Os camponeses precisavam cumprir uma série de obrigações para o senhor feudal das terras em que viviam. Exemplo disso era a corveia, que consistia no trabalho nas terras do senhor durante alguns dias da semana.

IV. Nem todas as obrigações de um camponês com seu senhor envolviam a realização de algum tipo de trabalho. O direito de pernada era uma das obrigações que não envolvia trabalho, já que era o direito de o senhor feudal passar a noite de núpcias com a noiva quando um servo se casava.

- a) As afirmativas I e III estão corretas.
- b) As afirmativas II e IV estão corretas.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

6 A formação dos Estados Nacionais na península Ibérica envolveu as lutas entre cristãos e muçulmanos pelo controle do território. Leia as seguintes afirmativas sobre esse tema e escolha a opção correta. Em seguida, justifique no caderno o erro das afirmativas falsas.

- I. A península Ibérica foi ocupada por árabes muçulmanos desde o século VIII. Porém, os cristãos iniciaram uma ofensiva sistemática contra a dominação islâmica da região a partir do século XI.
 - II. As vitórias cristãs na península Ibérica não provocaram a expulsão dos muçulmanos, uma vez que foi permitida a coexistência pacífica de diferentes religiões nos reinos que se formaram na região.
 - III. A Revolução de Avis marcou a consolidação do processo de ocupação da península Ibérica pelos muçulmanos e a expulsão do último rei cristão do atual território de Portugal.
 - IV. Fernando e Isabel, conhecidos como reis católicos, firmaram uma aliança com a Igreja para expulsar os muçulmanos e judeus da Espanha. Um dos resultados dessa aliança foi a criação do Tribunal do Santo Ofício em 1478.
- a) As afirmativas I e II estão corretas.
 - b) As afirmativas III e IV estão corretas.
 - c) As afirmativas I e IV estão corretas.
 - d) As afirmativas II e IV estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

HORA DE REFLETIR

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

1 Durante a Guerra dos Cem Anos houve a mobilização de um sentimento de identidade nacional do povo francês a fim de fortalecer os exércitos franceses contra as forças inglesas. Hoje, todos compartilhamos, em maior ou menor grau, de sentimentos de identidade nacional. Isso se manifesta quando nos apresentamos como brasileiros ao expor nossas identidades individuais. Existem formas de pensar a identidade nacional que se transformam em um profundo nacionalismo, incluindo até práticas xenófobas e violentas contra indivíduos que não fazem parte da mesma nação.



Bridgeman/Keystone

- a) Discuta com seus colegas os pontos positivos e negativos do sentimento de identidade nacional em nossa sociedade.
- b) Em seguida, elabore um texto sintetizando os tópicos discutidos.

2 A sociedade medieval europeia era rigidamente hierarquizada. A manutenção dessa hierarquia dependia do controle militar, político e religioso exercido pela elite sobre os camponeses. A exploração do trabalho rural era reforçada pela Igreja católica, principal força política, econômica e ideológica do período. A doutrina católica alegava que a posição social e econômica dos indivíduos era expressão da vontade divina.

- a) No mundo contemporâneo, as religiões ainda se envolvem em questões políticas e econômicas? Qual é a sua opinião sobre essa situação?
- b) Faça uma discussão em dupla sobre o assunto.
- c) Depois, com a ajuda do professor, apresente as opiniões da dupla num debate com a classe.

Entrada triunfal de Charles VII, rei da França, em Paris (c. 1435), após a cidade ser recuperada dos ingleses. Litografia colorida criada no século XIX por Paul Lacroix, com base em ilustração da obra *Crônicas*, de Enguerrand de Monstrelet (1400-1453).



MINHA BIBLIOTECA

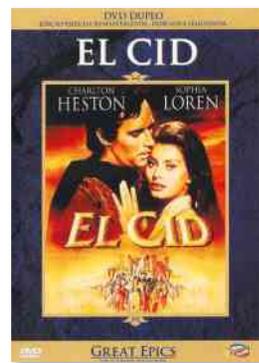
PARA NAVEGAR

Biblioteca Digital Mundial. Site com diversos documentos do período medieval digitalizados. Disponível em: <www.wdl.org/pt/>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PARA ASSISTIR

O senhor da guerra. Direção: Franklin Schaffner. Estados Unidos, Classic Line Filmes, 1965, 120 min. A história se passa no século XI, em um assentamento na costa da Normandia. O cavaleiro Chrysagon pode exigir a noite de núpcias com Bronwyn, que é a filha do ancião da vila e vai se casar, mas percebe que está de fato apaixonado pela moça.

El Cid. Direção: Antony Mann. Itália/Estados Unidos, Classic Line Filmes, 1961, 180 min. O filme conta a história do herói cristão El Cid que, no século XI, depois de conseguir estabelecer a paz entre os membros da realeza para unificar a Espanha, comanda a resistência contra os invasores mouros.



Reprodução/Classic Line Filme

Fim da Idade Média, Renascimento e Reforma protestante

A no após ano, o número de seguidores do protestantismo vem aumentando no Brasil. Em 1996, eles representavam 15% da população brasileira. Em 2010, já totalizavam 22%, ou seja, aproximadamente 42 milhões de fiéis.

No Brasil, eles dividem-se em três grandes correntes: protestantes históricos (provenientes de igrejas tradicionais, como a presbiteriana e a luterana); pentecostais (distribuídos por diversas igrejas, entre as quais Assembleia de Deus e Deus é Amor); e neopentecostais (vertente surgida na década de 1970 e composta de igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Sara Nossa Terra).

Como veremos neste capítulo, o protestantismo surgiu na Europa no século XVI devido a uma grande ruptura no interior da Igreja católica, denominada **Reforma protestante**. Veremos também os processos que resultaram no declínio do mundo feudal e no renascimento comercial e urbano das cidades europeias.

Fiéis da Igreja evangélica de Bargteheide, na Alemanha, acompanham culto de Natal ao ar livre, no dia 24 de dezembro de 2015.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Analisar os processos que levaram ao revigoramento do comércio e das cidades, entre os séculos XI e XIV, na Europa.
- Compreender as mudanças sociais e culturais ocorridas nesse período.
- Identificar origens, concepções e valores da corrente de pensamento conhecida como Humanismo.
- Conhecer as principais características do movimento artístico, científico e intelectual denominado Renascimento.
- Perceber o contexto histórico (Europa ocidental) em que se desenvolveu o Renascimento.
- Entender os processos, os acontecimentos e a reação da Igreja católica relacionados à Reforma protestante.
- Compreender os interesses políticos e econômicos das religiões no período.
- Reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade religiosa.



Markus Scholtzpa/AFP

1 A Baixa Idade Média

No início do período conhecido como Baixa Idade Média, fins do século X e início do século XI, a Europa passava por relativa estabilidade: diminuía as invasões de povos como os vikings; havia queda na mortalidade por epidemias (porque a população vivia distribuída em feudos, dificultando a propagação de doenças infectocontagiosas) e também ocorria certo crescimento demográfico.

Assim, entre os anos 1000 e 1400, aproximadamente, a Europa passaria por profundas transformações: revitalização do comércio, surgimento e crescimento de muitas cidades, consolidação da burguesia, enfraquecimento dos senhores feudais e fortalecimento dos reis, como veremos a seguir.

Novidades tecnológicas e aumento da população

Diversas inovações tecnológicas facilitaram a vida do camponês logo no início do século XI, como a charrua e o moinho de água. A charrua era um arado de ferro que revolvia e sulcava melhor a terra do que o arado de madeira, devido ao seu maior peso. Para puxar a charrua, no lugar do boi, começaram a ser usados cavalos, mais velozes. Na moagem de cereais, passou a ser usado o moinho de água, que substituiu, em um dia, a força de quarenta trabalhadores.

Entre os séculos XII e XIII, os árabes introduziram na península Ibérica os moinhos de vento que, aos poucos, se revelaram indispensáveis na manutenção dos sistemas de diques e canais. Também graças a eles, uma quantidade muito grande de pântanos foi drenada e transformada em área para plantio.

Com esses novos equipamentos, elevaram-se a qualidade e a quantidade da produção agrícola (veja a seção *Eu também posso participar*, na página seguinte). Alimentando-se melhor e momentaneamente livre das epidemias e das invasões, a população aumentou bastante. Calcula-se que, entre os anos 1000 e 1300, o número de habitantes da Europa tenha saltado de 42 milhões para 73 milhões de pessoas.

Nessa fase, o excedente agrícola passou a ser vendido em quantidades cada vez maiores, reaquecendo o comércio, que decaíra nos séculos anteriores. Esse processo fez com que o dinheiro voltasse a circular, permitindo a alguns camponeses reunir renda suficiente para comprar a liberdade junto ao senhor feudal. Livres, muitos se mudavam para as cidades. Outros continuavam no campo, mas agora como assalariados.

A circulação de moedas levou os senhores feudais a preferir que o pagamento das taxas devidas pelos camponeses fosse feito em dinheiro, e não mais na forma de trabalho (corveia) ou em produtos. Essa monetarização contribuiu para o enfraquecimento das relações tipicamente feudais.



Photo Scala, Florence/Imageplus

Afresco do século XV encontrado em uma das dependências do Castelo do Bom Conselho, em Trento, na península Itálica. No primeiro plano, pode-se ver um camponês lavrando a terra com uma charrua.



Do estrume aos agrotóxicos

Historiadores estimam que, a partir do século X, o aumento da produção agrícola europeia foi de aproximadamente 150%. Além das novidades tecnológicas, o maior uso do adubo nas plantações contribuiu para esse resultado.

Naquela época, o adubo consistia basicamente de sobras de alimentos, esterco de carneiro ou estrume de pombo, usado, em geral, para fertilizar as hortas. O esterco de pombo só perdeu importância na Europa no século XIX, com a introdução do adubo artificial.

Ao longo dos séculos, os agricultores têm procurado novas formas de melhorar a produtividade de suas lavouras. Atualmente, a pesquisa científica tem contribuído com o melhoramento de sementes, o uso de máquinas mais modernas no campo e o desenvolvimento de insumos químicos que protegem as plantações contra pragas e ervas daninhas.

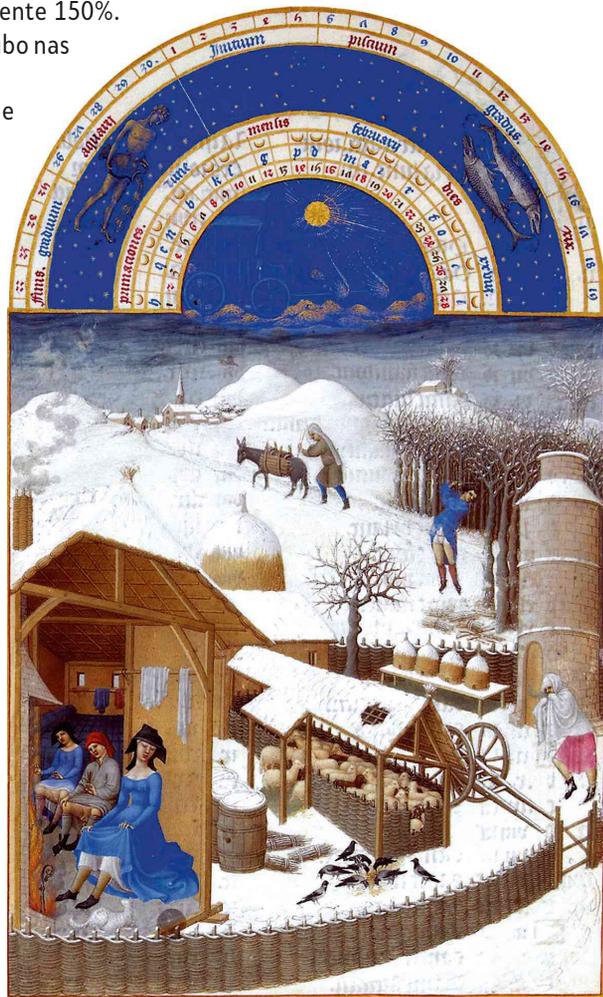
Entretanto, especialistas alertam para o fato de que muitos desses insumos químicos, também conhecidos como agrotóxicos, podem causar a morte de animais; poluir os solos; contaminar os lençóis freáticos; e provocar danos à saúde do trabalhador rural e do consumidor, que ingere alimentos impregnados de produtos químicos.

O número de agricultores que investem no plantio orgânico (que utiliza fertilizantes naturais, como o lixo orgânico) tem aumentado nos últimos anos com o objetivo de reduzir o uso de produtos químicos.

Enquanto os cientistas não encontram formas menos agressivas de proteger as plantações, alguns cuidados podem ser tomados. Veja abaixo.

- Observe o tamanho de frutas e vegetais; se for acima da média, há indícios de uso exagerado de insumos químicos;
- Antes de consumir frutas, legumes e hortaliças, é importante lavá-los muito bem;
- Uma horta em casa ou na comunidade onde você vive garante a produção de alimentos saudáveis.

Texto elaborado com base em: GIMPEL, Jean. *A revolução industrial da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; HAGEN, Rose-Marie; HAGEN, Rainer. *Los secretos de las obras de arte*. v. 1. Tomo I. Madrid: Taschen, 2005; Terreno ocioso vira horta urbana comunitária. *Envolverde Jornalismo & Sustentabilidade*, São Paulo. Disponível em: <www.envolverde.com.br/sociedade/terreno-ocioso-vira-horta-urbana-comunitaria>. Acesso em: 16 dez. 2015.



Musée Condé, Chantilly/Arquivo da editora

O esterco do pombo era um adubo precioso para o trato da agricultura durante a Idade Média. Acima, iluminura francesa do século XV representando as terras de um senhor feudal, na qual se observam um pomal, alguns trabalhadores e pombos sobre a neve. A ilustração pertence ao livro de horas intitulado *As ricas horas do duque de Berry*.



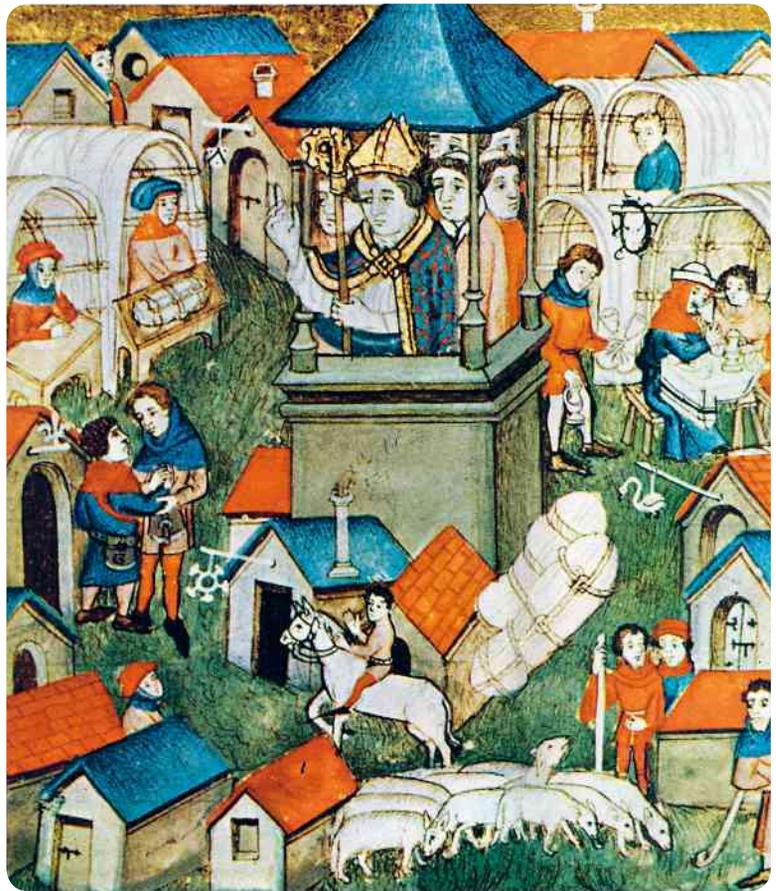
Eduardo Zappia/Pulsar Imagens

A Escola Família Agrícola Dom Fragoso, em Independência, Ceará, tem cerca de quinze unidades produtivas, onde são desenvolvidas diversas atividades agropecuárias. Na foto de 2013, alunos cuidam da horta, em que são produzidos alface, tomate, quiabo e feijão, entre outros, legumes e verduras posteriormente utilizados na merenda escolar.

Retomada do comércio: das feiras às cidades

Outro fator que estimulou a circulação de mercadorias foram as Cruzadas. Ao retornarem à Europa, os cruzados de origem nobre trouxeram produtos do Oriente – principalmente especiarias (cravo, canela, pimenta e noz-moscada) e seda da China – que eram comercializados pelos mercadores de várias cidades, como Gênova e Veneza.

Mais tarde, os mercadores dessas cidades e de várias regiões da Europa intensificaram o comércio com o Oriente a fim de trazer esses artigos até a Europa. Nos cruzamentos das rotas comerciais, como as de Champagne (na atual França), Bruges (atual Bélgica; veja a seção *Olho vivo*, na página 248), Sevilha (península Ibérica) e Pisa (península Itálica), entre outras, apareceram feiras regulares que, com o aumento do afluxo de pessoas, acabaram se transformando em cidades.



Reprodução/Biblioteca Nacional, Paris.

As feiras medievais ofereciam aos comerciantes amplas opções de mercadorias e prometiam aos participantes vários divertimentos. Iluminura do século XIV representando um bispo, ao centro, abençoando a abertura de uma feira.

Europa: rotas comerciais (fim da Idade Média)



Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Entre 1100 e 1300, surgiram na Europa ocidental cerca de 140 novos centros urbanos. Como essas cidades se constituíam quase sempre dentro de feudos ou nos burgos em torno deles, seus habitantes tinham de pagar taxas e impostos aos senhorios ou obter as chamadas **cartas de franquia**.

As cartas de franquia permitiam que os moradores administrassem as cidades por conta própria, seja por meio de um conselho ou assembleia, seja pela eleição de um prefeito. Ao conquistarem a autonomia, os núcleos urbanos passaram a ser chamados, na França, de comunas; em Portugal e na Espanha, de conselhos; na península Itálica, de repúblicas; e na região da atual Alemanha, de cidades livres.

Ao longo dos séculos XI a XV, as cidades passaram a ter importância cada vez maior, e a burguesia se consolidava como um segmento da sociedade daquela época.

A economia urbana e as corporações de ofício

As cidades transformaram-se em zonas de produção artesanal e em centros comerciais, procurados por senhores feudais endividados e por camponeses (servos e vilões), que fugiam da opressão dos feudos. Muitos camponeses começaram a se dedicar a atividades artesanais nas pequenas oficinas existentes, produzindo artigos como sapatos, roupas, ferramentas e armas.

Esses estabelecimentos funcionavam com base em uma divisão simples e hierárquica do trabalho. O **dono da oficina** era o **mestre**, a quem cabia o lucro obtido com a venda das mercadorias. Abaixo dele, na qualidade de empregados, estavam os **oficiais** ou **jornaleiros**. Havia também os **aprendizes**, trabalhadores que normalmente ingressavam na oficina ainda crianças, ou muito jovens, para aprender um ofício.

A partir de meados do século XII, surgiram as **corporações de ofício**, congregações que objetivavam defender os interesses coletivos dos artesãos, como sapateiros, marceneiros, tecelões, etc. Também garantiam a qualidade das mercadorias e impediam que as oficinas produzissem em excesso, evitando assim a queda do preço final dos artigos.

Nas oficinas têxteis que se instalavam nas cidades, algumas atividades eram realizadas normalmente por homens. Exemplos: tecelagem, costura e bordado. Quanto às **mulheres**, tosavam, cardavam, aparavam as irregularidades dos tecidos e ainda se encarregavam do acabamento das vestimentas. Em outros ramos, como os da metalurgia e da construção civil, as mulheres faziam serviços pesados: muitas trabalhavam como pedreiras, carpinteiras, ferreiras, etc.

Detalhe do afresco do Palazzo Schifanoia (Ferrara, Itália), chamado *Triunfo de Minerva*, de autoria do italiano Francesco del Cossa. Produzida no final do século XV, a pintura é uma alegoria ao trabalho artesanal realizado pelas mulheres da época: bordado e tecelagem. Na mitologia romana, Minerva é a deusa das Artes e da Sabedoria.



A crise do século XIV

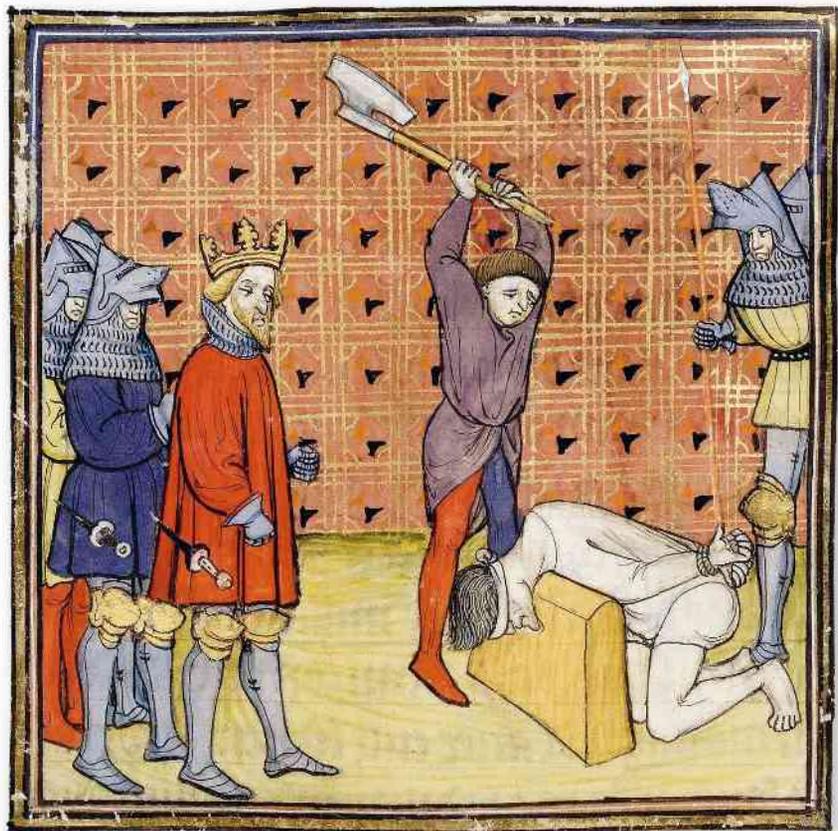
A partir do século XIV, uma conjunção de fatores provocou uma profunda crise econômica e social na Europa. A seguir, alguns deles.

- Conquista de territórios do Império Bizantino pelos turcos otomanos: como os bizantinos eram parceiros comerciais da Europa ocidental, seu declínio fez com que a economia europeia se retraísse.
- Secas prolongadas: a agricultura foi gravemente afetada, e parte da população ficou sem alimentos.
- **Peste negra:** um intenso surto epidêmico da doença provocou a morte de cerca de 25 milhões de pessoas entre as décadas de 1340 e 1350, ou seja, quase um terço de toda a população europeia daquela época. As péssimas condições de vida e higiene de boa parte da população facilitaram a proliferação da doença.
- Igreja católica: as disputas políticas envolvendo o alto clero, as denúncias de corrupção e outras acusações de ordem moral provocaram instabilidade da instituição diante da população e uma crise interna. Esses elementos contribuíram para a eclosão da Reforma protestante (veja mais adiante nesse mesmo capítulo).

As crises que atingiram o continente nesse período provocaram uma insatisfação generalizada entre a população. No campo, senhores feudais tentavam, sem sucesso, impedir a fuga de camponeses para os centros urbanos e, para compensar seus prejuízos, aumentavam os impostos. Nas cidades, a alta burguesia (mercadores muito ricos, banqueiros, mestres das oficinas) impedia que os artesãos conquistassem mais espaço nas decisões políticas dos governos locais.

O cenário socioeconômico conturbado da época provocou várias revoltas urbanas e camponesas, em diversos lugares da Europa. As rebeliões enfraqueceram as relações feudais e contribuíram para o processo de **centralização administrativa em torno dos reis**, para a consolidação de monarquias e para a formação de alguns Estados Nacionais.

Em 1358, durante a Guerra dos Cem Anos (entre Inglaterra e França), eclodiu uma grande revolta entre os camponeses franceses. Marcada por extrema violência, essa revolta ficou conhecida como *Jacquerie*, cujo nome deriva de Jacques Bonhomme ("Jacques simplório"), como era conhecido seu líder, Guillaume Caillet. A partir de então, toda revolta camponesa na França passou a ser chamada *Jacquerie*. Ao lado, miniatura do século XIV representa o rei de Navarra presenciando a execução de um líder de uma *Jacquerie*.



FILME

Veja o filme *O sétimo selo*, de Ingmar Bergman, 1959. Cavaleiro medieval abalado com a devastação da peste negra desafia a Morte para uma partida de xadrez, que decidirá se ele parte ou não com ela.



Jan van Eyck/National Gallery, London.

O casamento dos Arnolfini, de Jan van Eyck, 1434.

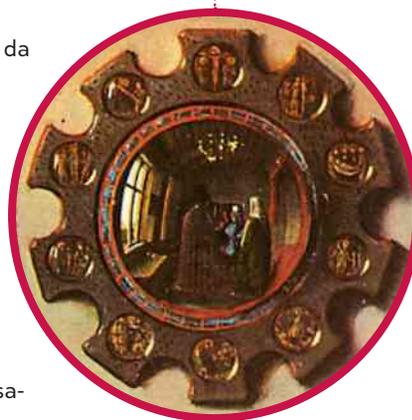
Cena de um casamento burguês

A cidade de Bruges, na Bélgica atual, foi o centro comercial mais importante do norte europeu. A pintura reproduzida nesta seção reflete um pouco a riqueza que circulava em Bruges na época. Isso se observa pelo luxo das roupas e pela decoração do ambiente.

Há controvérsias sobre a identidade do jovem casal. Acredita-se que o rapaz seja membro da família Arnolfini, mercadores e banqueiros de Bruges, e a moça seja uma desconhecida ou integrante da família Cenami, um rico grupo proveniente da península Itálica.

Na época, os casamentos não necessitavam de testemunhas. Nesse caso, no entanto, o quadro praticamente adquire o caráter de uma certidão de casamento. Vamos ver o porquê.

- 1 A única vela acesa representa Deus, que tudo vê.
- 2 A assinatura do pintor está em lugar de destaque no quadro. Nela, ele escreveu em latim: “Jan van Eyck esteve aqui em 1434”.
- 3 Presente típico do futuro marido para a noiva, o rosário de cristal sugere a pureza da mulher.
- 4 A imagem refletida no espelho mostra o próprio pintor, com roupas azuis, e outra pessoa como testemunhas do casamento.
- 5 Dar uma das mãos à mulher e levantar a outra em sinal de juramento são sinais de que se tratava de um casamento.
- 6 A laranja era artigo importado, de luxo. Simboliza também o pecado da luxúria, redimido com o casamento.
- 7 Espelhos de cristal como este eram objetos raros e caros. Em geral, usava-se metal polido.
- 8 As cortinas eram fechadas à noite, separando a cama da sala.
- 9 O vestido é enfeitado com pele de arminho.
- 10 O ato de dar à noiva a mão esquerda costumava indicar que a mulher vinha de uma camada social mais baixa e devia renunciar aos direitos de herança.
- 11 O ventre saliente era sinal de beleza na época, e não indicava, necessariamente, gravidez. O casal da pintura não teve filhos.
- 12 A capa é de veludo, forrada com pele de lontra ou de marta.
- 13 Os panos vermelhos da cama simbolizam a paixão.
- 14 Os pés descalços e com meias fazem alusão ao Antigo Testamento, segundo o qual o chão em que se pisa se torna sagrado durante o matrimônio.
- 15 A cor verde do vestido simboliza fertilidade. Os vestidos brancos das noivas foram introduzidos na segunda metade do século XIX.
- 16 O salto reforçado do tamanco indica que o noivo não era da aristocracia. Os aristocratas ou andavam a cavalo ou eram carregados em liteiras.
- 17 O cachorro simboliza o bem-estar, a fidelidade e o amor terreno.



Texto elaborado com base em: CUMMING, Robert. *Para entender a arte*. São Paulo: Ática, 2000; HAGEN, Rose-Marie; HAGEN, Rainer. *Los secretos de las obras de arte*. v. 1. Madrid: Taschen, 2005.

2 O Renascimento artístico, científico e intelectual

Humanismo e racionalismo

A reativação do comércio e a maior circulação de dinheiro entre os séculos XI e XIV provocaram uma reforma educacional e a formação de escolas e universidades independentes do controle da Igreja, que se preocupava em formar teólogos, médicos e advogados.

As novas escolas e universidades que surgiram naquele momento afirmavam a importância central do ser humano, considerado a obra suprema de Deus. Conhecida como **antropocentrismo**, essa concepção era coerente com o princípio grego segundo o qual “o ser humano é a medida de todas as coisas”. O antropocentrismo se chocava com a orientação das universidades controladas pela Igreja, nas quais o pensamento era dominado pelo **teocentrismo** – para o qual Deus (*Théos*, em grego) é a fonte de todo o conhecimento e deve estar no centro da reflexão filosófica.

O centro principal de reflexão nas novas universidades passou a ser a atividade humana e suas diversas ramificações. Dessa forma, foram priorizadas disciplinas voltadas para os estudos humanos, como Poesia, Filosofia, Gramática, Matemática, História e Eloquência, além daquelas ligadas ao antigo Direito Romano.

Esse movimento de ideias, conhecido como **Humanismo**, também procurou resgatar o conhecimento e as artes da Antiguidade clássica e atingiu outras áreas do saber, como Medicina, Astronomia, Filosofia, Literatura e Artes. Textos de autores gregos e romanos, que nos séculos anteriores encontravam-se sob o controle da Igreja, foram recuperados pelos estudiosos laicos. Obras de arte, templos e palácios, objetos de decoração e peças variadas da Antiguidade clássica passaram a ser a principal referência de pintores, escultores, decoradores e arquitetos da península Itálica, a partir do século XV.



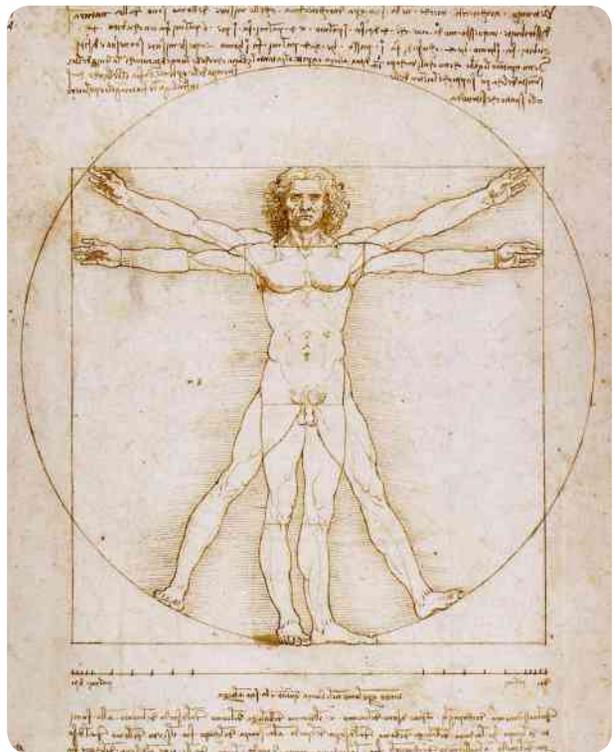
O italiano Piero di Cosimo é o autor desse painel renascentista, produzido entre 1505 e 1510, com o nome de *A descoberta do mel por Baco*.

Reprodução/Worcester Art Museum, Worcester.

Como o ser humano estava no centro das atenções, tudo o que se referia a ele deveria ser valorizado. Difundiu-se entre os estudiosos a ênfase na procura de explicações racionais (baseadas na razão, não na fé) para os fatos da natureza. Essa corrente de pensamento, conhecida como **racionalismo**, contrariava a ideia de que a Igreja e os livros sagrados seriam suficientes para responder a todas as dúvidas humanas.

A partir da península Itálica, a difusão do humanismo pelo continente europeu deu origem ao **Renascimento**, um movimento ainda mais amplo, voltado à renovação intelectual e artística, que alcançou várias áreas do conhecimento humano.

Desenho de Leonardo da Vinci conhecido como *Homem vitruviano* (1490). O nome é uma alusão ao romano Marcos Vitruvius Polião, que escreveu um tratado sobre arquitetura, no qual estuda também as proporções do corpo humano. O desenho de Da Vinci representa uma figura masculina inscrita simultaneamente em um quadrado e em uma circunferência, em duas posições superpostas. Esse estudo exemplifica o humanismo renascentista, que considerava o ser humano como “medida de todas as coisas”.



Leonardo da Vinci/Galleria Dell'Accademia, Veneza.

VOCÊ SABIA?

O termo Renascimento

O nome Renascimento – ou Renascença – foi dado pelo arquiteto toscano Giorgio Vasari (1511-1574) para evidenciar o desejo de que renascessem o pensamento e a arte dos antigos gregos e romanos.

As três Graças, óleo sobre painel pintado entre 1504 e 1505 por Rafael. No Renascimento, a preocupação com o corpo humano teve efeito nas artes plásticas: pintores e escultores redescobriram a beleza da nudez feminina e masculina.

Reflexões políticas e investigação científica

A principal obra de ciência política do Renascimento foi *O príncipe*, de 1513, escrita pelo florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527). No livro, o príncipe (ou rei, governante) não deveria se deter diante de nenhum obstáculo na luta para conquistar ou conservar o controle de um Estado, mesmo que isso implicasse o uso da força e da violência contra seus adversários.

Com o Renascimento, a exploração científica do corpo humano e a prática de dissecação de cadáveres ganharam impulso: órgãos até então desconhecidos foram observados e descritos e suas funções foram esclarecidas.



Raphael/Museu Conde. Chantilly, França/Graudon/The Bridgeman/Keystone

Geocentrismo × heliocentrismo

Segundo a doutrina da Igreja católica, a Terra (*geo*, em grego) era o centro do Universo, e o Sol e a Lua gravitavam em seu redor. Essa teoria é conhecida como **geocentrismo**. Levado pelo espírito investigativo do Renascimento, o astrônomo polonês Nicolau Copérnico (1473-1543) contestou essa concepção e propôs o **heliocentrismo**, afirmando que a Terra girava ao redor do Sol (*helio*, em grego).

As ideias de Copérnico foram retomadas por outros cientistas, nas décadas seguintes, como **Giordano Bruno** (1548-1600), Galileu Galilei (1564-1642) e Johannes Kepler (1571-1630). Mais tarde, apoiado no trabalho desses cientistas, em 1687 o inglês Isaac Newton (1643-1727) publicou o livro *Principia*, que lançou os fundamentos da Física moderna.

FILME

Veja o filme **Giordano Bruno**, de Giuliano Montaldo, 1973. História do astrônomo italiano Giordano Bruno (1548-1600), condenado à morte pela Inquisição por defender o heliocentrismo.

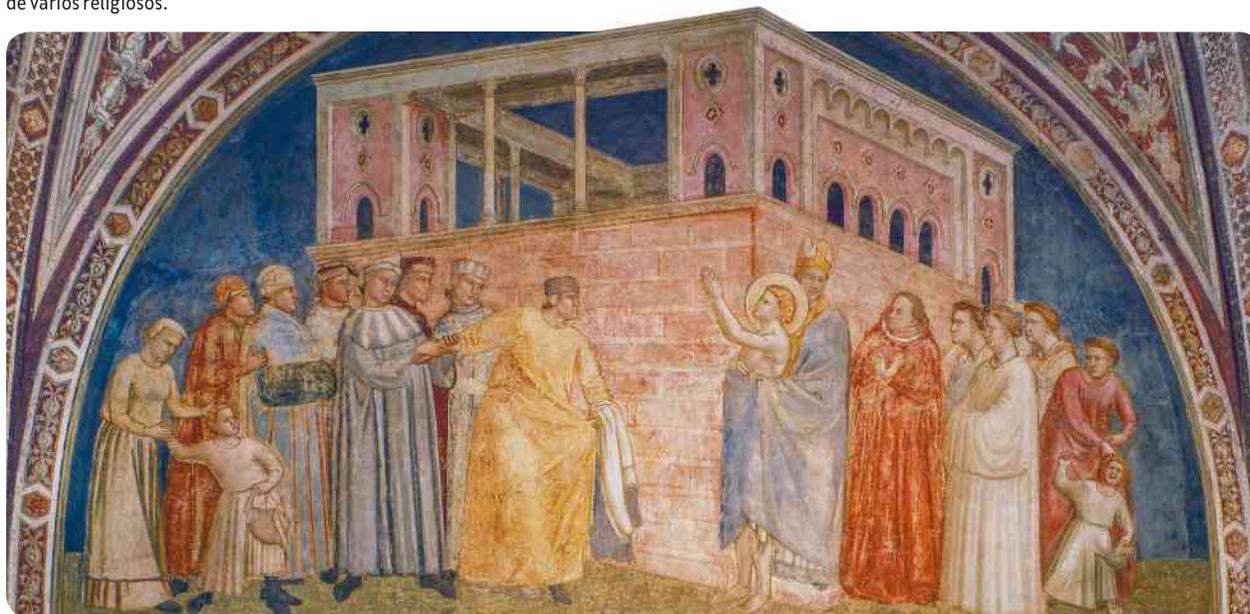
A arte renascentista

Um dos primeiros pintores a dar caráter artístico à sua atividade e a assinar suas obras foi Giotto di Bondone (1267-1337), nascido na península Itálica. Ele inovou não apenas ao retratar pessoas, animais e objetos com grande realismo, mas também por ter introduzido noções de profundidade na pintura. Dessa forma, abriu caminho para a introdução da perspectiva, desenvolvida mais tarde por Filippo Brunelleschi (1377-1446), Leon Battista Alberti (1404-1472) e Leonardo da Vinci (veja o box *As três dimensões da pintura* na página seguinte).

Utilizando princípios matemáticos, Brunelleschi criou o conceito de perspectiva exata: quanto mais distante um objeto estivesse em relação ao observador, tanto menor deveria ser representado na tela, para reproduzir fielmente a realidade.

A perspectiva exigia do pintor conhecimentos não só de Geometria e Matemática, mas também de ótica. Além disso, ele deveria saber reproduzir as variações de cor, de luz e sombra que a realidade apresentava. Com todas essas mudanças, pintores, escultores e arquitetos passaram a ser vistos como verdadeiros artistas, não mais como artesãos.

Detalhe de afresco da Basílica de Santa Cruz, em Florença (Itália), criado pelo artista italiano Giotto, no século XIV. A pintura representa a renúncia de São Francisco de Assis aos bens materiais. São Francisco é representado com o dorso nu e os braços levantados na frente de vários religiosos.



Bridgeman/Keystone

As três dimensões da pintura

DIALOGANDO
COM... ARTE

Até a Idade Média, a pintura com representação de imagens e cenas era feita em apenas duas dimensões: altura e largura. Com a técnica da perspectiva, as figuras passaram a ser representadas em três dimensões – largura, altura e profundidade.

Com isso, as imagens ganhavam volume e pareciam adquirir vida na tela, tinha-se a impressão de que existia algo para além da tela. Para melhor compreensão, compare as duas pinturas desta seção.

Encadernação em bordado do século XIV representa o arcanjo Gabriel ao lado da Virgem Maria, com um vaso de lírios (simbolizando o ventre fértil de Maria) e uma pomba branca (o Espírito Santo).



Parte central do tríptico intitulada *Anunciação*, do flamengo Robert Campin. O tríptico (em óleo sobre madeira) é conhecido como *Retábulo de Mérode* e foi criado entre 1427 e 1432.

Os mecenas

Interessadas em se impor socialmente perante a nobreza e o clero, as grandes famílias de mercadores e banqueiros passaram a custear o trabalho de pintores, escultores e arquitetos e a exhibir em seus palacetes as obras encomendadas a eles. Esses protetores das artes – encontrados também na nobreza e no alto clero – ficaram conhecidos como **mecenas**. Com o mecenasato, arte, riqueza e poder ficaram intimamente associados.



Escultura em mármore da câmara mortuária do estadista italiano Lourenço de Médici, situada em Florença, Itália. O monumento foi criado por Michelângelo, no século XV.

Em Florença, por exemplo, o mecenas mais importante era a poderosa família Medici, que influenciou a vida política da cidade por quase três séculos. Cosimo de Medici (1389-1469), o patriarca, e seus filhos financiaram as atividades de diversos artistas. Entre os favorecidos estava Michelangelo Buonarroti (1475-1564), um dos maiores artistas de todos os tempos, que fez diversas esculturas para a capela dos Medici e também trabalhou para o Vaticano, tendo redesenhado a Igreja de São Pedro e executado as pinturas do teto da **Capela Sistina**.

Outros importantes artistas renascentistas foram Sandro Botticelli (1444-1510), Rafael Sanzio (1483-1520), Ticiano Vecellio (1490-1576) e Paolo Veronese (1528-1588).

Renovação literária

Uma renovação no campo das letras vinha ocorrendo na Europa desde os últimos séculos da Idade Média, devido principalmente ao trabalho de três escritores da península Itálica: Dante Alighieri (1265-1321), Francesco Petrarca (1304-1374) e Giovanni Boccaccio (1313-1375).

A (re)invenção, por Johannes Gutenberg, dos tipos móveis de impressão no século XV foi um fator que contribuiu para consolidar o surgimento de novas formas literárias e permitiu a publicação de livros com grandes tiragens (veja o boxe na página seguinte).

Iniciada na península Itálica, essa renovação literária logo se espalhou para países como Espanha, França, Portugal e Inglaterra.

Em Portugal se destacaram o poeta Luís de Camões (1503-1580), com a forma da epopeia greco-latina em *Os lusíadas*, e o dramaturgo Gil Vicente (cerca de 1465-1536), com peças satíricas como a *Farsa de Inês Pereira* e o *Auto da barca do inferno*. Na Espanha, surgiu o escritor Miguel de Cervantes (1547-1616), autor de *Dom Quixote* e, na Inglaterra, surgiu William Shakespeare (1564-1618), considerado por muitos o maior dramaturgo de todos os tempos e autor de peças como *Hamlet*, *Romeu e Julieta*, *A megera domada*, *Macbeth* e *Rei Lear*.

Reprodução <http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es>



Capa da primeira edição de *O engenheiro fidalgo dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, impresso em Madri, no ano de 1605.

FILME

Veja o filme ***Agonia e êxtase***, de Carol Reed, 1965. História dos embates entre Michelangelo e seu mecenas, o papa Júlio II, que encomenda a pintura do teto da Capela Sistina, no Vaticano.

Veja o filme ***A megera domada***, de Franco Zeffirelli, 1967. Petruccio, um cavalheiro pobre, casa-se com Katharina, rica e voluntariosa, e tenta dominá-la. Mas ela está determinada a manter sua independência.

Tipos móveis de impressão

Os tipos móveis de impressão (feitos de argila cozida e depois de outros materiais) já haviam sido inventados pelo artesão chinês Bi Sheng entre 1041 e 1048.

No entanto, na Europa, até meados do século XV, a reprodução de um livro era feita manualmente, um a um, por copistas. Além de lento, esse trabalho podia causar imprecisões, fazendo com que o mesmo original variasse de uma cópia manuscrita para outra.

No invento de Johannes Gutenberg (cerca de 1397-1468), as letras do alfabeto eram feitas em pequenos blocos de chumbo – os tipos –, colocados um ao lado do outro para formar palavras, frases e páginas. Essas eram, depois, impressas em uma prensa. Cada página montada com os tipos podia ser impressa (ou copiada) várias vezes.

Gutenberg imprimiu seu primeiro livro, uma edição da Bíblia em latim, por volta de 1450. As 180 cópias da primeira edição, impressas em três prensas, somavam 230 mil páginas ao todo e ficaram prontas em dois anos.



Pergaminho do século XV com duas folhas da Bíblia impressa na oficina de tipos móveis de Gutenberg.

Os tipos móveis de impressão de Gutenberg causaram o impacto de uma revolução na vida cultural europeia. A nova invenção tornou possível a rápida difusão de livros e, conseqüentemente, dos ideais do Humanismo e do Renascimento.

Outro resultado do invento de Gutenberg foram as mudanças na técnica de produção de imagens. Com as novas formas de impressão, as iluminuras desapareceram para dar lugar a uma nova manifestação de arte gráfica: a gravura.

SUA OPINIÃO

- Assim como a invenção de Gutenberg permitiu a publicação de muitos livros, embora poucos tivessem acesso a esse conhecimento (muitos eram analfabetos), a internet nos dias de hoje também oferece muita informação. Mas nem todos a acessam. Em 2014, apenas 44% dos lares no mundo tinham acesso à internet.
- 1 Em grupos, pesquisem o número de usuários de internet no Brasil, as diferenças regionais e os fatores que impedem a universalização do acesso.
- 2 Depois, debatam: A internet contribui para democratizar as informações? Qual é o impacto da inclusão (ou exclusão) digital na vida das pessoas? De que modo a internet afeta as relações de ensino e aprendizagem no mundo?
- 3 Então resumam o debate num único texto, em formato de carta, a ser enviado ao governo brasileiro, procurando sensibilizá-lo para o problema.
- 4 Além disso, montem um mural destacando a diversidade de questões relacionadas ao acesso à internet no Brasil.

ORGANIZANDO AS IDEIAS

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ATIVIDADES

- 1 A partir do século XI, os avanços tecnológicos, a expansão da produção agrícola e o movimento das Cruzadas provocaram transformações econômicas importantes na Europa. Explique essas transformações e aponte os principais efeitos desse processo na organização da sociedade europeia.
- 2 O humanismo foi um movimento de ideias nascido das universidades laicas que se estabeleceram em diversas cidades da Europa, na Idade Média. Quais eram seus interesses culturais e fundamentos filosóficos?
- 3 As transformações culturais e filosóficas do Renascimento permitiram inúmeras inovações no campo artístico, na reflexão política e na investigação científica. Aponte as principais mudanças ocorridas nesses três aspectos da cultura europeia entre os séculos XIV e XVI.

Observe atentamente a imagem a seguir. Trata-se de uma vista da cidade de Florença atribuída ao artista Francesco di Lorenzo Rosselli (c. 1445-1513), produzida entre 1471 e 1482. Por meio da análise da imagem, é possível refletir sobre os processos de transformação ocorridos nas sociedades europeias entre a Baixa Idade Média e o início da Idade Moderna. Com base nisso e na observação da imagem, responda ao que se pede.

Dea Picture Library/Getty Images



Panorama da cidade de Florença, Itália, no fim do século XV.

- A técnica empregada pelo artista para representar a vista da cidade de Florença evidencia uma importante inovação da arte renascentista. Descreva essa inovação e indique de que modo ela aparece nessa imagem.
- De que modo o artista representou o espaço urbano de Florença em sua imagem?
- Na imagem, é possível observar uma contraposição entre a paisagem urbana e a paisagem campestre. Relacione essa contraposição com as transformações sociais e econômicas ocorridas na Europa a partir da Baixa Idade Média.

3 O contexto das críticas à Igreja

Durante a Idade Média, a Igreja católica era o principal centro de poder na Europa. Sua influência era tamanha que reis e senhores feudais recorriam a ela para governar (veja o Capítulo 11).

Tanto poder terreno distanciou a Igreja dos assuntos espirituais. Para muitos de seus integrantes, riqueza e prazeres físicos tornaram-se mais importantes do que a fé. Essa inversão de valores pôs em xeque a credibilidade da instituição (veja crítica a essa situação na pintura da página seguinte).

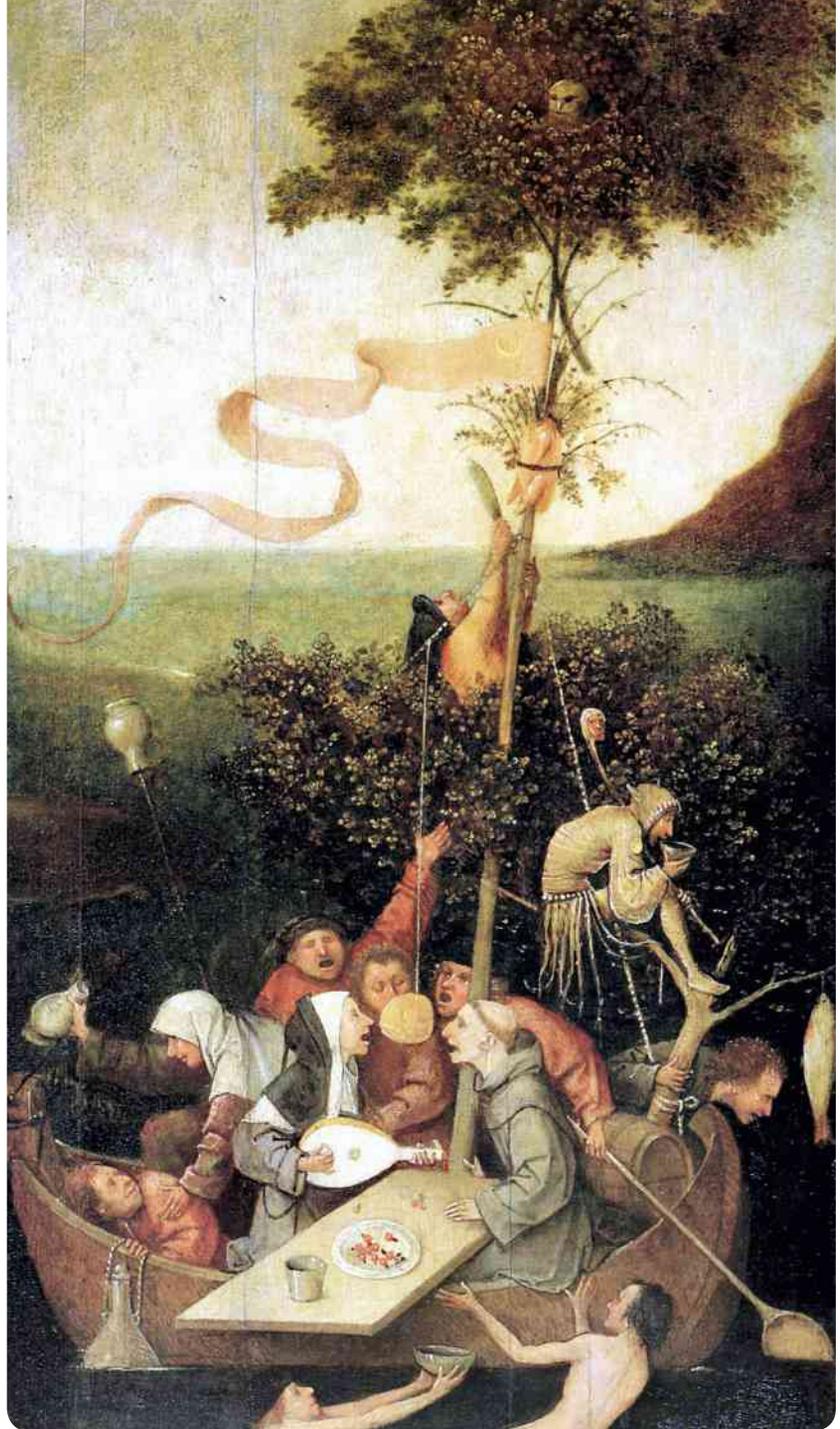
A falta de retidão da Igreja católica nos séculos anteriores contribuiu para a grave crise do século XIV e afetou a estabilidade e o poder da Igreja (veja o item *A crise do século XIV*, na página 247).

Além das disputas políticas envolvendo o alto clero, pesaram sobre a instituição denúncias de corrupção e outras acusações de ordem moral. Diante desse cenário, alguns filósofos cristãos, influenciados pelo pensamento humanista, passaram a responsabilizar a Igreja e seus dogmas pela perpetuação da miséria e da ignorância na sociedade europeia.

Um desses pensadores foi o sacerdote e professor inglês da Universidade de Oxford, John Wyclif (1324-1384), que dedicou boa parte da vida à crítica indignada da corrupção e da arrogância vigentes na hierarquia eclesiástica. A mesma atitude adotou John Huss (1371-1415), sacerdote e reitor da Universidade de Praga (hoje capital da República Tcheca), que denunciava a venda de indulgências (veja o box *Venda de indulgências* na página seguinte). Tanto ele quanto Wyclif foram acusados de heresia pela Igreja e condenados à morte na fogueira.

Apesar da repressão da Igreja, o movimento contra as práticas imorais do clero cresceu de forma contínua: na esfera da reflexão sistemática e teórica, o humanista holandês Erasmo de Roterdã (1466-1536), em seu *Elogio da loucura*, condenava a corrupção existente na instituição; no âmbito da literatura, o escritor francês François Rabelais (1494-1533) escreveu excelente sátira literária sobre o tema, *Gargântua e Pantagruel*.

Assim, quando em 1517 o monge **Martinho Lutero** (1483-1546) protestou contra o comportamento do alto clero e do papado, outras pessoas sentiram-se motivadas a fazer o mesmo. Esse movimento, que ficou conhecido como **Reforma**, tornou-se tão amplo que provocou uma cisão na Igreja.



Hieronymus Bosch/Museu do Louvre, Paris.

Pintura a óleo sobre madeira de Hieronymus Bosch, intitulada *A nave dos insensatos* (1490-1500). A obra contém uma clara crítica à Igreja católica: na cena representada, enquanto uma freira e um frade cantam, outra religiosa (à esquerda) oferece bebida a um homem deitado. À direita, uma pessoa vomita.

FILME

Veja o filme **Lutero**, de Eric Till, 2003.

O monge Martinho Lutero revolta-se contra as imoralidades da Igreja católica, publicando as 95 teses que criticam ferozmente a instituição.

Venda de indulgências

Indulgência é o perdão que a Igreja oferece àqueles que se arrependem de seus pecados. Nos primeiros tempos, a indulgência assumia a forma de penitência pública – autoflagelação, por exemplo. Por volta do século XI, as antigas penitências foram substituídas por prestação de serviços – como amparo aos doentes, construção de igrejas, etc. – ou pela cooperação com a instituição. Em 1095, o papa Urbano II ofereceu indulgência plena a quem participasse da Primeira Cruzada (veja o Capítulo 11).

Nos séculos seguintes, as indulgências se transformaram em cartas vendidas aos fiéis. Aqueles que as comprassem recebiam o perdão dos pecados já cometidos e, de acordo com o valor pago, tinham também o perdão dos pecados futuros.

Em 1513, o papa Leão X oficializou a venda de indulgências visando arrecadar dinheiro para concluir as obras da Basílica de São Pedro, em Roma. A partir de então, o comércio de indulgências assumiu tamanhas proporções que passou a ser intermediado pela casa bancária dos Fugger, uma família de banqueiros, transformando-se, de fato, em um grande negócio.

Detalhe da obra *A venda de indulgências*, xilogravura original criada no século XVI pelo alemão Hans Holbein, o Jovem (1497-1543).



Reprodução/Wikipedia

4 Teses e ideias de Lutero

Martinho Lutero era um monge agostiniano que lecionava Teologia na Universidade de Wittenberg, na atual Alemanha. Em 1517, em uma carta dirigida a seu superior, ele formulou **95 teses**, nas quais tecia profundas críticas à venda de indulgências e a outras práticas da Igreja, por acreditar que elas não encontravam respaldo na Bíblia.

As teses de Lutero obtiveram apoio de diversos príncipes e outros integrantes da nobreza, interessados no enfraquecimento da Igreja – dona da maior parte das terras da região.

Em 1521, Lutero foi excomungado pelo papa e se recusou a se retratar. Para escapar à repressão da Igreja, refugiou-se no castelo de um príncipe que o apoiava. Durante seu refúgio, traduziu o *Novo Testamento* para o alemão e produziu um grande volume de textos criticando várias práticas da Igreja.

Graças à (re)invenção dos tipos móveis feita por Gutenberg, os escritos de Lutero foram reproduzidos aos milhares em pouco tempo. As ideias reformistas saíram do âmbito religioso, ganharam as ruas e os campos e estimularam sentimentos de revolta social e de mudança entre os camponeses.

Detalhe do retábulo da Igreja de Torslunde, Dinamarca, de 1561. Nele, a pregação de Martinho Lutero é retratada em meio a símbolos do catolicismo, como a pia batismal, a hóstia e a cruz.



De Agostini Picture Library/A. Dagli Orti/The Bridgeman/Keystone

Convulsão social contra a Igreja

Embora Lutero defendesse apenas mudanças de caráter religioso, suas ideias contribuíram para inaugurar um período de grandes convulsões sociais em vários lugares da Europa.

Em 1524, camponeses armados de várias regiões se insurgiram sob a liderança do monge franciscano Thomas Münzer (1486-1525), que propunha uma sociedade sem diferenças entre ricos e pobres e sem propriedade privada. Münzer foi preso, torturado e executado em 1525, mas o movimento continuou por mais dez anos. Nesse período, cerca de 100 mil camponeses foram mortos (veja a seção *Interpretando documentos*, na página 264).

Radicalmente contrário à revolta camponesa, Lutero alegava que a existência de senhores e servos era fruto da vontade divina. Ele chegou a escrever: “Contra as hordas de camponeses assassinos e ladrões, quem puder que bata, mate ou fira, secreta ou abertamente, relembando que não há nada mais peçonhento, prejudicial ou demoníaco do que um rebelde”.

SUA OPINIÃO

- Atualmente, existem no Brasil e no mundo protestos e manifestações sociais de todos os tipos. Em sua maioria, as manifestações reivindicam melhores condições de vida, aumentos de salários, mais segurança nas ruas, fim da corrupção, etc.
- 1 Essas manifestações podem ser consideradas legítimas? Como o Estado brasileiro deve tratar os grupos sociais que expressam seu descontentamento? Discuta essas questões com um colega.
- 2 Depois, escrevam um texto com a opinião de ambos.
- 3 Para finalizar, apresentem oralmente o resultado em uma roda de conversa, sob orientação do professor.



Confronto entre professores e a Polícia Militar, em 2015, em Curitiba, Paraná, antes da votação do projeto de lei que promoveria alterações no Regime Próprio da Previdência Social dos servidores.

Protestantes × católicos

As propostas reformistas de Lutero difundiram-se rapidamente. Autoridades de várias regiões da Europa, pressionadas pela população, viam-se obrigadas a expulsar sacerdotes católicos das igrejas e a substituí-los por religiosos que apoiavam as ideias de Lutero.

Em 1529, o imperador Carlos V exigiu que príncipes e nobres sob seu domínio proibissem o culto luterano em suas regiões. Essa exigência provocou ainda mais protestos e revoltas, e os principados e centros urbanos que não acataram a ordem real ficaram conhecidos como **Estados protestantes**. A partir de então, os adeptos de Lutero e de outros reformistas seriam chamados de protestantes.

Temendo represálias do imperador, os Estados dissidentes se uniram em torno da **Liga de Schmalkalden** e formaram um exército para agir, caso sofressem ataques. As hostilidades duraram até 1555, ano em que o imperador assinou a **Paz de Augsburgo**, garantindo liberdade religiosa aos protestantes.

Liga de Schmalkalden:

aliança defensiva formada por vários príncipes protestantes do Sacro Império Romano-Germânico e criada em 1531. Recebeu o nome da cidade de Schmalkalden, na Turingia (atual Alemanha), onde foi proclamada.

Paz de Augsburgo:

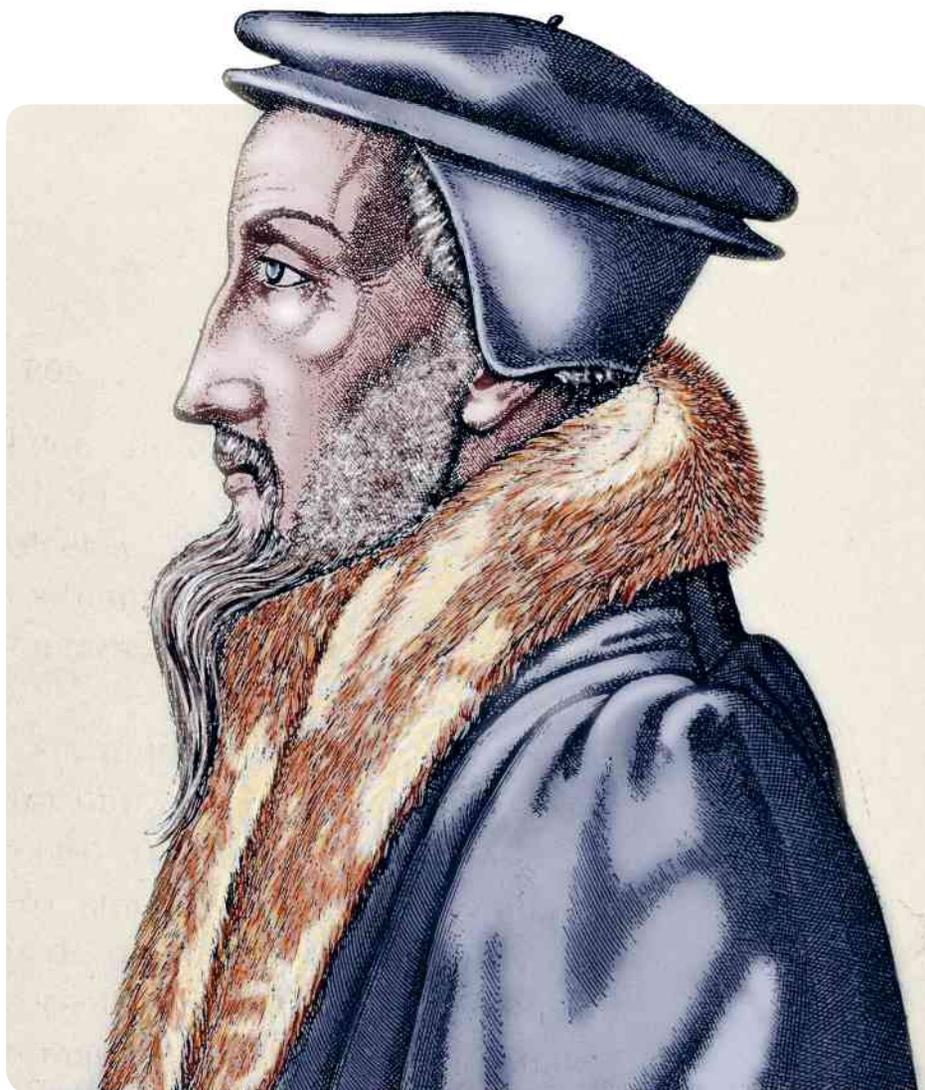
tratado assinado entre Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, e as forças da Liga de Schmalkalden em 1555, na cidade de Augsburgo, hoje Alemanha. Esse tratado de paz permitiu que os líderes dos Estados alemães pudessem escolher a sua própria religião, ficando os seus súditos obrigados a aceitar a escolha de seu príncipe.

5 O calvinismo e a Igreja anglicana

As propostas de Lutero repercutiram em diversas regiões da Europa e originaram outros movimentos reformistas. Na França, o frade João Calvino (1509-1564) aderiu ao movimento reformador em 1533. Perseguido pela Igreja em virtude de suas ideias, foi obrigado a se mudar para Genebra, na Suíça, onde publicou uma exposição sistemática de seu pensamento, dando início a uma nova corrente religiosa: o calvinismo.

Desenvolvimento capitalista: expansão econômica com base nos valores centrais do capitalismo: propriedade privada dos meios de produção, liberdade de mercado, produção baseada no trabalho assalariado livre, competição entre empresas e busca do lucro. Segundo o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), o desenvolvimento capitalista ocorreu antes nos países cuja população aderiu ou teve influência do protestantismo calvinista (Holanda e Inglaterra) porque as pessoas viam no trabalho um meio de valorização moral do ser humano, um caminho para a salvação. Para o filósofo Karl Marx (1818-1883), o capitalismo tem como principal objetivo criar mercadorias para a venda e obtenção de lucro. Essas mercadorias são produzidas por uma força de trabalho (operariado) a serviço dos detentores dos meios de produção (burguesia).

Representação do perfil do frade francês João Calvino, produzida no século XVI. Calvino criou muitos adeptos na Inglaterra e nos Países Baixos (Holanda). Na Inglaterra, seus seguidores eram chamados de puritanos.



Prisma/Album/Ag/Latinstock

Para Calvino, apenas as pessoas predestinadas por Deus teriam direito à salvação na vida eterna. Um dos sinais dessa predestinação seria o sucesso no trabalho e nos negócios. As pessoas tinham de levar uma vida frugal, trabalhar, guardar dinheiro e investir suas economias na criação de novas oportunidades de trabalho.

Devido a essa visão, o calvinismo encontrou ampla aceitação da burguesia, que via nele uma justificativa moral e religiosa para a riqueza. Logo as ideias de Calvino espalharam-se para outras regiões da Europa, encontrando apoio principalmente nos lugares de **desenvolvimento capitalista** precoce, como nos Países Baixos (Holanda) e na Inglaterra.

Na Inglaterra, que já vinha recebendo influências do pensamento protestante, a reforma foi introduzida pelo rei Henrique VIII (1509-1547), que procurava consolidar seu poder diante da Igreja católica, detentora de vastas extensões de terras e de poderosa influência sobre a população.

Em 1527, o monarca separou-se de sua esposa, a rainha Catarina de Aragão, à revelia da Igreja e, em 1533, casou-se com **Ana Bolena**, uma dama da corte. O papa Clemente VII, em represália, excomungou o soberano. Em 1534, Henrique VIII conseguiu a aprovação do Parlamento inglês para separar a Igreja do Estado na Inglaterra e fundou a **Igreja anglicana**, cujo chefe seria o próprio rei (ou rainha) da Inglaterra. Com a morte de Henrique VIII, caberia a sua filha, a rainha Elizabeth I (1558-1603), a tarefa de consolidar o anglicanismo como religião oficial da Inglaterra.

FILME

Veja o filme **Ana dos mil dias**, de Charles Jarrot, 1969. História de Ana Bolena, esposa de Henrique VIII, que foi afastada do trono por não conseguir gerar um herdeiro homem para o trono da Inglaterra.

Detalhe da pintura (óleo sobre tela) *A família de Henrique VIII*, feita em aproximadamente 1545. Na imagem, veem-se o rei Henrique VIII ao lado de seu filho, o príncipe Edward, e sua então esposa Jane Seymour.



Reprodução/Hampton Court Palace, Surrey, Reino Unido.

6 Reação da Igreja católica

Diante da difusão do protestantismo, uma série de mudanças foi colocada em prática pela Igreja católica. Essa reforma interna – ou **Contrarreforma**, como também é chamada – levou a Igreja a rever dogmas, valores e princípios.

Para se reaproximar da população, foram criadas organizações encarregadas de ajudar os mais necessitados e levar as Escrituras aos fiéis. Com esses propósitos, surgiram, por exemplo, a Companhia do Divino Amor e a Ordem dos Capuchinhos.

Para recuperar os fiéis que se converteram ao protestantismo e conquistar novos seguidores, a Igreja criou ordens evangelizadoras, como a **Companhia de Jesus**, em 1540, cujos integrantes (os **jesuítas**) desempenhariam importante papel na difusão do cristianismo nas terras da Ásia, África e América, a partir do século XVI.



Bridgeman/Keystone

A aquarela *O eclipse do Sol no Sião em 1688* representa missionários jesuítas observando o eclipse do Sol, em 1688, na presença do rei do Sião, que estava na janela do seu palácio.

O Concílio de Trento

Entre 1545 e 1563, na cidade de Trento, na península Itálica, ocorreu um concílio de bispos e teólogos destinado a restabelecer algumas regras para a Igreja católica e reforçar os princípios da fé.

Entre outras medidas, o concílio decidiu criar seminários para a formação dos futuros sacerdotes, reforçou a atuação da Inquisição e criou uma lista de livros proibidos aos católicos.

Além de manter o celibato dos padres, o concílio defendeu o culto às imagens e o recurso às indulgências, proibindo apenas sua venda. O documento reafirmou a importância dos **sete sacramentos** e sustentou que o papel do clero era intermediar as relações entre Deus e as pessoas e interpretar as Escrituras. Ao agir assim, o Concílio de Trento eliminou totalmente a possibilidade de católicos e protestantes voltarem a se unir sob a mesma Igreja.

Sete sacramentos:

segundo a Igreja católica, sacramentos são gestos e palavras instituídos por Jesus Cristo, que concedem, aumentam e confirmam a graça santificadora para quem os recebe. Os sete sacramentos são: batismo; eucaristia; confissão ou penitência; unção dos enfermos; confirmação (ou crisma); ordens sagradas e matrimônio.



ENQUANTO ISSO...

Constelações indígenas

Enquanto a Igreja católica combatia a teoria heliocêntrica, do outro lado do Atlântico os Tupinambá observavam os astros e suas nebulosas. Os Tupinambá eram um povo indígena, hoje extinto, que vivia em um território que faz parte do Brasil atual. Eles eram capazes de reconhecer mais de cem constelações diferentes (no momento, a União Astronômica Internacional tem 88 constelações catalogadas).

Conheciam, por exemplo, a Via Láctea, que chamavam de Caminho da Anta, e tinham suas constelações próprias. A da Ema, por exemplo, era formada, entre outras, por estrelas das constelações que conhecemos como Cruzeiro do Sul e Escorpião.

Eles usavam as constelações para se orientar sobre a mudança das estações. Quando a constelação da Ema se tornava visível no céu, era sinal de que estava chegando o inverno. A do Homem Velho anunciava o início do verão; a do Veado, o princípio do outono; e a da Anta, o começo da primavera.

O sistema astronômico dos Tupinambá é semelhante aos utilizados atualmente pelos índios Guarani no sul do Brasil. Algumas dessas constelações são as mesmas identificadas por outros povos indígenas da América do Sul e pelos aborígenes australianos.

AFONSO, Germano Bruno. As constelações indígenas brasileiras. Disponível em: <www.telescopiosnaescola.pro.br/indigenas.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.



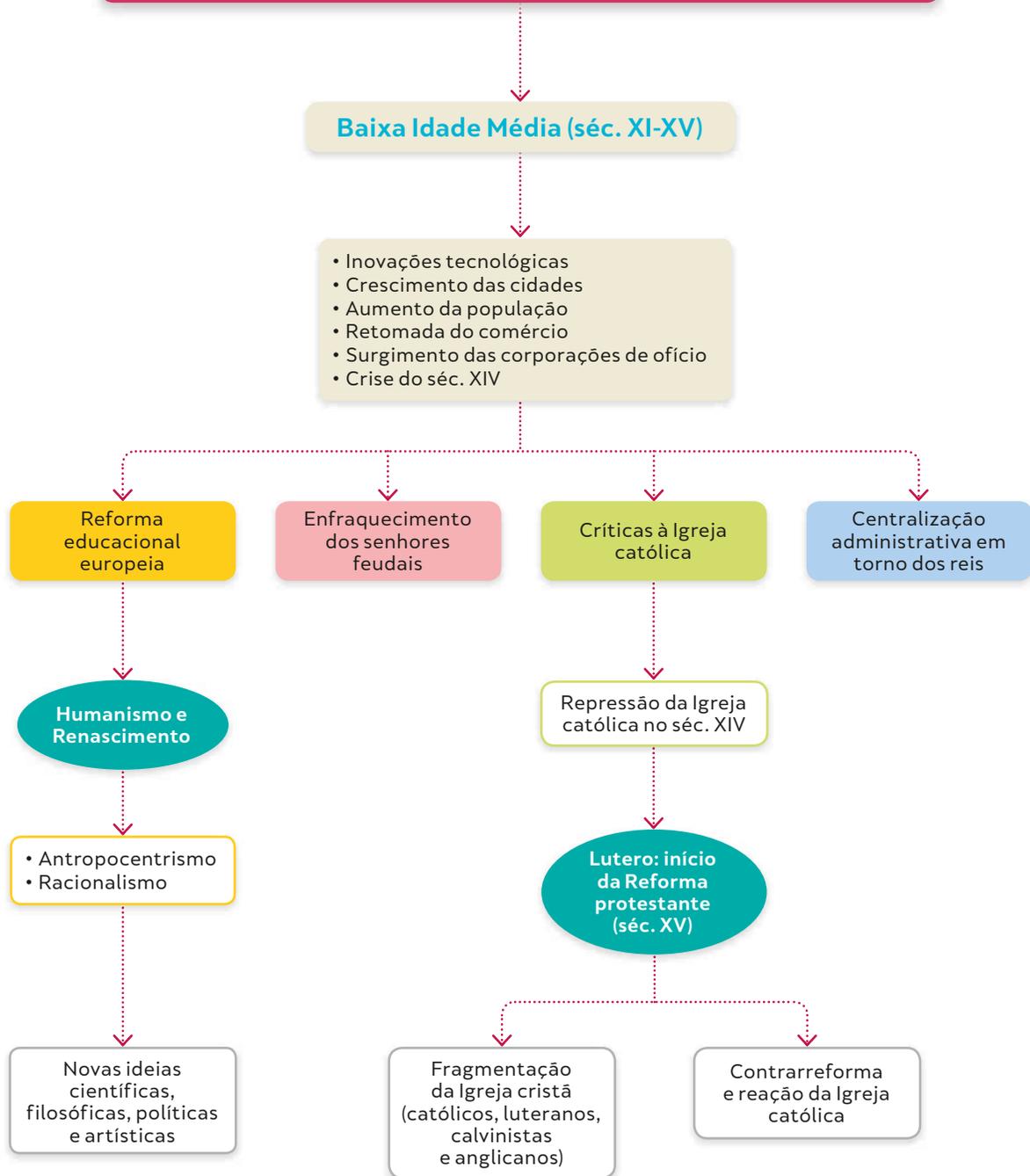
Representação ilustrativa da constelação do Veado, segundo a visão indígena do Universo.

Germano Bruno Afonso/Arquivo da editora



ESQUEMA-RESUMO

Fim da Idade Média, Renascimento e Reforma protestante



- As transformações iniciadas na Baixa Idade Média provocaram mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas na Europa. Considerando os dados do esquema-resumo, descreva essas transformações e como elas modificaram a organização social da Europa na passagem da Idade Média para a Idade Moderna.



ATIVIDADES

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

ORGANIZANDO AS IDEIAS

- 1 No século XII, as corporações de ofícios surgiram como resultado da expansão das atividades artesanais. Como funcionavam e qual o seu papel na organização dessas atividades?
- 2 O racionalismo negava que os livros sagrados fossem suficientes para responder a todas as dúvidas humanas. De que modo essa concepção contribuiu para o avanço do conhecimento nas diversas áreas do saber?
- 3 A partir do século XIV, a Igreja católica tornou-se alvo de críticas de intelectuais e religiosos. Aponte os processos históricos que motivaram essas críticas.
- 4 Martinho Lutero desempenhou uma importante função na Reforma protestante. Explique seu papel e de que modo suas concepções religiosas se afastavam das defendidas pela Igreja católica.
- 5 As ideias calvinistas se distanciavam tanto das ideias católicas quanto das luteranas. Explique as diferenças entre as propostas calvinistas e as das demais doutrinas cristãs e aponte a relação entre o calvinismo e a ascensão da burguesia na Idade Moderna.
- 6 A Reforma protestante provocou diversas reações da Igreja católica e resultou na fragmentação do cristianismo. Situe nesse processo a criação da Igreja anglicana e o movimento da Contrarreforma, explicando também as principais consequências desses dois movimentos.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

- 1 Publicado em 1525, o texto a seguir faz parte de um manifesto dos camponeses que no ano anterior haviam se rebelado contra os senhores de terra. Liderados por Thomas Münzer (releia o box *Convulsão social contra a Igreja*, na página 259), eles exigiam reformas sociais. Depois de ler o texto, responda às questões.

Manifesto dos camponeses

[...]até agora éramos tratados como escravos, o que é uma vergonha, pois, com o seu precioso sangue, Jesus Cristo nos salvou a todos, tanto ao mais humilde pastor como ao mais nobre senhor, sem distinção. Por esse motivo, deduzimos das Sagradas Escrituras que somos livres, e livres queremos ser. Não que queiramos ser totalmente livres, que não queiramos reconhecer autoridade alguma; não é isso o que Deus nos ensina.

[...]até agora, nenhum pobre podia perseguir a caça, pegar aves ou peixes na água corrente, o que nos parece uma lei totalmente injusta e pouco fraternal, mas interessante e em desacordo com a palavra de Deus.

[...]somos prejudicados ainda pelos nossos senhores, que se apoderaram de todas as florestas. Se o pobre preci-

sa de lenha ou madeira tem que pagar o dobro por ela. Nós somos de opinião que deve ser restituída à comunidade toda e qualquer floresta que se encontra em mãos de leigos ou religiosos que não a adquiriram legalmente.

[...]nossa decisão e resolução final é a seguinte: se uma ou diversas dessas exigências não estiverem em consonância com a palavra de Deus, delas abriremos mão imediatamente, desde que se nos prove, à base das Sagradas Escrituras, que elas estão em discordância com a vontade divina.

MARQUES, Ademar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 128.

- a) Qual é a autoridade legítima invocada pelo manifesto para justificar o fim da servidão e garantir a liberdade aos camponeses?
- b) Os manifestos geralmente contêm dois aspectos importantes: o primeiro é a denúncia de uma situação (injusta, ilegal, incômoda, etc.); o segundo, uma reivindicação (uma nova proposta, alguma reforma, um tipo novo de organização). Identifique, nesse manifesto, as denúncias e as propostas para transformar a ordem social.

- 2 Observe atentamente a imagem a seguir. Trata-se da obra *O nascimento de Vênus*, feita em 1485 pelo artista do Renascimento Sandro Botticelli (1444/5-1510). Com base na análise da imagem e em seus conhecimentos, responda ao que se pede.

DIALOGANDO
COM... ARTE



A pintura *O nascimento de Vênus*, do artista italiano Botticelli, criada aproximadamente em 1486, representa o ideal de beleza da época.

- Descreva a imagem e identifique, na cena, a tradição cultural a que está ligada.
- A pintura revela diversos elementos artísticos novos, introduzidos na época do Renascimento. Aponte esses elementos.
- O Renascimento foi um período muito rico em inovações na arte. Pesquise outras três obras importantes produzidas durante o Renascimento e explique de que modo elas contribuíram para inovar e modificar as formas artísticas que se desenvolviam no Ocidente até então.

TESTE SEU CONHECIMENTO

NÃO
ESCREVA
NO
LIVRO

- 1 (Unicamp-SP)

A primeira lei de Kepler demonstrou que os planetas se movem em órbitas elípticas e não circulares. A segunda lei mostrou que os planetas não se movem a uma velocidade constante.

Adaptado de: Marvin Perry. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 289.

É correto afirmar que as leis de Kepler:

- confirmaram as teorias definidas por Copérnico e são exemplos do modelo científico que passou a vigorar a partir da Alta Idade Média.
- confirmaram as teorias defendidas por Ptolomeu e permitiram a produção das cartas náuticas usadas no período do descobrimento da América.

- são a base do modelo planetário geocêntrico e se tornaram as premissas científicas que vigoram até hoje.
- forneceram subsídios para demonstrar o modelo planetário heliocêntrico e criticar as posições.

- 2 (Uern)

O Vaticano inaugurou a nova iluminação do interior da Capela Sistina, que valoriza os detalhes de obras-primas da história da arte. Quando *O juízo final*, a parede de afrescos considerada a maior obra do humanismo, foi restaurada, há 20 anos, talvez o efeito obtido não fosse como o de hoje. Sete mil leds, com luz difusa e ao mesmo tempo intensa, permitem uma valorização sem precedentes das cores.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2014/10/vaticano-inaugura-nova-iluminacao-do-interior-da-capela-sistina.html>>.

Patrimônio da Humanidade, a obra de Michelangelo é um dos símbolos máximos do Renascimento. Sobre o contexto histórico em que foi produzida essa obra, é correto afirmar que:

- a) o artista retratou o resgate das culturas helenísticas, principalmente no que se refere às concepções mitológicas e politeístas.
- b) Michelangelo, o autor de *O juízo final*, manteve em sua obra-prima o princípio básico da arte renascentista: o teocentrismo.
- c) os humanistas preconizavam o estabelecimento de dogmas cristãos dissolvidos desde a expansão vertiginosa da Igreja Ortodoxa.
- d) a obra retrata ainda temas cristãos, retirados da Bíblia, mas contém o realismo, humanismo e naturalismo característicos da Renascença.

3 (Uern) Observe a imagem.



Disponível em: <www.taringa.net/posts/ciencia-educacion/13733285/html> .

A Europa do século XIV foi marcada por desgraças e tragédias. O maior resultado desses problemas foi a crise do feudalismo e do regime senhorial. Assinale as principais tragédias e desgraças a que se referem a imagem e as informações anteriores.

- a) As desavenças entre católicos e protestantes que chegaram a provocar grandes massacres, como o da Noite de São Bartolomeu, na França.
- b) A fome, a peste negra e as guerras, tais como a Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França, fatores inequívocos da decadência medieval.
- c) As guerras pelos tronos, no contexto da formação dos Estados nacionais, que

geraram uma verdadeira guerra civil nos reinos recém-formados.

- d) As perseguições atribuídas aos tribunais de inquisição, que levaram milhares de pessoas, inclusive membros da própria igreja, à condenação da fogueira.

4 (IFBA) Acerca da arte da pintura, Leon Battista Alberti escreveu na primeira metade do século XV:

Nós, pintores, queremos, pelos movimentos do corpo, mostrar os movimentos da alma [...]. Convém, portanto, que os pintores tenham um conhecimento perfeito dos movimentos do corpo e os aprendam da natureza para imitar, por mais difícil que seja, os múltiplos movimentos da alma. Quem, sem o ter tentado, poderia crer quão difícil é representar um rosto que ri, sem fazê-lo triste, ao invés de alegre? E, ainda, quem poderia, sem grande estudo, exprimir rostos onde a boca, o queixo, os olhos, as faces, a testa se unem no riso ou nas lágrimas? Também é preciso aprendê-lo da natureza, procurando os mais fugitivos aspectos das coisas, e os que fazem imagem ao espectador mais do que ele vê.

ALBERTI, Leon Battista. “Della pintura”, livro II, cerca de 1435. In. TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Medici*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 121.



Vênus e Marte (1485). Sandro Botticelli (1445-1510).

O texto e a imagem apresentam elementos característicos do movimento artístico, filosófico e científico inaugurado na península Itálica no século XIV chamado de Renascimento, sobre o qual é INCORRETO afirmar que:

- a) as cidades da península itálica, como Florença, Veneza, Roma, foram o berço do Renascimento, estimulado pelo próspero comércio e pelo intercâmbio cultural com o Oriente.
- b) o Renascimento desenvolveu estudos no campo da filosofia denominado de Humanismo, que afirmava a valorização do ser humano e do conhecimento laico.
- c) no campo artístico, o Renascimento caracterizou-se pelo aprimoramento técnico e a valorização da beleza humana,

com emprego de estudos matemáticos, conhecimento da anatomia e sofisticação no uso das cores e contrastes.

d) o Renascimento caracterizou-se pelo rompimento com os ideais do catolicismo, pregando o retorno à religiosidade pagã da Antiguidade Clássica, como se

nota na obra *Vênus e Marte* (1485), de Sandro Botticelli.

e) no campo científico, destaca-se o astrônomo Galileu Galilei, que desenvolveu estudos acerca da teoria heliocentrista, chegando a ser processado e preso, acusado de heresia.

HORA DE REFLETIR



Uma das consequências da reforma religiosa foi possibilitar que as pessoas interpretassem livremente as Escrituras e formassem suas próprias ideias a respeito das religiões e das crenças defendidas pelas instituições religiosas. Essa ideia foi fundamental para o desenvolvimento do **conceito de tolerância religiosa**, na medida em que enfraqueceu a autoridade dos religiosos para dizer o que é certo e o que é errado. Nesse sentido, para que a tolerância religiosa se manifeste no cotidiano, é fundamental que as pessoas adotem ações e práticas que possibilitem o respeito entre os praticantes de diferentes crenças religiosas.

- 1 Em grupo, reflitam sobre esse tema e escrevam cinco possíveis regras para fortalecer as práticas de tolerância religiosa dentro da escola ou na comunidade em que vivem.
- 2 Ao final, sob a orientação do professor, reúnam as principais propostas para a elaboração de um único documento da sala.



MINHA BIBLIOTECA

PARA NAVEGAR

Venice connected. Passeio virtual pela cidade de Veneza (site em italiano). Disponível em: <<http://tinyurl.com/of54o8l>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

Igreja do Santo Sepulcro. Passeio virtual pela Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém (site em inglês). Disponível em: <www.360tr.com/kudus/kiyamet_eng/index.html>. Acesso em: 18 dez. 2015.

Basilica de São Pedro. Passeio virtual pela Basílica de São Pedro, no Vaticano. Disponível em: <www.vatican.va/various/basiliche/san_pietro/vr_tour/index-en.html>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PARA ASSISTIR

A outra. Direção: Justin Chadwick. Reino Unido / EUA, Imagem Filmes, 2008, 115 min. O filme narra as intrigas e as traições entre duas irmãs, Ana Bolena e Mary, que, por ambição e busca pelo poder, se envolvem na disputa pelo amor do rei da Inglaterra.

A rainha Margot. Direção: Patrice Chéreau. França / Itália / Alemanha, Versátil Home Video, 1994, 162 min. O filme narra o episódio do casamento entre a francesa Margot, católica, irmã do rei Carlos IX, e o nobre protestante Henrique de Navarra, que deveria confirmar a paz entre católicos e protestantes. Mas o casamento é marcado pelo massacre de protestantes em Paris, evento que ficou conhecido como Noite de São Bartolomeu.

Rei Lear. Direção: Michael Elliott. Inglaterra, Continental, 1984, 158 min. O rei Lear decide dividir em vida o reino entre suas filhas, para evitar lutas pelo poder depois de sua morte. Mas surpreende-se com a ingratidão, a inveja e a cobiça dos que o cercam.

Shakespeare apaixonado. Direção: John Madden. EUA/Reino Unido, Universal Pictures, 1998, 124 min. No filme, o dramaturgo Shakespeare, pobre e plebeu, se apaixona por Lady Viola, uma nobre da corte da rainha Elizabeth. Esse amor proibido servirá de inspiração para que ele escreva sua mais nova peça, usando-a como forma de seduzir a donzela.

FECHANDO A UNIDADE

Os três documentos a seguir abordam a diversidade religiosa. O primeiro é um artigo publicado na revista *Carta Capital*, que aborda o tema da tolerância e da intolerância religiosas no Brasil; o segundo é um registro fotográfico de um encontro de religiosos de várias crenças com lideranças políticas na Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015; o terceiro é uma foto com a reprodução do grafite *Coexist* (2015) do artista francês Combo.

DOCUMENTO 1 – Artigo

No Dia de Combate à Intolerância Religiosa, líderes alertam sobre discriminação

Em 2014, o Disque 100 registrou 149 denúncias de discriminação religiosa no país. Mais de um quarto (26,17%) ocorreu no estado do Rio de Janeiro e 19,46%, em São Paulo. O número total caiu em relação a 2013, quando foram registradas 228 denúncias, mas, mesmo assim, mostra que a questão não foi superada no país. As principais vítimas são as religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda.

“No ano passado, tivemos diferentes ações contra a intolerância religiosa, como manifestações, publicação de vídeos. Não acho que diminuiu imediatamente, mas os grupos têm reagido. Não quer dizer que tivemos menos invasões de casas e agressão pela não permissão do uso de indumentárias em espaços públicos”, analisa a coordenadora da Organização Não Governamental (ONG) Criola, Lúcia Xavier.

Para ela, a discriminação das religiões de matriz africana está ligada ao racismo. De acordo com os dados do Disque 100, no ano passado, 35,39% das vítimas eram negros. Os brancos corresponderam a 21,35%; e os indígenas, a 0,56%. Os demais não informaram. “Tem a ver também com a ideia de que as religiões de matriz africana são primitivas, usam sacrifícios de animais, têm ritos diferenciados”, diz Lúcia.

“Acho que, embora tenham ocorrido alguns avanços nos últimos anos, um desafio muito grande é o de esclaramento. A religião é demonizada, acham que cometemos barbáries. Não é nada disso. As pessoas precisam de mais informação, de saber mais a respeito”, diz a ialorixá Dora Barreto, do terreiro Ilê Axé T’Ojú Labá, no Distrito Federal.

No Dia de Combate à Intolerância Religiosa, líderes alertam sobre discriminação. *Carta Capital*, São Paulo, 21 jan. 2015. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/no-dia-de-combate-a-intolerancia-religiosa-lideres-alertam-sobre-discriminacao-7456.html>. Acesso em: 18 dez. 2015.

DOCUMENTO 2 – Fotografia



O secretário geral da ONU Ban-Ki-moon (o senhor oriental, ao centro, de gravata azul) posa com altos representantes da ONU e com líderes religiosos durante a assembleia para a promoção da tolerância, da reconciliação e do combate ao extremismo violento. Foto de 2015.

Eskinder Debebe/UN Photo

DOCUMENTO 3 – Grafite



Combo/Arquivo do artista

O grafiteiro parisiense Combo costuma usar símbolos da cultura *pop* em seus trabalhos para induzir à reflexão sobre as injustiças da sociedade atual. Acima, imagem dele ao lado de um grafite de sua autoria, em uma rua de Paris, França. Foto de 2015.

REFLITA E RESPONDA

1. Com base no documento 1, pode-se dizer que o Brasil é um país onde existe plena tolerância religiosa? Justifique sua resposta com os dados fornecidos no texto.
2. Você já presenciou situações cotidianas que demonstram o que foi apontado no texto sobre a questão da intolerância religiosa? Aponte situações cotidianas ou exibidas pelos meios de comunicação que justifiquem sua resposta.
3. Os documentos 2 e 3 fazem alusão à importância da diversidade religiosa para o convívio humano. Pesquise o significado dos símbolos do grafite e depois faça uma síntese expondo a mensagem transmitida pelas duas imagens.
4. O grafite do artista francês Combo foi uma resposta aos ataques contra os jornalistas da revista satírica *Charlie Hebdo* na França, em janeiro de 2015. A principal motivação das agressões foi religiosa: grupos extremistas consideraram que os jornalistas ofenderam a religião islâmica ao publicarem imagens que ridicularizavam aspectos da religião e da cultura islâmica. Nesse sentido, pode-se dizer que as questões relacionadas com a tolerância e a intolerância religiosas na França são diferentes das que existem no Brasil? Pesquise informações sobre o tema na França e compare com os problemas apontados no texto do documento 1. Com base nisso, redija um texto argumentando sobre a importância da arte como instrumento de combate à intolerância religiosa em diferentes regiões do mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 5 v.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A grande Revolução Inglesa, 1640-1780*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. *História geral das civilizações*. Tomo 1 – O Oriente e a Grécia. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. 2 v.
- _____. *História geral das civilizações*. Tomo 2 – Roma e seu império. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. 3 v.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 1999.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1997.
- BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 2 v.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 v.
- BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CAMARGO-MORO, Fernanda de. *As caravanas da lua: pela Rota de Incenso em busca da Rainha de Sabah*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion et al. *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CARR, Edward Hallett. *Que é História?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARTLEDGE, Paul. *História ilustrada da Grécia antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CHILDE, V. G. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.
- _____. *A manilha e o libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional, 2002.
- CUNHA, José Celso da. *A história das construções*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 4 v.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIAMOND, Jared. *Colapso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- _____; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: a Idade Média*. Porto: Afrontamento, 1990. 5 v.
- ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. 3. ed. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981.
- FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Org.). *Os povos do alto Xingu*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMBRICH, E. H. *A história da Arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.
- GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.
- GUIRAND, Félix (Dir.). *Mitología general*. Barcelona: Editorial Labor, 1965.
- HAGEN, Rose-Marie. *Los secretos de las obras de arte*. Tomo I. Madrid: Taschen, 2005.
- HARARI, Yuval Noah. *Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HISTÓRIA em Revista. Rio de Janeiro: Time-Life/Abril, 1996. 25 v.
- HISTÓRIA Geral da África II. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- JANSON, H. W. *História geral da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 3 v.
- LEFÈVRE, François. *História do mundo grego antigo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- _____. (Dir.). *Homens e mulheres da Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.
- _____; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2 v.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1.
- LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.
- LYONS, Jonathan. *A casa da sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MAN, John. *A história do alfabeto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- MANN, Charles C. *1491: novas revelações das Américas antes de Colombo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste brasileiro*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- McLAUGHLIN, Raoul. *Roma e o Oriente distante: rotas comerciais para as terras antigas da Árábia, Índia e China*. São Paulo: Rosari, 2012.
- MITHEN, Steven. *Depois do gelo: uma história humana global 20000-5000 a.C.* Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- NEVES, Walter A.; PILÓ, Luís Beethoven. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.
- PARADA, Maurício et al. *História da África contemporânea*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da Pré-História*. Parque Nacional Serra da Capivara, FUMDHAM/Petrobras, 2003.
- PINSKY, Jaime. *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, 1992.
- _____. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____; JORGE, Marcos; RIBEIRO, Loredana. *Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira*. Curitiba: Zencrane Livros, 2007.

RAMOS, Fábio Pestana. *Naufrágios e obstáculos enfrentados pelas armadas da Índia Portuguesa, 1497-1653*. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

ROSTOVTZEFF, Michael. *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

_____. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

RUNCIMAN, Steven. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. 10. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. 19. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa, 1529-1642*. Bauru: Edusc, 2000.

STRUDWICK, Helen (Ed.). *La enciclopedia del antiguo Egipto*. Madrid: Edimat, 2007.

TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Hucitec, 1989.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TOYNBEE, Arnold. J. *Helenismo: história de uma civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microrganismos*. Rio de Janeiro: Senac Rio; São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História*. São Paulo: Ática, 1997.

WILHELM, Jacques. *Paris no tempo do Rei Sol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989.



René-Gabriel Ojeda/Rmm-Réunion des Musées Nationaux/Other Images

VOLUME 1

HISTÓRIA

Manual do Professor

SUMÁRIO

1. Pressupostos teóricos	275
2. Metodologia	276
3. Organização da obra	282
4. Nossa coleção e o Enem	287
5. Procedimentos pedagógicos	288
Sugestões de respostas das atividades	289
Introdução	289
Capítulo 1 Origens da humanidade e importância da agricultura	294
Capítulo 2 Origens do ser humano na América	299
Capítulo 3 Povos da Mesopotâmia e do Egito antigo	306
Capítulo 4 Oriente antigo: China, Índia e Japão	312
Capítulo 5 Fenícios, persas e hebreus	318
Capítulo 6 Grécia antiga	327
Capítulo 7 Os primeiros séculos de Roma	334
Capítulo 8 Império Romano e Império Bizantino	340
Capítulo 9 Mundo árabe-muçulmano	350
Capítulo 10 Reinos africanos	355
Capítulo 11 Reinos medievais e fortalecimento da Igreja	361
Capítulo 12 Feudalismo e formação dos Estados nacionais	367
Capítulo 13 Fim da Idade Média, Renascimento e Reforma protestante	375
6. Bibliografia	383



Akyl/LatinStock

1 Pressupostos teóricos

Vivemos em uma era de grandes conquistas. Os avanços científico-tecnológicos nas áreas da saúde, dos meios de comunicação, dos transportes, da agropecuária, entre outros, contribuíram para aumentar e melhorar a produção de alimentos, obter a cura de doenças, garantir maior velocidade na transmissão das informações e proporcionar muitas formas de conforto e diversão a uma parcela da população mundial. Porém, na contramão desse processo, milhares de pessoas não usufruem desses avanços e são excluídas de seus direitos básicos de cidadania, sem acesso a saúde, educação, saneamento básico, moradia e informação. Para agravar esse cenário, elas têm seus direitos a integridade física e moral constantemente violados.

A essas questões somam-se outros graves problemas, como a intolerância, verificada em seus mais variados aspectos: político, religioso, étnico, sexual, de gênero, de idade, de condição social, etc. Essa intolerância muitas vezes é levada a extremos, chegando a violência física, xenofobia, racismo, discriminação e muitas outras formas de desrespeito ao outro. Também são frequentes as violações de princípios éticos, como a corrupção, que implica sérios prejuízos ao desenvolvimento social, político e econômico das nações¹.

Outro dado alarmante da nossa era é a ameaça à existência dos seres vivos do planeta devida, entre outros fatores, ao consumo sem limites, ao desenvolvimento não sustentável e ao agravamento dos problemas ambientais, como o desmatamento, a extinção de espécies, a destruição da camada de ozônio, a poluição de rios e do ar, o aquecimento global, etc.

■ A importância da educação

Embora o quadro pareça desanimador, é importante compreender que a situação atual não é irreversível e, por isso, não devemos nos acomodar. **A História mostra que os sonhos e a crença no potencial criativo do ser humano foram o combustível essencial para a mudança das sociedades ao longo dos tempos.** Por isso, lutar por um mundo mais justo, tolerante, igualitário, solidário e fraterno não pode ficar restrito a poucos. É uma tarefa que compete a todos, independentemente de nacionalidade, idade, etnia, cultura ou convicções políticas, ideológicas e religiosas.

Apesar de acreditarmos que todos, desde os chamados cidadãos comuns até os representantes dos grandes conglomerados empresariais ou financeiros — passando, é claro, pelas mais variadas instâncias de poder —, têm a mesma responsabilidade nesse esforço de construir um mundo melhor, é inquestionável o

papel que a educação exerce no processo de desenvolvimento social da humanidade. **Por meio da educação, é possível formar indivíduos aptos a ler a realidade e capazes de interferir e modificar o mundo.**

■ O papel da História

Como a disciplina de História pode participar do processo de construção de um mundo melhor?

Por ser um instrumental para a compreensão das experiências sociais, culturais, tecnológicas, políticas e econômicas da humanidade ao longo do tempo, a **História tem papel fundamental na construção de um mundo mais solidário, fraterno e tolerante.** Por meio da História, os alunos podem compreender e tomar consciência de sua realidade social. Isso se concretiza, principalmente, quando eles percebem que seu presente, ou seja, seu cotidiano, suas crenças, seus valores, seus grupos sociais etc. integram um processo intimamente ligado ao passado. É no passado que estão as explicações de questões centrais de nossa realidade, de como elas foram construídas, modificadas ou consolidadas.

De fato, o ensino de História não apenas contribui para o desenvolvimento da consciência de cidadania do aluno, mas também oferece instrumentos que servem para a construção da própria identidade. Nas palavras do historiador francês René Rémond: “O entendimento do presente escapa a quem ignora tudo do passado e que só é possível ser contemporâneo do seu tempo tendo conhecimento das heranças, consentidas ou contestadas”².

Percebendo-se como integrante da sociedade (com a qual compartilha um passado e tem um presente em comum), o aluno também irá assumir, gradativamente, sua parcela de responsabilidade na construção do presente.

Longe de reduzir o estudo da História a um presenteísmo³ desvinculado dos fatos históricos ou de dar ao passado apenas um caráter utilitário, esse tipo de articulação aponta para uma questão central: a de que todos os atos humanos são históricos.

■ O livro didático

É nesse contexto que o livro didático se insere. Acreditamos que ele deve fornecer instrumentos e estratégias pedagógicas que possibilitem ao professor despertar em seus alunos interesses e motivações para agir no mundo em que vivem.

Esse exercício permitirá que os estudantes conheçam as semelhanças e as diferenças, as permanências e as rupturas de questões e valores na História,

¹ De acordo com a ONG Transparência Internacional, em 2015, o Brasil ocupava o 76^o. lugar no *ranking* sobre a percepção de corrupção no mundo. A nota do Brasil foi 38, em uma escala que vai de 0 (para os mais corruptos) a 100 (para os menos corruptos), caindo cinco pontos quando comparado com o *ranking* de 2014. No *ranking* daquele ano, foram avaliados 168 países.

² RÉMOND, René. *Introdução à História do nosso tempo*. Lisboa: Gradiva, 1994. p. 11.

³ O termo presenteísmo é uma expressão aplicada a um tipo de visão contemporânea que busca abolir o passado e a memória histórica e cujo alcance temporal não vai além do imediato. Sobre esse fenômeno afirma Eric Hobsbawm: “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca. [...] Por esse motivo, porém, eles têm de ser mais do que simples cronistas, memorialistas e compiladores”. HOBBSBAM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

compreendam as singularidades do passado e, ao mesmo tempo, descubram as especificidades de nossa sociedade (comparada com outras do passado e do presente), em termos políticos, econômicos, sociais, religiosos, tecnológicos e culturais.

Nessa perspectiva, **esta coleção propõe auxiliar o(a) professor(a) de História a formar cidadãos críticos e atuantes no mundo em que vivem.** Para que isso se efetive, acreditamos ser essencial retirar a História do campo da erudição neutra ou da mera especulação do passado e colocá-la no campo da política, no melhor sentido da palavra⁴. Sentindo-se instigado pelas questões do seu cotidiano, os alunos poderão entender o passado como parte de um processo que lhes permite compreender e tomar consciência de sua realidade social para, a partir disso, atuar sobre ela.

2 Metodologia

Relação passado-presente

Esta coleção de História do Ensino Médio, composta de três volumes, destaca a **relação passado-presente**, que é abordada de diversas formas. As aberturas de Unidades, por exemplo, **trabalham conceitos que são caros ao mundo contemporâneo**, como diversidade religiosa, meios de comunicação de massa, ética, luta pela cidadania, política e participação, ciência e tecnologia, etc. Nas aberturas de capítulos, por sua vez, utilizamos temas ou fatos atuais relacionados ao conteúdo do capítulo.

A seção *Passado presente*, como o próprio nome indica, procura aprofundar a discussão sobre as relações entre o ontem e o hoje. Já a seção *Eu também posso participar* foi concebida com o objetivo de estimular os alunos a buscar relações no tempo e no espaço e reforçar sua participação cidadã no mundo. Finalmente, atividades como *Hora de refletir*, *Começo de conversa*, *Sua comunidade* e *De olho no mundo*, entre outras, têm o propósito de incentivar os alunos a consolidar e formalizar essas relações⁵.

Acreditamos que, ao trabalhar com a relação passado-presente, reforçamos a historicidade dos atos humanos, valorizamos a visão dialética da História e incentivamos os alunos a perceber que **a História é um processo aberto** e que os seres humanos não estão condenados a viver em nenhuma sociedade em particular. É a ação dos indivíduos – consciente ou não – que decide seu futuro⁶.

Fazer esse trabalho – direcionado para a relação entre passado e presente – não significa abandonar

os fatos e os processos do passado, mas sim dar-lhes sentido. Desse modo, nesta coleção procuramos referendar uma vasta gama de experiências vividas por diversos povos do planeta ao longo dos séculos, assim como alguns dos principais processos históricos da humanidade, desde seus primórdios até o mundo contemporâneo.

Preocupamo-nos em contemplar também processos, descobertas, sociedades, civilizações e povos geralmente ausentes das salas de aula. A seção *Enquanto isso...* cumpre, em parte, esse papel, pois, além de trabalhar a simultaneidade, permite trazer à tona experiências históricas diversificadas, contribuindo para deslocar o foco exclusivo da chamada história eurocêntrica⁷.

Outra preocupação da obra é destacar o papel de **diferentes grupos sociais ao longo da história**, abordando a participação das mulheres, das crianças, dos jovens e dos idosos nos processos históricos de constituição das diversas sociedades humanas. Isso é feito tanto por meio de textos e seções quanto por atividades diversas⁸. Além disso, esse Manual traz sugestões de propostas didáticas (os Procedimentos Pedagógicos) que podem ser desenvolvidas em sala de aula como forma de reforçar essas temáticas nas discussões dos conteúdos do livro.

Antigas sociedades orientais

Nesta coleção, foram abordadas diversas **sociedades orientais**, como a dos hindus, dos persas, dos fenícios, dos chineses, dos japoneses e dos hebreus, todos tratados no Volume 1. Salientamos, assim, a importância do legado desses povos ao mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, ao apresentar sociedades diferentes das existentes no mundo ocidental, tratamos da diversidade e da pluralidade étnica, cultural e religiosa, valorizando o respeito às diferenças e incentivando uma atitude de tolerância em relação ao outro.

A África

No caso das sociedades africanas, nossa preocupação foi ainda maior. Tratamos da cultura africana e afrodescendente ao longo de toda a coleção, seja dedicando capítulos exclusivos ou por meio de boxes em momentos oportunos.

Um de nossos objetivos foi **destacar a diversidade de povos que o continente africano abriga e o fato de eles terem não uma única história, mas experiências históricas e culturais variadas, distintas e ricas**⁹. Problematizar a história única, não apenas dos africanos e da

⁴ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 6.

⁵ Uma explicação pontual sobre a proposta de cada seção de texto e de atividades da coleção pode ser encontrada no item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

⁶ Ver SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 129.

⁷ Exemplos dessa afirmação podem ser encontrados na seção *Enquanto isso...* dos Capítulos 4 e 10 do Volume 1, 1 e 3 do Volume 2 e 2 e 11 do Volume 3.

⁸ Exemplos disso podem ser encontrados na página 182 do Volume 1, página 140 do Volume 2 [seção *Eu também posso participar* do Capítulo 8] e na página 118 do Volume 3 [do Capítulo 6 no subtítulo *A Frente Negra Brasileira*].

⁹ No Capítulo 3 do Volume 1, por exemplo, destacamos o fato de a civilização egípcia ser africana, o que muitas vezes passa despercebido pelos alunos. Ver também o Capítulo 10 do Volume 1, que trata de alguns reinos africanos.

África, mas de outros povos e continentes, é um importante caminho para desenvolver o senso crítico dos alunos e incentivá-los a criar novas formas de se expressar e enxergar o mundo, além de desconstruir sentidos comuns e preconceitos. A escritora nigeriana Chimamanda Adichie faz uma interessante reflexão sobre o assunto: “é impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é ‘nkali’. É um substantivo que livremente se traduz: ‘ser maior do que o outro’. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do ‘nkali’. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com ‘em segundo lugar’. Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história como fracasso do Estado africano e não com a criação colonial do Estado africano e você tem uma história totalmente diferente. (...) Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”.¹⁰

Tanto estudos produzidos nas últimas décadas quanto a Lei nº 10.639 (e depois a Lei nº 11.645) indicam a necessidade de se fazer, na sala de aula, um trabalho mais sistemático e intenso em relação à história da África e dos afrodescendentes. Alguns estudos mostram, por exemplo, que muitas vezes as crianças, os adolescentes e os jovens afrodescendentes não se identificam como negros, uma vez que, quase sempre, são retratados nos meios de comunicação, incluindo os livros didáticos, em situações socialmente negativas: vinculados à pobreza, submissos (na condição de escravos e no ato de serem açoitados, por exemplo), relacionados à violência, etc.¹¹

Cientes disso, buscamos esclarecer como ocorreu o processo que resultou na lamentável exclusão social de boa parte da população afrodescendente no Brasil e no mundo. Ao mesmo tempo, procuramos destacar o relevante papel desempenhado pelos povos africanos ao longo da História. Na coleção, textos e imagens mostram, por exemplo, a participação dos africanos e afrodescendentes na construção da sociedade brasileira. Indivíduos que, ao longo dos séculos, ocuparam espaços na economia, na cultura e na política brasileiras, por meio de manifestação pública ou intelectual.¹²

Incluimos, também, informações, textos, imagens e atividades críticas que demonstram o quanto nossa cultura é marcada pela herança africana. Além disso, sempre que foi possível, incentivamos a reflexão sobre as formas de preconceito aparentemente “imperceptíveis” e enraizadas em nossa sociedade.

Povos indígenas

Em 1492, Cristóvão Colombo desembarcou na região que hoje conhecemos como América Central e, imaginando ter chegado à Índia, passou a chamar todos os nativos que ali viviam pelo nome genérico de índios. Passados mais de 500 anos, essa denominação ainda permanece no senso comum, de forma generalizada, muito embora seja conhecida a grande diversidade de povos indígenas que existem na América.

A imagem do indígena, quase sempre associada ao passado e estereotipada na clássica representação de “pessoas que andam nuas no meio da mata”, não representa de forma alguma a diversidade, as especificidades e as problemáticas históricas e atuais dos povos indígenas do continente americano.

Existem muitos estudos que analisam os nativos americanos na sua relação com os não indígenas, principalmente associados ao exótico ou à condição belicosa – em guerra contra outros povos (indígenas e não indígenas) ou como empecilho ao “desenvolvimento” da futura nação –, e também como povos domidos ou assimilados pelo colonizador. Nessa perspectiva, os indígenas são apresentados não como sujeitos históricos, mas como “coadjuvantes”¹³.

Essa visão, muito propagada principalmente pela historiografia do século XIX, tendeu a relegar os conhecimentos acumulados por esses povos ao esquecimento, assim como as singularidades de suas diversas culturas. Além disso, difundiu preconceitos na sociedade daquela época ao associar as populações indígenas ao atraso e à ignorância pelo fato de muitos desses povos não terem uma escrita formal. Por esse motivo, as nações indígenas muitas vezes foram taxadas pela historiografia tradicional como “povos sem cultura”.

Se do ponto de vista da cidadania essa atitude contribuiu para a manutenção do preconceito contra os povos indígenas, do ponto de vista da História e da Antropologia refletiu uma abordagem equivocada do conceito de cultura. Além disso, também colaborou para manter uma visão linear e evolutiva da História, uma vez que esses povos foram associados ao “primitivo”, enquanto o europeu (o colonizador) foi apresentado como modelo de civilização a ser alcançado por todos os povos.

Nesse cenário, é de importante necessidade um trabalho dedicado à história dos povos indígenas,

¹⁰ Ver o TED de Chimamanda Adichie, realizada em julho de 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gswkbec>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

¹¹ Para ajudar a transformar essa situação, a História desempenha um papel destacado. Como afirma Selva Guimarães: “A História como disciplina formativa tem um papel central na luta pela superação da formação racista e no desafio de construção de um projeto de educação inclusiva, republicana, libertadora e plural”. GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2012. p. 87.

¹² Além do painel geral que traçamos sobre a presença negra na colônia e no império (Capítulo 5 do Volume 2), abordamos a situação dos africanos e de seus descendentes em praticamente todos os capítulos de Brasil dos Volumes 2 e 3.

¹³ GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995. p. 487.

tanto do passado como do presente, distante dessa visão eurocêntrica do mundo. Apesar de os estudos sobre a história das populações indígenas anterior à chegada do europeu ainda serem escassos e apresentarem muitas lacunas, há uma recente produção historiográfica que se preocupa em analisar esses povos com outro olhar, tratando-os como sujeitos da própria história e voltando-se para suas tradições e seus modos de vida (organização social, religiosidade, educação, crenças etc.). Além dos estudos e documentos indígenas que afirmam a necessidade de voltarmos nosso olhar para essas populações, a Lei n. 11 645, sancionada em março de 2008, é incisiva sobre a urgência de incorporar ao conteúdo programático escolar a história dos povos indígenas¹⁴.

Foi no sentido de contribuir de forma efetiva para a mudança dessa abordagem (que trata os povos nativos da América de forma generalizada e, muitas vezes, depreciativa) que trabalhamos a questão indígena nesta coleção. **Buscamos reforçar a historicidade dos povos indígenas**, assim como deixar claro para os alunos que **o contato entre indígenas e europeus não se resumiu a uma simples relação de dominador e dominado**¹⁵.

Acrescente-se ainda que em vários capítulos sobre a história do Brasil destacamos o indígena no tempo presente. Além de mencionar os problemas que essa população enfrenta hoje, procuramos mostrar também o quanto a herança indígena faz parte da nossa cultura.

Trabalho com conceitos

Embora tenhamos adotado uma perspectiva de História integrada e cronológica para a obra, o cerne de sua organização, assim como um dos pilares de sua metodologia, são as unidades conceituais. Elas foram criadas para serem **mais um suporte no trabalho de formação do espírito crítico do jovem cidadão em sala de aula**.

Esses conceitos foram pensados tendo em vista a coleção completa e um trabalho a ser realizado em três anos. Assim, os 42 capítulos dos três livros da coleção se dividem em 12 unidades conceituais, nas quais abordamos algumas das principais questões de nosso tempo. São elas: *Conhecimento e criatividade*; *Urbanização*; *Direito e democracia*; *Diversidade religiosa*; *Diversidade cultural*; *O trabalho*; *A luta pela cidadania*; *Política e participação*; *Ciência e tecnologia*; *Meios de comunicação de massa*; *Violência*; *Ética*.

Dois critérios principais nos levaram a definir o conceito de cada Unidade: a importância do assunto para a compreensão de diferentes aspectos da realidade

(sobretudo a realidade brasileira) e os momentos em que, no decorrer da História, esses conceitos se constituíram ou se evidenciaram.

Podemos exemplificar nossa proposta citando a Unidade 4 do Volume 1, *Diversidade religiosa*. Os capítulos nela compreendidos abrangem um período que vai de 1200 a.C. até os séculos XV e XVI, aproximadamente. Entre outros aspectos, esse período foi marcado pela consolidação das duas maiores religiões monoteístas do mundo contemporâneo: o cristianismo e o islamismo. Assim, aproveitamos um conteúdo já existente na organização cronológica da obra para promover uma reflexão sobre o sentido da religião para diferentes povos e a historicidade da religião, destacando, por exemplo, as principais características do islã e como essa religião se expandiu ao longo do tempo, as transformações no cristianismo nos séculos XV e XVI, entre outras questões. Trabalho semelhante é feito sobre as religiões africanas, um dos temas do Capítulo 10 dessa Unidade. Ainda para exemplificar, podemos mencionar a Unidade 2 do terceiro volume, que aborda o período entre 1920 e a Guerra Fria, aproximadamente. Nessa Unidade optamos por abordar o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa, pois foi nesse período que ocorreu a invenção da televisão e no qual o cinema, o rádio e a publicidade se difundiram pelo mundo. Foi também nessa época que o poder de penetração social desses meios de comunicação foi levado ao extremo, particularmente pelo uso que deles fizeram os regimes totalitários.

O vínculo entre os capítulos e o conceito da Unidade é estabelecido por meio de recursos variados, como os textos de abertura da Unidade. Em geral, esses textos apresentam, inicialmente, exemplos ou situações do cotidiano da maioria das pessoas (no presente), sugerindo aos alunos que o assunto abordado também diz respeito a eles e à sociedade em que vivemos. Em seguida, problematizamos o conceito apresentado, para, finalmente, relacioná-lo ao conteúdo dos capítulos. Dessa forma, fica claro para os alunos que aquele assunto contemporâneo liga-se, de alguma forma, ao passado¹⁶.

As discussões a respeito dos conceitos de cada Unidade continuam no interior dos capítulos, tanto no texto principal, dos boxes e das seções, quanto nas atividades sugeridas.

Na escolha dos conceitos a ser trabalhados na obra, buscamos aqueles adequados à realidade do aluno de Ensino Médio e, ao mesmo tempo, relacionados às necessidades do presente e ao entendimento do

¹⁴ Lei n. 11 645, de 10 março de 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

¹⁵ A respeito dessa questão, comenta a professora Maria Regina Celestino de Almeida: “As relações de contato entre os índios e a sociedade ocidental eram vistas como simples relações de dominação impostas aos índios, de tal forma que não lhes restava margem de manobra alguma a não ser a submissão passiva a um processo de perdas culturais progressivas que os levaria à descaracterização e à extinção étnica. Nessa perspectiva, os índios do Brasil integrados à colonização, quer na condição de escravos ou de aldeados, diluíam-se nas categorias genéricas de escravos ou despossuídos da colônia. Assim, os tamoios, os aimorés, os goitacases eram índios bravos, mas perderam a guerra, foram absorvidos pelo sistema colonial como vítimas indefesas, aculturaram-se, deixaram de ser índios e saíram da História. Em nossos dias, as novas propostas teóricas da Antropologia e da História, disciplinas que ao se aproximarem desenvolvem e ampliam a noção de cultura, têm permitido uma outra compreensão das relações de contato entre índios e europeus, de suas experiências no interior dos aldeamentos e, conseqüentemente, da própria história indígena do Brasil”. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Faperj/Casa da Palavra, 2003. p. 27.

¹⁶ Sobre o texto de abertura, ver o item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

assunto no passado¹⁷. Vale dizer que não é nosso objetivo, nesta coleção, aprofundar os conceitos ao nível de discussões de natureza filosófica ou semântica, pois tal tarefa cabe aos cursos de graduação ou pós-graduação¹⁸.

■ Trabalho com imagens

O mundo contemporâneo é marcado por uma profusão de imagens e registros visuais que se manifestam nos mais variados suportes, como nos programas de televisão, nos anúncios de publicidade, nos filmes e na internet. Assim, o jovem cresce imerso nesse variado universo de imagens. Por essa razão, elas (pinturas, esculturas, mosaicos, ilustrações, mapas, fotografias etc.) se tornaram um elemento de suma importância no trabalho em sala de aula pois, entre outras possibilidades, permitem aos leitores (principalmente ao público mais jovem) a percepção de formas diversas da passagem do tempo histórico, bem como desenvolver neles um espírito crítico diante do objeto observado. Nesse caso, como ressalta a historiadora Ana Maria Mauad, para que as imagens possam ser pensadas de forma crítica e historicizada, há de se operar sobre a natureza histórica delas, buscando a sociedade que a produziu através do sujeito que a consumiu¹⁹.

Assim, para que o trabalho com imagens em sala de aula seja proveitoso, alguns objetivos são necessários. Primeiro, as imagens devem contribuir de fato para as discussões propostas na coleção e ser analisadas como documentos históricos. Outro aspecto a ser observado é o processo de **leitura e interpretação de imagens, que deve ajudar os alunos a entender o significado específico desses documentos, o contexto em que foram produzidos e as intenções de quem os produziu**, além de contribuir para torná-los aptos a fazer uma leitura crítica desse tipo de documento em outras situações de sua vida²⁰.

Foi com base nesses princípios que procuramos selecionar a iconografia apresentada na obra. O processo de escolha orientou-se no sentido de optar por imagens que de fato fossem mais um instrumento para a leitura e compreensão dos fatos, processos, conceitos e das realidades estudadas ao longo da coleção. Foi também nossa preocupação selecionar imagens que refletissem a produção iconográfica de variadas regiões do mundo em diversos tempos e lugares²¹.

Outro trabalho importante apresentado nessa coleção são as atividades com mapas, que permitem analisar e relacionar diferentes fenômenos em uma

determinada região, revelando o espaço como produto das relações sociais. Por funcionar como síntese de vários aspectos estudados no capítulo, sua leitura deve ser sempre recomendada, seja individualmente, seja de forma coletiva. Nesse sentido, foram propostas atividades com leitura e análise de mapas diversos ao longo dos volumes. Para a realização dessas atividades, é importante que os alunos observem as informações presentes na representação cartográfica, como a escala, as fronteiras de países ou regiões, o significado dos símbolos da legenda, além de confrontarem informações do mapa e do texto. Quando possível, devem comparar mapas que representam a mesma região em capítulos distintos. As atividades de análise de mapa podem ser usadas como instrumentos para dialogar com a disciplina de Geografia, visando à interdisciplinaridade.

■ Interdisciplinaridade e experimentação

Para que a educação garanta de fato o desenvolvimento das múltiplas dimensões do educando – cognitivas, sociais, políticas, afetivas, ética etc. –, é preciso também que **o conhecimento seja trabalhado como múltiplo, como algo não compartimentalizado**. Cada acontecimento, invenção, ideia, proposta política ou descoberta traz em si inúmeros interesses, informações, relações, que precisam ser evidenciadas e exploradas ao longo das aulas.

Para ilustrar essa preposição, vamos pensar no Renascimento iniciado no século XV (Capítulo 13 do Volume 1). Uma das maiores novidades da arte do período foi a perspectiva, princípio pelo qual as pessoas e os objetos passaram a ser representados em uma tela em suas posições e tamanhos proporcionais a partir de uma observação fixa (ver box da página 253, Capítulo 13, Volume 1). Essa inovação da arte só foi possível graças ao desenvolvimento de conhecimentos variados como a Matemática, a Física, etc. Outras descobertas científicas (como na área da Medicina) também influenciaram a produção de obras de arte no período e vice-versa (ver páginas 250 e 251 do Volume 1, especificamente).

Outros exemplos são as reflexões sobre temas como a exclusão social da mulher e da população negra, o papel dos movimentos sociais, a análise da cidadania e da participação política em diferentes momentos da História, entre outros, que são ampliados a partir da análise de gráficos, tabelas, imagens e variados dados e ferramentas fornecidos por diferentes saberes e campos científicos. No diálogo entre História

¹⁷ Conforme consta nas *Orientações curriculares para o Ensino Médio*, os conceitos para esse nível de ensino devem funcionar como “indicadores de expectativas analíticas”. Ver *Conhecimentos de História*. In: *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf, p. 71>. Acesso em: 19 mar. 2016.

¹⁸ Segundo o historiador Marcelo Jasmim, os conceitos sofrem alterações de sentido ao longo do tempo: “Quando consideramos a noção de revolução que aparecia há quatro ou cinco séculos, esse conceito significava o que Copérnico dizia em relação às ordens celestes. Revolução era o retorno do astro ao seu próprio lugar depois de realizar a sua órbita. Para nós, hoje em dia, revolução é o contrário disso. Não é restauração; é ruptura em relação ao lugar de origem”. (Citado em: *Linguagem e História* – Entrevista com Marcel Jasmim. Disponível em: <<http://tinyurl.com/zgtpx8t>>. Acesso em: 19 mar. 2016.)

¹⁹ Ver: MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem – usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). *O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: Ed. da UFRN, 2007. p. 110-111.

²⁰ Sobre as estratégias específicas de trabalho com imagens, ver as seções *Olho vivo* e *Interpretando documentos* no item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

²¹ Ver, por exemplo, o afresco minoico reproduzido na página 114 do Volume 1, o *Códice Mendoza* nas páginas 44 e 45 do Volume 2 e a pintura *Guernica* nas páginas 90 e 91 do Volume 3.

e Economia, por exemplo, podemos pensar: “*é possível desassociar a pobreza e a violência das teorias e práticas econômicas?*” (ver Capítulo 12 do Volume 3).

O que queremos destacar é que **o conhecimento é plural**. Mesmo que determinado acontecimento ou fato pareça estar ligado a uma área específica – como a Física, a Matemática, a História, a Medicina, por exemplo –, o conhecimento é resultado de diversas fontes e interesses inter-relacionados. É por isso que não podemos trabalhar as disciplinas escolares de forma estanque. Como afirma a linguista Karen Currie, “as disciplinas são fios entrelaçados do mesmo tecido”²².

Foi esse dinamismo do conhecimento que procuramos ressaltar ao longo de toda a coleção. **Por meio de textos, boxes, atividades, imagens, etc., procuramos evidenciar esse entrelaçamento dos saberes**. Além de o próprio texto, em muitos momentos, se referir ou se relacionar a diversas áreas do conhecimento, existem algumas seções nas quais procuramos apresentar de forma concreta como se dá a interdisciplinaridade. *Interpretando documentos*, por exemplo, é uma seção que utiliza diferentes gêneros textuais e iconográficos, inclusive de obras literárias, para discutir aspectos variados das sociedades, como mentalidades, inovações, fatos políticos e sociais, etc.²³. Já a seção *Olho vivo* utiliza os diversos componentes presentes em uma obra de arte – como a técnica, saberes matemáticos etc. – para ajudar a compreender determinado momento histórico. *Fechando a Unidade*, por sua vez, faz uso de diferentes gêneros textuais – quadrinhos, poesia, artigos –, além de gráficos, tabelas, fotografias e pinturas para refletir sobre o passado e o presente. A seção de atividades *Diálogos*, que aparece no interior de alguns boxes, também tem como finalidade evidenciar a interdisciplinaridade. Além disso, em diversos pontos dos capítulos, utilizamos o selo *Dialogando com...* de modo a evidenciar as relações da História com outras disciplinas do conhecimento.

É também com o intuito de levar os alunos a perceberem na prática a interdisciplinaridade que, ao longo da coleção, em diversos momentos, **propomos atividades de experimentação**, como gravação de vídeo, elaboração de músicas, poesias, jornais, encenação teatral, pesquisa de opinião, entrevistas, etc. Nesta coleção, em ocasiões em que essa interdisciplinaridade se torna mais evidente, foi aplicado o selo *Dialogando com...*

● Como “aprender”?

Tendo em vista a perspectiva de construção do conhecimento histórico e a formação para a cidadania, procuramos delinear como os alunos poderão aprender e compreender fatos e processos históricos e, também, entender a realidade em que vivem.

Sabemos que não existem receitas prontas ou infalíveis, mas acreditamos que um bom começo seja **incentivar os alunos a utilizar os saberes que já possuem, contribuindo para o resgate de sua autoestima pedagógica e social**. É essencial dar importância aos conhecimentos prévios dos alunos e oferecer-lhes a oportunidade de se expressar sobre esses conhecimentos, expondo suas opiniões e seus valores.

Acreditamos também ser importante realizar um trabalho no sentido de desenvolver a observação dos alunos em relação ao mundo em que vivem. Assim, eles poderão perceber que questões aparentemente simples da vida ou da comunidade em que vivem estão, muitas vezes, relacionadas com temas globais. Ao fazer isso, eles poderão identificar as relações sociais ao seu redor e relacioná-las (ou não) com as do passado. Essa atitude lhes servirá como ponto de partida para a compreensão tanto do presente como do passado.

Para concretizar essa possibilidade, oferecemos textos e discussões sobre importantes questões relacionadas ao passado e ao mundo contemporâneo, pois, como afirma o historiador Eric Hobsbawm, “ser membro da comunidade humana é situar-se com relação a seu passado”²⁴.

Tão importante quanto oferecer aos alunos textos e informações, é encontrar estratégias que os tornem capazes de fazer uma leitura do passado e do presente e prepará-los para transpor esse conhecimento para novas situações. Para isso, acreditamos ser *primordial* o papel do(a) professor(a), profissional com formação em História e conhecedor(a) da realidade de seus alunos. Ele(a) deve desenvolver estratégias que sejam pertinentes e adequadas à sua realidade escolar. É ele(a) que “pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas em problemáticas”²⁵.

Para nós, o livro didático, assim como outros materiais e procedimentos, pode ser um importante instrumento de apoio para o trabalho do professor. Além de ser um depositário dos conteúdos históricos organizados sistematicamente, ele também pode auxiliá-lo na tarefa de desenvolver competências e habilidades essenciais para a formação dos alunos, como leitura e análise, material de consulta, contextualização e interpretação de diversos tipos de fontes e testemunhos, tanto do passado quanto do presente, etc.

Foi com base nessas premissas que elaboramos esta coleção. Buscamos oferecer textos e imagens

²² CURRIE, Karen. *Meio Ambiente – Interdisciplinaridade na prática*. São Paulo: Papyrus, 2007. p. 11.

²³ Nesse sentido, vale destacar a importância da utilização de diferentes linguagens no ensino e na reflexão sobre a história. Como afirma Flávia Cópico Esteves, o “uso de diferentes fontes e linguagens – compreendidas entre imagens, obras literárias, artigos de jornal, filmes e música – compõe um terreno fértil para pensar a sala de aula não como um local de simples transmissão do conhecimento, mas como momento e espaço de produção do saber histórico”. ESTEVES, Flávia Cópico. *Interpretações do passado, leituras do tempo presente: notas sobre o diálogo entre história e cinema*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 481.

²⁴ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 22.

²⁵ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula*. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 57.

de naturezas diversas que possibilitem um trabalho consistente na compreensão da História e do presente. Entretanto, assim como no estudo de História não basta ao historiador ter evidências em mãos sem lhes fazer as perguntas corretas, também não basta colocar as informações e os documentos nas mãos dos alunos sem habilitá-los a lê-los e a interpretá-los.

■ Atividades

Além das estratégias utilizadas para trabalhar os conceitos das Unidades, diversas outras foram pensadas como facilitadoras no processo de aprendizagem dos alunos. Nesse contexto desenvolvemos as propostas das atividades desta coleção.

Organizadas tanto pelo prisma cognitivo²⁶ quanto pelo da formação básica de História, as atividades no interior dos capítulos são de natureza e objetivos variados²⁷.

Na atividade *Sua comunidade*, por exemplo, buscamos relacionar a discussão do conceito da Unidade ou do tema do capítulo à realidade local dos alunos. *Sua opinião* é outra atividade que, além de requerer que os alunos se posicionem sobre valores, crenças, polêmicas etc., ainda trabalha o desenvolvimento da habilidade de argumentação.

Já na seção *Olho vivo*, os alunos terão a compreensão de que as imagens podem ser interpretadas sob diferentes pontos de vista e não se constituem apenas em mecanismo para “ilustrar” o texto nem em uma “cópia fiel” dos acontecimentos. Nela, contextualizamos imagens como pinturas, monumentos, construções, estamparias, mapas, frisos, etc. e explicamos detalhes ou simbologias importantes de sua confecção.

Se na seção *Olho vivo* mostramos aos alunos que o trabalho de leitura de imagens é factível e apaixonante, na seção *Interpretando documentos* são eles que colocam em prática os conhecimentos adquiridos, fazendo a leitura e a interpretação de imagens e outros documentos. É também nessa seção que os alunos comparam documentos de naturezas semelhantes (como dois escritos) ou de naturezas diferentes (como um escrito e uma imagem). O trabalho de leitura de documentos também possibilita aos alunos assimilar e/ou reforçar as especificidades e conceitos próprios da História, como a de que um mesmo fato pode ter múltiplas interpretações, a transitoriedade do conhecimento histórico, etc.

Além disso, procuramos selecionar trechos de obras literárias, já que por meio delas é possível relacionar e articular as diversas áreas do conhecimento²⁸. Assim como as obras literárias, os filmes e os documentários

sugeridos ao longo da coleção são importantes recursos para obter o envolvimento dos alunos com a História e para trabalhar com áreas afins. Embora todos os livros e filmes indicados sejam pertinentes à faixa etária de alunos do Ensino Médio, é importante que o(a) professor(a), antes de referendar tais indicações, veja se elas são adequadas à realidade ou ao perfil de sua classe, região e escola.

O trabalho de integração da História com outras áreas do conhecimento foi uma preocupação constante na elaboração da obra e pode ser percebido também nas atividades nomeadas *Diálogos*.

Foi também nossa preocupação criar caminhos para **auxiliar o professor** no desenvolvimento ou reforço de competências e habilidades dos alunos, como pesquisar, localizar informações no texto, organizar exposições, trabalhar a cultura material e imaterial, fazer leitura de mapas, etc. Enquanto algumas atividades foram elaboradas para ser resolvidas individualmente, estimulando a capacidade de concentração e autonomia dos estudantes, outras têm como proposta a elaboração de respostas em grupo, escritas ou orais. Dessa maneira, **os alunos não só poderão desenvolver a capacidade de argumentação e raciocínio, mas também serão estimulados a trabalhar em equipe, trocar ideias, debater e respeitar a opinião do outro**²⁹.

■ Como avaliar

No universo escolar, a avaliação é um poderoso instrumento de diagnóstico do processo de aquisição do conhecimento por parte do educando e da relação didática estabelecida entre o professor e o aluno. Entendemos que a avaliação não se resume a provas nem pode ser vista como mero processo classificatório, com o intuito de identificar erros. Ao contrário, **é um meio que permite ao professor avaliar o grau de amadurecimento intelectual e pedagógico dos alunos e os acertos e erros das estratégias didáticas utilizadas**. Por essa razão, acreditamos ser primordial que os objetivos e os critérios da avaliação sejam claros tanto para o professor quanto para os alunos.

Considerando a organização da obra por unidades conceituais e nossa concepção de que o Ensino Médio deve contribuir efetivamente para a formação integral do aluno, apresentamos a seguir algumas propostas de avaliação contínua que podem servir como ponto de partida para que o professor organize um sistema de avaliação adequado à realidade de sua classe.

- a) *Avaliação no início da Unidade*: essa avaliação pode fornecer informações ao professor sobre o nível de conhecimento dos alunos em relação ao conceito e

²⁶ De modo geral, a proposta cognitiva contida nas atividades desta coleção segue o caminho definido pela *Matriz de Referência para o Enem 2012*, a saber: levar o aluno do Ensino Médio a 1) Dominar linguagens; 2) Compreender fenômenos; 3) Enfrentar situações-problema; 4) Construir argumentação; 5) Elaborar propostas. Ver *Matriz de Referência para o Enem 2012* no final deste Manual. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²⁷ Sobre as atividades, ver o item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

²⁸ Conforme observa o historiador Rafael Ruiz, o modelo narrativo nos permite conhecer tanto o ponto de vista do narrador quanto uma abordagem comparativa. O narrador, pelo fato de narrar, posiciona-se a partir de um ponto de vista, que fica explícito na própria narrativa. Ver: RUIZ, Rafael. *Literatura: novas formas de abordar o ensino de História*. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, propostas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 91.

²⁹ Em *Orientações curriculares para o Ensino Médio* encontram-se diversas propostas de estratégias que podem ser utilizadas pelo professor para levar o aluno a desenvolver habilidades próprias aos estudantes do Ensino Médio. Ver *Conhecimentos de História*. In: *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf, p. 80-84>. Acesso em: 19 mar. 2016.

aos temas que serão discutidos na Unidade. Sugerimos que, por meio da seção *Começo de conversa*, o professor faça uma análise das aptidões, conhecimentos e interesses dos alunos, já tendo em mente os objetivos que pretende alcançar com o grupo.

b) *Avaliação no decorrer da Unidade*: possibilita principalmente verificar o processo de aquisição de conhecimentos dos alunos, o desenvolvimento da capacidade de observar e interpretar criticamente a realidade, bem como a validação ou não das

estratégias pedagógicas utilizadas pelo professor. Essa avaliação pode ser feita cotidianamente por meio da verificação da participação e do empenho dos alunos em trabalhos individuais ou coletivos, orais ou escritos, em pesquisas, debates, provas etc.

c) *Avaliação ao final da Unidade*: tem como objetivos fazer um diagnóstico sobre o que os alunos assimilaram ao longo da Unidade e se compreenderam de forma satisfatória os conceitos estudados nela.

3 Organização da obra

O quadro a seguir oferece uma visão da estrutura da obra com suas principais características.

ESTRUTURA DA OBRA		COMPONENTES
Unidade	Abertura de Unidade	Texto de abertura
	Capítulos	Atividade <i>Começo de conversa</i>
		Abertura de capítulo
		Texto central
		Boxes gerais
		<i>Passado presente</i>
		<i>Eu também posso participar*</i>
		<i>Olho vivo</i>
		<i>Enquanto isso...</i>
		<i>Esquema-resumo</i>
		<i>Minha biblioteca</i>
		Glossário
	Atividades no interior de boxes e seções	<i>Diálogos</i>
<i>Sua comunidade</i>		
<i>Sua opinião</i>		
<i>De olho no mundo</i>		
Atividades no meio e ao final do capítulo	<i>Interpretando documentos</i>	
	<i>Teste seu conhecimento</i>	
	<i>Organizando as ideias</i>	
	<i>Hora de refletir</i>	
Fechamento de Unidade	Atividade <i>Fechando a Unidade</i>	

* Nos capítulos de História geral.

Unidades conceituais

» Texto de abertura

A ideia de pôr em prática um trabalho com conceitos **pressupõe a valorização do conhecimento que os alunos possuem sobre a sociedade e sobre as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e do cotidiano.**

Por meio da mobilização de seu conhecimento prévio para a interpretação da realidade, mediada pela atuação do professor, esperamos que os alunos alcancem um nível de conhecimento adequado em relação aos conceitos históricos abordados na coleção.

Cabe observar que o texto de abertura não é um resumo dos assuntos que os alunos estudarão nos capítulos. As aberturas têm por finalidade potencializar

questões que os educandos, de modo geral, conhecem, mas sobre as quais provavelmente não refletiram de forma sistemática ou sob uma perspectiva histórica.

Antes de iniciar uma nova Unidade, o professor pode fazer um levantamento dos assuntos recentes no cotidiano da comunidade em que os alunos vivem, bem como dos grandes temas em discussão no Brasil e no mundo, apresentando-lhes exemplos relacionados ao conceito em questão. Isso pode ser feito utilizando notícias divulgadas pela imprensa ou por meio de músicas, poemas, textos de pensadores etc. É interessante incentivar os alunos a apresentar outros exemplos. O trabalho em torno de cada conceito pode ser feito também por meio de pesquisas complementares, cujos resultados podem ser apresentados na forma de seminários, cartazes, peças de teatro etc.

» Começo de conversa

No trabalho de mostrar aos alunos qual parte do assunto discutido é de seu conhecimento, criamos, em cada abertura de Unidade, a seção *Começo de conversa*.

Essa seção de atividades **tem como objetivo trabalhar os saberes prévios dos alunos**. Trata-se de questões que visam sensibilizá-los em relação ao conceito abordado, apoiando-se no conhecimento que eles já têm sobre o assunto³⁰. Procuramos ver o “conhecimento prévio” como um **repertório que faz parte da memória e da inteligência de todas as pessoas, independentemente da formação acadêmica ou do grupo socioeconômico a que pertencem**. Tais repertórios são adquiridos com a convivência familiar, o contato com amigos e grupos de convívio, pelas novelas, por jornais, filmes, músicas, etc.

Para evitar perguntas que se resumam ao mero “você conhece ou já ouviu falar...”, buscamos situações do cotidiano ou do mundo contemporâneo que liguem a realidade dos alunos ao conceito trabalhado. Vale lembrar que as perguntas elaboradas servem apenas de indicadores e, de acordo com a realidade da classe ou, por exemplo, das discussões do momento na mídia, o professor pode alterá-las.

Por se tratar de um instrumento para verificar o conhecimento prévio dos alunos sobre determinada situação ou determinado conceito, as respostas às perguntas dessa seção não devem ser encaradas sob o prisma do “certo ou errado”. Mas também por ter essa característica (de ser um avaliador do conhecimento do aluno), elas podem ser um valioso instrumento de avaliação dos próprios alunos, que, ao final do estudo da Unidade, terão a oportunidade de comparar seu conhecimento inicial com as respostas das atividades da seção *Fechando a Unidade*, que veremos a seguir.

» Fechando a Unidade

Ao término de cada Unidade criamos a seção *Fechando a Unidade*, na qual, por meio da leitura e da interpretação de documentos, propomos aos alunos emitir opiniões e elaborar de forma mais sistematizada suas ideias a respeito do conceito trabalhado, assim como ir além daquilo que foi discutido inicialmente.

Desse modo, a seção tem a finalidade de incentivar os alunos a sintetizar, a partir de discussões centradas no presente, as principais questões conceituais da Unidade.

Foi nossa preocupação oferecer nessa atividade **documentos com as mais variadas linguagens** – letras de músicas, textos teóricos, charges, histórias em quadrinhos, poemas, gráficos, mapas, artigos de jornais, trechos de romances etc.–, com o objetivo de ampliar o repertório dos alunos e desenvolver neles a capacidade de ler e interpretar diversos tipos e formatos de documentos.

■ Estrutura dos capítulos

» Aberturas

Em geral, a abertura dos capítulos apoia-se em algum fato ou acontecimento contemporâneo e o relaciona com o conteúdo que será ali estudado. Seu objetivo principal é sensibilizar os alunos para as questões da atualidade e o texto que irão ler em seguida. É possível substituir o tema apresentado nas aberturas por outro que esteja presente na mídia ou no cotidiano local e, na sequência, vinculá-lo ao conteúdo do capítulo.

» Texto central

Partindo do currículo básico de História exigido para o Ensino Médio, procuramos elaborar um texto com linguagem fluente, clara e objetiva, cuidando para atender à capacidade cognitiva da faixa etária dos alunos e para não incorrer na simplificação das ideias. E, sempre que foi possível, procuramos mostrar como ocorre a construção do saber histórico.

» Boxes gerais

Ainda que tenhamos nos preocupado em garantir o currículo mínimo no texto central, os boxes são de extrema importância dentro da estrutura da obra, pois apresentam informações que complementam o texto central. Por isso, é fundamental que os alunos leiam atentamente seu conteúdo, extraindo as ideias principais apresentadas.

Os boxes contêm textos tanto de nossa autoria como de historiadores, filósofos, literatos, artigos de revistas ou jornais, entre outros documentos. É importante orientar os alunos a perceber as diferenças entre essas variadas fontes e a observar quais delas são primárias e quais são secundárias.

É recomendável ainda solicitar aos alunos que identifiquem as ideias principais e anotem no caderno palavras ou expressões-chave para, em seguida, definir seus significados.

Os boxes gerais dividem-se entre os que não são acompanhados de créditos (com informações gerais) e aqueles nos quais trabalhamos informações retiradas pontualmente de documentos, livros, teses, revistas, jornais, sites e outras fontes. Os créditos atribuídos a estes últimos podem ser de naturezas diferentes: Citação da fonte, quando reproduzimos de forma *ipsis literis* textos de outros autores; *Elaborado com base em*: quando fazemos algumas alterações no texto de outros

³⁰ Ver, por exemplo, o texto de abertura e o *Começo de conversa* das Unidades 3 e 4 do Volume 1, das Unidades 1 e 2 do Volume 2 e das Unidades 3 e 4 do Volume 3.

autores, de modo a tornar a linguagem adequada aos alunos ou quando os textos são de nossa autoria, mas elaborados a partir de obras específicas que nos serviram de referência; *Adaptado*: quando houve algum trecho reescrito ou dividido em várias frases ou houve alguma palavra trocada. Sempre que possível, convém reforçar essas diferenças de autoria para que os alunos se habituem a observar preceitos básicos da leitura de textos, como o “quem fala” em cada documento.

» Seções

PASSADO PRESENTE

Esta seção tem como objetivo chamar a atenção para as **permanências e as rupturas históricas** em questões variadas suscitadas pelo texto central. Aparece em vários capítulos e aborda temas discutidos hoje, tais como: prós e contras de energias alternativas como o etanol; debate sobre os transgênicos, entre outras questões do mundo contemporâneo.

EU TAMBÉM POSSO PARTICIPAR

Hoje é inegável a ameaça que paira sobre a saúde do planeta, provocada tanto pela questão ambiental quanto pelos riscos decorrentes da convivência belicosa entre os povos. Diversas pesquisas revelam que essa situação tem se tornado cada vez mais um foco de preocupação da população mundial³¹.

Diante dos riscos atuais, as autoridades públicas das nações, com o apoio de instituições nacionais e internacionais e da população em geral, cada vez mais têm realizado esforços com o objetivo de conscientizar e mobilizar toda a sociedade acerca dos problemas ambientais e sociais que nos cercam. A tomada de consciência tem despertado em muitos o desejo de “fazer algo” para a preservação da vida no planeta e para melhorar as relações entre os seres humanos, o que revela a capacidade solidária das pessoas e o fato de que todos nós fazemos parte e podemos interferir no mundo em que vivemos.

A seção *Eu também posso participar nasceu justamente para reforçar a importância que cada um tem no processo global, ou seja, alertar a consciência cidadã dos alunos de modo a se perceberem como agentes históricos* que têm condições, de diversas formas, de alterar a realidade que os cerca.

Visto sob a perspectiva dos PCN, os assuntos desta seção se adequam aos *Temas Transversais*. Sobre a relação Temas Transversais e sala de aula, justifica o historiador José Alves de Freitas Neto:

Os temas transversais não devem ser vistos como opositores dos saberes considerados clássicos, mas necessidades e questões do presente, de grande importância, que não podem ser ignorados pelos educadores. Se o mundo, a família, os modelos mudarem, faz-se

*necessário uma nova prática escolar, que atualize e valorize a própria escola e os que nela estão. Considerar as questões trazidas pelas crianças e jovens dos ensinos Fundamental e Médio, como questões menores, significa reduzir suas preocupações e sua própria existência. O mundo deles e o nosso têm questões que não são menores do que as apresentadas em outras épocas por outros pensadores. São diferentes. Não permitir que os temas do cotidiano se façam presentes em sala de aula em detrimento dos grandes feitos do passado é ignorar a angústia dos alunos e educar com o olho voltado para trás, com um saudosismo injustificado que significa dizer que as questões de outras gerações foram mais importantes do que as da atualidade*³².

Nessa perspectiva, procuramos historicizar diversos problemas do mundo contemporâneo, **sempre com propostas concretas de participação dos alunos** no sentido de resolver ou minimizar aquele problema. Da invenção do papel pelas sociedades da Antiguidade, por exemplo, chega-se à importância da reciclagem do papel nos dias de hoje (ver Capítulo 4 do Volume 1). Economia de água, desperdício de alimentos, preservação de patrimônio público, intolerância, entre muitos outros temas, são abordados ao longo de toda a coleção.

OLHO VIVO

A seção *Olho vivo* tem o objetivo de levar o aluno a perceber que as imagens são resultado de seu tempo e estão, portanto, condicionadas à evolução técnica e científica das sociedades que as produziram (ver, por exemplo, a seção *Olho vivo* dos capítulos 13 do Volume 1, 11 do Volume 2 e 8 do Volume 3).

Na seção *Olho vivo*, procuramos mostrar, entre outros aspectos, o caráter ideológico da produção de obras imagéticas. Ao estudá-las, **os alunos terão recursos para compreender como imagens aparentemente “neutras” podem transmitir valores, ideologias, convencer pessoas, consolidar estereótipos etc.**³³

Finalmente, para que o trabalho de leitura e interpretação de imagens seja consolidado, é fundamental um exercício constante em sala de aula. Para isso, sugerimos alguns procedimentos específicos, como:

- orientar os alunos a observar a técnica empregada na produção do registro visual em questão;
- pedir a eles uma descrição minuciosa da imagem, incentivando-os a observar detalhes como enquadramento, ponto de vista, primeiro plano e fundo, personagens e objetos representados, cenário, entre outros, que poderiam passar despercebidos em uma leitura menos atenta; incentivá-los a identificar quem produziu a imagem e em que época, com o objetivo de compreender o contexto histórico;
- estimulá-los a fazer uma interpretação do objeto analisado, considerando seu valor como testemunho

³¹ Uma pesquisa realizada em 40 países em 2015 constatou que o Brasil lidera o ranking de grau de apreensão da população diante dos riscos das mudanças climáticas no planeta. Ver matéria *Maioria em 40 países é favorável à redução de emissão de gases*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gvtefc8>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

³² FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 64-65.

³³ Ver, por exemplo, a seção *Olho vivo* dos Capítulos 11 e 13 do Volume 1, 14 e 16 do Volume 2 e dos capítulos 4 e 8 do Volume 3.

de uma época (intenções de quem o produziu, se o objeto foi encomendado, provável significado etc.) e emitindo comentários com sua impressão sobre ele.

É interessante reforçar aos alunos sobre a variedade de interpretações que um mesmo documento pode ter, fazendo com que eles percebam que a interpretação realizada na atividade apenas é um possível caminho para compreender o objeto analisado.

ESQUEMA-RESUMO

Inserido no final de todos os capítulos, o *Esquema-resumo* apresenta uma síntese esquemática dos conteúdos trabalhados. A proposta da seção é fornecer ferramentas para que os alunos organizem de forma visual os conceitos e as informações analisados anteriormente, de modo a possibilitar uma retomada geral dos conteúdos. A seção é sempre acompanhada por uma atividade de síntese, que solicita a produção de um texto relacionando as informações trabalhadas no capítulo com o esquema. Dessa forma, a seção possibilita a revisão e a avaliação daquilo que foi discutido em sala de aula e pode ser utilizada também como um recurso adicional de estudo para os alunos.

ENQUANTO ISSO

Seção que tem por objetivo trabalhar a simultaneidade entre acontecimentos históricos de diferentes civilizações e regiões do mundo. Os assuntos nela registrados, em geral, não se relacionam ao tema central do capítulo. Outra contribuição desta seção é a possibilidade de abordar povos, processos, invenções e descobertas que geralmente são excluídos do cotidiano escolar, mas que nem por isso são menos importantes³⁴.

Longe de reduzir os temas e as questões abordados ao aspecto da “curiosidade”, **essa seção proporciona ao professor instrumentos para trabalhar com os alunos o fato de não existir uma história linear e única para a humanidade.**

MINHA BIBLIOTECA

Como afirma Eucídio Pimenta Arruda, “as mídias contemporâneas representam, ainda, o uso de diferentes linguagens (hipertexto, tevê, vídeo, áudio, etc.) pelos sujeitos e proporcionam transformações cognitivas, mudanças na forma de pensar e relacionar saberes e raciocínios”³⁵. Por essa razão, indicamos uma série de sugestões de filmes, romances, histórias em quadrinhos e *sites* relacionados aos assuntos abordados ao longo do capítulo. Essas informações foram reunidas ao final de cada capítulo na seção *Minha Biblioteca*. Ela está dividida em três partes: *Para Navegar*, *Para assistir* e *Para ler*. A primeira traz indicações de *sites*, a segunda de filmes e a terceira de livros variados. Algumas dessas obras também são indicadas na lateral

do texto central de cada capítulo. **Acreditamos que, dessa forma, os alunos se sentirão motivados a entrar em contato com a “leitura de mundo” que outras áreas do saber fazem dos acontecimentos históricos.**

O cinema pode ser um importante instrumento para a compreensão de determinados eventos ou acontecimentos históricos. Entretanto, os alunos precisam ser frequentemente alertados a perceber que, por mais realistas que aparentam ser, os filmes constituem representações da realidade e, como tal, transmitem valores ideológicos, políticos, sociais e culturais de quem os produziu.

Como afirma o historiador Marc Ferro, é necessário ter cautela ao analisar um filme, “principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime. Pode-se assim esperar compreender não somente a obra como também a realidade que representa³⁶.”

Assim, é recomendável orientar os alunos a buscar informações básicas sobre um filme antes de assistir a ele: quem é o diretor; se os personagens retratados são verídicos; se existem críticas quanto à fidelidade historiográfica; se existem abordagens diferentes da que é apresentada pelo filme etc.

Além disso, antes de assistir a algum dos filmes indicados nesta obra, é importante que o professor verifique se eles são adequados à realidade ou ao perfil de sua classe, região e escola.

Se for realizar uma exibição, o professor pode orientar a sua turma a prestar atenção em determinadas passagens do filme que deseja ressaltar. Ao término da exibição, é interessante propor aos alunos que emitam opiniões sobre a obra. Peça a eles que comparem informações apresentadas pelo filme com seus conhecimentos e os conteúdos estudados no capítulo. Dessa maneira, eles estarão aguçando a capacidade de olhar criticamente filmes de conteúdos históricos.

Os *sites* indicados na seção também são outros instrumentos importantes que podem ser utilizados para complementar e ampliar as informações encontradas no livro didático. Fizemos uma seleção criteriosa, tendo como principal preocupação sugerir ao aluno, preferencialmente, *sites* confiáveis desenvolvidos por universidades, instituições públicas, organizações não governamentais etc. Procuramos, sempre que possível, apresentar *sites* em língua portuguesa e cujos conteúdos sejam acessíveis aos alunos de Ensino Médio. Porém, em alguns momentos, diante da qualidade do material encontrado, indicamos *sites* estrangeiros; quando isso acontece, informamos o idioma daquelas páginas. *Sites* cujos conteúdos são mais complexos encontram-se indicados no Manual do Professor, ao final dos procedimentos pedagógicos de cada capítulo. Sugerimos que o professor avalie a pertinência de apresentar estes *sites* para seus alunos.

³⁴ Ver, por exemplo, a seção *Enquanto isso...* dos Capítulos 3 e 8 dos Volumes 1, 2 e 11 dos Volumes 2 e 7 e 10 do Volume 3.

³⁵ ARRUDA, Eucídio Pimenta. Na tessitura das tramas virtuais: entre histórias, tecnologias e aprendizagens. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Perspectivas do ensino de História*. Uberlândia: Edufu, 2011. p. 135.

³⁶ Citado em ROCHA, Antonio Penalves. *O filme: um recurso didático no ensino de História?* São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, 1993. p. 17 (Série Lições com o cinema, n. 2).

Finalmente, por meio da utilização de obras literárias e histórias em quadrinhos, é possível **aprofundar aspectos históricos abordados no capítulo** e refletir sobre eles, além de estabelecer relações com outras áreas do conhecimento. A esse trabalho podem ser atribuídos outros significados se o professor desenvolver uma parceria com a disciplina de Língua Portuguesa ou Literatura, por exemplo, ou ainda incentivar a leitura completa da obra. Por isso, selecionamos obras clássicas, de autores consagrados da literatura mundial e nacional, assim como de autores contemporâneos.

» Atividades no interior dos boxes

As atividades dos boxes podem ser feitas individualmente ou em grupo. Elas estão divididas em quatro categorias descritas a seguir.

SUA COMUNIDADE

Por meio desta atividade, pretendemos **valorizar a história e a realidade da comunidade em que o aluno vive**. Além disso, como explicamos anteriormente, essa proposta tem também por objetivo demonstrar ao aluno que muitos aspectos da sua comunidade ou região estão diretamente relacionados a questões mais globais. Esta seção possibilita ao professor incentivar os alunos a desenvolver outras relações entre a história local e a nacional e/ou global (dimensão micro e dimensão macro) ao longo do curso.

SUA OPINIÃO

Nesta atividade, não se espera que os alunos forneçam uma “resposta correta”. O objetivo é **valorizar o conhecimento ou a opinião que ele tem sobre determinado assunto e dar-lhe voz**, um espaço de manifestação. Ao mesmo tempo, procuramos instigá-lo a formular hipóteses e a refletir criticamente sobre temas importantes, como ética e cidadania. Pode ser uma excelente oportunidade para incentivar os alunos a participar da aula. Mas é importante solicitar a eles que elaborem conceitualmente suas ideias e apresentem argumentos coerentes para que o debate não se limite ao “achismo”.

DIÁLOGOS

Esta atividade, que em boa parte das vezes envolve pesquisas e consolidação de informações, tem o propósito de sugerir que **o conhecimento não deve ser encarado de forma compartimentalizada**. Espera-se que os alunos percebam que o conhecimento está vinculado às várias áreas do saber. Por isso, as atividades aqui propostas envolvem pesquisas com outras disciplinas, como Literatura, Química, Biologia etc.

DE OLHO NO MUNDO

É mais uma estratégia para os alunos **aprofundarem o conhecimento sobre questões relacionadas ao presente**. Pretende-se, nesta seção, que eles

aprimorem sua capacidade de elaborar pesquisas e expor o resultado a que chegaram de forma objetiva e organizada, por meio de relatório, apresentação oral, dramatização, exposição etc.

» Atividades ao longo e ao final dos capítulos

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM

Por meio desta atividade, procuramos trabalhar uma das questões centrais dos estudos históricos: a leitura e a interpretação de documentos. **Apresentando documentos extremamente variados, procuramos desenvolver nos alunos a capacidade de reconhecer a natureza das fontes históricas e o papel das diferentes linguagens**. Além das orientações específicas apresentadas em cada uma dessas atividades, é sempre possível incentivar os alunos a buscar respostas para perguntas, como: Qual a natureza do documento? Quem o produziu? Quando? Com que objetivo? Como chegou até nós? Qual a questão central do documento? Que tipo de mensagem seu autor quer transmitir? Que leitura você faz desse texto? Em sua opinião, existe algo que esteja subentendido na leitura do documento? Como ele nos permite conhecer o passado?

No caso de documentos textuais é recomendável, ainda, orientar os alunos a identificar as ideias principais e anotar no caderno palavras ou expressões-chave e, em seguida, definir seus significados.

ORGANIZANDO AS IDEIAS

Esta seção é apresentada em todos os capítulos. São atividades de verificação de leitura, compostas geralmente de perguntas distribuídas ao longo do capítulo. De modo geral, essas atividades permitem ao aluno desenvolver competências de interpretação de texto, localização e sistematização de informações, elaboração de textos mais sintéticos e objetivos, memorização etc.

HORA DE REFLETIR

Inserida no final de alguns capítulos, esta seção **trabalha os vínculos existentes entre o conceito da Unidade, o texto do capítulo e questões do presente, como formação cidadã e direitos humanos**. Também tem como objetivo levar o aluno a questionar valores, rever posições de forma responsável e coerente, formular hipóteses e analisar sua própria realidade³⁷.

Nesta seção, algumas vezes também são empregados gráficos e tabelas, para que os alunos exercitem a leitura e a análise desse tipo de linguagem.

TESTE SEUS CONHECIMENTOS

Inserida ao longo dos capítulos, esta seção traz atividades de vestibulares do Brasil, especialmente de universidades públicas estaduais e federais, e do Enem,

³⁷ Ver, por exemplo, *Hora de refletir* dos Capítulos 11 e 13 do Volume 1, dos Capítulos 4 e 7 do Volume 2 e dos Capítulos 1 e 10 do Volume 3.

possibilitando aos alunos o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura e à interpretação de texto, bem como contribuindo para que eles apliquem os conhecimentos apreendidos nas aulas de História em outras situações. Há atividades do Enem, e também um panorama dos vestibulares de diferentes regiões do país. Com isso, a seção fornece instrumentos que, combinados com outros elementos trabalhados e desenvolvidos em sala de aula, podem ajudar na avaliação das propostas desenvolvidas durante as aulas. Como afirma a Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep, “os especialistas reconhecem que os instrumentos de medida educacional possuem vantagens e limitações, sejam eles objetivos ou não. No entanto, ambos podem ser utilizados, indistintamente, para medir os mesmos aspectos do desempenho acadêmico. É assim que os itens objetivos permitem verificar tanto comportamentos simples, de memorização ou reconhecimento, como comportamentos mais complexos, envolvendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação”³⁸.

■ Considerações gerais

Como foi dito anteriormente, esta coleção procura desenvolver atividades de naturezas variadas. No entanto, é importante observar que, em todos os casos propostos ao longo da obra, **cabe ao professor avaliar se as atividades são adequadas à sua turma, se necessitam ser adaptadas ou, até mesmo, se não é o caso de dispensar algumas delas.**

Igualmente importante é fazer um trabalho contínuo no sentido de estimular os alunos a deixar sempre uma marca pessoal em suas respostas. Assim, eles acabarão desenvolvendo a capacidade de escrita clara e objetiva, de reflexão crítica, entre outras competências. Muitas das atividades sugeridas exigem dos alunos a elaboração de respostas complexas, na forma de relatórios ou dissertações. Nesses casos, acreditamos ser importante orientá-los a criar previamente um roteiro, no qual identifiquem o que pretendem abordar na introdução, no desenvolvimento e na conclusão do texto.

Da mesma forma, nas atividades que envolvem pesquisa de campo, é importante orientar os alunos a elaborar um roteiro prévio que contemple os acervos a ser pesquisados e os temas centrais da pesquisa. Em casos de depoimentos orais, eles devem ser orientados a respeito dos critérios que serão utilizados para a escolha dos entrevistados e quais perguntas serão formuladas. Pensamos ser fundamental também que seja ressaltada aos alunos a importância da bibliografia em suas pesquisas, elaborada de forma correta e citando as fontes utilizadas.

Com relação às atividades interdisciplinares, é recomendável que o professor discuta as propostas com os professores das disciplinas envolvidas e, só

depois, coloque-as em prática.

Embora saibamos que a exclusão digital atinge boa parte da população brasileira, não podemos ignorar o fato de que muitos alunos utilizam a internet como fonte para suas pesquisas. Entendemos que ela é apenas mais um entre os múltiplos recursos de pesquisa disponíveis e, portanto, seu uso não deve ser desestimulado. A nosso ver, a questão central no uso da internet pelos alunos é que eles saibam utilizá-la com senso crítico. Eles podem, por exemplo, aprender em quais sites buscar uma informação, pois, se por um lado o volume de informações disponível na internet é gigantesco, por outro, é também imenso o número de informações incorretas, imprecisas ou até mesmo falsas.

Dessa forma, procure orientá-los a pesquisar nos chamados “sites confiáveis”, ou seja, aqueles que contam com a chancela de universidades públicas, organizações não governamentais respeitadas, instituições conceituadas etc.

É fundamental que os alunos tenham consciência de que a pesquisa na internet não dispensa a consulta em outros acervos (como bibliotecas, centros de memória, arquivos públicos etc.) e fontes (como livros de autores especializados, documentos, jornais, entre outros).

4 Nossa coleção e o Enem

Quando foi implantado Novo Exame Nacional do Ensino Médio (Novo Enem), em 2009 o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu princípios já citados por estudiosos e sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)³⁹: “O valor da formação não reside no armazenamento de muitas informações ou na memorização de muitos fatos, mas no desenvolvimento de estruturas mentais que permitem ao jovem e ao adulto enfrentar problemas novos usando as velhas e boas teorias científicas”⁴⁰.

Com essa perspectiva, acreditamos que a questão central dos profissionais da educação e da sociedade deve ser como transformar o ciclo básico em um processo educacional que de fato tenha sentido para os jovens e para sua ação no mundo de hoje. É nossa expectativa, portanto, que a educação básica brasileira priorize o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do aluno, requisitos indispensáveis para a formação de uma sociedade voltada para a cidadania, a democracia e a justiça.

Em nossa concepção, trata-se de valorizar o papel do aluno como sujeito pensante; priorizar sua capacidade de análise e de interação com a realidade à sua volta; desenvolver seu raciocínio lógico e articular diferentes áreas do conhecimento.

Nossa coleção busca contemplar igualmente as recomendações e exigências da *Matriz de Referência para o Enem 2016* (disponível em: < <http://tinyurl.com/guhqez>>; acesso em 25 maio 2016). E foi preparada

³⁸ Ver *Guia de elaboração e revisão de itens*. Disponível em: <www.if.ufrj.br/~marta/enem/docs_enem/guia_elaboracao_revisao_itens_2012.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

³⁹ Ver Parâmetros Curriculares do Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33009>>. Acesso em: 25 maio 2016.

⁴⁰ CASTRO, Maria Helena Guimarães de; TIEZZE, Sérgio. *A reforma do Ensino Médio e a implantação do Enem no Brasil*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gm6n8k4>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

com o propósito de colocar os alunos em condições de mobilizar os conhecimentos tradicionais do currículo de História e de outras disciplinas na busca de soluções criativas para os problemas de seu cotidiano e do mundo contemporâneo. Em diversos momentos da coleção, buscamos incentivar os alunos a enfrentar situações-problema, construir argumentação e elaborar propostas, como recomenda a *Matriz de Referência*.

5 Procedimentos pedagógicos

Sabemos que há diversos caminhos que podem ser percorridos para se ter uma aula de qualidade. Mas isso também depende de alguns fatores, como a atualização do professor, o material didático utilizado, o perfil da classe, entre outros. É por essa razão que, às vezes, uma dinâmica ou um caminho tem bons resultados com uma turma, mas não com outra.

Assim, os procedimentos pedagógicos elaborados para esse Manual evitam fornecer receitas para ministrar uma aula, mas buscam indicar caminhos ou metodologias que possam ser úteis para o melhor aproveitamento do conteúdo de cada capítulo com os alunos. Conforme mencionado anteriormente, **o papel do professor como mediador do conhecimento é insubstituível, e este Manual é apenas mais uma das ferramentas de que ele dispõe para planejar suas aulas.**

Nos *Procedimentos pedagógicos* dos capítulos **existem textos complementares, indicações bibliográficas, sites, filmes e atividades alternativas.** Esperamos que esse material auxilie o professor a aprofundar discussões ou aspectos abordados no capítulo e a trabalhar o respeito e a tolerância em sala de aula.

Após essas indicações, seguem-se as orientações de respostas para as atividades de cada capítulo. Salientamos, porém, que o professor não deve tomá-las como

verdade única a ser alcançada, mas, sim, como mais uma possibilidade de compreensão do tema estudado.

Em diversos pontos desta coleção, ao lado do texto do aluno, foi inserido um texto na cor azul, cujo objetivo é informar ao professor que nos Procedimentos pedagógicos existem informações capazes de auxiliá-lo em seu trabalho em sala de aula. São propostas de atividade alternativa ou atividade de inclusão, textos complementares ao conteúdo do livro, sugestões de encaminhamentos dos assuntos com os alunos, etc.

Inclusão

Uma das preocupações que tivemos neste Manual foi inserir informações e atividades que estimulem a reflexão sobre a diversidade observada nas mais variadas organizações sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, um **tema importante foi o da inclusão.**

Em nosso entender, a ampliação dos mecanismos de cidadania nos países democráticos, nas últimas décadas, está diretamente relacionada à criação de uma escola capaz de atender os mais diversos grupos sociais, inclusive as pessoas com deficiência. Para isso, é imprescindível ir além da simples noção de permitir o acesso à escola desse grupo, mas criar um ambiente escolar no qual todas as pessoas possam participar efetivamente das atividades e se apropriar do currículo e dos conteúdos propostos. Tendo em vista esse objetivo, que envolve um amplo e variado conjunto de ações, esta coleção traz propostas, na parte 4 deste Manual (*Procedimentos pedagógicos*), de atividades de inclusão que propõem discussões e reflexões sobre o tema da deficiência e sobre formas de mobilizar os alunos e a comunidade escolar nessa questão.

Destacamos o que Pilar Arnaiz Sánchez explica sobre o tema da inclusão.

O conceito de inclusão trata de abordar as diferentes situações que levam à exclusão social e educativa de muitos alunos. E dessa forma faz referência não somente aos alunos com necessidades educacionais especiais [...], mas a todos os alunos das escolas. Ainda que este conceito esteja evoluindo, nesse momento pode ser muito útil considerá-lo como um agente de mudança conceitual. Quando defende que não basta que os alunos com necessidades educacionais especiais estejam integrados às escolas comuns, eles devem participar plenamente da vida escolar e social dessa comunidade escolar. Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar todos os alunos, não somente os considerados 'educáveis'. Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo são a melhor forma de beneficiar a todos, não somente às crianças rotuladas como diferentes [...].

A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica (seria algo que contraria os direitos humanos). Em segundo lugar, é uma atitude, representa um sistema de valores e de crenças, não uma ação simplesmente, mas sim um conjunto de ações. Uma vez adotada esta perspectiva por uma escola ou por um sistema de ensino, deverá condicionar as decisões e ações de todos aqueles que a tenham adotado, posto que incluir significa ser parte de algo, formar parte do todo [...]. A noção de inclusão compreende dois conceitos básicos: o de comunidade e o de participação. Ambos caracterizam-se por sua conexão com os processos de inclusão e o caráter de processo atribuído a ela. Portanto, a educação inclusiva se propõe a aumentar a participação de todos os alunos no currículo escolar [...].

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: *Inclusão - Revista da Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, n. 1, out. 2005. p. 11-12.

Sugestões de respostas das atividades

INTRODUÇÃO

Procedimentos pedagógicos

A **Introdução** apresenta conceitos centrais para a discussão sobre a natureza do conhecimento histórico, destacando suas relações com o tempo presente e os processos sociais que resultaram no mundo em que vivemos. Para isso, está dividida em 11 partes. A primeira delas discute a importância do estudo da História a partir do exemplo da formação da **cultura juvenil** ao longo do século XX. A segunda parte aborda o tema das diferentes **visões historiográficas**, enquanto a terceira parte relaciona o **estudo do passado com a reflexão sobre o presente**. Em seguida, na quarta parte, há uma reflexão sobre o conceito de **processo histórico** a partir do exemplo do processo de abolição da escravidão no Brasil, durante o século XIX. As partes cinco, seis e sete discutem conceitos relacionados com a **marcação do tempo, o tempo histórico e a duração dos fatos históricos**, contribuindo para refletir sobre a dimensão temporal do conhecimento histórico. Um tema correlato ao da marcação do tempo é abordado na parte oito, quando se discute a questão da **periodização da História**. Finalmente, as partes nove, dez e onze abordam a questão dos **sujeitos históricos, da construção dos fatos** por meio das interpretações do historiador e a relação entre **história, memória e cidadania**.

Para iniciar a discussão do capítulo, é possível abordar o conceito de cultura juvenil a partir da experiência dos alunos. Nesse sentido, pode-se questionar os alunos sobre o que caracteriza a cultura juvenil no presente, destacando hábitos, práticas sociais, comportamentos, objetos utilizados, a vestimenta, a linguagem e o uso de gírias, as festas, a comunicação, entre outros elementos. Pode-se também questionar se a cultura juvenil é idêntica àquela praticada por outros grupos etários, como os adultos ou idosos de nossa sociedade. É possível que os alunos afirmem que, ainda que existam pontos de contato, a cultura juvenil possui uma identidade própria que distingue o jovem ou adolescente do adulto e do idoso. Essa reflexão permite introduzir o tema da **importância do estudo da História**, destacando que para compreender o surgimento dessa cultura juvenil, que se diferencia da cultura de outros grupos etários existentes no interior de nossa sociedade, é necessário compreender processos históricos que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX, originando novas práticas sociais que culminaram no que chamamos de cultura juvenil.

Desse modo, pode-se afirmar que, para a compreensão de processos sociais do presente, é importante uma reflexão histórica, a fim de recuperar a dinâmica social que originou tais processos. Além disso, o estudo da História permite identificar relações de **ruptura e permanência** ao longo do tempo, tornando possível a comparação de diferentes práticas sociais entre os jovens ao longo do tempo. Nesse caso, é

possível propor a realização de uma **Atividade Alternativa** para explorar essa temática. Pode-se pedir aos alunos que realizem entrevistas com adultos e idosos com o objetivo de traçar um perfil da cultura juvenil que fora vivenciada por tais pessoas quando eram adolescentes. Com base nesse perfil, é possível comparar, em sala de aula, as práticas dos jovens de gerações anteriores com as dos jovens atuais, identificando elementos que se transformaram e outros que permaneceram similares.

Além disso, a discussão proposta na atividade trata de outro tema relacionado com a natureza do conhecimento histórico. Trata-se da temática da multiplicidade de **sujeitos históricos** presente na narrativa historiográfica contemporânea. Os historiadores, especialmente a partir do século XX, destacaram os papéis históricos de diferentes sujeitos sociais. Isso possibilitou o alargamento do conhecimento histórico, já que novas temáticas foram incorporadas aos estudos realizados por historiadores, destacando que **a História não é feita apenas por “grandes homens ou líderes políticos”**. Nesse caso, pode-se destacar que isso contribuiu para afirmar o papel social de diferentes sujeitos históricos, além de provocar mudanças na maneira como a História é construída e narrada.

Para reforçar isso, é possível explicar aos alunos que a temática dos sujeitos sociais permite abordar a experiência de múltiplos pontos de vista quando se analisam os processos históricos, evitando com isso a construção de uma narrativa que só defenda a perspectiva de um grupo determinado. Pode-se apontar como exemplo a questão da escravidão, que por muito tempo foi analisada apenas da perspectiva dos **senhores de escravos** e da opressão. Porém, posteriormente, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, os historiadores passaram a questionar essa perspectiva e incorporar elementos que permitiram construir uma história do ponto de vista das **pessoas escravizadas** e que ressaltava a luta desses indivíduos contra o regime escravista. Da mesma forma, pode-se apontar o exemplo da **história das mulheres, das crianças, dos idosos, dos trabalhadores, dos grupos indígenas, dos afrodescendentes, dos homossexuais e transexuais, das pessoas com deficiência** e muitos outros grupos.

É possível articular essa questão à relação entre passado e presente por meio do exemplo das **políticas indigenistas** proposto no texto *Passado e presente*, na página 11. Ele destaca o processo histórico de luta das populações indígenas que vivem no Brasil por direitos sociais e pela manutenção de suas práticas e modos de organização social. Por meio disso, é possível refletir sobre a importância do estudo da história indígena segundo uma **perspectiva indígena** para compreender os conflitos que se desenrolam atualmente e que afetam essas populações, bem como entender o impacto que a longa história de luta dos indígenas teve nas políticas públicas do Estado brasileiro.

Em seguida, pode-se abordar alguns conceitos necessários para o estudo da História: o de **processo histórico**, o de **marcação e periodização do tempo na História** e o de **duração dos fatos históricos**. Esses

conceitos estão relacionados entre si e destacam a **dimensão temporal** do conhecimento histórico. Nesse sentido, vale recuperar a afirmação de Marc Bloch, presente na página 9, de que a história é a “ciência dos homens [seres humanos] no tempo”. Dessa forma, para o estudo da História, a periodização e a reflexão sobre o tema são fundamentais.

Porém, vale ressaltar que defender a dimensão temporal da História não significa que o trabalho do historiador seja apenas o de indicar as datas em que determinados acontecimentos ocorreram, mas relacionar processos sociais com diferentes temporalidades e durações. Por isso, pode-se dizer que o tempo histórico não se confunde com o **tempo do calendário**, tampouco com o **tempo da natureza**. Os historiadores buscam identificar a duração de processos históricos e relacionar isso com permanências e rupturas no modo como as sociedades humanas se organizam em diferentes espaços do planeta. É essa análise das durações que resulta na elaboração do conceito de **processo histórico**. Esse pode ser definido como o conjunto variado de acontecimentos e fatos que provocam, ao longo do tempo, modificações importantes nas sociedades humanas. Para abordar essa ideia, é possível explorar o exemplo da abolição da escravidão no Brasil mostrado no texto *O que é “processo histórico”?*, na página 12. Por meio dele, é possível demonstrar que a temática do tempo histórico não consiste simplesmente no registro das datas em que ocorreram determinados acontecimentos, mas na relação de processos que provocaram mudanças sociais. Assim, estudar a abolição não se reduz a saber quando foi criada a Lei Áurea, mas relacionar a criação dessa lei com um conjunto de lutas e processos sociais anteriores, os quais envolveram diferentes grupos sociais que lutavam contra a continuidade das práticas escravistas e enfrentavam aqueles que defendiam sua continuidade no Brasil.

Isso também permite refletir sobre a duração dos fatos históricos, na medida em que um processo histórico combina elementos de **curta duração** (como a assinatura da Lei Áurea), com elementos de **média duração** (como a conjuntura política do Segundo Reinado no Brasil) e com fatos de **longa duração** (como a constituição das relações escravistas no mundo ocidental a partir do início da Idade Moderna). Nesse sentido, pode-se ressaltar que **os processos históricos resultam da combinação de diferentes durações e são produzidos por um conjunto muito variado de acontecimentos e fatos e pelas ações de diferentes indivíduos e grupos sociais**.

Finalmente, é possível destacar que os historiadores utilizam ferramentas que auxiliam na reflexão sobre o tempo e sobre a duração. Exemplos disso são as **linhas do tempo** e a **periodização**. É importante ressaltar que tais ferramentas são **convencões** estabelecidas pelos historiadores e **não são elementos naturais ou universais**. A periodização, por exemplo, da História em **Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea** foi criada pelas sociedades europeias e privilegia acontecimentos que afetaram a história da Europa. Por isso, é possível questionar essa forma de periodização e elaborar outros modos de organizar o

tempo em períodos. No boxe *Os marcos históricos*, localizado na página 17, há um exemplo de outra forma de periodização, elaborada pelo povo indígena Kaxarari, que vive no Amazonas e em Rondônia.

Para encerrar a discussão da Introdução, é possível abordar um último tema relacionado ao conhecimento histórico. Trata-se da questão dos **documentos históricos**. Nesse caso, pode-se destacar que o trabalho do historiador envolve a análise de diferentes registros para compreender o funcionamento das sociedades humanas ao longo do tempo.

Vale destacar que os documentos históricos não produzem conhecimento histórico por eles mesmos. Na realidade, um documento se torna conhecimento a partir da análise e dos questionamentos feitos pelos historiadores quando estudam tais registros. Para isso, os historiadores elaboram questões para interpretar e analisar os documentos selecionados visando entender as sociedades humanas do passado. É por meio desse trabalho com os documentos que os historiadores produzem os **fatos históricos**, que serão organizados a partir de diferentes durações e permitirão estudar os processos históricos.

Um exemplo de trabalho com documentos históricos é a análise das **memórias individuais e coletivas** de uma sociedade. Os historiadores podem, a partir dessas memórias, refletir sobre elementos variados vividos pelos indivíduos ou grupos que produziram tais memórias e relacioná-los com a luta por cidadania e por direitos. Assim, pode-se dizer que o trabalho do historiador e o conhecimento histórico são elementos que possibilitam o fortalecimento de práticas de **cidadania** e de recuperação da memória, ajudando os grupos sociais do presente a lutar por transformações sociais e melhorias na sociedade. Essa temática pode ser mais bem explorada por meio de uma proposta de **Atividade de Inclusão**. Para tanto, proponha aos alunos que se organizem em grupos e realizem entrevistas com pessoas com deficiência, de modo a resgatar a memória de luta desses indivíduos por inclusão e direitos sociais. Tais entrevistas podem ser retomadas em sala de aula por meio da produção de um mural com os depoimentos e os relatos de experiências. Vale lembrar aos alunos que esse trabalho com as memórias é um exemplo de análise de documentos históricos, por isso é necessário que eles analisem as informações de uma perspectiva histórica, contextualizando aquilo que foi proposto e fazendo questionamentos aos documentos.

CRONOLOGIA SOBRE POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL

(p. 12)

1. Pretende-se, com essa atividade, que o aluno perceba que houve avanços na política indigenista no Brasil. Os direitos conquistados pelos povos indígenas precisam ser respeitados e cabe ao Estado um importante papel de fiscalização para que não haja violação desses direitos. Percebe-se que ainda há muito a avançar, por exemplo, obtendo a aprovação e implantação do Estatuto das Sociedades Indígenas.

2. O objetivo é que o aluno compreenda que o estudo da História pode nos ajudar a reconhecer a imensa diversidade de povos indígenas que vivem no país, suas necessidades e direitos à terra e à preservação de sua cultura, colaborando para que possamos ser mais críticos em relação às políticas indigenistas brasileiras.

ATIVIDADES (p. 20)

Identificação

- A imagem é uma fonte iconográfica e material.
- A imagem foi produzida no Reino de Benin, entre os séculos XVI e XVII.

Descrição

- Na imagem são representados cinco sujeitos históricos: dois guerreiros, trajando saiotas e com bainhas de espadas. Eles sustentam escudos sobre a cabeça do rei. Quanto ao tamanho, os guerreiros são menores que o rei, mas maiores que os criados. Estes encontram-se nas laterais da cena. O rei (oba) usa uma espécie de gola de colares de coral e coroa de contas. Ele é a maior figura e encontra-se no centro da cena. Os criados, que aparecem nus, nas laterais, ao lado do rei e dos guerreiros, são as menores figuras da cena.
- No centro há um cavalo, montado pelo rei. Existem dois escudos, usados pelos guerreiros como proteção ao rei. Colares de coral e uma coroa de contas que são insígnias reais. Há ainda, no canto superior direito, uma figura pequena com arco e carcás (espécie de estojo para carregar flechas).
- A imagem é um relevo em placa de latão. Em razão do material usado, predominam tons dourados. Os objetos e as figuras são representados com riqueza de detalhes.

Análise

- A imagem é uma representação da realeza do Reino de Benin, o oba, com seus guerreiros e criados.
- A cena apresenta uma estrutura rigidamente simétrica. O rei ao centro e seus quatro acompanhantes em paralelo nas laterais.
- Tanto a posição do rei como o fato de ele superar em altura os outros personagens denotam o seu poder e autoridade.

Interpretação

- O rei (oba), guerreiros e criados. A figura pequena no lado direito superior não é identificada. Pela imagem não é possível determinar quem ou o que seja.
- A cena apresenta um cortejo, no qual o rei é acompanhado por guerreiros que o protegem e criados que o servem.
- A imagem denota a importância do rei como autoridade e poder máximo do reino. Ela também nos

dá indícios de uma sociedade desigual, rigidamente hierarquizada, tendo no topo o rei, uma elite formada por guerreiros e, na base, trabalhadores (os criados).

- Algumas dúvidas que podem aparecer: os criados são trabalhadores livres ou escravos? Que outros grupos sociais existiam nesse reino? Por que o rei usa colares de coral? Qual será a importância dos guerreiros nessa sociedade? Há alguma pista na imagem sobre atividades econômicas? Professor, esses são exemplos de perguntas que os alunos podem fazer. Passe para eles alguns desses exemplos antes de iniciar a atividade.
- Professor, é muito importante deixar claro para os alunos que eles não têm obrigação nenhuma em acertar as hipóteses. Essas hipóteses são inferências, possíveis respostas às perguntas que foram elaboradas anteriormente. Procure saber se algum aluno já estudou esse assunto e incentive-o a utilizar essas informações para a criação das hipóteses.

Fechamento

- Depois da socialização, podem ser indicados materiais de pesquisa para a turma a fim de que esclareçam o máximo de dúvidas que persistiram. Uma boa fonte de pesquisa é o livro de Regina Claro. *Olhar à África: fontes visuais para a sala de aula*. São Paulo: Hedra Educação, 2012. p. 101 a 113.
- Segundo Heródoto, o objetivo da História era “evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos gregos, assim como as dos bárbaros [persas], permanecessem ignoradas”.
 - Para o historiador Peter Burke, o estudo do passado ajuda a desenvolver uma sensibilidade à diversidade humana, ou seja, contribui para que as pessoas aprendam a respeitar as diferentes formas de pensar e de se comportar e os diversos modos de viver. De acordo com ele, essa sensibilidade pode ser útil para orientar nossa ação política.
 - Segundo o historiador, “cada geração, vivendo com os problemas do presente, interroga o passado pensando em suas próprias questões”, isto é, o historiador investiga o passado a partir de questões relacionadas ao seu presente. Porém Burke adverte: “Mas ao mesmo tempo que usamos o presente para formular perguntas, temos que deixar o passado dar suas próprias respostas”, procurando compreender as especificidades de cada época.
- A ideia é que o aluno seja confrontado com outras formas de medir o tempo, compreendendo que a contagem do tempo depende das crenças e dos costumes das diversas sociedades.
- Resposta pessoal.

5. Existe uma divisão clássica para a história da humanidade – que tem mais de 100 mil anos – entre Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Essa divisão é criticada por sua perspectiva eurocêntrica. É possível trabalhar com periodizações alternativas, criando novos temas, como a história indígena.
6. As fontes materiais podem ser escritas, iconográficas (como pinturas e fotografias), ferramentas, armas, utensílios em geral, ruínas de construções etc. As fontes imateriais são lendas, contos e tradições transmitidas oralmente de geração a geração.
7. Fato histórico é um acontecimento no tempo e no espaço. Por exemplo: no dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea no Brasil. Processo histórico é um conjunto de fatos inter-relacionados. Para entendermos o fim da escravidão no Brasil, por exemplo, é preciso conhecer e relacionar vários fatos históricos ligados às lutas de resistência dos escravos, às ideias iluministas, às revoluções do século XVIII, às pressões externas inglesas pelo fim do tráfico negreiro, aos interesses de parte da elite brasileira, defensora de uma emancipação lenta e gradual, e aos movimentos abolicionistas do Brasil.

■ Texto complementar

O texto a seguir é um fragmento do relato do xamã yanomâmi Davi Kopenawa sobre a destruição da Amazônia e o modo como isso afeta a vida e os costumes das populações indígenas que vivem na região. No trecho selecionado, ele fala sobre a importância de os indígenas narrarem a memória de suas experiências como forma de denunciar a exploração predatória dos rios e do meio ambiente das regiões onde vivem. Dessa forma, é possível relacionar a construção da memória indígena, por meio da narração de suas histórias e costumes, com a luta por cidadania e direitos políticos e sociais.

A primeira vez que falei da floresta longe de minha casa foi durante uma assembleia na cidade de Manaus. Mas não foi diante de brancos, e sim de outros índios! Era a época em que os garimpeiros estavam começando a invadir nossas terras, nos rios Apiaú e Uraricaá. Então, Ailton Krenak e Álvaro Tukano, lideranças da União das Nações Indígenas, me convidaram a falar. Disseram-me: “Você deve defender a floresta de seu povo conosco! Precisamos falar juntos contra os que querem se apossar de nossas terras! Senão, vamos acabar todos desaparecendo, como nossos antigos antes de nós!”. Mas eu não sabia falar daquele jeito e o sopro de minha palavra ainda era curto demais! Apesar disso, não recuei. [...]. Algum tempo depois, foram os Makuxi que me convidaram a uma de suas grandes assembleias. Foi em Surumu, nas terras deles, nos campos de nosso estado de Roraima. Encorajaram-me de novo a falar: “Venha defender sua floresta entre nós, do mesmo jeito que o fazemos para nossa terra!”. Dessa vez era uma reunião bem maior. Havia gente de muitos outros povos e os brancos também eram numerosos. Eu não tinha ideia de como iria conseguir discursar diante de toda aquela gente sentada com os olhos pregados em mim! [...].

Naquela época, eu temia ter de falar diante de um grupo de desconhecidos, longe da minha floresta e, ainda por cima, na linguagem dos brancos! Minhas palavras ainda eram poucas e torcidas. [...] Estava aflito e meu coração batia forte no peito. Ainda não sabia fazer sair as palavras de minha garganta, uma atrás da outra! Dizia a mim mesmo: “Mas como é que vou fazer isso? Como é que os brancos falam nessas ocasiões? Por onde começar?”. Eu procurava com ansiedade o começo das palavras que podia dar a ouvir. Minha boca estava seca de medo. E, por fim, chegou a minha vez de falar! Fiquei muito envergonhado e devia dar mesmo dó de ver! Então, falei de repente o que tinha em mente naquele instante: “Eu não sei falar como os brancos! Quando tento imitá-los, minhas palavras fogem ou se emaranham na minha boca, mesmo que meu pensamento permaneça reto! Minha língua não seria tão enrolada se eu estivesse falando aos meus, na minha língua! Mas pouco importa: já que vocês me dão ouvidos, vou tentar! Desse modo minhas palavras se fortalecerão e talvez um dia sejam capazes de deixar preocupados os grandes homens dos brancos!”

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 385-386.

Sugestões de livros

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- Livro inacabado no qual o historiador francês discute questões relacionadas com a metodologia da História e com o conhecimento histórico. O ponto de partida da obra é a reflexão sobre a importância do estudo da História, a qual é relacionada com diversas questões importantes para a reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico e o trabalho do historiador.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- O historiador Eric Hobsbawm reuniu, nessa obra, 22 ensaios sobre metodologia da História, refletindo sobre as implicações políticas e sociais do discurso historiográfico e também sobre a importância da memória e da História na organização política e social no mundo contemporâneo.

PERROT, Michelle. *Excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- A historiadora francesa reflete sobre o papel de diversos grupos minoritários nos processos históricos, destacando com isso a importância da recuperação da multiplicidade dos sujeitos históricos para o estudo da História em diferentes contextos.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

- Livro que traz textos de diversas historiadoras que refletem sobre diferentes aspectos da história das mulheres e do seu papel nos processos históricos. Dessa forma, a obra oferece um panorama do tema

e permite refletir sobre a importância da introdução de novos sujeitos históricos na construção da historiografia.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- Nesta intrigante obra do sociólogo Reginaldo Prandi, estão reunidos e organizados os mitos dos orixás que fazem parte das tradições afro-brasileiras. O livro conta com importantes informações e comentários, que ajudam a esclarecer e a conhecer melhor essas narrativas.

WITTMANN, Luísa Tombini. *Ensino (d) e história indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

- A obra reflete sobre o ensino de história indígena nas escolas, destacando estudos contemporâneos que fornecem elementos para tratar da temática a partir da perspectiva da diversidade cultural e dos contatos entre povos indígenas e não indígenas.

Sugestão de filme

O fim e o princípio (Eduardo Coutinho, 2006)

- Neste documentário, o diretor brasileiro parte para o interior da Paraíba a fim de registrar as memórias e as experiências dos moradores de uma pequena comunidade rural chamada Sítio Araçás. Sem um roteiro prévio, Coutinho abre espaço para que os moradores do povoado elaborem suas narrativas com base em suas memórias individuais e coletivas, possibilitando diversas reflexões sobre as relações entre memória e História, bem como sobre a importância do registro das memórias individuais como forma de construção do discurso histórico.

Sugestão de site

História da Historiografia. Disponível em: <www.historiadahistoriografia.com.br/revista>. Acesso em: 24 mar. 2016.

- Site da revista *História da Historiografia*, produzida pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). O site apresenta diversos textos e informações sobre a história da historiografia e questões relacionadas à metodologia e à natureza do conhecimento histórico.

UNIDADE 1 Conhecimento e criatividade

Procedimentos pedagógicos

No texto de abertura da Unidade I, há uma citação do historiador inglês Eric Hobsbawm (1917-2012), na qual está dito que as mudanças ocorridas na História da humanidade se deveram, e ainda se devem, ao controle

que a capacidade humana conseguiu exercer sobre os elementos da natureza. A observação de Hobsbawm, bastante instigadora, abre dois pontos de entendimento. Por um lado, se está claro que a relação com os elementos da natureza é fator fundamental para o conhecimento humano, isso não significa, por outro, que essa mudança será sempre positiva e proveitosa para os seres humanos e para o mundo no qual eles habitam. O aspecto predatório e violento que o progresso assume na sociedade capitalista ocidental, por exemplo, deixa bastante perceptível que, em vez de conduzir os seres humanos a uma época de grandes realizações, o desenvolvimento pode criar um mundo caótico e, no limite, autodestrutivo.

Acerca do assunto do conhecimento e da criatividade, uma boa opção didática para conduzir os trabalhos, e que pode ser reiterada ao longo de toda a unidade, é instigar os estudantes a pensar e lançar dúvidas sobre suas concepções prévias acerca das noções de desenvolvimento e de progresso. Levando em conta esses apontamentos iniciais, à guisa de introdução, uma proposta de **Atividade Alternativa** é trabalhar com a sequência inicial do filme *2001: Uma odisseia no espaço* (1968), do cineasta estadunidense Stanley Kubrick. Em certo momento do filme, dois grupos de primatas entram em conflito pelo domínio de uma fonte de água; em um dos grupos, os membros utilizavam ossos de animais como bastões e, por conta dessa “vantagem tecnológica”, vencem a disputa. Ao fim da luta, um dos primatas lança seu osso-bastão para cima; após subir rodopiando no ar, a arma se transforma em uma nave espacial. A célebre passagem, que dura cerca de dez minutos, mostra como, na concepção do cineasta, o progresso andaria lado a lado com a violência e a brutalidade. Exibir tais cenas e instigar um debate sobre elas entre os alunos pode ser uma boa maneira de, para além de introduzir a Unidade I, apresentar-lhes uma das mais importantes obras da linguagem cinematográfica. Após o debate, cada aluno pode produzir uma pequena crítica do trecho assistido.

Com base nesses apontamentos iniciais, fica perceptível que **falar em conhecimento e em criatividade como elementos de desenvolvimento humano não significa elaborar uma percepção progressista da história**. Quando se trata do desenvolvimento humano, é preciso não tomar a História como mera marcha rumo ao futuro, que segue uma escala evolutiva e cumulativa. Acerca disso, note-se algo interessante: a própria linguagem traz em si diversos subentendidos e preconceitos; assim, quando se quer falar que algo ou alguém é atrasado ou antiquado, é comum algumas pessoas utilizarem os termos “pré-histórico” ou “da Idade da Pedra”. Ou seja, a referência é feita a algo ou alguém que, supostamente, escaparia à dimensão do progresso humano e permaneceria preso aos confins de um passado remoto. Contudo, essa é uma concepção bastante enviesada da História, pois não existe um caminho único de progresso. Convivem, nas sociedades humanas, várias formas de conhecimento, de sabedoria e de criatividade; elas podem englobar, tal como está exemplificado no texto e nas imagens da introdução, desde as práticas medicinais indígenas até a criação de vacinas em grandes complexos laboratoriais. Necessariamente, um conhecimento não exclui ou

se sobrepõe ao outro; os conflitos que podem surgir a partir deles se devem a interesses econômicos específicos e a diferentes concepções de cultura e de ciência. Além disso, conforme está dito nas atividades da seção *Começo de conversa*, na página 23, muitas mudanças extremamente significativas ocorreram por conta de invenções pequenas ou simples, como o caso do zíper.

COMEÇO DE CONVERSA (p. 23)

1. A força criativa do ser humano se manifesta nos mais corriqueiros gestos e nas mínimas ações do cotidiano. É importante o aluno perceber que a criatividade não é um “dom” de artistas e inventores, mas uma qualidade humana. Somos criativos ao escolher as roupas que usamos, ao conversar com as pessoas, ao solucionar problemas de maneiras diferentes, ao mudar o caminho que fazemos entre a escola e a casa, ao inventarmos uma história, ao respondermos a uma questão apresentada, etc. É a criatividade, individual ou coletiva, que tem permitido aos seres humanos construir um mundo tão vasto, complexo e diversificado – pois cada indivíduo encontra uma maneira própria para enfrentar os desafios impostos pela natureza e pelo ambiente social.
2. A proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre a relação entre conhecimento e criatividade a partir de exemplos do cotidiano. Muitas tecnologias tiveram um grande impacto no modo como vivemos, ainda que atualmente elas pareçam simples ou banais. Nesse caso, estimule os alunos a refletirem sobre objetos que são usados cotidianamente, como o velcro, o relógio de pulso, o clipe, o calendário, a caneta esferográfica, entre muitas outras possibilidades. Com base nisso, é possível refletir sobre as relações entre o desenvolvimento desses objetos e as relações sociais, já que todos eles afetaram o modo como vivemos e permitiram novas maneiras de organizar a sociedade.

CAPÍTULO 1

Origens da humanidade e importância da agricultura

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 1, intitulado “Origens da humanidade e importância da agricultura”, apresenta dois conjuntos que, a partir da proposta conceitual da unidade, estão diretamente relacionados entre si. Em primeiro lugar, aborda-se a origem da humanidade, a consolidação da espécie *Homo sapiens sapiens* ao longo do processo evolutivo e de seu inicial modo de **vida nômade**. Em segundo lugar, trata-se do tema da **sedentarização**, do domínio da agricultura e da domesticação de animais, o que resultaram na formação dos primeiros núcleos populacionais, na divisão de tarefas, na especialização de funções e na organização política e social dos primeiros grupos humanos. A ligação entre esses dois conjuntos pode ser claramente notada no *Esquema-resumo*, presente na página 32; essa é uma ferramenta didática

que permitirá visualizar os conteúdos trabalhados ao longo do capítulo, assim como, por meio de uma série de atividades, dar fechamento às discussões propostas.

Professor, uma sugestão para o trabalho com este capítulo é retomar as discussões de conceitos que são fundamentais para o estudo da História. Um exemplo disso é o caso do conceito de **temporalidade**.

O historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), em seus estudos sobre a História, debruçou-se bastante sobre o tema das temporalidades, alertando que, para além da história de curta duração, marcada por eventos de breve desenrolar no tempo, há uma temporalidade de longa duração – ou, até mesmo, de longuíssima duração (rever a introdução e ler o *Texto complementar* sugerido ao final das orientações deste capítulo).

Braudel, ao criticar a historiografia tradicional, que parecia tirar tudo dos eventos pontuais ao focar temas políticos e as grandes personalidades, defendeu uma efetiva “dialética da duração”, a partir da qual os eventos breves e longos deveriam ser pensados nas relações que entre eles poderiam ser estabelecidas e inferidas, e jamais como fatores isolados. Para isso, propunha o trabalho interdisciplinar, o diálogo da História com as outras áreas do conhecimento, como a Geologia, a Climatologia, a Biologia, a Geografia, a Sociologia e a Economia. Dessa maneira, abordar as noções de temporalidade com os estudantes é uma boa oportunidade para introduzir o trabalho interdisciplinar. No decorrer do capítulo, serão propostas leituras e atividades que dialogam com a Biologia (junto ao box do texto *Somos todos iguais*, na página 27) e com a Geografia (na seção *Interpretando documentos: mapa e imagens*, na página 34).

Em termos práticos, para abordar o conceito de temporalidade, é possível realizar uma **Atividade Alternativa**. A fim de pensar o tempo em uma dimensão concreta, pode-se pedir aos alunos que relacionem acontecimentos que envolvam a história pessoal deles, assim como a de sua família. Nessa escala temporal, quais processos são de longa duração? Quais são de curta? É possível criar uma temporalidade intermediária, algo como uma média duração? Na concepção dos alunos, o que é determinante na classificação temporal de um evento ou de um processo? Assim, o antepassado mais antigo de sua família do qual os alunos tenham notícias vai marcar a baliza temporal de longa duração. A média duração pode estar ligada, caso isso tenha ocorrido, à migração ou imigração dos avós, assim como ao nascimento dos pais. A data de nascimento dos estudantes vai dar a dimensão da curta duração.

Outro importante conceito que pode nortear o trabalho ao longo deste capítulo é o de **fontes históricas ou documentos históricos**. Como vimos, tratar com longas temporalidades traz consigo uma reflexão acerca do próprio pensamento histórico; o mesmo vale, também, para a questão das fontes. Na historiografia tradicional, na qual o foco era a dimensão factual, as principais fontes utilizadas eram os textos escritos. Daí surgiu a ideia de que existiria uma “Pré-História”, um enorme período temporal no qual não se poderia pensar em termos históricos, por conta da ausência de textos escritos. Essa concepção, ainda muito presente no senso comum, se revela equivocada; o que se percebe, de fato, não é a

inexistência de fontes, e sim a necessidade de mudar o próprio conceito de documento histórico.

Essa tendência em alargar o conceito de documento histórico se fez marcante desde as primeiras décadas do século XX, sobretudo na historiografia francesa. Na seção *Olho vivo*, na página 26, há um exemplo disso, quando se aborda o caso dos fósseis e das evidências que eles podem conter do passado. Indo além, os fósseis, pela contingência que trazem em sua formação e preservação, evidenciam algo muito importante para o pensamento histórico e que pode ser abordado e trabalhado com os estudantes: a História não é uma reconstituição do passado, e sim, como diz o historiador Fernando Novais (1933-), uma **aproximação — ou, segundo outros historiadores, uma representação**¹. Logo, trata-se de uma interpretação que se faz do passado a partir das possibilidades oferecidas pelas fontes históricas que resistiram ao tempo, que são operacionalizadas pelo pensamento formulado no presente, por meio de conceitos e teorias.

Abordar a noção de alargamento da concepção de documento histórico em sala de aula possibilita, também, o trabalho didático com o conceito de **cultura material**. O conceito de cultura material se refere a todas as criações humanas que têm constituição material, como objetos, ferramentas, veículos, vestuário etc. As atividades da seção *Interpretando documentos: imagem*, nas páginas 28 e 34, permitem o trabalho com a cultura material em dois momentos diferentes. No primeiro caso, o documento analisado é um artefato de pedra lascada, produzida entre 1,65 milhão e 100 mil anos atrás. No segundo, os documentos são utensílios escavados em Jericó e produzidos, provavelmente, entre 7000 a.C. e 6000 a.C. É importante perceber como essas duas atividades estão inseridas dentro de uma lógica interna ao próprio capítulo: elas permitem compreender as transformações tecnológicas no desenvolvimento da humanidade, sobretudo as diferenças na cultura material propiciadas pela mudança do nomadismo para a sedentarismo.

Por fim, um tema que está diretamente atrelado ao tópico da **sedentarização** é o da **divisão de tarefas**. Tal divisão foi fundamental para a organização dos primeiros núcleos humanos e para a superação de dificuldades com abastecimento, defesa, transporte, criação de animais e agricultura. No trabalho em sala de aula, é muito importante ressaltar, junto aos alunos, essa dimensão funcional e concreta da divisão das tarefas, algo que, guardadas as devidas proporções, está presente em diversos tipos de organização social ao longo dos tempos. Contudo, a divisão de tarefas promoveu consigo uma **estratificação social** e uma consequente valorização diferenciada do trabalho. Assim, alguns tipos de atividades, por exigir conhecimentos específicos e especializados, assumiram

maior importância; da mesma forma, alguns indivíduos conquistaram determinada autoridade por conta de sua capacidade de liderança ou riqueza. O assunto da divisão das atividades apresenta um problema que pode gerar uma discussão muito interessante e atual com os alunos. Se tal divisão é de grande importância para a organização humana, isso não quer dizer que a diferente valorização do trabalho seja uma consequência obrigatória dessa divisão. Isso é algo premente até os dias de hoje, quando as atividades intelectuais são, em geral, muito mais valorizadas do que as manuais, o que está na base de inúmeros preconceitos e desigualdades. Essa diferença também está ligada, tal como foi dito acima, a uma visão progressista da História, que credita todo mérito ao cientificismo moderno e ignora o valor das culturas e saberes tradicionais. No final do capítulo, a seção *Hora de refletir*, na página 38, pode ser trabalhada a partir da crítica a essa valorização diferenciada do trabalho.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 28)

1. a) Segundo os estudos científicos, um dos homínidos mais antigos encontrado até agora é o *Ardipithecus kadabba*, que habitou a África há cerca de 5,8 milhões de anos. Entre 4,2 milhões e 1 milhão de anos atrás, surgiram as espécies de homínidos do gênero *Australopithecus*, que coexistiram na África. Há cerca de 2 milhões de anos, uma dessas espécies originou o gênero *Homo*, do qual se originou nossa espécie, o *Homo sapiens sapiens*, por volta de 195 mil anos atrás. Entretanto, no atual estágio de conhecimento científico, há muitas dúvidas e suposições sobre a origem da humanidade. Não se sabe exatamente quando e por que essas mudanças ocorreram e deram origem à nossa espécie. Entretanto, sabe-se que foram necessários milhões de anos para que alterações na constituição física do corpo e nas práticas culturais levassem à formação do *Homo sapiens sapiens* moderno.
- b) É importante que o aluno se posicione diante do tema e reflita de que modo as pesquisas sobre a origem dos seres humanos são essenciais para compreendermos cada vez mais nossa sociedade e os problemas que nos afetam. Um exemplo disso seria mencionar que tais pesquisas ajudam no conhecimento dos elementos que foram importantes para a evolução biológica e para o desenvolvimento cultural dos seres humanos, de tal forma que possamos evitar nossa extinção, como ocorreu com as espécies de homínidos que precederam a nossa.

¹ Reinhart Koselleck aborda essa questão da seguinte forma: “[...] duas considerações relevantes do ponto de vista da teoria do conhecimento: o conteúdo factual estabelecido *ex post* aos eventos investigados nunca é idêntico à totalidade das circunstâncias passadas, supostamente tomadas como reais naquele momento. Todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual, mas a realidade propriamente dita já não pode mais ser apreendida. Com isso não se quer dizer que o evento histórico seja estabelecido sem cuidado ou de maneira arbitrária, uma vez que o controle das fontes assegura a exclusão daquilo que não deve ser dito. Mas esse mesmo controle não prescreve aquilo que pode ser dito. Pode-se considerar que o historiador, de um ponto de vista negativo, está sujeitado pelos testemunhos da realidade passada. Por outro lado, de um modo positivo, quando interpreta um evento a partir das fontes, ele se aproxima daquele narrador literário que se submete à ficção contida nos fatos para tornar mais verossímil a sua narrativa.” KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC: 2006. p. 141.

2. O *Homo sapiens sapiens* foi a espécie que, até 12000 a.C., em um longo processo de dispersão, ocupou quase todos os continentes do planeta. Ele chegou ao Oriente Próximo e à Ásia entre 90000 a.C. e 45000 a.C. Depois, há cerca de 40 mil anos, a partir do continente asiático, teria alcançado a Oceania por meio de embarcações. Outros grupos teriam alcançado a Europa e a Ásia central também por volta de 40 mil anos atrás. Sobre a chegada do *Homo sapiens sapiens* à América, há teorias controversas: algumas apontam para o período entre 15 mil e 11 mil anos atrás; outras indicam 50 mil anos atrás.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM (p. 28)

- a) A proposta da atividade é que o aluno observe e reflita atentamente sobre o documento apresentado, para perceber como a cultura material pode fornecer informações sobre o modo de vida dos primeiros hominídeos. Nesse caso, o artefato em questão é uma machadinha de mão que os pesquisadores acreditam ter sido produzida entre 1,65 milhão de anos e 100 mil anos atrás. Esse objeto foi produzido apenas com pedras, o que pode evidenciar que quem o produziu não tinha o domínio da metalurgia e de técnicas similares. Além disso, é possível observar na imagem que essa machadinha é simples e não serve para cortar objetos ou alimentos muito resistentes ou de difícil manipulação. Porém, já revela a grande capacidade mental do *Homo erectus*, que provavelmente utilizava esse utensílio para enfrentar problemas e melhor se adaptar ao meio em que vivia. Vale destacar que essas hipóteses são combinadas com as análises de outros documentos e vestígios do período, de modo a possibilitar o estudo desse momento da História; por isso, nesse trabalho é muito importante o diálogo entre diversas áreas do conhecimento.
- b) A proposta dessa atividade é que o aluno elabore hipóteses para interpretar os possíveis usos que esse artefato tinha para os *Homo erectus*. Espera-se que os alunos identifiquem que o objeto em questão tem um formato que possibilita o corte (de peles, animais, etc.). Com isso, pode-se formular a hipótese de que essa machadinha era utilizada para auxiliar na caça e na alimentação desses hominídeos, já que eles eram nômades e não tinham o domínio da agricultura. Nesse caso, é possível relacionar o uso dessa machadinha para caçadas e seus utensílios para atividades que exigissem adaptação ao seu meio.

ESQUEMA-RESUMO (p. 32)

A proposta da atividade é que os alunos destaquem o processo de transformações ocorrido desde o surgimento dos primeiros hominídeos até o surgimento das primeiras cidades e as mudanças que isso provocou na forma como os grupos humanos se organizavam. Nesse

caso, os primeiros hominídeos com características humanas foram os dos gêneros *Ardipithecus* e *Australopithecus*, que surgiram na África. O gênero *Homo* tem sua origem no processo evolutivo de uma das espécies do gênero *Australopithecus*, entre 2 milhões e 800 mil anos atrás. Ao longo do tempo, surgiram diversas espécies desse gênero, como o *Homo habilis*, o *Homo erectus* e o *Homo sapiens sapiens* (o ser humano moderno). As características diferenciadas do *Homo sapiens sapiens*, como a capacidade de fala e de expressão de pensamento abstrato, bem como seu modo de vida nômade, permitiram a expansão da espécie, que, ao longo do tempo, chegou a povoar todos os continentes. Além disso, suas capacidades criativas permitiram o domínio da agricultura por volta de 10 mil anos atrás. Isso provocou intensas transformações no modo como os primeiros grupos humanos viviam, como o abandono do nomadismo, dando origem às primeiras cidades, e a criação de novas ferramentas e técnicas, o que provocou grandes transformações tecnológicas. Quando passaram a viver em cidades, os grupos humanos mudaram a forma como se organizavam, dando origem ao sistema de divisão do trabalho e às primeiras formas de estratificação social.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 33)

1. O *Homo habilis*, a espécie mais antiga de *Homo*, surgiu do gênero *Australopithecus* há cerca de 2 milhões de anos. O *Homo habilis* tinha quase 1,60 m de altura, pouco mais de 50 quilos de massa e um cérebro de até 800 cm³; apesar de pequeno e frágil, sua capacidade de adaptação cultural e social pode ter contribuído para seu desenvolvimento. Pesquisas recentes mostram que o *Homo habilis* conviveu com outro hominídeo, o *Homo erectus*, que apareceu na África por volta de 1,8 milhão de anos atrás. Ele chegava a medir até 1,80 m e seu cérebro podia atingir 1250 cm³; sua arcada dentária era saliente e o rosto, largo. O *Homo erectus* tinha uma elevada capacidade mental, andava em bandos de vinte a trinta indivíduos, fabricava utensílios, construía cabanas, dominava o fogo e organizava a caça entre os membros do grupo. O *Homo sapiens sapiens* teria surgido por volta de 195 mil anos atrás. Foi a primeira espécie a desenvolver a capacidade da fala, graças a uma faringe mais longa e uma língua mais flexível.
2. O domínio das atividades agrícolas, que ocorreu de forma independente em diversas regiões do mundo, provocou grandes mudanças na forma como os seres humanos viviam e se organizavam, dando início ao processo de sedentarização. Com isso, os grupos humanos abandonaram a vida nômade e passaram a constituir comunidades fixas em determinadas regiões. Isso permitiu o crescimento da produção de alimentos e também das populações que viviam nessas comunidades. Foi esse processo que deu origem aos primeiros núcleos urbanos há cerca de 10 mil anos.
3. A vida sedentária foi marcada pelo desenvolvimento de comunidades fixas e estáveis em determinadas regiões, o que só foi possível graças ao domínio das

atividades agrícolas. Nesse sentido, os alunos podem apontar como fatores positivos da vida sedentária a maior estabilidade e garantia de alimentos, o desenvolvimento tecnológico, a criação de comunidades humanas mais amplas, entre outros fatores. Já como pontos negativos, é possível destacar o processo de estratificação social, que resultou na criação de uma sociedade na qual apenas uma parcela de indivíduos tinha privilégios, e as relações de dominação no interior das comunidades humanas. Outro fator é que as comunidades humanas se tornavam mais vulneráveis a ataques e saques e exigiam maiores defesas contra invasores.

4. a) A formação das primeiras aglomerações humanas criou novas necessidades de organização do trabalho humano. Nessas comunidades, não era mais possível que todas as tarefas fossem divididas entre todos, já que surgiram novas necessidades de trabalho, como a construção de abrigos, a defesa contra animais e invasores, a produção de ferramentas e equipamentos para a prática da agricultura, o trabalho nos campos, entre inúmeras outras. Diante disso, os grupos humanos passaram a se organizar segundo o critério da divisão de tarefas. Nesse modelo, diferentes grupos ficavam encarregados de determinados afazeres, de modo que todas as necessidades fossem atingidas pela comunidade.
- b) Essa atividade possibilita diferentes posicionamentos dos alunos. Nesse sentido, é importante estimular a reflexão e a argumentação diante do problema, ressaltando que a divisão do trabalho permitiu maior organização das comunidades humanas, a fim de garantir a produção de tudo aquilo que era necessário para a manutenção e a proteção desses grupos. Por outro lado, a divisão de tarefas implicou a perda da autonomia dos indivíduos, que passaram a depender da comunidade como um todo para a sua sobrevivência.
- c) Essa atividade também permite interpretações variadas dos alunos. Pode-se apontar que a divisão do trabalho continua sendo importante e válida na vida das pessoas, já que cada um é responsável por uma atividade de modo a garantir o bem-estar do conjunto da comunidade. Como exemplo, é possível lembrar diferentes profissões que são necessárias para a vida em comunidade ou mesmo a organização das atividades domésticas, que podem ser divididas entre os diferentes habitantes desse espaço. Pode-se também lembrar da existência de pequenas comunidades nas quais todos realizam as tarefas coletivamente, sem configurar uma divisão plena das tarefas. O mais importante nessa atividade não é a existência de um posicionamento que seja classificado como correto e outro errado, mas o esforço em argumentar e defender o posicionamento adotado, por isso espera-se que os alunos citem exemplos variados e que ajudem a justificar suas ideias.

5. São inúmeros os exemplos que podem ser apontados sobre a maneira como o advento da agricultura modificou a forma como os seres humanos viviam e se organizavam. É possível destacar que a agricultura permitiu o abandono do modo de vida nômade, permitiu a formação de grupos humanos mais amplos e vivendo juntos num mesmo espaço, deu origem a vilas e cidades, permitiu o avanço tecnológico e o desenvolvimento de novas ferramentas, possibilitou a domesticação de animais que passaram a ser utilizados em diversas finalidades, permitiu o maior controle na produção de alimentos, bem como a criação de uma dieta mais estável baseada nos gêneros agrícolas, modificou as moradias, já que o modo de vida sedentário permitiu o desenvolvimento de técnicas mais complexas para a construção de edifícios, etc.
6. Uma das consequências do domínio da agricultura e do crescimento das comunidades humanas foi o início do processo de divisão do trabalho humano. Como algumas tarefas exigiam conhecimento mais específico ou tinham maior importância na comunidade, aqueles que a realizavam passaram a ganhar destaque na comunidade. Por isso, pode-se dizer que a divisão de tarefas provocou o início da estratificação social. Esse movimento está associado diretamente ao processo de surgimento de governantes, como os chefes tribais ou os primeiros reis, já que os grupos com mais privilégios passaram a ter autoridade e poder dentro da comunidade e puderam definir aqueles que comandariam e os que obedeceriam.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: MAPA E IMAGENS (p. 34)

1. a) Essa atividade propõe uma reflexão a partir do mapa sobre o surgimento dos primeiros núcleos urbanos. Proponha aos alunos que observem atentamente o mapa antes da realização da atividade, observando todos os elementos gráficos que são utilizados para representar as informações sobre os primeiros núcleos urbanos que surgiram a partir do século X a.C. Lembre-os de que a atenta observação dessas informações é fundamental para a interpretação de mapas. Com base nisso, é possível destacar que o mapa representa uma região que engloba parte da África, do Oriente Média e da Ásia. Vale destacar que não foi apenas nessa parte do mundo que surgiram núcleos urbanos no período, mas isso também ocorreu em outras regiões, como na América.
- b) O mapa traz as datas de surgimento dos diversos núcleos urbanos que se desenvolveram na região representada. Por meio da observação dessa informação, é possível destacar que nem todos os núcleos urbanos surgiram no mesmo período. Os primeiros surgiram por volta do ano 10000 a.C., enquanto os últimos surgiram por volta de 3000 a.C.

- c) As cores presentes no mapa são utilizadas para destacar as regiões onde se desenvolveram diferentes civilizações na Antiguidade, como as civilizações mesopotâmica, egípcia e hebraica. Espera-se que os alunos formulem hipóteses que tratem dessa relação, reconhecendo que as primeiras cidades não se formaram apenas no interior de uma dada sociedade ou cultura, mas que isso foi um processo que ocorreu entre diferentes povos e num espaço bastante vasto.
2. a) Espera-se que os alunos comparem os dois objetos encontrados na cidade de Jericó de modo que reflitam sobre as transformações tecnológicas e sociais provocadas a partir do domínio da agricultura. Uma forma de trabalhar essa questão, antes de realizar a análise propriamente dita dos dois artefatos, é propor a comparação das imagens dessa atividade com a imagem do *Interpretando documentos* da página 28. Pela comparação das imagens, já é possível formular hipóteses sobre o desenvolvimento de técnicas mais complexas de produção de artefatos de um período para o outro, já que os objetos encontrados em Jericó apresentam formas mais detalhadas e finalidades mais especializadas que o objeto produzido pelo *Homo erectus*. Com base nisso, os alunos poderão descrever os objetos localizados em Jericó, destacando que o primeiro tem o formato de um pente, enquanto as ferramentas que aparecem na segunda imagem têm o formato de instrumentos de costura. O fato de serem objetos especializados e com formas mais complexas justifica a ideia de que houve um desenvolvimento tecnológico no período.
- b) É possível identificar que os objetos não foram produzidos com materiais metálicos. Pode-se levantar a hipótese de que foram utilizados ossos, pedras ou madeira para a sua elaboração. Com base nisso, pode-se supor que a sociedade que viveu em Jericó não tinha o domínio da metalurgia no período. No entanto, essa questão só é possível de ser comprovada se agregarmos informações vindas de outras fontes.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 35)

1. A única alternativa correta é a letra A.
2. A alternativa correta é a letra E. Assim, as afirmativas I, III e IV são falsas. A afirmativa I é falsa por indicar que existem outras espécies do gênero *Homo* vivendo atualmente. A única espécie ainda viva desse gênero é o *Homo sapiens sapiens*. O erro da terceira afirmativa é apontar que a Biologia não contribuiu muito para o estudo da história e da evolução humana. Muitos dos conhecimentos que temos sobre a evolução humana durante o Paleolítico e Neolítico são decorrentes do diálogo da Biologia com a História, bem como de outros conhecimentos científicos. Já a quarta afirmativa está errada por defender que

o clima e o meio ambiente não tiveram impacto na evolução humana. Esses fatores tiveram grande importância no modo como os seres humanos evoluíram ao longo do tempo.

3. A única alternativa correta é a letra D.
4. A alternativa correta é a letra B. Assim, as afirmativas II e IV são falsas. A afirmativa II é falsa por defender que a invenção do plástico fez com que os seres humanos deixassem de utilizar a cerâmica. Essa técnica de produção de objetos é ainda muito comum e importante em diferentes regiões do planeta. Já a afirmativa IV é falsa por indicar que o plástico não prejudica o meio ambiente. Ao contrário da cerâmica, que era de fácil descarte, os objetos de plástico demoram um período muito grande de tempo para se decompor, o que resulta em grande poluição do meio ambiente.
5. A única alternativa correta é a letra D.
6. A única alternativa correta é a letra C.

HORA DE REFLETIR (p. 38)

A proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre a divisão do trabalho em nosso mundo. É importante lembrar que o processo que teve início após o domínio da agricultura se intensificou muito ao longo da História, já que a especialização do trabalho resultou numa divisão extremamente intensa, inclusive com a fragmentação das etapas de produção dos processos mais simples. Assim, por meio do exemplo do “pãozinho”, ou de outros alimentos e objetos de grande consumo, os alunos poderão lembrar que a produção está dividida em inúmeras etapas, começando com a produção agrícola, passando pela transformação dos grãos em farinha, já em moinhos industriais. Em seguida, o produto é distribuído e comercializado para, finalmente, chegar às padarias, onde o pão será produzido e vendido ao consumidor. Nesse caso, o trabalho foi dividido entre trabalhadores diferentes, os quais dominam as técnicas necessárias apenas para a realização de parte do trabalho de produção de pães. O ideal é que os alunos abordem diferentes temas para produzir um painel mais rico e diverso sobre a divisão do trabalho.

■ Texto complementar

Apresentamos, a seguir, um trecho do artigo “História e Ciências Sociais. A longa duração”, publicado pela primeira vez em 1958 na revista francesa *Debates e Combates*. Nesse texto, Fernand Braudel discorre sobre a importância de se pensar uma “dialética da duração” e de se estabelecer um diálogo entre as ciências humanas.

As outras Ciências Sociais são muito mal informadas a respeito da crise que nossa disciplina atravessou no decorrer desses últimos vinte ou trinta anos, e sua tendência é desconhecer, ao mesmo tempo que os trabalhos dos historiadores, um aspecto da realidade social do qual a História é boa criada, senão hábil vendedora: essa duração social, esses tempos múltiplos e

contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofado da vida social atual. Uma razão a mais para assinalar com vigor, no debate que se instaura entre todas as ciências do homem, a importância, a utilidade da história, ou, antes, da dialética da duração, tal como ela se desprende do mister, da observação repetida do historiador; pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem.

Falarei, pois, longamente da História, do tempo da História, [...] para nossos vizinhos das ciências do homem: economistas, etnógrafos, etnólogos (ou antropólogos), sociólogos, psicólogos, linguistas, demógrafos, geógrafos, até mesmo, matemáticos sociais ou estatísticos – todos vizinhos que, há longos anos, seguimos nas suas experiências e pesquisas porque nos parecia (e ainda nos parece), que, colocada a seu reboque ou ao seu contato, a História se ilumina com uma nova luz. Talvez, de nossa parte, tenhamos alguma coisa a lhes dar. Das experiências e tentativas recentes da História, depreende-se – consciente ou não, aceita ou não – uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo. Essa última noção, mais que a própria história – a história de cem faces – deveria interessar às Ciências Sociais, nossas vizinhas.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 43-44. (Debates: 131).

Sugestões de livros

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates: 131).

- Coletânea de ensaios do historiador francês Fernand Braudel, figura de grande relevo na consolidação da Escola dos *Annales*. O principal tema dos artigos é a necessidade de aproximação entre as diversas áreas do conhecimento, o que possibilitaria um aprimoramento teórico e metodológicos dos estudos historiográficos, assim como uma melhor compreensão do passado.

JOHANSON, Donald C.; EDEY, Maitland A. *Lucy: os primórdios da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

- Em 1974, cientistas descobriram, na Etiópia, um crânio que teria pertencido a um homínido. O fóssil, que recebeu o nome de Lucy, foi objeto de diversas pesquisas acerca da evolução da espécie humana. O livro de Johanson e Edey apresenta essas pesquisas, assim como teorias e hipóteses sobre os primórdios da humanidade.

NOVAIS, Fernando. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

- O livro reúne artigos do historiador brasileiro Fernando Novais, dividindo-os entre dois campos: estudos históricos e crítica historiográfica. Ao longo dos textos, que abordam os mais variados assuntos, Novais apresenta importantes noções teóricas e metodológicas que pautam seus trabalhos.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

- Obra do embaixador e historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva, esse livro lança luz sobre a África pré-colonial, dando conta da grande diversidade de povos que se formaram no continente africano, com suas formas de vida e organização diferentes.

Sugestão de filme

2001: Uma odisseia no espaço (Stanley Kubrick, 1968).

- Baseado na obra de ficção científica de Arthur C. Clarke, o filme de Stanley Kubrick, um dos maiores clássicos do cinema mundial, aborda, na trilha de um misterioso monólito negro, desde os primórdios da espécie humana até as viagens espaciais, em uma odisseia acerca das possibilidades e dos riscos do conhecimento humano.

Sugestão de site

Origens da humanidade. Site em inglês do Instituto Smithsonian sobre as origens da humanidade. Disponível em: <<http://humanorigins.si.edu/>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CAPÍTULO 2

Origens do ser humano na América

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 2, dando continuidade aos temas do capítulo anterior, vai abordar a **chegada dos seres humanos à América**. Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira delas, apresentam-se algumas teorias que se propõem a explicar o povoamento do continente americano; como se tratam de teorias, chama-se a atenção para as diferenças e controvérsias que possam existir entre elas. Na segunda, o foco recai sobre os sítios arqueológicos que se localizam em diferentes partes do atual território brasileiro, o que permite compreender melhor as origens e as culturas dos povos paleoíndios que habitaram as regiões desses sítios.

Um tema que estará presente ao longo de todo o capítulo 2 é da **Arqueologia**. Essa é uma ciência que, por meio de escavações, estuda a vida e a cultura de povos antigos por meio de resquícios materiais, que podem ser objetos, monumentos, tumbas, fósseis etc. Uma boa opção para começar a trabalhar com este capítulo é sondar os estudantes acerca dos conhecimentos que eles detêm sobre a Arqueologia. Nesse sentido, nota-se um dado interessante: mesmo que as pesquisas mais difundidas desse campo de conhecimento estejam ligadas a vestígios de épocas muito antigas, a Arqueologia não

necessariamente se dedica somente a elas. A respeito do período que se convencionou chamar de Idade Média, por exemplo, diante da pouca quantidade de documentos escritos, a Arqueologia se mostrou fundamental para ampliar as fontes e as informações.

Outra informação importante acerca da Arqueologia diz respeito aos próprios materiais que são encontrados nas escavações e como eles podem ser utilizados enquanto fontes históricas. Os objetos descobertos em escavações são **vestígios** do passado, ou seja, são resquícios que precisam, assim como qualquer outro documento histórico, ser pensados e interpretados. Apesar da evidente materialidade da qual esses vestígios são feitos, eles não encerram, em si mesmos, uma verdade acerca do passado. Dessa maneira, quando um arqueólogo realiza uma escavação e encontra um objeto, este pode ser qualquer coisa; cabe aos pesquisadores, portanto, realizar estudos e levantar hipóteses.

A Arqueologia, por trabalhar com diversas possibilidades ligadas à cultura material, é uma área do conhecimento que está pautada por dúvidas. Por meio dessas indagações, é possível organizar uma **Atividade Alternativa** com os alunos. Pode-se armar um pequeno sítio arqueológico na escola, no qual serão enterrados vestígios de objetos variados. Os estudantes, em grupos, deverão realizar escavações e, considerando as características desses objetos, levantar hipóteses sobre esses vestígios. A partir dessa atividade prática, eles poderão compreender com mais clareza o trabalho que os arqueólogos realizam, tal como se deu no caso dos vestígios encontrados no Rio de Janeiro, quando da realização de obras para o metrô — caso abordado no texto de abertura do capítulo. Essa atividade alternativa também tem boas possibilidades de ser uma **Atividade de Inclusão**. Esse experimento arqueológico, por se basear na cultura material, permite o contato tátil e físico com os objetos. Alunos com deficiência visual, por exemplo, podem dar importantes contribuições na análise dos objetos e no levantamento de hipóteses.

Acerca do povoamento da América, uma opção para conduzir os trabalhos em sala de aula é abordar com os alunos as discussões sobre as incertezas do conhecimento que temos do passado remoto. Nesta primeira parte do capítulo são apresentadas três teorias diferentes sobre o povoamento da América: a teoria Clóvis, a teoria defendida por Walter Neves e a teoria defendida por Niède Guidon. Cada uma delas tem uma particularidade e apresenta conclusões formuladas a partir de determinados vestígios arqueológicos, que estão ligados ao **deslocamento** de grupos humanos pelo continente americano. Isso, contudo, em vez de representar uma controvérsia insolúvel, demonstra a **pluralidade do passado** e a **transitoriedade do conhecimento**. Como tem sido tratado ao longo desta unidade, o conhecimento e a criatividade são forças transformadoras, e isso vale, como se pode notar, inclusive para as próprias possibilidades de conhecimento que podemos ter do passado. No final da primeira parte do capítulo, as seções *Organizando as ideias* e *Teste seu conhecimento*, ambas na página 41, são importantes ferramentas para consolidar, junto aos alunos, as ideias referentes a essas três teorias do povoamento.

Sobre a segunda parte do capítulo, quando se trata dos sítios arqueológicos espalhados pelo Brasil, uma possibilidade de trabalho é focar o tema **da diversidade das culturas e dos modos de vida**. Isso pode ser percebido a partir dos próprios vestígios encontrados nos sítios arqueológicos brasileiros, cada um dos quais mostra como os povos **paleoíndios** se relacionavam com o ambiente que os cercava, encontrando alternativas de habitação (caso dos **paleoíndios do Sul e Sudeste**, que moravam em grandes buracos para se proteger do frio), de instrumentos de caça (caso das **boleadeiras** usadas nas **tradições Umbu e Humaitá**) e de organização social (caso dos sofisticados grupos humanos da **população sedentária do Alto Xingu** e da **civilização marajoara**).

Além desses exemplos, também se destacam mais dois casos de criatividade e conhecimento aplicados na vida prática. O dos **sambaquis** ou **concheiros**, estruturas formadas por conchas nas quais as populações que habitavam o atual litoral brasileiro, entre 6 e 7 mil anos atrás, moravam e enterravam seus mortos — um tipo, portanto, muito peculiar de tecnologia, totalmente adaptado aos costumes de uma população que não se deslocava com frequência e que vivia dos recursos marinhos. E o caso da *Terra preta*, exemplo abordado em um box específico, na página 47, que demonstra, por meio do **diálogo com a Geologia e a Química**, como certos povos paleoíndios da região amazônica, de acordo com recentes pesquisas, dominavam práticas agrícolas, sendo capazes de criar, por meio de recursos naturais e do manejo do solo, áreas férteis para o cultivo de lavouras. A seção *Hora de refletir*, na página 52, pode ser trabalhada em paralelo ao tema da terra preta. Nessa seção, faz-se um comentário acerca das práticas agrícolas dos povos Kuikuro, que habitavam a região do Alto Xingu. O objetivo é fazer com que os alunos pensem a respeito das origens dos povos e das tradições indígenas amazônicas e que compreendam as relações que os Kuikuro estabeleciam com o meio ambiente. **Abordado historicamente e dentro de uma dialética temporal**, esse tema pode nos fazer questionar as práticas agrícolas predatórias da sociedade capitalista ocidental, assim como lançar uma nova perspectiva sobre as tradições e culturas indígenas ainda existentes. Tratar os assuntos nesses termos pode evidenciar que as formas de conhecimento e criatividade predominantes em nossas sociedades não são as únicas existentes nem as melhores. Esse tipo de reflexão se faz muito importante no mundo atual, onde medra a imprevisibilidade e a incerteza sobre o futuro.

Por fim, pode-se concluir o trabalho do **capítulo 2** por meio de outros exemplos de criatividade e conhecimento: as **pinturas rupestres da Serra da Capivara**, tratadas na seção *Olho vivo*, nas páginas 42 e 43, e da **Pedra do Ingá**, esta última abordada na seção *Interpretando documentos: imagens*, na página 49. A fim de aprofundar o conhecimento dos alunos acerca dessas pinturas, pode-se organizar, como proposta de **Atividade Alternativa**, uma exposição de pinturas rupestres. Usando pesquisas na internet, os alunos, divididos em grupos, podem preparar cartazes sobre sítios arqueológicos espalhados pelo mundo ou pelo Brasil. Esses cartazes poderão ser expostos na sala

de aula ou em outro ambiente da escola. Com isso, será possível compreender, com clareza e em termos práticos, a importância das pinturas rupestres como fontes para o estudo da História em diversos lugares do mundo e, com comparações, notar as peculiaridades de cada pintura e dos grupos sociais que as produziram.

As pinturas rupestres permitem ainda mais uma reflexão, que pode ser realizada tendo em vista a seção *Fechando a unidade*, na página 53. A conclusão da unidade pode partir de uma indagação: as pinturas rupestres são somente imagens funcionais, meios de registro e de comunicação, ou podem ser entendidas, também, como **obras de arte**, imagens portadoras de uma estética e de um sentido cultural próprios? Essa pergunta permite pensar nas dimensões que a criatividade e o conhecimento adquiriram nas sociedades humanas, pois, ao longo dos tempos, foram sendo criados inúmeros objetos com funções e utilidades distintas, tal como é o caso do fragmento de lã, os seres humanos transpuseram a dimensão funcional e criaram objetos com estética e sentido artístico bastante elaborados, como é o caso da blusa/obra de arte feita por Arthur Bispo do Rosário. Essa dimensão estética, hoje, é parte incontornável de nossa vivência e de nosso cotidiano, haja vista, por exemplo, as variações da moda, como é o caso do casaco. Um simples agasalho, portanto, por conta da criatividade e do conhecimento humanos, é tanto um artefato para se proteger do frio, que apresenta variações conforme as mudanças tecnológicas empregadas em sua produção, quanto uma criação estética e identitária. Portanto, pode-se questionar os alunos: será que o mesmo valia para as pinturas rupestres? Essa é uma questão fascinante e que pode, de maneira bastante proveitosa, ser abordada em sala de aula, tendo em vista a conclusão da Unidade 1.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 41)

1. a) Segundo a teoria Clóvis, há cerca de 15 mil anos, grupos de caçadores-coletores teriam saído da Ásia e chegado ao Alasca pelo estreito de Bering. Isso teria ocorrido no mais recente Período Interglacial, durante a qual as águas dos oceanos baixaram, deixando descoberto o fundo do estreito. A partir do Alasca, essa população teria ocupado todo o continente entre 10 mil e 12 mil anos atrás. Professor, um globo terrestre pode ajudar ainda mais os alunos a compreender o trajeto dos primeiros habitantes para o continente que atualmente é chamado América. Nas representações cartográficas em forma de mapas, a Ásia aparece separada do continente americano; por isso, pode haver certa dificuldade na identificação do estreito de Bering pelos alunos. Se o globo terrestre não for acessível, observe em detalhes a região do estreito de Bering indicada no mapa reproduzido no livro.
- b) Para o arqueólogo Walter Neves (e outros cientistas também), a onda de migração que atravessou o estreito de Bering não era proveniente apenas da Ásia, mas também originária da África.

2. Os estudos de Niède Guidon contestaram as teorias que indicavam que houve apenas uma leva migratória durante o povoamento da América. Segundo suas pesquisas, grupos humanos teriam tomado diferentes caminhos para chegar ao continente americano. Além disso, suas pesquisas reforçaram a hipótese de que o povoamento da América foi anterior ao que era defendido na teoria Clóvis, com a chegada de grupos humanos já por volta de 50 mil anos atrás.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 41)

Apenas a afirmativa III está incorreta; assim, a alternativa correta é a letra E. O erro da afirmativa III é indicar que o crânio de Luzia tinha características morfológicas de traços asiáticos. Na realidade, seu crânio tinha traços africanos, por isso ele reforça a validade das teses de Walter Neves e ajuda a questionar a teoria Clóvis.

ESQUEMA-RESUMO (p. 48)

Os pesquisadores já conhecem inúmeras tradições culturais que se desenvolveram no atual território brasileiro desde o início da ocupação do continente americano. As principais experiências que ocorreram nessa região foram a dos povos construtores de sambaquis, aquelas que surgiram na região de São Raimundo Nonato e na Lagoa Santa, os povos de tradição Umbu e Humaitá, bem como o povo de Itararé e as populações que surgiram na região amazônica, como os tapajônicos, os marajoaras e os do Alto Xingu. Essas sociedades se organizaram de formas diversas. Existiram aquelas que se desenvolveram como povos caçadores e coletores, como é o caso dos construtores de sambaquis, mas também dos povos que se desenvolveram em São Raimundo Nonato, na Lagoa Santa e nas regiões Sul e Sudeste do atual território brasileiro. Vale destacar que foram os povos de tradição Umbu que foram responsáveis pela disseminação de armas de caça na região do atual território brasileiro. Outras sociedades se desenvolveram a partir do domínio da agricultura, dando origem a modos de organização social complexos, incluindo hierarquias sociais mais definidas. Esse é o caso dos povos tapajônicos, marajoaras e das populações sedentárias do Alto Xingu.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 49)

1. Há diversos tipos de vestígios arqueológicos, entre eles os fósseis de ossos humanos, os instrumentos de trabalho, os restos de alimentos fossilizados e de vestígios de atividades cotidianas (como fogueiras ou rituais religiosos). Pode-se também encontrar sambaquis, pinturas rupestres, objetos de cerâmica etc. que são essenciais para compreender o modo de vida, os hábitos e as características morfológicas dos primeiros habitantes.
2. Os sambaquis são amontoados de conchas, encontrados em diversas partes do litoral brasileiro,

- e acredita-se que foram formados por grupos humanos que se alimentavam de recursos marinhos e habitavam a região litorânea. Entre outras características, tinham o costume de empilhar as conchas dos moluscos, os restos de comida, os ossos de animais e as ferramentas. Aos poucos, essas pilhas se transformaram em grandes elevações, algumas com mais de 20 metros de altura, onde os povos dos sambaquis construíam suas moradias e enterravam seus mortos.
3. Na Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (Piauí), foi encontrada a maior concentração de sítios arqueológicos do Brasil. Na área do Boqueirão da Pedra Furada foram descobertos vestígios que, segundo alguns pesquisadores, indicam que a presença humana na região data de cerca de 50 mil anos. Em Lagoa Santa (MG), um dos principais sítios arqueológicos do país, foi encontrado o crânio de Luzia, o mais antigo vestígio de ossos humanos descoberto na América, com aproximadamente 11.500 anos.
 4. Os povos de tradição Umbu ocuparam os campos da região Sul e do atual estado de São Paulo, entre 9500 a.C. e 1500 d.C. Produziam instrumentos de pedra e difundiram duas grandes inovações tecnológicas: o arco e flecha e a boleadeira. Os povos de tradição Humaitá dividiram, em princípio, a mesma região com os povos Umbu. Posteriormente, migraram dos campos para as matas e regiões mais altas. Além da caça e da pesca, mantinham uma dieta rica em pinhão, que assavam ou transformavam em farinha. Já o povo de Itararé desenvolveu-se no Sul e no Sudeste do Brasil por volta de 3500 a.C., instalando-se em regiões de clima frio e em altas altitudes. Para se proteger do frio, desenvolveram habitações abaixo do solo, escavando buracos de até 8 metros de profundidade e 20 metros de diâmetro, que se comunicavam entre si por uma rede de túneis, onde também eram guardados alimentos e objetos.
 5. Alguns povos da região amazônica, como a civilização marajoara, que ocupou a Ilha de Marajó há cerca de 3500 anos, formaram organizações sociais hierarquizadas, dominavam técnicas de artesanato altamente desenvolvidas e praticavam a agricultura. Pesquisas recentes mostram que a região do Alto Xingu foi ocupada por uma sociedade de estrutura complexa. Os indícios mostram que a região chegou a abrigar 19 aldeias de formato circular, protegidas por fossas e paliçadas, interligadas entre si por meio de estradas. As maiores aldeias abrigavam uma população que variava de 2,5 mil a 5 mil indivíduos. Professor, você pode ressaltar que o conceito de “sociedade complexa” se aplica aos agrupamentos humanos cuja organização social, política e econômica conta com níveis acentuados de especialização, hierarquização e estratificação social. Em oposição, as chamadas sociedades simples são as que têm baixo nível de diferenciação social. Esses conceitos substituíram as noções antigas de “primitivo” e “civilizado”, difundidas pela ciência eurocêntrica do século XIX.
 6. a) A terra preta é um tipo de solo que tem coloração escura. Ela é encontrada na região amazônica, geralmente em terra firme, próxima às margens dos rios. Como esse tipo de solo é extremamente fértil, ele ajuda no desenvolvimento da agricultura na região.
 - b) Os pesquisadores acreditavam, até a década de 1980, que a terra preta se formou naturalmente ao longo do tempo. Porém, atualmente, os pesquisadores acreditam que esse tipo de terra tenha surgido do manejo do solo praticado pelas populações humanas que viveram na região amazônica cerca de mil anos atrás.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGENS (p. 49)

1. a) Nesta atividade, espera-se que os alunos utilizem a imaginação para “desvendar” as imagens da Pedra do Ingá, pois há poucas informações comprovadas sobre os significados desses desenhos. Algumas figuras se destacam, por exemplo, as representações de seres humanos e animais (répteis e pássaros, por exemplo).
 - b) As inscrições da Pedra do Ingá ainda não foram decifradas pelos pesquisadores. Por isso, há várias hipóteses sobre seus significados e sobre a finalidade com que foram feitas. A hipótese mais aceita sugere que os desenhos serviam de registro das atividades cotidianas, como a caça e a pesca. Alguns cientistas, contudo, supõem que as inscrições estejam relacionadas a algum culto à água, realizado em períodos de seca. Outros pesquisadores defendem a hipótese de que os desenhos rupestres tinham finalidades artísticas, como representar sentimentos, expressar a expectativa de uma boa caçada e de obter alimentos para a sobrevivência do grupo.
2. a) A primeira imagem mostra um objeto com o formato de bola e feito de pedra. É possível observar no centro dele a existência de um declive, o que indica a possibilidade de utilizá-lo para amarrar outro objeto. A segunda imagem é uma peça de cerâmica com um grande espaço interno capaz de armazenar alimentos ou líquidos. O primeiro objeto foi produzido pelo povo de tradição Umbu e espera-se que os alunos identifiquem que se trata de uma boleadeira. Foi essa tradição cultural que difundiu o uso de armas de caça. Já o segundo objeto é um exemplo da cerâmica produzida pelo povo de Itararé. Espera-se que os alunos associem esse objeto às tradições ceramistas desse povo, bem como pela localização do objeto na região de ocupação desse grupo.
 - b) Nessa atividade, espera-se que os alunos reflitam sobre a importância da cultura material na pesquisa arqueológica dos paleoíndios que ocuparam o atual território brasileiro há milhares de anos. É importante lembrar que a cultura material é uma das evidências disponíveis para o

estudo de povos que não deixaram documentos escritos. É por meio da análise dos objetos encontrados nesse período que os pesquisadores podem encontrar indícios da maneira como tais povos se organizavam, viviam, se alimentavam, se protegiam do frio e das chuvas, utilizavam ferramentas para a produção de outros objetos, entre muitas outras informações.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 50)

1. D 2. B 3. C
4. As afirmativas I e IV estão incorretas; assim, a alternativa correta é a letra A. O erro da afirmativa I é indicar que os pesquisadores ainda não sabem qual era o uso dos sambaquis e como viviam as sociedades que os produziram. As pesquisas já constataram que os sambaquis eram utilizados para a construção de moradias e para enterrar os mortos. Além disso, sabe-se que essas sociedades viviam de recursos marinhos, da caça, da pesca e da coleta, entre outras características. O erro da quarta afirmativa é indicar que a região amazônica só começou a ser ocupada por volta de 2000 a.C. As pesquisas arqueológicas indicam que esse processo teve início bem antes, por volta de 12 mil anos atrás.

HORA DE REFLETIR (p. 52)

A resposta é pessoal, mas é importante refletir com os alunos sobre a importância de conhecer as tradições culturais indígenas ao longo do tempo para melhor compreender as relações entre os seres humanos e o meio ambiente, bem como a forma como essas culturas se relacionaram e modificaram o meio em que viviam. Nesse sentido, pode-se lembrar também que conhecer a história das ocupações indígenas pode ajudar nossa sociedade a encontrar meios de melhor interagir com o meio ambiente, evitando usos predatórios e destrutivos da natureza. Um exemplo disso é o maior conhecimento que os pesquisadores possuem atualmente sobre a terra preta, o que foi possível graças ao estudo da história da ocupação humana na região amazônica. Além disso, é importante destacar que uma das formas para melhor conhecer a história da região é realizar estudos comparando as evidências arqueológicas com as observações sobre os hábitos culturais existentes atualmente na localidade em questão. Ainda que esses hábitos tenham sofrido grandes alterações ao longo do tempo, o estudo comparativo permite encontrar permanências e pontos em comum entre as práticas existentes ainda hoje entre as comunidades indígenas e as tradições culturais do passado. Por isso os pesquisadores desenvolvem hipóteses sobre as relações entre o passado e o presente, como aquelas do povo Kuikuro e as sociedades que ocuparam a região entre 1200 e 1600.

FECHANDO A UNIDADE (p. 53)

1. O fragmento de lã de uma roupa produzida há milhares de anos e os casacos modernos foram

confeccionados com finalidades semelhantes, isto é, proteger contra o frio e contra a chuva e garantir mais conforto aos indivíduos que os utilizavam. No entanto, há entre eles diferenças importantes. Uma delas é o material de que são feitos: enquanto a matéria-prima da primeira vestimenta era lã, os casacos modernos são feitos de tecidos diversos, incluindo material sintético. Além disso, a primeira vestimenta foi produzida manual e individualmente por um artesão ou por uma pessoa que dominava a técnica; já os casacos modernos foram produzidos industrialmente e em grande escala, com o uso de tecnologia e equipamentos e o trabalho de diversas pessoas envolvidas em uma cadeia de produção com várias etapas. Ambos expressam a capacidade humana de transformar a natureza com base no conhecimento e na experimentação. Assim, como não podia deixar de ser, uma das principais diferenças entre os objetos é o nível técnico e de especialização empregado na fabricação de cada um. Professor, se julgar necessário, você pode aprofundar a reflexão e sugerir aos alunos que outra diferença importante entre essas vestimentas é que a primeira nasceu de uma necessidade prática imediata e era utilizada, provavelmente, pelo mesmo indivíduo que a fabricou ou pelo seu grupo social (família ou clã), enquanto os casacos modernos foram produzidos como mercadoria para ser comercializada às centenas de milhares, numa estrutura social complexa, na qual a pessoa que vai utilizar a roupa não tem relações diretas com as pessoas que a fabricaram nem tem conhecimento dos processos técnicos que permitiram a fabricação do produto. Você pode ainda acrescentar que, nas sociedades modernas, o conhecimento é profundamente especializado e que praticamente tudo o que fabricamos torna-se mercadoria, isto é, nasce para ser trocado por dinheiro (ou por outra mercadoria) num mercado consumidor.

2. Numa perspectiva histórica e numa longa escala de tempo (milhares de anos, por exemplo), os casacos modernos poderão ser vistos como “artefatos arqueológicos”, pois as sociedades do futuro poderão encontrar outras soluções para a fabricação de roupas, tornando obsoletas essa forma de produção de casacos que, por hipótese, poderiam desaparecer. Nessas condições, pode-se imaginar que um arqueólogo, daqui a milhares de anos, poderá observar um desses casacos do mesmo modo que observamos o fragmento de uma roupa dos séculos VIII a.C. e III a.C. Professor, essa questão tem por finalidade incentivar o aluno a pensar sobre o significado do próprio conhecimento histórico (especificamente, o conhecimento arqueológico). Como tratamos os objetos do cotidiano como utensílios com finalidades práticas, em geral esquecemos que foram objetos semelhantes a esses que contribuíram para decifrar o modo de vida dos primeiros seres humanos. O espírito científico de indagação, a pesquisa, o questionamento e a formulação de hipóteses também podem se debruçar sobre objetos contemporâneos que nos

fariam refletir sobre o significado deles e sobre o modo de funcionamento das nossas sociedades.

3. Nessa obra, Arthur Bispo do Rosário atribuiu um novo significado a uma peça de vestuário. Ela deixou de ser vista como um objeto de uso cotidiano e passou a ser tratada como um objeto de arte. Ou seja, o artista, por meio de sua criatividade e da necessidade de expressar aspectos mais complexos do que a realidade objetiva e concreta, reinventou o significado do mundo à sua volta. É importante que os alunos compreendam que a transformação da roupa em obra de arte depende do nosso olhar sobre esses objetos e da interferência do artista sobre eles, ou seja, de como ele atribui a esses objetos significados simbólicos. Esse tipo de utilização de objetos do cotidiano das sociedades industriais foi uma das características da *Pop Art*, corrente artística de grande influência nos anos 1960. Professor, você pode incentivar os alunos a refletir sobre o processo de criação humana com base em exemplos corriqueiros: a diferença entre um pássaro da natureza e um pássaro desenhado, entre uma floresta natural e um jardim, entre o barro e um objeto de cerâmica, etc.
4. O conhecimento e a criatividade levaram o ser humano a dominar diversos aspectos da natureza e a utilizá-la a seu favor. Eles estão também na origem das inovações que caracterizam a História da humanidade desde os tempos mais remotos. Do machado de pedra lascada até o moderno computador, o ser humano tem produzido constantemente novos artefatos, ampliado o leque de materiais utilizados e penetrado no espaço sideral e no microcosmo do átomo e do DNA. Nessa perspectiva, o acúmulo de conhecimentos ao longo de milênios, aliado à criatividade, melhorou a qualidade e ampliou a expectativa de vida, além de permitir aos seres humanos dominar uma infinidade de técnicas e meios de explorar os recursos naturais. Entretanto, é preciso levar em conta também que o desenvolvimento econômico acelerado, especialmente nos últimos duzentos anos, e a exigência cada vez maior de consumo de energia e recursos naturais vêm causando sérios danos ao meio ambiente e à humanidade. Nem sempre o conhecimento e a criatividade têm sido utilizados para melhorar nossas condições de vida. Muitas vezes, servem para o desenvolvimento tecnológico voltado para a guerra, com a produção de armas de destruição em massa, e para dominar outros seres humanos, difundir preconceitos e formas de racismo, incentivar o uso predatório e indiscriminado da natureza e ampliar as desigualdades sociais. Professor, a resposta a essa questão é individual, mas é importante refletir com os alunos sobre as diversas formas de utilização do conhecimento e da criatividade nas sociedades contemporâneas.

■ Texto complementar

No texto a seguir, a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF)

aponta algumas questões a respeito da **educação inclusiva** e da ação do professor para a diversidade.

[...] A educação democrática e emancipadora parece constituir-se em uma alternativa capaz de favorecer: a superação das diferenças significativas entre deficientes e não deficientes; o acesso e a permanência na escola regular dos educandos com deficiência; e a possibilidade de se pensar uma sociedade justa e humana.

Em segundo lugar, faz-se necessário discutir as formas para tornar possível a educação democrática e para a escola acolher as diferenças. Nessa perspectiva Ainscow (1997, p. 14), destaca duas questões: “Como os professores podem ser apoiados a organizar as suas salas de aula de modo que assegurem a aprendizagem a todos os seus educandos? Como as escolas podem ser reestruturadas de forma a apoiarem os professores nesse esforço?”

Para a valorização profissional dos professores o referido autor destaca as seguintes estratégias, dentre outras: “Oportunidades de considerar novas possibilidades; apoio à experimentação e reflexão. Ainscow (1997) destaca também que encorajar os professores a explorarem formas de desenvolver a sua prática, de modo a facilitar a aprendizagem de todos os educandos, é um convite a experimentarem métodos que, “(...) no contexto da sua experiência anterior, lhes são estranhos.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Ensino de História e educação inclusiva: suas dimensões formativas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2012. p. 258.

Sugestões de livros

BIUZELLI, José Luís; SOUZA, Cláudio Benedito Gomide de (*in memoriam*) (Org.). *Caminhos para a escola inclusiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Série Temas em Educação Escolar: 21.).

- Obra coletiva, composta de diversos artigos escritos por pesquisadores e especialistas, que trata especificamente da educação inclusiva, tanto das possíveis abordagens sobre o assunto quanto de experiências de pesquisa.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

- Obra com proposta didática que, por meio da perspectiva de dois autores especialistas em Arqueologia, aborda o povoamento do atual território brasileiro e a formação das culturas indígenas, retomando as teorias sobre o povoamento da América.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a Pré-História do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- O livro do arqueólogo André Prous aborda a formação, a história e a cultura dos povos que habitavam o território brasileiro muito antes da chegada dos colonizadores europeus. O autor traça um histórico da pesquisa arqueológica no Brasil e apresenta hipóteses sobre o povoamento da região.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

- Este livro, escrito por Francisco R. L. Ramos, professor de História da Universidade Federal do Ceará, faz uma instigante abordagem crítica das possibilidades que os museus e a cultura material oferecem para o ensino de História, sempre atentando para os dilemas pedagógicos que podem surgir dessas possibilidades.

Sugestão de filme

Caverna dos sonhos esquecidos (Werner Herzog, 2010).

- O documentário traz imagens exclusivas do interior da caverna Chauvet, na França, onde estão localizadas algumas das mais velhas expressões de pintura rupestre da humanidade.

Sugestões de sites

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Disponível em: <www.mae.usp.br>. Acesso em: 14 jan. 2016.

- Site institucional que oferece informações variadas, desde horários de funcionamento e dados sobre visitas educativas, até propostas de atividades educativas e oferecimento de empréstimos de materiais didáticos.

Scientific American. Disponível em: <www2.uol.com.br/sciam/>. Acesso em: 14 jan. 2016.

- Site da revista *Scientific American*, que costuma trazer reportagens sobre Arqueologia e Pré-História do Brasil.

UNIDADE 2 Urbanização

Procedimentos pedagógicos

Professor, antes do início do **capítulo 3**, há uma apresentação do eixo conceitual que norteará toda a discussão que envolve a **Unidade II: a urbanização**. Esse eixo conceitual, ao ser trabalhado em sala de aula, apresenta excelentes possibilidades para discutir assuntos que estejam ligados ao presente e à vivência cotidiana dos alunos. A seção que abre a unidade apresenta diversas informações acerca da urbanização no mundo atual, por meio de imagens, textos, gráficos e tabelas.

Os alunos, como brasileiros e habitantes de centros urbanos, caso vivam em cidades, certamente conhecem a realidade prática desses problemas e dessas situações. **Trazer a experiência** deles para a sala de aula é algo que pode ser muito importante para o início dos trabalhos com essa unidade. É isso o que se pede na atividade da seção *Começo de conversa*, na página 55, quando se pergunta acerca da participação dos estudantes em **movimentos e espaços sociais** e das qualidades e deficiências da cidade onde moram.

A fim de ampliar o tema desta segunda unidade, pode-se organizar, a partir da própria seção *Começo de conversa*, uma **Atividade Alternativa**. Em grupos, os alunos podem, com entrevistas a professores, pais de alunos, funcionários da escola, moradores dos arredores e associações comunitárias, fazer um

levantamento dos pontos negativos do bairro onde está localizada a escola. Ao fim da pesquisa, cada grupo organizará um relatório com as informações que conseguiu levantar. O documento final deve apresentar textos, dados e tabelas estatísticas e fotografias. A partir dos relatórios, os alunos podem formular uma demanda oficial junto aos representantes públicos da cidade (prefeitura ou subprefeitura, câmara dos vereadores, secretarias municipais), cuja finalidade seria a resolução de algum problema do bairro. Pode ser alguma questão ligada à iluminação pública, à segurança, aos espaços de lazer, à conservação das calçadas e vias públicas, à preservação do meio ambiente, etc. Com essa atividade, os estudantes terão uma noção mais aprofundada dos problemas do bairro de sua própria escola e poderão entender melhor o funcionamento da administração pública. Ressalte-se um aspecto interessante: este exercício pode se converter, também, em uma importante **Atividade de Inclusão**, pois alunos, membros da comunidade escolar ou moradores da região que tenham alguma deficiência de locomoção, por exemplo, podem contribuir muito para as demandas por melhorias no bairro voltadas a esse público. A experiência deles seria fundamental nas requisições pela criação de calçadas rebaixadas, faixas guias para cegos e transporte público acessível ou pela presença de intérpretes de Libras em instituições públicas ou privadas. A participação de pessoas com deficiência, ao evidenciar situações de exclusão e cobrar soluções, pode fazer da luta pela inclusão uma realidade do cotidiano escolar.

COMEÇO DE CONVERSA (p. 55)

1. Esta atividade tem por finalidade ampliar a reflexão sobre o espaço urbano e sobre as diversas formas de compreender a cidade. Em geral, a vida doméstica e escolar dos alunos representa uma parcela importante das suas experiências. A vida urbana, contudo, envolve também outras atividades diretamente relacionadas aos espaços sociais da cidade: a frequência a clubes, parques, praças; a presença em festas (quermesses, *shows*), eventos cívicos ou políticos; a participação em associações de bairros, igrejas, centros comunitários; ou a organização de movimentos de reivindicação por melhorias urbanas (asfalto, saneamento básico, segurança, etc.). É importante que o aluno reflita sobre essas diversas formas de inserção coletiva na vida urbana para que compreenda o universo complexo e diversificado com o qual ele se relaciona. Professor, para aprofundar essa reflexão, você pode propor uma discussão aberta em sala de aula. Para isso, organize os alunos em grupos e peça a cada um deles que proponha um tema sobre algum aspecto da vida na cidade onde a escola está localizada. A ideia é que os alunos reflitam sobre os pontos positivos e negativos do tema escolhido. Um exemplo possível seria o lazer. Nesse caso, os alunos podem refletir se a cidade oferece espaços democráticos para as práticas de lazer, como esses espaços estão distribuídos na cidade,

se existe variedade nessas práticas, entre outros temas. Ao final, cada grupo pode apresentar suas conclusões para os demais colegas de sala.

- Esta atividade solicita ao aluno uma reflexão sobre a cidade em que vive, tendo em vista os problemas e as facilidades urbanas que ele encontra diariamente. Ao refletir sobre a cidade, ele poderá ter mais clareza sobre o espaço que o cerca e sobre questões sociais que nem sempre são identificadas na vida cotidiana. Além disso, a atividade pode levar o aluno a compreender que as soluções para os problemas urbanos nem sempre dependem apenas das esferas de governo, mas podem ser tratadas e debatidas por entidades coletivas, como comunidades de bairro, associações comerciais, etc. A resposta dependerá da situação específica do aluno e da cidade onde ele mora. Entretanto, podemos apontar os seguintes aspectos, entre as principais qualidades das cidades médias e grandes do país: grande concentração de estabelecimentos comerciais; mais oportunidades de trabalho; proximidade em relação a centros de ensino e pesquisa (universidades, institutos, fundações, etc.); oferta diversificada de serviços de saúde (hospitais, prontos-socorros, clínicas, etc.); variedade de opções de lazer (*shows*, eventos, restaurantes, parques, etc.). Entre os maiores problemas, podemos citar a violência, a desigualdade socioeconômica, a deficiência nos serviços de transporte público, o trânsito, a poluição de rios e do ar. Possíveis soluções: policiamento preventivo, investimento em capacitação profissional dos policiais, melhor distribuição da renda, investimentos para melhorar a qualidade da educação, maiores oportunidades de emprego, educação de jovens infratores, investimento em transporte coletivo, incentivo ao “transporte solidário” (carros particulares transportando mais pessoas), construção de ciclovias, novas frotas de ônibus movidos a gás natural, fiscalização das indústrias poluidoras, obrigando-as a usar filtros mais eficientes, universalização do saneamento básico e implantação de sistemas de tratamento de esgotos, impostos proporcionais à renda, incentivo a programas de distribuição e geração de renda, incentivo à escolarização para os filhos de famílias de baixa renda.

CAPÍTULO 3

Povos da Mesopotâmia e do Egito antigo

Procedimentos pedagógicos

Considerando a discussão da abertura da unidade, antes de começar os trabalhos com o **capítulo 3**, pode ser interessante comentar com os alunos as possíveis relações entre os assuntos deste capítulo, **Povos da Mesopotâmia e do Egito antigo**, e o eixo conceitual da unidade. Isso é importante porque a urbanização que se fez sentir a partir da segunda metade do século XX não pode ser diretamente conectada com a formação das **primeiras cidades e impérios**, que datam de

milênios antes de Cristo. São dois fenômenos bastante diferentes. A partir do trabalho histórico é possível dar um sentido construtivo a essa relação entre temporalidades. Assim, como será tratado ao longo do capítulo, a formação das primeiras cidades e impérios esteve ligada a importantes transformações políticas e administrativas, ao estabelecimento de trocas comerciais, à padronização de medidas e valores, à criação de leis e códigos, às inovações no transporte e na comunicação, à apropriação e ao uso de recursos naturais. Partindo do entendimento do passado, esses são dados que podem nos auxiliar a **problematizar o tempo presente**. Entretanto, não se trata de comparar épocas diferentes e muito afastadas no tempo, o que seria uma atitude infundada e arbitrária, mas sim de pensar experiências, mudanças e permanências, sempre a partir de uma perspectiva crítica e histórica.

No que se refere aos **povos da Mesopotâmia** e ao **Egito antigo**, uma boa opção para organizar os trabalhos em sala de aula é, em vez de seguir uma ordem estritamente cronológica, abordar o capítulo por meio dos assuntos que o perpassam, sempre estabelecendo relações com o eixo conceitual da urbanização. O primeiro tema que pode orientar o trabalho em sala de aula é a **importância das fontes de água** para o surgimento das primeiras cidades da Mesopotâmia e do Egito antigo. Mesmo que a proximidade dessas regiões aos rios não explique, por si só, o surgimento de cidades e impérios (ver *Texto complementar*), é inegável que esse fator foi determinante para o estabelecimento de grandes aglomerados urbanos na Antiguidade. A própria palavra “Mesopotâmia”, termo que vem do grego, significa “entre rios”; no caso do Egito, o **rio Nilo** e as áreas férteis às suas margens foram fundamentais não só para a agricultura e o abastecimento das populações, como para a própria compleição geográfica dos núcleos urbanos, posto que, envoltos pelo deserto, eles se fixaram nas proximidades do rio — uma ocupação do território que se mantém, até os dias de hoje, muito parecida.

O trabalho com o tema das fontes de água possibilita a realização de leituras e exercícios interdisciplinares. A seção *Você sabia?*, na página 61, que dialoga com a **Geografia**, trata de uma confusão bastante comum referente à utilização dos termos “norte e sul” e “alto e baixo”. Essas denominações são de grande importância para se pensar a formação do antigo Egito, que se deu por meio da unificação dos reinos do Baixo e do Alto Egito, localizados, respectivamente, no delta e no vale do rio Nilo. A interdisciplinaridade ocorre, também, nos casos da abertura do capítulo, na página 56, que propõe um diálogo com a **Biologia**; e com a seção *Eu também posso participar*, na página 58, na qual há uma atividade que dialoga com a **Matemática**. No primeiro caso, aponta-se como a água é constituinte fundamental dos próprios seres vivos, sendo que nos seres humanos cerca de 71% do organismo é composto de água. No segundo, aborda-se o tema da poluição e do esgotamento das fontes de água, assunto diretamente ligado ao **consumismo** e que permite trazer a discussão sobre as fontes de água para a atualidade, haja vista que a **crise hídrica** é um grave problema em diversas cidades brasileiras.

O segundo tema que pode orientar o trabalho com o capítulo 3 diz respeito aos **modelos de organização política e administrativa** que se formaram entre os povos mesopotâmicos e do Egito antigo. Na Mesopotâmia, as aldeias organizavam-se em núcleos autossuficientes, com poderes políticos e religiosos próprios. Com o crescimento das populações, essas aldeias se converteram naquilo que alguns historiadores passaram a denominar **cidades-Estado**.

No caso dos povos da Mesopotâmia, a centralização se deu paralelamente ao surgimento de mecanismos administrativos mais complexos; exemplo maior disso é o caso da **escrita cuneiforme**, criada pelos sumérios. Com o desenvolvimento das atividades agrícolas, os sumérios passaram a praticar uma série de novos ofícios: comércio de excedentes, produção de cestos, marcenaria etc. Por volta de 4000 a.C., os funcionários responsáveis por registrar o fluxo dessas atividades e por controlar o pagamento de impostos criaram um sistema de anotações que deu origem à escrita cuneiforme. Posteriormente, a consolidação do **Império Babilônico** representou uma das primeiras experiências da humanidade em que vários territórios ocupados por povos diferentes estiveram sob o domínio de um único soberano. Isso foi possível, entre outros fatores, graças ao desenvolvimento da escrita, do **calendário** e da **padronização de pesos e medidas**. O símbolo mais evidente e importante desses mecanismos de organização e centralização foi o estabelecimento do **Código de Hamurábi**, um conjunto de leis escritas conhecidas e aplicadas em todo o Império Babilônico. O Código de Hamurábi é tratado com maiores detalhes na seção *Interpretando documentos: texto*, na página 60. Por sua vez, o significado de um código legal e de seu consequente registro para a organização de sociedades humanas é abordado na seção *Hora de refletir*, na página 70, que fecha o capítulo e traz a discussão para o presente ao tratar do **direito à cidade**.

Um bom exemplo da diversidade no que se refere à formação de cidades e impérios centralizados pode ser encontrado na seção *Enquanto isso...*, na página 64, que trata dos centros urbanos que surgiram na América, contemporaneamente aos mesopotâmicos e egípcios, mas que obedeciam a um ritmo próprio de desenvolvimento. Além disso, ao fim dessa seção está localizada a atividade *Sua opinião*, que propõe uma reflexão acerca do estabelecimento das sociedades urbanas, mostrando que o surgimento das cidades não é a única nem necessariamente a melhor opção de organização social, política e administrativa. Nesse momento, para complementar essa discussão, uma proposta de **Atividade Alternativa** é realizar pequenas exposições orais na sala de aula sobre as diferenças e as semelhanças entre os modos de vida rural e urbano. Caso a escola esteja localizada em zona rural ou caso haja alunos que vivem em áreas rurais, a proposta torna-se ainda mais interessante.

No caso do Egito, de maneira muito mais evidente do que no Império Babilônico, a centralização do poder esteve ligada à **religião**. As primeiras populações que habitavam as margens do rio Nilo organizavam-se nos chamados **nomos**, núcleos populacionais coordenados

por chefes próprios, os **nomarcas**. Estes eram responsáveis por coordenar os trabalhos de manejo dos rios, a agricultura, a venda de excedentes, etc. Os nomarcas que melhor geriam suas populações passaram a ser vistos como personificações de deuses. Posteriormente, após a unificação dos reinos do Baixo Egito e do Alto Egito em um único império, sob o domínio do **faraó**, as relações entre religião e poder se tornaram ainda mais imbricadas, estando na base de toda a **estratificada estrutura governamental e social do Egito antigo**. O faraó estava no topo da **pirâmide social**, tinha o *status* de um deus e personificava a sabedoria; próximos de si havia os **sacerdotes e as sacerdotisas**, assim como os aristocratas, militares e **escribas**. Abaixo dessa elite, vinham os camponeses e artesãos, que estavam acima somente dos grupos escravizados. Ressalte-se que no Egito, tal como no caso dos povos da Mesopotâmia, a escrita, sobretudo com os **hieróglifos**, o calendário e as melhorias nos sistemas de transporte e abastecimento cumpriram função importantíssima na centralização política.

Professor, ao longo das aulas é importante comentar que a religião, além de influenciar a organização política e social, também teve grande importância cultural no Egito antigo. Em nome da religiosidade, e impregnados por um forte sentimento hierárquico, os egípcios fizeram grandes obras arquitetônicas, como **templos e pirâmides**; desenvolveram técnicas específicas de **pintura e escultura**, que obedeciam a normas rígidas para representar deuses, faraós, sacerdotes e nobres; e, por acreditarem na vida após a morte, desenvolveram complexas técnicas de **mumificação**, que acabaram por resultar em avanços na medicina. Na seção *Interpretando documentos: imagem*, na página 66, todas essas questões culturais são tratadas com maior profundidade. Nela se aborda, em um primeiro momento, uma pintura na qual foi representado, em três partes distintas, um julgamento após a morte. Em um segundo momento, propõe uma reflexão comparativa entre as escritas cuneiforme, os hieróglifos e a escrita fonética que praticamos nos dias de hoje.

Por fim, é importante destacar uma questão que perpassa todo o capítulo e toda a Unidade 2. Ao tratarmos dos povos mesopotâmicos e do Egito antigo, estamos falando de **povos muito diferentes e de organizações políticas que tiveram uma longa duração**. Nesse sentido, é importante sempre ressaltar a diversidade e as especificidades de cada caso. Ou seja, é interessante não abordar os assuntos como se eles fossem grandes blocos uniformes ou imensos períodos sem particularidades. Por exemplo, quando se fala em Egito antigo, as imagens que povoam o imaginário de inúmeras pessoas são as das pirâmides; contudo, as pirâmides foram construídas entre 3200 a.C. e 2300 a.C., ao longo, portanto, de um período específico da história egípcia. As pirâmides, assim, apesar de fundamentais, não são sinônimo de todo o Egito antigo. Uma maneira de dar complexidade a essas reflexões está na seção *Passado presente*, na página 63, quando se trata do Egito atual. Essa leitura é importante pois mostra como a História sempre preserva seu dinamismo. Assim, torna-se perceptível que, **se o Egito antigo não é uniforme, o mesmo vale para os tempos subsequentes**. Por isso, é

importante relacionar temporalidades distintas, mas sem deixar de chamar a atenção para as especificidades de cada época e de cada povo.

EU TAMBÉM POSSO PARTICIPAR (p. 58)

Resposta pessoal. A atividade visa sensibilizar os alunos e fazer com que eles se sintam responsáveis pela questão hídrica mundial. É importante problematizar as diferenças que provavelmente serão encontradas entre as famílias dos alunos e propor que eles sugiram mudanças de hábitos com o objetivo de economizar água. A atividade pode ser concluída com a repetição do cálculo após alguns meses. Peça aos alunos que verifiquem se houve mudanças no padrão de consumo. Mais dicas de como podemos economizar água ou como usar esse recurso de maneira responsável podem ser encontradas em sites como o do Instituto Akatu (Disponível em: <www.akatu.org.br/Temas/Agua>. Acesso em: 29 mar. 2016). Caso os alunos tenham dificuldades para efetuar o cálculo, lembre-os de que 1 m³ de água equivale a mil litros. Assim, tendo em vista que a ONU recomenda um consumo diário de 110 litros de água, uma família com quatro pessoas poderia consumir cerca de 13,2 m³ de água, já que cada pessoa pode consumir 3 300 litros por mês, o que dá um total de 13 200 litros por mês para a família toda. Para a elaboração do quadro, lembre os alunos de que é necessário realizar a média dos domicílios, mas também a quantidade de domicílios que atendem ao que foi recomendado pela ONU. É possível propor a realização dessa atividade em conjunto com os professores de Matemática, para que os alunos reflitam sobre as melhores formas de realizar esses cálculos e registrar as informações no quadro.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 59)

1. a) Elas são chamadas de cidades-Estado porque tinham autonomia e independência, ou seja, não estavam submetidas a um Estado mais amplo e centralizado. Em cada uma delas, havia um chefe (soberano ou líder) com poder político, religioso e militar, cuja influência se restringia aos limites da cidade, mas que não estava submetido a nenhuma autoridade acima dele.
b) Por volta de 2350 a.C., as diversas cidades autônomas da região foram unificadas em torno de um único líder político e religioso. Essa mudança deu origem ao Primeiro Império Mesopotâmico, que unificou as leis, o idioma e a política de várias cidades. Sob a liderança do rei Sargão, o império substituiu a autonomia das cidades-Estado.
2. Os sumérios ocuparam o extremo sul da Mesopotâmia graças, provavelmente, à existência de solos férteis em torno das margens dos rios Eufrates e Tigre. No entanto, as cheias desses rios provocavam grande prejuízo às plantações; por isso, foi preciso construir diques e canais para controlar as inundações e ainda irrigar as terras cultiváveis. Com o passar dos séculos, a população aumentou e surgiram novas atividades

profissionais (como as de pastor, marceneiro, cesteiro, etc.). Foi preciso também constituir um corpo de funcionários públicos responsáveis pelo controle e pela administração dos trabalhos. Esses funcionários criaram as primeiras formas de escrita, pois precisavam registrar as atividades que se realizavam na cidade. Para isso, eles anotavam essas informações em placas de argila úmidas com hastes de bambu e as secavam ao sol, até endurecer. Esse primeiro tipo de escrita foi substituído ao longo do tempo pela marcação em forma de cunha com o auxílio de um estilete, que deu origem à escrita cuneiforme.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO (p. 60)

- a) O documento justifica a criação do Código de Hamurábi como um acordo entre Hamurábi e os deuses. Por isso, pode-se dizer que a justificativa para a criação desse código de leis tem uma inspiração divina. É importante destacar que isso era uma maneira de garantir legitimidade ao código criado por Hamurábi, pois desrespeitá-lo não seria apenas desrespeitar a decisão do governante, mas ofender os próprios deuses que decidiram implementar a justiça na terra.
- b) A ideia de justiça proposta pelo documento baseia-se na destruição dos maus e do mal que estava assentado na opressão do fraco pelo forte. Além disso, a justiça deveria ser aplicada para garantir o bem-estar do povo e iluminar o mundo.
- c) Segundo o documento, Hamurábi foi responsável por trazer abundância à terra, fazer obras completas nas cidades de Nippur e Durilu, dar vida à cidade de Uruk, trazendo água em abundância para seus moradores, embelezar a cidade de Borsippa, criar celeiros para armazenar os grãos na cidade de Urash, ajudar o povo em tempo de necessidade e estabelecer segurança para a Babilônia.

ENQUANTO ISSO... (p. 64)

O objetivo da atividade é levar o aluno a refletir sobre o papel da cidade na formação das sociedades humanas, tendo em mente uma comparação com as sociedades não urbanizadas. Espera-se que o aluno compreenda que a existência de cidades não significa necessariamente melhoria na qualidade de vida nem representa desenvolvimento tecnológico em relação a outros grupos humanos. Trata-se de sociedades com necessidades distintas e que solucionam seus desafios também de modo distinto. Professor, reflita com os alunos sobre os problemas urbanos e a desigualdade social tão comum nas grandes cidades brasileiras. Você pode também retomar o conteúdo do box para lembrar aos alunos que as cidades mantêm uma relação de interdependência com a vida rural, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos. Finalmente, pode-se retomar as questões da atividade da seção *Começo de conversa*, indicadas na abertura da unidade, que solicitam uma reflexão sobre a realidade da cidade em que os alunos vivem.

A unificação política da Mesopotâmia ocorreu após um longo processo de formação de núcleos humanos. Segundo as evidências, o primeiro povo a se estabelecer na região foram os sumérios, por volta de 4000 a.C. Estes não formaram um império unificado, já que se organizaram em cidades-Estado autônomas e independentes entre si. Essas cidades travaram inúmeras guerras que as enfraqueceram. Isso possibilitou, por volta de 2350 a.C., a dominação das cidades sumérias pelos acadianos. Um rei acadiano, Sargão, foi o primeiro a unificar as diversas cidades em um único governo. Foi assim que nasceu o primeiro império na região da Mesopotâmia. No Egito, o processo de unificação ocorreu a partir do crescimento dos nomos, as comunidades humanas que se desenvolveram às margens do rio Nilo. Estes eram governados pelos nomarcas. Com o passar dos séculos, alguns nomarcas conseguiram unificar diversos nomos, criando unidades políticas maiores. Esse processo culminou na coroação de um faraó que passou a governar todo o território egípcio na Antiguidade.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 66)

1. Como foi visto na unidade anterior, o desenvolvimento da agricultura foi um dos fatores que interferiram na passagem da vida nômade para a vida sedentária. Se antes o nomadismo exigia uma luta diária pela sobrevivência e dificultava a armazenagem de alimentos, a vida sedentária (com a agricultura e a pecuária) ampliou o controle do abastecimento de alimentos e das formas de proteção (contra predadores, outros grupos humanos ou as intempéries da natureza). No decorrer dos séculos, as atividades comuns e divididas entre os membros do grupo e a maior especialização na execução de algumas atividades permitiram aprimorar técnicas e instrumentos agrícolas, ampliando a capacidade de produção. Com o aumento das colheitas, havia mais oferta de alimentos, o que estimulou o crescimento populacional (havia menos fome e mortalidade). Além disso, o excedente propiciou também a ampliação das trocas comerciais. A soma desses fatores fez com que muitos dos pequenos núcleos de pessoas se transformassem em povoados.
2. a) Os nomos eram povoados e vilas de maior estrutura que surgiram nas margens do rio Nilo por causa do desenvolvimento das atividades agrícolas na região. Os nomarcas eram os líderes dos nomos. A maior parte da população dos nomos vivia da agricultura e utilizava o rio Nilo para transporte, comunicação e irrigação, ou seja, para o desenvolvimento das atividades agrícolas.
- b) Os nomarcas reuniam o poder político e o poder religioso dos nomos. Aos poucos, os mais destacados entre eles passaram a submeter outros nomos ao seu poder. Por volta de 3500 a.C., os nomos haviam sido unificados em torno de dois reinos (o Baixo Egito e o Alto Egito). Cerca de 300 anos depois, o rei Menés (conhecido também por Narmer, Men ou Meni) conquistou todo o território e foi coroado, pela primeira vez, como faraó, centralizando as funções militares, políticas e religiosas em torno da sua pessoa.
3. A sociedade no Egito antigo era rigidamente estratificada. No topo da pirâmide social estava o faraó, considerado, ao mesmo tempo, monarca e deus. A seguir vinham sucessivamente os sacerdotes, a nobreza, os escribas e os soldados. Na base estavam os camponeses e os artesãos. Abaixo deles, os escravos.
4. Na sociedade egípcia antiga, a estrutura social e a base alimentar dependiam do rio Nilo porque a produção agrícola (de cevada, trigo, legumes e frutas) estava baseada no regime de cheias do rio. No período em que as águas se elevavam era impossível cultivar a terra. Por isso, nesse período os trabalhadores transportavam pedras para as construções, escavavam poços e realizavam atividades artesanais. Nas épocas de vazante, com o reaparecimento das terras cultiváveis, eles se dedicavam novamente ao trabalho agrícola. Além disso, construíam canais de irrigação e diques que ampliavam as áreas férteis e produtivas. A alimentação era completada pela pesca e pela caça, realizada nos pântanos formados no delta do Nilo.
5. O faraó era considerado um deus. Para os antigos egípcios, ele detinha os poderes e a sabedoria dos deuses; por isso, sua palavra era incontestável. Para compreender corretamente o poder dos faraós, é preciso também levar em conta o apoio dos sacerdotes, das sacerdotisas, dos nomarcas e dos escribas, que contribuíram decisivamente para manter viva a ideia da origem divina do faraó entre a população.
6. A sociedade egípcia antiga desenvolveu importantes conhecimentos de engenharia hidráulica, graças à construção de diques, represas e canais de irrigação. Além disso, os tecelões eram hábeis na produção de tecidos de linho. Outros artesãos dominavam a técnica da fabricação de vidro. Havia embarcações fluviais e marítimas de diversos tipos e para várias necessidades. Os egípcios conheciam também a anatomia humana e chegaram a utilizar técnicas de anestesia em cirurgias. Além disso, eles conceberam um calendário com um ano de duração de 365 dias e seis horas.
7. Professor, você pode retomar a observação do mapa com os alunos, indicando a área aproximada da Mesopotâmia e do Egito antigo e as fronteiras entre os países que hoje ocupam essas áreas. Se necessário, pode-se também localizar a região num mapa-múndi, para que os alunos tenham noções espaciais mais definidas.
 - a) O território da Mesopotâmia localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates. Embora fosse uma região desértica, com elevadas temperaturas,

por volta de 4000 a.C. Os sumérios chegaram nesse período à região, porém não conquistaram os acadianos. Foram estes que dominaram os sumérios por volta de 2350 a.C. Já o erro da quarta afirmativa é apontar que os sumérios dominaram a região da Mesopotâmia até por volta de 1950 a.C. Isso não ocorreu, já que os acadianos tinham conquistado os sumérios por volta de 2350 a.C.

5. A

6. Apenas as afirmativas I e IV estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra A. O erro da segunda afirmativa é apontar que as crenças egípcias sobre a vida após a morte diziam que todos passariam por isso. Na realidade, os egípcios acreditavam que ocorreria um julgamento dos deuses para decidir quem teria o direito de continuar vivendo e quem não teria esse direito. Já o erro da terceira afirmativa é que os egípcios não acreditavam que o corpo físico podia ser destruído na vida após a morte. Para eles, havia uma associação em continuar vivendo após a morte e a preservação do corpo físico, por isso desenvolveram técnicas muito elaboradas de mumificação.

HORA DE REFLETIR (p. 70)

O objetivo desta atividade é que os alunos reflitam sobre a necessidade de lutar pelo respeito das leis como uma maneira de garantir os direitos e os deveres de todos na sociedade. Nesse sentido, é importante lembrar que são as leis que garantem os direitos e deveres individuais e permitem a realização de um ideal de sociedade igualitário e democrático. Porém, na prática, muitas vezes as leis não são respeitadas e vemos inúmeras formas de abuso das autoridades públicas, como ações arbitrárias da polícia, de governantes ou juízes. Espera-se, assim, que os alunos identifiquem situações de abuso e reflitam sobre como elas impedem o livre direito de utilização do espaço público e da circulação de pessoas pelas cidades. É importante que os alunos selecionem exemplos contemporâneos para observar que esses tipos de abusos continuam muito presentes em nossa sociedade. Durante a apresentação dos painéis, estimule a discussão e questione os alunos sobre meios que podem ser utilizados para coibir essas situações e garantir o pleno direito de uso das cidades a todos os cidadãos.

■ Texto complementar

Durante décadas, o estudo das primeiras sociedades conhecidas (Mesopotâmia, Egito antigo, Índia, etc.) esteve associado à interpretação histórica chamada “hipótese causal hidráulica”, que resulta principalmente dos estudos de Karl Marx e Frederic Engels sobre o “modo de produção asiático”. De acordo com esses estudos, o surgimento dessas primeiras civilizações devia-se exclusivamente à necessidade de um controle

centralizado do abastecimento de água nas zonas áridas e semiáridas, assim como da proteção contra as inundações periódicas. Trabalhos efetuados nas últimas décadas do século XX demonstram, contudo, que embora a água seja imprescindível para a formação das sociedades, nenhuma delas teria sua origem condicionada a um único fator.

O texto a seguir, retirado da obra *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*, do historiador Ciro Flamarion Cardoso, tece algumas considerações sobre essa questão.

Desde a época da chamada revolução neolítica, quando grupos descidos das montanhas se estabeleceram no vale do Eufrates e do Tigre, deixando de ser apenas caçadores e recolhedores de alimentos para tornar-se produtores, houve necessidade de uma certa organização para fazer frente às dificuldades do novo habitat, como, por exemplo, falta de chuvas, enchentes etc. Surgiram as primeiras aldeias, cuja organização estava, certamente, baseada na família extensa e nos moldes tribais de autoridade patriarcal. [...] Com a chegada dos sumérios, [...] teve início o processo de urbanização e, com o aparecimento das primeiras cidades, começou também um novo tipo de organização política. Mas Diakonoff, Klima² e outros julgam que, mesmo perdendo muito de sua autonomia inicial e deixando de ser uma organização essencialmente patriarcal, as comunidades rurais foram assumidas e integradas pelos sumérios na nova organização política. [...]

Na época pré-dinástica, o nível do Nilo durante as cheias era substancialmente mais alto e o sistema de irrigação quase todo baseado nas bacias naturais formadas pelo rio. As condições específicas do Nilo, com cheias mais regulares e menos destruidoras, e a existência de tanques naturais mais facilmente trabalháveis, tornaram o sistema de irrigação egípcio mais simples do que o mesopotâmico. Assim, a agricultura irrigada no Egito estava ligada a um controle local, no nível dos nomos (spat) ou das aldeias.

O Estado egípcio, portanto, surgiu em sua forma centralizada e unificada depois da formação do sistema de irrigação controlado localmente. Só mais tarde, a partir do Reino Médio (aproximadamente 2040-1640 a.C.)³, é que apareceriam as primeiras grandes obras de irrigação e drenagem organizadas pelo poder central. Em outras palavras, não foi a necessidade de organizar as obras de irrigação que determinou o aparecimento do Estado centralizado no Egito, como foi defendido pelos adeptos da “hipótese causal hidráulica”.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 24-25 e 58.

Sugestões de livros

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

² Trata-se de I. M. Diakonoff e Josef Klima, estudiosos das civilizações antigas.

³ A divisão temporal (ou periodização) do antigo Egito citada pelo autor do texto pode variar conforme a fonte. Essas diferenças cronológicas são comuns em estudos de períodos muito longos, que contam com documentos esparsos.

- Obra de um dos historiadores brasileiros que mais se dedicou ao estudo do Egito antigo, o livro de Ciro Flamarion Cardoso faz uma releitura do conceito de “modo de produção asiático”, que tem suas bases no pensamento marxista e que durante muito tempo orientou os estudos sobre as civilizações antigas.

LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

- O livro de Gwendolyn Leick se propõe a pesquisar de maneira plural a região da antiga Mesopotâmia, dando destaque às várias cidades que se formaram na área dos rios Tigre e Eufrates e de seus tributários.

MONTET, Pierre. *O Egito no tempo de Ramsés*. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- Livro escrito pelo arqueólogo e egiptólogo francês Pierre Montet (1885-1966), esta obra insere-se em uma coleção que trata da vida cotidiana em diversas épocas. Ao longo do livro são trabalhados diversos assuntos do cotidiano egípcio no tempo de Ramsés, como as relações familiares, as ocupações domésticas, as práticas religiosas e artísticas.

NOBLECOURT, Christiane Desroches. *A mulher no tempo dos faraós*. Campinas: Papyrus, 1994.

- Esta obra apresenta uma interpretação diferente do Egito dos faraós, pois, em vez de enfocar os temas clássicos de pesquisa, estuda a participação das mulheres na formação do Egito antigo, revelando a enorme importância que elas tiveram no estabelecimento dessa sociedade e de sua cultura.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto, 2001.

- O livro de Jaime Pinsky aborda de maneira bastante didática todo o processo que conduziu à prática da agricultura, ao controle dos recursos naturais, à formação das primeiras cidades e impérios e à elaboração da escrita.

Sugestões de filmes

O egípcio (Michael Curtiz, 1954).

- Drama épico no qual se narra a história de um jovem médico egípcio que, após ter salvo a vida do faraó Amenhotep IV (posteriormente chamado Aquenaton), torna-se médico da corte, em meio da qual viverá intrigas e desilusões.

Nefertiti, a rainha do Nilo (Fernando Cerchio, 1961).

- Produção italiana que trata dos dramas amorosos de um escultor e de uma serva, cuja união era tida como uma violação das leis religiosas. A serva, contudo, em vez de ser punida, estava destinada pelos deuses a ser a rainha Nefertiti, esposa do faraó Amenóphis IV.

Sugestões de sites

Escritas antigas

- Site em inglês sobre diferentes tipos de escrita do passado. Disponível em: <www.ancientscripts.com/ws.html>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Museu do Louvre

- Site do maior museu da França, que possui, em seu acervo, uma coleção de antiguidades egípcias com mais de duzentas peças. Disponível em: <www.louvre.fr/departments/antiquités-egyptiennes>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

- Importante centro de pesquisas acadêmicas, junto ao qual é possível encontrar publicações sobre História Antiga e Arqueologia. Disponível em: <www.nehmaat.uff.br/>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CAPÍTULO 4

Oriente antigo: China, Índia e Japão

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 4 divide-se em três partes que, cada qual tratando de um povo e de uma sociedade diferente, permitem continuar estabelecendo relações com o eixo conceitual da Unidade 2, a urbanização. A primeira parte do capítulo foi dedicada à **formação da China antiga**, e nela se discute com mais profundidade o estabelecimento do regime de dinastias, a consolidação do império chinês e a sua crise posterior. A segunda parte trata da Índia antiga, detendo-se, sobretudo, no tema das relações entre religião e organização social, responsáveis por criar o sistema de castas. A terceira parte, sobre o **Japão dos samurais**, aborda a organização social e política que, pautada em rigorosos preceitos de moral e conduta, teve grande longevidade, durando até o século XIX.

Professor, antes de adentrar os assuntos específicos acerca da China, da Índia e do Japão antigos, é muito importante refletir sobre as informações que introduzem este capítulo: a discussão sobre as ideias de **Ocidente** e **Oriente**. Como já foi comentado nesse trecho introdutório, utilizamo-nos de diversas **convenções** para pensar o mundo em que vivemos, assim como as culturas que nele existem. Uma das mais famosas dessas convenções é a que divide o mundo em duas partes, o Ocidente e o Oriente. Nessa divisão, tudo o que está à direita do mar Mediterrâneo é tratado como oriental; tudo o que está à esquerda, como ocidental. Quando se faz uma divisão como essa, sempre é preciso existir um **ponto de referência no espaço**. Ou seja, fora de determinado contexto, não existem o oriente nem o ocidente absolutos. Essa referência, além de indicar uma posição geográfica, marca um **ponto de enunciação cultural**, que engloba uma série de concepções e perspectivas de mundo.

Percebe-se, assim, **como a noção de “oriente” é muito mais cultural do que geográfica**. O pensador palestino Edward Said (1935-2003), que desenvolveu ao longo de sua carreira estudos de crítica literária e cultural, publicou, em 1978, o livro *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente, que se tornaria um marco na crítica a essa concepção enviesada de Oriente (ver *Texto complementar* ao final das orientações deste capítulo). A proposta de Said foi mostrar, a

partir da leitura de obras literárias, traduções de textos orientais, relatos de viagem e estudos históricos e culturais, de que forma o Oriente foi uma efetiva criação do Ocidente; ou, mais especificamente, como todos os estereótipos acerca das culturas orientais foram elaborados por um **pensamento eurocêntrico**. Dessa maneira, o crítico palestino evidenciou que os povos orientais são quase sempre apresentados como um “todo homogêneo, misterioso, romantizado, exótico, inferior e incapaz”.

Sobre a concepção de mundo eurocêntrica, é preciso ressaltar um fato inegável: ela está na base de boa parte de nossa formação intelectual e cultural. Podemos notar isso com certa facilidade por meio de uma pergunta simples: quantas pessoas, ao pensar em um **mapa-múndi**, concebem uma representação do planisfério que não traga a Europa em posição central? Muito poucas, é possível afirmar. Isso não quer dizer, contudo, que as referências culturais e intelectuais que foram formuladas ao longo de séculos no continente europeu sejam todas ruins e devam ser descartadas. O que se quer destacar, pelo contrário, é a necessidade do diverso, é o entendimento do “**outro**” não como uma criação artificial e estereotipada, mas como uma forma diferente de vivência e de experiência histórica.

Para iniciar os trabalhos com este capítulo, uma **Atividade Alternativa** interessante que pode ser organizada **com o(a) professor(a) de Geografia** é uma oficina sobre **cartografia**. Dessa forma, pode-se pedir aos alunos que elaborem mapas-múndi (políticos e atuais) que tenham a região do oceano Índico como eixo central. Nessa representação cartográfica, o ponto de referência será a vasta área onde se localizavam a China, a Índia e o Japão antigos. Além disso, ficará mais fácil para os estudantes compreenderem, posteriormente, o dinamismo e a pluralidade das trocas comerciais que atravessaram esse oceano. Essa mudança de referência geográfica, por mais simples que possa parecer, pode começar a gerar os primeiros questionamentos nos alunos e vai, provavelmente, colocar em dúvida qualquer imagem automática que eles já tenham assimilado da representação cartográfica do mundo (no final deste *Procedimento pedagógico*, sugere-se uma outra **Atividade Alternativa**, que vai retomar esses mapas-múndi a fim de concluir o trabalho com o capítulo 4).

A partir desses comentários, fica perceptível que, ao trabalhar com os conteúdos específicos deste capítulo, talvez surjam dificuldades e dúvidas. A fim de lidar com isso, uma boa opção para conduzir as aulas é sempre focar as discussões no campo da **diversidade** e da **pluralidade da História**. Dessa forma, é importante ressaltar a formação do regime de dinastias chinesas, desde a época da **dinastia Xia**, a primeira da China, até a consolidação imperial com o governo centralizado de Ying Zheng (221-210 a.C.) e a **dinastia Han**, quando a China viveu uma época de forte desenvolvimento econômico e cultural.

Nessa perspectiva, é possível ressaltar que esse dinamismo e essa centralização política também acompanharam importantes inovações culturais e tecnológicas. Com a centralização do império sob o governo de Yan

Zheng, foram padronizados os sistemas de pesos e medidas, assim como os tipos de escrita; um rígido conjunto de leis foi redigido e estradas foram abertas; a interligação das muralhas do norte foi concretizada, o que resultaria na **Grande Muralha**. Posteriormente, rotas comerciais terrestres e marítimas seriam estabelecidas, sendo a mais famosa delas a **Rota da Seda**; avanços na Matemática e na Medicina, como as refinadas técnicas da acupuntura, da dissecação de cadáveres e da cirurgia com anestesia, ganhariam grande importância. Além disso, invenções que são importantes até os dias de hoje seriam realizadas: a bússola, o sismógrafo, a pólvora e os relógios de sol e água.

O mais importante é evitar relacionar todas essas inovações e transformações como se elas fossem mera sequência de curiosidades; é fundamental, portanto, **tratá-las dentro de uma narrativa histórica** e inseridas no eixo conceitual. O caso do **confucionismo**, abordado nas seções *Você sabia?*, na página 73, e *Interpretando documentos: texto*, na página 78, vem ao encontro dessa proposta, pois, por mais que as ideias dessa corrente filosófica possam ter perdurado no tempo, a sua criação deve ser contextualizada no conturbado **Período dos Reinos Combatentes**.

Para encerrar a parte sobre a formação da China antiga, é interessante comentar como o Império chinês seria dominado pelos **mongóis**, um povo que, apesar de também ter se consolidado como um império, o que se deu sob o reinado de **Gêngis Khan**, tinha outra tradição organizativa do poder — eram divididos nos chamados **clãs** — e desenvolveram importantes tecnologias e técnicas de combate. A seção *Olho vivo*, na página 77, que trata de uma gravura representando a **cavalaria mongol**, permite constatar essas diferenças entre chineses e mongóis.

No caso da Índia antiga, os focos serão dois. Em primeiro lugar, fala-se das **cidades dravidianas**. As primeiras cidades dravidianas destacavam-se, para além das técnicas de confecção e comércio de roupas de algodão, por apresentarem casas bem estruturadas, com eficientes sistemas de água e esgoto. Esse é um assunto que, partindo de uma constatação do passado, permite problematizar o presente, haja vista que muitos brasileiros ainda habitam residências que não contam com adequado sistema de saneamento básico. Seguindo essa linha de raciocínio de **diálogo entre temporalidades** e trazendo a discussão para junto do eixo conceitual da unidade, a seção *Hora de refletir*, na página 89, propõe uma atividade acerca do tema “**cidades educadoras**”.

O segundo assunto tratado na parte sobre Índia antiga é a **relação entre religião e organização social**, sobretudo no que se refere à formação do **sistema de castas**. Esse assunto — apesar de incômodo, posto que, mesmo proibido, os resquícios do sistema de castas continuam a se fazer sentir nos dias de hoje — possibilita constatar como a Índia antiga foi marcada por forte **dinamismo religioso** e **miscigenação cultural**. O **hinduísmo**, um conjunto de práticas e doutrinas religiosas, surgiu a partir da fusão cultural entre os dravidianos e os arianos; o sistema de castas foi estabelecido pelos sacerdotes do **bramanismo**, uma corrente do hinduísmo.

A partir da crítica e da revisão do bramanismo, surgiram o **budismo** e o **jainismo**. Ou seja, fica evidente que nada pode ser mais equivocado do que estudar a Índia, mesmo quando se pensa no estabelecimento de um rígido sistema de castas, sem atentar a essa diversidade histórica cultural. A fim de auxiliar na compreensão dessas possibilidades, a seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 85, propõe uma atividade com um texto budista, a partir do qual se pode compreender alguns preceitos dessa religião.

A última parte do capítulo 4 foi dedicada ao Japão dos samurais. Unificados por volta de 660 a.C., os japoneses antigos viveram um período de desenvolvimento durante a **Era Yayoi** (300 a.C.-300 d.C.), quando, em razão da influência chinesa, aprenderam a cultivar e irrigar arroz, a fabricar objetos de bronze e ferro, a tecer e a utilizar a escrita ideográfica. Percebe-se algo curioso quando se toma o Japão e a China antigos em paralelo: ambos apresentam proximidades culturais e períodos de vida política conturbados; contudo, no que se refere aos modos de organização social, notam-se claras diferenças. Assim, é importante comentar com os alunos que a diversidade novamente se faz sentir, negando a imagem de um Oriente homogeneizado. No Japão antigo, os **samurais**, guerreiros que garantiam a proteção do imperador e de seus cortesãos, foram figuras de grande importância. Com seu estrito código de ética e de honra, eles marcariam, sobretudo a partir século XII, com a concessão do título de **xogum** a Minamoto Yoritomo, a organização política japonesa. O xogunato teria longa duração, estendendo-se até o século XIX. A seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 85, propõe uma atividade com duas representações de samurais do século XVII que permitem refletir acerca de suas atividades e de seus valores.

Em vias de conclusão dos trabalhos com o capítulo 4, é interessante propor uma nova **Atividade Alternativa**. Pode-se pedir aos estudantes que retomem os mapas-múndi que produziram anteriormente, aqueles com o eixo central localizado no oceano Índico. Agora, eles devem produzir legendas e tabelas informativas para os mapas que fizeram. O auxílio do(a) professor(a) de Geografia nessa etapa seria essencial. O importante é estabelecer contato entre temporalidades diferentes e, levando em conta o eixo conceitual da unidade, ressaltar dados referentes à urbanização nesses três países. Lembre-se, conforme foi apontado na abertura da Unidade 2, de que seis das dez cidades mais populosas do mundo estão localizadas na China (Xangai e Beijing), na Índia (Nova Délhi e Mumbai) e no Japão (Tóquio e Osaka).

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 78)

1. Os pesquisadores acreditam que o atual território da China começou a ser ocupado por volta de 7000 a.C., com o surgimento das primeiras aldeias às margens de rios, principalmente na região do vale do rio Amarelo. Nessa área, os grupos humanos começaram a praticar a agricultura, o que possibilitou o crescimento desses povoados e, aos poucos, o surgimento de pequenos Estados, cujo poder era transmitido

por laços familiares. Por volta de 2200 a.C., um dos chefes, Yü, o Grande, tornou-se rei, unificando esses pequenos Estados e dando origem à dinastia Xia.

2. O período entre 618 e 907 é conhecido como a Idade de Ouro da história chinesa. Esse período, que teve início com a rebelião que levou a dinastia Tang ao poder em 618, foi marcado pela reunificação do poder imperial, pela expansão da economia e pelo desenvolvimento da metalurgia, com a abertura de fundições de cobre, ferro e prata. Além disso, foi um período de grande prosperidade na agricultura e no comércio com outros povos, o que estimulou o desenvolvimento urbano. Esse período terminou com uma rebelião camponesa em 907, que provocou a queda da dinastia Tang e a divisão da China em diversos reinos.
3. Pode-se destacar como algumas das principais heranças deixadas pela civilização chinesa a técnica de fabricação da seda a partir dos casulos do bicho-da-seda, a filosofia de Confúcio, os monumentos históricos, como a Grande Muralha, instrumentos de medição da direção dos ventos, o sismógrafo, conceitos matemáticos, a bússola, o relógio de sol e de água, as técnicas de fabricação do papel, as práticas de medicina milenar, como a acupuntura, etc.
4. O Império Mongol formou-se após a unificação, em 1206, das diversas tribos mongóis de pastores nômades que viviam nas estepes asiáticas. Cada tribo reunia vários clãs, sob a liderança de um chefe que recebia o nome de Khan. Com a unificação, o líder guerreiro Temudjin foi aclamado chefe de todos os mongóis com o título de Gêngis Khan (*khan* dos *khan*s), dando início à expansão territorial e à conquista mongol de um imenso império no continente asiático. Esse extenso domínio, porém, duraria relativamente pouco tempo: em fins do século XIII, teve início o declínio do império, com a morte do neto de Gêngis Khan, Kublai Khan.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO (p. 78)

- a) O texto apresenta uma série de orientações e padrões de comportamento que deveriam ser buscados pelos praticantes do confucionismo. Pode-se dizer que esse modelo de comportamento estava assentado na ideia de harmonia e ordem. Por isso, o texto defende que o homem moral é aquele que sabe se adaptar às circunstâncias da vida. É por meio dessa adaptação que ele não vai desejar nada que está além dele e poderá alcançar uma vida harmoniosa.
- b) O confucionismo defendia um modelo de comportamento que auxiliasse na criação de uma sociedade harmoniosa e justa e na qual todos poderiam praticar o bem com o próximo. Por isso, o documento explica que o homem moral não pode tyrannizar seus subordinados, tampouco buscar favores dos seus superiores. Na relação com os outros, o confucionismo também defendia o princípio de equilíbrio e ordem, por isso as queixas devem ser evitadas e deve-se

buscar uma vida assentada na harmonia consigo mesmo, evitando a dependência dos outros, já que esse era o caminho de praticar o bem e a justiça com todos.

- c) Espera-se que os alunos relacionem os padrões de conduta propostos no texto com as turbulências políticas do período. Diante das incertezas provocadas pelas disputas políticas entre diferentes reinos chineses, os princípios de equilíbrio e harmonia que orientam o modelo de comportamento do documento podem ser vistos como uma forma de evitar a dependência e o sofrimento. Aquele que conseguisse viver de acordo com o modelo do homem moral não teria de se preocupar com a perda de suas posses ou títulos que poderiam ocorrer por causa das disputas políticas. Assim, o indivíduo poderia se bastar por si mesmo e se adaptar às diferentes situações que ele teria de enfrentar num contexto social tão turbulento.

ESQUEMA-RESUMO (p. 84)

Espera-se que os alunos observem que as sociedades do Oriente antigo não eram idênticas ou homogêneas, porém, apesar das grandes diferenças, também tinham alguns pontos em comum (as rupturas e as permanências da História). Nesse caso, é possível destacar a importância dos rios, já que os povos que se instalaram tanto na atual região da China quanto na atual região da Índia dependiam de grandes rios para desenvolver seus povoados. Pode-se também destacar as disputas políticas que marcaram os governos dessas regiões, com períodos de fragmentação e de centralização política. Do ponto de vista econômico, foi a civilização chinesa que estabeleceu rotas comerciais que chegavam até o Ocidente, como é o caso das Rotas da Seda. Por outro lado, a civilização ariana foi responsável pela criação de diversas tradições religiosas, como o hinduísmo, o budismo e o jainismo. Outro ponto que diferencia essa civilização é seu rígido sistema de hierarquias sociais, baseado na divisão por castas de sua população. Também é possível destacar a importância dos samurais na sociedade japonesa, um grupo que tinha características militares, mas acabou assumindo o controle político da região.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 85)

1. A primeira dinastia chinesa, chamada de dinastia Xia, teve início por volta de 2200 a.C. Seus governantes conseguiram organizar um exército equipado com armas de bronze e construir muralhas ao redor das cidades, além de garantir o domínio de um território de aproximadamente 1600 km². Essa dinastia permaneceu no poder até o século XVIII a.C., quando foi derrubada pela dinastia Shang. Essa ampliou o território chinês para uma área de 100 mil km²; houve no período um notável florescimento cultural, com a criação das primeiras expressões da escrita chinesa, o desenvolvimento do calendário com 365 dias, a criação da moeda e de instrumentos musicais e a invenção da técnica de fabricação da seda. A dinastia Shang governou até 1122 a.C., quando foi substituída pela dinastia Zhou. Porém, o poder real passou por um gradativo enfraquecimento, o que provocou, eventualmente, o período conhecido como o dos Reinos Combatentes, entre 475 a.C. e 221 a.C. Nesse momento, a China passou por um conturbado período político, no qual vários reinos entraram em luta pela hegemonia do território chinês. Esse período só chegou ao fim com a vitória do reino de Qin, sob a liderança de Ying Zheng, que estabeleceu uma nova dinastia, dando início à fase imperial chinesa. Ying Zheng imprimiu um caráter fortemente centralizador ao seu governo, entre 221 a.C. e 210 a.C. Padronizou o sistema de pesos e medidas e os diferentes tipos de escrita, criou um rígido conjunto de leis e construiu diversas estradas. Para defender o território de invasões, mandou construir a Muralha da China, com 4200 km de extensão. Foram mobilizados nessa tarefa mais de 1 milhão de trabalhadores.
2. As cidades dos dravidianos possuíam avenidas largas e residências, feitas de tijolos de barro cozido, que contavam com um sistema de água e esgoto. Os dravidianos fabricavam e comercializavam produtos como joias, utensílios domésticos, brinquedos e roupas de algodão.
3. Os arianos eram povos nômades originários da região do Cáucaso (atuais Rússia, Geórgia, Azerbaijão e Armênia). Depois de instalados no vale do rio Ganges, eles passaram a viver como sedentários e incorporaram vários elementos das línguas dravidianas a seu idioma, o sânscrito.
4. a) O hinduísmo é um conjunto de doutrinas e práticas religiosas decorrentes do contato entre os arianos e os dravidianos que passou a reger, praticamente, todos os aspectos da vida cotidiana da população que vivia na região da atual Índia. Os fundamentos do hinduísmo estão registrados no *Rig Veda*, ou “livro do conhecimento”.
b) Os sacerdotes brâmanes se destacaram entre as lideranças políticas e religiosas dos árias (ou arianos), criando complexos rituais religiosos e valorizando demasiadamente as suas funções, o que lhes garantiu respeito e reconhecimento da população e dos próprios líderes políticos. Eles criaram diversas regras que se tornaram fundamentais para a maior parte da sociedade hindu, como as que estabeleceram um rígido sistema de castas na Índia. O sistema de castas era um tipo de estratificação social caracterizado por grupos sociais fechados e ligados às mesmas profissões ou funções sociais. Não era possível a mobilidade de uma casta para a outra, pois o nascimento definia o lugar social dos indivíduos. Na origem do bramanismo, as castas mais importantes eram formadas pelos árias. Os sacerdotes (os **brâmanes**) estavam no topo da

hierarquia social, seguidos pelos **xátrias** (nobres, guerreiros e administradores) e pelos **vaixás** (comerciantes). Entre os não arianos, vinham os **sudras** (artesãos ou trabalhadores manuais) e os **párias**, pessoas excluídas da sociedade e que estavam proibidas de estudar, ouvir os hinos religiosos e viver nas cidades.

5. Em linhas gerais, o budismo e o jainismo afirmavam que cabia ao indivíduo realizar seu próprio destino, sem a necessidade de adorar deuses e praticar complexos rituais, como afirmavam os sacerdotes brâmanes. Essas novas religiões contrariavam, portanto, o sistema de castas e os privilégios que os sacerdotes desfrutavam numa organização social rígida e hierarquizada como era a sociedade védica.
6. Os samurais eram guerreiros que lideravam clãs provinciais no Japão antigo. Obedeciam a um rigoroso código de ética, pautado pela coragem, pela honra e pela lealdade, e tinham diversos privilégios, como receber grandes extensões de terra do imperador. Isso lhes garantia poder e riquezas, além do respeito dos diversos setores sociais que compunham a sociedade japonesa daquela época. Durante a dinastia Heian (794-1185), o imperador concedeu a um dos chefes guerreiros, o samurai Minamoto Yoritomo, o título de xogum, que significa “grande general, supremo conquistador dos bárbaros”. A partir de então, o verdadeiro governante passou a ser o xogum, escolhido sempre entre os chefes guerreiros. Essa transferência de poder transformou o imperador em uma figura praticamente decorativa, já que o xogum passou a ser o governante de fato.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p. 85)

1. a) Não. O texto afirma que o governante que agisse “de acordo com as suas próprias ideias” impediria o povo de prosperar. De acordo com o documento, a forma correta de se governar era respeitando os conselhos dos ministros, já que eles preservavam o conhecimento dos monarcas perfeitos e, portanto, eram capazes de garantir a prosperidade do povo.
- b) A decadência do povo ocorreu em virtude da decisão do novo governante de não seguir os conselhos de seus ministros. Ao contrário do que eles lhe recomendaram, o governante não deu propriedade aos necessitados. Pode-se entender esse trecho como a recomendação em ajudar os mais pobres, evitando que a pobreza crescesse.
- c) Sim. O budismo criticava os privilégios dos brâmanes e condenava o sistema de castas existente na Índia. Uma das consequências do sistema de castas era que os elementos mais pobres da sociedade não tinham ajuda ou assistência para melhorar sua condição. Por isso, pode-se dizer que as críticas ao governante que não ajudou os

mais pobres, provocando a decadência de seu povo, também é uma crítica ao sistema de castas e à manutenção dos privilégios existentes na sociedade indiana de então.

2. a) A primeira imagem mostra um grupo de samurais atacando uma fortaleza ou propriedade, a qual é defendida por outros samurais. Eles utilizam vestimentas de combate e também estão armados com espadas e lanças. Na segunda imagem, vemos um samurai ajoelhado diante de outro homem. Pela posição da cena, é possível formular a hipótese de que se trata de um samurai diante de seu mestre ou senhor. Nessa representação, os indivíduos não se encontram trajados para combate. Assim, pode-se dizer que as duas cenas representam ações diferentes dos samurais.
- b) Espera-se que o aluno relacione o código de conduta dos samurais com aquilo que foi representado nas duas imagens. É possível destacar, por exemplo, que a primeira imagem representa a importância da coragem e da honra em combate, na medida em que os samurais precisam assumir uma postura de bravura para derrotar seus inimigos e alcançar seus objetivos (seja a conquista da fortaleza, seja sua defesa). Já a segunda imagem apresenta aspectos ligados à questão da honra e da lealdade, ressaltando a obediência do samurai a seus mestres ou senhores.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 87)

1. E
2. A
3. Apenas as afirmativas II e III estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra B. O erro da primeira afirmativa é indicar que a invenção de Bi Sheng, que possibilitou o aperfeiçoamento das técnicas de impressão xilográfica, ocorreu durante a dinastia Han. Na realidade, essa invenção ocorreu durante a dinastia Song. Já o erro da quarta afirmativa é apontar que, durante a dinastia Tang, ocorreu uma fragmentação do território chinês. Na realidade, esse período ficou conhecido como a Idade de Ouro da China. Apenas em 907 a dinastia Tang foi derrubada por causa de uma rebelião camponesa.
4. Todas as afirmativas estão corretas, então a alternativa correta é a letra D.
5. E

HORA DE REFLETIR (p. 89)

O desenvolvimento do conceito de “cidade educadora” liga-se a experiências desenvolvidas nos últimos anos, sobretudo na cidade de Barcelona (Espanha). Tem por princípio o alargamento das fronteiras da educação para além da instituição escolar, com base na corresponsabilização dos cidadãos para que, em conjunto, de forma organizada e participativa, remodelem o uso do espaço público e da vida comunitária.

Estimule os alunos a refletir sobre o sentido de uma cidade educadora e lembre-os de que a educação é algo que vai muito além da mera assimilação de conteúdos, por isso é possível pensar na existência de inúmeras possibilidades educativas que estão além da escola. Vale destacar que o momento de discussão coletiva, no qual os alunos apresentarão os aspectos mais importantes da discussão, é especialmente relevante nesse tipo de atividade, já que é uma forma de socializar as ideias e estimular a reflexão coletiva de todos. A seguir, para subsidiar o trabalho do professor, destacamos um trecho adaptado do livro *A cidade como projeto educativo*, organizado pelos autores espanhóis Carmen Gómez-Granell e Ignácio Vila. Além do texto de apoio, outra sugestão de material complementar para refletir sobre esse tema é o documentário “A educação proibida”. O filme, dirigido por German Doin em 2012, discute experiências educativas que vão além do espaço tradicional de educação e pode fornecer muitas ideias para se pensar no ideal de uma sociedade educativa que ocupe e utilize espaços públicos para a transformação social e a resolução dos problemas urbanos.

Os desafios da sociedade contemporânea exigem o envolvimento de toda a sociedade e a introdução de modificações em nossas cidades que reformulem comportamentos, hábitos e espaços de interação para favorecer a educação integral e cidadã, assumindo o importante papel de cidades educadoras. [...] O conceito de comunidade educativa aparece em nossa sociedade atual como uma necessidade sentida pelas próprias instituições escolares, que reconhecem a sua incapacidade para assumir sozinhas os atuais conceitos de educação integral. Os educadores constataam a inutilidade de seus esforços para transmitir alguns valores e atitudes educativas que, se forem contraditórios com o contexto, nunca chegarão a fazer parte da vida de seus alunos. [...] Assim, não faz sentido manter em nossas salas de aula um discurso bem-intencionado sobre a poluição e a reciclagem de matérias-primas enquanto as crianças veem seus vizinhos jogarem lixo na rua. Nossa sociedade não pode encomendar dos educadores o trabalho, condenado ao fracasso, de pregar em suas aulas valores e atitudes que a comunidade não assume como próprios. A conclusão é evidente: precisamos que nossas comunidades se envolvam na defesa dos valores educativos mais importantes, alguns deles vitais para sua própria manutenção. Não é possível continuar pensando em algumas cidades nas quais se exija de seus administradores que solucionem problemas tão importantes como o do transporte ou o da poluição enquanto os cidadãos continuam com seus hábitos não solidários, decididos a prosseguir pensando que tais problemas devem ser solucionados por “outros” para que se siga fazendo o de sempre [...].

GÓMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Ignácio (Org.).
A cidade como projeto educativo. Porto Alegre: Artmed, 2003.

■ Texto complementar

A seguir, reproduzimos parte da introdução do livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*,

de Edward Said, no qual o autor apresenta alguns preceitos de sua obra e comenta três definições, todas conectadas, para o que seria o *orientalismo*: um campo de estudos acadêmicos, um imaginário ocidental e um discurso que permitiu ao ocidente interferir na vida política, econômica e social do oriente.

Numa visita a Beirute durante a terrível guerra civil de 1975-6, um jornalista francês escreveu com pesar sobre a área deserta no centro da cidade que “ela outrora parecia pertencer [...] ao oriente de Chateaubriand e Nerval”. Ele tinha razão sobre o lugar, é claro, e especialmente no que dizia respeito a um europeu. O oriente era praticamente uma invenção europeia e fora desde a Antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias. Agora estava desaparecendo; num certo sentido, já desaparecera, seu tempo havia passado. Talvez parecesse irrelevante que os próprios orientais tivessem alguma coisa em jogo nesse processo, que mesmo no tempo de Chateaubriand e Nerval os orientais tivessem vivido ali, e que agora fossem eles que estavam sofrendo; o principal para o visitante europeu era uma certa representação europeia — compartilhada pelo jornalista e por seus leitores franceses — a respeito do oriente e de seu destino atual. [...]

O oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do outro. Além disso, o oriente ajudou a definir a Europa (ou o ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse oriente é meramente imaginativo. O oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O *orientalismo* expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais. [...]

O *orientalismo* é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “oriente” e (na maior parte do tempo) o “ocidente”. Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, tem aceitado a distinção básica entre o leste e o oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do oriente, seus povos, costumes, “mentalidade”, destino e assim por diante. Esse *orientalismo* pode acomodar *Êsquilo*, digamos, e Victor Hugo, Dante e Karl Marx. [...]

Tomando o final do século XVIII como ponto de partida aproximado, o *orientalismo* pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o oriente — fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o *orientalismo* como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o oriente. Achei útil neste ponto empregar a noção de discurso de Michel Foucault, assim como é descrita por ele em *Arqueologia do saber* e em *Vigiar e punir*.

Minha argumentação é que, sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejar — e até produzir — o oriente político, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-Iluminismo. Além disso, o orientalismo tinha uma posição de tal força que ninguém escrevendo, pensando ou agindo sobre o oriente poderia fazê-lo sem levar em consideração as limitações ao pensamento e à ação impostas por ele. Em suma, por causa do orientalismo, o oriente não era (e não é) um tema livre para o pensamento e a ação. Isso não quer dizer que o orientalismo determina unilateralmente o que pode ser dito sobre o oriente, mas que consiste numa rede de interesses inevitavelmente aplicados (e assim sempre envolvidos) em toda e qualquer ocasião em que essa entidade peculiar, o “oriente”, é discutida. Este livro tenta mostrar de que maneira isso acontece. Ele também tenta mostrar que a cultura europeia ganhou força e identidade ao se contrastar com o oriente, visto como uma espécie de eu substituto e até subterrâneo.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Edição eletrônica, sem paginação.)

Sugestões de livros

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

- Esta ousada obra dos sinólogos John Fairbank e Merle Goldman oferece um vasto panorama da história da China, desde a Antiguidade até o século XXI. O livro, escrito em linguagem bastante acessível, se propõe a ser uma interpretação dedicada aos leitores que não conheçam os meandros da história desse país que ocupa, atualmente, posição fundamental no jogo das relações internacionais.

FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da história geral*. Tradução de Heloísa Reichel. Bauru, SP: Edusc, 2000.

- O livro do historiador Josep Fontana apresenta uma proposta de história geral temática. Assim, em vez da divisão tradicional de conteúdos, essa introdução ao estudo da história geral se norteia por eixos temáticos, como agricultura, comércio, indústria, sociedade, Estado e nação, violência e poder, crenças e religiões, ciência e cultura.

LEVENSON, Claude B. *Budismo*. Tradução de Rejane Janowitz. Porto Alegre: L&PM, 2009.

- A pesquisadora francesa Claude B. Levenson se dedica, neste livro de introdução, ao tema do budismo, esclarecendo as origens dessa filosofia e religião e comentando alguns de seus principais preceitos, como a não violência, a compaixão e o desprendimento material.

LOVELL, Julia. *Grande Muralha: a China contra o mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- O livro de Julia Lovell trata da história da China antiga por meio da construção da Grande Muralha, um de seus mais famosos símbolos. O enfoque da obra recai sobre os projetos de construção da muralha e

as empreitadas dos imperadores, assim como sobre os trabalhadores que atuaram nas obras.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- A obra de Edward Said, publicada pela primeira vez em 1978, converteu-se em um dos maiores clássicos no que se refere ao tema das relações entre Ocidente e Oriente, mostrando que muito do que imaginamos sobre essas duas grandes regiões são elaborações discursivas e fruto de dominação colonialista.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. Tradução de Pedro Maia Soares e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- O livro de Jonathan D. Spence, um dos maiores especialistas ocidentais em história chinesa, mesmo que não trate diretamente do período antigo, apresenta passagens importantes para quem quer conhecer e entender a China.

Sugestões de filmes

Os sete samurais (Akira Kurosawa, 1954).

- No Japão do século XVI, auxiliado por outros seis, um samurai envelhecido, chamado Kambei, defende uma aldeia indefesa constantemente saqueada por bandidos.

Ran (Akira Kurosawa, 1985).

- Um grande proprietário japonês decide dividir as terras entre seus três filhos. Os dois mais velhos iniciam uma acirrada disputa pelo controle das propriedades. O mais novo, o único que ainda obedecia a um rigoroso código de ética e conduta, é banido e revela ao pai o que se passa entre seus irmãos.

O mito (Stanley Tong, 2005).

- Filme que mistura história, mito, aventura e a linguagem épica cinematográfica para tratar da busca que um arqueólogo empreende a fim de descobrir a tumba do primeiro imperador da China, coroado em 221 a.C.

Sugestão de site

Museu de Arte Virtual do Japão

- Site em inglês. Apresenta diversas imagens e informações sobre a arte japonesa ao longo da História. Disponível em: <<http://web-japan.org/museum/menu.html>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CAPÍTULO 5

Fenícios, persas e hebreus

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 5 divide-se em três partes que tratam, cada uma delas, de um povo e de uma sociedade diferente. Além disso, este capítulo é o último da Unidade 2 e apresenta um fechamento aos assuntos tratados

ao longo do eixo conceitual da urbanização. A primeira parte do capítulo foi dedicada aos **fenícios**, povo que desenvolveu importantes relações mercantis na Antiguidade, cuja contribuição mais significativa para a cultura humana foi a criação de um alfabeto no qual os símbolos representavam sons da fala. A segunda parte trata dos **persas**, detendo-se, sobretudo, na questão do Império Persa, uma das maiores e mais bem organizadas instituições políticas e sociais que existiu na Antiguidade. A terceira parte aborda o caso dos **hebreus**, povo que foi responsável por criar a primeira religião monoteísta ética da História.

O que é chamado genericamente de **Oriente Médio** ou **Oriente Próximo** é uma subdivisão do Oriente criada pelo Ocidente. Essa subdivisão carrega adjetivos que indicam uma posição espacial (só se é “médio” e se está “próximo” em relação a alguma coisa ou alguém) e um ponto de enunciação. No caso do Oriente Médio, tratamos de povos que surgiram próximos ao continente europeu, que habitaram nas fronteiras do Ocidente e nas margens do mar Mediterrâneo.

Sobre o Mediterrâneo, o escritor turco Orhan Pamuk (1952-), no ensaio *Guia para ser mediterrâneo*, tece interessantes comentários sobre o que significaria pertencer à coletividade mediterrânea e sobre seu sentimento como habitante da região: “A ideia de Mediterrâneo como entidade única é artificial; e o caráter mediterrâneo único e singular decorrente disso também precisou ser inventado e trabalhado antes de ser descoberto. Mas esse sonho do Mediterrâneo (essa fantasia acima de tudo literária) veio, exclusivamente, do norte. Foi com os escritores do norte da Europa que os povos do Mediterrâneo descobriram que eram mediterrâneos”⁴. O comentário de Pamuk se utiliza de uma referência geográfica, “o norte”, para tratar de uma referência cultural, “a Europa”. Ou seja, ao lançar dúvidas sobre um discurso de matriz orientalista e generalista, ele se utiliza de referências semelhantes às das construções eurocêntricas, as mesmas que queria problematizar.

Na perspectiva eurocêntrica, portanto, a relação com o Oriente Médio se revela, na maior parte do tempo, bastante tensa e conflituosa. Entretanto, é preciso ter clareza de que **os conflitos atuais no Oriente Médio não têm relação direta com as sociedades antigas que surgiram na região**.

Como tem sido ressaltado ao longo da Unidade 2, é importante destacar, em cada povo citado acima, a maneira como as inovações tecnológicas e os modelos de organização social foram importantes para o surgimento de cidades e impérios complexos. No caso dos fenícios, uma opção para conduzir os trabalhos é tratar da relação existente entre as suas **avançadas práticas comerciais** e os mecanismos que foram criados para torná-las mais dinâmicas e eficazes. Lembre-se, nesse sentido, de que o próprio nome “fenícios”, palavra de origem grega, deriva de uma atividade econômica, fato comentado na seção *Você sabia?*, na página 91.

Povo de origem semítica (seus antepassados se denominavam **cananeus**, pois vinham da região

conhecida como Canaã) que se localizava na região do atual Líbano, os fenícios estavam organizados em **cidades-Estado**, cada qual tinha seu monarca e uma aristocracia de comerciantes e proprietários. A comunicação entre esses núcleos populacionais era feita majoritariamente por via marítima, o que tornava o domínio das técnicas de navegação fundamental para sua própria sobrevivência e manutenção como unidades autônomas. É importante ressaltar que, por causa dessa intensa atividade marítima, os fenícios criaram diversos **entrepósitos comerciais** pela região do mar Mediterrâneo, alguns dos quais viriam a se tornar cidades. Por volta de 2500 a.C., foi estabelecida a cidade de **Biblos**, principal centro de distribuição do papiro fabricado no Egito. Outras cidades, em razão do intenso comércio com os fenícios, se converteram em efetivas colônias, casos de Cirene, Lepsis, Oea (Trípoli) e, sobretudo, **Cartago**. Essas informações deixam perceptível um dado interessante: não poderia existir uma complexa estrutura comercial sem a padronização de certos elementos, que deveriam ser conhecidos e obedecidos nos variados entrepostos comerciais. Nesse sentido, a seção *Interpretando documentos: imagem*, na página 94, analisa uma moeda fenícia produzida no século IV a.C. e utilizado nas cidades de Biblos e Tiro. Esse objeto tinha provável função comercial, sendo utilizado como padrão de medida; em virtude de seu formato, talvez até circulasse como moeda de troca.

O principal e mais importante elemento de padronização criado pelos fenícios, contudo, foi o **alfabeto**. O trabalho em sala de aula com esse tema pode ser muito proveitoso, pois, tendo em vista a importância da escrita em nosso modelo educativo, ele está diretamente ligado ao **cotidiano escolar**. O alfabeto fenício foi criado por volta de 1500 a.C., na cidade de Ugarit, a fim de realizar registros comerciais sistematicamente. Ele apresentou uma grande inovação em relação aos demais modelos de escrita, pois usava sinais gráficos, chamados de **letras**, para representar os sons da fala, os **fonemas**. Com isso, foi possível, a partir de um reduzido número de caracteres, representar diversas palavras. Ao longo do tempo, esse sistema seria adaptado por outros povos, como os gregos, que criariam o alfabeto grego, e, posteriormente, os romanos, que estabeleceriam o **alfabeto latino**, hoje utilizado em todo o mundo ocidental. O alfabeto fenício possibilitou, assim, uma comunicação mais simples e dinâmica, feita através de menos sinais; algo ideal, portanto, para as práticas comerciais (ver *Texto complementar*, ao final das orientações deste capítulo).

Pode ser interessante, neste momento, organizar uma **Atividade Alternativa**. A fim de consolidar o entendimento do que foi o avanço propiciado pelo alfabeto fenício, os alunos podem escrever textos que se baseiem em dois diferentes modelos de escrita: de um lado, algo próximo aos hieróglifos egípcios e, de outro, algo próximo ao alfabeto fenício — tal como o alfabeto usado por todos nós cotidianamente. Cada um pode desenvolver o seu sistema de símbolos como bem entender, mas é

⁴ PAMUK, Orhan. *Outras cores: ensaios e um conto*. Tradução de Berlio Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 227.

importante que todos escrevam as mesmas frases, pois os alunos precisam compreender, na prática, a dificuldade de converter verbos em símbolos gráficos. Com apenas alguns exemplos, os estudantes já poderão perceber como a escrita não fonética pode ser pouco prática, posto que ela precisa de uma quantidade muito grande de símbolos e, portanto, de convenções para decifrar as mensagens. O alfabeto fonético, por outro lado, somente com algumas letras, pode dar conta de uma infinidade de situações. Assim, são menos convenções e mais praticidade e dinamismo. O sistema que utilizamos em nossa comunicação escrita, por exemplo, tem apenas 26 letras.

Professor, no que se refere aos persas, uma opção para conduzir o trabalho em sala de aula é, ao tratar da formação do Império Persa, conduzir a discussão para o assunto da **diversidade de populações e culturas** que passaram a conviver sob essa grande organização política. Os persas se unificaram, por volta de 559 a.C., em torno de um exímio estrategista militar, Ciro, o Grande. Sob o comando de Dario, o império se expandiu: acredita-se que, em seu ápice, cerca de 10 milhões de pessoas, com línguas e costumes variados, chegaram a viver dentro de suas fronteiras. Criou-se, portanto, um cenário de rico **intercâmbio de culturas**. Pode-se dizer que esse intercâmbio é uma marca das sociedades humanas urbanas, nas quais as diferenças vivem lado a lado, mesmo que muitas vezes isso não se dê de maneira pacífica. No caso persa, o contato com as diferentes culturas gerou interpretações históricas que trazem particularidades interessantes. Esse é o assunto tratado na seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 102, que propõe atividades com duas fontes de gêneros e épocas distintas (um texto de Xenofonte, do século V a.C., e uma iluminura judaica, do século XV), mas ambas mostrando uma visão positiva do imperador Ciro. Essa atividade se revela interessante para o trabalho em sala de aula, pois permite evidenciar para os alunos como **a escrita e o estudo da História são sempre marcados por interpretações, que podem variar conforme a época e as intenções de quem as produziu**.

A parte sobre os hebreus, que aborda a religião como um fator de grande importância para a organização política e social hebraica, possibilita estabelecer relações, sempre tomando cuidado para não se fazer comparações arbitrárias, com a Índia antiga (abordado no capítulo anterior). Na história dos hebreus, a religiosidade foi um fator de centralização política e de criação de um consistente **sentimento de identidade**, que atingiu seu principal momento com os reinados de **Davi e Salomão**. Posteriormente, por causa da ação de profetas, o judaísmo se consolidou como **a primeira religião monoteísta ética da História**, defendendo princípios morais e éticos e influenciando algumas religiões que surgiriam ao longo dos tempos, como o cristianismo e o islamismo. No que se refere aos hebreus e a essa relação tão imbricada com a religião, é importante ressaltar um aspecto que toca no próprio pensamento histórico. Como tratado no boxe *A Bíblia como fonte*, na página 97, um texto tido como sagrado também pode servir

como uma importante fonte histórica para o estudo de um povo, no caso, dos hebreus. Assim, surge uma questão interessante e que pode ser trabalhada junto à atividade *Sua opinião* desse boxe: **quais são os limites dos documentos históricos?** Um ponto fundamental dessa questão é que, mesmo sendo um texto tido como sagrado, a Bíblia não deixa de ser um livro (na verdade, um conjunto de livros) que foi produzido a partir de certos pressupostos e dentro de contextos históricos específicos. Quando se toma um texto literário como documento histórico, é preciso analisá-lo criticamente, como qualquer outra fonte histórica, e considerar as peculiaridades da relação estabelecida entre história e ficção. No caso do Velho Testamento, deve-se seguir pressupostos semelhantes, sempre identificando divergências e buscando referências consistentes acerca do passado.

Enfim, é necessário dar um fechamento ao trabalho com a Unidade 2. Ao longo dos capítulos 3, 4 e 5, seguindo o eixo conceitual da urbanização, constatou-se que a formação de cidades e de grandes impérios foi possível graças, entre outros aspectos, às medidas administrativas e à criação de infraestrutura. No caso do Império Persa, por exemplo, foram estabelecidos sistemas unificados de impostos e de moeda, um código de leis, um serviço de correios e estradas. A mais famosa das estradas persas, a **Estrada Real**, atravessava quase todo o império, ligando as cidades de Susa e Sardes. A seção *Hora de refletir*, na página 106, atualiza esses assuntos ao propor uma atividade sobre os meios de circulação de pessoas e ideias no mundo atual. A partir dessa seção, é possível entrar na seção *Fechando a Unidade*, na página 108, na qual são apresentados três documentos: um artigo de jornal que trata do tema da desigualdade e dos problemas das grandes cidades (**Documento 1**); um relato de uma experiência de cidade educadora em Cachoeira, no estado do Ceará (**Documento 2**); e a letra de uma música do cantor de *rap* Emicida, que versa sobre a importância de mudar o sentimento das pessoas que vivem em favelas (**Documento 3**). O fundamental dessa atividade é mostrar como as reflexões sobre o passado podem, mesmo que tratem de realidades muito diferentes, lançar luz nova sobre o presente. Afinal, as cidades antigas se formaram a partir de fatores ainda essenciais em nossos dias, como o comércio, o transporte, a comunicação escrita, os códigos legais, a moeda e as medidas padronizadas, o intercâmbio cultural, etc. Assim, o estudo da história desses povos nos faz lembrar da importância da pluralidade e da experiência histórica. Essas são lições mais do que urgentes nas grandes cidades, onde existe uma grande desigualdade social e onde cada vez mais o cidadão perde lugar para o consumidor e para o interesse corporativo econômico, com os privilégios sendo valorizados em detrimento dos direitos; onde, a exemplo do Ecomuseu de Cachoeira, a falta de concórdia e de solidariedade pode começar a ser superada por meio dos projetos de cidades educadoras; ou, até mesmo, e tal como expresso na música de Emicida, com a simples devolução do sorriso a seus habitantes mais carentes.

1. a) As primeiras cidades fenícias se originaram nas regiões às margens do mar Mediterrâneo, onde hoje se localiza o Líbano, no Oriente Médio. Essa região começou a ser ocupada por volta de 3000 a.C. por povos de origem semita – os cananeus –, que exerciam intensa atividade comercial e, com o tempo, fundaram diversas cidades portuárias, como Biblos, Ugarit e Tiro. Professor, você pode solicitar aos alunos que observem a localização dessas cidades no mapa da página 92, ressaltando que se tratava de núcleos urbanos situados em pontos estratégicos para o comércio pelo Mediterrâneo.
- b) As cidades fenícias se organizavam como cidades-Estado, ou seja, eram política e administrativamente independentes e governadas, em geral, por monarcas com o apoio da aristocracia (comerciantes e proprietários de terra) e de uma elite religiosa poderosa.
2. a) O alto estágio de desenvolvimento náutico dos fenícios foi um dos fatores que permitiram sua expansão por outras regiões em torno do mar Mediterrâneo. Eram exímios navegadores, conheciam as correntes marítimas, as rotas de pássaros migratórios e de algumas espécies de peixes e os ventos de cada região. Por isso, foram capazes de estabelecer contatos comerciais com áreas longínquas, expandindo seus domínios por uma região muito vasta.
- b) Alguns dos lugares de parada das embarcações fenícias transformaram-se, ao longo dos anos, em cidades comerciais, como Cirene, Lepsis e Cartago. As relações comerciais intensas provocaram também a miscigenação dos fenícios, que incorporaram traços culturais e hábitos de diferentes povos. Além disso, a necessidade de registrar as atividades comerciais levou os fenícios a desenvolverem um sistema de escrita.
3. a) Os sistemas de escrita cuneiforme e hieroglífico eram bastante complexos e dominados apenas por um pequeno número de indivíduos, aqueles que desempenhavam as funções de escriba, já que exigiam um longo processo de aprendizagem e domínio dos variados elementos utilizados para registrar as ideias. Já o alfabeto fonético fenício possuía um número muito menor de caracteres, inicialmente 29 e depois 22 símbolos que tinham valores fonéticos e podiam ser utilizados para o registro textual da fala. Assim, com um número menor de elementos, era possível realizar infinitas combinações para a produção de textos. Isso tornou esse sistema de escrita mais acessível. Por isso, pode-se dizer que ele é mais universal que os demais sistemas de escrita da Antiguidade.
- b) O modelo do alfabeto fenício foi incorporado pelos gregos, mas estes adicionaram novas letras para representar as vogais. Posteriormente, os romanos

também adotaram esse modelo de alfabeto greco-fenício, dando origem ao alfabeto latino. Isso tudo foi possível pelo fato de o alfabeto fonético utilizar caracteres que representavam os sons da fala, por isso era um alfabeto que poderia ser adaptado por qualquer povo ou cultura para registrar por escrito sua língua.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM (p. 94)

- a) O peso tem um formato circular muito parecido com o de uma moeda. Além disso, apresenta, em seu centro, o desenho de uma embarcação. Tendo em vista o caráter comercial dos fenícios, pode-se elaborar a hipótese de que esse objeto era utilizado para fins comerciais, possivelmente como marcador de pesos para compatibilizar a troca de diferentes mercadorias. Seu formato similar ao de uma moeda pode indicar que ele tinha finalidades semelhantes às das moedas nas trocas comerciais.
- b) Espera-se que os alunos associem a representação da embarcação com a importância que as práticas comerciais e a expansão marítima tiveram entre os fenícios. Assim, isso ajuda a explicar a razão pela qual o peso, utilizado em trocas comerciais, trazia consigo uma representação das embarcações fenícias.
- c) O peso fenício permite a descrição de duas características importantes dos fenícios: a importância das atividades comerciais e da navegação. Os fenícios se desenvolveram por meio do comércio e da expansão pelo mar Mediterrâneo.

SUA OPINIÃO (p. 97)

Os alunos podem apontar inúmeros exemplos de fontes para o estudo da História, como:

- objetos variados, como vestimentas, utensílios domésticos e ferramentas, que trazem consigo informações sobre o processo envolvido em sua produção, materiais utilizados, função, etc., possibilitando, assim, compreender hábitos e técnicas de determinada sociedade;
- audiovisuais: filmes, fotos e canções são fontes que podem conter informações capazes de revelar modos de agir, de pensar e de se expressar de determinada época;
- arquitetura: construções, prédios residenciais e públicos apresentam diversas características – como estilo, técnicas e materiais de construção, localização, plantas, entre outras – que podem revelar informações sobre um povo, uma sociedade ou um período da História;
- textos, livros, documentos administrativos, cartas, documentos privados, entre outras possibilidades de registros escritos, que trazem informações diversas sobre inúmeros aspectos de uma civilização, um grupo social, um período histórico, etc.;

- relatos orais registrados por meio de entrevistas ou outras formas de coleta de informações, que permitem o estudo das ideias, das práticas e dos costumes dos indivíduos em diferentes sociedades e períodos.

ESQUEMA-RESUMO (p. 101)

Os fenícios, os persas e os hebreus desenvolveram sociedades bastante distintas. Os fenícios se organizaram em cidades-Estado portuárias e dependiam da navegação do mar Mediterrâneo para seu desenvolvimento comercial e para o crescimento de suas cidades. Com isso, não formaram um território unificado e comandado por um único rei. Além disso, um dos principais legados dos fenícios foi a invenção do alfabeto fonético, um sistema de escrita mais universal que os sistemas de escrita existentes até então, como o cuneiforme ou o hieroglífico. Já os persas formaram um grande império territorial, conquistando diversos povos e criando uma estrutura político-administrativa unificada. Um dos principais legados desse povo foi o desenvolvimento do zoroastrismo, uma religião que influenciou muitas outras crenças, disseminando a ideia da existência de uma luta do bem contra o mal e elaborando princípios de conduta a partir dessa oposição. Os hebreus, por sua vez, se organizaram inicialmente em tribos com autonomia política, mas, posteriormente, passaram a se organizar num sistema político unificado, o reino de Israel. Um dos principais legados dos hebreus foi o desenvolvimento de uma religião monoteísta ética, o judaísmo.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 102)

1. As origens da ocupação da antiga Pérsia remontam à migração de tribos nômades originárias do centro e do norte da Ásia, como os persas. Os povos que passaram a viver nessa região foram unificados pelo líder Ciro, o Grande, em 559 a.C. Grande estrategista, ele conseguiu conquistar e submeter diversos povos, dando origem ao Império Persa.
2. Dario estabeleceu um sistema unificado de impostos, um único código de leis e o mesmo sistema monetário nas diversas regiões que compunham o Império Persa. Além disso, sob seu governo foi aberta uma rede de estradas destinadas a interligar as várias regiões, facilitando o deslocamento no interior do império.
3. O zoroastrismo era uma religião praticada pelos persas que tinha como base a ideia de uma oposição entre o bem e o mal. Segundo a religião, aqueles que praticassem o bem e lutassem contra o mal alcançariam a felicidade e a vida eterna. Além disso, essa religião defendia a existência de um Paraíso e do Juízo Final. Esses princípios influenciaram outras religiões, como o cristianismo.
4. a) A Bíblia aponta que os hebreus descendem de Abraão, que recebeu ordens de Deus para conduzir o povo que vivia na cidade mesopotâmica de Ur para a Terra Prometida, chamada de Canaã.

Porém, no século XX a.C., os hebreus foram obrigados a deixar Canaã após uma longa seca e se fixar no Egito, onde foram escravizados. Apenas no século XV a.C., os hebreus, liderados por Moisés, retornaram a Canaã. Porém, o primeiro relato documental não bíblico que conhecemos e que indica a existência dos hebreus se refere à dominação egípcia e data de aproximadamente 1220 a.C., portanto no século XIII a.C. Outros registros, como descobertas arqueológicas, também indicam que a presença dos hebreus na região da Palestina ocorreu somente a partir de 1230 a.C. Assim, tais evidências estão em divergência com as informações bíblicas e podem ser apontadas como um exemplo das diferenças entre o relato religioso e as pesquisas históricas e arqueológicas sobre esse povo.

- b) Sim, é possível resgatar a história dos hebreus com base na Bíblia porque ela contém informações que auxiliam os historiadores na recuperação de aspectos da vida desse povo e de sua história. No entanto, é preciso utilizar outras fontes escritas ou arqueológicas para esclarecer melhor a história do povo hebreu. Professor, trata-se de considerar que a Bíblia, como qualquer outro documento histórico, deve ser analisada criticamente e confrontada com outras fontes, pois os documentos não contém todas as informações sobre os acontecimentos, mas apenas um ponto de vista que deve ser interpretado pelo historiador.
5. a) Os hebreus se organizavam política e administrativamente de modo descentralizado, e os juízes eram a principal autoridade das diversas tribos que formavam a sociedade hebraica. Eles tinham autoridade militar e religiosa, o que lhes possibilitou difundir a ideia de que os hebreus eram um povo único e influenciar a população a abandonar suas práticas politeístas. Dessa maneira, os juízes contribuíram para o nascimento do judaísmo, a religião monoteísta dos hebreus.
 - b) O monoteísmo foi o argumento de fundo religioso que deu unidade cultural e construiu a identidade judaica, centralizando os diversos grupos hebreus em torno de um único rei. O sentimento de identidade monoteísta apelava para a ideia de que os hebreus – mesmo pertencendo a diferentes tribos – eram todos descendentes de Abraão e foram por ele conduzidos até a Palestina, a “Terra Prometida por Deus”.
6. Mesmo separados pela Diáspora, os judeus mantiveram uma forte identidade religiosa e nacional. Esse sentimento foi possível graças aos princípios religiosos que foram perpetuados entre os judeus ao longo dos dois milênios de separação física. Além disso, a crença de que a Palestina havia sido destinada a eles por vontade divina foi decisiva para reunir os judeus novamente naquele território em meados do século XX, dando origem ao Estado de Israel.

7. a) Pela análise do mapa, percebe-se que os persas dominaram os povos que viviam na região da Mesopotâmia, como os babilônios, bem como os egípcios, os fenícios e os povos que habitavam o território da Palestina, incluindo a cidade de Jerusalém. Além disso, o Império Persa atingiu domínios territoriais na Índia, às margens do rio Indo, e em outras partes da Ásia. Professor, vários outros povos foram dominados pelo Império Persa. O mapa permite dimensionar a extensão do império em seu apogeu.
- b) A observação do mapa demonstra a grande extensão que o Império Persa alcançou em seu apogeu, por volta de 500 a.C. Para administrar um território tão imenso, foi necessário desenvolver maneiras de garantir o deslocamento das autoridades e a vigilância das partes mais distantes pelo governo persa. Com esses objetivos, os persas construíram a Estrada Real. Pode-se perceber, observando o mapa, que ela percorria uma grande região que ia da cidade de Susa até a Ásia Menor, garantindo o rápido deslocamento por grande parte do império.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p.102)

1. a) Segundo o texto, Ciro dominou os medos e os hircanos com um pequeno exército persa. Depois, subjogou outros povos de várias regiões da Ásia e do Mediterrâneo e impôs seu poder a tantos reinos que seria muito difícil de percorrê-los todos.
- b) Segundo o texto, os povos submetidos ao Império Persa aceitavam a dominação espontaneamente ou porque tivessem medo do poder de Ciro, ou porque o amavam e, por isso, queriam viver sob suas leis.
- c) O relato é extremamente parcial porque Xenofonte sugere, de um lado, que alguns povos submetidos ao Império Persa aceitavam “espontaneamente” essa situação e, por outro, que Ciro dominou os povos e reinos com imensa facilidade. No início do trecho citado, Xenofonte afirma que bastou um “pequeno exército de persas” para dominar medos e hircanos. Xenofonte sugere também que Ciro “de tal maneira soube captar o amor dos povos” que “todos queriam viver sujeitos às suas leis”. Professor, com a análise do documento espera-se que o aluno exercite sua criticidade sobre a leitura de textos escritos. A identificação de um “ponto de vista” de onde o autor do texto apresenta a sua versão dos acontecimentos é fundamental para uma interpretação crítica dos documentos históricos. Nesse caso, Xenofonte “fala” do ponto de vista de um admirador das conquistas de Ciro. Se o relato fosse construído por um crítico das ações do imperador persa, as informações seriam oferecidas de modo distinto, talvez lamentando a dominação sofrida

por vários povos ou descrevendo a resistência desses povos ao exército persa.

- d) Assim como outros relatos de historiadores, Xenofonte se baseou em fontes e relatos históricos para construir sua visão de Ciro. Por isso, não é adequado dizer que a parcialidade de seu relato está relacionada ao fato de ele não ter sido uma testemunha ocular, já que toda interpretação de um acontecimento implica um posicionamento diante dele. Mesmo se fosse contemporâneo de Ciro, Xenofonte poderia descrevê-lo de maneira positiva ou negativa de acordo com seus interesses políticos. Nessa perspectiva, essa atividade é uma excelente oportunidade para **discutir a natureza da narrativa histórica** e destacar que toda narrativa tem um posicionamento diante do passado.
2. a) A imagem foi produzida no século XV, ou seja, período bem posterior aos fatos representados.
- b) Na imagem, Ciro está cercado por um grande número de hebreus. Um grupo deles está ajoelhado diante do rei, que foi representado sentado em um trono e usando uma coroa na cabeça. Ao fundo da imagem, é possível perceber uma grande multidão de hebreus que se aproxima para prestar reverência ao monarca persa. Assim, a imagem representa a relação entre os hebreus e Ciro como de homenagem e respeito, como se os hebreus reconhecessem a autoridade e a benevolência do rei persa. Nesse sentido, essa atividade é uma excelente oportunidade para relacionar dois documentos de contextos distintos e destacar pontos em comum entre eles. É possível perceber que tanto o relato de Xenofonte quanto a representação judaica do século XV utilizam um modelo semelhante de representação de uma figura histórica. Em ambos os casos, o rei persa é visto como benevolente, justo e respeitado pelos povos conquistados militarmente. Pode-se aproveitar essa questão para discutir com os alunos como é importante observar o contexto em que determinado documento histórico foi produzido, bem como seu autor e suas intenções.
- c) A imagem propõe uma representação positiva de Ciro. Assim, é possível compará-la com o documento de Xenofonte, na medida em que nos dois casos o monarca persa é representado como uma autoridade que tinha o respeito e o amor dos povos conquistados.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 104)

1. A 2. A 3. C 4. E
5. Apenas a afirmativa II está correta; assim, a alternativa correta é a letra D. O erro da primeira afirmativa é indicar que os juízes só tinham o papel de julgar os conflitos e deviam contar com a autoridade de lideranças militares e religiosas. Na realidade, os juízes

tenham liderança militar e religiosa. Já o erro da terceira afirmativa é apontar que os juizes perderam o poder após o surgimento da religião monoteísta por defenderem as práticas politeístas. Pelo contrário, os juizes tiveram um papel muito importante na disseminação das crenças monoteístas e participaram no processo de centralização política que ocorreu após o surgimento da religião judaica.

6. As afirmativas I e II estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra B. O erro da terceira afirmativa é apontar que os persas formaram um território apenas com cidades próximo aos mares. O Império Persa ocupou um território bastante grande com cidades localizadas em diferentes regiões, até mesmo distante dos mares. Já o erro da quarta afirmativa é indicar que os fenícios conquistaram diferentes povos, como os egípcios ou os gregos. Isso não ocorreu, e os fenícios não conquistaram um grande império na Antiguidade.

HORA DE REFLETIR (p. 106)

A proposta da atividade é fazer com que os alunos reflitam sobre os meios de circulação de ideias e pessoas no mundo contemporâneo. É importante que eles percebam que o grande desenvolvimento tecnológico criou, e continua criando, possibilidades de circulação de pessoas muito mais amplas do que aquelas que poderiam ser realizadas por meio de estradas e correios. Pode-se lembrar, por exemplo, da existência da internet e de outros meios de comunicação, como a televisão, o telefone, o celular, que possibilitam o contato entre indivíduos que vivem em regiões muito distantes. Por outro lado, apesar do desenvolvimento tecnológico, as possibilidades de circulação não são irrestritas em nosso mundo, já que existem entraves que impedem o deslocamento de pessoas de uma região para outra, como é o caso do cruzamento das fronteiras nacionais. Ou mesmo a inexistência de políticas públicas que estimulem atividades culturais diversas. Além disso, muitas vezes os sistemas de comunicação digital não são suficientes para a circulação de ideias e práticas sociais, pois existem regiões onde o funcionamento desses canais de comunicação ainda é bastante limitado ou até mesmo proibido (como no caso da Coreia do Norte). A ideia, portanto, é que os alunos reflitam sobre tais situações e percebam que a integração entre povos que vivem em diferentes regiões é um elemento importante na criação de valores multiculturais e na disseminação de novas ideias e costumes. Por meio dessa atividade, é possível discutir como esse intercâmbio ocorre na comunidade em que os alunos vivem, dando especial ênfase aos espaços públicos nos quais é possível observar a circulação de ideias e pessoas. Nesse caso, pode-se pensar em teatros, bibliotecas, cinemas, espaços culturais diversos, já que esses locais são importantes para a integração cultural. Pode-se também pensar nos meios de comunicação disponíveis, como o acesso à internet e a jornais e revistas, entre outros. Finalmente, espera-se que os alunos identifiquem estratégias que podem propiciar maiores trocas culturais,

como o estímulo às atividades culturais públicas, o maior acesso aos meios de comunicação, a criação de bibliotecas e outros espaços onde seja possível acessar bens culturais, entre outras possibilidades.

FECHANDO A UNIDADE (p. 108)

- a) O texto apresenta dados sobre a população urbana mundial e ressalta que um quarto das pessoas que vivem em espaços urbanos mora em algum tipo de favela. Isso significa, segundo dados de 2012, que 1 bilhão de pessoas viviam nesse tipo de moradia. Além disso, hoje cerca da metade da população do planeta já não vive mais em zonas rurais, e esse número terá ultrapassado 60% em 2030. Com isso, os problemas de desigualdade social e de crescimento urbano desenfreado vão crescer. Assim, o texto apresenta a importância de criar uma “cidade inteligente” para lidar com essas questões e encontrar maneiras de resolver os problemas habitacionais e sociais.

b) A proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre os problemas urbanos, especialmente o crescimento da desigualdade e a concentração de favelas, e, com base nisso e em sua opinião pessoal, elaborem uma lista dos principais problemas urbanos atuais. Pode-se destacar a questão da violência, da desigualdade, da falta de opções para lazer, das dificuldades de transporte, do saneamento básico precário, da falta de água, entre muitos outros. As medidas possíveis para solucionar esses problemas também serão variadas, dependendo muito do que os alunos apontarem. É importante estimular o levantamento de hipóteses variadas e lembrar que os problemas urbanos são complexos e variados e nem sempre é fácil resolvê-los com medidas pontuais. Para aprofundar a discussão, é possível propor um debate coletivo sobre o tema, de modo que os alunos possam discutir juntos sobre os problemas e as soluções que foram apontados na atividade.
- A proposta de uma cidade educadora está diretamente relacionada à criação de espaços que possibilitem a articulação de práticas e de experiências diversas. Assim, museus, locais de discussão coletiva, centros culturais, áreas para o desenvolvimento artístico e cultural, assembleias, ciclovias, parques, entre outros, são exemplos de espaços voltados para a educação que não se limitam às atividades escolares e que ajudam a traçar soluções para os problemas urbanos e sociais mais amplos. Espera-se que os alunos reflitam sobre isso e pensem em exemplos relacionados à cultura da comunidade em que vivem, bem como aos problemas que enfrentam localmente. Estimule a elaboração de sugestões variadas e, durante a discussão coletiva, é importante que todos participem e forneçam mais ideias para enriquecer a reflexão. Para a apresentação do mural,

os alunos podem trazer imagens e materiais visuais a fim de reforçar as ideias propostas. Pode-se, ao final da atividade, propor que a turma reúna todo o material apresentado e elabore um *blog* ou alguma outra forma de exposição virtual para sistematizar as ideias discutidas em sala de aula e estimular ainda mais o aprofundamento da questão.

3. Resposta pessoal. É importante que os alunos reflitam sobre a questão da desigualdade social e da necessidade de criar medidas para garantir a inclusão social e habitacional das pessoas que vivem em favelas, a fim de combater os preconceitos e garantir medidas de plena cidadania a todos. Nesse caso, podem-se apontar medidas que melhorem o transporte público, a segurança e a salubridade das habitações, o acesso a espaços culturais e educacionais, entre outros. É possível articular essas propostas com aquilo que foi discutido anteriormente, especialmente a ideia de uma cidade educadora, pensando em espaços culturais em favelas ou proximidades, de modo que a comunidade possa participar e produzir ideias ou ações que ajudem a transformar a realidade em que vivem. Para a elaboração do registro, é importante estimular os alunos a se expressar criativamente sobre o tema, produzindo novas letras de músicas ou reflexões visuais, como uma história em quadrinhos ou charge. É possível reunir o material produzido pelos alunos para a elaboração de um mural coletivo ao final da atividade.

■ **Texto complementar**

O trecho a seguir foi retirado do livro *Introdução ao estudo da história geral*, de Josep Fontana. Nessa passagem, Fontana faz um comentário geral acerca da invenção da escrita — o que permite retomar alguns assuntos dos capítulos anteriores —, dando destaque para a inovação elaborada pelos fenícios: o alfabeto fonético.

A cultura não se transmite por herança biológica, mas por aprendizagem. Inicialmente, sua transmissão era exclusivamente oral, pelo menos até a invenção da escrita. A própria escrita não serviu, no começo, mais do que para uma transmissão limitada, tanto no que se refere aos conteúdos como aos destinatários. Nossa cultura foi essencialmente oral até datas muito recentes.

A escrita nasceu no mundo mesopotâmico. Por necessidade de contabilidade, utilizaram-se pequenas peças de argila que, representando mercadorias, eram colocadas dentro de bolas de barro vazias. Depois, passaram-se a fazer bolas planas com ladrilhos a representar, nelas, sinais que equivaliam às peças que antes eram guardadas em seu interior. Estes sinais não eram, inicialmente, outra coisa do que pictogramas que representavam objetos ou indicavam quantidades. A escrita foi inventada quando, ao redor de 3200 a.C., iniciaram-se a combinar os valores fonéticos dos pictogramas para representar coisas que não podiam ser pintadas com facilidade, como os verbos [...]. Até 2600 a.C. uma escrita cuneiforme já havia se consolidado, permitindo produzir textos complicados e serviu de base a toda uma

família de escritas usadas desde a Índia até Creta, desde o mar Negro até a Arábia. Ainda que tivesse ascido das necessidades do comércio, a escrita converteu-se, desde o primeiro momento, em um instrumento essencial do poder político, pois, sem seu auxílio para publicar as leis e para organizar a administração, teria sido impossível o desenvolvimento do Estado.

Na Fenícia, uma encruzilhada por onde passavam todas as correntes de intercâmbios do Oriente próximo e onde se conheciam, por este motivo, diversas línguas, a escrita atingiu, ao redor do século XII a.C., um progresso decisivo: a utilização de um sinal individual para cada som diferente. Isto era fácil numa língua semítica, em que bastavam os valores das consoantes para identificar uma palavra (os árabes escrevem habitualmente prescindindo das vogais). Com este sistema, bastavam de vinte a trinta sinais (22 para os fenícios e o aramaico; 29-30 para o alfabeto cuneiforme de Ugarit e para o sul da Arábia) para escrever todas as palavras. Estes sinais, cujo conjunto se denominou alfabeto, tomaram, além disso, formas lineares, mais adaptadas que as cuneiformes para escrever sobre folhas de papiro.

FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da história geral*. Tradução de Heloísa Reichel. Bauru, SP: Edusc, 2000. p. 147.

Sugestões de livros

HARDEN, Donald. *Os fenícios*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

- Livro que aborda os fenícios a partir de diversos elementos de sua cultura, sobretudo através de suas práticas comerciais e de suas explorações pelo mar Mediterrâneo.

HOLLAND, Tom. *Fogo persa: o primeiro império mundial e a batalha pelo Ocidente*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- O livro de Tom Holland, enfocando os contrastes entre oriente e ocidente, trata dos conflitos entre os persas e os gregos, que resultariam na vitória dos últimos e em consequências históricas de grande importância.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *Jerusalém: a biografia*. Tradução de George Schlesinger e Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- Obra que traça um longo panorama da história da cidade de Jerusalém, desde a sua criação até os dias atuais. O autor ressalta a importância religiosa da cidade, que tem caráter sagrado tanto para judeus como para muçulmanos e cristãos.

PAMUK, Orhan. *Outras cores: ensaios e um conto*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- Coletânea de ensaios do escritor turco, alguns dos quais tocam diretamente no tema do conflito de identidades que pode surgir entre o Ocidente e o Oriente.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos: 6.)

- Obra clássica sobre o tema da urbanização no Brasil, este livro, publicado por um dos mais importantes geógrafos brasileiros, apresenta importantes

considerações, chamando atenção para as especificidades e tendências da urbanização brasileira.

SCHAMA, Simon. *A história dos judeus: à procura das palavras 1000 a.C.-1492 d.C.* Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- A recente obra de Simon Schama, um dos historiadores mais famosos da atualidade, aborda, através de uma ampla narrativa, a história dos judeus desde a época antiga até a descoberta do Novo Mundo, no final do século XV.

Sugestões de filmes

Cartago em chamas (Carmine Gallone, 1960).

- Filme épico cuja ação se desenrola em 200 a.C., quando da guerra entre Roma e Cartago. Nesse contexto, desenrola-se uma história de amor na qual duas mulheres se apaixonam pelo mesmo guerreiro.

Ester e o rei (Raoul Walsh, 1960).

- Um épico bíblico, este filme narra a história de Ester, jovem de origem hebraica que é forçada a viver no palácio de Xerxes, rei da Pérsia, e se tornar sua esposa. Diante do sofrimento dos hebreus, que eram perseguidos pelos persas, Ester atua em favor de seu povo.

Sugestão de site

Museu Nacional do Bardo. Disponível em: <www.bardomuseum.tn>. Acesso em: 30 mar. 2016.

- Site oficial, em francês e inglês, do importante Museu Nacional do Bardo, no qual há um rico acervo sobre a Antiguidade mediterrânea.

UNIDADE 3 Direito e democracia

Procedimentos pedagógicos

Antes de iniciar os conteúdos do **capítulo 6**, há uma apresentação dos eixos conceituais da Unidade 3, a saber: **direito e democracia**. Nesse momento inicial, a proposta é estabelecer uma discussão que aborde as relações existentes entre democracia e direito no mundo atual—dois conceitos que são fruto de um longo processo histórico que tem suas origens na Grécia e na Roma antigas. Como bem expresso no texto que introduz a unidade, um desses conceitos só pode se realizar plenamente quando acompanhado do outro. O que se percebe nos dias de hoje, contudo, é que essa relação não se concretiza de maneira completa. De acordo com o **moderno conceito de democracia**, participar da vida pública e política não se efetiva somente através do voto, da liberdade de opinião e do direito de manifestação, mas também por meio da garantia dos direitos humanos, como o acesso à educação, ao trabalho e às condições de vida dignas, e do respeito e da igualdade entre as diferentes etnias, religiões e gêneros. Todos esses fatores, mesmo que em muitos lugares sejam assegurados

por lei, muitas vezes são desrespeitados em razão dos profundos níveis de desigualdade social e das péssimas condições de vida de grande parte da população.

A atividade *Começo de conversa*, na página 111, aproxima essa discussão da realidade brasileira, revelando as divergências que existem entre a **Constituição** e a realidade das práticas sociais, marcada por desrespeitos e exclusões. Assim, é possível constatar que, mesmo que o Brasil seja uma das maiores democracias do mundo, com um sistema eleitoral bastante organizado e efetivo, diversos grupos continuam sofrendo discriminações, como os afrodescendentes, os indígenas, os homossexuais, as mulheres, as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, entre outros. Nesse sentido, ressalta-se que é exatamente essa divergência entre o texto oficial e a prática real que torna cada vez mais importante a atuação dos cidadãos em movimentos sociais e em espaços públicos. Afinal, é a participação de todos que faz com que a contestação e a luta por direitos sejam uma realidade concreta e democrática.

Nesse sentido, ainda na seção *Começo de conversa*, pede-se aos alunos que discutam e façam murais com indicações acerca do que significaria, na opinião deles, exercer a democracia no espaço escolar. A exemplo do que já foi proposto na abertura da Unidade 2, esse debate inicial pode ser uma proveitosa oportunidade para realizar uma **Atividade de Inclusão**. Ainda hoje, muitos espaços escolares não estão preparados para receber alunos com deficiências, seja pela inadequação física dos lugares, seja pela falta de materiais adaptados ou de preparo profissional. Os alunos podem, nesse sentido, realizar debates focados na inclusão e produzir cartazes específicos sobre esse tema. Com isso, podem ser pensadas mudanças nas estruturas de acesso aos prédios, compra de materiais adaptados para a biblioteca, como livros em braile, e até mesmo cursos para estudantes e funcionários sobre o tema inclusão. O fundamental é transformar esse debate em uma prática da rotina escolar, em algo que seja internalizado na vivência cotidiana dos alunos.

COMEÇO DE CONVERSA (p. 111)

1. Resposta pessoal, porém é importante destacar que ainda existe uma grande distância entre aquilo que está previsto na Constituição, bem como nas leis complementares que regulamentam diversos aspectos enunciados na mesma, e a prática social cotidiana. A sociedade brasileira é marcada por inúmeras contradições e desigualdades. Assim, não é possível afirmar que os direitos iguais previstos na Constituição são igualmente distribuídos em nosso país. Negros, indígenas, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência são exemplos de grupos sociais que enfrentam diversas formas de preconceito ou situações sociais desfavoráveis, seja por questões profissionais (menores salários, dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, entraves para conseguir uma formação adequada, etc.), seja no plano dos direitos à cidadania. Mais do que uma resposta afirmativa ou

negativa, a proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre os limites da cidadania em nosso país, a fim de pensar criticamente na situação e refletir sobre medidas práticas e cotidianas que possam ser adotadas para lidar com a questão. Assim, é interessante que o tema da atividade seja tratado numa discussão coletiva, propiciando um momento em que todos participem do debate e reflitam sobre alguns dos problemas que marcam a nossa sociedade.

2. Espera-se que os alunos identifiquem que a democracia não está ligada apenas aos aspectos formais da escolha de representantes (as eleições), mas também está profundamente associada à ideia de cidadania e que esta só pode funcionar quando todos conquistem direitos iguais. Sendo assim, os problemas diagnosticados na questão anterior podem evidenciar os limites de nossa democracia e revelar como é necessário refletir sobre meios de superá-los, garantindo direitos plenos de cidadania a todos. Pode-se pensar em exemplos diversos, desde medidas pontuais de inclusão a mudanças mais radicais na forma como nossa sociedade está organizada. Vale lembrar que igualdade não significa apenas igualdade jurídica, mas acesso à formação, ao mercado de trabalho, aos espaços públicos, à saúde, à segurança, entre muitos outros aspectos.
3. A proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre o tema da democracia e da cidadania a partir de um exemplo concreto e cotidiano: o próprio espaço escolar no qual estão inseridos. Isso ajuda a evidenciar a relação entre direitos igualitários e participação política como principal instrumento da democracia. Nesse caso, os alunos podem pensar em exemplos relacionados ao conselho de escola, à criação de um grêmio estudantil, aos espaços de discussão coletiva de todos os envolvidos na gestão escolar, ao respeito mútuo entre todos, à transparência na tomada de decisões relativas à vida escolar, entre muitos outros exemplos. O mural que encerra essa atividade pode sintetizar as três perguntas da seção, ressaltando alguns dos problemas relacionados ao exercício da democracia no país, algumas ideias que podem ajudar a lidar com esses problemas e uma reflexão sobre o cotidiano da democracia a partir do exemplo escolar.

CAPÍTULO 6

Grécia antiga

Procedimentos pedagógicos

Levando em conta o eixo conceitual da Unidade 3, e já pensando nos assuntos do **capítulo 6**, é importante fazer algumas breves considerações. Como se afirmou, a democracia e o direito são fruto de um **longo processo histórico**; não são, portanto, criações espontâneas nem surgiram completas. Logo, a democracia grega e o direito romano, apesar de terem sido importantes e de estarem na base dos modelos políticos adotados

em boa parte do mundo ocidental, não podem ser diretamente relacionados ao moderno conceito de democracia e aos direitos humanos. Ao longo do capítulo 6, que trata especificamente da **Grécia antiga**, comenta-se como o conceito de **cidadão** que vigorava nas **idades-Estado gregas** — as chamadas **pólis** — era muito limitado, fosse nas cidades que adotassem o regime democrático ou não. Somente os homens livres tinham direito de atuar na vida política; escravos, estrangeiros e mulheres, mesmo que tivessem papel fundamental no funcionamento dessas sociedades, estavam excluídos. O caso específico das mulheres, que tinham grande importância na vida cívica, nas festas religiosas e no comércio de alimentos e perfumes, é abordado em dois momentos do capítulo, tanto no box *Você sabia?*, na página 117, quanto na seção *Interpretando documentos: texto*, na página 123. Nesse segundo caso, através de um diálogo com a Literatura, analisa-se uma peça de teatro de Aristófanes, chamada *A revolução das mulheres*, comédia que mostra as peripécias de um grupo de mulheres que desejava participar do debate político de sua pólis.

Com base nessas considerações, é importante ressaltar que entre as pólis gregas, sobretudo as que adotavam o regime democrático, e os nossos modelos políticos atuais existem grandes diferenças. O conceito de democracia moderno é decorrência de complexas experiências históricas, muitas das quais bastante trágicas. A própria noção de direitos humanos só foi formulada em razão de inúmeras violências que foram cometidas ao longo da História, como guerras, massacres e genocídios. Foi, portanto, por meio da violação da vida humana que as próprias concepções de direitos humanos foram se alargando — violações que, infelizmente, ainda continuam sendo praticadas, como as discriminações xenófobas e homofóbicas, as guerras religiosas e a miséria social. Dessa maneira, as contradições que, aos nossos olhos atuais, surgem a partir do estudo da História, não devem ser tomadas de uma perspectiva anacrônica. Tal é o caso das pólis da Grécia antiga, que sustentavam seu conceito de cidadania sobre o trabalho escravo e sobre a exclusão de mulheres e estrangeiros. Ou seja, não se pode criticar os gregos por não terem sido aquilo que nós somos; mas se pode, por outro lado, pensar criticamente a experiência histórica deles, como parte de específicas relações sociais, políticas e econômicas, e constatar a importância das mudanças no processo da história humana.

Nessa mesma linha de raciocínio, mesmo que nem todos os cidadãos brasileiros tenham os seus direitos legais respeitados, isso não significa que a Constituição seja desimportante e o **Estado de direito** seja uma mera utopia. A atual Constituição brasileira, pelo contrário, é fruto de um processo marcado pela superação de violações dos direitos humanos e políticos, assim como por manifestações e lutas sociais. Logo, quer se trate da democracia grega antiga ou do moderno conceito de democracia, o importante é ter um pensamento cauteloso e sempre historicamente engajado, jamais generalista e estereotipado.

Uma boa opção para começar o trabalho com os gregos antigos é ressaltar a **diversidade** dessa

civilização, desde sua formação enquanto povo até a organização das pólis.

A formação da população grega antiga, um dos temas da primeira parte do capítulo, se deu pelo encontro de povos diversos, sobretudo **indo-europeus**, e pela sua miscigenação. Aqueus, eólios, jônios, dórios, egípcios, fenícios e minoicos, todos participaram da ocupação, entre 5000 a.C. e 3000 a.C., do fragmentado território grego, composto de uma parte continental, penínsulas e um arquipélago. Esse foi um processo conturbado e pontuado por invasões, como a dos aqueus, que dominaram Creta por volta de 1400 a.C. e assumiram o controle das rotas comerciais do Mediterrâneo; e a dos dórios, povo sediado na península do Peloponeso que dominou violentamente a Grécia entre os séculos XII a.C. e VIII a.C., em um período conhecido como **Homérico**.

Professor, levando em conta essa pluralidade histórica, é importante destacar o **processo de formação das cidades-Estado gregas**, pois, apesar de terem origens semelhantes, elas não eram necessariamente iguais. A formação da civilização grega ganharia impulso somente após as invasões dóricas. Nesse período, as populações se organizavam em clãs chamados **genoi** (plural de **genos**), onde a propriedade da terra era coletiva. Cada **genos** tinha suas lideranças militares e políticas, o que criava um cenário bastante fragmentado. Posteriormente, a pouca quantidade de terras férteis e a escassez da produção alimentar geraram disputas por territórios, o que selou o fim da propriedade coletiva e fomentou desigualdades no interior dos **genos**. Com isso, formaram-se grupos aristocráticos compostos dos **eupátridas** (bem-nascidos), que detinham as melhores terras, e vários **genoi** passaram a se unir, formando as pólis. Percebe-se, assim, como o processo que deu origem às cidades-Estado, ocorrido quase simultaneamente por toda a Grécia, traz gravada em si a marca da concentração do poder político nas mãos de grupos privilegiados. Por isso a concepção de cidadania foi, nessas cidades, mesmo com as diferenças existentes entre elas, bastante limitada (sobre as pólis, ver o *Texto complementar* ao final das orientações deste capítulo).

Acerca das cidades-Estado em si, assunto da segunda parte do capítulo, é importante ressaltar que, como não havia um governo centralizado na Grécia antiga, as pólis não eram unificadas, o que gerava sensíveis diferenças entre elas. As duas cidades que mais se destacaram foram **Atenas e Esparta**, cada qual seguindo um modelo de organização próprio. Ao traçar as principais diferenças entre essas duas pólis, é importante lembrar que não cabe a nós estabelecer um **juízo de valores** entre elas, defendendo uma e criticando a outra, e sim evidenciar a pluralidade da experiência histórica.

Esparta foi fundada pelos dórios, no século IX a.C., na região sudeste da península do Peloponeso. Nessa cidade, marcada pelo isolamento em relação às demais pólis, os indivíduos eram totalmente subordinados ao Estado. Atenas, por sua vez, foi fundada pelos jônios, na península Ática, igualmente por volta do século IX a.C. Sua forma de governo mudou muito ao longo do tempo, mas, com reformas políticas, ela se estabeleceu

como uma democracia na virada do século VI a.C. para o século V a.C. Mesmo que a maior parte da população ateniense estivesse excluída da participação efetiva na vida política, a democracia foi fundamental para assegurar direitos básicos aos seus cidadãos. Três desses direitos continuam, ao menos em princípio, fundamentais até os dias de hoje: a liberdade individual, a igualdade perante a lei e o direito das pessoas de expressar suas opiniões. Em Esparta, o governo era organizado com muitas subdivisões e, a partir de uma lógica hierárquica, concretizava uma espécie de fusão entre modelos aristocráticos e democráticos. Tanto em Atenas quanto em Esparta, a questão militar era fundamental, mas havia na segunda cidade um efetivo exército permanente, já que a educação de seus cidadãos era marcada por rigorosos princípios militares e hierárquicos — sobre a questão militar, lembre-se de que a seção *Olho vivo*, na página 120, trabalha com a escultura de um **hoplita**, nome que se dava aos soldados de infantaria na Grécia antiga.

A hierarquia espartana se fazia sentir, por exemplo, na importância que os homens mais velhos tinham nessa sociedade; havia, nesse sentido, uma instituição política, chamada Gerúsia, reservada somente aos homens com mais de 60 anos. A seção *Hora de refletir*, na página 132, propõe uma atividade que atualiza essa questão ao analisar o respeito à cidadania dos idosos em nossa sociedade. No entanto, é importante discutir os termos da questão com os alunos, pois os espartanos dedicavam grande respeito aos homens mais velhos em razão de uma estrutura social pautada na hierarquia e na subordinação total do indivíduo aos interesses da pólis, algo muito diferente do que existe nos dias de hoje. A fim de trazer o tema de cidadania e direitos dos idosos para ainda mais perto dos estudantes, é possível, a partir da seção *Hora de refletir*, propor uma **Atividade Alternativa**. Os alunos podem entrevistar pessoas idosas conhecidas e perguntar-lhes como eles vivem, que dificuldades enfrentam no dia a dia, se observam alguma melhora no respeito aos seus direitos nos últimos anos, etc. Depois, podem organizar essas entrevistas no formato de um livro. Cada estudante poderá, assim, ler esse material e comparar as suas entrevistas com as dos colegas, buscando diferenças e pontos em comum que ajudem a compreender a situação dos idosos em nossa sociedade.

Por fim, é importante concluir o trabalho com este capítulo e abordar a sua terceira parte, dedicada ao **Império Macedônico** e ao **helenismo**. Para além dos tópicos mais pontuais, esses assuntos são fundamentais para compreender por que a cultura, a religião e os costumes de origem grega se difundiram por uma vasta região e, conseqüentemente, perduraram no tempo. As conquistas realizadas por **Alexandre, o Grande**, propiciaram a fusão entre os conhecimentos gregos e as culturas dos povos conquistados pelos macedônios, dando origem ao helenismo. Um dos principais símbolos desse fenômeno foi a fundação da cidade de **Alexandria**, no Egito, que se tornou um centro de divulgação cultural, tornando os saberes gregos o elemento comum das pessoas cultas. Posteriormente, com as conquistas dos romanos sobre os macedônios,

o helenismo tornou-se parte do cenário intelectual romano e, através de novas fusões, se expandiu ainda mais. Esse tema é aprofundado na seção *Organizando as ideias*, na página 128, que solicita a opinião dos alunos sobre a existência, no mundo de hoje, de uma disseminação de valores e padrões de comportamento de uma cultura sobre as demais. Esta é uma questão que permite pensar, por exemplo, os mecanismos da **globalização** e os **padrões de consumo no mundo atual**, sendo possível, em diversas partes do mundo, ter acesso a referências culturais e produtos semelhantes.

Ainda sobre os macedônios, na seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 128, as atividades permitem retomar temas ligados ao pensamento histórico e que já foram abordados em procedimentos anteriores. O texto de Demóstenes e a construção conhecida como “o sarcófago de Alexandre”, cada qual a sua maneira, além de mostrarem a importância dos variados documentos para o conhecimento do passado, revelam como as informações que temos desse passado são muito diversas e baseadas em interpretações. Afinal, cada um dos documentos fornece uma imagem diferente dos macedônios, de um lado se ressalta um aspecto negativo da dominação deles sobre os gregos; do outro, elabora-se uma imagem grandiosa do imperador Alexandre.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 122)

1. a) Não. Observando o mapa, é possível dizer que a sociedade grega antiga originou-se do encontro e dos conflitos entre vários povos de origem indo-europeia a partir de 3000 a.C. O mapa mostra que o território grego foi povoado por aqueus, eólios, jônios, dórios e pela civilização minoica.
b) Os aqueus se estabeleceram no leste da península do Peloponeso, onde ergueram as cidades de Micenas e Tirinto. Os eólios ocuparam a maior parte da Grécia continental e aproximadamente metade da península do Peloponeso, além de territórios na costa da Ásia Menor. Os dórios se estabeleceram ao sul, no leste do Peloponeso e em diversas ilhas no mar Egeu, bem como na costa oeste da península Balcânica. Os jônios ocuparam uma extensa ilha a leste da Grécia continental chamada Eubeia, a região da Calcídica, a maior parte das ilhas do mar Egeu e territórios na costa da Ásia Menor. Finalmente, a civilização minoica se estabeleceu na ilha de Creta, entre os mares Egeu e Mediterrâneo.
c) É possível observar no mapa que as cidades minoicas, como Creta e Cnossos, estão localizadas em ilhas. Esse fato ajuda a entender o intenso desenvolvimento de atividades comerciais nessas cidades. Esse comércio foi possível graças à criação de embarcações muito sofisticadas e envolveu povos de diferentes culturas, como os egípcios e os mesopotâmicos.
d) Comparando os dois mapas, podemos observar que os domínios gregos expandiram-se,
2. A sociedade cretense ou minoica se desenvolveu a partir de diversas cidades que surgiram na ilha de Creta. Essas cidades se organizaram, por volta de 1450 a.C., em torno de principados independentes, submetidos ao rei de Cnossos. A pirâmide social cretense era formada, no topo, pelo rei, seguido dos nobres, dos mercadores e dos sacerdotes; abaixo, vinham os artesãos, artistas e funcionários do Estado; depois, em escala descendente, os agricultores e pastores; na base, estavam os escravos. O comércio era a principal atividade econômica das cidades cretenses. Já a sociedade micênica surgiu a partir da fundação de diversas cidades fortificadas, entre as quais Micenas, a mais desenvolvida e influente. Essa característica possibilitou o avanço e o domínio dos aqueus sobre Creta. O comércio também era a principal atividade dos aqueus e, graças a ele, conhecimentos e técnicas de outros povos foram incorporados. Já os dórios formaram uma sociedade que alcançou a supremacia na península do Peloponeso entre os séculos XII a.C. e VIII a.C., conquistando, por meio da força, inúmeras cidades e provocando mudanças significativa no modo de vida da região. Com os dórios, palácios e cidades foram destruídos e saqueados, técnicas artesanais foram abandonadas e muitos indivíduos das regiões conquistadas foram escravizados. Os dórios provocaram o declínio dos aqueus a partir do século XII a.C.
3. a) Os *genos* (ou clãs) eram pequenos grupos independentes que se formavam a partir de um ancestral familiar comum. Os chefes desses clãs que mais se destacavam nas guerras tornavam-se reis. Com o processo de sedentarização, porém, o papel dos reis-guerreiros foi enfraquecido, ao passo que os donos de terras e os conselheiros que ajudavam na administração viram seu poder e sua influência política aumentarem cada vez mais. Assim, o rei acabou afastado do poder e o governo se transformou em uma aristocracia que, em grego, significa “governo de poucas pessoas”.
b) As pólis eram as cidades-Estado gregas. Elas se diferenciavam dos *genos* por seu tamanho, já que surgiram a partir da união de diferentes *genos*. Além disso, na pólis se formou um governo mais complexo e que transformou as relações sociais existentes nas comunidades do território grego. Elas deixaram de ser baseadas num modelo guerreiro e camponês e passaram a se estruturar em torno das decisões políticas da pólis e de seus cidadãos.
c) Ser cidadão significava poder se expressar e participar das assembleias na pólis grega. Porém, nem todos os habitantes da pólis e seus arredores tinham o direito à cidadania. De forma

geral, pode-se dizer que apenas os homens livres eram considerados cidadãos, como os nobres, os proprietários de terras, os artesãos e os comerciantes. Não eram considerados cidadãos as mulheres, os estrangeiros e os escravos.

4. Esparta foi fundada pelos dórios por volta do século IX a.C. Seus governantes a mantiveram isolada das outras pólis e adotaram uma rígida disciplina militar, à qual os homens considerados cidadãos ficavam subordinados por praticamente toda a vida. Com isso, criou-se um exército permanente e disciplinado. As relações sociais e econômicas eram marcadas pela total subordinação do indivíduo ao Estado espartano. O governo era formado por dois reis, que concentravam os poderes militar, religioso e judiciário e que presidiam a Gerúsia, assembleia formada por 28 homens com mais de 60 anos (os gerontes), cujas funções eram propor leis e julgar crimes. Já Atenas foi fundada pelos jônios entre os séculos IX e VII a.C. No início, a cidade foi governada por um rei que também exercia a função de sacerdote principal. Mais tarde, o rei foi afastado e o poder político passou para as mãos da aristocracia. Posteriormente, o regime aristocrático foi substituído por uma democracia.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO (p. 123)

- a) As mulheres utilizaram diversas estratégias para se disfarçar, como deixar as axilas peludas, tomar sol para parecerem mais másculas, deixar de se depilar, usar barbas postiças, vestir roupas e calçados de seus maridos ou cruzar as pernas como homens. Além disso, uma delas pretendia fazer tricô enquanto aguardava o início da assembleia, mas foi recriminada por Valentina, já que isso poderia indicar seu lado feminino.
- b) Valentina afirma de forma muito clara que, se as mulheres revelassem qualquer aspecto feminino, seriam banidas da assembleia e não poderiam participar de suas decisões. Por meio desse recurso, o autor da peça ressalta que o espaço político da pólis era inteiramente reservado aos homens e aos aspectos masculinos da vida, enquanto as mulheres e a feminilidade não deveriam fazer parte desse mundo. Vale destacar, porém, que, mesmo sendo excluídas da vida política, as mulheres não estavam inteiramente excluídas da vida da pólis, mas desempenhavam funções relacionadas às festas religiosas e ao comércio de alimentos e perfumes.
- c) Resposta pessoal, mas é importante que os alunos reflitam sobre diversos aspectos da questão. Em primeiro lugar, é importante destacar que as mulheres têm assegurado direitos iguais tanto na escolha dos representantes políticos quanto na participação de cargos públicos. Isso, no entanto, não significa que na prática o acesso aos cargos políticos seja igualitário para ambos os sexos. A maioria dos cargos do Executivo, Legislativo e

Judiciário é ocupada por homens, apesar de as mulheres serem maioria na população brasileira. Além disso, vale destacar que no Brasil as mulheres tendem a receber um salário inferior ao dos homens mesmo desempenhando funções iguais. Outro aspecto importante para pensar os direitos políticos e sociais igualitários entre gêneros é a questão da violência. As mulheres ainda sofrem constantemente com a violência de homens, tanto no espaço doméstico quanto no espaço público, além de serem alvo de preconceitos e práticas machistas das mais variadas formas. Assim, por isso tudo, é importante ressaltar que existe uma distância entre os direitos legais e a prática cotidiana em nossa sociedade e que ainda precisamos de muitas medidas concretas para garantir a igualdade de gênero em nossa sociedade. Para aprofundar esse tema, sugerimos que os alunos consultem o site da Fundação Carlos Chagas, que apresenta diversas informações sobre a participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil nos últimos trinta anos. (Disponível em: <www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html>. Acesso em: 13 abr. 2016.)

ESQUEMA-RESUMO (p. 127)

O processo de formação da sociedade grega foi marcado pela chegada de diferentes grupos à península Balcânica e suas imediações. A primeira civilização a se estabelecer na região foi a cretense. Essa civilização controlou o comércio do Mediterrâneo até por volta do século XV a.C., quando os aqueus começaram a atacar os territórios cretenses. Os aqueus eram de origem indo-europeia e começaram a ocupar a península Balcânica a partir de 3000 a.C. Os ataques desse povo provocaram o colapso da civilização cretense. Com isso, as rotas comerciais do Mediterrâneo ficaram sob o controle dos aqueus, que o mantiveram até a segunda metade do século XII a.C. Foi nesse período que o território começou a ser ocupado por um novo povo, os dórios. Isso acabou provocando o colapso da civilização micênica e modificou profundamente as relações sociais na península. Esse acontecimento deu início ao processo de formação da civilização grega entre os séculos XII a.C. e VIII a.C. Nesse período, surgiram os *genos*, que, progressivamente, deram origem às pólis gregas. A civilização grega controlou a região até o século IV a.C., quando conflitos internos provocaram o enfraquecimento das pólis e possibilitaram a dominação macedônica. Surgia, assim, o Império Macedônico. As conquistas desse império propiciaram a difusão da cultura grega, que se misturou com a cultura dos povos dominados, dando origem à cultura helenística.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 128)

1. Nos séculos VII a.C. e VI a.C. ocorreram diversos conflitos sociais em Atenas que contribuíram para a criação das primeiras medidas reformadoras com o objetivo de transformar a organização política e

social da pólis. As medidas mais significativas foram promovidas pelo arconte Sólon e pelo tirano Pisítrato, como a proibição da escravidão por dívidas, a devolução de propriedades confiscadas aos antigos donos, o confisco de grandes propriedades dos nobres e a reforma agrária, que afetaram a organização econômica da pólis. Na política, a Eclésia assumiu poderes mais amplos e foi instituído um tribunal popular, a Bulé, cujos juízes eram escolhidos por sorteio entre os cidadãos. Tais reformas enfraqueceram os poderes da aristocracia e foram seguidas por outras medidas, em especial aquelas propostas pelo arconte Clístenes. Ele dividiu a Ática em unidades políticas e territoriais chamadas “*demos*” e garantiu a cada um deles direitos políticos que incluíam a participação direta de todos os cidadãos. Clístenes também organizou um conjunto de reformas políticas que deram grande poder à Assembleia, transformando-a no principal órgão do Poder Legislativo. A Assembleia se reunia a cada dez dias, e nela todo cidadão podia pedir a palavra, expor suas opiniões e dar seu voto. Esse novo regime era chamado de democracia, que em grego significa “governo dos *demos*”.

2. O rei Filipe II organizou um poderoso exército a partir de 359 a.C., iniciando a expansão territorial da Macedônia. Além de contar com seu exército, ele aproveitou a falta de unidade política das cidades-Estado gregas para expandir seus domínios. Em 338 a.C., Filipe II foi aclamado governante de todo o território grego por uma assembleia de cidades gregas. Apesar das conquistas, o rei foi assassinado dois anos depois e sucedido por seu filho, Alexandre, que pacificou os territórios gregos e conquistou o Império Persa, sob domínio de Dario III. Além da Pérsia, Alexandre conquistou a Síria, a Fenícia, a Palestina e o Egito, que também estavam sob domínio persa. Depois, o rei macedônico seguiu em direção ao oriente, onde venceu o exército de Dario III na Mesopotâmia e alcançou o rio Indo, na Índia, em 326 a.C.
3. Os macedônicos assimilaram a cultura grega e passaram a criar centros de irradiação cultural que promoviam a divulgação da ciência e das artes gregas nos territórios conquistados. Graças a esses centros, a religião, a cultura e os costumes gregos difundiram-se por grandes territórios, e a língua grega tornou-se o principal idioma das pessoas instruídas. Porém, esse processo não implicou a simples absorção da cultura grega nos novos territórios conquistados pelos macedônicos. Houve, também, a interação das culturas desses povos com as ideias gregas, que deu origem a novas manifestações artísticas e científicas. Essa relação entre a cultura grega e a de outros povos recebeu o nome de cultura helenística.
4. Alexandre morreu sem deixar herdeiros. Assim, com o objetivo de ocupar o lugar deixado vago pelo imperador, seus generais lançaram-se em uma sangrenta disputa pelo poder, que levou o império à fragmentação. No início do século III a.C., os territórios antes pertencentes aos domínios de Alexandre

encontravam-se divididos em três grandes reinos. Esses reinos sobreviveram por mais de um século, graças aos laços de língua, ao comércio e à cultura. No entanto, as lutas internas e o aumento da pobreza os enfraqueceram pouco a pouco. Além disso, nesse período surgiu uma nova potência no Mediterrâneo: Roma. Em 148 a.C., os romanos dominaram a Macedônia e, em seguida, a Grécia.

5. O objetivo dessa atividade é fazer com que o aluno reflita criticamente sobre as relações entre força política e difusão cultural. Em primeiro lugar, pode-se lembrar que existe hoje no mundo a disseminação de valores e padrões de comportamento de uma sociedade sobre as demais. Para nós, brasileiros, o maior exemplo é o dos Estados Unidos em relação a outros países, sobretudo aqueles em que houve maior incidência da política econômica estadunidense após a Segunda Guerra Mundial, como é o caso do Brasil e de outros países de economia periférica. Em segundo lugar, é importante destacar que a disseminação de valores e padrões faz parte de uma corrente de influências que englobam vários segmentos da vida cultural, como o cinema, a música, a moda (vestuário), a alimentação etc. Isso pode ser mais bem compreendido quando se constata o volume majoritário de filmes e músicas estadunidenses nas salas de cinema, nas redes de TV e nas emissoras de rádios do país ou nos muitos estabelecimentos *fast-food* (cuja denominação já é, em si, altamente reveladora dessas influências) instalados nas cidades brasileiras e que condicionam hábitos alimentares de uma considerável parcela da população. Em terceiro lugar, é importante lembrar que apesar da grande disseminação de uma cultura e sua influência nas demais, esse processo não ocorre apenas passivamente. A cultura brasileira, por exemplo, também modificou a cultura estadunidense, criando novas formas de expressão cultural. Exemplo disso é a música brasileira, com movimentos como o tropicalismo, que se apropriou de elementos estéticos estadunidenses, mas os dotou de novos sentidos. Assim, fica evidente que não é possível encontrar um sentido único nesse processo. Para aprofundar a questão, é interessante organizar um debate e incentivar os alunos a expor seus argumentos e a defender seus pontos de vista.
6. As fontes históricas sobre a Grécia antiga são relativamente extensas se comparadas com outros povos da Antiguidade, como os mesopotâmicos ou os fenícios. Neste capítulo, são feitas referências a documentos literários, como a *Ilíada* e a *Odisseia*, e a ruínas arquitetônicas, como as do palácio de Creta. Além disso, há documentos pictóricos, como afrescos, vasos, esculturas, entre outros.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p. 128)

1. a) Demóstenes caracteriza o rei Filipe II negativamente, afirmando que ele era, no início, um “anãozinho” e que se tornou um “gigante”. Essas características atribuídas ao rei tinham a

intenção de mostrar que Filipe II era fraco e que só se tornou poderoso pela incapacidade dos próprios gregos em resistir ao seu avanço.

- b) Para Demóstenes, o avanço dos macedônicos foi possível devido à maneira como o mundo grego estava organizado. Como as pólis não formavam uma aliança unida, o rei dos macedônicos pôde fazer o que quisesse contra cada uma delas. Isso permitiu o fortalecimento das forças de Filipe II, transformando-as em uma real ameaça ao mundo grego.
- c) A maneira como o discurso está estruturado revela a intenção do autor de fazer tanto uma denúncia da fraqueza de Filipe II quanto um alerta para a ameaça que ele representa caso não seja detido. Demóstenes afirma que o rei dos macedônicos só se tornou poderoso pelas decisões políticas das pólis gregas, que permitiram seu avanço. Assim, o discurso tinha o objetivo de criar uma aliança entre os gregos a fim de deter o avanço de Filipe II antes que ele conseguisse dominar as pólis.
2. a) O relevo representa um combate. Podemos ver três guerreiros montados em cavalos atacando animais que parecem leões. A cena foi composta para ressaltar a bravura dos guerreiros diante do animal bastante ameaçador, que ataca com ferocidade um dos cavalos.
- b) Esse adorno é um exemplo da cultura helenística por indicar a disseminação de elementos da cultura grega entre outros povos. A forma como as figuras humanas foram representadas, por exemplo, segue os padrões artísticos dos gregos. Além disso, essa obra foi pensada para homenagear uma liderança persa, reforçando a ideia do helenismo de intercâmbio cultural entre gregos e povos conquistados pelos macedônicos, até mesmo entre povos que foram historicamente adversários. Outro elemento que pode ser destacado como um exemplo da cultura helenística é a presença de leões na representação, já que esses animais não são nativos da península Balcânica. Esse aspecto ressalta que o helenismo não se deu por uma via única, mas também implicou a incorporação de elementos culturais de outros povos, além dos gregos.
- c) Sim. Pode-se formular a hipótese de que essa imagem tinha o objetivo de reforçar a autoridade de Alexandre e afirmar seu caráter guerreiro e conquistador, já que ele é representado em posição de combate, enfrentando o animal selvagem com bravura e se arriscando nesse processo. Assim, ele não se limitaria a comandar suas tropas a distância, mas está diretamente envolvido nos riscos do combate.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 129)

1. C 2. B 3. A 4. A

5. As afirmativas II e III estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra D. O erro da primeira afirmativa é indicar que os aqueus e os dórios disputaram a hegemonia da península do Peloponeso, enquanto os cretenses se desenvolviam nas ilhas do mar Mediterrâneo. Na realidade, os aqueus se tornaram hegemônicos na região após dominar as cidades cretenses. E essa hegemonia durou até as invasões dóricas, quando os aqueus foram derrotados e sua civilização entrou em colapso. Já o erro da quarta afirmativa é indicar que os aqueus eram provenientes do Egito. Eles eram um povo indo-europeu.
6. As afirmativas I e IV estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra E. O erro da segunda afirmativa é indicar que a água era o espaço no qual os trabalhadores agrícolas produziam seus alimentos. Na realidade, a água era a praça central da pólis e o espaço dedicado às suas decisões políticas. Já o erro da terceira afirmativa é indicar que o regime democrático foi estabelecido tanto em Esparta quanto em Atenas. Isso não ocorreu em Esparta, mas apenas em Atenas.

HORA DE REFLETIR (p. 132)

Espera-se que os alunos reflitam sobre a participação dos idosos em nossa sociedade. Para tanto, é fundamental que destaquem aspectos diversificados, como as condições para o exercício da cidadania, a participação política, a existência ou não de medidas para a integração e a acessibilidade dos idosos em espaços públicos, a existência de políticas culturais voltadas para esse grupo social, a maneira como eles estão inseridos em atividades produtivas ou econômicas, bem como aspectos relacionados à aposentadoria, aos programas de saúde, entre inúmeros outros. É importante destacar não apenas os pontos positivos, mas também os problemas que ainda precisam ser superados, especialmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas aos idosos para a garantia de direitos e o exercício da cidadania. Para a apresentação dos cartazes, é importante que os alunos selecionem registros visuais de modo a ressaltar as informações obtidas no debate do grupo. Para ajudar na reflexão sobre o papel dos idosos na sociedade, sugerimos aos alunos que consultem o site da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. Lá é possível encontrar uma seção com dados estatísticos e outras informações sobre os idosos no Brasil. (Disponível em: <www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa>. Acesso em: 13 abr. 2016).

■ Texto complementar

A seguir, reproduzimos um trecho do livro *O julgamento de Sócrates*, do jornalista Isidor F. Stone (1907-1989), no qual o autor, com base nas ideias de Aristóteles, apresenta as principais características da pólis grega.

Para os gregos antigos, pólis era mais do que o termo “cidade” representa para nós, que vivemos em Estados nacionais modernos. Não significava apenas meio urbano, em oposição ao meio rural. A pólis era

um Estado integralmente independente e soberano, no sentido moderno desses termos. A pólis formulava as leis que vigoravam dentro de suas fronteiras, e fazia a guerra ou a paz com outras entidades fora de suas fronteiras como bem entendia.

Mas quando afirmou, no início de sua Política, que o homem era um “animal político”, Aristóteles não se referia às manifestações externas da pólis enquanto entidade soberana, mas às relações internas que viabilizavam a existência interna da cidade. O que Aristóteles estava dizendo é que apenas o homem possuía as qualidades que tornavam possível a existência em comunidade, e para ele, como para a maioria dos gregos, a forma mais elevada de koinonia — literalmente, “comunidade” — era a pólis. Segundo Aristóteles, ela era possível porque só o homem, dentre todos os animais, possuía logos. O logos era mais do que a capacidade de falar. O termo denotava também a razão e a moralidade. [...]

Para os gregos, a pólis tinha uma característica especial que a distinguia das outras formas de comunidade humana. Era, segundo Aristóteles, “uma associação de homens livres”, ao contrário de outras formas mais antigas de associação, como a família, governada pelo patriarca, ou a monarquia, ou a relação entre senhor e escravo. A pólis se autogovernava. Os governados eram os governantes. Nas palavras de Aristóteles, o cidadão “alternadamente governa e é governado”. Tanto nas oligarquias, em que a cidadania era restrita, quanto nas democracias como Atenas, em que todos os homens nascidos livres eram cidadãos, os principais cargos públicos eram preenchidos por eleição, mas muitos outros eram ocupados por sorteio, para que todos os cidadãos tivessem as mesmas oportunidades de vir a participar do governo. Todo cidadão tinha direito de votar e de falar na assembleia na qual as leis eram elaboradas, e de participar dos tribunais que aplicavam e interpretavam essas leis. Eram essas as características básicas da política grega — ou seja, a administração das cidades gregas — muito antes do quarto século antes de Cristo, época em que Aristóteles as analisou.

STONE, Isidor F. *O julgamento de Sócrates*. Tradução de Paul Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 29-30.

Sugestões de livros

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

- Este livro apresenta as histórias dos deuses e heróis da mitologia greco-romana, o que permite compreender melhor a dimensão religiosa da sociedade grega antiga, assim como sua visão de mundo.

CANFORA, Luciano. *O mundo de Atenas*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- O livro de Luciano Canfora, filólogo, filósofo e historiador italiano, trata especificamente da cidade-Estado de Atenas e, através de uma pesquisa feita sobre documentos primários, visa desconstruir os mitos e as interpretações que se cristalizaram acerca dessa pólis.

FINLEY, Moses I. *Os gregos antigos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002.

- Obra de autoria de um dos mais famosos helenistas do mundo, o livro de Moses I. Finley realiza, através de uma divisão temática, um vasto panorama da civilização grega antiga.

_____. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- Nesta obra, o autor se dedica a trabalhar o conceito de “democracia”, estabelecendo proximidades e distinções entre as concepções antiga e moderna.

MOSSÉ, Claude. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1989.

- O historiador francês Claude Mossé aborda neste livro um período específico da história da Grécia antiga, aquele que se convencionou chamar de “arcaico”. O enfoque do autor, apesar de bastante variado, se orienta, sobretudo, pela produção literária da época.

STONE, Isidor F. *O julgamento de Sócrates*. Tradução de Paul Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- I. F. Stone, renomado jornalista estadunidense e estudioso da Antiguidade greco-romana, enfoca neste livro o tema da liberdade de pensamento por meio do julgamento de Sócrates, filósofo que, acusado de corromper a juventude ateniense com suas ideias, foi obrigado a tomar cicuta como pena de morte.

VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- Esta obra do helenista Jean-Pierre Vernant funciona como um guia de introdução à mitologia grega, reunindo histórias e mostrando como os mitos, com suas tragédias e dramas, podem se renovar constantemente nas relações que estabelecemos com o mundo que nos cerca.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- Obra de um dos maiores especialistas em história da Grécia antiga, o livro de Pierre Vidal-Naquet mostra como a concepção grega de democracia foi interpretada ao longo dos tempos de acordo com as exigências de cada momento histórico.

_____. *O mundo de Homero*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- Neste livro, Pierre Vidal-Naquet trabalha com os poemas épicos *Iliada* e *Odisseia* e com o tema identidade de Homero, estabelecendo relações com os principais pontos da história da Grécia antiga.

Sugestão de filme

Um filme falado (Manoel de Oliveira, 2002).

- O filme conta a história de uma professora universitária de História que embarca com a filha em um cruzeiro. O navio parte de Lisboa com destino a Bombaim, na Índia. Ao longo da viagem, o navio atraca em

alguns dos principais portos do mar Mediterrâneo, como Marselha, Pompeia e Atenas, lugares marcados pela cultura greco-romana clássica.

Sugestões de sites

Civilização grega. Disponível em: <www.the-maps-as-history.com/demos/tome09/1-ancient_greece_demo.php>. Acesso em: 30 mar. 2016.

- Animação (em inglês) sobre a evolução da civilização grega.

Museu da Acrópole de Atenas. Disponível em: <www.theacropolismuseum.gr/en>. Acesso em: 30 mar. 2016.

- Site oficial (em inglês) do Museu da Acrópole de Atenas. Apresenta diversas imagens e informações sobre vestígios arqueológicos relacionados ao templo ateniense.

Museu Arqueológico Nacional de Atenas. Disponível em: <www.namuseum.gr>. Acesso em: 30 mar. 2016.

- Site oficial (em inglês) do Museu Arqueológico Nacional de Atenas. Apresenta um bom conjunto de imagens e de informações detalhadas, divididas por períodos, sobre vestígios arqueológicos da Grécia antiga.

Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca). Disponível em: <<http://labeca.mae.usp.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

- Site oficial do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga e vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Nesse site é possível encontrar diversas informações sobre os projetos realizados pelo laboratório, como textos, vídeos, glossário, bibliografia, etc., relacionados à história da Grécia antiga.

CAPÍTULO 7

Os primeiros séculos de Roma

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 7, que trata dos **primeiros séculos de Roma**, trabalha desde as origens mitológicas da cidade até o estabelecimento do império, no final do século I a.C. O capítulo está dividido em seis partes. A primeira delas aborda a formação e a organização da sociedade romana; a segunda, o estabelecimento da monarquia e de suas instituições; a terceira, o período republicano; a quarta, a cultura greco-romana; a quinta, o lento declínio da república; e a sexta, por fim, a tomada do poder pelos militares romanos, que resultaria no estabelecimento do império. Apesar dessa variedade de assuntos, há um tema que vai nortear e estar presente em boa parte das discussões do capítulo, trata-se **da luta por direitos e participação política na Roma antiga**. A partir dessa orientação, é possível abordar tópicos importantes da história romana e, ao mesmo tempo, conectá-los com o eixo conceitual da Unidade 3, **direito e democracia**.

O capítulo começa com um breve comentário sobre o **mito de Rômulo e Remo**. Essa narrativa mitológica

apresenta características muito interessantes de serem abordadas em sala de aula. O mito de fundação, evidentemente, é sempre criado *a posteriori* e apresenta uma narrativa exemplar da criação de uma cidade ou um país. Nesse sentido, é possível imaginar o alcance que ele pode ter junto à população, tornando-se uma história conhecida de todos e um efetivo elemento de identidade. Contudo, os mitos também podem estar na origem de exclusões e violências contra aqueles que não participam dessa comunhão imaginária; contra aqueles, portanto, que são estranhos a essa coletividade. Acerca do caso de Rômulo e Remo, é fundamental perceber que a narrativa mitológica mostrava a ideia de que todo romano deveria defender sua cidade, nem que fosse contra seus próprios irmãos. Por meio de uma narrativa simples, difundia-se a ideia de que, para usufruir os direitos de ser um romano, era preciso estar disposto a cometer sacrifícios. O próprio mito, dessa forma, convertia-se em um elemento de cidadania. Um exemplo que pode ser citado sobre o tema se refere à organização social romana, na qual grupos de patrícios se apresentaram como descendentes de Rômulo e herdeiros do fundador para justificar seus privilégios.

Sobre a relação entre os mitos e a História, pode ser interessante organizar, com os alunos, uma **Atividade Alternativa**. Os estudantes, possivelmente, devem conhecer outros mitos, como histórias ligadas ao folclore brasileiro, aos deuses greco-romanos, às tradições afro-brasileiras ou indígenas, à fundação de alguma cidade ou país, entre outros temas. Para aprofundar o assunto, os alunos podem fazer uma pesquisa sobre algum desses mitos e, em seguida, redigir um pequeno resumo sobre ele. Depois, pode ser agendado um dia especial, no qual cada um deverá apresentar e narrar o mito que selecionou, indicando qual foi o entendimento que teve dele e se existe alguma ideia ou mensagem que perpassa a narrativa. Além disso, é importante, assim como no caso da estátua da loba romana, que os estudantes também procurem por representações de seus personagens mitológicos: podem ser desenhos, pinturas ou esculturas. No dia das apresentações, pode ser montada uma pequena exposição com essas imagens.

Ainda acerca das questões mitológicas, vale lembrar que a seção *Interpretando documentos: texto*, na página 141, analisa outro mito fundador de Roma, o poema épico *Eneida*, de Virgílio (70 a.C.-19 a.C.). Nesse poema, a origem de Roma é ligada à saga do herói troiano Eneias, que teria fugido de sua terra natal com o objetivo de fundar uma nova pátria. Percebe-se, nesse caso, como o funcionamento do mito visa conectar Roma a uma tradição cultural ampla, a um passado glorioso e respeitado, que remonta aos gregos. Sobre esse assunto, na quarta parte deste capítulo, trabalha-se com mais profundidade a **cultura greco-romana**, da qual fazia parte a “Eneida”. É importante ressaltar aqui que, ao mesmo tempo que se valorizavam a cultura e a religião gregas, os setores romanos mais tradicionais olhavam essa **helenização** com desconfiança, interpretando-a como uma deturpação das virtudes típicas de Roma.

Após esses comentários iniciais, é fundamental retomar, ao se tratar do capítulo 7, alguns assuntos que já foram abordados em outras unidades. A exemplo da

Grécia, Roma também foi criada a partir do encontro e da miscigenação de diferentes povos (sabinos, úmbrios, équos, oscos, volscos, samnitas e latinos). A formação da cidade se deu por volta do século VII a.C., quando os **etruscos** invadiram a região do **Lácio**, impuseram seus costumes e unificaram todos os vilarejos em torno de uma única cidade, que viria a ser Roma.

Como já foi comentado no capítulo 5, os etruscos eram conhecidos por produzirem objetos de marfim e metal (ouro, bronze, prata e ferro), que comercializavam na região do mar Mediterrâneo. Eram também exímios engenheiros e urbanistas. Construíram túmulos suntuosos para seus mortos e introduziram, na península Itálica, o artifício arquitetônico dos arcos de volta perfeita.

Estabelecer essa retomada dos conteúdos é um movimento pedagógico fundamental, para dar continuidade e circularidade aos assuntos abordados em sala de aula. A História, apesar de extremamente diversa, não surge aos olhos dos alunos como uma série de fatos fragmentados e desconexos. No caso dos etruscos, por exemplo, os dados que apareceram anteriormente têm seu sentido ampliado neste momento. Lembre-se de que, com a unificação de Roma, houve uma fusão entre os alfabetos etrusco e grego, o que está na origem do alfabeto latino. Esse é um assunto que também já foi trabalhado no capítulo 5, quando se estudaram os fenícios. E, ao longo da Unidade 2, foi constantemente reafirmado que as obras de estrutura feitas nas cidades antigas e a criação de mecanismos culturais padronizados, a exemplo do alfabeto, são elementos de grande importância para o estabelecimento de poderes centralizados e organizações sociais complexas. E esse será o caso de Roma.

Ao longo das aulas, pode-se sempre ressaltar como a história dos primeiros séculos de Roma foi marcada pela luta interna por direitos políticos e sociais. A tensão era candente, sobretudo, entre **patrícios** e **plebeus**. Nesse sentido, lembre-se de que a **República Romana** – tema da terceira parte do capítulo – foi fundada no final do século VI a.C., quando os etruscos foram expulsos do Lácio, em uma ação coordenada pelos patrícios, mas que contou com o fundamental apoio da plebe. No que se refere aos plebeus, portanto, criou-se uma grande desproporção entre deveres e direitos. A frustração deles se fazia sentir, por exemplo, no que se refere à **escravidão por dívidas** e ao **serviço militar**. Sobre o serviço militar, é importante ressaltar que ele era uma condição da grandeza de Roma. Afinal, mesmo que parte significativa da expansão romana se devesse à **diplomacia**, que agia por meio de tratados e acordos, e à **expansão da cidadania aos povos conquistados**, a parte mais evidente das conquistas se dava por meio de guerras. Dessa forma, o **censo militar**, que ocorria a cada cinco anos, era um mecanismo fundamental para o governo romano. A seção *Olho vivo*, na página 138, apresenta um relevo do século II a.C. que representa um desses censos. Nessa imagem, fica perceptível a complexidade do evento, que envolvia uma forte dimensão religiosa. Outro aspecto que fica perceptível é a desigualdade presente no serviço militar, haja vista que os mais ricos ficavam com os postos na cavalaria e os demais eram

encaminhados à infantaria. Percebe-se, assim, como os plebeus que lutavam pela expansão romana o faziam sem seus direitos assegurados e dentro de uma lógica de patente desigualdade (ver *Texto complementar*).

Professor, levando em conta a idade de seus alunos e sabendo que em breve eles atingirão a faixa etária do serviço militar, pode ser interessante realizar, nesse momento, uma **Atividade Alternativa**. Sempre pensando na relação entre temporalidades diversas, pode-se realizar um debate em sala de aula acerca do serviço militar no Brasil e, no caso dos rapazes, da sua obrigatoriedade. Qual é a opinião dos alunos sobre esse assunto? Hoje, as diferenças sociais ainda pesam no momento do serviço militar? Há pertinência na obrigatoriedade? Alguém pensa em servir o Exército de maneira voluntária? Alguna das meninas tem interesse nesse tipo de atividade? Ao final da atividade, é importante organizar as informações do debate em gráficos ou tabelas, indicando quantos alunos são a favor do serviço militar, quantos querem participar, quantos têm membros da família que já serviram o Exército, entre outros índices.

No que se refere às lutas por direitos na Roma antiga, é preciso ressaltar como a situação de desigualdade que vigorava na República Romana resultou em revoltas plebeias, sobretudo com o grande enriquecimento dos patrícios por causa da expansão das fronteiras. As revoltas plebeias foram contornadas por meio de reformas legais, sobretudo com a criação do **Tribunato da Plebe**, em 493 a.C., o que permitiu aos plebeus fazer frente ao **Senado** e aos **magistrados**. Os plebeus também conseguiram acabar com a escravidão por dívidas, derrubar as barreiras que proibiam o casamento entre plebeus e patrícios e a aprovação de um código de leis, chamado Lei das Doze Tábuas (sobre o qual há um boxe na página 139). Posteriormente, já no século IV a.C., conquistaram o acesso às magistraturas, o ingresso de representantes no Senado e a possibilidade de transformar em leis as resoluções tomadas em forma de **plebiscito**. Essa breve narrativa das conquistas plebeias revela dois fatores. Primeiro, como a luta por direitos é sempre um processo, marcado por avanços e recuos, por vitórias e derrotas. Segundo, a importância dos textos legais, pois são eles que, ao menos em termos oficiais, tornam a paulatina conquista dos direitos concreta. Isso permite retomar o exemplo da **Constituição**, abordado no *Procedimento pedagógico* anterior, na abertura da Unidade 3. Se um código legal é desrespeitado na prática cotidiana, isso não significa que ele seja ilegítimo; como temos visto, as leis escritas são resultados de processos de luta e, de fato, podem servir de base para novas conquistas.

Em razão dos direitos conquistados, em meados do século II a.C., alguns plebeus se consolidaram como uma nova classe, a **nobreza**. A fim de aliviar o crescente clima de tensão nas cidades, os nobres promoveram a conhecida política do **pão e circo**, que se baseava em espetáculos esportivos e festivos e na distribuição de esmolas e alimentos aos plebeus mais pobres. Sobre esse tema, é importante ressaltar que **a dimensão que os esportes, as festas populares, os meios de comunicação e a política assistencialista têm no mundo atual**

é muito diferente do que acontecia em Roma. Além disso, as atividades lúdicas têm grande importância na vida do ser humano, funcionando não somente como formas de diversão, mas também como maneiras de se relacionar com o mundo e com a sociedade.

Na Roma antiga, a principal reação ao crescimento das desigualdades sociais ficou a cargo dos irmãos **Tibério e Caio Graco**, que, como tribunos da plebe, lutaram por uma distribuição de terras mais justa, que pusesse fim ao êxodo rural e limitasse as propriedades rurais. Os irmãos Graco, em seu combate contra os desmandos do Senado, foram brutalmente assassinados. Paralelamente a isso, além da mobilização dos plebeus, ocorreram revoltas de escravos. A mais famosa delas foi a Revolta de Espártaco, tratada com mais detalhes no boxe da página 145 e na seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 148. O declínio da República Romana se consolidou com a ascensão dos militares ao poder, tema da sexta e última parte do capítulo. A disputa extremamente violenta entre os generais, que passaram a governar Roma por meio dos **triumviratos**, e que terminou por instaurar, no final do século I a.C., o Império Romano, evidencia como a luta por direitos pode ser imperfeita, contraditória e marcada pela violência. A seção *Hora de refletir*, na página 152, que fecha o capítulo, atualiza essa questão e propõe uma atividade acerca das atuais formas de luta dos movimentos sociais. Nesse sentido, ressalte-se que, hoje em dia, se as mobilizações sociais são mais organizadas e menos violentas do que na Roma antiga, isso é um sinal de humanização dos debates, e não de acomodação ou passividade.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 140)

1. O avanço dos etruscos fez com que as diversas aldeias independentes de itálicas que viviam na região do Lácio fossem unificadas na forma de uma grande cidade. Isso implicou a imposição dos costumes etruscos, bem como do seu governo monárquico para a região. A sociedade etrusca estava dividida em quatro grupos sociais principais: os patrícios eram os grandes proprietários de terra, que detinham o poder político e econômico na cidade; os plebeus eram os comerciantes, os artesãos e os pequenos proprietários, que não tinham direitos políticos nem podiam se casar com patrícios, mas cuja participação era obrigatória no exército; os clientes eram ex-escravos ou filhos de escravos nascidos livres, que mantinham relações de dependência com os patrícios, de quem recebiam terras para cultivar e que deviam substituir nas convocações para a guerra; os escravos, que eram capturados em guerras ou por dívidas.
2. Em latim, República significa coisa pública (*res publica*). Uma das características dessa forma de governo é a escolha dos governantes por um período determinado, em contraste com a monarquia, na qual o rei governa até a morte, a menos que seja deposto ou abdique do trono. A República Romana se baseava numa complexa estrutura político-administrativa formada pelo Senado, pela Magistratura e pelas

Assembleias. A Magistratura era responsável pela administração, sob a liderança de dois *cônsules*, eleitos anualmente para cuidar das questões administrativas e do comando do exército. O Senado concentrava a maior parte do poder político e era formado por membros das famílias patrícias. Os senadores eram vitalícios, faziam as leis e tomavam as decisões políticas mais importantes. Finalmente, as Assembleias completavam o poder da república, elegendo os cônsules e tomando diversas decisões.

3. a) O avanço romano se deu a partir da criação de uma poderosa força militar e da formação de alianças com povos que aceitavam sua liderança. Isso permitiu, inicialmente, a conquista de toda a península Itálica, entre 272 a.C. e 265 a.C., que estava ocupada por etruscos no norte e colônias gregas no sul. Depois da conquista da península Itálica, Roma passou a conquistar territórios na região do Mediterrâneo, como as cidades-Estado gregas e Cartago. Dessa forma, Roma se tornou a potência dominante na região do Mediterrâneo nesse período.
- b) O avanço territorial romano possibilitou o crescimento das riquezas e dos privilégios dos patrícios, especialmente em razão da expansão do número de escravos que esse grupo social controlava. Já os plebeus não se beneficiaram desse processo, enfrentando apenas o crescimento das desigualdades sociais. Isso provocou diversas revoltas plebeias. Como a base do exército era formada por plebeus, em 494 a.C. eles se negaram a continuar combatendo em nome da república, exigindo o direito de participar da vida política de Roma. Essa situação obrigou os patrícios a realizarem reformas políticas e sociais para ampliar os direitos dos plebeus e melhorar suas condições de vida.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO (p. 141)

- a) Espera-se que os alunos associem a narrativa de Troia com a tradição cultural grega, o que indica o valor dessa cultura para o desenvolvimento da cultura romana. Assim, associar a fundação de Roma com as ações de um herói de um importante episódio da história dos gregos era uma maneira de indicar a continuidade dessa tradição na própria história dos romanos.
- b) Virgílio não descreve a fundação de Roma como o resultado da pura ação humana, mas como a combinação de ações humanas e divinas. O herói e fundador de Roma, Eneias, chegou à região onde se localiza a cidade de Roma por conta do destino, um elemento divino. Além disso, ele sofreu como brinquedo nas mãos dos deuses. Porém, mesmo assim foi capaz de fundar a cidade e prestar homenagem aos seus deuses.
- c) A narrativa de Virgílio é diferente daquela proposta pelos historiadores. Enquanto o poeta identifica a fundação de Roma com um passado

antigo e glorioso, por meio das ações de um herói troiano, os historiadores explicam a fundação de Roma a partir da ocupação da península Itálica por diferentes povos, em especial as ações dos etruscos, que unificaram diferentes aldeias e originaram a cidade de Roma.

SUA COMUNIDADE (p. 143)

Esta atividade pretende levar o aluno a refletir sobre a coleta e o tratamento do lixo na cidade em que vivem, em geral sob responsabilidade das prefeituras municipais, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Limpeza Urbana ou de Serviços Públicos. Em geral, as prefeituras oferecem informações sobre esse tema na internet ou por meio de um serviço telefônico. Além disso, há legislação federal sobre o tratamento dos vários tipos de lixo (como o lixo hospitalar, industrial, doméstico e, recentemente, o lixo eletrônico, composto de computadores, televisores, etc.). Unidos dessas informações, os alunos podem identificar pela observação direta como se realiza a coleta de lixo nos locais onde moram, por exemplo, se há caminhões da prefeitura diferenciados para a coleta seletiva. Outro dado importante a ser trabalhado é o fato de que não é apenas o serviço público que cuida do lixo, especialmente nos grandes e médios municípios. Há, por exemplo, catadores de material reciclável que circulam pelas ruas com suas carroças, recolhendo papelão, plástico, vidro e latinhas de alumínio. Nos depósitos de lixo também podem ser encontradas pessoas que separam e vendem uma parte dos resíduos (caso não haja coleta seletiva), além de reutilizarem roupas e outros objetos encontrados no lixo. Além disso, existem diversos depósitos privados que compram o material reciclado para revendê-lo a usinas de tratamento ou a setores da indústria que o reaproveitam. Também é importante mostrar aos alunos que, em geral, as pessoas mais pobres, que quase sempre moram em regiões com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, são as mais prejudicadas pelos problemas ambientais porque estão mais vulneráveis ao excesso e ao acúmulo de lixo. A coleta, por exemplo, costuma ser mais precária nos bairros mais afastados dos centros urbanos ou dos bairros com mais infraestrutura. Entretanto, todos os moradores do município sofrem com a falta de uma política urbana eficiente e capaz de coletar e tratar o lixo corretamente. Professor, você pode ainda propor aos alunos uma reflexão sobre ações individuais ou coletivas que interajam no quadro apresentado. Pode-se, por exemplo, pensar na separação doméstica do lixo, no debate com as autoridades do município sobre a coleta seletiva ou em uma ação coletiva que denuncie algum problema identificado pelo grupo.

SUA COMUNIDADE (p. 146)

Esta atividade tem por finalidade incentivar a pesquisa sobre os movimentos migratórios internacionais e como isso tem se manifestado na sociedade brasileira, em especial na comunidade em torno da escola (ou do lugar onde o aluno mora). Pretende-se que o aluno

seja capaz de identificar grupos e pessoas que precisaram migrar, apontando as causas que provocaram esse deslocamento, bem como a maneira como elas foram recebidas em nossa sociedade. Nesse caso, é especialmente importante destacar os direitos que lhes são garantidos pelo Estado brasileiro, mas também as oportunidades de inserção desses grupos na sociedade. A atividade pode ser dividida em quatro etapas: 1) identificar e mapear a existência de imigrantes na cidade em que os alunos vivem; 2) distribuir e planejar as atividades de pesquisa (entrevistas, leitura dos documentos escritos, registros fotográficos das organizações, contribuições culturais dos imigrantes, etc.); 3) realizar a pesquisa, preferencialmente, por meio de visitas dos alunos às instituições responsáveis pela acolhida aos imigrantes; 4) finalmente, os alunos devem apresentar os resultados da pesquisa à classe. Professor, caso não existam imigrantes na comunidade em torno da escola, é possível propor a pesquisa sobre os fluxos migratórios que se direcionam ao Brasil. Nesse caso, pode-se lembrar da vinda de grandes grupos de haitianos, de sírios, entre outras pessoas de países que enfrentam conflitos ou problemas sociais.

ESQUEMA-RESUMO (p. 147)

A monarquia romana teve início a partir da unificação promovida pelos etruscos das aldeias existentes na região do Lácio em apenas uma cidade. Esse período foi marcado por uma sociedade dividida em quatro grandes grupos (patricios, plebeus, clientes e escravos) e pela existência de um governo monárquico, mas que era acompanhado por instituições políticas como o Senado. O período monárquico se encerrou após uma sublevação de patricios, que derrubou a monarquia e instaurou o novo governo. Já a república foi marcada pelo fim do poder monárquico e pela divisão do poder político em diferentes instituições, como o Senado, a Magistratura e as Assembleias. Além disso, a sociedade romana passou a ter novos grupos sociais, como os nobres e os cavaleiros. O período republicano chegou ao fim após a intensificação dos conflitos sociais, que provocaram o fortalecimento dos generais e culminaram em uma guerra que derrubou a república e instaurou o império em Roma.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 148)

1. A política do “pão e circo” baseava-se em duas ações articuladas da nobreza: a distribuição de esmolas e alimentos (trigo, por exemplo) aos pobres e a organização (financiamento) de festas e espetáculos com gladiadores que atraíam grande número de plebeus. Com essa política, a nobreza pretendia conquistar o apoio dos plebeus mais pobres e, assim, ter maior controle do Senado e dos principais cargos da Magistratura. Além disso, a política do “pão e circo” contribuiu para amenizar as tensões sociais na República Romana.
2. Tibério Graco, eleito tribuno da plebe em 133 a.C., defendia uma reforma agrária que limitava

o tamanho da propriedade da terra e, com isso, evitasse o êxodo rural. Ele e seus seguidores foram assassinados pelos senadores, que eram donos dos maiores latifúndios de Roma. Anos depois, seu irmão, Caio, foi eleito tribuno da plebe com o propósito de retomar as lutas de Tibério. Caio Graco propunha que as principais decisões da república não ficassem mais nas mãos do Senado, mas fossem tomadas em uma assembleia popular. Em 121 a.C., Caio foi morto em uma emboscada. A morte dos Graco agravou ainda mais as desigualdades sociais e as tensões entre o povo e a aristocracia, levando a guerras civis que duraram quase um século.

3. O crescimento das desigualdades sociais em Roma provocou uma crescente crise na república. Para tentar desviar a atenção popular dos efeitos da crise, os senadores ampliaram as campanhas militares romanas. Entretanto, o êxito dessas campanhas elevou também o prestígio dos generais, que passaram a se envolver mais diretamente na política. Em algumas décadas, alguns desses generais assumiram o controle do Estado, o que enfraqueceu ainda mais as instituições republicanas.
4. Ao assumir o poder como ditador vitalício, Júlio César assumiu para si vários cargos e funções, como os de cônsul, Pontífice Máximo e supremo comandante militar, já que tinha o apoio do exército e de diversas camadas sociais. Com ele, teve início a personificação do poder do Estado. César não era representante específico de nenhum grupo social nem tinha interesse nas instituições republicanas. Suas medidas econômicas e sociais, como a distribuição de terras e a ampliação da cidadania, foram tomadas segundo seu critério e vontade. Essas medidas eram vistas por muitos como uma tentativa de acabar com a república e implantar uma nova monarquia. Ainda que grupos tenham tentado barrar a concentração de poderes assassinando César, isso não impediu que um novo general assumisse o poder em Roma, o sobrinho de César, Caio Otávio.
5. a) Durante a monarquia, apenas os patrícios eram considerados cidadãos. Isso se alargou durante a república, quando os plebeus também conquistaram a cidadania. Porém, a maior parte da população, composta de povos das regiões conquistadas pelos romanos, nunca teve acesso a esse direito.
- b) Os escravos originários das conquistas militares tornaram-se a principal força de trabalho na República Romana. Eles eram responsáveis pelas atividades agrícolas, pela produção artesanal nas cidades, pelo trabalho doméstico e até mesmo por atividades educacionais. Os escravos desempenharam importante papel no processo de expansão da economia romana. Porém, além de não terem liberdade, os escravos eram submetidos a péssimas condições de vida, o que contribuiu para a eclosão de revoltas frequentes. Muitas delas eram reprimidas rapidamente,

com a morte dos escravos envolvidos. Outras, porém, duravam anos e envolviam milhares de cativos. A rebelião de Espártaco, por exemplo, ocorreu entre 73 a.C. e 71 a.C. e envolveu cerca de 60 mil escravos, que chegaram a vencer várias legiões romanas.

- c) Nossa noção de cidadania está baseada na igualdade de todos. Isso implica que toda a população de um país precisa de direitos e de liberdades para praticar a cidadania, sem o que a democracia não poderia funcionar plenamente. Assim, pode-se dizer que a noção romana de cidadania não estaria de acordo com a que temos hoje num ambiente democrático.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p. 148)

1. a) Segundo Plutarco, a derrota de Espártaco ocorreu por causa da insubordinação de seus homens. A vitória na batalha anterior fez com que os escravos ficassem arrogantes e passassem a desobedecer seus chefes. Com isso, eles acabaram se dirigindo ao encontro das tropas romanas, sendo derrotados.
 - b) De acordo com Apiano, a batalha foi marcada por grande bravura e resistência por parte dos escravos, especialmente do líder Espártaco, que continuaram lutando mesmo feridos. O restante do exército de Espártaco só entrou em pânico após a morte de seu líder. Apesar do massacre, os escravos conseguiram impor grande resistência e matar cerca de mil soldados romanos.
 - c) O texto de Plutarco expressa uma visão negativa das forças de Espártaco, na medida em que elas se tornaram desobedientes. Além disso, é possível afirmar que ele também representa os líderes da revolta negativamente, dado que eles não conseguiram manter a autoridade e perderam o controle de suas forças. Já Apiano representa os escravos como um grupo de combatentes corajosos, apesar da derrota que os romanos lhes impuseram.
2. a) Na imagem, é possível observar os deuses lado a lado, abraçados. Isso indica que eles formam um casal. Na frente dos deuses é possível observar uma carruagem sendo puxada por cavalos. Além dos dois deuses em destaque na imagem, é possível observar outros seres, em tamanho reduzido, bem como algumas embarcações e animais marinhos. Essas características podem indicar que tais divindades tinham relações com os mares e os seres que neles vivem.
 - b) Espera-se que os alunos identifiquem que Netuno era uma das principais divindades greco-romanas. Chamado pelos gregos de Poseidon, o deus Netuno era irmão de Júpiter e uma das divindades associada ao mundo aquático. Além dele, existiam os deuses Oceano, Tétis e outras divindades que comandavam os mares e os rios.

Netuno era invocado pelos navegantes e pelos negociantes para proteger as viagens e garantir sucesso na travessia dos mares. Já Anfitrite era a filha de Nereu e uma ninfa por quem Netuno se apaixonou. Isso a transformou na rainha dos mares.

- c) A helenização de Roma foi a lenta transformação da cultura romana sob forte influência das tradições culturais, religiosas e artísticas da Grécia antiga. Esse processo se acentuou a partir do século III a.C. Valores estéticos e princípios filosóficos foram incorporados pela cultura romana; artistas plásticos e escultores gregos eram imitados em Roma; os filhos de muitos patrícios eram educados por escravos ou cidadãos gregos. Além disso, a religião romana foi enriquecida com práticas e deuses originários da Grécia. Netuno é um exemplo disso, já que era uma divindade originalmente dos gregos e que foi incorporada ao panteão de deuses romanos.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 150)

1. B 2. V, F, V, F 3. B 4. B
5. Apenas as afirmativas III e IV estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra E. O erro da primeira afirmativa é apontar que o rei romano governava sozinho e hereditariamente. Ele dividia o poder com o Senado e era esta instituição que escolhia o novo rei quando morria o anterior. Já o erro da segunda afirmativa é indicar que o Senado só surgiu durante a república, quando ele era uma das instituições políticas já existentes durante a monarquia.
6. Apenas as afirmativas I e II estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra D. O erro da terceira afirmativa é indicar que todos os conflitos sociais envolveram patrícios e plebeus. É preciso lembrar que ocorreram revoltas e conflitos envolvendo outros grupos, como é o caso das revoltas de escravos. Já o erro da quarta afirmativa é apontar que Júlio César foi coroado imperador e que depois dele todos os governantes de Roma eram generais. César foi assassinado e não foi coroado imperador. Também nem todos os imperadores foram generais antes de ocupar o poder em Roma.

HORA DE REFLETIR (p. 152)

1. O objetivo da atividade é que os alunos identifiquem práticas utilizadas pela população, especialmente pelos grupos marginalizados da sociedade, para lutar por direitos e por ações que diminuam as desigualdades sociais. Nesse sentido, vale destacar que, atualmente, os movimentos sociais não costumam adotar estratégias violentas para alcançar seus objetivos, mas buscar instrumentos democráticos e outros meios para pressionar a opinião pública. Como exemplos podemos citar a organização de protestos, marchas, caminhadas, a publicação de manifestos e outros textos, a utilização das redes

sociais como maneira de compartilhar ideias e organizar a luta política, as greves e outras formas de impedir a continuidade da rotina normal de trabalho, os protestos nos espaços legislativos (câmaras municipais, assembleias legislativas, câmara dos deputados ou senado), a ocupação de espaços (como as terras devolutas ou prédios abandonados), entre outras possibilidades. Caso julgue oportuno, é possível solicitar aos alunos que leiam suas respostas e debatam com os colegas as ideias apontadas. Isso é um modo de socializar as ideias e aprofundar o tema coletivamente.

2. O objetivo desta atividade é refletir sobre o papel da democracia e dos direitos do cidadão no mundo contemporâneo, com base na abordagem de dois assuntos polêmicos: o futebol e os programas de televisão. O futebol, como a televisão, são fenômenos de massa, isto é, envolvem milhões de pessoas, exigem certa padronização dos comportamentos e movimentam vultosos recursos financeiros. Ambos se alimentam de certo “fanatismo”: as torcidas organizadas de futebol e os telespectadores de alguns programas (como as telenovelas). Pode-se apontar que existem pessoas que se envolvem profundamente com o futebol ou se tornam “dependentes” de programas de televisão, desinteressando-se de outras manifestações da vida em sociedade, como o teatro, a literatura, o cinema, as exposições e a atividade política. Por outro lado, pode-se lembrar também que o futebol tem um papel importante na construção da identidade individual e coletiva e pode ser um caminho para estimular discussões que vão além do esporte, inclusive temas relacionados à cidadania (ocupação do espaço público, importância de atividades esportivas como forma de socialização, entre outros). Além disso, no âmbito do futebol, não são poucas as reflexões sobre a condução política dos clubes, a relação entre os homens de negócios e os atletas, entre políticos e times de futebol, etc. A televisão também pode ser pensada como um espaço de difusão cultural importante, especialmente quando estimula a criação de programas jornalísticos mais comprometidos com a investigação social e com práticas de cidadania, mas também por meio de filmes e outras obras culturais relevantes. Assim, é importante perceber que o futebol e a televisão podem tanto afastar como aproximar as pessoas de reflexões políticas, e é importante considerar isso durante os debates.

■ Texto complementar

O texto a seguir foi retirado do artigo “O cidadão romano na república”, de Maria Luiza Corassin, uma das principais pesquisadoras brasileiras dedicadas ao estudo de Roma antiga. Nele, a autora trata de alguns aspectos do sistema de cidadania romana e da importância do censo de maneira geral.

Para obter a adesão e o consenso dos cidadãos, é preciso atender ao interesse de cada um, mediante uma moral coletiva, que os envolve desde a infância, transmitindo

o espírito cívico, de sacrifício e resignação. Se os encargos forem mal repartidos, a adesão se quebra e os laços cívicos se rompem. Portanto, a distribuição do ônus deve ser equilibrada, com alternância dos encargos; nem todos os encargos para uns e nem todos os benefícios para os outros. Os romanos sabiam que tinham um sistema sólido e estruturado, ao procurar distribuir as vantagens e os inconvenientes de modo proporcional.

A massa de cidadãos participa pouco da atividade diretiva, pois são excluídos da minoria governante, encarregada dos comandos militares, das magistraturas e que engloba os membros do Senado. Mas todos os cidadãos são eleitores, participando da escolha de magistrados e também diretamente da aprovação de leis nas assembleias do povo. É preciso reconhecer, porém, que o voto é mais eficaz para os mais ricos.

O sistema romano era baseado em uma operação fundamental, o census, na qual eram levados em consideração inúmeros fatores determinantes: a idade, o sexo, a origem, o local de nascimento, a família, o mérito e a riqueza dos cidadãos. Esses critérios definem a opinião de todos sobre cada um e a posição de cada um na comunidade.

O censo, ou seja, o recenseamento dos cidadãos era realizado periodicamente pelos magistrados encarregados, os censores, que distribuem a cada um o papel exato a ser desempenhado na vida cívica: o posto no exército, o montante do tributo a ser pago, mas também o grau de participação nas deliberações políticas e o acesso às honras da cidade. Os honores (as dignidades) e os onera (os encargos ou obrigações) eram distribuídos proporcionalmente. Os encargos militares e fiscais recaíam mais pesadamente sobre os mais ricos, poderosos e bem-nascidos; os que têm algo a defender são os bons soldados e contribuintes leais. Em compensação, nas assembleias, eles têm mais influência. Esses são os princípios que podem nos parecer pouco democráticos, mas é preciso lembrar que a república olhava com desconfiança a igualdade entre os cidadãos uma vez que estes ocupavam posições diferentes e desiguais.

CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na república. In: *Projeto História*. PUC/SP. n. 33, dez. 2006, p. 278.

Sugestões de livros

CORASSIN, Maria Luiza. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- O livro de Maria Luiza Corassin se dedica ao tema da reforma agrária, abordando os projetos, os debates e os conflitos que emergiram dessas tentativas de reforma.

_____. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2004.

- O livro traça um panorama da sociedade e da política romanas, tratando de suas instituições, grupos sociais e práticas, desde a monarquia até o império.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2002.

- O livro de Pedro Paulo Funari, com base em um enfoque bastante didático, tenta esclarecer os motivos

pelos quais ainda é fundamental continuar a estudar as sociedades gregas e romanas da Antiguidade, mostrando como essas culturas atravessam séculos e problematizam o presente.

VEYNE, Paul. *O Império Greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

- Neste livro, Paul Veyne defende a tese de que se deveria estudar gregos e romanos antigos como constituintes de um mesmo império. O historiador mostra como a divisão entre eles se deu por conta da universidade francesa, que criou uma cátedra para cada assunto.

_____. *Pão e circo*. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

- A obra de Paul Veyne faz uma análise minuciosa da prática conhecida como “pão e circo”. Desconstruindo a visão estereotipada sobre o assunto, o autor contextualiza historicamente essa prática, indicando que ela poderia ter sentidos que iam muito além da simples manipulação da massa.

Sugestões de filmes

Cleópatra (Joseph L. Mankiewicz, 1963).

- Uma das mais grandiosas produções já feitas pelo cinema estadunidense, o filme narra as estratégicas relações de Cleópatra com Júlio César e, depois, Marco Antônio.

Júlio César (Stuart Burge, 1970).

- Filme que trata da vida e do drama de Júlio César, dando ênfase, sobretudo, à traição que o levou à morte.

Sugestões de sites

Roma. Disponível em: <www.the-map-as-history.com/demos/tome12/12_03_founding_of_rome_downfall_empire.php>. Acesso em: 31 mar. 2016.

- Animação em inglês sobre as origens, o auge e a desagregação do Império Romano do Ocidente.

Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (Larp). Disponível em: <www.larp.mae.usp.br/>. Acesso em: 31 mar. 2016.

- Site do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial dedicado ao estudo dos vestígios encontrados nas antigas regiões de dominação romana, dentro e fora da esfera do mar Mediterrâneo. O Larp é vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Nesse site é possível encontrar diversos recursos sobre Roma antiga, como publicações, imagens, dados de pesquisas, interatividade 3D, bibliografia, etc.

CAPÍTULO 8

Império Romano e Império Bizantino

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 8, que trata dos Impérios Romano e Bizantino, está dividido em quatro partes. A primeira

delas aborda os tempos iniciais do Império Romano; a segunda, as invasões e a divisão do império; a terceira, o Império Bizantino; a quarta, por fim, o declínio do Império Bizantino e a tomada de Constantinopla. Apesar da variedade de assuntos, alguns aspectos vão estar presentes em boa parte das discussões deste capítulo, como a **migração, a diversidade e a intolerância**. Esses temas, todos relacionados entre si, serão fundamentais, por meio da problematização histórica, para aproximar os assuntos do capítulo dos debates do tempo presente. Com isso, é possível dar um fechamento ao eixo conceitual da Unidade 3, **direito e democracia**.

No início do capítulo 8, propõe-se uma reflexão acerca do atual fluxo de migração para o continente europeu, originário principalmente do Oriente Médio e do norte da África. A pobreza e os violentos conflitos políticos e religiosos são alguns fatores que forçam muitas pessoas a abandonar seu país natal e seguirem rumo ao estrangeiro em busca de melhores condições de vida. Atualmente, com a guerra civil síria e o avanço de grupos radicais islâmicos, cresce drasticamente o número de imigrantes que tentam ser acolhidos em outros lugares, principalmente na Europa. As difundidas cenas de desespero e violência, como as embarcações superlotadas no mar Mediterrâneo e o fechamento de fronteiras no leste europeu, chocam cada dia mais o mundo. Na mesma proporção, crescem os casos de xenofobia e de preconceito contra os imigrantes. As dúvidas e os dilemas que surgem dessa trágica situação são prementes: o que fazer para ajudar esses e outros imigrantes e refugiados? Como garantir a eles uma vida digna e o direito de ir e vir?

Sobre esse assunto, na página 160, há uma atividade intitulada *De olho no mundo*, na qual se pede aos alunos que realizem um trabalho acerca das migrações contemporâneas, abarcando-as em sua ampla variedade (motivos, origens e destinos).

Percebe-se, assim, como é absolutamente fundamental tratar desses assuntos dentro de uma problemática histórica. Os Impérios Romano e Bizantino, inseridos no eixo conceitual da Unidade 3, permitem essa reflexão, mas desde que isso seja feito levando-se em conta a dialética de temporalidades e evitando aproximações arbitrárias entre realidades distintas. Dessa forma, sobre a primeira parte do capítulo 8, pode ser interessante dar destaque ao tema **intolerância religiosa** que se fez sentir no começo do Império Romano, sobretudo contra os **cristãos**.

Otávio, além de ter sido aclamado imperador pelo exército, em 27 a.C., recebeu do Senado os títulos de **Augusto e Sumo Pontífice**, o que deixa claro como, mais do que um cargo político, o posto imperial trazia consigo uma importância religiosa, dado que o imperador era venerado como um deus. A religião no Império Romano, portanto, tinha certa dimensão oficial, o que tornava suspeitas quaisquer manifestações e doutrinas que surgissem de maneira autônoma. Contudo, desde o fim do período republicano, ganhavam espaço entre a população ideias religiosas que defendiam o aperfeiçoamento interior e a vida após a morte. A mais importante delas foi o **cristianismo**. Essa nova doutrina entrou em desacordo tanto com os sacerdotes judeus,

que não reconheciam Jesus como o Messias enviado por Deus, quanto com as autoridades romanas, que só reconheciam o imperador como possuidor de um caráter divino. O cristianismo, contudo, se espalhou por diversas regiões do mundo, sendo muito influente no ocidente—haja em vista, por exemplo, nossa própria maneira de medir o tempo, que se divide antes e depois do nascimento de Cristo. É importante ressaltar que esse momento inicial de perseguição ao cristianismo aconteceu em um período da vida política romana marcado pela violência, quando eram frequentes as perseguições, conspirações e assassinatos.

Na página 155, junto ao box *Difusão do cristianismo*, há uma atividade, intitulada *Sua opinião*, que atualiza o tema da intolerância religiosa. Nessa tarefa, fala-se das perseguições religiosas que acontecem no Brasil, mesmo que a Constituição assegure a **liberdade de culto**. A atividade *Hora de refletir*, na página 170, também aborda a intolerância religiosa no Brasil e no mundo, ressaltando os perigos que esse tipo de ação representa para a democracia no mundo atual. Ainda sobre esse tema, pode ser interessante organizar uma **Atividade Alternativa**. No Brasil, para combater atitudes discriminatórias, foi criado, em 27 de dezembro de 2007, por meio da **Lei 11 635, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa**, que se celebra todos os anos no **dia 21 de janeiro**. Os alunos, divididos em grupos, podem realizar pesquisas para investigar qual o motivo da escolha do dia 21 de janeiro para essa celebração. Nesse dia, em 2000, faleceu a Iyalorixá Gildásia dos Santos e Santos, conhecida como Mãe Gilda, que fora, no ano anterior, vítima de graves agressões físicas e verbais por causa de sua religião. Depois, podem escrever uma dissertação que comente as seguintes questões: a) Por que é importante o estabelecimento de datas especiais, como o Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa? b) Por que são criados mecanismos legais contra a discriminação religiosa, como a Lei 11 635? c) Os mecanismos legais, por si só, podem acabar com a intolerância religiosa? Com essa atividade, os alunos poderão pensar sobre a importância da criação de dias de consciência e de leis de combate aos preconceitos. Como afirmamos anteriormente, se não bastam as leis e as datas comemorativas para acabar com as práticas discriminatórias, isso não significa que elas sejam desimportantes, posto que representam uma iniciativa importante do poder público, com dimensões práticas e simbólicas fundamentais na vida das pessoas.

Antes de tratar da segunda parte do capítulo, é importante fazer algumas breves considerações sobre as concepções que se criaram acerca da **crise do Império Romano**. Como uma grande potência territorial e militar pôde ruir e se fragmentar, lançando a história ocidental nos tempos da “Idade Média”? É importante ter consciência de que existe, por trás desse tipo de reflexão, um debate historiográfico que tem suas origens no Renascimento e que atravessou séculos, ganhando contornos nacionalistas na Europa do século XIX, quando se buscavam tradições histórico-culturais para embasar os Estados nacionais que se afirmavam. Aquilo que se pensa como a passagem da Antiguidade clássica para a época medieval talvez seja um dos

momentos mais fundamentais para se entender a maneira como pensamos a História. Na seção *Você sabia?*, na página 159, fica claro como a noção de “Idade Média” é uma convenção historiográfica criada com nítidas intenções políticas e culturais e que, hoje, é utilizada como um recurso didático, e não como uma definitiva divisão temporal (ver *Texto complementar 1*).

Nesse sentido, é sempre importante matizar a famosa ideia das **invasões bárbaras**, termo que se tornou um efetivo chavão para se pensar o declínio de Roma. Esse tipo de formulação dá conta apenas de uma parte da História (sobretudo no que se refere ao substantivo invasão), e não de toda a crise do Império Romano. No final do século II, a **pax romana** dava claros indícios de que não duraria para sempre; algumas fronteiras do império começaram a ser transpostas por povos vindos do norte da Europa e da Ásia, a quem os romanos chamavam, depreciativamente, de **bárbaros**. Note-se que a prática de desqualificar estrangeiros como bárbaros não foi criada pelos romanos; o termo já era utilizado pelos gregos para designar pessoas que não falavam seu idioma e que, portanto, seriam incompreensíveis e incapazes de partilhar de seus padrões culturais. Na seção *Interpretando documentos: imagem*, na página 161, trabalha-se com um detalhe da Coluna de Trajano, do século II, na qual se representa o imperador Trajano recebendo cabeças de guerreiros drácios, povo considerado bárbaro. Trata-se de uma imagem que revela claramente como os romanos se julgavam superiores em relação aos “bárbaros” e que nos faz pensar a respeito da linguagem que empregamos ao pensar a História.

A concepção de “invasões bárbaras”, portanto, revela-se equivocada na medida em que faz uso de um adjetivo carregado de sentido depreciativo. Além disso, ela encobre séculos de História e uma grande variedade de povos — no boxe *Invasões ao Império Romano*, na página 160, apresenta-se essa diversidade de povos que adentraram no território imperial romano.

Por fim, a terceira parte do capítulo 8, que trata do Império Bizantino. No plano externo, o imperador **Justiniano**, que assumiu o posto em 527, foi responsável, após fortificar as fronteiras e fortalecer o exército, por expandir as fronteiras bizantinas, avançando sobre o norte da África e a península Itálica. Em 550, chegou a conquistar parte da península Ibérica. No plano interno, seu governo se dedicou a restaurar valores do antigo Império Romano; sua principal medida foi sistematizar, em um código, os preceitos legais do direito romano. Em 529, o **Código Justiniano** tornou-se público, e, em 533, foi divulgado outro conjunto de leis, o **Digesto**. Além disso, durante o governo de Justiniano foram reestruturadas escolas de Direito e produzidos manuais sobre a legislação bizantina. Ainda nos dias de hoje, o direito europeu e o fundamento de muitas leis ocidentais estão baseados no legado jurídico do Império Bizantino (ver *Texto complementar 2* ao final das orientações desse capítulo).

Essa questão dos direitos legais abre um precedente para trabalhar com o fechamento da Unidade 3. Na seção *Fechando a Unidade*, na página 171, são apresentados dois documentos: o trecho de um relatório feito pelo Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD) (**Documento 1**) e uma charge feita pelo cartunista Carlos Amorim (**Documento 2**). Ambos tratam de um tema comum: a importância da internet na política atual, sobretudo na mobilização de grupos sociais. No relatório do PNUD, aponta-se como a internet potencializou o debate sobre a tomada de decisões em questões globais cruciais. Há, assim, uma hiperconectividade de grupos diversificados e a rápida troca de informações, que contribuem para o surgimento de novas formas de solidariedade em escala internacional. As redes sociais, ao possibilitar novas formas de mobilização, que escapam do controle estatal e das estruturas partidárias, foram fundamentais, por exemplo, para os movimentos que ficaram conhecidos como “Primavera Árabe”. Na charge, mostra-se como essas redes sociais se transformam em efetivos instrumentos de luta contra a repressão, ampliando a capacidade de arregimentação e de denúncia. Se isso tem um lado positivo, tal como expresso nos dois documentos, é importante ressaltar, também, que existe um lado negativo. A mobilização pela internet se faz de maneira diluída, podendo ser excessiva e anônima. Com isso, podem diminuir a capacidade de triagem e interpretação de informações, assim como desvirtuar-se o comprometimento público e a responsabilidade de quem se envolve nas lutas sociais e políticas. Nesse sentido, em vez de se estruturar uma mobilização construtiva e democrática, ocorre exatamente o contrário. Os inúmeros casos de racismo nas redes sociais, que ocorrem com frequência no Brasil, são um exemplo disso. Ficam evidentes, portanto, as potencialidades e os riscos que a internet representa no mundo atual.

SUA OPINIÃO (p. 155)

Nesta atividade, espera-se que os alunos reflitam coletivamente sobre os limites da tolerância religiosa no mundo contemporâneo e, especialmente, no Brasil. O direito legal à diversidade religiosa é algo bastante recente na história do país. Até o fim do império, a Igreja católica e o Estado estavam juridicamente ligados e a prática das demais religiões era proibida no espaço público, sendo somente permitido seu culto doméstico. Atualmente, o Estado deve assegurar a liberdade religiosa, garantindo que todos pratiquem publicamente suas religiões, sem precisar ocultar suas escolhas religiosas ou praticá-las apenas no interior do espaço doméstico. Porém, há ainda muito preconceito e intolerância entre pessoas de religiões diferentes. A desconfiança, os estereótipos e as anedotas depreciativas em relação a grupos minoritários, como judeus e muçulmanos, revelam um tipo de tratamento desigual. As representações sobre cultos afro-brasileiros também mostram sinais de intolerância. Em termos comparativos, não há mais ações organizadas pelo Estado de perseguição religiosa, como no Império Romano, mas certos preconceitos, atitudes violentas ocasionais e rivalidades ainda precisam ser vencidos para que possamos viver em uma sociedade que seja tolerante com a diversidade religiosa.

Pretende-se com esta atividade propiciar uma reflexão sobre o papel do Direito nas sociedades contemporâneas, especialmente no Brasil. Nesse caso, é importante que os alunos reflitam que a existência das leis por si só não é garantia de que todos sejam beneficiados por elas, e que, por isso, é necessário refletir sobre o acesso igualitário ao Direito e às leis. É importante observar que esse acesso ao Direito é muitas vezes desigual, já que muitas pessoas, por exemplo, encontram dificuldades para serem juridicamente representadas por advogados ou outras figuras que possam garantir a realização das medidas previstas nas leis. Outra situação que demonstra o acesso desigual às leis é quando o Direito é utilizado para garantir a manutenção do *status quo*, beneficiando poderosos grupos econômicos ou dificultando a atuação dos movimentos sociais e das organizações sindicais. Ainda assim, há muitas situações nas quais o Direito também pode contribuir para combater a desigualdade, criando estratégias de distribuição de renda, garantindo o uso social da terra e da riqueza produzida no país e combatendo a impunidade. Por isso, é fundamental que o acesso ao Direito seja democratizado em nosso país, contribuindo para que as leis sejam utilizadas para diminuir as diferenças sociais e garantir maior inclusão social.

DE OLHO NO MUNDO (p. 160)

Enquanto os fluxos de capital e de informações se globalizaram nas últimas décadas, em certas regiões do mundo o controle sobre as fronteiras se tornou mais rigoroso. Esse controle tem dificultado a migração de pessoas dos países empobrecidos ou mergulhados em anos de guerra civil para países mais desenvolvidos, à procura de emprego ou simplesmente para proteger a própria vida e a de seus familiares. Essa situação criou o “imigrante ilegal”, que atualmente abarca milhões de pessoas em todo o mundo. Além da figura do imigrante ilegal, existe a crescente quantidade de refugiados, indivíduos que precisaram fugir das regiões onde viviam para escapar da violência, de perseguições ou de violações aos direitos humanos. Atualmente, existe um grande número de refugiados que se dirigem aos países da União Europeia, mas também para outras regiões do mundo, inclusive o Brasil. Segundo dados de 2015, o número de refugiados que vivem no Brasil dobrou em apenas quatro anos. Apenas o conflito na Síria fez com que, também em 2015, cerca de 3,6 milhões de refugiados chegassem à Turquia, ao Líbano e à Jordânia. Os intensos fluxos migratórios, sejam eles de imigrantes ilegais, refugiados ou mesmo de pessoas que migram voluntariamente e de acordo com as regras de imigração dos países de destino, têm provocado muitos debates e contribuído para que muitos países criassem medidas políticas para conter a entrada de estrangeiros. Nesse sentido, espera-se que os alunos reflitam sobre o tema e levantem dados que ajudem a entender a dinâmica migratória contemporânea, bem como a maneira como ela afeta

a política e as relações sociais em diversas partes do planeta. Para ajudar a orientar essa temática, sugerimos os artigos “Refugiados ou imigrantes? A discussão sobre os termos para descrever a crise”, disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1674827-refugiados-ou-imigrantes-a-discussao-sobre-os-terminos-para-descrever-a-crise.shtml>; “Por que é que ninguém chama refugiados aos imigrantes da América Central?”, disponível em: <www.publico.pt/mundo/noticia/porque-e-que-ninguem-chama-refugiados-aos-imigrantes-da-america-central-1707691>; e “Os países que mais recebem refugiados sírios”, disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/os-paises-que-mais-recebem-refugiados-sirios.html>>. Acessos em: 13 abr. 2016.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 161)

1. O governo de Otávio foi marcado por inúmeras reformas na sociedade romana. Quando assumiu o poder, ele manteve o Senado e os cônsules, símbolos importantes da república, mas também tomou medidas para ampliar seus poderes, destituindo senadores acusados de corrupção, perdendo as dívidas dos camponeses com o Estado, criando um tribunal que julgava casos corriqueiros, distribuindo alimentos e recursos para os pobres e incentivando os espetáculos públicos. Isso lhe garantiu estabilidade para governar por um longo período. Seu sucessor foi Tibério, que governou entre 14 e 37. Nos 31 anos seguintes, houve uma sucessão de imperadores que enfrentaram problemas diversos, como perseguições, assassinatos e conspirações. Esses imperadores perseguiram e condenaram muitas pessoas à morte e foram vítimas também de práticas violentas para tomar o poder. Calígula, por exemplo, foi assassinado e Cláudio foi envenenado pela própria mulher.
2. Do ponto de vista cultural, pode-se dizer que, durante o Império Romano, houve o desenvolvimento de uma produção literária e artística com características próprias, tipicamente romanas, separando-se da forte influência grega. Surgiram poetas como Virgílio, e também muitos outros escritores, filósofos e historiadores importantes. Na arquitetura, a invenção de arcos sustentados por pilares permitiu a construção de pontes e aquedutos, e a invenção do cimento impulsionou a construção de grandes edifícios. O período imperial também foi marcado pelo desenvolvimento e pela sistematização do Direito Romano, que se tornou um modelo de referência à Justiça ao longo da História. Outro aspecto importante, do ponto de vista cultural, foi a difusão do cristianismo no território romano. Isso provocou uma lenta mudança nas práticas religiosas do império até que o cristianismo se tornou a religião oficial dos romanos.
3. a) O primeiro mapa representa o território romano no auge da *pax romana*, período de esplendor do império, que foi alcançado graças à dominação militar de muitos povos e ao controle

das fronteiras romanas. Pode-se observar esse aspecto no mapa pelo tamanho do território ocupado pelos romanos, que, nesse período, alcançou sua maior extensão. Já o segundo mapa representa o período de crise do império, com o fracasso no controle das fronteiras, motivado por crises políticas, econômicas e sociais. É possível observar, no mapa, a intensa movimentação dos povos germânicos, que invadem e circulam por todo o Império Romano.

- b) A maioria dos povos que invadiram o Império Romano do Ocidente era de origem germânica. No entanto, havia também povos de outras origens, como os hunos, apontados no mapa. Antes das invasões, os germanos habitavam uma extensa região a leste e ao norte do Império Romano. Em sentido norte-sul, essa região ia desde o mar do Norte até o mar Negro. As invasões ao império foram provocadas, por um lado, pelas incursões dos hunos sobre a planície russa e a Europa oriental, que forçaram diversos grupos germânicos que viviam na região a migrar para dentro do Império Romano; por outro, pela crise interna do império, que enfraqueceu as defesas militares, diminuindo a proteção das fronteiras romanas e, assim, facilitando a penetração de povos germânicos. Os grupos que viviam para além das fronteiras do império eram chamados pelos romanos de bárbaros. A expressão vem do grego e significava, a princípio, “não grego”, mas foi incorporada pelo idioma latino e passou a designar os “não romanos” e, em consequência, “não civilizados”. Até hoje, a palavra “bárbaro” tem um sentido negativo e depreciativo.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM (p. 161)

- a) A Coluna de Trajano é um monumento que celebra a vitória militar dos romanos sobre os dácios. Por isso, ela passa a ideia de superioridade dos romanos em relação aos povos germânicos, não apenas do ponto de vista cultural, mas também bélico, já que os dácios aparecem derrotados e mortos (cabeças arrancadas). A superioridade implica a ideia de que qualquer resistência dos germânicos ao avanço romano seria punida com grande ferocidade, como mostra a cena dos cavaleiros romanos segurando as cabeças de seus inimigos.
- b) Espera-se que os alunos identifiquem que a Coluna de Trajano é um monumento que destaca o poderio militar dos romanos durante a *pax romana*. Esse é o momento no qual o império atravessava um período de estabilidade e esplendor, conquistado principalmente pela dominação de povos em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da África. Nesse sentido, os romanos se apresentavam como a cultura superior em relação aos povos chamados por eles de bárbaros. Dessa forma, a paz era uma imposição da força

e quem não a aceitasse seria punido com violência. Nesse caso, pode-se imaginar que uma das finalidades da Coluna de Trajano era reafirmar esse princípio e transmitir a mensagem de que qualquer outro povo que agisse como os dácios, ou seja, que resistisse à dominação romana, seria punido de maneira exemplar e derrotado no campo de batalha.

ESQUEMA-RESUMO (p. 166)

A expansão territorial e o esplendor cultural do Império Romano ocorreram durante o período conhecido como *pax romana*. Nesse momento, o império atravessou uma grande estabilidade política e conseguiu expandir suas fronteiras por um grande território na Europa, na África e na Ásia. Os povos germânicos foram submetidos e precisaram aceitar uma paz imposta pela força. Além disso, surgiram novas cidades e o modo de vida dos romanos foi adotado nas mais distantes províncias do império. Porém, a *pax romana* chegou ao fim no século II por causa, principalmente, das primeiras invasões de povos vindos do interior da Europa e, depois, da Ásia. Além disso, a estabilidade política foi substituída por crises e tensões dentro do império, que levaram à sua fragmentação e, posteriormente, à queda do Império Romano do Ocidente. Já no caso do Império Romano do Oriente, o período de maior expansão e esplendor ocorreu durante o governo do imperador Justiniano. Nesse período, os bizantinos ocuparam territórios na África, na Ásia e em algumas regiões da Europa. Após a morte de Justiniano, os imperadores que o sucederam não conseguiram manter a unidade do império e foram perdendo territórios nos séculos seguintes. Esse processo ocorreu até 1453, quando a própria cidade de Constantinopla foi tomada pelos turcos otomanos, marcando o fim do Império Bizantino.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 167)

1. O cristianismo surgiu num contexto em que parte da população romana começava a seguir doutrinas religiosas que defendiam o aperfeiçoamento interior e tinham a crença na vida após a morte. Os primeiros praticantes do cristianismo seguiam os ensinamentos de Jesus e sofreram perseguições das autoridades romanas por serem vistos como uma ameaça pelos grupos dominantes. Porém, aos poucos, esses seguidores se espalharam por várias regiões do império e se disseminaram entre a população romana. Aos poucos, o Império Romano se converteu ao cristianismo, que se transformou na religião oficial do território romano. No Império Bizantino, o cristianismo também foi importante, sendo que o basileu, principal liderança da Igreja, assumiu tanto a autoridade política quanto religiosa. Dessa forma, havia uma associação entre o poder político e a autoridade de Deus, e exaltar o Estado era uma maneira de respeitar e glorificar ao próprio Deus cristão.
2. No final do século II, o Império Romano experimentou um turbulento processo de desagregação, provocado

por uma crise interna e invasões germânicas. Com o intuito de controlar a crise, o imperador Teodósio dividiu o império entre seus dois filhos: Honório tornou-se soberano do Império Romano do Ocidente, cuja capital era Milão, e Arcádio, imperador do Oriente, cuja capital era Constantinopla. Entre os séculos IV e V, a crise do Império Romano do Ocidente aprofundou-se por conta das invasões germânicas, levando à sua ruína no final do século V. Nesse mesmo período, o Império Bizantino se consolidou como uma potência importante na Ásia e no mundo mediterrâneo.

3. O poder político no Império Bizantino se estruturou segundo o modelo de uma autocracia absoluta, na qual o imperador detinha autoridade máxima sobre assuntos políticos, administrativos e legais, mas também tinha plena autoridade como chefe da Igreja. Essa condição de líder político e chefe da Igreja não se configurou do mesmo modo no Império Romano do Ocidente. Ainda que o imperador romano tivesse grandes poderes, ele não dispunha dessa autoridade quase irrestrita do basileu bizantino. Vale lembrar que, durante o período imperial, o Senado continuou a existir e manteve seu papel na administração do território do Império Romano do Ocidente.
4. O esquema deverá evidenciar a organização fortemente hierarquizada da sociedade bizantina. Em seu topo estavam o imperador e sua família. Abaixo, a nobreza urbana (comerciantes, donos de oficinas, banqueiros e altos funcionários públicos) e a nobreza rural dos grandes proprietários de terras. Depois, vinham os trabalhadores livres e, na base da sociedade, os servos presos à terra e os escravos.
5. Com o governo de Justiniano, o Império Bizantino se consolidou como uma potência importante na Ásia e no mundo mediterrâneo. Foi nesse governo, a partir de 527, que os bizantinos conseguiram levar adiante o projeto de reconstrução do Império Romano, que tinha desmoronado em razão das invasões germânicas. Para isso, o imperador fortificou suas fronteiras e começou um movimento de expansão territorial, conquistando territórios na África, na península Itálica e na península Ibérica. Além disso, Justiniano criou medidas para organizar a administração do território e fortalecer o controle político do império. Porém, após sua morte, os imperadores que o sucederam não conseguiram manter a unidade do território que ele conquistara. Assim, teve início o longo declínio do Império Bizantino, marcado por crises internas, revoltas e conflitos religiosos.
6. A arte bizantina sintetizou características do cristianismo, do helenismo e do orientalismo, ostentando um ar majestoso que procurava representar poder e riqueza. Sua grandiosidade pode ser observada no estilo arquitetônico das igrejas e nas pinturas e mosaicos que decoravam o interior desses edifícios. Os monges especializaram-se na elaboração de **ícones**, pinturas que representam figuras sagradas do cristianismo. Comumente, essas figuras eram imperadores e seus familiares, pois, no Império

Bizantino, eles encarnavam não apenas o poder político, mas a própria presença divina na Terra.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p. 167)

1. a) Sêneca oferece sua obra ao imperador com a justificativa de que ela poderia funcionar como um espelho para encaminhá-lo ao bom governo. Nesse caso, a metáfora do espelho é especialmente importante, na medida em que Sêneca indica que o imperador poderá contar com uma espécie de imagem da conduta correta. Caso ele siga a imagem que está proposta nesse espelho, fazendo de sua vida o mesmo modelo de conduta moral que aquele proposto pelo filósofo, poderá alcançar a vida virtuosa e se tornar um bom governante para seu povo.
- b) Sêneca defende que o imperador é a alma da república (entendida aqui não como um modelo de governo, mas como a comunidade de indivíduos sob a autoridade do imperador). Por isso, a república só será virtuosa na medida em que as ações do imperador também o forem. Assim, ainda que todas as virtudes formem um conjunto harmonioso, para um governante a clemência é especialmente importante, já que ela fará reinar a felicidade e a paz no reino. A clemência é o contrário da condenação brutal, ou seja, está assentada no controle da cólera (raiva) para não punir ninguém injustamente e saber perdoar aquelas ofensas que merecem o perdão do governante. Esse tipo de pensamento, que defende que o bom governante é aquele que adota um modelo de virtude moral, foi denominado “ideologia do bom governante” por Marilena Chauí. O trecho a seguir, que pode ajudar na reflexão da atividade, desenvolve esse tema: “As qualidades morais da *romanitas* [daquilo que é próprio aos romanos], por serem atribuídas exclusivamente ao patriciado, jamais à plebe, levaram Cícero e o filósofo estoico Sêneca à imagem da virtude como qualidade moral própria do bom governante e à elaboração da teoria do bom governo ou do príncipe (o primeiro dos cidadãos) virtuoso, as virtudes principais sendo a justiça, a coragem, a fortaleza, a clemência, a liberalidade, a honra, a fama e a glória. A República Romana criava homens virtuosos e estes perpetuavam a república; era causa e efeito da *romanitas*. A ideologia do bom governante descreve o dirigente perfeito como aquele movido pelo desinteresse pessoal e pela dedicação à coisa pública, homem racional e sereno —, capaz de promover o bem maior da república, isto é, a união e a concórdia, vencendo o perigo maior que ronda a cidade, a sedição causada por facções. Em outras palavras, diante da realidade conflituosa das lutas sociais e econômicas romanas — a plebe contra o patriciado, o campo contra a cidade, o Senado contra cônsules e imperadores, o exército contra o Senado —, a ideologia

romana produz a imagem da boa sociedade, “sem tensão e sem facção”⁵”.

- c) Após a morte de Augusto e de Tibério, o Império Romano foi governado por alguns imperadores que acabaram envolvidos em conspirações e assassinatos. Assim, Calígula condenou à morte um grande número de pessoas, Nero chegou ao poder após sua mãe envenenar o imperador anterior e também perseguiu e reprimiu um grande número de pessoas, especialmente os cristãos. Assim, apesar das recomendações em favor da clemência e da paz, pode-se dizer que os imperadores do período não se enquadrariam naquilo que Sêneca entendia como um modelo de virtude moral para o governante.
2. a) Na imagem, é possível observar o imperador Justiniano do lado esquerdo, segurando uma construção com uma grande abóboda e que lembra uma igreja ou basílica. Do outro lado, vemos o imperador Constantino, que traz em suas mãos o que parece uma cidade fortificada ou um castelo. Com base nisso, podemos dizer que essas construções são, respectivamente, a Basílica de Santa Sofia e a cidade de Constantinopla. Ambas as construções estão consagradas à Virgem Maria, já que lhes foram oferecidas como presentes pelos dois imperadores.
- b) Espera-se que os alunos identifiquem que os dois imperadores são representados como homens sagrados na medida em que eles estão presenteando a Virgem Maria com duas importantes construções. Assim, as realizações de ambos não se limitam a feitos terrenos, mas são ações dedicadas diretamente a Deus. Nesse caso, a autoridade dos imperadores extrapola a autoridade puramente humana, tornando-se também uma autoridade concedida por Deus para realizar grandes feitos em seu nome.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 168)

1. E 2. C 3. A
4. Todas as afirmativas são verdadeiras; assim, a opção correta é a letra D.

HORA DE REFLETIR (p. 170)

Esta atividade solicita aos alunos que reflitam sobre a ameaça que a intolerância religiosa representa ao funcionamento da democracia e ao bem-estar de diferentes grupos sociais. A proposta é que os alunos percebam que a democracia só pode funcionar efetivamente em um ambiente que tolere toda forma de diversidade religiosa. A partir disso, os alunos deverão pesquisar exemplos concretos de situações de intolerância no Brasil e no mundo. É possível lembrar,

por exemplo, os conflitos entre judeus e palestinos, as guerras entre os Estados Unidos e países muçulmanos, como o Iraque e o Afeganistão, os conflitos na Síria, os ataques terroristas em Paris, a intolerância aos muçulmanos na Europa, o preconceito que os praticantes de religiões afro-brasileiras sofrem em nosso país, entre outros exemplos. Todo tipo de violência religiosa acaba sendo também uma violência contra a diversidade e contra o direito das pessoas de acreditarem naquilo que desejam, por isso é sempre uma ameaça ao funcionamento democrático de nossas sociedades. Com base nos exemplos, espera-se que os alunos montem cartazes que reflitam sobre como a tolerância resulta no fortalecimento da democracia e no respeito entre os indivíduos. Ao final do trabalho, pode-se expor o mural em um espaço de maior visibilidade dentro da escola, a fim de destacar a importância da temática e estimular novas reflexões dentro do espaço escolar.

FECHANDO A UNIDADE (p. 171)

O fechamento dos trabalhos da Unidade 3 pode ser feito com base na releitura do texto de abertura da unidade (na página 110), retomando os conceitos de democracia, cidadania e direito (discutidos durante as aulas), o que favorecerá uma análise crítica dos documentos 1 e 2 dessa seção.

1. O texto de abertura afirma que a democracia tem por base a realização dos direitos humanos em geral, e não apenas o direito de eleger representantes ou manifestar opiniões políticas. Isso significa que a democracia está voltada essencialmente para diversas formas de ação centradas na garantia de maior igualdade social. Nesse sentido, o relatório destaca um ponto muito importante: a possibilidade de a sociedade civil se organizar para lutar por mudanças e pressionar os Estados no sentido de obrigá-los a garantir a realização desses direitos. Esse tipo de ação está em profunda sintonia com a ideia de democracia apresentada no texto de abertura. De acordo com o relatório, as redes sociais desempenham um papel importante nesse movimento de pressão da sociedade civil, já que elas possibilitam a reverberação muito mais ampla de insatisfações e de mobilização social. Exemplo disso são as manifestações ocorridas em países nos quais os governos não respeitam os direitos humanos. Assim, espera-se que os alunos identifiquem que o sentido mais amplo de democracia envolve a participação intensa dos cidadãos, indo muito além da simples escolha de representantes. A ideia é que a democracia está associada à cidadania, e esta se manifesta na organização da sociedade na luta por direitos.
2. O cartunista apresenta na charge uma situação de confronto entre manifestantes e as forças policiais. Estas estão armadas e se dirigem contra os manifestantes. Para se proteger da opressão policial, os manifestantes seguram escudos feitos de logotipos

⁵ CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 216-217.

de algumas redes sociais. Com isso, o cartunista transmite a ideia de que as redes sociais podem ser importantes meios de denúncia e mobilização social, fornecendo um contraponto à opressão policial e às violências que o Estado realiza para conter manifestantes que pedem mudanças sociais. Assim, as redes sociais seriam instrumentos que podem ser utilizados por manifestantes, por ativistas e pela sociedade civil em geral com finalidades democráticas.

3. A democracia social envolve os direitos trabalhistas (descanso remunerado, limitação da jornada de trabalho, férias, aposentadoria, licença-maternidade, etc.) e os direitos à educação, à saúde, ao bem-estar, à moradia digna, à justiça, ao trabalho etc. Num país com muitas desigualdades sociais e, portanto, muita pobreza, esses direitos sociais não são assegurados a todos. Enquanto os mais ricos têm fácil acesso a eles — seja por meio do mercado (escolas particulares, hospitais privados, universidades, planos de saúde, etc.), seja por meio do Estado —, os mais pobres são marginalizados. Assim, a desigualdade impede que a democracia seja vivenciada em todos os âmbitos da sociedade e por todos os seus integrantes. De acordo com o relatório e a charge, existe a necessidade de mobilização social para garantir que os direitos políticos sejam convertidos também em direitos sociais, a fim de minimizar as desigualdades sociais e criar uma sociedade mais justa e que respeite os direitos humanos. Nesse caso, as novas ferramentas que permitem a manifestação dos indivíduos são importantes, já que elas podem ajudar a pressionar governos e mudar políticas. Um exemplo disso são as tecnologias de comunicação, como é o caso das redes sociais. Porém, é importante lembrar que não basta se manifestar nas redes sociais para reivindicar mudanças, mas também é necessário que a sociedade se mobilize efetivamente, por meio de manifestações públicas, de ações para pressionar os representantes eleitos ou mesmo de revoltas populares.
4. Resposta pessoal. Pode-se, entretanto, estimular os alunos a refletir sobre suas próprias práticas sociais. A respeito dessas questões, é muito comum que, a princípio, todos apresentem soluções ou práticas “abstratas”, relacionadas aos “políticos”, ao “governo” ou simplesmente aos “outros” ou a “todo mundo”. Por isso, seria interessante conduzir a reflexão para questões mais diretas, envolvendo a prática social dos alunos no ambiente escolar ou na comunidade. Assim, podem surgir questões efetivas que contribuam para transformar a prática em sala de aula ou na escola. Diante disso, o tema da democracia pode se tornar menos abstrato, reduzido às altas esferas do poder ou à vida adulta. A transformação de práticas cotidianas pode ensinar muito mais sobre o conceito de democracia do que a formalização abstrata desse conceito.

■ **Texto complementar 1**

O trecho a seguir foi retirado do livro *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*, do historiador

francês Ferdinand Lot (1866-1952), escrito entre 1913 e 1921. Nessa emblemática passagem, é possível perceber como a ideia de uma transição entre a Antiguidade e a Idade Média foi um tema que gerou debates e importantes reflexões sobre o pensamento histórico, assim como sobre o ensino escolar de História.

Que a Idade Média não veio a suceder-se bruscamente à Antiguidade parece-me, a priori, um tanto evidente. A própria noção de um período intermediário entre os tempos antigos a época moderna levou algum tempo a surgir. Entrevista talvez desde o século XVII, só veio, contudo, a ser aceita pela ciência numa data recente.

Durante longo tempo, os historiadores limitaram-se a desenvolver suas narrações sem se preocuparem em operar uma pontuação cronológica, sem sentirem necessidade de se deterem numa ou noutra pausa de primordial importância. Quando o conceito de medievalismo veio impor-se à atenção de todos e de cada um — há apenas um século —, o dogma da evolução, da transformação lenta e contínua da natureza e da humanidade levou ao menosprezo do problema da descontinuidade, de tal modo que as oposições cardinais entre o período ao qual convém reservar o termo “Antiguidade” e os tempos subsequentes teriam, sem dúvida, continuado a ser ignorados se não houvesse a necessidade de operar, adentro da narração histórica, determinado tipo de demarcações para fins pedagógicos. Infelizmente, essas divisões cronológicas para fins escolares foram feitas com tão pouco tato, ou até, por vezes, de um modo tão ridículo, que acabaram por comprometer toda e qualquer tentativa de discriminação entre a Antiguidade e a Idade Média.

Contudo, esta separação corresponde a uma realidade, e seria perigoso recusarmo-nos a operá-la. Se é verdade que o rio do tempo flui com um movimento contínuo, também é verdade que a velocidade de seu curso nem sempre é igual: ora diminui ao ponto de seu movimento ser quase imperceptível, parecendo ser possível resumir em algumas páginas a narração de vários séculos, ora avoluma desmesuradamente o seu caudal, ferveilha e desaparece a longe, obrigando o historiador, como que esmagado pela abundância dos fatos que, rápidos, fluem em tumultuoso cachão [borbotão], a ter de passar toda uma vida ocupado em traçar o quadro de umas quantas jornadas revolucionárias.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Tradução de Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 13.

■ **Texto complementar 2**

Veja algumas características da sociedade bizantina no excerto abaixo, da obra *O Império Bizantino*.

É essencial lembrar que “bizantino” não tem conotação étnica, mas civilizacional, correspondendo aos indivíduos de fala grega (ainda que seu idioma materno fosse outro) e religião cristã ortodoxa. Assim, tal grupo de indivíduos (racialmente gregos, egípcios, asiáticos, semitas, eslavos) variou ao longo da história bizantina, conforme as alterações territoriais e/ou religiosas ocorridas no império. Por exemplo, grande

parte da população do Egito e da Síria, grupo humano dos mais importantes nos primeiros séculos da vida de Bizâncio, ao ser submetida pelos árabes muçulmanos, mudando conseqüentemente seu idioma e sua religião, perdeu a condição de bizantino. [...] De fato, o termo “bizantino” foi vulgarizado apenas a partir do século XVI, depois do desmembramento do império, que em vida se via como herdeiro e continuador do Império Romano.

Aquilo que se tornou conhecido por Império Bizantino era na origem o Império Romano do Oriente (Grécia, Egito, Síria-Palestina, Mesopotâmia, Ásia Menor). [...] Bizâncio uniu através de uma língua e uma determinada maneira de sentir e de pensar povos que nada tinham de comum entre si. Ao longo de sua história, aquele Estado foi aos poucos mesclando suas raízes latinas com os elementos grego-orientais há muito enraizados naqueles territórios, surgindo assim uma civilização nova, original, com personalidade própria. Por isso mesmo, suas relações com o ocidente medieval sempre foram difíceis. A língua grega, uma vida material faustosa, uma cultura refinada, a concepção de um imperador visto como vice-rei de Deus, eis alguns dos elementos inconcebíveis para os ocidentais e que os afastavam dos bizantinos. [...]

Contudo, os ocidentais não podiam deixar de se espantar diante do esplendor de Constantinopla. Revelando surpresa, o cronista francês participante da Quarta Cruzada confessou: “Não creio que nas 40 cidades mais ricas do mundo houvesse tantos bens como se encontram em Constantinopla”. [...] A atividade cultural era naturalmente intensa, e o ocidente, apesar de seus preconceitos e resistências, acabou absorvendo muito da cultura bizantina. [...] O Direito Romano, que a própria Itália esquecera durante a Alta Idade Média, foi redespertado no ocidente através da compilação e sistematização que dele mandara fazer o imperador bizantino Justiniano. [...]

FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *O Império Bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-10.

Sugestões de livros

FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *O Império Bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- Nesta obra são analisadas, a partir de um enfoque bastante didático, as principais características religiosas, políticas, econômicas, sociais e culturais do Império Bizantino.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- Esta edição apresenta parte do clássico estudo de Edward Gibbon, que foi publicada em seis volumes entre 1776 e 1778, no qual o autor trata, sobretudo, da crise do Império Romano, mostrando como isso se deu pela decadência das virtudes romanas.

_____. *Os cristãos e a queda de Roma*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, Penguin, 2012.

- Excerto da obra *Declínio e queda do Império Romano*, este brevelivro aborda as relações entre o crescimento do cristianismo e a decadência romana.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Tradução de Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1985.

- Neste livro clássico, o historiador francês Ferdinand Lot (1866-1952) tratou da mudança de mentalidade que teria sido sentida na passagem da Antiguidade para a Idade Média. Contudo, não fez isso de maneira a criar concepções estanques e enrijecidas, pois realizou ampla pesquisa de cunho econômico e social.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão?* Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- Neste livro, Paul Veyne explica a formação do cristianismo e a sua adoção como religião oficial do Império Romano, mostrando como fatores políticos estiveram diretamente presentes na transformação religiosa.

Sugestões de filmes

A queda do Império Romano (Anthony Mann e Yakima Canutt, 1964).

- Drama histórico que trata da gênese do caos político e administrativo que poria fim ao Império Romano.

Satyricon (Federico Fellini, 1969).

- Polêmico filme que se baseia na obra do escritor romano Petronio. A obra apresenta, pelo ponto de vista de um senhor e de seu escravo, um panorama da Roma antiga.

Asterix e Obelix contra César (Claude Zidi, 1999).

- Adaptação cinematográfica, com grande elenco, dos famosos personagens Asterix e Obelix de quadrinhos franceses. Conta, de maneira bem-humorada, a história das lutas de uma aldeia gaulesa contra o domínio romano.

Sugestões de sites

Roma antiga. Disponível em: <www.vedute.fi/imbas/roma/startpage.php?lang=en&action=1>. Acesso em: 31 mar. 2016.

- Fotografias e ilustrações referentes à Roma antiga, de várias épocas.

Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). Disponível em: <www.leir.ufop.br/>. Acesso em: 31 mar. 2016.

- Site do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, vinculado a diversas universidades brasileiras. Nesse site é possível encontrar diversas informações sobre os projetos realizados pelo laboratório, assim como textos, indicações de fontes documentais e bibliografia sobre o Império Romano e o Mediterrâneo antigo.

Revista Mare Nostrum. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dh/leir/marenostrum/home.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

- Nesse site é possível encontrar diversos artigos, todos disponíveis para *download*, sobre as sociedades antigas da região do Mediterrâneo.

Procedimentos pedagógicos

Antes de adentrar os conteúdos do **capítulo 9** propriamente ditos, há uma apresentação do eixo conceitual da Unidade 4, a **diversidade religiosa**. Nesse momento inicial, afirma-se que as religiões estão estritamente ligadas à História e às formas de organização das sociedades que lhes deram origem. Comenta-se, também, como as religiões costumam ter preceitos, valores e ritos que soam estranhos para aqueles que não participam das culturas originárias delas ou que fazem parte de comunidades muito diferentes. Essa dificuldade de compreensão não quer dizer, em hipótese alguma, que as religiões não possam coexistir umas com as outras. A tônica das discussões que serão levantadas nesta unidade, partindo sempre da reflexão acerca das experiências do passado, visa mostrar exatamente como a diversidade é algo enriquecedor e pode engrandecer as relações entre os diferentes seres humanos. Além disso, as religiões serão abordadas sempre a partir de contextos de formação específicos, mostrando como o conhecimento de suas histórias e dos povos que as criaram é a melhor forma de combater a discriminação e a intolerância.

Nesse sentido, e como está expresso no texto de abertura da unidade, é importante lembrar algo que muitas vezes nos escapa: de modo geral, as religiões pregam a paz, a compreensão e o amor ao próximo. Nessa linha de pensamento, é preciso ter sempre bem claro que se existem, infelizmente, radicais e fundamentalistas em quase todas as religiões do mundo, isso não quer dizer que elas, em si próprias, sejam dogmáticas e segregacionistas. Dessa forma, uma boa opção para começar os trabalhos com esta unidade pode ser abordar – a fim de identificar concepções preestabelecidas e percepções incorretas – o boxe presente no capítulo 9 sobre os fundamentalistas islâmicos, na página 179. Apesar de avançar um pouco nos conteúdos, essa é uma opção interessante, pois toca diretamente nos estereótipos que os alunos possam ter sobre os praticantes de determinada religião, neste caso, os muçulmanos. Nota-se, nos dias de hoje, uma excessiva exposição dos muçulmanos nas grandes mídias, principalmente em situações atreladas ao terrorismo e à violência. Isso se deve, em grande parte, à atuação de grupos radicais que se utilizam dos meios de comunicação e das redes sociais para divulgar sua terrível propaganda (sobre isso, lembre-se de que, no fechamento da unidade anterior, foram comentados os riscos e as possibilidades que a internet apresenta para a cidadania e a democracia). No final do capítulo 9, na seção *Hora de refletir*, na página

188, há uma atividade que, ao retomar os atentados de 11 de setembro de 2001 contra o World Trade Center, em Nova York, aborda essa recorrente confusão entre praticantes do islamismo e fundamentalistas adeptos do terrorismo. Nota-se, assim, como há todo um cabedal de referências negativas que precisa ser desconstruído quando se trata dos muçulmanos. Apesar de essa operação ser uma tarefa muito difícil, ela possibilita a compreensão da diversidade religiosa e evita atos de preconceito e discriminação. Acerca disso, lembre-se de um dado alarmante e que afeta diretamente a nossa realidade: atualmente, os muçulmanos são, no Brasil, o segundo grupo religioso que mais denuncia atitudes discriminatórias praticadas contra eles, ficando atrás somente dos membros de religiões afro-brasileiras.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, no que se refere às religiões afro-brasileiras, também existe um grande conjunto de imagens negativas e estereótipos. É muito comum, por exemplo, falar-se em “macumba” ou “magia negra” para se referir a elas. Esse tipo de tratamento, feito sem qualquer conhecimento de causa ou de respeito pelas crenças e tradições, contribui enormemente para a desinformação e para o crescimento da intolerância. As igrejas neopentecostais também não escapam de estereótipos negativos. Hoje em dia, é muito comum os fiéis dessas igrejas serem tratados como seres incapazes de dar um sentido próprio às suas crenças, sujeitos alienados, passíveis de toscas manipulações e financeiramente explorados.

Percebe-se, assim, uma efetiva **desinformação**, que pode acarretar violentos conflitos e desentendimentos. Nota-se, também, como é extremamente difícil criar empatia com o outro no que se refere às suas crenças e práticas religiosas – ou, até mesmo, à falta delas, no caso daqueles que não seguem nenhuma religião. Dessa maneira, o estudo da diversidade religiosa, feito a partir de um enfoque histórico, se mostra de grande relevância, na medida em que desestabiliza ideias preconcebidas e estimula o debate, a **crítica** e a **autocrítica**. E isso vale tanto para as grandes generalizações como para os detalhes, que detêm um forte poder imagético. Esse é o caso, por exemplo, do uso da **burca**, uma prática que tem uma história e um sentido, tal como se aponta na seção *Você sabia?*, na página 182.

Nesse sentido, é importante ressaltar um ponto controverso e que aproxima a diversidade religiosa da democracia e dos direitos humanos, assuntos que nortearam o eixo conceitual da unidade anterior. Se a liberdade religiosa é uma importante conquista de nossa sociedade, isso não quer dizer que seja necessário ignorar ou desconhecer as práticas dos outros. Logo, a liberdade religiosa deve se aproximar muito mais do diálogo do que do isolamento e, como um direito, implica também deveres cívicos. Assim, se as pessoas têm assegurada a liberdade para praticar suas religiões, elas podem fazer isso desde que não cometam nenhum tipo de infração ou de desrespeito contra os direitos dos outros. Ou seja, não se pode combater a intolerância religiosa substituindo-a por uma falsa aceitação da alteridade. Mais ainda, essa reflexão

reafirma a importância de um **Estado laico**, pois fica nítido que existem princípios legais que interdita quaisquer abusos e agressões que possam ser feitos em nome de alguma religião. A laicidade do Estado, portanto, não permite que a liberdade religiosa seja justificativa para a prática de crimes.

A atividade da seção *Começo de conversa*, na página 173, permite aprofundar, na prática, algumas dessas questões ao trazê-las para perto da vivência dos alunos. Nela se propõe, em um primeiro momento, uma pesquisa acerca das religiões praticadas na comunidade dos estudantes; depois, apresenta-se uma reflexão sobre as relações que podem ser estabelecidas entre a pluralidade religiosa, o desenvolvimento cultural de uma comunidade e o fomento de relações sociais pautadas pela ética e pela diversidade. Esse segundo momento da atividade permite uma constatação fundamental: quando se escapa de um modelo de pensamento que visa criar hierarquias e juízos de valor, é possível perceber como todas as religiões, de alguma forma, contribuíram para a ocorrência de mudanças históricas e para as transformações na maneira como os seres humanos se relacionam entre eles e com o mundo. Para complementar a proposta da seção *Começo de conversa* e concluir alguns assuntos tratados acima, é interessante organizar uma **Atividade Alternativa**. Pode-se realizar, em sala de aula, um debate focado no tema laicidade do Estado, demandando a opinião dos alunos sobre a importância dessa separação entre poder político e religião. Na opinião deles, é importante manter o afastamento entre essas esferas? Por que esse afastamento existe? Qual é a importância disso? Ao final, cada aluno deverá apresentar as suas opiniões em um texto escrito. Esse registro é muito importante, pois, quando se conclui o trabalho com essa unidade, os estudantes poderão retomar suas anotações e repensá-las. Ressalte-se a importância desse tipo de debate, pois, como comentado acima, o Estado laico é uma forma legal e concreta de assegurar a liberdade e a convivência religiosa entre os diferentes cidadãos de uma nação.

COMEÇO DE CONVERSA (p. 173)

1. Professor, a proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre a diversidade religiosa da comunidade em que vivem. Para isso, espera-se que os alunos identifiquem as religiões praticadas pelas pessoas de seu bairro. Isso pode ajudar na reflexão sobre a presença de práticas variadas e a importância de respeitar todas as manifestações religiosas existentes na região.
2. A pluralidade religiosa é um requisito fundamental para o desenvolvimento de valores éticos de convivência com a diferença e de respeito às crenças e práticas sociais. É por meio da convivência de práticas religiosas plurais que os indivíduos podem observar a existência de valores diferentes do seu, compartilhados por grupos sociais ou indivíduos que vivem em sua comunidade. Desse modo, conviver com a diferença religiosa proporciona a oportunidade de

os indivíduos refletirem sobre a existência de outras experiências sociais, o que exige uma postura ética de respeito e abertura ao outro. Além disso, o direito de praticar livremente qualquer religião é uma forma de evitar práticas violentas contra grupos minoritários na sociedade, o que também estimula o aprendizado de valores éticos de convivência. Outro ponto que pode ser destacado é que a pluralidade religiosa ajuda a enriquecer o patrimônio cultural de um povo ou região, na medida em que ela estimula a criação de diversas práticas sociais, como festas, alimentos, manifestações artísticas, crenças, costumes, entre outros. Assim, amplia-se a possibilidade de intercâmbio cultural e do surgimento de saberes e ideias. Uma questão central nessa reflexão é que o aluno compreenda que a tolerância não tem relação com “gosto pessoal”, isto é, não depende da vontade e do desejo de cada pessoa, mas de um esforço coletivo para a construção de valores éticos que possibilitem o exercício do direito à livre expressão religiosa. Portanto, as pessoas podem ter suas preferências pessoais, mas socialmente não podem praticar atos de discriminação motivados por diferenças religiosas.

CAPÍTULO 9

Mundo árabe-muçulmano

Procedimentos pedagógicos

Professor, feitas as considerações sobre o eixo conceitual da unidade, pode-se adentrar os conteúdos específicos do **capítulo 9**, que trata do **mundo árabe-muçulmano**. Ele está dividido em cinco partes. A primeira delas aborda as bases da cultura árabe; a segunda, o islamismo; a terceira, a expansão islâmica; a quarta, os aspectos culturais do mundo islâmico; e a quinta, por fim, a divisão do mundo islâmico. Acerca das primeiras partes do capítulo, é importante que os alunos percebam com clareza que a cultura árabe surgiu antes da religião islâmica. Dessa maneira, **não se pode tomar os termos árabe e muçulmano como sinônimos**, mesmo que, historicamente, a cultura árabe e o islamismo tenham estado diretamente relacionados entre si. Note-se, além disso, algo fundamental: nem todo muçulmano é árabe, nem todo árabe é muçulmano. Como apontado logo acima, os praticantes do islamismo são muito diversificados entre si.

Nessa perspectiva, pode-se compreender como o islamismo se formou, na primeira metade do século VII, em um contexto de conflito em relação à religião politeísta que existia em **Meca**, cidade onde se cultuavam vários deuses no santuário conhecido como **Caaba**. Ou seja, antes de o islamismo surgir, já havia práticas religiosas estabelecidas entre os povos árabes. O islã, portanto, não se estabeleceu de maneira automática, sem debates e controvérsias. Além da dimensão religiosa, esse conflito envolveu um importante fator comercial, pois Meca, como um centro de peregrinação, movimentava intensa atividade mercantil; o próprio

Maomé, o profeta do islamismo, era um comerciante e condutor de caravanas. Os líderes de Meca, preocupados com o advento de uma **religião monoteísta** que poderia atrapalhar a peregrinação e o comércio, chegaram a expulsar Maomé da cidade, em um evento que ficou conhecido como **hégira** e que marca o início do calendário da nova religião.

A primeira comunidade islâmica, organizada por Maomé em **Medina**, tinha um **governo teocrático**. O profeta, como representante de **Alá**, ocupava as posições de autoridade administrativa, religiosa e militar. Outra característica dessa comunidade foi o caráter militar a fim de combater aqueles que não seguissem os princípios do islamismo. Sob essa visão, as tropas lideradas por Maomé tomaram, em janeiro de 630, a cidade de Meca, transformando-a em um centro de peregrinação da nova religião. Esse fato gerou um **forte sentimento de identificação entre os árabes**, que até então estavam organizados em diversas pequenas comunidades. Dessa maneira, formou-se, centrado em Meca, um **Estado árabe-muçulmano**.

Acerca da expansão islâmica, é interessante ressaltar como ela se deu sempre permeada por debates, transformações e trocas culturais. Assim, com a morte de Maomé, surgiu a divisão entre **sunitas** e **xiitas**, mostrando que, na relação entre interpretação religiosa e poder político, não existe um consenso evidente. Sobre isso, ressalte-se que durante a dinastia dos **Omiadas (661-749)**, por exemplo, o império passou a ser governado por uma **monarquia laica**, com os cargos políticos sendo ocupados de acordo com a competência e o conhecimento dos funcionários, e não mais somente por critérios religiosos. Nesse período, a expansão ganhou força e, em 711, os árabes conquistaram, a leste, a região dos atuais Paquistão e Afeganistão e, a oeste, a península Ibérica. Esse avanço territorial fez com que a cultura árabe e o islamismo se espalhassem por regiões que, ainda hoje, mantêm sólida unidade cultural e religiosa, como alguns países do norte da África: Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos.

Sobre os aspectos culturais do mundo islâmico, é importante ressaltar que, durante a dinastia dos **Abássidas (749-1258)**, muçulmanos não árabes passaram a ter permissão para ocupar cargos públicos. Com isso, o império deixou de ser unicamente árabe. Estabeleceu-se, após essa medida, um efetivo **Império Muçulmano**, cuja identificação religiosa se fez sentir com força até mesmo depois da divisão do mundo islâmico. Além disso, essa medida possibilitou importantes intercâmbios culturais no interior do império (ver *Texto complementar* ao final das orientações desse capítulo). **Bagdá**, para onde foi transferida, em 762, a capital, transformou-se em um importante polo cultural, com bibliotecas, escolas, museus e ricos comerciantes agindo como protetores das artes. Nesse contexto, destacou-se a ação dos **copistas**; eram eles que se dedicavam a traduzir para o árabe tratados de Filosofia, Ciências e Matemática, escritos em grego, latim, hindu, persa e outras línguas. Com isso, percebe-se um fato interessante, mas muitas vezes esquecido: **os muçulmanos foram fundamentais para consolidar o legado cultural da Antiguidade**, aí inclusa a tradição greco-romana.

Esse dado é muito interessante na medida em que desestabiliza o pensamento eurocêntrico e vai contra as reiteradas afirmações de uma intolerância islâmica. Esses fatores culturais podem ser trabalhos nas duas seções *Interpretando documentos* presentes neste capítulo, a primeira na página 177, e a segunda na página 184. No primeiro caso, a partir de um texto do historiador árabe Ibn Khaldun, evidencia-se a importância que os árabes dedicavam ao conhecimento de sua própria história. No segundo caso, aborda-se um texto do sábio e médico árabe Abd-al-Latif, que comenta a maneira como um estudioso árabe deveria se comportar para adquirir conhecimentos. Além disso, apresenta-se uma imagem do século XIII, na qual aparecem um muçulmano e um cristão estabelecendo relações amistosas e compartilhando conhecimentos.

DE OLHO NO MUNDO (p. 176)

A proposta da atividade é que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o mundo islâmico, evitando com isso um olhar superficial e baseado em ideias preconcebidas. É importante que a pesquisa trate de temáticas variadas e evite lançar um olhar apenas negativo sobre os países nos quais a religião islâmica é majoritária. Nesse sentido, pode-se destacar a diversidade de experiências sociais que existem nos países islâmicos, bem como questões sociais e econômicas. Outro ponto importante são os conflitos existentes e duradouros em alguns países islâmicos. Para tratar dessas tensões, é importante evitar afirmações que enxerguem um caráter intrinsecamente violento nas religiões islâmicas e observar que todos os conflitos possuem uma longa história e estão relacionados com aspectos geopolíticos e também econômicos mais globais. Nesse sentido, para conhecer o mundo islâmico é fundamental pensá-lo nas suas relações com o mundo não islâmico, ou seja, aquilo que chamamos de mundo ocidental.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 177)

1. No século XII a.C., os habitantes da península Arábica estavam divididos em pequenos grupos independentes, organizados em cidades-Estado, que se dedicavam ao pastoreio e ao comércio principalmente. O comércio de produtos do oriente, vindos do oceano Índico, era realizado por intermédio de caravanas que atravessavam a região em direção à Palestina e à Síria. Na travessia do deserto, em torno dos oásis, formaram-se os primeiros núcleos urbanos, como Qurayya e Tayma, que se tornaram cidades-Estado independentes. Alguns desses núcleos enriqueceram graças ao comércio e se tornaram reinos, como o de Sabá.
2. Segundo a tradição islâmica, Maomé teria recebido revelações divinas do anjo Gabriel de que ele era o profeta de Deus e o escolhido para pregar a fé em um único Deus. Posteriormente, essas revelações foram reunidas no Corão (ou Alcorão), o livro sagrado do islamismo. Apenas em 613, Maomé teria

começado a pregar a existência de um único Deus, Alá, e que a nova religião seria o islã, que significa “submissão a Deus”. Os pilares do islamismo seriam: acreditar em um único Deus e em um único profeta, Maomé; rezar cinco vezes ao dia voltado para Meca; ajudar os pobres; jejuar no mês sagrado do Ramadã; peregrinar a Meca ao menos uma vez na vida se houver condições físicas e financeiras para isso.

3. As crenças existentes na península Arábica tinham como base princípios animistas, ou seja, o culto a objetos inanimados. Os povos que viviam na região acreditavam que tais objetos tinham alma. Além disso, os árabes cultuavam diversos deuses relacionados aos astros e aos fenômenos naturais. O islamismo se diferenciava dessas crenças por estar baseado na crença em um único deus e não aceitar práticas animistas ou o culto a fenômenos naturais ou astros.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO (p. 177)

- a) O historiador descreve a vida nômade dos árabes de forma bastante simples, já que esses povos não dirigiam sua atenção aos fenômenos artísticos ou culturais, limitando-se a viver de acordo com as necessidades que a vida nômade lhes impunha. É possível observar que o trecho mostra um contraste entre esse modo de vida simples e o modo de vida mais sofisticado que surgiria após o desenvolvimento do islamismo e a expansão da civilização árabe-muçulmana.
- b) De acordo com o trecho, o fator que modificou a relação que os árabes estabeleciam com a cultura foi o desenvolvimento de um modo de vida sedentário. Isso possibilitou aos árabes alcançarem um grau de civilização muito maior que o de todos os outros povos, permitindo o cultivo das ciências, das artes e da filosofia. Ainda que o historiador não mencione, é possível relacionar o modo de vida sedentário ao desenvolvimento da religião islâmica, na medida em que ela possibilitou a substituição da vida nômade na península Arábica.

DIÁLOGOS (p. 182)

Trata-se de uma questão historicamente polêmica, cujo debate pode ser observado na imprensa atual. Em 1949, o Estado de Israel declarou Jerusalém sua capital, mas na parte oriental da cidade viviam milhares de palestinos. Na chamada Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel anexou a porção palestina (além dos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza). No começo dos anos 1980, o Parlamento israelense aprovou a chamada “Lei Básica” (ou Lei de Jerusalém) que reafirmou Jerusalém em seu *status* de capital e a declarou “eterna e indivisível”. Em 2008, um projeto de lei propôs uma nova definição para a cidade como “capital de Israel e do povo judeu”. Isso reforçaria o caráter judaico da cidade, apesar dos 200 mil palestinos que ainda vivem lá. A comunidade internacional não reconhece Jerusalém como capital de Israel e

mantém seu corpo diplomático, isto é, suas embaixadas e consulados na cidade de Tel Aviv, a segunda maior do país. A cidade de Jerusalém está no centro das principais negociações de paz entre judeus e palestinos há mais de meio século. Atualmente, os palestinos exigem que a parte oriental da cidade seja transformada em capital do seu futuro Estado independente. Essa disputa se fundamenta na dimensão histórica e simbólica da cidade para as duas religiões. Além disso, os cristãos também reivindicam o caráter sagrado de Jerusalém, pois foi ali que Jesus Cristo teria sido crucificado. Ademais, a cidade abriga monumentos e templos cristãos.

ESQUEMA-RESUMO (p. 183)

Os povos que viviam na península Arábica não tinham uma identidade única e, por isso, não se formou, na região, um Estado centralizado, o que mudaria no século VII. Eles viviam divididos em cidades-Estado e praticavam atividades comerciais por meio das rotas de comércio que atravessavam a região. Além disso, praticavam crenças animistas bastante variadas. Essas características se modificaram com o surgimento da religião islâmica, no século VII. As ideias de Maomé se disseminaram entre as tribos árabes e garantiram a criação de uma identidade comum entre esses povos. Isso permitiu a centralização política da região e a criação de uma cultura com algumas características comuns. Esses valores islâmicos se disseminaram com a expansão territorial dos povos árabes e muçulmanos nos séculos seguintes, os quais conquistaram territórios na África, na Ásia, na Europa e na península Arábica.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 184)

1. A cidade de Jerusalém foi fundada há mais de 4 mil anos por povos semitas. Ela foi conquistada pelos hebreus no século XI a.C. e escolhida como a capital do reino de Israel, tornando-se um local sagrado para a religião judaica. Já os cristãos a consideram um lugar sagrado por ter sido o local onde Jesus Cristo teria passado os seus últimos dias. Segundo os cristãos, Jesus teria sido julgado, crucificado e sepultado em Jerusalém. Os cristãos dominaram a cidade entre 300 e 628. Os muçulmanos, por sua vez, consideram Jerusalém sagrada por ter sido o local onde Maomé ascendeu aos céus, no evento conhecido como Jornada Noturna. A cidade foi conquistada pelos muçulmanos em 638.
2. Maomé invadiu Meca com cerca de 10 mil seguidores, mandou destruir todos os ídolos existentes na Caaba (um santuário politeísta) e declarou a cidade sagrada para os muçulmanos. A partir de Meca, Maomé organizou diversos *jihad*s a regiões vizinhas.
3. O termo *jihad* pode ser traduzido como um esforço físico, moral, espiritual e intelectual em favor de Deus. Para os muçulmanos, essa transformação interior é conhecida como um grande *jihad*. O *jihad* também pode ser interpretado como o empenho na guerra pela conversão dos não muçulmanos ao islamismo. É o chamado pequeno *jihad*. Dentro

do processo de ampliação do Império Islâmico, os muçulmanos promoveram *jihads* contra aqueles que não aderiam ao islamismo. Sob o argumento de se tratar de uma luta contra infiéis, e sob a liderança de Maomé, os bens de povos atingidos foram confiscados e regiões vizinhas e caravanas que cruzavam o deserto foram saqueadas. Segundo a nova religião, aqueles que morressem lutando contra os infiéis seriam lembrados como heróis pelos parentes e teriam o direito a viver eternamente no Paraíso, próximos de Alá. Essa crença incentivou milhares de árabes a se converter ao islamismo e a lutar nas fileiras de Maomé.

4. Maomé conduziu a unificação dos diversos povos e tribos árabes difundindo uma religião monoteísta que produziu um forte sentimento de identidade. Ao mesmo tempo, o poder militar que logo se formou em torno dele intimidou os chefes dos grupos árabes, que acabaram preferindo aceitar a nova religião e unir-se ao novo Estado. Assim, Maomé constituiu, no século VII, um Estado árabe-muçulmano que centralizou o poder em toda a península Arábica.
5. O império islâmico conquistou diversas regiões entre os séculos VII e XIII, ocupando territórios na península Arábica, na África, na Ásia e na península Ibérica. Além disso, durante o período, os territórios islâmicos deixaram de formar uma unidade política e se constituíram em diversos califados independentes.
6. A expansão territorial do islamismo permitiu a circulação e a divulgação de muitos tratados e obras importantes da cultura greco-romana e de povos do oriente. O maior exemplo disso foram as bibliotecas públicas da cidade de Bagdá, onde copistas copiavam e traduziam tratados elaborados por diversos povos. Isso resultou na construção da Casa da Sabedoria em Bagadá. Com isso, diversos intelectuais passaram a viver nos territórios islâmicos, contribuindo para o desenvolvimento cultural e científico da região. Assim, os muçulmanos conseguiram avançar em diversas áreas do conhecimento e serem responsáveis por criar novas técnicas agrícolas e novos métodos para a construção de canais de irrigação. Na Astronomia, criaram um calendário, construíram observatórios astronômicos e incorporaram às suas navegações instrumentos como quadrantes e astrolábios. Na Matemática, inventaram a álgebra e a trigonometria e, com base no sistema numérico dos hindus, inventaram o sistema numérico arábico. No campo da Química, fizeram diversos experimentos e descobriram novas substâncias, como a amônia e o nitrato de prata. Também inventaram o alambique e desenvolveram tintas para tecidos. A Medicina árabe foi pioneira na percepção de aspectos emocionais no desenvolvimento das doenças; também foi a primeira a compreender que certas doenças, como o sarampo, eram contagiosas. Na Arquitetura, os muçulmanos construíram belos templos religiosos (as mesquitas) e desenvolveram técnicas de decoração conhecidas como arabesco.

1. a) Não, ele defende que não é ideal estudar sozinho, apenas com os livros. Mesmo que o estudioso tenha boa memória, é importante contar com a ajuda de mestres que possam ajudar no aprendizado. Ele também defende que o estudioso procure novos mestres quando tiver aprendido tudo o que podia daquele que o orienta no momento.
- b) O estudo da História e das biografias é uma forma de assimilar a experiência daqueles que antecederam o estudioso, na medida em que é possível, em curto espaço de tempo, conhecer o modo de vida de indivíduos e nações do passado. Assim, pode-se dizer que a História tem uma função pedagógica na visão desse sábio.
- c) Não. O conhecimento não tem valor sem uma perspectiva religiosa. Isso aparece com clareza quando o autor defende que o sábio deve modelar suas ações com base na conduta dos primeiros muçulmanos, lendo a biografia do profeta e tentando imitar suas ações. Além disso, ele defende que quando o estudo estiver finalizado, o sábio precisa se ocupar com Deus, cantando louvores e realizando outros meios de dedicação aos princípios da religião islâmica. Assim, do ponto de vista da cultura islâmica, o conhecimento e a aprendizagem estavam intimamente relacionados ao respeito à religião, e um verdadeiro sábio muçulmano sempre seguiria os modelos de ação do profeta e de outras figuras importantes do islã.
2. a) A cena mostra dois indivíduos jogando xadrez. É possível observar que a vestimenta dos dois se diferencia, sendo que a figura que aparece no lado direito veste um traje que pode ser identificado com a cultura islâmica, enquanto a outra utiliza roupas mais comuns no mundo cristão da Europa.
- b) Deduz-se, pela imagem, que a relação entre o muçulmano e o cristão é pacífica e amistosa. Nela, é possível dizer que os dois indivíduos estão conversando e aprendendo as regras do jogo de tabuleiro um com o outro, mostrando, assim, uma troca cultural.
- c) A imagem não reproduz a ideia de que o mundo cristão e o mundo muçulmano viviam em constante conflito. É importante lembrar que cristãos e muçulmanos identificavam os povos que não seguiam suas religiões como infiéis. Isso justificou diversos conflitos e lutas por controle de territórios, como é o caso das Cruzadas. Esses conflitos resultaram em diferentes representações artísticas que destacavam as diferenças entre ambas as religiões. Essa imagem, porém, é um exemplo que se afasta desse tipo de representação, na medida em que ela valoriza a troca cultural que podia nascer das diferenças entre muçulmanos e cristãos.

1. D 2. C 3. A 4. B
5. Apenas as afirmativas III e IV estão corretas; assim, a opção correta é a letra E. O erro da primeira afirmativa é indicar que existia um império na península Arábica no século VI. A unidade política da península só ocorreu após o surgimento do islamismo, no século seguinte. Já o erro da segunda afirmativa é apontar que o Império Bizantino impediu o avanço do islamismo. Isso não ocorreu e os próprios bizantinos perderam muitos territórios por conta do avanço islâmico a partir do século VII.
6. Apenas as afirmativas I e III estão corretas; assim, a opção correta é a letra C. O erro da segunda afirmativa é apontar que existia uma civilização urbana na península Arábica, a qual foi substituída por um modo de vida nômade após o surgimento do islamismo. Isso não ocorreu; a religião islâmica contribuiu para o crescimento da vida urbana no mundo árabe. Já o erro da quarta afirmativa é indicar que não existiram reinos na península Arábica até o século VII. Apesar de não ter se formado um império unificado em toda a península, existiram reinos em regiões da Árabia, como é o caso do reino de Sabá.

HORA DE REFLETIR (p. 188)

Responsabilizar e culpar indiscriminadamente todos os seguidores do islamismo pelos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington, além de ser uma grave injustiça, em nada contribui para a construção da paz mundial. Desde esse episódio, os muçulmanos vêm sendo alvo de desconfiança, acusações, investigação e violência em muitos lugares. É importante não perder de vista que os atentados foram atribuídos à rede Al-Qaeda, organização terrorista comandada pelo saudita Osama Bin Laden. Foram praticados, portanto, por um grupo específico, que de modo algum representa os sentimentos e anseios da maioria da comunidade islâmica mundial.

■ **Texto complementar**

Leia, a seguir, um trecho do livro *Os árabes na História*, de Bernard Lewis. Nessa passagem, o autor chama a atenção para a diversidade cultural que, apesar dos fatores de unidade, existiu nos Impérios Árabe e Muçulmano.

Durante o período de esplendor dos Impérios Árabe e Islâmico, no Próximo Oriente desenvolveu-se uma civilização florescente, normalmente designada por civilização árabe. Essa civilização não foi trazida já fabricada pelos invasores árabes do deserto, mas foi criada após as conquistas pela colaboração de muitos povos, árabes, persas, egípcios e outros. Nem era puramente muçulmana, porquanto entre os seus criadores se contavam muitos cristãos, judeus e zoroastrianos. No entanto, o seu principal meio de expressão foi a língua árabe, e foi dominada pelo islão e pela mundividência. Foram estes dois fatores, a língua e

o credo, que constituíram os grandes contributos dos invasores árabes para a nova e original civilização que veio a desenvolver-se sob a sua égide.

LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. p. 149.

Sugestões de livros

ARMSTRONG, Karen. *Maomé: uma biografia do profeta*. Tradução de Andréia Guerini, Fabiano Seixas Fernandes e Walter Carlos Costa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- Partindo da ideia de que o estudo da vida do profeta possibilita melhor compreender a religião islâmica, Karen Armstrong faz uma biografia de Maomé, colocando-se sempre além dos conflitos interpretativos que envolvem o ocidente e o oriente e da intolerância religiosa.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

- Peter Demant, professor de História na Universidade de São Paulo, apresenta uma pesquisa sobre a origem e a trajetória do que ele chama de “mundo muçulmano”. Além disso, a obra se revela provocadora na medida em que desconstrói estereótipos sobre os muçulmanos.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- Neste livro de grande erudição, o historiador Albert Hourani, que foi durante muito tempo professor da Universidade de Oxford, na Inglaterra, traça um amplo e rico panorama da história dos povos árabes.

LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

- Neste livro, Bernard Lewis, professor emérito da Universidade de Princeton (Estados Unidos), trata de maneira geral da história dos povos árabes, evidenciando as suas principais características, assim como suas contribuições culturais para as sociedades humanas.

_____. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

- Neste livro, Bernard Lewis traça um amplo painel, que abrange 2 mil anos, da história do Oriente Médio, desde as disputas territoriais da Antiguidade até os dias atuais, quando os fundamentalismos se tornaram mais candentes.

Sugestão de filme

Maomé, o mensageiro de Alá (Moustapha Akkad, 1977).

- Este filme, lançado em duas versões, uma em árabe e uma em inglês (intitulada *A mensagem*), narra a história da vida de Maomé, desde os seus primeiros tempos como profeta até a sua consolidação como líder religioso.

Sugestão de site

Centro de Estudos Árabes. Disponível em: <<http://letrasorientais.fflch.usp.br/arabe/>>. Acesso em: 1º abr. 2016.

- Site do Centro de Estudos Árabes da Universidade de São Paulo, órgão ligado ao Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). O site apresenta diversas publicações, vídeos e links sobre a cultura árabe.

CAPÍTULO 10

Reinos africanos

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 10 trata da história dos reinos africanos antigos. A abertura do capítulo apresenta uma discussão necessária de ser feita em sala de aula. Trata-se da imagem equivocada que podemos ter da história da África. Para introduzir essa discussão, utilizamos uma afirmação da escritora nigeriana Chimamanda Adichie (1977-), na qual ela diz que “o problema dos estereótipos [...] é que eles são incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história”. Na observação da escritora, essa homogeneização da História está muito bem expressa na utilização dos artigos indefinido e definido: **uma** história, que pode ser qualquer história, vira **a** única narrativa sobre o passado, aquela que é aceita e entendida como oficial. Deturpam-se, assim, as possibilidades de entendimento e de crítica, criando uma interpretação incompleta e tendenciosa. Dessa incompletude, portanto, é que surgem as imagens estereotipadas e os preconceitos, que bloqueiam a compreensão da diversidade, tornando inferior ou indesejável tudo aquilo que é diferente.

No que se refere à história da África, isso é bastante sensível, pois, durante muito tempo, não foram os africanos que contaram a sua própria história. Nesse sentido, a África, em uma elaboração teórica muito útil para justificar explorações e violências imperialistas, foi encarada como um espaço fora da civilização de matriz europeia e excluído do esquema progressista de história. A África, a partir desse tipo de estereótipo eurocêntrico, passa a ser o território do atraso e da barbárie, lugar antes da geografia e da natureza do que da história. Não espanta, portanto, que, durante muito tempo, tenha-se entendido esse imenso território e sua população como partes de um bloco único e indistinto.

Sobre isso, a seção *Passado presente*, na página 196, trata de um interessante movimento, chamado “A verdadeira África: combata o estereótipo”, criado por um grupo de jovens africanos que estudam nos Estados Unidos. Utilizando-se de uma rede social, esses jovens combatem estereótipos e senso comuns criados sobre seu continente natal, mostrando, assim, que nem todos os africanos são iguais, que a África não é um país, que nem todos os governantes africanos são ditadores, que não existe um idioma africano, mas várias línguas e dialetos etc. Para aprofundar o assunto, pode ser interessante organizar uma **Atividade Alternativa**. Pode-se pedir

aos alunos que pesquisem nas mídias jornalísticas e nas redes sociais a ocorrência de estereótipos, a exemplo dos que foram relatados acima, sobre a África. Depois, pode ser marcado um dia no qual cada um vai apresentar o material que encontrou para o restante da sala e expor o motivo pelo qual a informação apresentada está incorreta. Ao final das exposições, pode ser organizado um mural com os materiais coletados e as críticas aos estereótipos.

Mais perigoso ainda é quando essas generalizações, geralmente de ordem geográfica, fundem-se a outros fatores, como as questões étnicas. Surge, por exemplo, a imagem de um suposto “continente negro”. Evidentemente, essa é uma elaboração equivocada, pois nem todos os africanos são negros. A matriz desse tipo de formulação está em uma leitura pouco cuidadosa da África, que toma tudo pelo viés do exotismo e da generalização. E é exatamente por isso que a primeira parte desse capítulo 10 se dedica a apresentar algumas características do continente africano, mostrando como elas, sempre tomadas em paralelo a questões históricas, têm de ser pensadas para evitar confusões. No box *Organização política e social*, na página 191, pode-se conhecer melhor as diversas maneiras como algumas das sociedades africanas antigas se estruturavam, indo das sociedades de coletores e confederações de aldeias aos reinos e impérios.

Essas informações, por si sós, já nos lembram que **a África é marcada por uma imensa diversidade**. Além disso, pode-se constatar que a “**África tem uma história**”, tal como afirmou o historiador Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) em um texto emblemático que serve de introdução à *História geral da África*, uma monumental obra coletiva que contou com o apoio da Organização das Nações Unidas pela Educação (Unesco). Nesse mesmo texto, Ki-Zerbo defende a ideia de que a história africana deve ser revista e repensada, mas desde que isso seja feito fora de toda e qualquer proposta revanchista (ver *Texto complementar* ao final das orientações desse capítulo). O revanchismo histórico é pouco construtivo, pois é uma autoafirmação que se faz a partir da culpabilização do outro; consequentemente, não há uma valorização da própria História ou da diversidade do passado. Há, nessa perspectiva revanchista, o cultivo do conflito e, contraditoriamente, dos estereótipos. Complementando essa questão, é importante evidenciar o “**perigo de uma história única**”, tal como nos lembra a escritora Chimamanda Adichie, em uma palestra com esse mesmo título. Sobre isso, a seção *Interpretando documentos: texto*, na página 193, apresenta um trecho dessa palestra e propõe uma reflexão sobre como as pessoas podem se ver excluídas das histórias que leem, passando a se sentir desconfortáveis com sua própria cultura.

A discussão proposta por Chimamanda Adichie pode dar origem a uma proposta de **Atividade de Inclusão**. Assim como a autora se sentia confusa e excluída pelas histórias infantis que lia, posto que todas elas faziam referências à cultura de matriz europeia, crianças e jovens que apresentem algum tipo de deficiência também podem se sentir confusos e pouco identificados com as histórias que leem. Afinal, na maior parte

das vezes, os heróis das narrativas infantis estão enquadrados em um padrão de conduta, de beleza e de superação que exclui a referência a qualquer pessoa que escape desses modelos. Pior ainda: muitas vezes, o personagem que apresenta alguma deficiência é o vilão da história. Além disso, lembre-se de que na própria historiografia, durante um longo período, poucas referências foram feitas às pessoas com deficiência. Como proposta de atividade, pode-se pedir aos alunos que escrevam uma dissertação que trate dos estereótipos dos personagens de história infantil.

Professor, feitas essas considerações, pode-se trabalhar com mais embasamento os assuntos do capítulo 10. É interessante sempre ressaltar a diversidade dos reinos e povos abordados, cada qual com a sua particularidade histórica. O que mais chama a atenção, porém, é a **dinâmica política, econômica e religiosa desses povos e reinos**. O **reino de Axum**, por exemplo, que se localizava na região da atual Etiópia, além de ter dominado as técnicas da agricultura e da criação de animais, manteve, ao longo de sua história, uma ampla atividade comercial, que envolvia desde o vale do rio Nilo até a região da península Ibérica, sobre a qual, inclusive, expandiu suas fronteiras. Em termos religiosos, essa dinâmica se fez sentir ainda com mais vigor. No reino de Axum, até o século IV, praticava-se o politeísmo; acerca desse assunto, o boxe *Crenças africanas*, na página 192, apresenta dados que revelam como, apesar de muito variadas entre si, diversas religiões africanas tinham em comum a marca do politeísmo. A partir do século IV, com a conversão do rei Ezana ao cristianismo, essa religião, que já era praticada no reino, passou a ser majoritária. Sobre esse assunto, na terceira atividade da seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 201, apresenta-se uma pintura feita no século VI, no mosteiro de Abba Pantelewon, que fazia parte do território do reino de Axum, na qual fica patente a presença do cristianismo na região. Posteriormente, já na época da crise do reino e no contexto da expansão muçulmana, o islamismo ganhou espaço.

Acerca dos **reinos do Sahel**, salta aos olhos, no caso do **reino de Gana**, a importância que a exportação de ouro teve não só para esse reino como para toda a economia europeia. A informação impressiona: ao longo da Idade Média e até o século XVIII, o reino de Gana foi o principal fornecedor de ouro para os países da região do mar Mediterrâneo, sendo somente superado pelo Brasil a partir da descoberta de minas na colônia. Esse tipo de dado deixa claro que **muitos povos e reinos africanos estavam integrados na economia mundial, participando em diversas áreas de exportação e não só como fornecedores de mão de obra escrava**. No caso do **reino do Mali**, que ganhou força com a crise do reino de Gana, essa integração também se fez sentir tanto pelo fornecimento de ouro quanto pelas rotas comerciais que atravessavam o deserto do Saara e chegavam às regiões do Oriente Próximo. Com isso, o reino do Mali passou a ser um polo islâmico na África, com a cidade de **Tombuctu** funcionando como um importante centro de estudos muçulmanos.

Sobre os **iorubás** e os **bantos**, é importante ressaltar que, diferentemente dos casos anteriores, eles não se referem a reinos ou a outros tipos de organizações

políticas, mas a diversos povos unidos por laços linguísticos e culturais. Os iorubás, que se localizam na região dos atuais territórios da Nigéria, Benim e Togo, criaram uma civilização caracterizada pela articulação de diversas cidades e aldeias; estas podiam formar reinos independentes, com seu próprio **obá** (chefe). As crenças religiosas dos iorubás tinham uma origem comum e, de acordo com a tradição oral, o deus supremo era **Olorum** (ou **Olodumaré**). Em termos econômicos, os iorubás se destacaram por suas atividades comerciais e pela **metalurgia**. No final do século XVIII, após a ocorrência de conflitos internos e guerras, muitos iorubás foram escravizados e vendidos para traficantes que os conduziram à América, sobretudo para a Bahia e Cuba, lugares onde hoje a religião é muito influenciada pelas crenças iorubás. Já os bantos, desde o final do século XIII, ocupavam cerca de dois terços do continente africano, com grande parte da população se dedicando à caça, à pesca, à coleta e à agricultura de coivara. Alguns grupos, contudo, formaram comunidades e Estados, como o **Grande Zimbábue**, surgido por volta de 1300. Outro reino de destaque foi o **Manicongo**, que se formou no início do século XV. A exemplo do que aconteceu com os iorubás, milhões de bantos foram escravizados e traficados para o Brasil, sobretudo para a região Sudeste, onde as marcas de suas tradições religiosas e culturais se fazem sentir até hoje. Sobre a fundamental participação desses povos na formação da cultura brasileira, diversas seções e atividades presentes do capítulo trabalham com essa temática e permitem estabelecer contatos com o eixo conceitual da Unidade 4. A seção *Você sabia?*, na página 198, apresenta exemplos dessa participação; a atividade *Diálogos*, na página 192, e a seção *Hora de refletir*, na página 205, tratam das religiões afro-brasileiras e dos estereótipos que podem ser criados acerca delas; e, na seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 201, as atividades 1 e 2 trabalham tanto com o **aspecto oral** da tradição banta quanto com o mito de um orixá iorubá.

DIÁLOGOS (p. 192)

A proposta da atividade é que os alunos conheçam mais detalhadamente as características das religiões afro-brasileiras, em especial o candomblé. É importante que a pesquisa busque evidenciar aspectos gerais dessas práticas religiosas e evitem uma perspectiva reducionista ou preconceituosa. Pode-se destacar, por exemplo, que as religiões afro-brasileiras possuem características que se aproximam de outras crenças, como o cristianismo, mas também aspectos que as diferenciam. Além disso, é importante que os alunos observem as variações regionais que existem nas religiões afro-brasileiras, lembrando que, em diferentes estados, estas práticas assumem características próprias e influências distintas.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 193)

1. O continente africano pode ser dividido em duas regiões distintas, separadas pelo deserto do Saara. A região localizada ao norte do deserto é chamada

de África setentrional, enquanto a região ao sul é chamada de África subsaariana. A primeira região foi marcada pelo desenvolvimento de civilizações bem diversas, como a egípcia ou cartaginense. Já a região subsaariana teve sua ocupação dificultada por fatores geográficos e ambientais, por isso se desenvolveram muitos povos nômades e algumas populações que se sedentarizaram.

2. As sociedades africanas formaram organizações políticas e sociais muito variadas, como grandes reinos, agrupamentos muito pequenos de caçadores e coletores, aldeias, confederações de aldeias, reinos com cidades maiores, entre muitas outras possibilidades. O que havia de comum nas diferentes sociedades que surgiram no continente africano era a fidelidade ao chefe e a existência de relações de parentesco que organizavam as relações sociais.
3. Axum foi um importante reino localizado na região da atual Etiópia. A população desse reino originou-se na península Arábica. Sabe-se que, no século VII a.C., ela dominava a agricultura e a criação de bois, ovelhas e cavalos; conhecia também o arado e utilizava uma escrita com caracteres semíticos. Aos poucos, seus primeiros acampamentos e aldeias cresceram e se transformaram em centros comerciais, tendo se destacado a cidade de Axum, no planalto etíope. O enriquecimento propiciado pelo comércio levou a cidade a expandir-se, conquistar territórios vizinhos e se constituir como reino, controlando o tráfico de mercadorias. Sua prosperidade cresceu a tal ponto que, na segunda metade do século III, os axumitas começaram a cunhar moedas de ouro, prata e cobre. Alguns séculos depois, no entanto, o reino de Axum se enfraqueceu até desaparecer, em virtude de invasões muçulmanas.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO (p. 193)

- a) A expressão “perigo de uma história única” é utilizada para destacar os efeitos que uma narrativa única sobre determinado acontecimento ou civilização provocam naqueles que a escutam. No caso, a narrativa única é a forma mais comum de se descrever a história da África e dos africanos, sempre a partir de uma perspectiva estrangeira, o que resulta numa visão inferiorizada do continente em relação ao modelo civilizacional do ocidente. Professor, caso deseje aprofundar esse tema, é possível consultar a palestra completa no seguinte endereço: <http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br>. Acesso em: 7 maio 2016.
- b) Chimamanda afirma isso para indicar o efeito que a “história única” produziu nela quando era criança e continua produzindo nas pessoas que vivem no continente africano. Ela, quando criança, não criava histórias a partir de elementos de sua própria cultura e do seu cotidiano, porque entendia que os únicos modelos disponíveis

de narrativa eram os estrangeiros (europeus e estadunidenses). Assim, aqueles elementos associados ao continente africano, como a comida, a pele negra e os hábitos culturais, não eram assimilados em seus textos.

- c) Os escritores africanos demonstram a possibilidade de se construir histórias diversas sobre a África a partir da criação de novos modelos de narração que considerem a cultura e as experiências das populações africanas e, mais ainda, a história contada do ponto de vista de um africano. Isso ajuda a afastar o modelo único de narrar o continente africano como um lugar inferior ou menos importante.
- d) A proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre a importância da literatura africana como forma de ajudar a **desconstruir modelos hegemônicos** de pensamento sobre a África. A discussão pode propiciar o início de uma atividade interdisciplinar entre História e Literatura, criando um espaço para a leitura de livros de escritores africanos dentro da escola. Hoje, já existe um grande número de autores africanos publicados no Brasil que poderiam ser lidos e discutidos em sala de aula. Exemplo disso é a própria Chimamanda, mas também autores como o angolano Ondjaki ou Pepetela, o moçambicano Mia Couto, os nigerianos Chinua Achebe e Wole Soyinka, entre muitos outros.

ESQUEMA-RESUMO (p. 200)

As diversas sociedades estudadas no capítulo apresentam pontos em comum e também diferenças significativas. É possível apontar, por exemplo, a formação de reinos com diferentes graus de centralização política, como é o caso de Axum e Mali, mas também a existência de reinos que não tinham fronteiras delimitadas, como Gana, ou ainda a articulação de diversas cidades e aldeias como a civilização iorubá. Já a cultura banto não formou um único reino, mas diferentes regiões ocupadas por grupos culturais bantos que criaram formas próprias de organização política, como o Grande Zimbábue e o Manicongo. Do ponto de vista religioso, existiram povos que praticavam religiões politeístas, como os de Axum e os iorubás, mas também povos monoteístas, como o reino do Mali. Axum também adotou uma religião monoteísta a partir do século IV. Do ponto de vista econômico, as sociedades africanas também apresentavam características bastante diversas. Axum se desenvolveu com o comércio, enquanto Gana dependia da exploração da extração aurífera. Já os povos bantos se deslocavam em busca de recursos para sobreviver, enquanto os iorubás controlavam importantes rotas de comércio entre o litoral e o interior do continente africano.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 201)

1. Os povos africanos, em geral, acreditavam que o ser humano era parte integrante da natureza. Para

eles, diversas plantas, animais e minerais tinham um caráter sagrado. Suas crenças eram politeístas, mas nelas se incluía a representação de um deus supremo (sob diversos nomes, segundo cada tradição). Abaixo dessa divindade, existiriam deuses menores que personificavam elementos da natureza. Também eram aspectos comuns a veneração aos antepassados mais antigos dos clãs, a prática da magia e a produção de esculturas e máscaras para representar as entidades espirituais.

2. A arte africana estava relacionada com as práticas religiosas na medida em que elas eram vistas como o suporte material para entrar em contato com antepassados ou outras forças sobrenaturais. As esculturas, por exemplo, eram vistas como meios de entrar em contato com parentes mortos em busca de ajuda para lidar com problemas cotidianos diversos. As máscaras também tinham finalidades ritualísticas, sendo usadas em danças que tinham a finalidade de atrair espíritos para possuir os corpos dos dançarinos, ajudando-os a entrar em contato com o mundo espiritual.
3. O reino de Gana, situado no extremo sul de uma rota comercial transaariana (na atual Mauritânia), surgiu por volta do século IV. Sua principal atividade econômica era a extração de ouro, tanto que isso transformou a região no principal fornecedor desse metal para o Mediterrâneo durante a Idade Média. Segundo relatos de viajantes, havia ouro em todo o palácio real, até mesmo nas coleiras dos cães de guarda do palácio. As fronteiras do reino não estavam bem delimitadas, pois o interesse do soberano de Gana era o pagamento de tributos e o fornecimento de soldados das aldeias e cidades que ele conseguia controlar. No século XII, diversos fatores levaram à decadência do reino, que acabou conquistado por outros povos. O reino do Mali, por sua vez, tornou-se importante por volta do século XII, quando o guerreiro Sundiata Keita, líder de diversos clãs vizinhos, libertou a região do controle de Gana e se estabeleceu como soberano do Mali, adotando o título de *mansa* (rei). Aos poucos, o reino do Mali expandiu seu território, chegando a ocupar uma extensão de terras que ia do Atlântico (nos atuais Senegal e Gâmbia) até o rio Níger, onde os malineses controlavam jazidas de ouro e rotas de comércio.
4. A religião cristã se disseminou no reino de Axum a partir do século IV, quando o rei Ezana se converteu ao cristianismo. Posteriormente, invasões muçulmanas acabaram provocando o colapso do reino de Axum. Já o reino do Mali se formou a partir da expansão de diversos clãs unificados pelo guerreiro Sundiata Keita. Ele e os demais soberanos do Mali eram muçulmanos. Com isso, a expansão territorial desse reino provocou a disseminação da religião islâmica em diversas regiões do continente africano.
5. A civilização iorubá estava organizada em cidades que contavam com grandes centros de artesanato, onde trabalhavam tecelões, marceneiros, oleiros,

ferreiros, etc. Situados entre a floresta e a bacia do rio Níger, na África subsaariana, os iorubás controlaram importantes rotas de comércio entre o litoral e o interior do continente e dominavam a metalurgia. O centro do poder estava na cidade de Ilê Ifé; apesar disso, a civilização iorubá mantinha a autonomia de cada cidade, cuja liderança estava organizada em torno do obá, o chefe político e religioso. A unidade política era garantida pela crença numa mesma origem divina de todas as cidades do povo iorubá. Os obás contavam com o apoio de um conselho formado pelos chefes das principais famílias e pelos representantes dos comerciantes da cidade. No entanto, se o obá fosse um mau governante ou muito autoritário podia ser destituído pelos moradores da cidade.

6. Os bantos eram povos nômades que tinham uma mesma origem linguística. Segundo especialistas, originaram-se nas terras localizadas nas atuais fronteiras entre Camarões e Nigéria. No final do século XIII, esses povos haviam se espalhado por quase dois terços do continente africano, entre a África do Sul e a linha do Equador. Eram agricultores e praticavam a caça e a pesca. Quando se esgotavam os recursos de uma região, eles migravam para outras áreas. Graças a constantes migrações, os bantos ocuparam vastas extensões do continente. A maioria dos grupos bantos permaneceu organizada na forma de comunidades independentes, embora tenham surgido dois reinos de certa importância, o Grande Zimbábue e o Manicongo.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p. 201)

1. a) Os dois textos apresentam algumas prerrogativas de conduta política que poderiam e deveriam fazer parte do comportamento ético do governante africano. Nas entrelinhas do primeiro conto sugere-se que o chefe do reino deve ser, antes de tudo, paciente e sábio para discernir o momento exato de tomar determinada decisão; deve preocupar-se em não atropelar o tempo e em não ser autoritário no afã de conseguir as coisas únicas e exclusivamente conforme sua vontade. Assim, no primeiro conto, o esquilo, por sua imprudência e impaciência, perde a chance de ser rei depois de ter sido avaliado pelo povo. Já no segundo conto, *O cão e a realeza*, fica marcada a alta valorização da lisura e da conduta irretocável do governante diante dos bens que não lhe pertencem. O roubo e a usurpação são aqui rechaçados pelo povo, que, diante do fato de o cão roubar um peito de galinha, logo se dispersa e não legitima a indicação do ladrão para o poder.
- b) A resposta é pessoal, mas espera-se com esta atividade que o aluno reflita sobre a importância de certos valores para que uma pessoa seja um bom governante. Os alunos podem indicar, entre esses valores, o senso de justiça, a honestidade, a capacidade de trabalho, o conhecimento dos problemas que afligem a população,

o senso ético, a perseverança, o amor ao país, etc. Professor, você pode aprofundar a reflexão discutindo alguns desses valores e procurando definir quais entre eles são mais importantes e quais não são tão relevantes. Ao elaborar a lista completa, ficará claro que nenhum governante traz consigo, sozinho, todos esses valores. Alguns, entretanto, aproximam-se mais do que outros dessa escala de valores. Desse modo, é possível imaginar que tipo de governante a classe considera mais justo. Isso pode contribuir para a reflexão política dos alunos.

- c) Resposta pessoal, mas é importante que os alunos produzam seus textos com base nos contos africanos. Ele deve se organizar em torno de três momentos que podem ser apresentados à classe: uma situação inicial que atribui ao personagem certa responsabilidade (no caso, o convite para ser rei, mas poderia ser outro desafio relacionado ao mundo político, como resolver um problema concreto do município, do estado ou do país, ou liderar setores da população para pressionar o Congresso a aprovar determinado projeto de lei, etc.). No segundo momento, o personagem está na nova situação, prestes a ser coroado, mas a ausência de valores (ser apressado ou roubar um objeto) revela que ele não cumprirá bem suas funções. No caso do esquilo, foi suficiente que as pessoas o imaginassem no papel de rei. Finalmente, no terceiro momento, o personagem perde o direito à nova responsabilidade (a realeza) e a narrativa induz a uma “lição” sobre a importância de certos valores para o bom governante. Professor, você pode solicitar aos alunos que produzam histórias curtas, com base nesse modelo. Assim, você poderá finalizar a atividade com a leitura em voz alta de algumas histórias e uma reflexão sobre os resultados obtidos.
2. a) Segundo a narrativa compilada por Verger, Ossain era a divindade que tinha o segredo das folhas, sabendo como utilizá-las com finalidades terapêuticas, divinatórias ou mesmo para causar doenças ou acidentes. Ele recebera seus poderes de Olodumaré.
- b) Os deuses disputam poderes e privilégios entre si. Como Ossain tinha o poder de controlar as plantas, os demais deuses precisavam dele para manter a saúde e alcançar o sucesso. Por conta disso, outros deuses desejavam roubar seus poderes e conhecimentos. Xangô planejou com Iansã, sua esposa, um modo de usurpar os poderes de Ossain. O plano, que não deu certo, evidencia que as relações entre as divindades eram conflituosas, mas que também poderiam se dar de forma harmoniosa e a partir da constituição de alianças, como é o caso da relação entre Xangô e Iansã.
- c) A proposta da atividade é que os alunos explorem mais detalhadamente elementos das religiões

afro-brasileiras, em especial, o culto aos orixás. Existe um rico e diversificado conjunto de narrativas que compõe a mitologia dos orixás e que marcam as práticas religiosas do candomblé e da umbanda. Pode-se pesquisar quem era Olodumaré, Xangô, Iansã, Exu, Ogum, Iemanjá, Oxalá, entre outros. Uma excelente fonte de consulta para essa temática é a obra de Reginaldo Prandi, especialmente seu livro *Mitologia dos orixás* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001), que traz informações aprofundadas sobre os mais diversos elementos do culto aos orixás.

3. a) A imagem traz, em primeiro plano, a figura de uma mulher carregando o que parece ser uma criança. Ao fundo, vemos duas figuras aladas e que estão armadas com espada. Na cabeça da mulher e da criança, pode-se observar uma espécie de aura brilhante. Outro aspecto importante é que a mulher tem, em sua cabeça, um símbolo que parece uma cruz. Esses elementos revelam que se trata de uma imagem com temática cristã. Assim, a mulher pode ser identificada com a Virgem Maria, a criança como Jesus e as figuras aladas como santos que protegem as duas figuras sagradas.
- b) A região onde se desenvolveu o reino de Axum começou a ser povoada no século VII a.C. A população que vivia nessa área tinha práticas politeístas, cultuando diversos deuses em templos, casas de famílias ou ao ar livre. Essas práticas eram bastante distintas das crenças cristãs. Porém, no século IV, o rei Ezana se converteu ao cristianismo, o que provocou o abandono das crenças politeístas na região e a adoção da fé cristã.
- c) Espera-se que os alunos observem que as práticas e crenças religiosas são dotadas de historicidade, passando por transformações, rupturas e permanências. Existem elementos que se transformam, como as crenças politeístas de Axum, que foram substituídas por crenças monoteístas. Por outro lado, há também elementos que permanecem, como a importância das práticas religiosas na vida da região, já que tanto no período politeísta quanto no monoteísta elas se mantiveram presentes no cotidiano da população.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 203)

1. Apenas as afirmativas III e IV estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra D. O erro da primeira afirmativa é indicar que o mansa Sundiata não era um adepto do islamismo. Ainda que o trecho destaque a imagem de rei mágico construída pelos bardos, não é possível afirmar que ele não fosse um adepto do islamismo. O que ocorre é a possível existência de práticas sincréticas na região. Já o erro da segunda afirmativa é apontar que não existiam práticas monoteístas entre o povo mandinga. O trecho do texto indica que já existiam crenças islâmicas há mais de cem anos entre esse povo.

2. Nenhuma das afirmativas está correta; assim, a alternativa correta é a letra E. O erro da primeira afirmativa é apontar que povos iorubás e bantos migraram para o Brasil com o objetivo de fugir das secas e da fome. O que ocorreu, na realidade, foi a migração compulsória desses povos por conta de práticas escravistas no período. O erro da segunda afirmativa é indicar que a maior parte dos bantos e iorubás foi enviada para Cuba e apenas uma pequena parte para o Brasil. As duas regiões receberam grande afluxo de populações africanas. O erro da terceira afirmativa é apontar que a cultura axumita se disseminou para a América por conta das práticas escravistas. Porém, o reino de Axum deixou de existir séculos antes do início da escravidão para a América por conta das invasões muçulmanas na região. Finalmente, o erro da quarta afirmativa é apontar que a cultura africana pouco se disseminou na América. A cultura africana se tornou um elemento importante da cultura em diferentes regiões da América, já que se combinaram com outras tradições culturais e continuam vivas até o presente.
3. As afirmativas II, III e IV estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra B. O erro da primeira afirmativa é indicar que Gana era um exemplo de reino territorial centralizado. Gana não tinha fronteiras delimitadas, o que indica que não se tratava de um reino territorial.
4. As afirmativas I e III estão corretas; assim, a alternativa correta é a letra A. O erro da afirmativa II é indicar que a cultura banto desapareceu no século XVIII. Ainda que combinada com outras tradições, ela continua existindo até o presente, inclusive na América. Já o erro da quarta afirmativa é indicar que a civilização iorubá não tinha um centro urbano importante. Na realidade, o centro da civilização iorubá era Ilê Ifé, que teve origem no século VI.

HORA DE REFLETIR (p. 205)

A proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre a forma como as religiões afro-brasileiras são abordadas na imprensa e em outros canais de opinião pública no Brasil. Nesse caso, os alunos deverão se organizar em pequenos grupos, com 3 ou 4 participantes, e selecionar três reportagens que tratam de religiões afro-brasileiras. É preferível que tais reportagens sejam recentes e que tratem de temas distintos. Também é muito importante que elas sejam pesquisadas em meios de comunicação distintos, dando preferência para a seleção de uma reportagem de jornal, outra de revista e uma terceira de um portal jornalístico. Após a pesquisa das reportagens, os alunos deverão analisar seus conteúdos e a forma como as religiões foram representadas, verificando se elas recebem uma abordagem respeitosa ou estereotipada. Nesse caso, uma forma de enriquecer a realização dessa atividade é propor uma abordagem interdisciplinar entre História e Língua Portuguesa, contando com a colaboração dos professores dessa disciplina durante a análise dos conteúdos das reportagens selecionadas. Com isso,

é possível realizar uma análise mais cuidadosa em relação à forma como as frases foram construídas e aos termos que foram empregados para se referir às religiões afro-brasileiras. Depois de realizada a análise, os alunos poderão apresentar os resultados de suas reflexões aos colegas em sala de aula. Durante a discussão coletiva, é possível recuperar a ideia, proposta por Chimamanda, da narrativa única e discutir como isso também pode ocorrer no caso das práticas afro-brasileiras. Com base nisso, é possível questionar esse modelo narrativo e fortalecer as práticas de tolerância e diversidade religiosa no Brasil, especialmente por meio da valorização das religiões afro-brasileiras.

■ Texto complementar

A seguir, reproduzimos um trecho da “Introdução geral” que o historiador Joseph Ki-Zerbo (1922-2006), natural de Burkina Faso, escreveu para a coleção *História geral da África*, patrocinada pela Unesco. O caráter emblemático desta obra fica perceptível nessa passagem inicial, na qual o autor comenta a importância de repensar e rescrever a história da África.

A África tem uma história. Já foi o tempo em que nos mapas-múndi e portulanos, sobre grandes espaços, representando esse continente então marginal e servil, havia uma frase lapidar que resumia o conhecimento dos sábios a respeito dele e que, no fundo, soava também como um alibi: “Ibi sunt leões”. Aí existem leões. Depois dos leões, foram descobertas as minas, grandes fontes de lucro, e as “tribos indígenas” que eram suas proprietárias, mas que foram incorporadas às minas como propriedades das nações colonizadoras.

Mais tarde, depois das tribos indígenas, chegou a vez dos povos impacientes com opressão, cujos pulsos já batiam no ritmo febril das lutas pela liberdade. Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressusitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: _____ (Ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: Unesco, 2010. p. XXXI-XXXII.

Sugestões de livros

ARNAUT, Luiz; LOPES, Ana Mónica. *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

- Livro escrito por dois pesquisadores especialistas em história da África, esta obra se propõe a ser uma introdução sobre o tema aos leitores brasileiros, chamando a atenção para importantes questões teóricas e metodológicas.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Arxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

- Obra do embaixador e historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva, este livro lança luz sobre a África pré-colonial, dando conta da grande diversidade de povos que se formaram no continente africano, com suas formas de vida e organização diferentes.

_____. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

- Livro que segue uma tradição muito praticada na historiografia francesa – a de temas explicados a filhos ou netos –, esta obra de Alberto da Costa e Silva trata de aspectos da história e da cultura dos povos africanos, revelando a relação que muitos deles têm com o Brasil.

KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África, I: metodologia e Pré-história da África*. Brasília: Unesco, 2010.

- Este é o primeiro volume de uma coleção sobre a história da África patrocinada pela Unesco. Trata-se de uma obra emblemática, pois evidenciou a importância de repensar a história da África e dos africanos. Neste primeiro volume, foram apresentados, sobretudo, textos que fazem fundamentais considerações teóricas e metodológicas.

MELLO E SOUZA, Marina de. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

- A autora traça um vasto panorama do continente africano, abordando a história de seus povos antes e depois da relação com os colonizadores europeus. Além disso, trata da importância que a África teve para a cultura e a sociedade brasileiras.

MOKHTAR, G. (Ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: Unesco, 2010.

- Neste livro, o segundo volume da coleção sobre história da África patrocinada pela Unesco, o foco recai sobre a África antiga, abordando-se, sobretudo, as maneiras de organização e de vivência das populações que habitavam o continente africano no período antigo.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- Nesta intrigante obra do sociólogo Reginaldo Prandi, foram reunidos e organizados os mitos dos orixás que fazem parte das tradições afro-brasileiras. O livro conta com importantes informações e comentários, que ajudam a esclarecer e a conhecer melhor essas narrativas.

Sugestão de filme

Pierre Verger: mensageiro entre dois mundos (Lula Buarque de Holanda, 1998).

- Neste documentário, a vida do etnógrafo e fotógrafo francês Pierre Fatumbi Verger (1902-1996) é apresentada por meio de depoimentos. Seguindo a trajetória do pesquisador, o cantor e ex-ministro da cultura Gilberto Gil viaja pelo Brasil, pela França e pela África, indicando as proximidades que Verger estabeleceu entre esses lugares.

Sugestões de sites

Museu Afro Brasil. Disponível em: <www.museuafrobrasil.org.br/>. Acesso em: 1º abr. 2016.

- Site oficial do Museu Afro Brasil que apresenta diversos vídeos e informações referentes à história da África e dos afrodescendentes no Brasil e em outras regiões da América. Além disso, é possível encontrar informações sobre o acervo do museu e possibilidade de visitas.

Centro de Estudos Africanos. Disponível em: <<http://cea.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 1º abr. 2016.

- Site do Centro de Estudos Africanos, órgão de pesquisa interdisciplinar ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Nesse site é possível encontrar textos, links e informações sobre cursos referentes à história, à literatura e à cultura africanas.

CAPÍTULO 11

Reinos medievais e fortalecimento da Igreja

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 11 aborda desde a formação dos primeiros reinos germanos até a Inquisição, ou seja, compreende o chamado período medieval.

Antes de iniciar o capítulo, é importante pensar o significado do termo “Idade Média”. Ele seria, somente, um longo período de cerca de mil anos, que se estende entre a tomada de Roma e a queda de Constantinopla? Para escapar desse tipo de generalização, é necessário problematizar o adjetivo “**média**”, que carrega sentidos bastante pesados, pois esse período não está caracterizado por alguma especificidade própria, e sim pela maneira como ele foi visto em relação a outro tempo.

Afinal, essa “idade” está no meio do quê? “Idade Média” é uma expressão que ganhou forma durante os séculos XVI e XVII, quando alguns pensadores e artistas se empenhavam em retomar obras de arte e ideais estéticos da Antiguidade clássica. Para os renascentistas, a beleza, a filosofia e a razão clássicas teriam sido obscurecidas durante esse tempo que ficava em meio a eles e a Antiguidade greco-romana. Ou seja, a Idade Média era entendida como um período de crise intelectual e marcado pela ignorância e pelo fervor religioso.

No século XIX, a Idade Média seria retomada a partir de uma leitura positiva. Isso se deve ao fato de que, como veremos neste capítulo e no seguinte, muitos dos **Estados nacionais** europeus, ao buscarem as origens e tradições das nações, remeteram-se ao período medieval. Na interpretação marxista, também criada no século XIX, a transição da Idade Média para a Idade Moderna representa um momento de expansão da circulação comercial, o que possibilitou o consequente acúmulo de capitais que sustentaria a Revolução Industrial.

Já no século XX, os estudos sobre a época medieval se renovaram. Contribuíram enormemente para isso as transformações teóricas na historiografia; na França, por exemplo, no escopo da Escola dos *Annales* e de suas várias gerações, surgiu um conjunto de historiadores empenhados em reavaliar a Idade Média, dedicando-se a importantes assuntos sociais e culturais.

Em suma, conforme afirma o historiador Christian Amalvi: “a Idade Média não existe. Este período de quase mil anos, que se estende da conquista da Gália por Clóvis até o fim da Guerra dos Cem Anos, é uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundidas na sociedade, de geração em geração”⁶. Professor, ressalte-se que as colocações que têm sido feitas até agora devem ser vistas como uma problematização histórica que, na medida do possível, pode ser levada à prática do ensino. Afinal, como já comentado anteriormente, a própria ideia de Idade Média, por mais questionável que possa ser, tem uma inegável importância pedagógica. Mais ainda: a nossa linguagem, em si, acaba impondo barreiras, e seria quase impossível abolir termos como “Idade Média” e “medieval” de nosso trabalho.

A partir da colocação de Christian Amalvi, é possível organizar uma **Atividade Alternativa**. Lembre-se de que, em razão do mito da “Idade das Trevas”, a época medieval se tornou um grande celeiro de histórias fantásticas, nas quais pululam seres míticos, monstros e praticantes de magia. Isso é muito comum na literatura, nos desenhos animados, nos filmes, nas séries televisivas, nos jogos de *videogame* etc. Nesse sentido, pode-se pedir aos alunos que busquem, nas mídias de entretenimento, alguns exemplos de uso da Idade Média; depois, divididos em grupos, eles podem discutir acerca das representações que são feitas desse período nos materiais escolhidos, entendendo-os como documentos históricos. As conclusões dos grupos podem ser expostas em breves seminários.

Feitas essas considerações, pode-se adentrar os conteúdos específicos do capítulo. No que se refere à primeira parte, é importante comentar como a formação dos reinos germânicos se deu de maneira gradual, de acordo com a afirmação do historiador Perry Anderson (1938-), por meio de **um lento processo de integração de elementos romanos e germânicos**. Em termos sociais, o resultado desse processo foi a formação de dois grupos distintos: a **aristocracia**, composta

de grandes proprietários de terras, e o **campesinato**, que seria dependente dos proprietários. Nesse sentido, é importante ressaltar que os **laços de dependência** foram fundamentais na estruturação dessas sociedades; assim, em troca de proteção, pequenos proprietários e guerreiros doavam suas terras a chefes locais, passando a estar ligados aos nobres. Aos poucos, o poder da nobreza foi crescendo, em detrimento da autoridade dos reis. Essa situação foi incentivada, no século VI, pelo surto de **peste negra** (ou peste bubônica) que assolou a Europa, reduzindo drasticamente a população do continente. Sobre a peste, a seção *Você sabia?*, na página 208, apresenta algumas informações interessantes. Já a seção *Interpretando documentos: texto*, na página 213, realiza um diálogo com a Biologia ao mostrar como mudaram as concepções sobre a transmissão da peste negra, algo diretamente ligado aos avanços da tecnologia e da medicina.

É importante comentar que, em decorrência da peste, muitas pessoas saíram das cidades e rumaram para o campo, fugindo das insalubres concentrações humanas. Ocorreu, assim, um fenômeno conhecido como **ruralização** da Europa, não apenas demográfica, mas também no que diz respeito ao **eixo político, econômico e social do continente**. Antes, os centros de decisão concentravam-se na região do mar Mediterrâneo; com a ruralização, o eixo se deslocou em direção ao norte. Percebe-se isso claramente quando se trata da consolidação do Império Carolíngio. A dinastia dos merovíngios tinha seus centros de poder localizados mais ao sul do atual território francês; já os carolíngios tinham suas sedes mais ao norte. No final do capítulo, na seção *Hora de refletir*, na página 222, partindo da relação entre os governantes francos e a Igreja católica, propõe-se uma reflexão sobre a atual separação entre Estado e Igreja observada em muitos países, inclusive no Brasil.

Essa aproximação entre os francos e a Igreja católica ficará evidente, sobretudo, em dois eventos: a **batalha de Poitiers**, em 732, quando os francos barraram o avanço muçulmano e passaram a ser identificados como os grandes defensores do cristianismo; e na coroação do rei Carlos, feita pelo papa Leão III, no ano de 800, como “imperador dos romanos”, com o título de **Carlos Magno**. Esses eventos, como se percebe, são carregados de simbolismos e devem ser abordados sempre com cuidado. Afinal, existe neles um constante diálogo entre temporalidades. A coroação de Carlos Magno visava, por meio de uma operação simbólica, restaurar o Império Romano do Ocidente, o que dava grande legitimidade ao Império Carolíngio, que vivia em tempos de expansão – sobre a militarização e expansão da sociedade carolíngia, a seção *Olho vivo*, na página 211, trabalha com uma representação de um cavaleiro couraçado.

A organização do Império Carolíngio também deve ser comentada na medida em que a patente hierarquização sobre a qual ela se baseou – com os nobres recebendo títulos de **condes, marqueses e duques** –, possibilitou, com a crise desse império, o surgimento de poderes locais. Após a morte de Carlos Magno, em

⁶ AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru: Edusc, 2006. p. 537.

814, o império passou por disputas internas e sofreu com as invasões dos **vikings**, o que acentuou essa fragmentação. **A falência da centralização política e administrativa dos carolíngios, assim, seria fundamental para a origem da sociedade feudal.**

No interior da Igreja católica também se estabeleceu uma organização bastante hierarquizada, o que mostra como essa instituição mantinha fortes relações com o poder político. Essa hierarquização, contudo, sempre gerou fortes críticas contra os membros do **alto clero**, acusados de levar uma vida de luxos e desvios, e proporcionou debates internos na própria Igreja e sátiras fora dela. Sobre isso, na seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 219, trabalha-se com um texto do livro *Decameron*, de Giovanni Boccaccio (1313-1375), no qual o autor faz críticas ao comportamento dos clérigos. Sobre esse assunto, lembre-se, também, de que a fundação do mosteiro beneditino de **Cluny**, em 910, e as orientações feitas pelo papa Nicolau II, quando do **Concílio de Latrão**, em 1059, foram medidas tomadas no sentido de reafirmar os princípios de uma vida monástica e afastada do poder político.

Em 1075, uma bula do papa Gregório VII afirmou essa **crecente autonomia da Igreja, que se fazia em paralelo às tentativas de moralização**. As **Cruzadas** e a **Inquisição**, assuntos das duas últimas partes do capítulo, podem ser entendidas nessa chave interpretativa. As Cruzadas, iniciadas a partir de 1095, revelam como a Igreja era capaz de organizar grandes empreitadas para recuperar seu prestígio, sobretudo após o **Cisma do Oriente** (1054). Essas expedições militares, contudo, acabaram tendo grande importância política e econômica, na medida em que geraram um desafogo demográfico na população europeia e rearticularam as rotas comerciais com o oriente, trazendo lucros, principalmente, aos comerciantes de Gênova e Veneza. A Inquisição, por sua vez – consolidada como **Tribunal do Santo Ofício** desde 1233 –, reafirmou a capacidade da Igreja de assegurar seus dogmas, combatendo tudo aquilo que fosse considerado **heresia**.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 213)

1. No século V, com as invasões germânicas, iniciou o processo de integração de características romanas e germânicas na formação das sociedades europeias. Esse processo resultou na criação de reinos germânicos nos quais as relações pessoais eram fundamentais para estruturar a ordem política, já que os reis consideravam seus reinos propriedades pessoais. Aqueles que se submetiam aos reis ganhavam proteção, o direito de trabalhar nas terras, deveriam obedecê-los e participar das guerras ao lado deles. Outra mudança importante no período foi o abandono das cidades por grande parte da população em razão dos surtos de peste bubônica. A migração para os campos fortaleceu ainda mais o poder dos reis e fez com que a economia rural se tornasse a base da sociedade europeia ocidental.
2. No século V a Igreja católica manteve-se unificada e se tornou uma instituição poderosa graças à

acumulação de terras e propriedades e à cristianização dos povos germânicos, principalmente após a conversão de Clóvis, em 496, que deu início a uma longa aliança entre o Estado e a Igreja católica. Graças a ele, a Igreja conseguiu o apoio de uma força militar capaz de garantir sua sobrevivência e ampliar a cristianização dos demais povos no continente europeu. Em contrapartida, Clóvis utilizou a estrutura administrativa católica para fortalecer seu poder e governar um vasto território. Isso continuou no governo de Carlos Magno, que foi coroado imperador dos romanos pelo próprio papa no Natal de 800. Essa coroação reforçou os vínculos entre a Igreja e os carolíngios e colaborou para a disseminação do poder religioso da Igreja para outras regiões.

3. O renascimento carolíngio foi o resultado de transformações promovidas durante o governo de Carlos Magno, que envolviam o estímulo à criação de escolas palatinas e à transcrição de textos clássicos da Antiguidade. Esses dois movimentos possibilitaram uma intensa renovação cultural dentro do território carolíngio. Nesse contexto, os monges copistas tiveram um papel muito importante, já que eram os responsáveis por preservar os textos antigos, garantindo o funcionamento de bibliotecas e a manutenção da cultura letrada num período em que grande parte da população era analfabeta.
4. O Império Carolíngio foi comandado por Carlos Magno. Durante seu governo, Carlos Magno assumiu o controle dos tribunais, padronizou o sistema de cunhagem de moedas, passou a fazer uso crescente de documentos escritos e dividiu o território carolíngio em partes menores. Cada parte recebeu um governante nobre, o que deu origem a uma estrutura hierárquica que seria, posteriormente, utilizada na formação de outros reinos. Com isso, os condados eram governados por condes; as marcas eram administradas pelos marqueses; vários condados reunidos formavam um ducado, sob o comando dos duques. Essa estrutura, porém, entrou em crise após a morte de Carlos Magno, em 814. As disputas pelo poder fizeram com que o território fosse fragmentado, desfazendo sua unidade.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO (p. 213)

- a) O médico medieval apresenta um número variado de causas, como a presença de humores pútridos, o excesso de alimentação, sexo ou banhos, a presença de porosidade na pele, a hipersensibilidade ao calor e ao frio, a transpiração excessiva ou ainda a quantidade de cabelos. É importante destacar a presença de critérios morais para explicar a maior suscetibilidade ao contágio, já que a alimentação ou o ato sexual eram fatores que tornavam as pessoas mais suscetíveis de adoecer, e também que todos os critérios dependiam do organismo do indivíduo. Não existia uma explicação sobre a ação de um agente externo que causaria a doença.

- b) A ciência contemporânea explica o contágio da peste a partir de uma causa microbiológica: o bacilo *Yersinia pestis*. A bactéria tem a forma de um bacilo curto e ovoide e é transmitida pela picada de pulgas infectadas pela bactéria, que vivem principalmente em roedores. Essas pulgas podem se espalhar para outros animais e atingir os seres humanos. Quando estes são picados pelas pulgas, também são infectados com a doença. Outro fator de contaminação é a forma pneumônica da doença, a mais grave de todas. Nessa forma, a bactéria pode ser transmitida pela tosse ou pelo espirro entre seres humanos.
- c) Não, a ciência medieval explicava o contágio da peste a partir de categorias morais e por disposições corporais específicas, enquanto a ciência contemporânea utiliza uma explicação microbiológica para tratar do contágio. Não é mais uma propriedade do corpo ou uma falta moral que faz com que os indivíduos adoeçam, mas a transmissão de um bacilo. Nesse caso, para se proteger da peste, há dois caminhos: impedir a proliferação dos hospedeiros do bacilo ou aplicar uma medicação para combater o bacilo já instalado no corpo humano.

DIÁLOGOS (p. 216)

Existem diversas edições da obra *Dom Quixote de La Mancha*, de Cervantes, incluindo versões adaptadas, facilmente encontradas em livrarias, sebos e bibliotecas. De modo geral, pode-se dizer que o personagem de Dom Quixote faz uma sátira aos costumes da cavalaria medieval, entre eles, o amor cortês, as relações de suserania e vassalagem, os princípios morais que regiam a vida dos cavaleiros, etc. Professor, você pode promover uma atividade bem animada de leitura. Para isso, é preciso solicitar aos alunos que preparem previamente a leitura e identifiquem a pronúncia e a entonação corretas do trecho a ser lido. O professor de Arte (Teatro) também pode ser chamado, se você julgar conveniente.

ESQUEMA-RESUMO (p. 218)

A formação dos reinos germânicos provocou a integração de elementos romanos e germânicos na organização política da Europa. Isso fez com que as relações pessoais de dependência com o soberano se tornassem um dos elementos principais de organização social, bem como provocou a forte militarização da sociedade e a ruralização da economia. Já o fortalecimento da Igreja, graças ao acúmulo de terras e outras riquezas e à posterior aliança com os reinos francos, fez com que ela se tornasse a instituição mais rica e poderosa da Europa durante a Idade Média (séculos V ao XV). Vale destacar que esta passou por mudanças importantes a partir dos séculos X e XI, como inúmeras reformas doutrinárias e institucionais, a organização das Cruzadas, a criação do Tribunal do Santo Ofício, etc. Apesar dessas transformações, com o passar dos séculos, a Igreja enfrentou uma lenta crise de seu poder sobre a sociedade europeia.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 219)

1. As Cruzadas eram expedições organizadas pela Igreja católica que tinham objetivos religiosos, especialmente o de retomar a cidade de Jerusalém para a cristandade. Porém, havia também outros interesses em jogo. Com as Cruzadas, o papa pretendia recuperar o prestígio e a unidade da Igreja, abalados pela corrupção e pelo Cisma do Oriente, em 1054. Além disso, nobres tinham interesse em pilhar riquezas e conquistar novas terras. Muitos comerciantes esperavam que as Cruzadas promovessem a reabertura do comércio no Mediterrâneo, dominado pelos muçulmanos. Finalmente, os camponeses ingressaram nas Cruzadas sonhando com a conquista da liberdade. Assim, percebe-se como uma causa religiosa tinha articulação com questões políticas e econômicas na sociedade medieval.
2. A Igreja católica tinha poderes espirituais na medida em que ela era a principal instituição que regulamentava os comportamentos e as práticas religiosas da sociedade medieval. Além disso, a Igreja era uma das mais ricas instituições do período, já que era proprietária de vastas extensões de terra e outros bens materiais. Esse patrimônio, somado ao poder espiritual, tornou a instituição uma importante autoridade no período.
3. No alto da hierarquia, encontravam-se os cardeais, arcebispos, bispos e patriarcas, responsáveis pela organização mais ampla da Igreja e pelo controle das suas riquezas; abaixo vinham os diáconos, os monges e os padres, que cuidavam diretamente das comunidades rurais e dos doentes. O alto clero desfrutava dos mesmos privilégios sociais e econômicos da nobreza, como o acesso à terra e ao poder político. Na base da hierarquia, o baixo clero vivia próximo aos camponeses. Dessa forma, a estrutura hierárquica da Igreja reproduzia características da divisão da sociedade feudal entre senhores e camponeses pobres.
4. A criação do mosteiro beneditino de Cluny tinha por finalidade restaurar o poder espiritual da Igreja, combatendo a corrupção e o abandono das regras canônicas. Essa reforma baseou-se no modo de vida dos religiosos. A partir desse mosteiro, outros foram construídos em quase toda a Europa sob a autoridade do abade de Cluny. Essa iniciativa contribuiu para restaurar por algum tempo a dignidade da Igreja.
5. O Tribunal do Santo Ofício, também conhecido como Inquisição, era o órgão responsável por investigar e punir as pessoas consideradas hereges no período. Desde a fundação da Igreja, a hierarquia católica procurou consolidar a unidade da instituição por meio de uma doutrina única e universal. Inicialmente, as ideias divergentes eram discutidas e provocavam polêmicas entre os dirigentes da Igreja e até entre os fiéis. Mas, a partir do século XII, o papado intensificou o combate aos grupos divergentes. Em 1184, uma bula papal determinou

crença. Inversamente, num Estado com orientação religiosa é mais difícil contestar ou discordar do governo, já que ele tem o apoio ideológico de instituições religiosas e age como se fosse o “dono da verdade”. Professor, você pode solicitar aos grupos que troquem seus textos entre si a fim de ampliar o debate. Para isso, destaque a necessidade de os colegas respeitarem a opinião uns dos outros. No final, pode-se concluir a atividade com uma roda de conversa com a classe inteira.

■ Texto complementar 1

Abaixo, um texto do medievalista brasileiro Jônatas Batista Neto explica a estrutura administrativa do Império Carolíngio e sua importância para a generalização do feudalismo na Europa continental.

Os senhores não pagavam salários aos seus comandados por uma razão muito simples: não havia dinheiro em circulação. O ocidente tinha se ruralizado ao extremo, após as invasões bárbaras, e o comércio e as cidades haviam praticamente desaparecido. Assim, os benefícios se multiplicaram, sempre constituídos de domínios [ou seja, grandes propriedades rurais], e de conjuntos de domínios ou mesmo de frações de domínios. Em geral, eram concedidos após um pedido (em latim, precor) do interessado [...].

Na época carolíngia, em consequência das inúmeras campanhas de Carlos Martel e de seus descendentes, houve uma multiplicação extrema das concessões de terras porque era necessário formar grandes exércitos. Martel chegou a impor uma divisão das terras da Igreja quando da campanha que resultou na vitória de Poitiers sobre os árabes (732) [...]. Para compensar a Igreja, criou-se um dízimo a ser pago aos religiosos em todo o reino.

Dessa forma, em meados do século VIII, multiplicava-se o número de vassallos beneficiados entre o [rio] Loire e o [rio] Reno. O termo vassus se generaliza [...].

Quando Carlos Magno realizou suas expedições de conquista, levou essas práticas consigo. Nos territórios dominados, implantou vassallos reais (os vassallos dominici), utilizando o patrimônio dos vencidos, que era imediatamente parcelado num número adequado de benefícios.

Por outro lado, a vassalagem começou também a ser imposta a homens que já estavam vinculados à Coroa, só que exercendo funções de governo. Os funcionários reais (duques, condes e marqueses) tornaram-se vassallos do rei, e os cargos públicos transformaram-se em benefícios. Ou seja, transplantaram-se práticas de caráter privado para a esfera pública. Isso fez com que os cargos de governo passassem a ser vistos como concessões de particulares, como benefícios. Enquanto existiu uma monarquia forte, o sistema funcionou; quando a realeza se eclipsou, em virtude das invasões (vikings, húngaras, sarracenas) e das guerras civis (Luís, o Piedoso, contra os seus filhos; os netos de Carlos Magno, uns contra os outros), prevaleceram as relações pessoais, privadas, e o Estado praticamente deixou de existir.

BATISTA NETO, Jônatas. *História da Baixa Idade Média*, 1066-1453. São Paulo: Ática, 1989. p. 18-20.

■ Texto complementar 2

O texto a seguir, do historiador Hilário Franco Júnior, discute algumas questões ligadas ao conceito de Idade Média, às suas modificações ao longo do tempo e à necessidade de, constantemente, repensar os conceitos históricos.

Se numa conversa com homens medievais utilizássemos a expressão “Idade Média”, eles não teriam ideia do que estaríamos falando. Como todos os homens de todos os períodos históricos, eles viam-se na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação a posteriori, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indistigável em relação aos séculos localizados entre a Antiguidade clássica e o próprio século XVI. Este se via como o renascimento da civilização greco-latina, e, portanto, tudo que estivesse entre aqueles picos de criatividade artístico-literária (de seu próprio ponto de vista, é claro) não passara de um hiato, de um intervalo. Logo, de um tempo intermediário, de uma Idade Média. [...]

Após os exageros denegridores dos séculos XVI-XVII e os exaltadores do século XIX, hoje temos uma visão mais equilibrada sobre a Idade Média. É verdade que a divulgação que ela conheceu em fins do século XX fora dos meios acadêmicos – inúmeras publicações científicas e ficcionais, filmes, discos, exposições, turismo, etc. – nem sempre implicou uma melhor compreensão daquele período. Mas reflete um dado essencial: a percepção que se tem da Idade Média como matriz da civilização ocidental cristã. Diante da crise atual dessa civilização, cresce a necessidade de se voltar às origens, de refazer o caminho, de identificar os problemas. Enfim, de conhecer a Idade Média para conhecer melhor os séculos XX-XXI.

Ora, para tanto é preciso acompanhar a presença medieval ao longo dos tempos. E, portanto, recolocar a velha questão: continuidade ou ruptura? Sobre a passagem da Antiguidade para a Idade Média, boa parte da historiografia prefere enfatizar os pontos comuns, os prolongamentos. Mas entre Idade Média e Idade Moderna por muito tempo não se hesitou em aceitar unanimemente a segunda resposta. Isso esteve ligado [...] ao próprio conceito de Idade Média. Só mais recentemente se passou a negar a pretensa oposição Medievalidade-Modernidade. No entanto, isso ainda é feito de forma tímida, mais em relação ao Renascimento do que aos outros movimentos históricos ditos “modernos”. Hesita-se ainda em admitir que as estruturas modernas são, no fundamental, medievais.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 11 e 155.

Sugestões de livros

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- Esta é uma obra clássica, na qual Perry Anderson realiza um ensaio de cunho histórico e sociológico

sobre aquilo que ele entende como a passagem da Antiguidade para o feudalismo, que criou um novo modelo de exploração do trabalho e de desigualdade social.

FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. Tradução de Luciano Machado Vieira. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

- Nesta vasta biografia, o renomado medievalista francês Jean Favier (1932-2014) aborda diversos aspectos e passagens da vida de Carlos Magno, ressaltando, também, algumas das lendas e dos mitos que envolvem esse importante personagem histórico.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- Obra escrita por um dos mais conhecidos medievalistas brasileiros, este livro traça um panorama da Idade Média por meio de eixos estruturais, como a demografia, a política, a economia, a sociedade, a cultura etc. Além disso, o livro faz discussões teóricas sobre a caracterização do período medieval e apresenta importantes ferramentas didáticas, como ilustrações, cronologia, tabelas e um glossário.

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- Este livro se baseia em uma série de conversas que Le Goff teve com o escritor francês Jean-Maurice de Montremy, no qual foram abordados diversos temas ligados à Idade Média e à necessidade de se repensar esse período.

_____. *A história deve ser dividida em pedaços?* Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

- Nesta obra, que foi a última escrita por Jacques Le Goff (1924-2014), o autor contesta as maneiras como é feita a periodização da História, tratando especificamente do caso da “Idade Média”. De acordo com Le Goff, esse período deveria ser repensado para além das imagens consolidadas que existem sobre ele e em uma temporalidade mais extensa.

_____.; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Tradução de Hilário Franco Júnior et alli. Bauru: Edusc, 2006.

- Obra de referência produzida por um conjunto de pesquisadores especialistas em Idade Média que apresenta diversos textos organizados em verbetes, o que possibilita traçar um panorama bastante rico do período medieval.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

- Esta obra é uma coletânea de documentos sobre o mundo medieval, organizados sistematicamente e cronologicamente. Os textos reunidos permitem a interpretação de fatores socioculturais, econômicos e políticos do período medieval.

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno: o impacto do islã sobre a civilização europeia*. Tradução de Regina Schopke e Mauro Baladi. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

- Este livro mostra a maneira como o islã interferiu na vida dos povos europeus. Nesse sentido, Pirenne

defende uma intrigante tese: a de que a formação do reino de Carlos Magno esteve diretamente ligada ao avanço dos muçulmanos pelas regiões mediterrâneas.

Sugestões de filmes

O incrível exército de Brancaleone (Mário Monicelli, 1965).

- Uma hilária comédia do diretor italiano Mário Monicelli que faz uma paródia das histórias de cavalaria ao tratar das peripécias de um desajustado cavaleiro e de seus comandados. É importante notar como o filme, além de trabalhar muito bem com os estereótipos sobre o período medieval, acaba com qualquer possibilidade de indevido uso nacionalista da Idade Média.

Decameron (Pier Paolo Pasolini, 1971).

- O diretor Pier Paolo Pasolini, através da estética do neorealismo italiano, que conta com poucos recursos e muitos atores amadores, faz uma adaptação da obra homônima de Giovanni Boccaccio.

O nome da rosa (Jean-Jacques Annaud, 1986).

- Baseado no livro homônimo do escritor italiano Umberto Eco, este filme, apesar de tratar de uma situação transcorrida no século XIV, permite, através de uma narrativa de mistério, trabalhar com o tema da organização do clero, da Inquisição e da importância política e cultural da Igreja durante a Idade Média.

Sugestão de site

Laboratório de Estudos Medievais. Disponível em: <<http://leme.vitis.uspnet.usp.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

- Site do Laboratório de Estudos Medievais, órgão que reúne pesquisadores brasileiros dedicados ao tema da Idade Média. Nesse site é possível encontrar textos e links importantes sobre o período medieval, sobretudo de outros órgãos semelhantes espalhados pelo Brasil.

CAPÍTULO 12

Feudalismo e formação dos Estados Nacionais

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 12 trata do feudalismo e da formação dos Estados Nacionais europeus. O tema deve ser discutido com cuidado e atenção, haja vista que a História, nesse domínio das origens nacionais, é constantemente interpretada e reinterpretada de maneira a criar justificativas para discursos de cunho nacionalista.

Sobre isso, é importante lembrar o comentário do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012), em seu clássico livro *Nações e nacionalismo desde 1780*, obra publicada pela primeira vez em 1991, de que, para a direita francesa das últimas décadas do século XIX, a palavra-chave em seu vocabulário político “não era ‘família’, ‘ordem’, ‘tradição’, ‘religião’, ‘moralidade’ ou qualquer outro termo semelhante. De acordo com os analistas,

essa palavra era ‘ameaça’⁷”. Assim, pode-se afirmar que, nessas primeiras décadas do século XXI, a palavra-chave dos setores de direita europeia volta a ser a mesma, haja vista os discursos marcados pela xenofobia e pelo medo de dissolução das nacionalidades. Esse tipo de formulação discursiva, note-se bem, se baseia sobre a ideia de que existiria uma raiz nacional profunda, que traria em si as características do verdadeiro “ser nacional”, qualidades tradicionais que devem ser preservadas da ameaça estrangeira.

Muitas dessas tradições nacionais, contudo, são pautadas em elaborações memorialísticas bastante seletivas, que criam determinados laços comuns entre uma comunidade e legam ao esquecimento aquilo que não se adequa ao ideal nacional. Em outro livro seminal, *A invenção das tradições* – obra coletiva organizada junto com o historiador Terence Ranger (1929-2015), em 1983 –, Eric Hobsbawm comenta como muitas dessas tradições nacionais não passam, de fato, de **tradições inventadas**. De acordo com Hobsbawm, “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado historicamente apropriado. [...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal⁸”.

A partir dos comentários de Eric Hobsbawm, percebe-se como a História funcionou como elemento de coesão nacional e base para a formulação de “tradições inventadas”. Um dos mais famosos ensaios presentes no livro organizado por Hobsbawm e Ranger, por exemplo, trata do *kilt*, a saia xadrez usada por escoceses. O autor do texto, o historiador Hugh Trevor-Roper (1914-2003), mostra como, em vez de o uso dessa vestimenta ser uma tradição de origem medieval – o que seria um motivo de identidade entre os escoceses, cuja história é marcada pelos conflitos contra o domínio inglês –, foi de fato uma moda introduzida no século XVIII e que atendia aos interesses de uma crescente indústria têxtil. Assim, em vez de uma profunda tradição de montanhese, um símbolo da preservação dos costumes e resistência cultural, o saio xadrez era uma criação moderna.

Esse é um caso que evidencia a importância de problematizar a origem dos Estados nacionais e suas tradições. O fundamental, nesse sentido, é **sempre realizar um constante trabalho com as temporalidades, identificando a maneira como o passado aparece no presente, como ele é articulado, através da memória e do esquecimento, pela narrativa histórica**. Afinal, é nessa interpretação que se revela toda a carga de significados atribuída ao passado, assim como seus usos no presente. Sobre isso, pode-se organizar uma

Atividade Alternativa que aproxime essa discussão da experiência dos estudantes. Divididos em grupos, eles podem identificar “tradições inventadas” que perpassam, cotidianamente, as suas vidas, como os símbolos pátrios, os monumentos públicos, os nomes de ruas e praças, a história dos times de futebol, as práticas escolares, os discursos que se criam sobre as cidades etc. O importante é perceber que essas tradições somente serão efetivas se conseguirem dialogar com a vida das pessoas, criando, de acordo com Hobsbawm, o “cimento da coesão grupal”. Depois, podem ser organizados seminários ou produzidos cartazes que apresentem as conclusões a que chegaram os grupos.

Feitos esses comentários, pode-se começar a trabalhar com mais profundidade os conteúdos do capítulo 12. A primeira parte do capítulo trabalha com o mundo feudal.

De modo geral, o feudalismo se baseou no antigo costume dos povos germânicos de criar laços de **vassalagem**. Em princípio, o feudo era uma espécie de juramento de fidelidade, em troca de proteção militar, que se fazia ao **suserano**. Isso mudou com os carolíngios, quando a relação de feudo passou a indicar o poder que os nobres poderiam ter sobre algum bem ou atividade, geralmente terras, cobrança de impostos ou controle da justiça. A partir desse momento, o feudo passou a ser uma forma de transmitir responsabilidades e criar mecanismos de administração de propriedades e serviços. Foi por meio dessa mudança que os vassalos começaram a se converter em **senhores feudais**.

Símbolos desse feudalismo de base agrária eram os **castelos** (explicados no box *Os castelos medievais*, na página 225) e as relações de dependência estabelecidas entre os senhores feudais e os **camponeses**. Os camponeses, que somavam 80% da população feudal, dividiam-se entre **servos** e **vilões**, sendo que ambos os grupos deviam obrigações e impostos aos senhores. Os primeiros, contudo, estavam presos à terra onde laboravam e não usufruíam liberdade plena; enquanto os segundos eram camponeses livres que haviam entregado suas terras aos senhores em troca de proteção. Sobre a hierarquização da sociedade feudal, a seção *Interpretando documentos: imagem*, na página 229, trabalha com uma iluminura da obra *O livro da caça*, escrita no século XIV, por Gaston Phoebus (1343-1391), o conde de Foix. Nessa imagem, é possível identificar as diferenças existentes entre os grupos sociais e como isso se fazia sentir nas práticas sociais. Além disso, a seção *Hora de refletir*, na página 241, propõe uma reflexão acerca da participação da Igreja nesse tipo de hierarquização social e atualiza a questão para os dias de hoje, por meio das relações que existem entre religião, economia e política.

Levando em conta essa hierarquização social, é importante comentar que as relações baseadas na suserania e vassalagem acabaram por enfraquecer o poder dos reis, propiciando a **ramificação dos feudos** e a

⁷ HOBBSBRAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

⁸ HOBBSBRAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 9, 10, 21 e 165.

fragmentação do poder centralizado. Muitos senhores feudais, diante do acúmulo do poder local, começaram a estabelecer novas relações de vassalagem. Com isso, cavaleiros tornaram-se pequenos senhores feudais, responsáveis por armar seus exércitos e proteger suas terras. Um senhor feudal, assim, era vassalo do rei e suserano de cavaleiros, seus vassalos. Além do mais, lembre-se de que, a partir do século X, os feudos deixaram de ser uma concessão temporária e passaram a ser uma efetiva propriedade, que poderia ser transmitida hereditariamente.

Com essa significativa mudança, os casamentos arranjados entre filhos de senhores ganharam força, já que isso possibilitava a formação de alianças e o acúmulo de propriedades. Dentro dessa lógica hereditária, a integridade das propriedades estava sempre assegurada, pois somente o filho homem mais velho tinha direitos de herdar as posses; no caso das filhas mulheres casadoiras, instituiu-se o pagamento do **dote**, que era composto de bens móveis. Sobre esse assunto, o boxe *Casamentos arranjados*, na página 226, apresenta importantes informações e, por meio da atividade *De olho no mundo*, atualiza as questões matrimoniais e familiares para o Brasil contemporâneo ao questionar acerca do novo **Código Civil**, que entrou em vigor em 2003. Esse instrumento legal, apesar das inegáveis conquistas, promoveu limitações no que se refere, por exemplo, aos direitos dos casais homossexuais. O tema do matrimônio também é abordado na seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 237, por meio de um fragmento da obra *Félix ou O livro das maravilhas*, uma novela medieval escrita entre 1288 e 1289 pelo filósofo catalão Ramon Llull.

A segunda parte do capítulo 12, que fala do **fortalecimento do poder dos reis**, trata de uma mudança que se fez sentir na Europa ocidental a partir do século XI e que representou a crise da sociedade feudal. Como comentado no capítulo anterior, as Cruzadas, que se iniciaram no final do século XI, trouxeram um novo fôlego para o comércio europeu, pois possibilitaram a retomada do comércio com o Oriente. A partir dessa nova movimentação comercial, alguns pequenos centros urbanos surgiram como resultado da expansão dos **burgos**. Os habitantes dos burgos, os chamados **burgueses**, eram majoritariamente mercadores e artesãos, que não tinham vínculos com os senhores feudais, apesar de comercializar com eles e seus dependentes. Dessa forma, os interesses da burguesia tiveram grande importância na centralização monárquica, pois a fragmentação do mundo feudal dificultava a prática do comércio – nas diversas partes dos reinos, por exemplo, não havia padronização de pesos, medidas e moedas. Assim, por meio de **um processo lento e gradual**, o poder real começou a se sobrepor ao dos senhores feudais; estes, por sua vez, cada vez mais tiveram de contar com a ajuda dos reis para conter revoltas de camponeses e rivalidades entre os próprios nobres. Logo, o processo de centralização fez com que os poderes locais se submetessem aos monarcas; consequentemente, a autoridade sobre a força militar passou aos domínios dos reis e as fronteiras dos Estados foram mais bem estabelecidas, facilitando a padronização do comércio.

Sobre a o aumento do poder em torno da figura dos reis, é interessante notar que as centralizações de poder sempre se baseiam em mecanismo administrativos. No caso da França, cujas origens são tratadas na terceira parte do capítulo 12, isso fica bastante perceptível, pois a moeda única, a centralização da justiça, o maior controle sobre a Igreja e a taxação de seus bens, o estabelecimento de novos impostos, assim como a criação dos **Estados Gerais**, assembleia que representava, politicamente, nobreza, clero e burguesia, foram medidas administrativas que possibilitaram a centralização e a estruturação do Estado Nacional. No caso da Inglaterra, tema da quarta parte do capítulo, esses esforços de centralização se fizeram sentir com a aprovação da **Common Law**, conjunto de leis adotado em toda a Inglaterra e que enfraqueceu a nobreza. O caso inglês, entretanto, foi marcado pela reação dos senhores feudais; através da **Carta Magna** e da consolidação do **Grande Conselho** – assembleia que viria a ser chamada de **Parlamento** no século XIII –, os nobres conseguiram estabelecer um sistema que limitava as ações do rei, impedindo-o, por exemplo, de aumentar impostos e criar novas leis sem a aprovação do Grande Conselho (ver *Texto complementar* ao final das orientações desse capítulo).

Além das medidas administrativas e centralizadoras, também é preciso relacionar a formação dos Estados Nacionais a certo **sentimento de identidade nacional**. A chamada **Guerra dos Cem anos** – nome pela qual ficaram conhecidos os conflitos travados entre França e Inglaterra entre 1337 e 1453 – cumpriu a função de unidade nacional entre essas populações, sobretudo a francesa, que viu surgir a figura e o mito de **Joana d’Arc**, personagem reconhecida, com o passar dos tempos, como heroína do povo francês – note-se, contudo, que a ascensão dessa figura ao *status* de heroína não se faria sem controvérsias e debates políticos. Sobre isso, lembre-se de que a seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 238, apresenta uma atividade sobre Joana d’Arc, tratando da situação das mulheres na sociedade medieval.

Por fim, a sexta parte do capítulo trata da formação dos Estados Ibéricos, Portugal e Espanha. Nesses dois casos, a formação dos Estados Nacionais se deu no contexto da guerra de **Reconquista** contra os mouros – note-se como a própria ideia de uma “reconquista” já é carregada de sentidos construídos sob a lógica do discurso nacional. No caso de Portugal, a proximidade entre burguesia e monarquia, que se consolidou entre 1383 e 1385, com a **Revolução de Avis**, possibilitou a conjugação dos esforços no sentido do além-mar, criando condições para as navegações marítimas.

No caso da Espanha, um elemento de consolidação do poder monárquico – que, a partir de meados do século XV, estava unificado nas mãos de Isabel de Castela e Fernando de Aragão – foi a aproximação com a Igreja e a instauração, em 1478, de um Tribunal do Santo Ofício subordinado aos reis. Com isso, além de expulsar muçulmanos e judeus, os monarcas tinham uma importante ferramenta política, que lhes possibilitava controlar e

reprimir quaisquer reações de senhores feudais e, até mesmo, de burgueses insatisfeitos.

Isso nos permite vislumbrar com clareza como as transformações históricas são marcadas por rupturas e permanências; uma dessas últimas, como o apoio da Inquisição à monarquia espanhola, foi a manutenção de práticas de intolerância religiosa no cerne daquilo que se poderia chamar de Modernidade.

DE OLHO NO MUNDO (p. 226)

O novo Código Civil brasileiro trouxe mudanças importantes para as relações familiares e matrimoniais no país, como a admissão da falta de amor como um dos possíveis motivos de separação, sem que haja punição de qualquer natureza contra o cônjuge que reconheça ter deixado de amar e a redução da maioridade civil de 21 para 18 anos, permitindo a qualquer pessoa com mais de 18 anos estabelecer uma união estável, entre outras. Além disso, o Código Civil reconheceu que todas as pessoas são capazes de direitos e deveres, promovendo com isso a igualdade de gênero no texto da lei. Porém, isso não significa que toda a legislação brasileira garanta medidas igualitárias para qualquer indivíduo que deseje estabelecer relações matrimoniais ou familiares. Um dos exemplos mais claros disso é a questão do casamento homoafetivo. O próprio Código Civil só reconhece a possibilidade de casamento entre casais heterossexuais. Ainda que existam decisões judiciais que autorizam o casamento homoafetivo, a inexistência de garantias claras no Código Civil demonstra as dificuldades em garantir direitos igualitários nesse aspecto de nossa sociedade. Outro exemplo é o debate em torno do Estatuto da Família, votado pela Câmara dos Deputados em 2015, que prevê que a definição de família no Brasil seria apenas aquela relação estabelecida entre um homem e uma mulher. Com base nisso, é importante que os alunos reflitam e destaquem que a legislação brasileira já avançou muito em termos de igualdade de gênero, porém ainda precisa avançar em muitos outros aspectos de modo a garantir direitos igualitários entre todos os indivíduos de nossa sociedade.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 229)

1. a) As relações de vassalagem, que faziam parte da cultura germânica, baseavam-se no juramento de fidelidade entre dois guerreiros: o vassalo, que se comprometia a viver sob as ordens de um chefe militar, e o suserano, que, em troca, lhe oferecia proteção.
b) No período carolíngio, a vassalagem assumiu novo significado. Os reis passaram a conceder aos nobres o direito de uso (não de propriedade) de algum bem, chamado de feudo. Em geral, o feudo era uma extensão de terra, mas também podia ser o direito de cobrar impostos, de controlar a justiça ou administrar um castelo. O rei oferecia, além do feudo, proteção contra os inimigos e exigia, em troca, lealdade dos vassallos, que deviam lutar ao lado dele em caso de guerra.

c) Um senhor feudal podia ser vassalo do rei e suserano de outros senhores menores, que a ele se reportavam como vassallos, porque todo o sistema de poder estava fragmentado na sociedade feudal. Esse processo de subdivisão dos feudos também foi provocado pela enorme frequência de guerras no período. As necessidades constantes de aumentar o número de cavaleiros e soldados só podia ser garantida de modo eficiente, nas condições feudais, por essa subdivisão de terras.

2. O processo de fragmentação do poder político das sociedades europeias iniciou no século V, por conta das invasões germânicas. Esse processo introduziu as relações de vassalagem como elemento central nas relações políticas na Europa. Nos séculos seguintes, os conflitos e as disputas entre diferentes senhores de terra provocaram a intensificação das relações de vassalagem e da feudalização da sociedade. Entre os séculos VIII e IX, os grandes senhores feudais se tornaram as principais autoridades políticas em seus feudos e os reis perderam seu poder e sua importância.
3. Os servos eram indivíduos que viviam como arrendatários dos grandes senhores de terra. Por conta disso, eles recebiam proteção e tinham o direito de trabalhar na terra para se sustentar, mas em troca perdiam suas liberdades plenas, ficando preso à terra. Além disso, assumiam obrigações diversas para com o senhor, tanto na forma de impostos quanto na prestação de serviços variados. Os vilões eram os camponeses livres que entregaram suas terras para um senhor feudal em troca de proteção. Com isso, eles tinham garantido o direito de trabalhar nas terras arrendadas, mas também tinham obrigações com o senhor feudal; muitos impostos e taxas cobradas dos servos não recaíam também sobre os vilões.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM (p. 229)

- a) Pode-se identificar as diferenças sociais pelo vestuário e pela distribuição dos personagens no quadro. No centro da grande mesa, há um personagem elegantemente vestido, com uma espécie de chapéu, um cinturão e um medalhão no pescoço. Ele é Gaston Phoebus, senhor das terras onde tem lugar a cena e líder da caçada. À sua volta, quatro personagens parecem dirigir a atenção a ele, como se pode observar pelos gestos das mãos e pelos olhares. Entre esses personagens, porém, há diferenças importantes: sentados ao lado do senhor das terras, dois homens parecem entretê-lo com alguma conversa, enquanto os outros dois oferecem alimentos, numa atitude servil. Professor, você pode acrescentar que, pelas vestimentas e por sua familiaridade com Gaston Phoebus, com o qual conversam, os dois primeiros homens deviam pertencer à nobreza e ser também caçadores.

Os cavalos utilizados na caçada (à esquerda da iluminura) pertenceriam a esses nobres. Os demais personagens, os dois homens que servem Gaston e seus convidados e os outros que estão sentados no chão, seriam serviçais, que seguiam o cortejo a pé, conduziam os cães, selavam os cavalos, preparavam os alimentos, etc. Essa hierarquização reproduzia as rígidas diferenças sociais entre os nobres (proprietários de terras) e os servos e camponeses (neste caso, os serviçais).

- b) Professor, trata-se de uma resposta pessoal, mas você pode lembrar aos alunos dois aspectos importantes: tratava-se de uma sociedade basicamente rural, cuja vida se passava nos limites de uma grande propriedade de terras; e a baixa produtividade agrícola podia ser parcialmente compensada com a oferta de carne de animais selvagens. Os alunos podem identificar na caça um claro sinal de distinção social: na iluminura, o nobre proprietário de terras é também a autoridade responsável pela caça. Em diversas regiões, a caça ao veado e a outros animais de grande porte era um privilégio da nobreza. Os pobres estavam autorizados a caçar apenas pequenos animais, como o coelho.

DE OLHO NO MUNDO (p. 232)

O povo curdo é uma etnia que habita o norte do Iraque e o sul da Turquia e reivindica a criação de uma nação própria, o Curdistão. Depois da queda do ditador Saddam Hussein, os curdos estão representados no novo Parlamento iraquiano. Já os nacionalistas bascos consideram o território situado ao norte da Espanha – hoje administrativamente uma comunidade autônoma espanhola – e ao noroeste da França como parte da nação basca. A formação de um país independente é também o objetivo do movimento armado clandestino chamado ETA, que muitas vezes usou de violência para alcançar seus objetivos e por isso foi qualificado de terrorista pelas autoridades espanholas. Em 2011, o ETA enviou um comunicado renunciando à violência. Os palestinos, por sua vez, vivem em sua maioria num território dividido: a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, ambos no Estado de Israel. Partes dispersas dessas áreas passaram há alguns anos a ser administradas por uma entidade autônoma, a Autoridade Palestina.

ESQUEMA-RESUMO (p. 236)

As principais características da sociedade feudal eram a intensa ruralização da economia, a presença de uma rígida hierarquia social, na qual existia uma elite formada por senhores de terra e pelo alto clero, enquanto a maioria da população era formada por camponeses que trabalhavam para os donos das terras, bem como a fragmentação do poder político entre inúmeros senhores feudais, os quais se relacionavam entre si a partir de compromissos de vassalagem. Todas essas características começaram a se transformar a partir do século XI, quando uma série de processos

modificou o modo como a sociedade feudal estava relacionada. Nesse movimento, pode-se destacar o desenvolvimento comercial, o surgimento da burguesia e o lento e gradual processo de fortalecimento dos reis. A combinação desses fatores permitiu a centralização do poder político e o surgimento de monarquias nacionais em diversas regiões da Europa, como na França, na Inglaterra e na península Ibérica.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 237)

1. A organização econômico-social do feudalismo tinha por base o feudo, geralmente uma grande propriedade de terra na qual trabalhavam os servos, que mantinham uma relação de dependência com o senhor feudal. A principal atividade econômica nas sociedades feudais era a agricultura, mas cada feudo produzia também, para o consumo de sua população, quase todos os artigos necessários à vida: roupas, armas, móveis, utensílios domésticos, etc. A sociedade era rigidamente hierarquizada. Nela, as pessoas estavam ligadas por fortes laços de dependência mútua: senhores e servos, suseranos e vassallos, reis e senhores feudais. No topo da hierarquia, havia uma pequena elite de senhores de terra e do alto clero, enquanto a maior parte da população era formada por camponeses e servos que trabalhavam na terra, formando a base da pirâmide social. Do ponto de vista político, a principal característica da sociedade feudal era a fragmentação do poder. Cada senhor feudal tinha o mando político, judiciário e militar em seu feudo.
2. A partir do século XI, com a expansão das atividades comerciais e da vida urbana, surgiu um novo grupo social formado por mercadores que enriqueceram e se fortaleceram: a burguesia. Esse grupo via no poder dos senhores feudais um obstáculo para o crescimento e a prosperidade do comércio. Nos domínios de cada propriedade, havia pesos e medidas diferentes, impostos diversos e abusos praticados pelos senhores feudais. Assim, a burguesia procurou aproximar-se dos reis em busca de apoio político capaz de limitar os poderes da nobreza. Por outro lado, alguns monarcas, interessados em enfraquecer a nobreza feudal e em fortalecer seu próprio poder, passaram a aproximar-se da burguesia, adotando medidas a favor desse grupo social. Finalmente, os pobres também viam na figura real uma espécie de protetor contra as injustiças cometidas pelos senhores feudais. Apoiando-se nesses conflitos de interesses e contando com o apoio da burguesia mercantil, os reis puderam enfrentar e vencer a resistência dos senhores feudais e concentrar poderes em suas mãos: tinha início a formação das monarquias nacionais na Europa ocidental.
3. O processo de unificação da monarquia francesa teve início com as ações de Filipe II, que se aproximou da burguesia, ampliou a fiscalização do comércio e a cobrança de impostos e intermediou as disputas entre senhores feudais. Os monarcas seguintes continuaram adotando medidas para

intensificar o controle sobre a nobreza e o clero, especialmente por meio da criação de uma moeda única, da ampliação do poder dos tribunais do rei e da cobrança de impostos do clero. Porém, um ponto decisivo na formação da monarquia francesa foi a mobilização do sentimento de identidade nacional a partir da Guerra dos Cem Anos, travada contra a Inglaterra entre 1337 e 1453. Já o processo de formação da monarquia inglesa teve início com um conflito militar entre o duque da Normandia e os saxões. A vitória de Guilherme, o Conquistador, permitiu a centralização do poder político na Inglaterra. Os monarcas seguintes reforçaram esse poder por meio de um conjunto de leis conhecido como *Common Law*. Porém, ao contrário da França, o rei inglês foi obrigado a aceitar algumas exigências dos nobres contidas na *Carta Magna*. Esse documento limitou o poder do rei e assegurou os direitos dos grupos sociais mais ricos, como a nobreza e o alto clero.

4. A Carta Magna tinha o objetivo de assegurar os direitos dos grupos sociais mais ricos da Inglaterra, limitando o poder real e impedindo que o rei tomasse medidas que poderiam prejudicar esses grupos, como aumentar impostos e criar leis sem a aprovação do *Grande Conselho*, uma assembleia formada por representantes da nobreza e do alto clero. Além disso, a Carta Magna criava uma proteção contra arbitrariedades do poder monárquico. No século XIII, o Grande Conselho passou a ser chamado de *Parlamento*. Em 1350, ele foi dividido em duas Câmaras: a dos *Lordes* (formada por nobres e clérigos) e a dos *Comuns* (composta de ricos comerciantes e cavaleiros). Dessa forma, o Parlamento se tornou uma importante instituição que agia de modo a limitar o poder político do rei inglês.
5. Em 711, quase toda a península Ibérica caiu sob domínio muçulmano. Tempos depois, os cristãos deram início a ações de resistência à ocupação muçulmana, desencadeando lutas conhecidas como Reconquista, que pretendiam expulsar os muçulmanos da península. No século XI, essa ofensiva cristã se tornou sistemática. A partir de então, em quatro séculos de conflito, as cidades sob controle muçulmano caíram uma após outra, até que toda a península foi ocupada por reinos cristãos. Portugal surgiu a partir da doação do Condado Portucalense ao nobre francês Henrique de Borgonha pelo rei Afonso VI, do reino cristão de Leão e Castela. Em 1142, Afonso Henrique, filho do conde Henrique de Borgonha, se declarou rei e separou o Condado dos territórios de Leão e Castela. Isso deu origem ao reino de Portugal. Nos séculos seguintes, a monarquia portuguesa se consolidou no poder, especialmente após a Revolução de Avis. Já o reino da Espanha surgiu após a unificação dos demais reinos cristãos da península. O rei Fernando, de Aragão, casou-se com Isabel, filha do rei de Castela, em 1469. Após a morte do pai de Isabel, o rei Fernando unificou as coroas, o que resultou na formação da Espanha moderna.

6. a) No segundo mapa, que mostra a península em 1085, quando o Condado Portucalense foi entregue pelo rei Afonso VI ao nobre francês Henrique de Borgonha.
- b) Apenas no último mapa, que mostra a península em 1212, quando os muçulmanos detinham apenas o reino de Granada.
- c) À medida que os muçulmanos eram expulsos, reinos e condados cristãos expandiam seus territórios. Lentamente, o processo de lutas, o sentimento de apego ao território e a união de alguns reinos (por meio de casamentos ou disputas) levaram à formação de dois Estados Nacionais, Portugal e Espanha. Após a união dos dois reinos, os reis católicos selaram com a Igreja uma aliança com o objetivo de expulsar da Espanha todos os muçulmanos e judeus. Em 1478, o papa Sixto IV assinou uma bula autorizando a criação de um Tribunal do Santo Ofício na região sob controle do governo. Para os reis da Espanha, a Inquisição funcionava como um braço de seu poder.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p. 237)

1. a) A razão da infelicidade da mulher é que ela sentia saudade de sua virgindade e de sua condição prévia ao matrimônio. Apesar de amar profundamente seu marido, seu matrimônio não lhe trazia alegria ou contentamento.
 - b) O matrimônio do cavaleiro e de sua mulher não ocorreu por conta de uma experiência amorosa ou uma paixão. Na realidade, o documento afirma que a mulher fora forçada a se casar com o cavaleiro por seus pais. Assim, pode-se dizer que o trecho associa o casamento forçado com o desejo da mulher em retornar para sua situação prévia de moça solteira e virgem. Mesmo que afirme amar seu marido, o matrimônio é a causa de insatisfação da mulher.
 - c) O matrimônio descrito no documento não descreve uma situação excepcional, já que a sociedade medieval tinha como prática comum o casamento arranjado. Isso ocorria como uma forma de evitar as divisões do patrimônio familiar, já que um casamento implicava mudanças na propriedade e na herança. Assim, pode-se formular a hipótese de que o casamento da mulher com o cavaleiro era uma forma de propiciar vantagens sociais para a família da mulher, mas também era uma maneira de preservar o patrimônio da família do cavaleiro.
2. a) Joana d'Arc foi representada montada num cavalo e equipada com uma armadura e um elmo. Ela está cercada por soldados que a conduzem para a prisão. É possível notar que Joana d'Arc não foi representada com traços femininos muito evidentes, sendo muito semelhante às figuras masculinas que aparecem na imagem.

- b) De acordo com Duby, os padres afirmavam que as mulheres deveriam permanecer sob a tutela dos homens e não era conveniente que elas exercessem o poder público. Além disso, caso a mulher ocupasse uma posição de proeminência pública, ela deveria fazer isso convertendo a si própria, de modo a masculinizar sua aparência. É exatamente isso o que ocorre na representação de Joana d'Arc. Ela não é representada de forma feminina. Isso pode estar relacionado à posição de destaque que ela ocupou durante a Guerra dos Cem Anos. Como essa posição não era esperada para mulheres, Joana d'Arc acabou sendo representada de forma masculinizada, de modo a corresponder aos modelos de comportamento de gênero existentes na sociedade medieval.
- c) A resposta é pessoal, mas espera-se que os alunos atentem para as diferentes representações que afirmam lugares ou funções determinadas para as mulheres, como aquelas que pensam que as mulheres devem desempenhar atividades relacionadas ao espaço doméstico e ao cuidado dos filhos, enquanto os homens deveriam se ocupar de funções públicas ou políticas. Existem outras situações cotidianas em que o machismo se evidencia, como as diferenças salariais entre homens e mulheres ou a maior participação masculina em cargos de chefia. Com base nessas situações, os alunos podem refletir sobre a permanência de ideias e concepções que enxergam a mulher de forma negativa ou menos capaz de desempenhar as mesmas funções que os homens.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 239)

1. A 2. E 3. A 4. C
5. Todas as afirmativas estão corretas; então, a alternativa certa é a letra E.
6. Apenas as afirmativas I e IV estão corretas; então, a alternativa certa é a letra C. O erro da segunda afirmativa é indicar que os cristãos permitiram a coexistência pacífica entre diversas religiões nos reinos que se formaram na península Ibérica durante a Reconquista. O Tribunal do Santo Ofício é um exemplo que indica que isso não ocorreu e os cristãos perseguiram aqueles que praticavam outras religiões. Já o erro da terceira afirmativa é indicar que a Revolução de Avis marcou a consolidação da ocupação islâmica na península Ibérica. Na realidade, a Revolução de Avis marcou a consolidação do poder monárquico em Portugal.

HORA DE REFLETIR (p. 241)

1. A proposta da atividade é que os alunos reflitam sobre os diferentes sentidos que a ideia de identidade nacional, nacionalismo e xenofobia podem assumir em nosso mundo. Para isso, é importante

que os alunos percebam que a identidade nacional é um elemento muito importante na constituição das identidades. Há uma grande variedade de símbolos, práticas, crenças e valores que estão diretamente associados com a ideia de identidade nacional, como os jogos das seleções nacionais dos mais diversos esportes, a ideia de uma cultura comum e semelhante, as práticas sociais caracterizadas por elementos nacionais (festas típicas, vestimentas, alimentação etc.), as bandeiras, os hinos, entre muitos outros. Esse tipo de ideia pode resultar em valores positivos, na medida em que estimulam o desenvolvimento cultural de uma região e criam espaços de identidade que aproximam diferentes indivíduos que se pensam como membros de uma mesma comunidade. Por outro lado, existem pessoas que transformam a identidade nacional em justificativas para hierarquizar as culturas e práticas sociais, afirmando que apenas determinadas nações são avançadas, enquanto as demais são atrasadas ou inferiores. Esse tipo de raciocínio resulta em práticas xenofobas e violentas, legitimando diversas formas de violência. Nesse caso, a identidade nacional assume uma conotação negativa e perigosa. Um elemento fundamental nessa discussão é desnaturalizar a ideia de identidade nacional, já que esta é uma construção social e histórica e não um traço dado e definitivo de um povo.

2. Esta atividade propõe uma reflexão sobre as relações políticas e econômicas na formação de uma instituição religiosa. Em muitos países muçulmanos, por exemplo, não há separação entre Igreja e Estado. Desse modo, os princípios religiosos interferem nas decisões políticas e econômicas do governo. Já nos países onde se verifica essa separação, como é o caso da maioria dos países ocidentais, entre eles o Brasil, embora as Igrejas não interfiram *diretamente* nas decisões de ordem política, elas exercem influência posicionando-se, por exemplo, contra a aprovação de leis ou contra práticas que contrariam seus princípios religiosos (como o uso de preservativos como forma de impedir a gravidez, a prática da eutanásia ou a descriminalização do aborto). Tal postura costuma gerar grandes debates na sociedade. Muitos alegam que as Igrejas não deveriam se envolver em política ou em questões práticas da vida dos indivíduos. Para essas pessoas, a religião deveria se restringir à esfera do sagrado e das relações entre o indivíduo e o mundo espiritual. Em oposição a essa concepção, outros contra-argumentam que uma religião é fruto da experiência histórica de determinado povo e que a instituição religiosa depende de diversos fatores sociais, políticos e econômicos para se estabelecer e se manter na sociedade. Segundo essa linha de raciocínio, pode-se dizer que as religiões se envolvem nos assuntos da vida mundana porque faz parte de sua natureza institucional participar da sociedade, definindo princípios éticos, valores e práticas de seus membros.

■ Texto complementar

O trecho reproduzido a seguir foi extraído do verbete “Estado”, escrito pelo historiador Jean-Philippe Genet para o *Dicionário temático do ocidente medieval*. Nessa passagem, o autor analisa as mudanças que podem ser identificadas entre o feudalismo e o chamado Estado moderno.

Ao taxar o conjunto de seus súditos porque são seus súditos, e não somente seus vassallos (com a obrigação de eventualmente taxar seus próprios homens), os reis não executavam uma simples mudança de escala, mas uma verdadeira subversão do sistema político, que vai bem além da multiplicação do número de contribuintes. Efetivamente, três mudanças fundamentais decorreram dessa medida: em primeiro lugar, ela ignora as diferenças de estatuto entre os homens e os poderes intermediários; livres e não livres, clérigos e leigos, nobres e não nobres, todos têm vocação para, um dia ou outro, ser contribuintes. Por outro lado, o conflito logo envolve os reis do ocidente e o papado: a humilhação de Bonifácio VIII em Anagni e depois o exílio do papado em Avignon mostram bem a vitória do Estado. Quanto à isenção fiscal que Carlos VII acabou por conceder à nobreza (com a mudança da monarquia francesa em monarquia absoluta) é mais exceção do que regra; a vassalidade como a servidão estão por isso mesmo destinadas ao se enfraquecerem enquanto relações sociais determinantes. Em seguida, já que o Estado se reserva o direito de apelar em caso de necessidade aos bens de seus súditos, é preciso que esses bens existam e sejam protegidos: contra a arbitrariedade da violência feudal e a flutuação dos variados tipos de terra que favorecem o feudalismo, o Estado por intermédio de seus juízes vai permitir e proteger o desenvolvimento da propriedade individual. Enfim, para negociar o assentimento do súdito, o Estado estabelece com ele um diálogo que se opera, ao menos em parte, por intermédio de assembleias representativas como o Parlamento inglês, os Estados franceses ou as Cortes ibéricas, e criou uma comunicação “política”, posto que em toda parte os contribuintes irão subordinar seu acordo a concessões e contrapartidas de parte do Estado. No Estado moderno, a taxação é bem mais fácil (e rentável) porque fundamentada no consenso. Assim, o súdito passível de cobrança é antes de tudo um súdito ativo na política, prefiguração do que será, séculos mais tarde, o cidadão moderno. No fundo, o Estado moderno cria um princípio de participação política que é novo porque não está mais fundado no fato de o indivíduo pertencer à pólis; ele está adaptado a um espaço extensível, não diferenciado, justamente o que o império romano não havia conseguido. [...]

GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Tradução de Hilário Franco Júnior et alii. Bauru: Edusc, 2006. v. 1, p. 406-407.

Sugestões de livros

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2009.

- Nesta obra clássica, o historiador francês Marc Bloch (1886-1944) aborda um período que vai de meados do século IX até meados do século XIII, tratando de diversos aspectos da sociedade feudal que se formou na Europa ocidental e central.

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980-1420*. Tradução de José Saramago. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

- A partir de exemplos retirados da arquitetura e das obras de arte, Georges Duby (1919-1996) analisa as condições sociais e as representações sociais da sociedade medieval, mostrando como, durante o período feudal, a Igreja esteve à frente da produção artística, uma situação que mudaria nos anos subsequentes.

_____. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento europeu, séc. VII-XII*. Tradução de Elisa Pinto Ferreira. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

- Nesta obra, Georges Duby, a partir de um enfoque interdisciplinar, com recursos metodológicos que dialogam com a Economia e a Antropologia, traça um panorama da economia europeia entre os séculos VII e XII.

_____. *Idade Média, idade dos homens*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Edição de bolso).

- Neste livro, uma coletânea de textos marcados por uma verve ensaística, Georges Duby se interroga sobre diversos aspectos da sociedade feudal, sobretudo o amor, o casamento e as relações de gênero, evidenciando como a sociedade feudal era eminentemente masculina.

_____. *As damas do século XII*. Tradução de Paulo Neves e Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Edição de bolso).

- Focando em mulheres da nobreza, Georges Duby mostra, nesta obra, como algumas mulheres conseguiam se sobressair na sociedade eminentemente masculina do século XII.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações*. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad, 2005.

- Neste livro, o medievalista estadunidense Patrick J. Geary, professor da Universidade de Princeton, estuda os mitos que remontam até a Idade Média e que foram formulados para justificar políticas nacionalistas dos Estados Nacionais europeus nos séculos XIX e XX.

HOBBSBAMM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

- Neste livro, o autor se dedica a analisar profundamente o tema do nacionalismo e de suas manifestações desde 1780, dando destaque às suas formas de consolidação e divulgação em meio à população.

_____; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- Nesta coletânea de artigos, renomados historiadores analisam casos daquilo que tratam como invenção das tradições, o que engloba desde o uso dos *kilts* escoceses até a formação dos Estados nacionais africanos no período pós-independência.

Sugestões de filmes

O processo de Joana d'Arc (Robert Bresson, 1962).

- Filme que, por meio de uma rigorosa pesquisa documental, trata da história da prisão, do julgamento e da execução de Joana d'Arc.

O leão no inverno (Anthony Harvey, 1968).

- Em 1183, durante o natal, o rei Henrique II, da Inglaterra, reúne seus três filhos para decidir quem o sucederá no trono. Durante o encontro, revelam-se os interesses de cada um, criando uma disputa pelo poder.

Sugestão de site

Museu Carnavalet. Disponível em: <www.carnavalet.paris.fr/>. Acesso em: 4 abr. 2016.

- Site oficial, em francês, inglês e espanhol, do Museu Carvalet, que se dedica à história da cidade de Paris. No acervo do museu existem importantes peças sobre o período medieval.

CAPÍTULO 13

Fim da Idade Média, Renascimento e Reforma protestante

Procedimentos pedagógicos

O capítulo 13, que trata do fim da Idade Média, do Renascimento e da Reforma protestante, está dividido em seis partes. A primeira delas aborda o período conhecido como Baixa Idade Média; a segunda, o Renascimento artístico, científico e intelectual; a terceira, o contexto das críticas à Igreja católica, que resultariam no início da Reforma; a quarta, as teses de Martinho Lutero; a quinta, o calvinismo e a Igreja Anglicana; e a sexta, por fim, as reações da Igreja católica aos movimentos reformista.

Antes dessas partes, contudo, há uma breve introdução do capítulo que apresenta alguns dados sobre os cristãos protestantes no Brasil. Eles estão divididos em três correntes: os **históricos**, caso dos presbiterianos e luteranos, os **pentecostais** e os **neopentecostais**. Esses dois últimos casos representam as igrejas cujo número de fiéis mais cresce no Brasil e que têm uma forte presença nos meios de comunicação e na política. Dadas essas informações, este momento inicial pode ser interessante para organizar uma **Atividade Alternativa**. A intenção é organizar uma pesquisa sobre as vertentes protestantes pentecostais e neopentecostais no Brasil. Com o auxílio da internet, os alunos podem fazer um levantamento de dados acerca da presença dessas igrejas no Brasil e de suas principais características e, divididos em grupos, organizar seminários sobre o tema. É de fundamental importância que o objetivo dessa atividade esteja bastante claro: **conhecer a**

diversidade dessas igrejas e a maneira como elas se organizam. Não se trata, portanto, em hipótese alguma, de reforçar estereótipos ou preconceitos.

Feitos esses comentários iniciais, é possível adentrar os conteúdos específicos do capítulo 13. Na primeira parte, trabalha-se com a **Baixa Idade Média**. Essa é uma subdivisão do período medieval compreendido entre os séculos XI e XV. Neste momento, a Europa passaria por algumas importantes transformações: revitalização do comércio, surgimento e crescimento das cidades, consolidação da burguesia, enfraquecimento dos senhores feudais e fortalecimento dos reis. Como foi visto no capítulo anterior, estas transformações acarretaram, no cenário político-administrativo, na estruturação de **Estados modernos centralizados em monarquias nacionais**. No campo da produção agrícola, novas tecnologias, como a aragem com tração a cavalos e os moinhos de água e vento, possibilitaram melhoras na qualidade e na produtividade agrícola. Outra inovação que contribuiu para o incremento da produção foi o uso de adubo nas plantações, a partir do século X.

Como já foi comentado, em torno de castelos e abadias, surgiram aglomerações populacionais que dariam origem às cidades. Em muitas dessas cidades organizou-se, a partir de pequenas oficinas de trabalhos artesanais, uma economia urbana. Nessas oficinas, existia uma divisão simples do trabalho, pautada na diferenciação entre **mestres**, os donos das oficinas; os **oficiais**, também conhecidos como **jornaleiros**; e os **aprendizes**. A partir de meados do século XII, muitas dessas oficinas começaram a se organizar em **corporações de ofício**, isto é, congregações que visavam defender os interesses de setores específicos, controlar a qualidade da produção e, em uma medida que impedia a baixa dos preços, evitar que certas oficinas produzissem além do necessário. Sobre esse assunto, é importante, ainda, destacar a participação das **mulheres** nas atividades produtivas. Elas tiveram fundamental atuação na indústria têxtil, assim como na metalurgia e na construção, trabalhando como pedreiras, carpinteiras, ferreiras etc.

Toda essa renovada dinâmica econômica gerou riquezas para setores da burguesia, que detinham os meios de produção e coordenavam as atividades comerciais. Um exemplo disso pode ser observado na seção *Olho vivo*, na página 248, que analisa uma famosa pintura de Jan van Eyck (c. 1390-1441), na qual foi representado um casamento burguês. Contudo, não se pode entender, a partir desse exemplo e do que foi comentado acima, que a Baixa Idade Média tenha sido um período somente de prosperidade e enriquecimento para a Europa ocidental. Como tratado no capítulo, o século XIV também apresentou uma forte crise. As conquistas dos turcos sobre o território bizantino diminuíram o fluxo das mercadorias orientais, o que retraiu a atividade comercial. Além disso, entre 1340 e 1350, cerca de 25 milhões de pessoas, quase um terço da população europeia, morreram por conta de um surto de **peste negra**.

Paralelamente a isso, a Igreja católica, em razão da corrupção do clero, vivia em constante instabilidade. As relações sociais, por sua vez, eram marcadas por crescente tensão, seja no campo, onde senhores

feudais tentavam evitar a fuga de camponeses para as cidades e se empenhavam em aumentar os impostos, o que acarretava em violentas revoltas camponesas; seja na cidade, onde a alta burguesia entrava em rota de colisão com os artesãos. A **crise do século XIV** mostra como a História deve ser sempre pensada em sua complexidade, para além de quaisquer segmentações e simples sistematizações.

A segunda parte do capítulo 13 trata do **Renascimento artístico, científico e cultural**. As mudanças e as crises do século XI resultaram em transformações na maneira de se pensar a relação dos indivíduos com o mundo, o que afetou a filosofia, as artes e as ciências. Símbolo disso foi o desenvolvimento do **antropocentrismo**, corrente de pensamento que, ao se opor ao **teocentrismo**, afirmava a importância dos seres humanos enquanto obras máximas de Deus. Ao colocar os seres humanos como referência central de medida e compreensão do mundo, criava-se um pensamento de ordem **racionalista**, que negava a primazia da fé sobre a razão. Essa forma de pensar deu origem ao **Humanismo**, corrente de pensamento que também tinha o objetivo de resgatar certas referências estéticas e concepções ideais da Antiguidade clássica.

Elemento fundamental para a consolidação e difusão do pensamento humanista foi a **(re)invenção dos tipos móveis para impressão**, no século XV, por Johannes Gutenberg. Com o aprimoramento das técnicas de impressão, superou-se a reprodução lenta e limitada de livros feita pelos copistas, aumentando, assim, a capacidade de circulação das ideias. Os tipos móveis de impressão são tratados em um box específico, na página 255; nesse mesmo box, propõe-se uma atividade *Sua opinião*, que trata do acesso à internet no Brasil, atualizando e problematizando o tema da circulação de ideias e do acesso ao conhecimento, algo que permeia todo o debate atual sobre educação, direitos e cidadania.

Como se pode imaginar, o pensamento renascentista, dentre as inovações que propôs em diversas áreas, não se fez sem conflitos com a Igreja católica. Isso foi particularmente sensível no domínio da Astronomia, sobretudo com a teoria do **heliocentrismo**, que negava o **geocentrismo**. Esse tipo de inovação teórica colocava em cheque as ideias defendidas pela Igreja católica, o que levou alguns filósofos e cientistas a serem perseguidos pela Inquisição (ressalte-se que a seção *Enquanto isso...*, na página 262, ao tratar dos estudos dos Tupinambá sobre as constelações estelares, mostra como, na mesma época, a Astronomia também era repensada pelos povos indígenas).

Contudo, é importante ter clara a noção de que o **Renascimento, apesar das desavenças que poderiam surgir com a Igreja, não representou uma ruptura com o pensamento religioso**. No domínio das artes, isso é bastante perceptível, principalmente na península Itálica, onde a Igreja contratou pintores e arquitetos renascentistas e onde diversos **mecenas**, geralmente comerciantes urbanos, desejosos de se afirmar socialmente, patrocinavam obras de arte, muitas das quais representavam motivos religiosos. Sobre a importância das cidades italianas no Renascimento, a seção *Interpretando documentos: imagem*, na página

256, trabalha com uma vista da cidade de Florença, obra atribuída a Francesco di Lorenzo Rosselli, produzida entre 1471 e 1482 (ver *Texto complementar* ao final das orientações deste capítulo).

Sobre o tema das artes plásticas, ressalte-se que os conhecimentos de ótica, as novas técnicas de luz e sombra, as variações de cor e as inovações na produção de tintas a óleo são fatores que possibilitaram mudanças estéticas. A mais importante dessas inovações foi a **perspectiva**, técnica que possibilitou estabelecer a noção de profundidade nas pinturas. Esse tema é tratado no box *As três dimensões da pintura*, na página 253. Além disso, a seção *Interpretando documentos: imagem*, na página 265, propõe uma atividade com a pintura *O nascimento da Vênus* (1485), de Sandro Botticelli, que apresenta diversas inovações técnicas típicas da arte renascentista.

A terceira parte do capítulo aborda o **contexto das críticas à Igreja católica**, que resultou nas propostas de Reforma e no surgimento do protestantismo. Para os críticos, a riqueza e os prazeres físicos tinham se tornado mais importantes do que a fé e a moralidade, sobretudo no que se refere ao alto clero, junto ao qual medrava forte corrupção. Alguns filósofos cristãos, influenciados pelo pensamento humanista, passaram a ver na estrutura da Igreja católica e em seus dogmas fatores que perpetuavam as mazelas e a ignorância da sociedade europeia cristã. Em 1517, o monge **Martinho Lutero (1483-1546)** protestou abertamente contra o comportamento do alto clero e do papado. Um dos principais motivos de suas reprimendas recaía sobre a venda de indulgências. Na página 258, há um box específico sobre esse assunto, a partir do qual é possível compreender a complexidade que a venda do perdão assumiu no período.

A quarta parte do capítulo trata especificamente das **95 teses** e das ideias de Lutero. É importante ressaltar que as críticas de Lutero e de outros reformistas baseavam-se no pensamento de base humanista e repercutiam sobre temas sociais. Contudo, **as ideias de Lutero não visavam a uma reforma de cunho social, e sim a uma reavaliação das práticas e preceitos da Igreja católica**. Apesar disso, ocorreu algo contraditório, pois grupos de camponeses, inspirados pelas críticas de Lutero e instigados por religiosos, chegaram a se rebelar contra a situação de pobreza e exploração em que viviam. No box *Convulsão social contra a Igreja*, na página 259, apresenta-se o caso da revolta que foi liderada pelo monge franciscano Thomas Münzer, em 1524, que visava acabar com as diferenças entre ricos e pobres, abolindo a propriedade privada. Nesse mesmo box há uma atividade *Sua opinião*, que atualiza o tema contestação política e social ao abordar os movimentos sociais no Brasil. Evidentemente, ao tratar desse assunto, é importante não perder a dimensão histórica dos eventos: não se pode confundir uma longa revolta ocorrida no século XVI, que custou a vida de 100 mil camponeses, com as manifestações atuais no Brasil. Ainda sobre o tema, na seção *Interpretando documentos: texto e imagem*, na página 264, trabalha-se com um manifesto dos camponeses revoltosos, publicado em 1525, que permite compreender melhor suas ideias.

As ideias de Lutero inspiraram outros movimentos de reforma, como o do frade **João Calvino (1509-1564)**

e a fundação da **Igreja anglicana**, na Inglaterra, temas abordados na quinta parte do capítulo. Esses dois casos deixam entrever claramente como o protestantismo, em suas diferentes vertentes, teve suas concepções espirituais baseadas sobre alicerces econômicos e políticos bastante mundanos. No caso do **calvinismo**, a sua difusão esteve diretamente ligada àquilo que o sociólogo Max Weber (1864-1920) chamou de o “espírito do capitalismo”. De acordo com as ideias de Calvino, somente a **predestinação** poderia garantir a salvação; cabia ao indivíduo de fé se sujeitar a um destino que já estava traçado. Contudo, haveria sinais terrenos da predestinação; um deles seria o sucesso no trabalho e nos negócios. Nessa leitura do protestantismo, paralelamente à dedicação ao trabalho, era preciso levar uma vida austera e regrada. O calvinismo andou, nesse sentido, paralelo ao desenvolvimento das atividades mercantis, tendo muito sucesso nos Países Baixos, tradicionalmente ligados ao comércio. No caso do anglicanismo, igreja fundada pelo rei Henrique VIII, em 1534, as relações com o poder são evidentes, na medida em que esta é uma religião de Estado, surgida a partir de desavenças com o papado, controvérsias muito mais de cunho político do que religioso.

A sexta parte do capítulo 13, por fim, trata da **Contrarreforma**. Sobre esse assunto é fundamental comentar a criação de ordens evangelizadoras, sendo que a principal delas foi a **Companhia de Jesus**. Fundada em 1540 e estruturada a partir de uma lógica militar, essa ordem teve grande importância na expansão marítima europeia sobre a África, a Ásia e a América, tendo atuado com grande força no Brasil. A Contrarreforma teve suas principais diretrizes estabelecidas durante o **Concílio de Trento**, ocorrido entre 1545 e 1563. Essas diretrizes tinham como base a afirmação dos **sete sacramentos**, do celibato dos padres, da proibição da venda de indulgências e do clero enquanto intermediário entre as palavras sagradas e os fiéis. Além disso, também foram estabelecidas medidas mais ofensivas, como o estabelecimento de uma lista de livros proibidos pela Igreja e a intensificação das atividades da Inquisição.

A seção *Hora de refletir*, na página 267, toca justamente nesse tema ao propor uma reflexão sobre a tolerância religiosa e as medidas que podem ser tomadas para, dentro do ambiente escolar, instigar o respeito à diversidade religiosa. Para além disso, essa atividade abre a possibilidade de trabalhar com a atividade *Fechando a unidade*, na página 268. Neste momento final, são apresentados **três documentos**. O primeiro deles é o trecho de um artigo que fala da intolerância religiosa no Brasil, sobretudo contra as religiões afro-brasileiras, fenômeno que é pensado em paralelo ao racismo; o segundo, uma fotografia de um encontro realizado na ONU, em 2015, que reuniu diversas lideranças religiosas; o terceiro, um grafite do artista francês Combo, que prega a coexistência entre o cristianismo, o islamismo e o judaísmo, e que foi feito após os ataques contra a sede do jornal satírico *Charlie Hebdo*, em Paris, em janeiro de 2015. Esses três documentos, ao mesmo tempo que revelam a imensa diversidade religiosa das sociedades humanas, assunto que norteou o eixo conceitual da

Unidade 4, demonstram que o contato entre as diferenças pode se dar de forma pacífica ou não. Como foi comentado ao longo dos últimos capítulos, **a melhor forma de criar uma cultura de tolerância é combater os estereótipos, o que somente pode ser feito por meio do conhecimento e da informação**. Estudar e respeitar a história das religiões, portanto, é a primeira atitude a tomar no sentido da paz e da coexistência, tal como aparece no grafite do artista francês. Mais ainda, é uma atitude que permite compreender como a diversidade é fundamental, como ela engrandece as sociedades e a cultura dos seres humanos.

SUA OPINIÃO (p. 255)

Resposta pessoal. Professor, é importante avaliar a capacidade de argumentação dos alunos. Como forma de estimular o debate, você pode elaborar algumas perguntas: pode-se dizer que a democratização da comunicação se resume apenas à livre circulação de informações? Com a internet, a sociedade está mais bem informada, ou apenas uma parcela tem mais acesso às informações? Embora ainda restrita a uma porcentagem menor que 50% da população mundial, pode-se dizer que a internet vem contribuindo para a democratização das informações e do conhecimento. Assim como no passado a publicação de uma grande quantidade de livros, a partir do invento de Gutenberg, possibilitou um novo modelo de disseminação do conhecimento, a internet, hoje, permite a disseminação de informações de forma rápida, independentemente da distância, atingindo diferentes regiões do planeta quase que instantaneamente. A internet possibilita que os chamados “formadores de opinião”, organizações da sociedade civil, pesquisadores e professores tenham acesso a informações importantes e também as disseminem para outros segmentos da população. Assim, ainda que exista uma exclusão digital, a internet já vem propiciando certa democratização e uma mudança no ritmo das trocas virtuais de informação e conhecimento. Solicite aos alunos que escrevam o texto na forma de carta, respeitando os procedimentos desse tipo textual. Na elaboração do mural, lembre os alunos que é importante destacar dados variados e incluir o máximo possível das informações pesquisadas.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 255)

1. Os avanços tecnológicos, a expansão da produção agrícola e as Cruzadas possibilitaram o crescimento das atividades comerciais, já que se tornou possível comercializar o excedente agrícola. Com isso, o dinheiro voltou a circular e as cidades começaram a crescer. Esse processo de monetarização das atividades produtivas fez com que o poder dos senhores feudais diminuísse, principalmente pelo fato de que muitos camponeses conseguiram acumular rendas para comprar a liberdade e abandonar as terras de seus senhores. Vale destacar que, além da comercialização dos excedentes agrícolas, o crescimento do comércio estava relacionado também à circulação

de novas mercadorias vindas do oriente, que foi possibilitada pela abertura de novos mercados e rotas comerciais por conta do movimento das Cruzadas.

2. O Humanismo foi a corrente de pensamento que afirmou a importância central do ser humano, considerado a obra suprema de Deus. Conhecida como antropocentrismo, essa concepção tinha inspiração no princípio grego segundo o qual “o homem [o ser humano] é a medida de todas as coisas”. Desse modo, o interesse principal desse movimento era a atividade humana.
3. As inovações do ponto de vista artístico foram inúmeras. Entre elas, pode-se destacar o desenvolvimento da perspectiva na pintura e outras artes visuais e a renovação literária em diversas regiões da Europa. Do ponto de vista da reflexão política, uma das principais inovações foi a obra *O príncipe* (1513), escrita por Nicolau Maquiavel (1469-1527). Nela, o florentino analisou as formas pelas quais os líderes exerciam e se mantinham no poder em sua época e em períodos anteriores. Para ele, um governante (rei ou príncipe) não deveria se deter diante de nenhum obstáculo para conservar o poder do Estado. Do ponto de vista científico, ocorreram importantes avanços no conhecimento do corpo humano, bem como a formação de novas ideias sobre o funcionamento do Universo. Uma das principais inovações do período foi a elaboração de uma visão heliocêntrica do Universo, abandonando a ideia de que a Terra estivesse no centro de tudo.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: IMAGEM (p. 256)

- a) É possível observar que a imagem foi construída utilizando o efeito da perspectiva. Isso significa que ela cria no observador a sensação de possuir três dimensões: a largura, a altura e a profundidade. É possível observar isso na diferença entre o primeiro plano e o plano de fundo da imagem. Quem observa a pintura sente que o primeiro plano está mais próximo de si, enquanto o plano de fundo aparece em profundidade e distante. Sem o desenvolvimento das técnicas de perspectiva, que envolviam a aplicação de princípios matemáticos na pintura, não seria possível criar esse efeito no espectador.
- b) O espaço urbano de Florença é representado de forma bastante densa, com a presença de um grande número de construções próximas umas das outras. Dessa forma, a imagem transmite a ideia de que a cidade era um centro urbano importante e já abrigava um grande número de habitantes. É possível também observar a presença de construções mais altas, com vários andares, o que reforça a sensação de densidade e de crescimento. Assim, pode-se dizer que a vista de Florença criada pelo artista resulta numa representação da cidade como um espaço dinâmico e em expansão.

- c) A contraposição entre o espaço urbano e a paisagem campestre pode ser relacionada ao processo de crescimento dos espaços urbanos e do comércio ocorridos a partir do início da Baixa Idade Média. Isso foi propiciado por diversas razões, entre as quais pode-se destacar o desenvolvimento tecnológico, a criação de novas rotas comerciais por conta das Cruzadas e a possibilidade de comercialização do excedente agrícola. O crescimento de Florença pode ser visto como um desdobramento desse processo. Além disso, a contraposição entre os dois espaços pode ser vista também como uma forma de representar dois tipos diferentes de atividade econômica, já que o centro da vida econômica das cidades girava em torno do comércio e das atividades artesanais, enquanto o da vida rural baseava-se na produção agrícola.

SUA OPINIÃO (p. 259)

Esta atividade tem por finalidade propiciar uma reflexão sobre as relações atuais entre o Estado e as manifestações da sociedade civil. Espera-se que o aluno seja capaz de compreender que, em um Estado democrático, é fundamental o respeito à livre expressão individual e coletiva. As repressões violentas dessas manifestações por parte das forças policiais ou militares revelam os obstáculos e limites de um verdadeiro Estado democrático no Brasil. Professor, na roda de conversa, procure estimular os alunos a expressarem suas opiniões, coordenando o debate e permitindo que concepções diversas e contrárias sejam apresentadas. O próprio debate pode servir para demonstrar que num ambiente democrático todas as opiniões devem ser ouvidas e respeitadas.

ESQUEMA-RESUMO (p. 263)

Na Baixa Idade Média, uma combinação de fatores possibilitou o crescimento das cidades e o desenvolvimento das atividades comerciais na Europa, como as inovações tecnológicas, o aumento da população, a possibilidade de comercializar o excedente da produção agrícola e a abertura de novas rotas comerciais. Essas transformações se intensificaram após a crise do século XIV, resultando no enfraquecimento dos poderes dos senhores feudais e na centralização administrativa dos reis. Além disso, do ponto de vista cultural, essas transformações provocaram um importante movimento de reforma educacional na Europa, com o surgimento de novas escolas e universidades, nas quais o Humanismo começou a se desenvolver. Nesses locais, valorizava-se cada vez mais a razão e as concepções antropocêntricas do conhecimento e do mundo. Tais ideias resultaram naquilo que ficou conhecido como Renascimento artístico, científico e intelectual, um período marcado por importantes inovações científicas, filosóficas, políticas e artísticas. Nesse período, por exemplo, surgiram as técnicas de perspectiva, a concepção heliocêntrica do Universo, houve uma intensa renovação literária, além

de surgirem novas teorias políticas, como as presentes na obra de Nicolau Maquiavel. Finalmente, outra mudança importante foi o avanço das críticas à Igreja católica. Ainda que essas tenham sido reprimidas no século XIV, elas provocaram a fragmentação da cristandade europeia no século XVI, dando origem a igrejas reformadas, como a luterana, a calvinista e a anglicana. Além disso, tal movimento resultou numa reação da própria Igreja católica, naquilo que foi chamado de Contrarreforma.

ORGANIZANDO AS IDEIAS (p. 264)

1. Com o crescimento das cidades, muitos camponeses passaram a se dedicar a atividades artesanais em pequenas oficinas. Com o crescimento desse tipo de produção, especialmente a partir do século XII, surgiram as corporações de ofício. Estas eram organizadas pelos mestres das oficinas com o objetivo de defender os interesses coletivos das várias categorias profissionais (sapateiros, marceneiros, tecelões, etc.). A princípio, elas regulamentavam a atividade, garantindo o preço final dos artigos pelo controle da produção.
2. O racionalismo não aceitava que as ideias da Igreja ou dos livros sagrados fossem fontes suficientes para o conhecimento humano, por isso defendia que era necessário buscar explicações racionais para os fenômenos. Isso contribuiu para que diversas áreas do saber se desenvolvessem, valorizando o estudo das atividades e o uso da inteligência humanas.
3. O enriquecimento e a ampliação do poder material da Igreja haviam transformado radicalmente os valores defendidos e praticados por boa parte do clero católico. A fé e os valores espirituais tornaram-se secundários diante dos prazeres físicos e do acúmulo de bens. Essa deturpação dos valores cristãos colocou em xeque a credibilidade da instituição. A partir do século XIV, a Igreja viveu uma grave crise provocada pelas denúncias de corrupção e de perda de valores morais. Nessas circunstâncias, alguns filósofos cristãos, influenciados pelo pensamento humanista, passaram a responsabilizar a Igreja e seus dogmas pela perpetuação da miséria e da ignorância na sociedade europeia.
4. Martinho Lutero desempenhou papel central no processo que culminou na Reforma protestante. Ele enfrentou a Igreja católica formulando 95 teses, nas quais criticava as indulgências e o comportamento do alto clero e do papado, que ele considerava inadequados e sem respaldo bíblico.
5. A doutrina calvinista se baseia no princípio de que apenas as pessoas predestinadas por Deus teriam direito à salvação na vida eterna. Para garantir sua salvação, as pessoas deveriam levar uma vida simples, sem ostentação nem gastos desnecessários, investindo suas economias em novas oportunidades de trabalho. Esses aspectos também eram valorizados pela burguesia, que, assim, encontrava uma justificativa moral e religiosa para ampliar sua riqueza.

Desse modo, as ideias de Calvino se espalharam por toda a Europa, especialmente pelas regiões onde o capitalismo já começava a se desenvolver com maior rapidez, como nos Países Baixos e na Inglaterra.

6. A criação da Igreja anglicana está relacionada à fragmentação do poder da Igreja católica. Ela foi resultado da ruptura de Henrique VIII (1509-1547), que conseguiu a aprovação do Parlamento inglês para separar a Igreja do Estado e fundou a Igreja anglicana, chefiada pelo rei (ou rainha) da Inglaterra, com a autoridade da Igreja católica. A medida representou um duro golpe para a Igreja católica, pois estabelecia um limite muito claro ao seu poder político numa nação poderosa como a Inglaterra. Já a Contrarreforma está situada na reação da Igreja católica contra seu enfraquecimento e os movimentos protestantes, resultando em diferentes medidas que pretendiam revisar os dogmas católicos, reaproximar a Igreja dos fiéis e impedir o crescimento das Igrejas protestantes.

INTERPRETANDO DOCUMENTOS: TEXTO E IMAGEM (p. 264)

1. a) O manifesto utiliza frequentemente a religião como fonte de autoridade, em especial, as Sagradas Escrituras. Os autores do manifesto afirmam que a escravidão a que foram submetidos, o pagamento de tributos injustos ou a proibição da caça não foram definidos pela “palavra de Deus”, isto é, pela Bíblia. No final do manifesto, os camponeses ainda propõem um pacto: se as suas ideias não estivessem de acordo com as Sagradas Escrituras, eles estariam dispostos a abrir mão de suas reivindicações, desde que fosse “provada” essa discrepância. Professor, você pode ressaltar que esse é um argumento inspirado nas teses de Lutero e se tornou, posteriormente, uma característica das correntes protestantes. Enquanto os católicos se baseiam na autoridade do papa como “intérprete” da vontade divina, as igrejas protestantes recorrem com frequência ao texto bíblico e às suas diversas interpretações.
 - b) Os camponeses denunciam a sua condição de escravidão, a proibição da caça e o pagamento de impostos para retirar madeira ou lenha da floresta. Contra essa situação de injustiça, o manifesto propõe o fim da servidão e a restituição das florestas tomadas ilegalmente das comunidades camponesas.
2. a) A imagem recupera elementos da tradição greco-romana, representando a divindade Vênus, que fazia parte do panteão romano e simbolizava o amor e a beleza. Essa mesma figura era representada, no panteão grego, como a deusa Afrodite. O tema da obra de Botticelli é o nascimento dessa deusa na ilha de Citera. Para isso, ele utiliza outro símbolo muito importante da cultura greco-romana, como a concha e as figuras mitológicas da Ninfa e de Zéfiro.

- b) É possível observar, entre outros elementos, a presença de técnicas de perspectiva, a valorização da anatomia do corpo humano e as variações de cor, luz e sombra com o objetivo de reforçar o efeito de realidade da imagem. A valorização da temática da Antiguidade clássica também é outra característica importante do Renascimento que pode ser observada na obra de Botticelli.
- c) A proposta da atividade é que os alunos explorem mais detalhadamente as inovações estéticas do Renascimento. Nesse caso, essa atividade é um momento importante de diálogo entre História e Arte, na medida em que os alunos poderão observar como os princípios estéticos do Renascimento modificaram profundamente as práticas artísticas ocidentais e revelam as mudanças no pensamento europeu da época. Para a seleção das obras que serão pesquisadas, é importante lembrar que as inovações renascentistas não se limitaram às artes plásticas, mas também na Arquitetura, nas esculturas e mesmo na Literatura. Nesse caso, é possível selecionar obras de variados artistas, como Donatello, Michelangelo, Rafael Sanzio, Leonardo da Vinci, o próprio Botticelli, Brunelleschi, William Shakespeare, entre muitos outros.

TESTE SEU CONHECIMENTO (p. 265)

1. D 2. D 3. B 4. D

HORA DE REFLETIR (p. 267)

Espera-se que os alunos reflitam sobre a importância do livre debate a respeito de ideias religiosas, tanto por parte daqueles que praticam e compartilham as mesmas crenças, quanto daqueles que não as compartilham. É por meio do debate que se abre caminho para a aproximação entre diferentes concepções, bem como para o estímulo da diversidade cultural. Nesse caso, é importante ressaltar que um debate só pode ocorrer quando as pessoas aceitam a possibilidade de enxergar as questões a partir de outros pontos de vista e não pode se limitar a afirmações que apenas reafirmem dogmas e verdades inquestionáveis, já que isso inviabilizaria a aproximação de pessoas com diferentes perspectivas religiosas. É apenas a partir desse princípio que se pode falar em uma discussão democrática sobre a religião. Assim, a atividade propõe uma reflexão sobre o tema e a produção de um texto na forma de lei para que os alunos reflitam sobre elementos que podem contribuir para o fortalecimento da tolerância religiosa na comunidade escolar ou na comunidade onde os alunos vivem. Para fornecer subsídios para essa reflexão, sugerimos a leitura da *Declaração de princípios sobre a tolerância*, da Unesco, aprovada em 1995. O documento, que está disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm> (acesso em: 13 abr. 2016), apresenta algumas orientações gerais para a criação de uma sociedade tolerante e que respeite a diversidade religiosa. Ao final, os alunos poderão discutir

suas propostas com os demais grupos e formalizar um documento final com ideias para o fortalecimento da tolerância religiosa na escola.

FECHANDO A UNIDADE (p. 268)

1. Não. Em 2014, por exemplo, ocorreram 149 denúncias de discriminação religiosa no Brasil. Nesse caso, as principais vítimas eram aquelas que praticavam religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda. Com esse dado, pode-se dizer que o problema da intolerância religiosa está relacionado a outro aspecto de nossa sociedade: o racismo e o preconceito racial. Isso fica evidente quando se observa que mais de 35% das vítimas eram negras, formando o maior grupo com indicação racial de todos aqueles que sofreram violência religiosa. Por isso, pode-se dizer que a intolerância religiosa está profundamente direcionada aos aspectos culturais afro-brasileiros e que lutar por maior tolerância religiosa significa também lutar contra o racismo que permeia nossa sociedade.
2. Resposta pessoal. A atividade procura conduzir a uma reflexão sobre situações de intolerância vividas cotidianamente pelos alunos ou registradas pelos meios de comunicação. Diversos exemplos podem ser citados, como o uso de estereótipos para representar determinada religião, um vizinho intolerante com o qual somos intolerantes também e questões relacionadas à marginalização e à perseguição das culturas afro-brasileiras em nosso país.
3. O documento 2 apresenta líderes de diversas religiões em um encontro para a promoção da paz e da tolerância. O lugar escolhido para essa reunião tem uma importância simbólica, já que a ONU é a principal instituição voltada para o combate à intolerância e para a valorização da diversidade cultural e religiosa em nosso mundo. Assim, o encontro é uma forma de reafirmar o compromisso internacional da instituição em busca da paz e da valorização da diversidade. Já a obra de Combo (documento 3) retoma um símbolo contemporâneo da tolerância religiosa, a palavra “*coexist*” (coexistir ou coexistência). Esse termo é uma forma de lembrar que todas as religiões precisam coexistir pacificamente de modo a garantir a diversidade cultural e a harmonia entre povos de diferentes culturas. A novidade proposta pelo artista francês foi substituir a letra C, X e T por símbolos das grandes religiões monoteístas (o C foi substituído por um símbolo do islamismo, o X por um símbolo do judaísmo e o T por um símbolo do cristianismo). Dessa forma, o artista francês reforça a mensagem de que as diferentes religiões precisam se respeitar mutuamente e abandonar práticas intolerantes.
4. Espera-se que os alunos identifiquem que existe uma grande comunidade islâmica na França. A formação dessa comunidade está relacionada aos fluxos migratórios de populações árabes e

muçulmanas que passaram a viver no país em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Isso, porém, reforçou as práticas intolerantes contra os muçulmanos, bem como as ações extremistas de grupos terroristas islâmicos. Por isso o cenário atual é de grande tensão na França. Com base nisso, é possível comparar a situação brasileira com a francesa, ressaltando alguns paralelos (como a questão racial, aqui direcionada à cultura afro-brasileira, lá às culturas árabes e muçulmanas), mas também ressaltar diferenças, como a presença de ações terroristas com motivações religiosas. É importante, porém, reforçar que, apesar das diferenças, existe um fundo comum nesse fenômeno, já que tanto na França quanto no Brasil a intolerância religiosa resulta em um grande dificultador da pacífica coexistência de culturas e religiões diversas, o que ameaça o funcionamento da própria democracia. Nesse sentido, a arte pode agir como uma importante ferramenta para estimular o diálogo e a reflexão, destacando a importância da coexistência religiosa e lembrando dos perigos que a intolerância oferece à ordem democrática em nosso mundo.

■ Texto complementar

O trecho a seguir foi retirado do livro *O Renascimento*, da historiadora Teresa Aline Pereira de Queiroz. Nessa passagem, a autora mostra como o Renascimento, apesar das controvérsias que suscitou, não representou uma ruptura com o pensamento religioso, assim como estava bem adequado ao pensamento das elites, algo que se manifestava no próprio urbanismo das cidades italianas.

Um dos traços inquietantes da cultura do Quattrocento seria a harmonia de visão de mundo existente entre príncipes, artistas e intelectuais. Alguns humanistas, como Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Poggio, pertenciam à categoria dos cem habitantes mais ricos de Florença, e vários outros à grande burguesia ou nobreza; no entanto, artistas de extração humilde, como Uccello, Andrea del Castagno e Arentino, parecem adequar-se à visão de mundo dos poderosos sem fricções. Por outro lado, também a afirmação social através de signos externos será comum a governantes, intelectuais e artistas; Rafael mandou construir um palácio e levava vida principesco. Michelangelo teve direito a funerais oficiais.

Fica mais claro, no entanto, o afastamento entre povo e elite com os novos hábitos suntuários. Quando Sisto V pretendeu remodelar Roma, sua concepção de grandes espaços opõe-se frontalmente à tradição popular de convívio na pequena rua ou praça. No mesmo sentido, os ricos, a partir do Quattrocento, começam a construir palácios cercados por áreas privadas, jardins, e não mais diretamente sobre a rua, como na cidade medieval. [...]

Um elemento no qual em nada diferem [...] Idade Média e Renascimento é o respeito à autoridade, quer seja a dos textos antigos, das ruínas ou das escrituras. O Renascimento é retórico e pleno de citações.

A religiosidade é também incontestável. Formal ou conceptualmente, ela está presente nas práticas

políticas e sociais e nas representações, O mimetismo entre macrocosmo e microcosmo parece não se ter rompido no Renascimento. No entanto, a sensação de abandono, de impotência diante do universo parece ser mais consciente, principalmente entre os chamados “gênios”, como Leonardo [da Vinci] e Michelangelo.

QUEIROZ, Teresa Aline Pereira de. *O Renascimento*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 136-137 e 141.

Sugestões de livros

BAXANDALL, Michael. *Olhar renascentista*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

- Neste livro, o historiador galês Michel Baxandall (1933-2008) estuda a arte renascentista, revelando como ela se realizou, para além de questões estéticas, sobre práticas sociais e avanços tecnológicos, como a atuação de mecenas, a profissionalização de artistas e a invenção de novas tintas e técnicas.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Edição de bolso).

- Neste livro, publicado pela primeira vez em 1860, um verdadeiro clássico da historiografia sobre o Renascimento, Jacob Burckhardt (1818-1897) faz um ensaio sobre as artes e a sociedade renascentista, identificando nelas traços das origens do individualismo moderno.

BURKE, Peter. *O Renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

- O historiador Peter Burke trabalha neste livro com o tema do Renascimento italiano. Porém, o autor não se prende somente às questões artísticas e estéticas, expandindo a visão para os assuntos sociais e econômicos que envolviam esse mundo das artes.

GARIN, Eugenio. *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

- Neste livro, o historiador e filósofo italiano Eugenio Garin (1909-2004) traça um panorama geral das mudanças e continuidades que se fizeram sentir entre a Idade Média e o Renascimento.

HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

- Publicado pela primeira vez em 1919, esta obra do historiador e filósofo Johan Huizinga se transformou em um clássico sobre a Idade Média ao tratá-la não como uma época de obscura transição, mas como um período marcado por características próprias e contradições.

PANOFSKY, Erwin. *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*. Tradução de Fernando Neves. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

- Nesta obra, Erwin Panofsky trabalha com a ideia de “renascimento” artístico, mostrando que também existiram movimentos que se colocaram como renascentistas durante a Idade Média, mas que ficaram obscurecidos em razão do Renascimento surgido a partir do século XV.

QUEIROZ, Teresa Aline Pereira de. *O Renascimento*. São Paulo: Edusp, 1995.

- Este livro é uma obra introdutória ao tema do Renascimento; assim, a autora estabelece um panorama das condições sociais e políticas que proporcionaram o surgimento da renascença na Itália, mostrando como esses fatores estavam diretamente ligados a aspectos artísticos das obras produzidas no período.

ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

- O historiador italiano Paolo Rossi (1923-2012) estuda, neste livro, a atuação dos primeiros cientistas e filósofos da modernidade que, a partir do século XV, criaram suas interpretações e teorias inovadoras, indo além do pensamento consolidado da Igreja católica.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 2004.

- Neste livro, o historiador Nicolau Sevcenko (1952-2014) fala sobre diversos aspectos do Renascimento, ressaltando, além de questões estéticas e artísticas, como esse movimento esteve na base do individualismo e do racionalismo, assim como deu impulso à formação das línguas nacionais.

VEIGA, Luiz Maria. *A reforma protestante*. São Paulo: Ática, 2004.

- Livro com fins pedagógicos que aborda as críticas à Igreja católica que se fizeram sentir na Europa ocidental, assim como a gênese e estabelecimento do luteranismo e do calvinismo.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo e edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- Nesta obra clássica da Sociologia, cuja primeira publicação se deu entre 1904 e 1905, Max Weber se debruça sobre as relações existentes entre o pensamento puritano de matriz protestante e o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Sugestões de filmes

Agonia e êxtase (Carol Reed, 1965).

- O filme trata da contratação e das disputas surgidas entre o papa Júlio II e Michelangelo, quando da pintura do teto da Capela Sistina.

Romeu e Julieta (Franco Zeffirelli, 1968).

- Drama baseado na obra homônima de William Shakespeare, conta a história de amor entre Romeu e Julieta, cada um pertencente a uma das famílias rivais da cidade de Verona.

Ana dos mil dias (Charles Jarrott, 1969).

- O filme trata da separação entre o rei Henrique VIII, da Inglaterra, e Catarina de Aragão e o casamento com a jovem Ana Bolena, que gera a herdeira Elizabeth.

Giordano Bruno (Giuliano Montaldo, 1973).

- O filme trata do processo inquisitorial sofrido pelo filósofo e astrônomo italiano Giordano Bruno, que terminaria com sua morte na fogueira em 1600.

Sugestão de site

Museu de Arte de São Paulo (Masp). Disponível em: <masp.art.br/>. Acesso em: 5 abr. 2016.

- Site oficial do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, instituição que conta com pinturas de importantes artistas renascentistas, como Sandro Botticelli, Rafael Sanzio e Ticiano.



6 Bibliografia

Apresentamos a seguir uma lista de obras utilizadas na elaboração deste Manual.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALMANAQUE Brasil Socioambiental (2008). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção et al. *De preto a afro-descendente*. Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: Edufscar, 2004.

BENTO, Maria Aparecida S. *Cidadania em preto e branco*. São Paulo: Ática, 2006.

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1987.

BURKE, Peter. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CABRINI, Conceição et al. *O ensino de História – Revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARRETERO, Mario. *Construir e ensinar – As ciências sociais e a História*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? – Sobre a História e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DMITRUK, Hilda Beatriz. *A história que fazemos: pesquisa e ensino de História*. Florianópolis: Grifos, 1998.

FABREGAT, Clemente Herrero; FABREGAT, Maria Hererro. *Como preparar uma aula de História*. Lisboa: Editora Asa, 1991.

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008.

FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação – A história dos dominados em todo o mundo*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GAY, Peter. *O estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – Visita à História contemporânea*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IOKOI, Zilda Marcia Gricoli (Org.). *História e linguagens*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula – Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes Editora, 1991.

LIMA, Ivan et al. (Org.). *Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1998. 2 v.

MARCOVITCH, Jacques. *Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais*. São Paulo: Edusp/Saraiva, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAN, Emílio F. *Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-ambiente*. São Paulo: Senac, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). *O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007.

PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Cidadania e educação*. São Paulo: Contexto, 1999.

RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato. *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2000.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar a história*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa. *Negras imagens*. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.

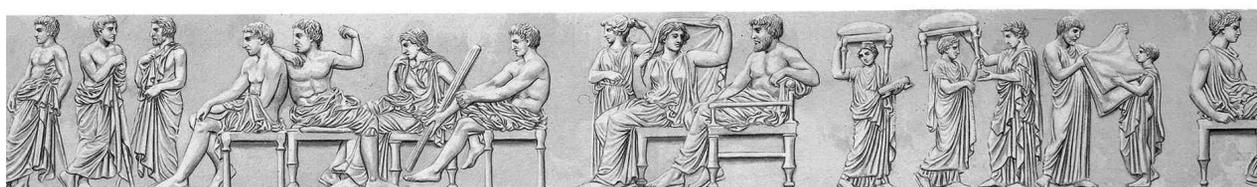
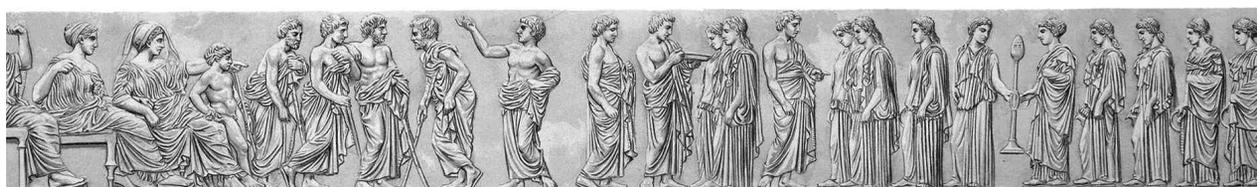
SILVA, Aracy Lopes da (Org.). *A questão indígena na sala de aula*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Marcos (Org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Marcos A. da. *História – O prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.



AKG/Latinstock

